

Deutsche Bank



# Relatório Anual 2018

# Deutsche Bank

## O Grupo num relance

	2018	2017
<b>Informações financeiras chave</b>		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	0,4 %	(1,2)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	0,5 %	(1,4)%
Rácio custo/rendimento <sup>1</sup>	92,7 %	93,4 %
Rácio da componente remuneratória <sup>2</sup>	46,7 %	46,3 %
Rácio da componente não remuneratória <sup>3</sup>	46,0 %	47,0 %
Total de receitas líquidas, em milhões de euros	25 316	26 447
Provisão para perdas de crédito, em milhões de euros	525	525
Despesas totais (excluindo juros), em milhões de euros	23 461	24 695
Custos ajustados <sup>4</sup>	22 810	23 891
Resultado antes do imposto sobre o rendimento, em milhões de euros	1 330	1 228
Resultados líquidos, em milhões de euros	341	(735)
Resultados por ação básicos	€ (0.01)	€ (0.53)
Resultados por ação diluídos	€ (0.01)	€ (0.53)
Cotação da ação no fim do período	6,97 €	15,88 €
Cotação máxima da ação	16,46 €	17,82 €
Cotação mínima da ação	6,68 €	13,11 €

	31 dez 2018	31 dez 2017
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (fully loaded)	4,1 %	3,8 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva)	4,3 %	4,1 %
Exposição de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV fully loaded, em mil milhões de euros	1 273	1 395
Rácio Common Equity Tier 1 (fully loaded)	13,6 %	14,0 %
Rácio Common Equity Tier 1 (integração progressiva)	13,6 %	14,8 %
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	350	344
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1 348	1 475
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	62	63
Valor contabilístico por ação básica em circulação	29,69 €	30,16 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	25,71 €	25,94 €

### Outras Informações

Agências	2 064	2 425
Das quais, na Alemanha	1 409	1 570
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	91 737	97 535
Das quais, na Alemanha	41 669	42 526

<sup>1</sup> Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>2</sup> Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>3</sup> Gastos operacionais (excluindo juros) da componente não remuneratória, definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios, como uma percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

<sup>4</sup> A reconciliação de custos ajustados em gastos operacionais (excl. juros) é fornecida na secção "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP: Custos ajustados" deste documento.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

# Índice

1 –	Relatório de Gestão
2	<b>Análise Operacional e Financeira</b>
33	<b>Perspetivas</b>
39	<b>Riscos e oportunidades</b>
44	<b>Relatório de Risco</b>
154	<b>Relatório de Remunerações</b>
199	<b>Responsabilidade corporativa</b>
199	<b>Funcionários</b>
204	<b>Controlo interno sobre o relato financeiro</b>
206	<b>Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo</b>
210	<b>Declaração de Governo da Sociedade</b> , nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
2 –	Demonstrações financeiras consolidadas
212	<b>Demonstração consolidada dos resultados</b>
213	<b>Demonstração consolidada do rendimento integral</b>
214	<b>Balanço consolidado</b>
215	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
221	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
223	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
265	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
271	Notas ao balanço consolidado
326	Notas adicionais
383	Confirmações
3 –	Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:
393	<b>Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização</b>
408	<b>Relato e Transparência</b>
408	<b>Operações com partes</b> relacionadas
409	<b>Auditoria e controlo</b>
411	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão
4 –	Informações Adicionais
416	<b>Medidas financeiras não-GAAP</b>
420	<b>Declaração de aval</b>
422	<b>Impressão/Publicações</b>

# Grupo Deutsche Bank

III Mensagem do presidente do Conselho de Administração  
VI Conselho de Administração  
VII Relatório do Conselho de Fiscalização  
XVI Conselho de Fiscalização  
XIX Estratégia

## Mensagem do presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,

Podemos recordar 2018 como um ano nada fácil para o Deutsche Bank. Apesar dos muitos desafios, alcançámos bastante, conseguindo excelentes avanços em muitas áreas e concretizando os nossos objetivos declarados. O Deutsche Bank estabeleceu alicerces muito sólidos - esta é a base para o crescimento controlado.

O sinal mais evidente da reviravolta consiste no facto de pela primeira vez desde 2014 reportámos um lucro líquido de 341 milhões de euros. Em termos homólogos, este consiste num melhoramento de mais de 1 milhar de milhões de euros. Também conseguimos aumentar o nosso lucro antes de impostos para 1,3 mil milhões de euros. Regressar à rentabilidade foi um marco vital para nós.

Uma nova mentalidade de disciplina de custos desempenhou um papel essencial. Esta permitiu-nos reduzir os nossos custos ajustados em mais de 1 milhar de milhões de euros. Aos 22,8 mil milhões de euros para o exercício, os nossos custos ajustados batem ainda o objetivo por nós próprios estabelecido de 23 mil milhões de euros, e como consequência, estreitámos a nossa meta de custos para 2019 em 200 milhões de euros para os 21,8 mil milhões de euros. A disciplina foi principalmente evidente no quarto trimestre, onde assistimos a um aumento nos custos em alguns exercícios anteriores. Estamos determinados a continuar neste caminho. Reduzimos o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro no Deutsche Bank Group em cerca de 6000 para 91 700, alcançando confortavelmente o nosso objetivo de reduzir a nossa equipa para um número inferior a 93 000 colaboradores equivalentes a tempo inteiro.

Conseguimos alcançar tudo isto sem comprometermos os nossos controlos. Continuámos a contratar mais funcionários para as funções de controlo, especialmente as que se centram no fortalecimento da nossa unidade de combate aos crimes financeiros. Estamos a investir no aumento do controlo dos nossos processos "Conheça o seu cliente" e no melhoramento dos nossos sistemas para o relato de transações suspeitas. Neste contexto, estamos a cooperar de forma mais próxima com as nossas entidades reguladoras.

Evidentemente, as reduções de custos nesta escala surtiu algum impacto nas receitas, que desceram 4% em 2018. Este desenvolvimento deveu-se em parte às condições de mercado difíceis verificadas mais tarde no ano, que também afetaram os nossos pares internacionais, e em parte à implementação disciplinada da nossa decisão estratégica de alterarmos o foco dos nossos negócios.

Ao mesmo tempo, fortalecemos ainda mais o nosso balanço. Temos rácios de capital sólidos e reservas de liquidez significativas, o nosso rácio de alavancagem melhorou durante o ano, e os níveis do risco de mercado e de crédito permanecem baixos.

Com o regresso à rentabilidade, os controlos internos melhorados e um balanço forte, lançámos sólidos alicerces para o crescimento controlado que constitui agora a nossa prioridade estratégica. Ainda não estamos onde queremos estar; mas acreditamos que estamos no caminho certo para vos fornecer, os nossos acionistas, uma maior rentabilidade sustentada. A este respeito, é importante salientar que operamos num ambiente de mercado desafiante e estamos a considerar oportunidades estratégicas quando estas surgem. Apesar de não haver certeza, irão ocorrer as transações esperadas pelos participantes no mercado, a base para quaisquer decisões tem de ser a de melhorar o perfil de rentabilidade e crescimento do banco. Pretendemos analisar as nossas opções com a mesma disciplina comercial que trouxemos para as nossas decisões operacionais e estratégicas em 2018.

### Marcos estratégicos alcançados

O ano de 2018 foi um ano no qual alterámos o foco dos nossos negócios. Após análise cuidada, estamos a alinhar a nossa divisão **Corporate & Investment Bank (CIB)** para negócios que são de grande importância para os nossos clientes e onde possuímos ou podemos obter uma posição de liderança. Em outras áreas diminuímos o nosso compromisso de recursos, por exemplo, nos segmentos da área de negócios Equities e taxas dos Estados Unidos. Reduzimos a nossa exposição de alavancagem no CIB em mais de 130 mil milhões de euros em 2018 e isto teve impacto nas receitas, tal como antecipado.

Procuramos continuar a ser um parceiro relevante das empresas globais mundiais, proporcionando-lhes uma vasta gama de serviços de consultoria e acesso aos mercados de capitais. A nossa unidade Global Transaction Banking é líder mundial em várias áreas, incluindo as de Trade Finance e Cash Management. A nossa área de negócios Markets, que inclui Fixed Income & Currencies (FIC), onde somos a única instituição europeia entre os quatro bancos principais mundiais, é também de extrema importância para os nossos clientes.

A Corporate Finance é uma parte vital da nossa oferta, essencialmente no nosso mercado doméstico europeu, mas também através da nossa presença forte e focada na América do Norte e na Ásia. O Deutsche Bank é uma das principais instituições mundiais no mercado de capitais de dívida.

Na nossa divisão **Private & Commercial Bank**, levámos a cabo alterações fundamentais o ano passado. Estamos a integrar o Deutsche Bank e o Postbank no nosso mercado nacional, e em maio fundimos as entidades jurídicas relevantes para formar o “Bank for Germany”. Estamos agora no processo de fundir as sedes e as funções de infraestrutura dos dois bancos, incluindo as respetivas operações diárias.

A junção de forças deverá permitir-nos melhorar constantemente o serviço aos nossos mais de 20 milhões de clientes na Alemanha, e desbloquear as sinergias de cerca de 900 milhões de euros anuais que pretendemos concretizar na totalidade em 2022. Tal também nos dará a oportunidade de recolher os benefícios das economias de escala, que se estão a tornar cada vez mais importantes nesta área de negócios - em grande parte para investimentos nas plataformas digitais.

Também progredimos fora da Alemanha. Concluímos a alienação de grandes partes da nossa área de negócios Private & Commercial Clients na Polónia ao passo que o desinvestimento em Portugal está bastante avançado. Integrámos com êxito a Sal. Openheim na nossa área de negócios Wealth Management, apenas com um modesto desgaste de clientes.

A nossa Private & Commercial Bank gerou uma rendibilidade do capital próprio tangível após impostos de cerca de 5% em 2018 apesar da reestruturação significativa e de um ambiente de taxas de juros muito difícil - e isto antes das sinergias antecipadas a partir da criação do “Bank for Germany”. Tal mostra o enorme potencial desta área de negócios.

A oferta pública inicial parcial do nosso gestor de ativos, **DWS**, em março de 2018 foi um marco. Esta proporciona a independência empresarial que esperamos vir a permitir à DWS explorar futuras oportunidades de crescimento de forma mais eficaz - entre outras coisas, ao dotar imediatamente a DWS com a sua própria moeda de aquisição.

As novas alianças que a DWS criou com as seguradoras Nippon Life e Generali, e com o gestor de ativos francês Tikehau Capital, também são muito promissoras. Estou muito confiante que com a respetiva nova liderança, a DWS irá uma vez mais aproveitar os seus pontos fortes históricos.

## Balanço sólido e forte liquidez

A reorganização bem-sucedida das nossas divisões foi uma das áreas que determinámos ser das mais urgentes para poder crescer novamente. A segunda foi a nossa força financeira: em várias dimensões-chave, o Deutsche Bank nunca esteve praticamente tão estável como o está hoje:

- O nosso rácio Common Equity Tier 1 (CET1) de 13,6% no fim do exercício cumpre confortavelmente o nosso objetivo de estar acima dos 13% - e é superior ao rácio de quase todos os nossos principais pares.
- Reduzimos o nosso balanço consideravelmente ao longo dos anos e melhorámos a qualidade do mesmo.
- Os níveis do nosso risco de mercado e das perdas do risco de crédito nunca estiveram praticamente tão baixas.
- As nossas reservas de liquidez são cerca de quatro vezes superiores comparativamente há uma década e encontram-se bastante acima dos níveis exigidos pelas nossas entidades reguladoras.
- Reduzimos substancialmente os nossos riscos jurídicos em anos recentes.

## Análise prospetiva: colher os benefícios do trabalho feito em 2018

Em termos de perspetivas futuras, continuamos a gerir a empresa em direção aos nossos objetivos de médio e curto prazo, incluindo a geração de rendibilidade do capital próprio tangível de mais de 4% em 2019. Embora as condições de mercado financeiro nas nossas áreas de negócio Sales & Trading terem melhorado significativamente no primeiro trimestre de 2019 comparativamente ao ambiente turbulento que presenciámos no quarto trimestre de 2018, os níveis de atividade foram relativamente contidos numa comparação histórica. Para apoiar a consecução dos nossos objetivos financeiros na sua extensão máxima possível, continuaremos a gerir todos os aspetos sob o nosso controlo direto, incluindo a atual disciplina de despesas.

Apesar do ambiente difícil, estamos motivados por sentirmos o forte apoio por parte dos nossos clientes. Eles dependem do Deutsche Bank, e os clientes corporativos em particular querem uma alternativa europeia aos grandes bancos dos Estados Unidos.

Estou firmemente convicto de que todas as nossas divisões geram um impacto positivo nos nossos clientes, colaboradores, investidores e na nossa sociedade como um todo. O Deutsche Bank desempenha o seu papel na condução do crescimento económico e, em última análise, do progresso social. Os bancos são a força vital da nossa economia. Reconhecemos esta importante responsabilidade e consideramo-nos um cidadão corporativo no centro da sociedade. Para mais informações sobre como levamos a cabo a responsabilidade corporativa, consulte o nosso relatório não financeiro, que também estamos a publicar hoje.

Queremos promover o crescimento económico e o progresso social, na Alemanha e fora dela. Em casa na Europa, ligados ao mundo - é esta a nossa ambição.

Com os melhores cumprimentos,



Christian Sewing  
Diretor-Geral  
Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2019

## Conselho de Administração

### Christian Sewing, \* 1970

desde 1 de janeiro de 2015  
Presidente do Conselho de Administração  
(desde 8 de abril de 2018)  
Presidente  
(até 8 de abril de 2018)  
Codiretor da Private & Commercial Bank  
(incluindo o Postbank)  
(até 8 de abril de 2018)

### Garth Ritchie, \* 1968

desde 1 de janeiro de 2016  
Presidente  
(desde 8 de abril de 2018)  
Codiretor de Corporate & Investment Banking  
(até 24 de maio de 2018)  
Diretor do Corporate & Investment Bank  
(desde 25 de maio de 2018)

### Karl von Rohr, \* 1965

desde 1 de novembro de 2015  
Presidente  
(desde 8 de abril de 2018)  
Diretor administrativo

### Frank Kuhnke, \* 1967

desde 1 de janeiro de 2019  
Diretor de operações

### Stuart Lewis, \* 1965

de 1 de junho de 2012  
Diretor de Risco

### Sylvie Matherat, \* 1962

desde 1 de novembro de 2015  
Diretor regulamentar

### James von Moltke, \* 1969

desde 1 de julho de 2018  
Diretor financeiro

### Werner Steinmüller, \* 1954

desde 1 de agosto de 2016  
Diretor-geral regional para a Ásia

### Frank Strauß, \* 1970

desde 1 de setembro de 2018  
Codiretor da Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank)  
(até 8 de abril de 2018)  
Diretor do Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank)  
(desde 8 de abril de 2018)

#### Conselho de Administração no ano em análise:

John Cryan  
Presidente do Conselho de Administração  
(até 8 de abril de 2018)

Marcus Schenck  
(até 24 de maio de 2018)  
Presidente  
(até 8 de abril de 2018)  
Codiretor de Corporate & Investment Banking  
(até 24 de maio de 2018)

Christian Sewing  
Presidente do Conselho de Administração  
(desde 8 de abril de 2018)  
Presidente  
(até 8 de abril de 2018)  
Codiretor da Private & Commercial Bank  
(incluindo o Postbank)  
(até 8 de abril de 2018)

Garth Ritchie  
Presidente  
(desde 8 de abril de 2018)  
Codiretor de Corporate & Investment Banking  
(até 24 de maio de 2018)  
Diretor do Corporate & Investment Bank  
(desde 25 de maio de 2018)

Karl von Rohr  
Presidente  
(desde 8 de abril de 2018)

Kimberly Hammonds  
(até 24 de maio de 2018)

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

James von Moltke

Nicolas Moreau  
(até 31 de dezembro de 2018)

Werner Steinmüller

Frank Strauß  
Grupo Deutsche Bank

\*



Caros Acionistas,

O vosso Deutsche Bank ainda não produziu uma evolução ascendente no exercício de 2018 em questão, que vocês como acionistas esperavam e que o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e todos os membros da equipa procuram alcançar.

O Deutsche Bank é uma instituição forte, uma que é rica em tradições e que já teve de lidar com muitas crises e períodos difíceis ao longo dos seus 149 anos de existência. Sempre conseguiu dominar os desafios e emergir destas situações com força renovada.

Mesmo se a cotação da ação não parecer refletir isto, foram criadas importantes bases para essa evolução ascendente em 2018.

Em abril, nomeámos o Sr. Sewing como Presidente do Conselho de Administração, um diretor-geral que está exaustivamente familiarizado com todas as facetas do banco. Na qualidade de anterior diretor-adjunto de risco do banco, o Sr. Sewing sente-se à vontade tanto na área dos mercados de capitais internacionais como na da banca empresarial e retalhista na Alemanha, pela qual tem sido responsável nos últimos anos. Os objetivos que ele anunciou para 2018 após a sua nomeação, no que diz respeito aos custos, número de colaboradores, capital e rentabilidade, foram todos alcançados.

Na área de custos, em particular, o banco e os respetivos gestores desenvolveram um grau de disciplina que estava ausente no passado. O balanço do banco é muito mais robusto do que tem sido há muito tempo e a posição de liquidez atingiu um nível muito alto.

O lucro para 2018 foi gravemente afetado pelos efeitos internos e externos no quarto trimestre e ainda não podem ser considerados satisfatórios. Após muitos anos a reparar questões antigas, a capacidade do banco para crescer novamente de forma rentável no que toca aos proveitos está a ser estreitamente monitorizada e é considerada como uma alavanca para impulsionar a cotação da ação para fora do seu nível insatisfatório atual.

Como vosso Conselho de Fiscalização, estamos a fazer todos os esforços para apoiar isto de um modo adequado. Nas páginas VII a XV que se seguem, irá encontrar um relatório detalhado das nossas atividades durante o período de relato. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a vossa atenção para várias alterações a nível da equipa de colaboradores. No Conselho de Administração, o Sr. Kuhnke assumiu a responsabilidade de diretor de operações, depois de o seu antecessor, a Sra. Hammonds, ter saído do banco no final de maio.

Embora ter alcançado os objetivos de custos designados refletir os esforços de muitos membros da equipa, isso também se deve a um estilo de gestão coerente não menos rigoroso.

No seguimento da oferta pública inicial da nossa empresa de Asset Management, DWS, no início do exercício, o Sr. Moreau, que é responsável por esta área, deixou o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG no final de dezembro de 2018. O seu sucessor como diretor-geral da DWS, o Dr. Wöhrmann, foi nomeado Gestor Geral (Generalbevollmächtigter) do banco no final de outubro.

Houve também alterações no Conselho de Fiscalização do banco em 2018. A Sra. Dublon, Sra. Irrgang, Sr. Parent, Professor Kagermann, Sr. Rudschäfski e Dr. Teyssen retiraram-se dos respetivos cargos, tendo prestado anos de serviço valioso através do trabalho do Conselho de Fiscalização. As suas contribuições, em particular nos comités, foram já largamente louvadas na última Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral em maio de 2018 elegeu o Sr. Clark, a Sra. Trogni, o Sr. Thain e o Professor Winkeljohann como novos membros do Conselho de Fiscalização. Também houve alterações no que diz respeito aos representantes dos colaboradores. Recentemente eleitos como representantes dos colaboradores para o Conselho de Fiscalização foram o Sr. Blomeyer-Bartenstein, o Sr. Polaschek e o Sr. Szukalski. Para o Sr. Szukalski, foi a segunda vez. O Sr. Bsirske, Sr. Duscheck, Sr. Heider, Sra. Klee, Sra. Mark, Sra. Platscher e Sr. Rose foram reeleitos por outro mandato. Ganhámos o Sr. Polaschek como o novo vice-presidente. Estamos certos de que podemos assegurar a continuação da nossa cooperação fundada na confiança nos interesses do banco, mesmo nestes tempos difíceis.

Face a este cenário, o Conselho de Fiscalização criou, em paralelo aos comités existentes, um Comité de Estratégia e um Comité de Tecnologia, Dados e Inovação para se focar em tarefas que são descritas em mais detalhe a seguir. Os dois comités são presididos pelo Sr. Thain e Sra. Trogni, respetivamente. A Sra. Clark assumiu o cargo de presidente do Comité de Risco. À luz do aumento das suas outras obrigações profissionais, o Sr. Meddings - depois de três anos de serviço valioso com uma carga de trabalho de alta intensidade - passou o cargo de presidente do Comité de Auditoria para o Professor Winkeljohann. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhes agradecer a todos pela sua dedicação pessoal ao nosso banco.

Estimados acionistas, os meus colegas e eu estamos obviamente conscientes de que em última análise apenas o desempenho conta, e ainda não está onde deveria estar - pelo menos no que diz respeito à cotação da ação. Contudo, vivemos num mundo no qual a qualidade do processo e a integridade do processo também têm um papel importante a desempenhar. Individualmente, não são suficientes para serem bem-sucedidas, mas constituem as pré-condições para o êxito sustentável. Com isto em mente, o vosso Conselho de Fiscalização realizou um total de 54 reuniões em plenário e nos comités para executar os nossos deveres de monitorização e para aconselhar o Conselho de Administração intensamente em diversos assuntos.

Especificamente, no ano em análise:

## Relatório do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização desempenhou as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, os regulamentos administrativos, os estatutos e os termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo, ao controlo e coordenação, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, o risco, a liquidez e gestão de capital do banco, os recursos organizacionais e técnicos adequados, bem como eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu, como requisitámos, informação detalhada sobre áreas temáticas específicas. O Presidente do Conselho de Fiscalização manteve contacto regular com o Conselho de Administração entre as reuniões, tal como fizeram os presidentes dos comités que eles presidem. O Presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração debateram regularmente temas importantes e futuras decisões.

Tiveram lugar 54 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

### Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou nove reuniões em plenário em 2018, onde abordou todos os tópicos com uma relevância especial para o banco.

Dedicámos novamente especial atenção ao tópico da estratégia em 2018, e à respetiva implementação, e tomou tempo suficiente para deliberar em assuntos estratégicos com o Conselho de Administração em todas as nossas reuniões. Nas nossas reuniões em fevereiro, maio, julho, outubro e dezembro, abordámos o desenvolvimento do negócio do banco, influenciado por uma conjuntura competitiva, regulamentar e dinâmica, juntamente com as prioridades essenciais relacionadas. Neste contexto, o Conselho de Administração reportou-nos de forma regular sobre a estratégia do banco e as preparações para a saída pendente do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a oferta pública inicial (IPO) da DWS e a fusão entre a Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e a Deutsche Postbank AG. Informou-nos regularmente sobre o desempenho dos preços das ações da Deutsche Bank AG, DWS e dos respetivos concorrentes. Nas nossas reuniões em fevereiro, julho e outubro, o Conselho de Administração reportou-nos sobre os desenvolvimentos nos casos de litígio e processos regulamentares de importância significativa para o banco. Discutimos também exaustivamente o crescimento contínuo da importância da digitalização e do seu impacto nos processos internos do banco. Para abordar estes tópicos mais intensamente, resolvemos na nossa reunião de 23 de maio de 2018 criar adicionalmente um Comité de Estratégia, bem como um Comité de Tecnologia, Dados e Inovação, para monitorizar todas as prioridades principais do Conselho de Administração de forma mais eficiente e para enfocar de forma mais veemente e intensificar a discussão das mesmas e aconselhar sobre esses assuntos nos interesses do banco.

Na nossa reunião de **1 de fevereiro**, abordámos a análise-alvo ou real face aos números do plano para 2017, assim como a proposta preliminar do Conselho de Administração para o dividendo em consideração dos requisitos de capital regulamentares para o financiamento de capital. O Conselho de Administração reportou-nos sobre o progresso feito nas medidas estratégicas planeadas para reconstruir uma divisão Corporate & Investment Bank mais simples e focada nos clientes. Abordámos o plano financeiro estratégico e de capitais ao nível do Grupo para os anos 2018-2022, assim como os objetivos estratégicos. No seguimento de uma discussão abrangente com o Conselho de Administração, emitimos a nossa aprovação em princípio à IPO da DWS. Abordámos as prioridades de supervisão de várias entidades reguladoras para 2018, os efeitos dos novos requisitos do direito administrativo no banco e as medidas a serem tomadas neste contexto. Concluímos a avaliação a ser levada a cabo anualmente do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2017 e abordámos a Declaração de Governo da Sociedade, que consiste também no Relatório de Governo da Sociedade. Aceitámos a proposta do Conselho de Administração de renúncia da respetiva remuneração variável para o exercício de 2017. Também discutimos os tópicos das medidas de formação do Conselho de Fiscalização para 2018.

Na nossa reunião em **15 de março**, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comitê de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2017 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Juntamente com os representantes da Equipa Comum de Supervisão (JST) do Banco Central Europeu, da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e do Deutsche Bundesbank, discutimos as perspetivas mais importantes obtidas do processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) em 2017 e as prioridades regulamentares baseadas na perspetiva para 2018. Os tópicos que discutimos com o Conselho de Administração foram a introdução das pontuações equilibradas no banco, a estruturação dos sistemas de remuneração, o Relatório de Recursos Humanos para 2017, o calendário para a IPO da DWS e outros tópicos regulamentares. Abordámos também tópicos para a Assembleia-Geral e aprovámos as propostas para a respetiva Agenda, incluindo propostas para a eleição de novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização.

Na reunião extraordinária de **8 de abril**, resolvemos nomear o Sr. Sewing como presidente do Conselho de Administração com efeito imediato, como sucessor do Sr. Cryan, que deixou o Conselho de Administração. Nesta reunião, nomeámos também o Sr. Ritchie e Sr. von Rohr como presidentes (vice-presidentes do Conselho de Administração).

Na nossa reunião de **23 de maio**, na noite antes da Assembleia-Geral, discutimos os todos os tópicos importantes da Assembleia-Geral pendente com o Conselho de Administração.

Na nossa reunião constitutiva de **24 de maio**, no seguimento da Assembleia-Geral, reelegemos o Dr. Achleitner como presidente do Conselho de Fiscalização e o Sr. Polaschek como o novo vice-presidente. Como resultado da composição alterada do Conselho de Fiscalização após a Assembleia-Geral, ajustámos a composição de todos os comités e nomeámos alguns novos membros para os comités, tendo também em consideração os conhecimentos especializados e a experiência dos membros do Conselho de Fiscalização. A Sra. Clark foi eleita com efeito imediato como presidente do Comitê de Risco, como sucessor da Sra. Dublon, que deixou o Conselho de Fiscalização em 31 de julho de 2018. O Sr. Thain foi eleito presidente do recém-criado Comitê de Estratégia e a Sra. Trogni como presidente do recém-criado Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação, tendo por base os respetivos vastos conhecimentos especializados nas respetivas áreas. Resolvemos também a emissão do mandato para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas para 2018 para a KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, em Berlim (KPMG).

Em **26 de julho**, abordámos em particular o desenvolvimento do negócio do banco e o relatório intercalar de 30 de junho de 2018. O Conselho de Administração reportou-nos sobre os tópicos regulamentares, conformidade, antibrigueamento de capitais, liquidez e gestão de custos, bem como os resultados do inquérito anual. Abordámos também a implementação dos requisitos de capital regulamentares para o nosso trabalho.

Em **14 e 15 de setembro**, um workshop sobre estratégia de dois dias teve lugar com o Conselho de Administração. Abordámos intensivamente as prioridades e os objetivos estratégicos, tendo também por base as divisões individuais do banco, bem como o progresso alcançado nas suas implementações. Juntamente com o presidente do Conselho de Administração e o diretor dos Recursos Humanos, discutimos o planeamento da sucessão para o Conselho de Administração e para o nível de gestão abaixo do Conselho de Administração.

Em **25 de outubro**, resolvemos, após receção de uma explicação da recomendação do Comitê de Auditoria, propor à Assembleia-Geral em 2019 que a Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (Ernst & Young) seja eleita para a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares para o primeiro trimestre de 2020. Planeamos propor que a Ernst & Young seja eleita como auditora das demonstrações financeiras consolidadas e anuais para a totalidade do exercício de 2020. Abordámos também os tópicos "conheça o seu cliente". Nomeámos o diretor de operações em funções, o Sr. Kuhnke, como membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019. As suas áreas de responsabilidade funcional no Conselho de Administração correspondem às suas tarefas anteriores - ele é responsável, entre outras coisas, pela segurança da informação do banco, pela gestão de dados e pela estratégia digital. Concordámos com a saída do Sr. Moreau do Conselho de Administração com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2018 e atribuímos a sua área de responsabilidade funcional no Conselho de Administração, Asset Management, ao Sr. Sewing. Além disso, resolvemos aprovar a declaração de conformidade para 2018 nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações.

Na última reunião do ano em **6 de dezembro**, discutimos juntamente com o Conselho de Administração uma atualização no programa "conheça o seu cliente", assim como os orçamentos para as funções do departamento de conformidade e antibrigueamento de capitais em 2018. A discussão também se focou nos tópicos relativos à relação bancária correspondente com o Danske Bank e as medidas das autoridades investigadoras ligadas às atividades comerciais da Regula Limited. O Conselho de Administração reportou-nos sobre o progresso feito relativamente às prioridades regulamentares e discutiram connosco os marcos importantes do processo de planeamento de 2019-2023. Elegemos o Professor Dr. Winkeljohann como o novo presidente do Comitê de Auditoria com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

## Comitês do Conselho de Fiscalização

O **Comité do Presidente** realizou nove reuniões em 2018. Efetuou regularmente os preparativos para as nossas reuniões e tratou das questões em curso entre as reuniões. O Comité do Presidente apoiou o Conselho de Fiscalização na monitorização dos preparativos para a IPO da DWS. O Comité do Presidente emitiu a aprovação da aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros antigos e atuais do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comité também tomou nota dos mandatos dos membros do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente preparou as decisões do Conselho de Fiscalização no campo do governo da sociedade e tratou de questões relativas às decisões do tribunal ainda não legalmente finais sobre as ações judiciais para a rescisão, anulação ou declaração de resoluções das Assembleias-Gerais de 2016 e 2017, assim como o pedido judicial de um acionista para a substituição do auditor eleito no Assembleia-Geral para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e anuais para o exercício de 2018.

Nas suas seis reuniões, o **Comité de Risco** lidou com a apetência presente e futura para o risco global e estratégia do Deutsche Bank, especialmente no que diz respeito aos riscos de crédito, liquidez, refinanciamento, país, mercado e operacionais. O Comité de Risco abordou os riscos financeiros e não financeiros do banco, a sua identificação e gestão, assim como as medidas para os reduzir. Em particular, o Comité de Risco centrou-se nos riscos de modelo e pessoal, assim como nos riscos relativos ao Brexit e os preparativos internos do banco para os mesmos. Adicionalmente, o Comité de Risco recebeu relatórios regulares do Conselho de Administração acerca da adequação do risco, capital e liquidez, assim como alterações correspondentes nos ativos ponderados pelo risco. O Comité de Risco recebeu também relatórios regulares sobre o funcionamento da gestão do risco relativamente a questões e iniciativas essenciais, o orçamento para o funcionamento da gestão do risco, cenários de tensão estratégicos, planos de recuperação e resolução ("living wills") e riscos na carteira bancária. Além disso, o Comité de Risco lidou com as conclusões e recomendações de reguladores sobre os tópicos relacionados com o risco.

O Comité de Risco monitorizou se as condições do negócio baseado no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Tomou decisões sobre as exposições ao crédito do banco que exigem aprovação ao abrigo da legislação alemã, dos estatutos e dos termos de referência.

Além disso, o Comité de Risco apoiou o Comité de Controlo de Remunerações na avaliação dos efeitos dos sistemas de remuneração no risco, capital e situação de liquidez do banco. Também examinou se os sistemas de remuneração estão em linha com a estratégia empresarial do banco, com foco no desenvolvimento sustentável da instituição. Neste contexto, o Comité de Risco monitorizou se as estratégias de risco derivado e a estratégia de remuneração estão também em linha com isso ao nível da instituição e do Grupo. Em novembro, os membros do Comité de Risco participaram na reunião do Comité de Controlo de Remunerações como convidados e contribuíram para a discussão mais aprofundada dos tópicos relativos à remuneração variável para o exercício de 2018.

O **Comité de Auditoria** reuniu-se sete vezes em 2018. O Comité de Auditoria apoiou-nos na monitorização do processo de relato financeiro e abordou intensamente as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20 F enviado à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. No contexto do processo de relato financeiro, apoiou-nos na monitorização da implementação da nova Norma Internacional de Relato Financeiro 9, assim como no reconhecimento das disposições. O Comité de Auditoria lidou também com a avaliação dos vários instrumentos financeiros e com as obrigações com pensões do banco, assim como com tópicos fiscais, nomeadamente face ao cenário da reforma fiscal dos Estados Unidos. O Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os "itens distribuíveis disponíveis" e a capacidade de serviço de cupões nos instrumentos de capital Tier 1 adicional.

O Comité de Auditoria monitorizou a eficácia do sistema de gestão do risco, principalmente no que diz respeito ao sistema de controlo interno e à Auditoria do Grupo, ao mesmo tempo que teve em conta os possíveis impactos do programa de contenção de custos em curso. Isto também cobriu, entre outras coisas, o relato sobre o desenvolvimento em curso de controlos para combater a lavagem de dinheiro e evitar o crime financeiro, a vigilância das transações, as três linhas do modelo de defesa e iniciativas-chave para um fortalecimento reforçado do sistema de controlo interno. O Comité de Auditoria foi mantido atualizado sobre o trabalho da auditoria do Grupo, do seu plano de auditoria e respetivos recursos. Abordou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para remediar as deficiências identificadas pelo auditor, pela Auditoria do Grupo e pelas autoridades reguladoras. Também recebeu atualizações regulares sobre o estado e progresso neste contexto e na remediação das conclusões.

Emitimos um mandato à KPMG na qualidade de auditor independente e, com o apoio do Comité de Auditoria, definimos o montante da remuneração do auditor. A KPMG reviu também o relato não financeiro legalmente exigido. O Comité de Auditoria lidou com as medidas para se preparar para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2018, tendo especificado as suas próprias áreas prioritárias de auditoria e aprovado uma lista de serviços permissíveis não relacionados com auditoria. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade, incluindo o auditor, para a prestação de serviços que não de auditoria. O Comité também abordou os principais assuntos de auditoria apresentados no relatório do auditor, o relatório não financeiro separado do Grupo, bem como a demonstração não financeira.

O diretor/a da Auditoria do Grupo participou em todas as reuniões do Comité de Auditoria. Os representantes do auditor também participaram em todas estas reuniões; contudo, com a exceção das rubricas específicas da agenda relacionadas com a rotação do auditor.

**Rotação do auditor:** Para implementar os requisitos do Regulamento (UE) N.º 537/2014 relativos à rotação obrigatória do auditor, foi realizado um processo de concurso público em 2018 para selecionar o novo auditor da Deutsche Bank AG e Grupo Deutsche Bank para o exercício de 2020. Para assegurar um procedimento de seleção eficiente e eficaz, foi criada uma organização de projetos que agia sob a supervisão e autoridade decisória do Comité de Auditoria.

O desempenho do processo de concurso de auditoria foi apoiado nas operações do banco por um Comité de Orientação e Equipa de Projetos. O Comité de Orientação era composto, para além do presidente do Comité de Auditoria, três outros membros do Comité de Auditoria, pelo diretor financeiro, diretor/a da Auditoria do Grupo, assim como pelos quadros superiores das respetivas divisões envolvidas. A especificação dos passos do processo-chave, os critérios de seleção e as decisões-chave foram discutidas antecipadamente com o presidente do Comité de Auditoria e Comité de Orientação e foram em última análise aprovadas pelo Comité de Auditoria. Nestas reuniões, o Comité de Auditoria recebeu relatórios regulares sobre o progresso do processo de concurso de auditores, tendo deliberado e tomado decisões sobre os passos-chave seguintes. Em conformidade com os requisitos da UE para um concurso público, todo o processo foi conduzido de um modo justo e transparente e livre de discriminação. Através do anúncio público do processo de concurso para auditores, incluindo Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger), fiscalizando as firmas que foram primeiro convidadas a expressar o seu interesse em participar no processo de seleção. No passo seguinte, àqueles que expressarem interesse foi-lhes facultada extensa documentação para tornar possível a entrega de uma oferta bem fundamentada. Adicionalmente, foi dada a todos os concorrentes a oportunidade de clarificar quaisquer assuntos pendentes numa fase de questões e respostas. As duas ofertas consequentemente enviadas foram analisadas pela Equipa de Projetos e pelo Comité de Orientação. Os dois candidatos finais foram ambos convidados separadamente a apresentar as suas ofertas e a apresentar os membros de topo das respetivas equipas ao Comité de Orientação e ao Comité de Auditoria. Os principais pontos financeiros de cada uma das ofertas foram discutidos com ambos os candidatos. No seguimento da conclusão do processo e com base num relatório detalhado do processo, bem como na avaliação dos candidatos, o Comité de Auditoria emitiu a sua recomendação para os dois candidatos na sua reunião do dia 23 de outubro de 2018 ao Conselho de Fiscalização. No quadro desta recomendação, houve uma preferência pela Ernst & Young GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft.

O **Comité de Nomeações** reuniu seis vezes. Abordou, em particular, questões relacionadas com a sucessão e nomeações, ao mesmo que tem em conta os requisitos legais e regulamentares, e nomeou candidatos específicos adequados para o Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. O Comité de Nomeações apoiou-nos na implementação dos requisitos, aplicáveis a partir de 30 de junho de 2018, das diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre a governação interna e diretrizes relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave, ao mesmo tempo que tinha em conta as diretrizes do Banco Central Europeu (ECB) relativas à avaliação das habilitações profissionais, fiabilidade pessoal (Guia para avaliações competentes e idóneas).

Também nos apoiou na implementação dos melhoramentos potenciais identificados através da avaliação levada a cabo em 2017 e preparou intensamente a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2018. Além disso, o Comité de Nomeações emitiu recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito aos princípios de seleção e nomeação de pessoas para o nível da direção.

O **Comité de Controlo de Remunerações** reuniu cinco vezes em 2018. Monitorizou a estruturação adequada dos sistemas de remuneração para o Conselho de Administração e colaboradores, juntamente com a remuneração para os diretores das funções de controlo e colaboradores que correm riscos materiais. Lidou também com o Relatório de Remuneração de 2017 e com o Relatório de Controlo de Remunerações do responsável de remuneração que concluíram que o sistema de remuneração do banco está adequadamente estruturado e em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). O Comité de Controlo de Remunerações concordou com esta avaliação.

Submeteu propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração, tendo em consideração as metas e objetivos acordados. O Comité de Controlo de Remunerações apoiou-nos na monitorização do envolvimento da área interna de controlo, bem como de outras áreas materiais na estruturação dos sistemas de remuneração e avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração sobre a situação de risco, capital e liquidez. O Conselho de Administração reportou-nos sobre os procedimentos para determinar e alocar o montante total de remuneração variável para os colaboradores do banco, tendo em conta, em particular, a acessibilidade.

Nas suas reuniões de fevereiro, julho e outubro, o Comité de Controlo de Remunerações recebeu relatórios sobre as comunicações do Conselho de Administração com as autoridades reguladoras sobre tópicos de remuneração e alterações no quadro regulamentar relativo a remunerações. Abordou a implementação da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) de 25 de julho de 2017, e os componentes individuais da remuneração variável para o exercício de 2018, assim como as regras do plano. O Comité de Controlo de Remunerações tratou também de alterações antecipadas ao sistema de remuneração da DWS seguindo a sua IPO, assim como os tópicos de remuneração ligados à fusão das Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e Deutsche Postbank AG.

O **Comité de Integridade** reuniu-se seis vezes em 2018. O Comité abordou o alinhamento da cultura nas divisões individuais com a cultura corporativa holístico, também em consideração à fusão entre a Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e a Deutsche Postbank AG. O Comité de Integridade reviu e discutiu o código de conduta atualizado com o Conselho de Administração, juntamente com as iniciativas para a respetiva integração sustentável na organização. Neste contexto, o Comité também abordou a gestão do risco de conduta e a gestão das consequências. Além disso, o Comité discutiu com o Conselho de Administração sobre a implementação do estado do processo padronizado de "ensinamentos retirados" em todo o banco, que gere a integração sustentável de lições retiradas do passado na organização e, como resultado, mitiga o risco dos processos com falhas e/ou conduta imprópria.

O Conselho de Administração reportou regularmente nas reuniões sobre os processos judiciais com os riscos mais elevados para o banco e outros processos e casos de litígio material.

Nas suas reuniões de outubro e dezembro, o Comité de Integridade abordou as relações bancárias correspondentes do Deutsche Bank, em particular com a agência da Estónia do Danske Bank. Em dezembro, o Conselho de Administração reportou sobre a pesquisa das autoridades investigadoras das premissas do banco no âmbito das atividades comerciais da Regula Limited, uma antiga subsidiária do banco. O Comité da Integridade dedica atenção especial ao acompanhamento destes tópicos.

O Conselho de Administração reportou sobre as medidas e o progresso alcançado na otimização do quadro de políticas internas e de outros tópicos de governação. Foram também abordadas as questões ambientais e sociais nas reuniões do Comité de Integridade. Entre outros aspetos, estas envolveram a responsabilidade social corporativa do banco e a contribuição para a preservação do nosso ambiente.

O novo **Comité de Estratégia** reuniu três vezes. O assunto da primeira reunião, inicialmente, foi clarificar o delineamento das suas tarefas e responsabilidades com o plenário do Conselho de Fiscalização e a cooperação com os outros comités do Conselho de Fiscalização. O Comité de Estratégia tinha o relatório do presidente do Conselho de Administração em todas as suas reuniões relativas ao estado de implementação das principais medidas estratégicas e a consecução dos objetivos financeiros de longo e curto prazo. Discutiu com o Conselho de Administração sobre o progresso de implementação tanto ao nível do Grupo como das divisões corporativas, sobre as oportunidades de negócio atuais e futuras e os desafios do cenário de conjuntura concorrencial, e recebeu relatórios sobre os projetos de transformação significativa de relevância estratégica. No quadro das análises exaustivas das divisões do banco, o Comité discutiu intensamente o posicionamento da área de negócios Wealth Management e as suas prioridades estratégicas. Além disso, o Comité delineou as áreas de enfoque na preparação para o workshop de estratégia de dois dias do Conselho de Fiscalização em setembro.

O novo **Comité de Tecnologia, Dados e Inovação** reuniu três vezes. O Comité abordou tanto a arquitetura como a estratégia em matéria de tecnologias de informação, também a partir da perspetiva das áreas individuais do banco. Nas reuniões, o Conselho de Administração reportou sobre a estratégia de gestão de dados global do banco - os objetivos-alvo, o estado da sua implementação e a interação com as partes internas interessadas. Durante as suas reuniões, o Comité abordou os pontos focais do trabalho do Laboratório de Inovação em Berlim e a Digital Factory em Frankfurt, bem como as iniciativas de inovação na banca de investimento. Neste contexto, deliberou também com o Conselho de Administração no planeamento do orçamento para projetos informáticos-chave para o exercício de 2019. Além disso, lidou com o espetro de aplicação em todo o banco, a monitorização de métricas informáticas importantes, tópicos informáticos e cibersegurança, e a mitigação e gestão dos riscos informáticos.

As reuniões do **Comité de Mediação**, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

## Participação em reuniões

Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comitês)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comitês)	Participação (comitês)	Participação em % (de todas as reuniões)
Achleitner	54	9	9	45	45	100
Blomeyer-Bartenstein	11	5	5	6	6	100
Böhr	7	4	4	3	3	100
Bsirske	32	9	9	23	23	100
Clark	11	5	5	6	6	100
Dublon	9	6	6	3	3	100
Duscheck	15	9	9	6	4	87
Eschelbeck	12	9	9	3	3	100
Garrett-Cox	18	9	8	9	7	83
Heider	18	9	9	9	9	100
Irrgang	7	4	4	3	3	100
Kagermann	14	4	4	10	8	86
Klee	15	9	9	6	6	100
Mark	19	9	9	10	10	100
Meddings	25	9	9	16	15	96
Empresa-mãe	7	4	3	3	1	57
Platscher	19	9	9	10	10	100
Polaschek	22	5	5	17	17	100
Rose	19	9	9	10	10	100
Rudschäfski	14	4	4	10	10	100
Schütz	13	9	9	4	4	100
Simon	32	9	9	23	23	100
Szukalski	8	5	5	3	3	100
Teyssen	9	4	3	5	3	67
Thain	8	5	5	3	3	100
Trogni	11	5	5	6	6	100
Winkeljohann	4	3	3	1	1	100

## Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comitês está em conformidade com os requisitos da lei bancária alemã (KWG), assim como com as normas de governação regulamentares. A adequação de cada membro individual foi avaliado tanto internamente pelo Comité de Nomeações como externamente pelo Banco Central Europeu, e determinado e monitorizado continuamente pela Equipa Comum de Supervisão (JST). A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho das suas tarefas.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes de todos os comitês são independentes em conformidade com os termos de referência aplicáveis periodicamente. Eles coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos e matérias do caso relevantes no desempenho das suas funções. A cooperação nos comitês foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comitês reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e do Comité houve debates regulares nas “sessões executivas” sem a participação do Conselho de Administração.

Com base nas recomendações dos comitês respetivamente responsáveis, determinámos que a Sra. Garrett-Cox, o Dr. Achleitner, o Sr. Meddings, o Professor Dr. Simon e o Professor Dr. Winkeljohann foram os especialistas financeiros em conformidade com a definição das regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, bem como do artigo 100.º, n.º 5 e do artigo 107.º, n.º 4, da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e do artigo 25.º-D, n.º 9, da lei bancária alemã (KWG). O Dr. Achleitner e o Professor Dr. Simon foram nomeados como especialistas de remuneração em conformidade com as disposições do artigo 25.º-D, n.º 12, da lei bancária alemã (KWG). Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria

e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes.

O Dr. Achleitner e os presidentes dos comités reuniram regularmente com representantes dos reguladores-chave e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Na preparação para a Assembleia-Geral de 2018, o Dr. Achleitner, na sua capacidade como presidente do Conselho de Fiscalização, levou a cabo discussões juntamente com o nosso departamento de Relações com os investidores com representantes de investidores no que diz respeito aos tópicos de estratégia e governação, assim como à remuneração do Conselho de Administração.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em plenário abordámos a avaliação prevista por lei do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização para o exercício de 2018. O debate final dos resultados ocorreu a 31 de janeiro de 2019 e os resultados foram apresentados num relatório final. Implementámos os melhoramentos potenciais que foram identificados no exercício de 2017. Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e tempo disponível dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. As medidas de melhoramento discutidas com os membros do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização para aumentar a eficiência do trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivas oito comissões especializadas permanentes implementadas prontamente.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração a 27 de outubro de 2017, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização a 25 de outubro de 2018. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 411 do Relatório Anual de 2018 e no nosso sítio Web em <https://www.db.com/ir/en/documents.htm>. As nossas declarações de conformidade desde 2007 estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

## Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas. Além disso, várias medidas destinadas à educação foram realizadas para o trabalho do Conselho de Fiscalização em plenário e comités para manter e alargar o conhecimento especializado necessário. Os tópicos eram compostos, entre outros, por contabilidade, medição do desempenho utilizando as pontuações equilibradas, tendências de recursos humanos e desenvolvimento da equipa, digitalização, os produtos e serviços de um banco de investimento, governo da sociedade, assim como as comunicações internas e relações com os investidores.

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados aos indivíduos para facilitar a sua adaptação ao cargo.

## Conflitos de interesse e o seu tratamento

O Professor Dr. Winkeljohann não tomou parte nas deliberações e resoluções para a seleção de um auditor.

## As demonstrações financeiras anuais, as demonstrações financeiras consolidadas, o relatório não financeiro consolidado e a demonstração não financeira

A KPMG auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e gestão, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com o relatório de gestão relacionado do exercício financeiro de 2018 e emitiu em ambos os casos um parecer de auditoria sem reservas em 15 de março de 2019. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Pukropski e Sr. Böth. O Sr. Pukropski assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez para o exercício financeiro de 2013 e o Sr. Böth pela primeira vez para o exercício financeiro de 2017.

Além disso, a KPMG realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais para 2018 e demonstrações financeiras consolidadas para 2018, bem como o relato não financeiro para 2018 na respetiva reunião em 19 de março de 2019. Os representantes da KPMG apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação e tratamento avançado do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e



demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro, concordámos com os resultados das auditorias, no seguimento de um debate extensivo sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objecção a ser apresentada.

Aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração no 21 de março de 2019. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis do Conselho de Administração.

## Questões pessoais

Com a conclusão da Assembleia-Geral de 24 de maio de 2018, o Sr. Parent, o Professor Dr. Kagermann e Dr. Teysen deixaram o Conselho de Fiscalização. A Assembleia-Geral elegeu a Sra. Clark, a Sra. Trogni e o Sr. Thain como novos membros até à conclusão da Assembleia-Geral que resolve a ratificação dos atos de gestão para o exercício de 2022.

Além disso, a Assembleia-Geral elegeu a Sra. Dublon como membro do Conselho de Fiscalização até 31 de julho de 2018 e o Professor Dr. Winkeljohann como membro com efeitos a partir de 1 de agosto de 2018, até à conclusão da Assembleia-Geral que resolve a ratificação dos atos de gestão para o exercício de 2022.

Com a conclusão da Assembleia-Geral de 24 de maio de 2018, o mandato dos representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização chegou ao fim. O Sr. Bsirske, o Sr. Duscheck, o Sr. Heider, a Sra. Klee, a Sra. Mark, a Sra. Platscher e o Sr. Rose foram reeleitos para o Conselho de Fiscalização. Recentemente eleitos como representantes dos colaboradores para o Conselho de Fiscalização foram o Sr. Blomeyer-Bartenstein, o Sr. Polaschek e o Sr. Szukalski. Para o Sr. Szukalski, foi a segunda vez.

O Sr. Cryan deixou o Conselho de Administração em 8 de abril de 2018. O Dr. Schenck e a Sra. Hammonds deixaram o Conselho de Administração em 24 de maio de 2018. O Sr. Moreau deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2018.

Com efeito imediato em 8 de abril de 2018, nomeámos o Sr. Sewing como presidente do Conselho de Administração e o Sr. Ritchie e Sr. von Rohr como presidentes (vice-presidentes do Conselho de Administração).

Além disso, prolongámos a nomeação do Sr. Ritchie por cinco anos (consulte “Declaração de Governo da Sociedade / Conselho de Administração” com início da página 393 no Relatório Anual) e nomeámos o Sr. Kuhnke como membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019. Em janeiro de 2019, resolvemos alargar a nomeação do Sr. Steinmüller por um ano, até 31 de julho de 2020.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros que abandonaram o Conselho de Fiscalização no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Também gostaríamos de agradecer aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 21 de março de 2019

O Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner  
Presidente

## Conselho de Fiscalização

### Dr. Paul Achleitner

– Presidente  
Munique  
Alemanha

### Detlef Polaschek\*

desde 24 de maio de 2018  
– Vice-presidente  
Essen  
Alemanha

### Stefan Rudschäfski\*

até 24 de maio de 2018  
– Vice-presidente  
Kaltenkirchen  
Alemanha

### Ludwig Blomeyer- Bartenstein\*

desde 24 de maio de 2018  
Bremen  
Alemanha

### Wolfgang Böhr\*

até 24 de maio de 2018  
Düsseldorf  
Alemanha

### Frank Bsirske\*

Berlim  
Alemanha

### Mayree Carroll Clark

desde 24 de maio de 2018  
Nova Iorque  
EUA

### Dina Dublon

até 31 de julho de 2018  
Nova Iorque  
EUA

### Jan Duscheck\*

Berlim  
Alemanha

### Dr. Gerhard Eschelbeck

Cupertino  
EUA

### Katherine Garrett-Cox

Brechin, Angus  
Reino Unido

### Timo Heider\*

Emmerthal  
Alemanha

### Sabine Irrgang\*

até 24 de maio de 2018  
Mannheim  
Alemanha

### Prof. Dr. Henning Kagermann

até 24 de maio de 2018  
Königs Wusterhausen  
Alemanha

### Martina Klee\*

Frankfurt am Main  
Alemanha

### Henriette Mark\*

Munique  
Alemanha

### Richard Meddings

Cranbrook  
Reino Unido

### Louise M. Parent

até 24 de maio de 2018  
Nova Iorque  
EUA

### Gabriele Platscher\*

Braunschweig  
Alemanha

### Bernd Rose\*

Menden  
Alemanha

### Gerd Alexander Schütz

Viena  
Áustria

### Prof. Dr. Stefan Simon

Zurique  
Suíça

### Stephan Szukalski\*

desde 24 de maio de 2018  
Ober-Mörlen  
Alemanha

### Dr. Johannes Teyssen

até 24 de maio de 2018  
Düsseldorf  
Alemanha

### John Alexander Thain

desde 24 de maio de 2018  
Rye  
EUA

### Michele Trogni

desde 24 de maio de 2018  
Riverside  
EUA

### Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

desde 1 de agosto de 2018  
Osnabrück  
Alemanha

## Comités

### Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner  
– Presidente  
Frank Bsirske\*  
Prof. Dr. Henning Kagermann  
(até 24 de maio de 2018)  
Detlef Polaschek\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Stefan Rudschäfski\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Stefan Simon  
(desde 24 de maio de 2018)

### Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner  
– Presidente  
Frank Bsirske\*  
Prof. Dr. Henning Kagermann  
(até maio de 2018)  
Detlef Polaschek\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Stefan Rudschäfski\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Gerd Alexander Schütz  
(desde 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Stefan Simon  
(desde 24 de maio de 2018)  
Dr. Johannes Teyssen  
(até 24 de maio de 2018)

### Comité de Auditoria

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

– Presidente  
(desde 1 de janeiro de 2019)  
Membro desde 1 de novembro de 2018)  
Richard Meddings  
– Presidente  
(até 31 de dezembro de 2018)  
Dr. Paul Achleitner  
Katherine Garrett-Cox  
(até 31 de outubro de 2018 e  
1 de janeiro de 2019)  
Henriette Mark\*  
Gabriele Platscher\*  
Detlef Polaschek\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Bernd Rose\*  
Prof. Dr. Stefan Simon

### Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner  
– Presidente  
Frank Bsirske\*  
Prof. Dr. Henning Kagermann  
(até 24 de maio de 2018)  
Detlef Polaschek\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Stefan Rudschäfski\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Stefan Simon  
(desde 24 de maio de 2018)

### Comité de Estratégia (desde 24 de maio de 2018)

John Alexander Thain  
– Presidente  
Dr. Paul Achleitner  
Frank Bsirske\*  
Mayree Carroll Clark  
Timo Heider\*  
Henriette Mark\*  
Richard Meddings  
Detlef Polaschek\*

### Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

#### (desde 24 de maio de 2018)

Michele Trogni  
– Presidente  
Dr. Paul Achleitner  
Jan Duscheck\*  
Dr. Gerhard Eschelbeck  
Martina Klee\*  
Bernd Rose\*\*

\* Representantes dos colaboradores

## Comité de Integridade

Prof. Dr. Stefan Simon  
– Presidente  
Dr. Paul Achleitner  
Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Katherine Garrett-Cox  
(desde 24 de maio de 2018)  
Sabine Irrgang\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Timo Heider\*  
Martina Klee\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Louise M. Parent  
(até 24 de maio de 2018)  
Gabriele Platscher\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Dr. Johannes Teysen  
(até 24 de maio de 2018)

## Comité de Risco

Mayree Carroll Clark  
- Presidente  
(desde 24 de maio de 2018)  
Dina Dublon  
- Presidente  
(até 24 de maio de 2018)  
Dr. Paul Achleitner  
Ludwig Blomeyer-Bartenstein\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Wolfgang Böhr\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Jan Duscheck\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Richard Meddings  
(até 31 de dezembro de 2018)  
Louise M. Parent  
(até 24 de maio de 2018)  
Stephan Szukalski\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Michele Trogni  
(desde 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann  
(desde 1 de janeiro de 2019)

## Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner  
– Presidente  
Frank Bsirske\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Wolfgang Böhr\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Henning Kagermann  
(até 24 de maio de 2018)  
Detlef Polaschek\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Stefan Rudschäfski\*  
(até 24 de maio de 2018)  
Prof. Dr. Stefan Simon  
(desde 24 de maio de 2018)  
Grupo Deutsche Bank

\* Representantes dos colaboradores

## Estratégia

Somos um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma base sólida na Alemanha, a maior economia da Europa. Fornecemos serviços em banca comercial e de investimento e banca de retalho, bem como produtos de gestão de ativos e patrimónios a empresas, governos, investidores institucionais, pequenas e médias empresas, e particulares.

No segundo trimestre de 2018, anunciámos alterações para a nossa estratégia e atualizações para os nossos objetivos financeiros. A gestão centrou-se na rentabilidade de melhoramento material para os acionistas ao longo do tempo e na aplicação do nosso balanço e outros recursos para as atividades de rentabilidade mais alta em linha com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. Para alcançar estes objetivos primários, definimos quatro imperativos-chave estratégicos: Em primeiro lugar, mudar o banco para um perfil de ganhos e proveitos mais estável. Em segundo lugar, executar em estratégias claramente definidas nas nossas áreas de negócio Private & Commercial Bank (PCB) e Asset Management (AM). Em terceiro lugar, reestruturar a nossa divisão Corporate & Investment Bank (CIB) para um modelo que enfatiza os nossos pontos fortes na banca de transação, mercados de capitais, soluções de tesouraria e financiamento. E em quarto lugar, reduzir os nossos custos e empenharmo-nos numa cultura de custo intransigente.

Como base da nossa estratégia, procuramos continuar a reforçar as nossas metas alcançadas de 2018: pretendemos reter a nossa disciplina de custos e planeamos continuar a reduzir as despesas. Contudo, também pretendemos começar uma nova fase - uma de crescimento controlado. Procuramos crescer em todas as divisões, não abdicando da nossa disciplina de custos nem comprometendo a nossa integridade.

### Atingir um perfil de ganhos e proveitos mais estável

Procuramos aumentar a cotação dos proveitos oriundos de fontes estáveis caracterizadas pela volatilidade de ganhos mais baixa e expandir as nossas áreas de negócio mais estáveis - Private & Commercial Bank, a nossa divisão Asset Management, DWS e Global Transaction Banking. A mistura de áreas de negócio mais estáveis destina-se a diminuir os nossos custos de financiamento, apoiar a nossa notação de crédito e tornar o nosso desempenho mais resiliente, mesmo em mercados ou conjunturas muito difíceis.

### Crescimento na nossa divisão Private & Commercial Bank e DWS

A nossa divisão Private & Commercial Bank é composta por três unidades de negócio Private and Commercial Business (Alemanha), Private and Commercial Business (Internacional) e Wealth Management (Global).

A nossa unidade Private and Commercial Business (Alemanha) serve mais de 20 milhões de clientes privados e comerciais e segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente com duas principais marcas fortes e distintas: Deutsche Bank e Postbank. O forte posicionamento das duas marcas, a ampla base de clientes e a utilização de pontos fortes complementares formam a base para os custos significativos e as sinergias de receitas de 900 milhões de euros anualmente que procuramos concretizar na totalidade em 2022 e nos anos seguintes. Um novo modelo de funcionamento com uma infraestrutura conjunta e plataforma de produtos, assim como uma gestão conjunta, irão ajudar no sentido de alcançar estes objetivos.

Na nossa unidade Private and Commercial Business (Internacional), continuamos a aperfeiçoar o foco e o investimento nos nossos mercados essenciais. Ao mesmo tempo que simplificamos a nossa presença geográfica com a saída parcial concluída da Polónia e a alienação em curso do nosso negócio em Portugal, estamos a investir nas nossas operações italianas, espanholas, belgas e índias, dado que as vemos como mercados atrativos e em crescimento.

Na unidade Wealth Management (Global), procuramos fazer crescer a nossa quota de mercado, tanto na Alemanha como a nível internacional.

Estamos também a continuar os nossos investimentos em soluções digitais para produtos bancários e não bancários através de mais investimentos em ações em parceiros estratégicos e melhoramentos da nossa plataforma digital.

Para a DWS, com a IPO agora concluída, estamos a focar-nos no crescimento de ativos sob gestão, melhorando a eficiência e rentabilidade e promovendo uma sólida rentabilidade dos acionistas da DWS, incluindo um dividendo robusto.

## Reformular a divisão Corporate & Investment Bank

Tencionamos permanecer um dos principais bancos corporativos e de investimento europeus com alcance global. Como parte da reestruturação anunciada e concluída em 2018, a CIB irá focar-se nos seus pontos fortes de produtos essenciais e mercados-chave.

Anunciámos três atualizações estratégicas para a CIB. Em primeiro lugar, otimizámos a nossa área de geração e consultoria: iremos manter uma forte presença mas estamos a focar-nos em setores e segmentos que são os mais relevantes para os nossos clientes mais importantes ou nos quais temos uma forte posição global. Em segundo lugar, orientámos o foco dos nossos pontos fortes na área Fixed Income & Currencies (FIC) para os nossos pontos fortes principais, reduzindo ao mesmo tempo a despesa para as taxas dos Estados Unidos. Em terceiro lugar, nas Ações, alterámos o foco dos nossos recursos à volta das relações existentes com os nossos clientes rentáveis.

Futuramente, iremos focar os nossos recursos nos nossos principais pontos fortes na banca de transações, mercados de capitais, soluções de tesouraria e financiamento. Adicionalmente, tencionamos reduzir significativamente o nosso custo para servir através de reduções no número de funcionários e através da modernização da plataforma.

## Gestão de custos rigorosa

Dado o progresso feito na redução de custos ajustados em 2018, a gestão está agora empenhada em reduzir os custos ajustados em mais de 1 milhar de milhões de euros para 21,8 mil milhões de euros em 2019, baixando por conseguinte o objetivo que definimos para nós próprios em 2018 em 200 milhões de euros. Os custos em 2019 devem beneficiar da taxa total das medidas anteriormente promulgadas, assim como das nossas reduções adicionais planeadas no número de colaboradores, as sinergias da nossa fusão de retalho alemã e a conclusão da venda das nossas operações de retalho portuguesas. Procuramos também beneficiar do atual esforço de gestão para reduzir os custos não remuneratórios, incluindo uma maior racionalização dos gastos dos fornecedores e a nossa presença imobiliária. Ao mesmo tempo, iremos continuar a investir na nossa tecnologia e controlos.

## Os nossos objetivos financeiros

### Objetivos operacionais a curto prazo

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de mais de 4% em 2019
- Custos ajustados de 21,8 mil milhões de euros em 2019
- Colaboradores internos equivalentes a tempo inteiro de menos de 90 000 no fim do exercício de 2019

### Objetivo operacional a longo prazo

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de cerca de 10% numa conjuntura normalizada e na base da consecução dos nossos objetivos de custos

À medida que executamos os nossos objetivos operacionais a curto e longo prazo, tencionamos continuar a gerir o nosso balanço de forma conservadora, com os seguintes objetivos de capital:

### Objetivos de capital

- Rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV acima dos 13%
- Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) de 4,5% ao longo do tempo.
- Rácio de distribuição de dividendos competitivo

## Progresso na implementação da estratégia

Em 2018, conseguimos os nossos objetivos quanto ao número de colaboradores e custos ajustados. Os nossos custos ajustados de 22,8 mil milhões de euros situaram-se abaixo do nosso objetivo de 23 mil milhões de euros. Numa base de equivalência a tempo inteiro (FTE), reduzimos o número de colaboradores interno para 91 737 no fim do exercício de 2018, em comparação com o nosso objetivo de menos de 93 000. O nosso rácio Common Equity Tier 1 de 13,6% está acima do nosso objetivo e o nosso rácio de alavancagem numa base de integração progressiva melhorou para 4,3%, em comparação com os 4,5%, que era o nosso objetivo ao longo do tempo.

Durante 2018, a nossa divisão **Corporate & Investment Bank (CIB)** anunciou reduções de recursos e no número de colaboradores como parte da reformulação estratégica da divisão. Estas ações foram conseguidas com êxito ao longo do segundo e terceiro trimestre de 2018. Medidas incluídas: redefinir as prioridades da nossa presença na área de geração e consultoria em setores em que temos uma posição forte de mercado; diminuir a exposição de alavancagem na unidade Ações, principalmente no financiamento especial (Prime Finance), e as Taxas dos Estados Unidos, incluindo o financiamento de recompra; e reduzir o nosso número de colaboradores na unidade Ações em cerca de 25%. Continuamos a implementar medidas adicionais para reduzir a nossa base de custos, enquanto os ativos ponderados pelo risco e a exposição de alavancagem de ativos identificados como não compatíveis com a estratégia da divisão CIB continuam a desenrolar-se como planeado. Através do alcance de maiores receitas e produtividade de recursos, assim como de uma eficiência de custos, procuramos melhorar futuramente a rentabilidade da CIB.

Em 2019, a CIB centrou-se na consecução de um crescimento de proveitos controlados a partir do investimento e utilização de recursos direcionados. Isto será apoiado por uma oferta de produtos e cobertura de clientes mais focada, conduzindo a uma capacidade melhorada de direcionar os recursos para as relações com uma rentabilidade mais alta, aumentando em última análise a share-of-wallet dos clientes (montantes que os clientes gastam em produtos bancários). A divisão CIB continua a revigorar a respetiva franquia trazida pelos clientes através de uma cobertura mais eficaz, tal como se pode constatar pela criação de um grupo integrado de cobertura institucional e de tesouraria (Institutional & Treasury Coverage) em 2018. O objetivo deste grupo é alcançar sinergias a partir de um alinhamento mais rigoroso e de conhecimentos especializados partilhados. As iniciativas adicionais de gestão da despesa em 2019 centram-se nas funções de controlo das operações e processamento administrativo.

Continuamos a assistir a uma clara oportunidade para a divisão CIB ocupar uma posição atrativa como um dos poucos participantes europeus de relevância global no mercado global da CIB.

Para a divisão **Private & Commercial Bank**, no seguimento de uma fusão bem-sucedida da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e da Deutsche Postbank AG no segundo trimestre de 2018, levámos a cabo mais ações no quarto trimestre de 2018 para alcançar a nossa futura estrutura organizacional. Otimizámos mais a organização de vendas da Private and Commercial Business (Alemanha) e também melhorámos a nossa infraestrutura de vendas, assim como os formatos das agências. Para simplificar a nossa sede, anunciámos uma equipa de liderança dedicada para a governação e gestão de produtos e definimos o principal modelo operacional da sede. Adicionalmente, fortalecemos a nossa plataforma digital com o lançamento da nossa marca digital “Yunar” e estivemos entre os primeiros bancos na Alemanha a oferecer Apple Pay aos nossos clientes.

Na unidade Private and Commercial Business (Internacional), continuámos a executar a estratégia do banco de aperfeiçoar o respetivo enfoque e reduzir a complexidade. A alienação anunciada da maioria dos nossos negócios de retalho na Polónia foi concluída com êxito no quarto trimestre de 2018, ao passo que a venda do negócio de retalho local em Portugal está a progredir no tempo previsto e as partes tencionam concluir a transação no segundo trimestre de 2019, sujeita a aprovações regulamentares e outras condições. Em Itália e Espanha, continuámos a refinar os nossos modelos de negócios para melhorar a eficiência e a cobertura de clientes, apoiados por uma rede de vendas otimizada e uma organização simplificada, e continuamos a focar-nos no melhoramento da rentabilidade das nossas áreas de negócio na Índia e na Bélgica.

Na Wealth Management (Global), fizemos mais progressos no sentido da nossa agenda estratégica, tendo por foco o melhoramento da eficiência e robustez da nossa plataforma, colocando ao mesmo tempo ênfase no crescimento, nomeadamente em mercados essenciais com património de valor líquido ultraelevado (UHNW), através de contratação front office direcionada. No decurso de 2018, a WM investiu ainda no fortalecimento do respetivo quadro de controlo. Ao mesmo tempo, foram levados a cabo vários projetos com o intuito de melhorar a experiência do cliente através de ofertas digitais melhoradas, acolhimento mais rápido, assim como uma abordagem de clientes com um modelo de assistência ao cliente mais diversificado. Um marco significativo na simplificação da nossa estrutura de gestão foi o lançamento de uma nova estrutura regional no quarto trimestre de 2018, passando de quatro para três regiões (Américas, Europa, mercados emergentes). E concluímos com êxito a integração da área de negócios Wealth Management da Sal. Oppenheim no Grupo Deutsche Bank no segundo trimestre de 2018.

Na **Asset Management**, seguindo a IPO bem-sucedida da DWS no primeiro trimestre de 2018, a área de negócios começou a operar como uma empresa mais autônoma e criou as bases para o crescimento a longo prazo. A AM está a executar iniciativas de crescimento, incluindo contratações estratégicas para as equipas de cobertura de clientes, tanto para reforçar o crescimento institucional como para apoiar o negócio passivo. A AM também adicionou com êxito novos distribuidores para a plataforma proprietária digital de investimento e tornou-se no primeiro gestor de ativos a apresentar a respetiva plataforma digital de investimento para o mercado de seguros ligados a fundos de investimento.

A DWS e a BNP Paribas Securities Services decidiram conjuntamente não prosseguir com a transferência dos nossos serviços de administração de fundos na Alemanha e Luxemburgo para a BNP Paribas Securities Services e a provisão de serviços de custódia e de depósito para os nossos fundos de retalho, tal como anunciado em junho de 2018.

A Asset Management presenciou um progresso contínuo com a nossa estratégia para as questões sociais, ambientais e de governação (SAG), ilustrada pela recente expansão do nosso conjunto de produtos por todos os espaços de investimento ativos, passivos e alternativos.

Foi criado um programa de eficiência e transformação com iniciativas dedicadas para desafiar e reduzir as despesas, assim como melhorar a eficiência e a produtividade ao simplificar o nosso modelo operacional.



1-

## Relatório de Gestão

2	<b>Análise Operacional e Financeira</b>
2	<b>Sumário executivo</b>
4	<b>Grupo Deutsche Bank</b>
10	<b>Resultado operacional</b>
28	<b>Posição Financeira</b>
31	<b>Liquidez e Recursos de Capital</b>
33	<b>Perspetivas</b>
39	<b>Riscos e oportunidades</b>
44	<b>Relatório de Risco</b>
46	<b>Visão geral do risco e do capital</b>
50	<b>Quadro de risco e de capital</b>
60	
	<b>Gestão do risco e de capital</b>
90	<b>Desempenho de capital e risco</b>
154	<b>Relatório de Remunerações</b>
157	<b>Relatório de Remuneração do Conselho de Administração</b>
183	<b>Relatório de Remuneração dos colaboradores</b>
196	<b>Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização</b>
199	<b>Responsabilidade corporativa</b>
199	<b>Funcionários</b>
204	<b>Controlo interno sobre o relato financeiro</b>
206	<b>Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo</b>
210	<b>Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão</b>

## Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussões e análises devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise Operacional e Financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na nossa secção do Outlook.

### Sumário executivo

#### A economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2018 <sup>2</sup>	2017	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>	<b>3,8</b>	3,8	Crescimento global robusto, com países industrializados a verem um pico nos seus ciclos económicos, enquanto o crescimento nos mercados emergentes desacelerou no fim do exercício. As tensões comerciais atingiram um nível que teve impacto no comércio global. A forte economia dos Estados Unidos forneceu o ímpeto para o crescimento global.
Of which:			
Países industrializados	2,2	2,3	O dinamismo global apoiou o crescimento nos países industrializados mas as disputas comerciais começaram a ter um impacto negativo nas cadeias de valor global dos países industrializados.
Mercados emergentes	4,9	4,8	Os mercados emergentes beneficiaram da extensão do ciclo económico global. O crescimento teve o pico na Ásia, ao passo que alguns países latino-americanos estabilizaram.
<b>Economia da área do euro</b>	<b>1,8</b>	2,5	A economia da área do euro expandiu-se mais lentamente do que o esperado, refletindo efeitos temporários em alguns Estados-Membros e uma conjuntura externa em deterioração. O crescimento foi apoiado pela procura interna sustentada por um crescimento de rendimento sólido e condições financeiras melhoradas.
Of which: Economia alemã	1,4	2,2	A economia alemã surpreendeu pela negativa. Atrasos na certificação de novos veículos inibiram a produção automobilística e por isso, tiveram impacto na cadeia de valor económico geral. Um restrito mercado laboral levou a sólidos contratos salariais.
<b>Economia dos Estados Unidos</b>	<b>2,9</b>	2,2	Um forte desempenho da economia dos Estados Unidos foi apoiado pelos cortes nos impostos, despesa fiscal, assim como pelas condições financeiras de apoio e consumo privado apoiado pelo crescimento salarial e um mercado laboral restrito.
<b>Economia do Japão</b>	<b>0,7</b>	1,9	A economia japonesa abrandou devido a gastos de consumo privado mais baixos e um crescimento de emprego mais baixo, assim como uma procura externa mais fraca.
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>	<b>6,2</b>	6,1	As economias asiáticas continuaram a mostrar um forte crescimento, mas podem ter passado o respetivo pico cíclico. O comércio foi a motor-chave da expansão económica.
Of which: Economia chinesa	6,6	6,9	O crescimento chinês abrandou um pouco. O governo manteve uma orientação estrita da política no setor imobiliário. Vendas de terrenos mais baixas tiveram impacto nos proveitos fiscais degressivos. As exportações chinesas foram resilientes apesar das tensões comerciais crescentes ao longo de 2018.

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research.

<sup>3</sup> Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

#### O setor bancário

Na área do euro, 2018 viu os bancos registarem o seu primeiro crescimento digno de nota no que toca a empréstimos empresariais desde a crise financeira, com volumes a subirem 2% em termos homólogos. Em contrapartida, a dinâmica no empréstimo imobiliário a famílias e no empréstimo privado estabilizou nos 3%. As taxas de juro mantiveram-se perto de mínimos históricos e penalizaram a margem da taxa de juro líquida dos bancos. O crescimento em depósitos empresariais abrandou de modo muito significativo para 3% em termos homólogos, ao passo que o crescimento nos depósitos de retalho aumentou para mais de 4,5%. Os bancos europeus assistiram provavelmente ao decréscimo lento dos proveitos e despesas gerais, com uma queda significativa nas provisões de risco (a partir de um nível já baixo).

Na Alemanha, emprestar a empresas e a empresários em nome individual continuaram a ganhar um ritmo considerável no ano passado, um aumento de 5,5% em termos homólogos. O valor foi o mais alto desde a bolha dos dot-com nos primeiros anos deste século e coincidiu com um acentuado decréscimo na emissão de obrigações empresariais. O empréstimo de retalho também continuou a expandir-se para os 3,5%, acionado por um aumento de 5% em volumes de hipoteca. No lado do financiamento, os depósitos de famílias cresceram aproximadamente 5%, ao passo que os depósitos empresariais expandiram-se um ritmo consideravelmente mais lento de

2,5%. Apesar da excelente qualidade de ativos, não se espera uma alteração na rentabilidade estruturalmente baixa dos bancos da Alemanha, uma situação principalmente provocada pela intensa concorrência e por uma conjuntura de taxas de juro baixas.

É quase certo que a atividade bancária dos Estados Unidos estabeleceu um novo recorde de lucros. Os primeiros nove meses assistiram aos bancos a gerarem lucro líquido mais alto do que em qualquer período do exercício anterior. Isto deveu-se a uma vasta gama de fatores incluindo negócio de crédito saudável, o benefício de taxas de juro mais altas sobre a margem da taxa de juro líquida e sobre os fundos líquidos, cortes nos impostos e quota de mercado ganha na área dos mercados de capitais globais. O empréstimo a famílias aumentou em 2,2% em termos homólogos, um decréscimo da respetiva taxa de 2017 representando um crescimento mais lento no financiamento hipotecário de 3% e um decréscimo de 9% em empréstimos de capital para crédito à habitação, ao passo que o crescimento no crédito ao consumo estabilizou nos 5%. Em contrapartida, uma taxa de crescimento no empréstimo a negócios duplicou para 7,5% no decurso do exercício, motivado por um crescimento de dois dígitos no empréstimo empresarial, onde volumes pendentes duplicaram desde 2010. O empréstimo de imóveis comerciais cresceu a uma taxa algo mais baixa do que no exercício anterior de 5%. Os depósitos do setor privado continuaram a expandir-se em 4%.

Na China, o crescimento de crédito continuou a desacelerar em 2018. O empréstimo para negócios cresceu apenas 8% em termos homólogos, ao passo que o valor para clientes de retalho foi de 18%. Os depósitos do setor privado cresceram a uma taxa de 7%, estável face ao período anterior. No Japão, as taxas de crescimento também permaneceram largamente estáveis globalmente nos 2,5% para empréstimos e 3,5% para depósitos.

A banca de investimento registou um sólido resultado na área da consultoria em fusões e aquisições (M&A) em 2018, ao passo que os volumes de transações na emissão de dívida e de ações assistiram a decréscimos em termos homólogos. A negociação de títulos demonstraram um crescimento amplamente positivo. A negociação de ações nos Estados Unidos e os negócios derivados apresentaram um excelente desempenho e houve também um crescimento robusto em obrigações. A única contração foi na negociação de ações europeias.

## Desempenho do Deutsche Bank

Em 2018, o Deutsche Bank alcançou o seu primeiro lucro líquido do exercício desde 2014 e produziu os seus custos ajustados e objetivos quanto ao número de colaboradores. O banco também anunciou e executou uma série de medidas de reposicionamento estratégico, principalmente na divisão Corporate & Investment Bank e fez um bom progresso ao mesmo tempo que continua a fortalecer os seus controlos e processos. Em 2018, o banco concluiu com êxito a fusão jurídica da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank, a venda parcial do negócio de retalho na Polónia, a integração da Sal. Oppenheim e a oferta pública inicial ("IPO") da DWS Group GmbH & Co. KGaA ("DWS"). O banco centrou-se na reutilização de recursos e no investimento em áreas de pontos fortes essenciais que a gestão acredita que irá promover o crescimento.

### Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Desempenho operacional a curto prazo	Situação no final de 2018	Situação no final de 2017
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	(1,4)%
Custos ajustados <sup>2</sup>	22,8 mil milhões de euros	23,9 mil milhões de euros
Colaboradores <sup>3</sup>	91 737	97 535
<b>Desempenho de capital</b>		
Rácio Common Equity Tier 1 fully loaded CRR/CRD IV <sup>4</sup>	13,6 %	14,0 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) <sup>4</sup>	4,3 %	4,1 %

<sup>1</sup> Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>2</sup> Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>3</sup> Internos equivalentes a tempo inteiro.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2018 foram de 25,3 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,1 mil milhões de euros ou 4% face a 2017. As receitas na divisão Corporate & Investment Bank (CIB) sofreram o impacto do reposicionamento estratégico, especialmente com a redução no número de colaboradores e a exposição de alavancagem, condições de mercado desafiantes, menos atividades de clientes, em parte devido a desenvolvimentos adversos relativamente ao banco, taxas de juro negativas e compressão de margens. As receitas na divisão Private & Commercial Bank (PCB) mantiveram-se essencialmente inalteradas dado que o crescimento nas receitas oriundas de empréstimos foi atenuado por obstáculos contínuos nas taxas de juro sobre produtos de depósito. As receitas na Asset Management (AM) sofreram os impactos das saídas líquidas, compressão de margens, comissões de desempenho mais baixas e a ausência de rubricas específicas de receitas registada em 2017. As receitas na Corporate and Other (C&O) melhoraram, principalmente incentivadas pela ausência da realização de um ajustamento de conversão cambial negativo relativo à venda de uma subsidiária não estratégica na Argentina em 2017 e aos maiores impactos positivos das diferenças de calendarização e avaliação em 2018, comparativamente ao exercício anterior.

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2018, mantendo-se inalterada comparativamente a 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 foram de 23,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros ou 5% face a 2017, com a gestão a executar os respetivos objetivos de redução de custos. A diminuição foi impulsionada pelas reduções

através da maioria das categorias de custos, incluindo despesas com remunerações e benefícios mais baixas, custo reduzido para as taxas de serviços profissionais e para instalações, assim como encargos de contencioso e reestruturação mais baixos.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 1,3 mil milhões de euros em 2018 comparativamente aos 1,2 mil milhões de euros em 2017, o que corresponde a um aumento de 103 milhões de euros ou 8%, essencialmente motivado por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos, parcialmente atenuado por receitas mais baixas.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 989 milhões de euros em 2018, comparativamente aos 2,0 mil milhões de euros em 2017, que incluía a cobrança de um encargo tributário único de 1,4 mil milhões de euros atribuíveis à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos. A taxa efetiva de imposto de 74% em 2018 sofreu principalmente o impacto das alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos e dos efeitos tributários relacionados com o pagamento baseado em ações.

O banco reportou um resultado líquido de 341 milhões de euros em 2018, comparativamente a uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017. O melhoramento foi essencialmente motivado pela ausência do encargo tributário único do exercício anterior e por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos.

O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) fully loaded do banco em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 13,6% no final de 2018, comparativamente aos 14,0% registados no final de 2017, principalmente motivado por um aumento nos ativos ponderados pelo risco.

## Grupo Deutsche Bank

### Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1348 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Nessa data empregávamos 91 737 colaboradores internos equivalentes a tempo inteiro e operávamos em 59 países, com um total de 2064 agências no mundo, das quais 68% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2018, estávamos organizados nestas seguintes três divisões corporativas:

- Corporate & Investment Bank (CIB)
- Private & Commercial Bank (PCB)
- Asset Management (AM)

As três divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e local para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações significativas desde 1 de janeiro de 2016, que não estão atribuídas às despesas de investimento ou alienações de divisões corporativas descritas abaixo:

Em agosto de 2016, o Deutsche Bank Group celebrou um acordo para vender a Deutsche Bank S.A., a sua subsidiária bancária na Argentina, à Banco Comafi S.A. A transação faz parte do plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. Em junho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

Em 26 de outubro de 2016, o Deutsche Bank celebrou um acordo para vender as suas subsidiárias de corretagem e o banco no México à Investa Bank S.A., Institución de Banca Múltiple. Desde então, a Investa Bank S.A. foi renomeada para Accendo Banco. A conclusão da transação estava originalmente prevista para o primeiro semestre de 2018, mas permanece sujeita às aprovações regulamentares e outras condições habituais. Durante o quarto trimestre de 2018, o Deutsche Bank notificou o Accendo Banco quanto ao facto de o Grupo estar a exercer o respetivo direito de rescindir o acordo de compra.

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

## Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui (i) divisões corporativas, (ii) funções de infraestrutura e (iii) regiões.

Nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações, o Conselho de Administração é responsável pela gestão executiva do Deutsche Bank. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo, entre outros tópicos, a gestão estratégica, o governo da sociedade, a contabilidade e relato financeiro, a afetação de recursos e a gestão e o controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas divisões individuais e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

## Corporate & Investment Bank (CIB)

### Visão geral da divisão corporativa

A CIB é composta pelas áreas de Global Transaction Banking, geração e consultoria (Origination & Advisory), Sales & Trading (FIC) e Sales & Trading (ações). A divisão reúne os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco, vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. Isto permite à CIB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir eficazmente os clientes do banco.

Na CIB, efetuámos a seguinte alienação de capital significativa desde 1 de janeiro de 2016 e não efetuámos quaisquer despesas de investimento de capital significativas:

No início de outubro de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um contrato vinculativo para vender o seu negócio Alternative Fund Services, uma unidade da divisão Global Transaction Banking, à Apex Group Limited. A transação apoiou as prioridades estratégicas anunciadas do Grupo e ficou concluída no segundo trimestre de 2018.

### Produtos e serviços

A Global Transaction Banking (GTB) é um provedor global na prestação de serviços de financiamento ao comércio e títulos, gestão de tesouraria, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo.

A área de geração e consultoria (Origination & Advisory) é responsável pelas fusões e aquisições (M&A), bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos nossos clientes corporativos e institucionais.

As áreas de negócio Sales & Trading (FIC) e Sales & Trading (ações) agregam a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

### Canais de Distribuição e Marketing

Como parte da nossa estratégia, estamos a alterar o foco e a otimizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de beneficiar os nossos clientes essenciais. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que consideramos que os retornos são demasiado baixos ou que os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e os procedimentos Conheça o seu cliente (KYC).

A cobertura dos nossos clientes é fornecida pelo grupo de cobertura institucional e de tesouraria (Institutional & Treasury Coverage), que combina as nossas equipas de venda de dívida (Debt) e de ações (Equity), Financial Solutions Group e Corporate Banking Coverage. Este novo grupo consolidado tem por objetivo beneficiar a divisão através de uma cooperação mais estreita e sinergias melhoradas que levam a um aumento de vendas cruzadas de produtos/soluções para os nossos clientes, ao mesmo tempo que trabalha de perto com a equipa de Investment Banking Coverage dentro da Corporate Finance.

## Private & Commercial Bank (PCB)

### Visão geral da divisão corporativa

Na divisão PCB, servimos clientes privados, pequenas e médias empresas, assim como clientes privados ricos. Estamos organizados em três divisões essenciais: Private and Commercial Business (Alemanha), Private and Commercial Business (Internacional) e Wealth Management (Global). A nossa gama de produtos inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento e ofertas digitais selecionadas. Nestes produtos, oferecemos aos nossos clientes tanto a cobertura para todas as necessidades financeiras básicas como soluções individuais e personalizadas.

A PCB efetuou as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2016:

Em março de 2018, o Grupo Deutsche Bank celebrou um acordo para vender o negócio da banca de retalho em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A. As partes tencionam concluir a transação na primeira metade de 2019, sujeita a aprovações regulamentares e à finalização das medidas de separação.

Em dezembro de 2017, o Grupo Deutsche Bank celebrou um acordo de venda parcial do negócio da banca de retalho na Polónia ao Santander Bank Polska (anteriormente, Bank Zachodni WBK). A transação foi concluída em novembro de 2018.

Em março de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um acordo definitivo para vender a sua participação na Concardis GmbH, um prestador de serviços de pagamento alemão líder no mercado, estabelecido sob a forma de uma joint venture do setor bancário alemão, para um consórcio da Advent International e Bain Capital Private Equity. Em julho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

Em 28 de dezembro de 2015, tínhamos acordado a venda de toda a nossa quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited à PICC Property and Casualty Company Limited. A transferência de ações foi concluída no quarto trimestre de 2016 e todas as restantes formalidades foram concluídas no primeiro trimestre de 2017.

No quarto trimestre de 2015, anunciámos que tínhamos celebrado um acordo de compra definitiva de ativos para vender a nossa unidade Private Client Services (PCS) dos Estados Unidos à Raymond James Financial, Inc. Em setembro de 2016, a transação foi concluída com êxito.

Em novembro de 2015, a Visa Inc. anunciou um acordo definitivo para adquirir a Visa Europe Limited. Como parte da aquisição, a Visa Europe Limited solicitou a todos os seus acionistas, que incluíam várias entidades do Grupo Deutsche Bank, que devolvessem as suas ações por uma contrapartida. Devolvemos as nossas ações na Visa Europe Limited em janeiro de 2016 e recebemos o dinheiro e a contrapartida preferencial pelas ações no fecho a 21 de junho de 2016, bem como o direito a um pagamento em numerário diferido, incluindo juros aquando do terceiro aniversário da data de encerramento.

### Produtos e serviços

Na nossa divisão Private and Commercial Business (Alemanha), dedicamo-nos a uma abordagem diferenciada e focada no cliente com duas marcas - "Deutsche Bank" e "Postbank". Com a nossa marca "Deutsche Bank", focamo-nos em fornecer aos nossos clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria individual e sofisticada. Para clientes das pequenas e médias empresas, fornecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada em colaboração com a divisão Corporate & Investment Bank. O foco da nossa marca "Postbank" permanece no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos nossos clientes de retalho e corporativos. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências do Postbank.

A nossa divisão Private and Commercial Business (Internacional) fornece serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes individuais e corporativos na Bélgica, Índia, Itália e Espanha com algumas variações na oferta de produtos entre os países que são impulsionados pelo mercado nacional e pelas exigências regulatórias e de clientes.

A divisão Wealth Management (Global) serve indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também fornecemos serviços do tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos as nossas ofertas ao colaborar estreitamente com a divisão Corporate & Investment Bank e a Asset Management.

Também consolidámos atividades, que já não fazem parte dos nossos negócios essenciais, numa unidade separada (denominada "Exited Businesses") e criámos a unidade Digital Ventures para dirigir de forma global a agenda digital da PCB através dos negócios e marcas, tendo por foco os novos modelos de negócio digital baseados na plataforma, investimentos de capital de risco, assim como digitalização dos processos completos e arquitetura de dados adequada como uma base para a análise de dados estruturais e a aplicação de inteligência artificial.

### Canais de Distribuição e Marketing

Dedicamo-nos a uma abordagem omnicanal e os nossos clientes podem escolher de forma flexível entre as diferentes possibilidades de acesso aos nossos serviços e produtos (agências, centros de consultoria, redes móveis de consultores independentes e banca online/móvel).

Nas nossas divisões Private and Commercial Business (Alemanha) e Private and Commercial Business (Internacional) temos canais de distribuição semelhantes. Estas incluem a nossa rede de agências, apoiada por call centers de apoio ao cliente e terminais de autosserviço; centros de consultoria da marca do Deutsche Bank na Alemanha, que liga a nossa rede da marca com as nossas ofertas digitais; a banca móvel e online, incluindo a nossa plataforma digital através da qual fornecemos uma plataforma de transações para os serviços de banca, corretagem e autosserviço, combinados com uma oferta universal para smartphones e tablets; e por fim, os consultores financeiros, como um canal de serviços adicional em colaboração com consultores financeiros em nome individual, assim como parceiros de vendas e cooperação.

A Wealth Management (Global) tem uma cobertura distinta de clientes. As equipas de gestores de clientes e de consultores sénior gerem as relações com os clientes, fornecem consultoria e assistem os clientes no acesso dos serviços da Wealth Management e produtos de arquitetura aberta. A Institutional Wealth Partners (IWP) fornece acesso institucionalizado com perspetivas de mercado e ideias de negociação da nossa plataforma Global Markets, bem como soluções de empréstimo sem recurso. A Deutsche Oppenheim Family Offices AG (DOAG) oferece serviços que incluem gestão discricionária de carteira, afetação estratégica de ativos, fundos “Family Office Strategy”, consultoria, seleção de gestor de terceiros, controlo e elaboração de relatórios, assim investimentos em ações privadas e do setor imobiliário.

## Asset Management (AM)

### Visão geral da divisão corporativa

Com mais de 660 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2018, a AM é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A AM visa proporcionar soluções financeiras sustentáveis a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem.

A divisão corporativa “Deutsche Asset Management” foi renomeada para “Asset Management” no primeiro trimestre de 2018. Em março de 2018, o Deutsche Bank concluiu a oferta pública inicial (IPO) parcial da DWS Group GmbH & Co. KGaA (“DWS”), a holding da AM. Desde 23 de março de 2018, as ações da DWS estão cotadas na Bolsa de Valores de Frankfurt. Retemos 80 % de participações de capital na DWS e a AM mantém-se como um negócio essencial para o Deutsche Bank.

Efetuámos as seguintes alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2016:

Em dezembro de 2016, o Deutsche Bank concluiu a venda do negócio Abbey Life (Abbey Life Assurance Company Limited, Abbey Life Trustee Services Limited e Abbey Life Trust Securities Limited) a uma subsidiária da Phoenix Group Holdings.

### Produtos e serviços

As soluções de investimento da AM abrangem estratégias ativas e passivas que passam por um leque diversificado de classes de ativos espetro de liquidez, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. Oferecemos estas capacidades através de uma variedade de invólucros, incluindo fundos negociados em bolsa, fundos de investimento e contas geridas em separado. A AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos clientes, tirando partido da inteligência artificial e tecnologia digital.

### Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da AM. A AM também comercializa e distribui as suas ofertas através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PCB para os clientes de retalho, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria eficazes, todos os clientes têm um ponto de acesso único à AM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

## Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

No segundo semestre de 2012, a Non-Core Operations Unit (NCOU) foi criada com o intuito de ajudar o banco a reduzir os riscos associados aos ativos de capital intensivo que não são essenciais para a estratégia, reduzindo por conseguinte a procura de capital. Tal como indicado nos nossos anteriores anúncios sobre estratégia, os nossos objetivos que presidiram à criação da NCOU, eram maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

A NCOU executou com êxito a sua meta de redução de risco e reduziu a dimensão da carteira para menos de 10 mil milhões de euros em RWA no final do exercício de 2016. Consequentemente, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma a partir de 2017.

Os restantes ativos antigos com um valor no balanço de aproximadamente 6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 foram transferidos para os segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank.

A divisão NCOU efetuou ainda as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2016:

Em novembro de 2016, o Deutsche Bank vendeu a sua quota de 16,9% na Red Rock Resorts após uma oferta pública inicial em abril de 2016, em que o Deutsche Bank vendeu cerca de 3%.

Em abril de 2016, o Deutsche Bank chegou a um acordo de venda de 100% da Maher Terminals USA LLC em Port Elizabeth, Nova Jérсия à Macquarie Infrastructure Partners III, um fundo gerido pela Macquarie Infrastructure and Real Assets. Após a receção de todas as aprovações regulamentares, concluímos a venda em novembro de 2016 por 739 milhões de dólares dos EUA.

## Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Diretor-geral (CEO): Comunicação e responsabilidade social corporativa, Auditoria do Grupo, arte, cultura e desporto
- Diretor financeiro: Finanças a nível regional e do grupo, diretor de contabilidade, Fiscalidade ao nível do Grupo e Tesouraria do Grupo, gestão do desempenho e planeamento, Business and Infrastructure Finance (CFO), transformação de infraestruturas, relações com os investidores, Corporate Investments, fusões e aquisições corporativas
- Diretor de risco: Gestão do risco em consonância com o negócio, gestão do risco regional, gestão de risco da sociedade e risco do modelo, gestão do risco de crédito, gestão do risco de mercado e metodologia do risco, gestão do risco não financeiro, gestão do risco de liquidez e tesouraria e seguros
- Diretora regulamentar: Government & Regulatory Affairs (assuntos regulamentares e de governo), combate aos crimes financeiros, conformidade, Business Selection (seleção de negócios) e Conflict Office
- Diretor administrativo: Departamento jurídico e governação do Grupo incluindo privacidade de dados, recursos humanos incluindo questões executivas empresariais
- Diretor de operações: Diretor/a de informações, direção de segurança, diretor/a de dados, estratégia digital e inovação, serviços corporativos, CIB de operações e serviços de dados de clientes

Para os anos financeiros até 2017, todas as receitas e despesas incorridas nas áreas e funções de infraestrutura são afetadas na totalidade às Corporate & Investment Bank, Private & Commercial Bank e Deutsche Asset Management. A partir de 2018, as despesas de infraestrutura associadas com as atividades de acionistas, tal como definido nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, já não são alocadas às divisões corporativas, mas são mantidas de forma central e relatadas ao abrigo da Corporate & Other.

Para aumentar a colaboração e eficácia geral, o banco decidiu em 2017 mover determinados colaboradores de infraestruturas para as divisões para as quais eles fornecem serviço. Isto ajudou a aumentar a responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões organizacionais e relacionados com o processo e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados com as divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate & Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.



## Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2018, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição da nossa própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

## Resultado operacional

### Resultado operacional consolidado

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, que substituiu a IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição”.

A adoção resultou em mudanças relativas à imparidade, assim como em classificação e medição, conduzindo a alterações na apresentação das demonstrações financeiras. As alterações na apresentação das demonstrações financeiras incluem a introdução de rubricas específicas no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, para os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e a descontinuação de rubricas específicas para ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade para os anos financeiros a iniciar em 1 de janeiro de 2018.

Para mais informações relativas à adoção da IFRS 9, consulte a Note 2 “Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas” do presente documento.

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Net interest income	13 192	12 378	14 707	814	7	(2 329)	(16)
Provisão para perdas de crédito	525	525	1 383	(0)	(0)	(857)	(62)
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>12 667</b>	<b>11 853</b>	<b>13 324</b>	<b>815</b>	<b>7</b>	<b>(1 472)</b>	<b>(11)</b>
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	10 039	11 002	11 744	(963)	(9)	(742)	(6)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>1</sup>	1 332	2 926	1 401	(1 593)	(54)	1 524	109
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	2	N/D	N/D	2	N/S	0	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	317	N/D	N/D	317	N/S	0	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	479	653	(479)	N/S	(174)	(27)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	219	137	455	82	60	(318)	(70)
Outro resultado	215	(475)	1 053	689	N/S	(1 528)	N/S
<b>Rendimento total excluindo juros</b>	<b>12 124</b>	<b>14 070</b>	<b>15 307</b>	<b>(1 945)</b>	<b>(14)</b>	<b>(1 238)</b>	<b>(8)</b>
<b>Total de receitas líquidas<sup>2</sup></b>	<b>24 791</b>	<b>25 922</b>	<b>28 632</b>	<b>(1 131)</b>	<b>(4)</b>	<b>(2 709)</b>	<b>(9)</b>
Remunerações e benefícios	11 814	12 253	11 874	(439)	(4)	380	3
Despesas gerais e administrativas	11 286	11 973	15 454	(687)	(6)	(3 481)	(23)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	(0)	N/S	(374)	(100)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	21	1 256	(21)	N/S	(1 235)	(98)
Atividades de reestruturação	360	447	484	(86)	(19)	(37)	(8)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>23 461</b>	<b>24 695</b>	<b>29 442</b>	<b>(1 234)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4 747)</b>	<b>(16)</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 330</b>	<b>1 228</b>	<b>(810)</b>	<b>103</b>	<b>8</b>	<b>2 038</b>	<b>N/S</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	989	1 963	546	(974)	(50)	1 417	N/S
<b>Resultado líquido</b>	<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1 356)</b>	<b>1 077</b>	<b>N/S</b>	<b>621</b>	<b>(46)</b>
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	75	15	45	59	N/S	(30)	(66)
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	267	(751)	(1 402)	1 017	N/S	651	(46)

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Para mais pormenores, consulte a Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” deste relatório.

<sup>2</sup> Após provisão para perdas de crédito.

## Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	24 793	23 542	25 143	1 251	5	(1 601)	(6)
Total de gasto de juros	11 601	11 164	10 436	437	4	728	7
<b>Net interest income</b>	<b>13 192</b>	<b>12 378</b>	<b>14 707</b>	<b>814</b>	<b>7</b>	<b>(2 329)</b>	<b>(16)</b>
Ativos remunerados médios <sup>1</sup>	990 670	1 021 697	1 033 172	(31 028)	(3)	(11 475)	(1)
Passivos remunerados médios <sup>1</sup>	745 904	790 488	812 578	(44 584)	(6)	(22 090)	(3)
Rendimento de juros bruto <sup>2</sup>	2,39 %	2,18 %	2,34 %	0,21 p.p.	10	(0,16) p.p.	(7)
Taxa de juros bruta paga <sup>3</sup>	1,41 %	1,25 %	1,17 %	0,16 p.p.	13	0,08 p.p.	7
Diferencial da taxa de juro líquida <sup>4</sup>	0,98 %	0,93 %	1,17 %	0,05 p.p.	5	(0,24) p.p.	(21)
Margem da taxa de juro líquida <sup>5</sup>	1,33 %	1,21 %	1,42 %	0,12 p.p.	10	(0,21) p.p.	(15)

pp – pontos percentuais

<sup>1</sup> Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.

<sup>2</sup> O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.

<sup>3</sup> A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.

<sup>4</sup> O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.

<sup>5</sup> A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

### 2018

O rendimento de juros líquido foi de 13,2 mil milhões de euros em 2018, face a 12,4 mil milhões de euros em 2017, um aumento de 814 milhões de euros ou 7%. O aumento no rendimento de juros líquido foi principalmente motivado por taxas médias mais altas, resultando num diferencial da taxa de juro líquida melhorado, em comparação com 2017. O rendimento de juros aumentou principalmente devido a taxas médias mais altas sobre empréstimos e depósitos com os bancos, essencialmente nos Estados Unidos e Ásia, ao passo que o total de gasto de juros também aumentou, mas em menor grau. O que também contribuiu para o aumento no rendimento de juros líquido foi uma redução mais pronunciada dos passivos remunerados médios do que dos ativos remunerados médios. O decréscimo no volume do balanço ocorreu principalmente na CIB, refletindo o reposicionamento estratégico da divisão. O rendimento de juros incluiu 93 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II), comparativamente aos 116 milhões de euros em 2017. De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco melhorou em 12 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,33% em 2018.

### 2017

O rendimento de juros líquido foi de 12,4 mil milhões de euros em 2017, face a 14,7 mil milhões de euros em 2016, uma diminuição de 2,3 mil milhões de euros ou 16%. Os principais fatores para a diminuição no rendimento de juros líquido foram as alterações de perímetro incluindo a venda da Abbey Life, PCS e a alienação de ativos dentro da Non-Core Operations Unit (NCOU) em 2016, assim como custos de financiamento mais altos e efeitos de carteira gerais resultantes de uma mudança no sentido de classes de ativos de retorno de juros mais baixo, essencialmente depósitos de euros nos bancos centrais. Estes efeitos foram compensados em parte pelo rendimento de juros de 116 milhões de euros relativos a atribuições governamentais ao abrigo do programa TLTRO II. Em termos gerais, a margem da taxa de juro líquida diminuiu em 21 pontos base em 2017 face ao ano anterior.

## Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Trading income	52	3 374	547	(3 322)	(98)	2 827	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios							
ao justo valor através de resultados	212	N/D	N/D	212	N/S	0	N/S
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 069	(448)	854	1 517	N/S	(1 302)	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 332	2 926	1 401	(1 593)	(54)	1 524	109

### 2018

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 1,3 mil milhões de euros em 2018, face aos 2,9 mil milhões de euros de 2017. Uma diminuição de 1,6 mil milhões de euros, ou 54%, foi principalmente motivada por perdas ao preço de mercado devido a taxas de juro dos Estados Unidos mais altas. Estas perdas foram parcialmente compensadas pelos efeitos positivos relacionados no rendimento de juros líquido. Os ganhos líquidos sobre os ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em 2018 sofreram também o impacto de volumes mais baixos de transações, consequência de condições de mercado desafiantes e desenvolvimentos adversos.

## 2017

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 2,9 mil milhões de euros em 2017, face aos 1,4 mil milhões de euros de 2016, um aumento de 1,5 mil milhões de euros ou 109%. O aumento deveu-se essencialmente aos rendimentos de negociação, que melhoraram em 2,8 mil milhões de euros, principalmente devido à não-recorrência das perdas de redução de risco na NCOU em 2016. As perdas por valorização pelos preços de mercado sobre as emissões designadas ao justo valor através de resultados foram o principal contribuidor para uma perda de 448 milhões de euros em ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados em 2017, face a um ganho de 854 milhões de euros em 2016. Esta perda foi compensada em grande parte pelos ganhos do valor de mercado em rendimentos de negociação relativos aos instrumentos financeiros utilizados como coberturas para essas emissões.

## Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
(exceto se indicado em contrário)							
Net interest income	13 192	12 378	14 707	814	7	(2 329)	(16)
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 332	2 926	1 401	(1 593)	(54)	1 524	109
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>14 524</b>	<b>15 304</b>	<b>16 108</b>	<b>(779)</b>	<b>(5)</b>	<b>(805)</b>	<b>(5)</b>
<b>Repartição por divisão corporativa:<sup>1</sup></b>							
Corporate & Investment Bank	7 905	8 651	10 774	(746)	(9)	(2 122)	(20)
Private & Commercial Bank	6 283	6 158	6 420	125	2	(262)	(4)
Gestão dos Activos	(89)	30	365	(119)	N/S	(335)	(92)
Non-Core Operations Unit	N/D	N/D	(1 307)	0	N/S	1 307	N/S
Corporate & Other	425	464	(144)	(39)	(8)	608	N/S
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>14 524</b>	<b>15 304</b>	<b>16 108</b>	<b>(779)</b>	<b>(5)</b>	<b>(805)</b>	<b>(5)</b>

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

## 2018

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,5 mil milhões de euros em 2018, face aos 15,3 mil milhões de euros de 2017, o que representa um decréscimo de 779 milhões de euros ou 5%. A diminuição foi primeiramente motivada pela CIB, refletindo essencialmente o reposicionamento estratégico, atividade contida de clientes, incerteza geopolítica através de várias regiões e desenvolvimentos adversos. Para além disso, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na AM diminuiu face ao exercício anterior, principalmente motivado por uma alteração na avaliação de fundos garantidos, que tem uma compensação relacionada em Outros resultados. As diminuições foram compensadas em parte por um aumento na PCB, essencialmente devido ao crescimento em receitas de empréstimos, efeitos de avaliação positiva do passivo para poupança e crédito habitação, um impacto positivo em termos homólogos dos empréstimos hipotecários anteriormente medidos ao justo valor e medidos numa base de custo amortizado desde a adoção da IFRS 9, atenuados em parte pelo impacto negativo de uma conjuntura de baixas taxas de juro sobre depósitos e um rendimento mais baixo provenientes de coberturas de risco de taxa de juro.

## 2017

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 15,3 mil milhões de euros em 2017, face aos 16,1 mil milhões de euros de 2016, o que representa um decréscimo de 805 milhões de euros ou 5%. A diminuição foi essencialmente motivada pela CIB, principalmente devido a volumes de clientes mais baixo a partir de uma conjuntura de volatilidade baixa, assim como pressão sobre margens. Este decréscimo também incluiu uma perda de 348 milhões de euros em ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) resultantes do estreitamento de spreads de crédito e de uma diminuição de exposições de passivos por derivados. Para além disso, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu também na AM, essencialmente devido a proveitos não recorrentes da Abbey Life que foi vendida no final de 2016 e à ausência de uma reintegração da nossa exposição na HETA; e na divisão PCB, que foi afetada principalmente por um ambiente persistente de taxas de juro baixas e por reduções na carteira de empréstimos. A

NCOU compensou em parte estes decréscimos, que deixou de existir a partir de 2017 e reportou um total negativo de 1,3 mil milhões de euros do total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em 2016, incluindo as perdas de redução de risco acima mencionadas.

## Provisão para perdas de crédito

### 2018

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2018, mantendo-se inalterada comparativamente a 2017. As provisões na CIB diminuíram 94 milhões de euros, situação motivada pelas atividades de redução do risco na carteira de transportes marítimos e compensada por um aumento de 93 milhões de euros na PCB que se deveu essencialmente ao facto de o Postbank refletir a não recorrência do desembolso de provisões do exercício anterior relativo a uma única exposição ao crédito. O nível baixo da provisão para perdas de crédito reflete os nossos fortes padrões de subscrição, a natureza de risco baixo das nossas carteiras e a conjuntura operacional benigna.

### 2017

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2017, um decréscimo de 857 milhões de euros, ou 62%, face a 2016 como resultado de encargos significativamente mais baixos e desembolsos maiores em todas as divisões. Na CIB, o melhoramento reflete um melhor desempenho de todas as carteiras, incluindo o transporte marítimo. Apesar da redução ano a ano, o transporte marítimo continua a ser o principal motor de provisão para perdas de crédito em 2017, em parte relacionado com a reavaliação do método de imparidades respetivo durante o ano. Na PCB, a provisão para perdas de crédito melhorou, refletindo a boa qualidade de carteira e a conjuntura benigna continuada, juntamente com um desembolso significativo no Postbank.

## Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões <sup>1</sup>	10 039	11 002	11 744	(963)	(9)	(742)	(6)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	317	N/D	N/D	317	N/S	0	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	2	N/D	N/D	2	N/S	0	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	479	653	(479)	N/S	(174)	(27)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	219	137	455	82	60	(318)	(70)
Outro resultado	215	(475)	1 053	689	N/S	(1 528)	N/S
<b>Rendimento total não decorrente de juros remanescente total</b>	<b>10 792</b>	<b>11 144</b>	<b>13 906</b>	<b>(352)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2 762)</b>	<b>(20)</b>
<sup>1</sup> inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	303	338	401	(35)	(10)	(63)	(16)
Comissões de ativos geridos	3 130	3 603	3 507	(473)	(13)	96	3
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	290	379	380	(88)	(23)	(1)	(0)
<b>Total</b>	<b>3 724</b>	<b>4 320</b>	<b>4 287</b>	<b>(596)</b>	<b>(14)</b>	<b>33</b>	<b>1</b>
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1 629	1 825	1 871	(196)	(11)	(46)	(2)
Comissões de corretagem	936	1 160	1 434	(224)	(19)	(274)	(19)
<b>Total</b>	<b>2 565</b>	<b>2 985</b>	<b>3 305</b>	<b>(420)</b>	<b>(14)</b>	<b>(320)</b>	<b>(10)</b>
Comissões por outros serviços ao cliente	3 751	3 698	4 152	53	1	(454)	(11)
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>10 039</b>	<b>11 002</b>	<b>11 744</b>	<b>(963)</b>	<b>(9)</b>	<b>(742)</b>	<b>(6)</b>

N/S – Não significativo

## Rendimentos de serviços e comissões

### 2018

O rendimento total de serviços e comissões foi de 10,0 mil milhões de euros em 2018, o que representa uma diminuição de 963 milhões de euros, ou 9%, em comparação com 2017. A diminuição incluiu 473 milhões de euros em comissões de ativos geridos mais baixas, essencialmente na AM devido a comissões mais baixas provenientes de fundos geridos ativamente, parcialmente compensados por comissões mais altas provenientes de fundos geridos passivamente. As comissões de subscrição e consultoria e as comissões de corretagem diminuíram 420 milhões de euros motivados essencialmente por volumes de mercado mais baixos e um nível mais baixo de atividades de clientes na CIB, assim como receitas mais baixas provenientes de produtos de investimento na PCB, após a implementação das disposições da MiFID II.

### 2017

O rendimento total de serviços e comissões foi de 11,0 mil milhões de euros em 2017, o que representa uma diminuição de 742 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2016. As comissões de subscrição e consultoria e as comissões de corretagem diminuíram 320

milhões de euros e as comissões de outros serviços de clientes diminuíram 454 milhões de euros, motivados pelo perímetro reduzido e volumes mais baixos na Global Transaction Banking, assim como volumes reduzidos na Sales & Trading (ações). Os rendimentos de comissões na PCB diminuíram, refletindo primeiramente a venda do negócio da PCS. As comissões da gestão de fundos aumentaram 96 milhões de euros, essencialmente motivados por condições de mercado favoráveis na AM.

#### Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

2018

O total de resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foi de 317 milhões de euros em 2018, principalmente relacionado com um ganho realizado sobre as vendas de obrigações municipais nos Estados Unidos, títulos e obrigações governamentais da nossa reserva de liquidez estratégica.

2017

O total de resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foi introduzido como nova categoria de rendimento em 2018, após a adoção da IFRS 9.

#### Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2018

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram de 2 milhões de euros em 2018, refletindo essencialmente o impacto do resgate antecipado de determinadas obrigações.

2017

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram introduzidos como nova categoria de rendimento em 2018, após a adoção da IFRS 9.

#### Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2018

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda deixaram de existir em 2018, após a adoção da IFRS 9.

2017

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 479 milhões de euros em 2017, por oposição a 653 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 174 milhões de euros ou 27%. A diminuição deveu-se essencialmente à não recorrência de ganhos relacionados com atividades de redução de risco na NCOU e ganhos sobre a venda da quota na Visa Europe Limited, ambas em 2016. Isto foi compensado em parte por um ganho sobre a venda de ações na Concardis GmbH em 2017.

#### Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2018

Os ganhos líquidos dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 219 milhões de euros em 2018 em comparação com os 137 milhões de euros em 2017, um aumento de 82 milhões de euros, ou 60%, que se deveu essencialmente a uma alteração na avaliação de um investimento.

2017

Os ganhos líquidos dos investimentos em ações foram de 137 milhões de euros em 2017 em comparação com os 455 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 318 milhões de euros, ou 70%, que se deveu essencialmente à não recorrência de um ganho proveniente da oferta pública inicial da Red Rock Resorts na NCOU.

#### Outro resultado

2018

Outro resultado foi de 215 milhões de euros em 2018, em comparação com uma perda de 475 milhões de euros em 2017. O aumento deveu-se essencialmente à revogação da designação na contabilidade de cobertura ao justo valor, ganhos das vendas da propriedade na PCB, coberturas das taxas de juro e cessação de determinadas swaps. Adicionalmente, outros resultados incluem um impacto positivo da avaliação dos fundos garantidos na AM, que tem uma compensação relacionada nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Outros resultados também beneficiaram da ausência dos efeitos negativos do exercício anterior relativos à cessação de um título fiduciário preferencial antigo e a realização de um ajustamento de conversão cambial associado à venda da nossa subsidiária não estratégica na Argentina, assim como a impactos negativos menores provenientes das transações de vendas na Polónia e Portugal em comparação com o exercício anterior. Estes efeitos foram parcialmente atenuados por um rendimento inferior das atividades de reestruturação relativas às posições antigas na Sal. Oppenheim em 2018.

2017

Outro resultado registou um valor negativo de 475 milhões de euros em 2017, em comparação com o valor positivo de 1,1 mil milhões de euros em 2016. O decréscimo deveu-se essencialmente à ausência de uma realização positiva em Outro rendimento integral proveniente da venda da quota na Hua Xia Bank Co. Limited. O decréscimo também incluiu um impacto negativo proveniente do acordo de venda de uma parte significativa do negócio de retalho na Polónia, uma perda pontual devida à cessação de títulos fiduciários preferenciais antigos, assim como a realização de um ajustamento de conversão cambial negativo relativo à venda de uma subsidiária não estratégica na Argentina.

## Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	11 814	12 253	11 874	(439)	(4)	380	3
Despesas gerais e administrativas <sup>1</sup>	11 286	11 973	15 454	(687)	(6)	(3 481)	(23)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	(0)	N/S	(374)	(100)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	21	1 256	(21)	N/S	(1 235)	(98)
Atividades de reestruturação	360	447	484	(86)	(19)	(37)	(8)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>23 461</b>	<b>24 695</b>	<b>29 442</b>	<b>(1 234)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4 747)</b>	<b>(16)</b>
N/S – Não significativo							
<sup>1</sup> inclui:							
Despesas de TI	3 822	3 816	3 872	6	0	(56)	(1)
Regulamentares, impostos e seguros <sup>2,3</sup>	1 545	1 489	1 421	57	4	67	5
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 723	1 849	1 972	(126)	(7)	(123)	(6)
Taxas de serviços profissionais	1 530	1 750	2 305	(220)	(13)	(555)	(24)
Comunicações e serviços de dados	636	686	761	(50)	(7)	(75)	(10)
Despesas de deslocação e representação	347	405	450	(58)	(14)	(45)	(10)
Encargos bancários e de transações	753	744	664	9	1	80	12
Despesas de <i>marketing</i>	278	309	285	(30)	(10)	24	8
Investimentos consolidados	0	0	334	0	N/S	(334)	N/S
Outras despesas <sup>4</sup>	652	925	3 390	(274)	(30)	(2 465)	(73)
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>11 286</b>	<b>11 973</b>	<b>15 454</b>	<b>(687)</b>	<b>(6)</b>	<b>(3 481)</b>	<b>(23)</b>

<sup>2</sup> A rubrica Regulamentares, impostos e seguros, que inclui taxas bancárias e proteção de seguros e depósitos, foi apresentada separadamente para maior transparência. No Relatório Anual para o exercício que termina a 31 de dezembro de 2017, estas despesas foram incluídas em Outras despesas.

<sup>3</sup> Inclui taxas bancárias de 690 milhões de euros em 2018, 596 milhões de euros em 2017 e 547 milhões de euros em 2016.

<sup>4</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios de 88 milhões de euros em 2018, 213 milhões de euros em 2017 e 2,4 mil milhões de euros em 2016.

### Remunerações e benefícios

#### 2018

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 439 milhões de euros, ou 4%, para 11,8 mil milhões de euros em 2018 em comparação com 12,3 mil milhões de euros em 2017. O decréscimo deveu-se essencialmente a despesas salariais mais baixas, refletindo as reduções no número de colaboradores e uma remuneração variável mais baixa.

#### 2017

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 380 milhões de euros, ou 3%, para 12,3 mil milhões de euros em 2017 em comparação com os 11,9 mil milhões de euros em 2016. O aumento foi essencialmente motivado por remuneração variável mais alta, refletindo o regresso aos programas de remuneração normal em 2017. Este aumento foi atenuado em parte por uma diminuição nos salários, devido a um número inferior de colaboradores e variações cambiais favoráveis, por uma amortização mais baixa de diferimentos de anos anteriores e por despesas com indemnizações mais baixas.

### Despesas gerais e administrativas

#### 2018

As despesas gerais e administrativas diminuíram 687 milhões de euros, ou 6%, para 11,3 mil milhões de euros em 2018, face aos 12,0 mil milhões de euros verificados em 2017. A diminuição verificou-se através da maioria das categorias de despesas, refletindo principalmente as ações de gestão para otimizar os gastos.

#### 2017

As despesas gerais e administrativas diminuíram 3,5 mil milhões de euros, ou 23%, para 12,0 mil milhões de euros em 2017, face a 15,5 mil milhões de euros em 2016. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução de 2,2 mil milhões de euros nos encargos com litígios face a 2016. As taxas de serviços profissionais diminuíram em 555 milhões de euros, diminuição motivada por custos judiciais mais baixos e custos de consultoria mais baixos.

### Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis

#### 2018

Não foram reportados encargos com imparidades em 2018.

#### 2017

Os encargos com imparidades em *goodwill* e outros ativos intangíveis diminuíram de 1,3 mil milhões de euros em 2016 para 21 milhões de euros em 2017. O encargo de 2016 refletiu uma imparidade de 1,0 mil milhões de euros na AM desencadeada pela venda da Abbey Life e uma imparidade de 285 milhões de euros na CIB, após a transferência de determinados negócios da AM.

### Restructuring

#### 2018

As despesas de reestruturação ascenderam a 360 milhões de euros em 2018 comparativamente com 447 milhões de euros em 2017. A diminuição deveu-se essencialmente a encargos mais baixos na PCB, parcialmente atenuada por despesas mais altas na CIB, refletindo gastos mais altos provenientes do reposicionamento estratégico.

#### 2017

As despesas de reestruturação ascenderam a 447 milhões de euros em 2017, comparativamente com 484 milhões de euros em 2016. Os encargos de reestruturação para 2017 relacionaram-se essencialmente com a fusão planeada da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG com o Postbank.

#### Despesa de imposto sobre o rendimento

##### 2018

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2018 foi de 989 milhões de euros, comparativamente aos 2,0 mil milhões de euros em 2017. A taxa efetiva de imposto de 74 % (2017: 160%) sofreu principalmente o impacto das alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos e dos efeitos tributários relacionados com o pagamento baseado em ações.

##### 2017

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2017 foi de 2,0 mil milhões de euros, comparativamente aos 546 milhões de euros em 2016. A taxa efetiva de imposto de 160% (2016: 67% negativo) foi afetada principalmente por um encargo único de 1,4 mil milhões de euros, resultantes da reforma tributária dos Estados Unidos e de outras alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

#### Resultado líquido

##### 2018

O resultado líquido de 341 milhões de euros em 2018, comparativamente a uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017, deveu-se essencialmente à não recorrência do encargo tributário único mencionado anteriormente e a gastos operacionais (excl. juros) mais baixos.

##### 2017

O resultado de 2017 foi de uma perda líquida de 735 milhões de euros, motivada pelo encargo tributário único acima mencionado atribuível à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos, em comparação com uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros em 2016.



## Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento e
- a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2018. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados devido às alterações na estrutura divisional. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

	2018					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas Líquidas<sup>1</sup></b>	<b>13 046</b>	<b>10 158</b>	<b>2 186</b>	–	<b>(73)</b>	<b>25 316</b>
Provisão para perdas de crédito	120	406	(1)	–	0	525
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	3 970	4 001	787	–	3 055	11 814
Despesas gerais e administrativas	8 115	4 867	929	–	(2 624)	11 286
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	–	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	–	0	0
Atividades de reestruturação	287	55	19	–	0	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 372</b>	<b>8 923</b>	<b>1 735</b>	–	<b>431</b>	<b>23 461</b>
Participações minoritárias	24	(0)	85	–	(109)	0
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>530</b>	<b>829</b>	<b>367</b>	–	<b>(396)</b>	<b>1 330</b>
Rácio custo/rendimento	95 %	88 %	79 %	–	N/S	93 %
Ativos <sup>2</sup>	988 531	343 704	10 030	–	5 872	1 348 137
Adições a ativos não correntes	514	516	43	–	575	1 647
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	236 306	87 709	10 365	–	16 053	350 432
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	892 653	354 584	5 044	–	20 644	1 272 926
Capital próprio médio dos acionistas	43 427	14 514	4 669	–	0	62 610
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	1 %	5 %	18 %	–	N/S	1 %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	1 %	4 %	6 %	–	N/S	0 %
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	3 574	6 077	(52)	–	3 592	13 192
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	170	2	41	–	6	219
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	556	78	240	–	5	879

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2017					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas Líquidas<sup>1</sup></b>	<b>14 227</b>	<b>10 178</b>	<b>2 532</b>	<b>–</b>	<b>(489)</b>	<b>26 447</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>213</b>	<b>313</b>	<b>(1)</b>	<b>–</b>	<b>(0)</b>	<b>525</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	4 364	4 027	812	–	3 050	12 253
Despesas gerais e administrativas	8 441	5 012	978	–	(2 458)	11 973
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	–	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	12	3	–	0	21
Atividades de reestruturação	81	360	6	–	0	447
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 892</b>	<b>9 411</b>	<b>1 799</b>	<b>–</b>	<b>593</b>	<b>24 695</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>26</b>	<b>(12)</b>	<b>1</b>	<b>–</b>	<b>(16)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 096</b>	<b>465</b>	<b>732</b>	<b>–</b>	<b>(1 066)</b>	<b>1 228</b>
Rácio custo/rendimento	91 %	93 %	71 %	–	N/S	93 %
Ativos <sup>2</sup>	1 127 028	333 069	8 050	–	6 586	1 474 732
Adições a ativos não correntes	125	551	60	–	1 067	1 803
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	231 574	87 472	8 432	–	16 734	344 212
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	1 029 946	344 087	2 870	–	17 983	1 394 886
Capital próprio médio dos acionistas	44 197	14 943	4 687	–	99	63 926
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	2 %	2 %	56 %	–	N/S	(1)%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	2 %	2 %	10 %	–	N/S	(1)%
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	4 104	5 875	(19)	–	2 418	12 378
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	81	3	44	–	9	137
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	553	91	211	–	10	866

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 160% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	2016					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas Líquidas<sup>1</sup></b>	<b>16 764</b>	<b>11 090</b>	<b>3 015</b>	<b>(382)</b>	<b>(473)</b>	<b>30 014</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>816</b>	<b>439</b>	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>(0)</b>	<b>1 383</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	4 062	4 075	737	68	2 931	11 874
Despesas gerais e administrativas	9 280	4 888	1 026	2 659	(2 398)	15 454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	1 021	(49)	(0)	1 256
Atividades de reestruturação	299	142	47	4	(7)	484
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>13 926</b>	<b>9 104</b>	<b>3 205</b>	<b>2 682</b>	<b>525</b>	<b>29 442</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>49</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(4)</b>	<b>(46)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 973</b>	<b>1 547</b>	<b>(190)</b>	<b>(3 187)</b>	<b>(952)</b>	<b>(810)</b>
Rácio custo/rendimento	83 %	82 %	106 %	N/S	N/S	98 %
Ativos <sup>2</sup>	1 201 894	329 869	12 300	5 523	40 959	1 590 546
Adições a ativos não correntes	22	480	1	0	1 517	2 019
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	237 596	86 082	8 960	9 174	15 706	357 518
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	954 203	342 424	3 126	7 882	40 018	1 347 653
Capital próprio médio dos acionistas	40 312	14 371	4 460	690	2 249	62 082
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3 %	8 %	71 %	N/S	N/S	(3)%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3 %	7 %	(3)%	N/S	N/S	(2)%
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	6 314	6 201	326	142	1 724	14 707
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	138	5	44	269	(1)	455
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	698	23	203	98	4	1 027

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas

(após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## Corporate & Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Global Transaction Banking	3 834	3 917	4 419	(83)	(2)	(502)	(11)
Geração de ações	362	396	405	(34)	(9)	(9)	(2)
Geração de dívida	1 081	1 327	1 393	(247)	(19)	(66)	(5)
Consultoria	493	508	495	(16)	(3)	13	3
Geração e consultoria	1 935	2 232	2 292	(296)	(13)	(60)	(3)
Sales & Trading (ações)	1 957	2 233	2 751	(276)	(12)	(518)	(19)
Sales & Trading (FIC)	5 361	6 447	7 066	(1 087)	(17)	(619)	(9)
Sales & Trading	7 317	8 680	9 817	(1 363)	(16)	(1 137)	(12)
Outros	(40)	(601)	235	561	(93)	(836)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>13 046</b>	<b>14 227</b>	<b>16 764</b>	<b>(1 181)</b>	<b>(8)</b>	<b>(2 537)</b>	<b>(15)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>120</b>	<b>213</b>	<b>816</b>	<b>(94)</b>	<b>(44)</b>	<b>(603)</b>	<b>(74)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3 970	4 364	4 062	(393)	(9)	302	7
Despesas gerais e administrativas	8 115	8 441	9 280	(326)	(4)	(839)	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	6	285	(6)	N/S	(279)	(98)
Atividades de reestruturação	287	81	299	205	N/S	(218)	(73)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 372</b>	<b>12 892</b>	<b>13 926</b>	<b>(520)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1 034)</b>	<b>(7)</b>
Participações minoritárias	24	26	49	(2)	(7)	(23)	(46)
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>530</b>	<b>1 096</b>	<b>1 973</b>	<b>(566)</b>	<b>(52)</b>	<b>(877)</b>	<b>(44)</b>
Rácio custo/rendimento	95 %	91 %	83 %	N/S	4 p.p.	N/S	8 p.p.
Ativos <sup>1</sup>	988 531	1 127 028	1 201 894	(138 497)	(12)	(74 866)	(6)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	236 306	231 574	237 596	4 733	2	(6 022)	(3)
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	43 427	44 197	40 312	(770)	(2)	3 885	10
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	1 %	2 %	3 %	N/S	(1) p.p.	N/S	(2) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1 %	2 %	3 %	N/S	(1) p.p.	N/S	(2) p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

### 2018

Em 2018, a CIB anunciou, iniciou e concluiu as reduções de recursos e no número de colaboradores como parte da reformulação estratégica da divisão. Esta reformulação teve um impacto negativo a curto prazo nos proveitos, mas permitiu à divisão reduzir a exposição de alavancagem e redirecionar o foco em áreas de pontos fortes. Os resultados antes de impostos sobre o rendimento da CIB para todo o exercício de 2018 foram de 530 milhões de euros, ou 52%, inferiores ao exercício anterior. O decréscimo ano a ano deveu-se essencialmente a proveitos mais baixos e a custos de reestruturação mais altos, compensados em parte por remunerações e benefícios, despesas gerais e administrativas e provisões para perdas de crédito mais baixos.

As receitas líquidas da CIB, no exercício de 2018, foram de 13 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros, ou 8%, comparativamente ao exercício de 2017.

As receitas líquidas da Global Transaction Banking foram de 3,8 mil milhões de euros, uma diminuição de 83 milhões de euros, ou 2%, comparativamente a 2017. As receitas da gestão de tesouraria foram ligeiramente inferiores, como resultado das reduções do perímetro de clientes em 2017 e as taxas de juro negativas na Europa. Contudo, o negócio assistiu a um crescimento sequencial de receitas em termos trimestrais ao longo de 2018. As receitas comerciais foram ligeiramente mais baixas, especificamente em produtos estruturados devido à compressão de margens em curso, ao passo que o negócio do fluxo subjacente mostrou um desenvolvimento positivo. As receitas de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários foram mais altas, motivadas por um ganho na venda de uma alienação de ativos no segundo trimestre de 2018 e beneficiou de taxas de juro mais altas nos Estados Unidos.

As receitas líquidas da área de geração e consultoria (Origination & Advisory) foram de 1,9 mil milhões de euros, uma diminuição de 296 milhões de euros, ou 13%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de dívida (Debt Origination) foram 247 milhões de euros ou 19% mais baixas numa conjuntura de volume de comissões significativamente reduzido, apesar dos ganhos significativos da quota de mercado em créditos alavancados. As receitas de geração de capitais próprios (Equity Origination) foram de 34 milhões de euros, ou 9%, mais baixas. As receitas de consultoria (Advisory) mantiveram-se essencialmente inalteradas comparativamente a 2017.

As receitas líquidas da Sales & Trading (FIC) foram de 5,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 1,1 mil milhões de euros, ou 17%. As receitas de taxas foram significativamente mais baixas comparativamente ao exercício anterior, principalmente na Europa com níveis mais baixos de atividade de clientes e o impacto da reformulação estratégica nos Estados Unidos. As receitas de crédito foram mais baixas comparativamente a um forte exercício anterior. As receitas cambiais mantiveram-se essencialmente inalteradas. As receitas de

mercados emergentes foram mais baixas devido a um desempenho inferior na América Latina, especialmente no negócio de fluxos, parcialmente compensado por um melhoramento na Europa Oriental, Médio Oriente e África. As receitas cambiais e de taxas na Ásia e Pacífico foram mais baixas devido ao desempenho no Japão e Austrália, parcialmente compensado por fortes receitas na Ásia.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,0 mil milhões de euros, uma diminuição de 276 milhões de euros, ou 12%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram ligeiramente inferiores. As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram ligeiramente inferiores devido ao fluxo de clientes reduzido tanto na Europa como na Ásia e Pacífico, parcialmente compensadas por um desempenho sólido nos Estados Unidos, que beneficiou de volatilidade aumentada no primeiro trimestre de 2018. As receitas de fluxo de ações negociadas a pronto (Cash Equity) foram mais baixas devido a perdas de facilitação nas Américas e a não recorrência de ganhos nas vendas de ativos no exercício anterior.

As receitas provenientes de Outros foram uns negativos 40 milhões de euros, em comparação com os negativos 601 milhões de euros em 2017. O melhoramento ano a ano deveu-se a um ganho de 126 milhões de euros (2017: um perda de 348 milhões de euros) relativo ao impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados. A não recorrência de eventos de proveitos negativos relativos a ativos identificados como não consistentes com a estratégia da CIB teve também impacto na comparação em termos homólogos. As receitas de empréstimos com grau de investimento mantiveram-se essencialmente inalteradas comparativamente a 2017.

A provisão para perdas de crédito foi de 120 milhões de euros, em comparação com os 213 milhões de euros no exercício anterior. No primeiro semestre de 2018, a redução de risco na nossa carteira de transportes marítimos registou novos progressos, ao passo que a conjuntura macroeconómica benigna através da maioria do ano apoiou o nível baixo de provisões líquidas. O quarto trimestre de 2018 assistiu a um aumento devido a provisões mais altas de Fase 1 e 2. Isto deveu-se a uma perspetiva macroeconómica enfraquecida, que tem um impacto devido ao elemento de informações prospetivas da IFRS 9, adicionalmente a um ajustamento único para a metodologia de cálculo sobre determinados empréstimos sobre os quais detemos proteção de seguros.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 12,4 mil milhões de euros em 2018, uma diminuição de 520 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o exercício anterior. A diminuição foi motivada por custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração variável como fixa, refletindo as ações estratégicas relativamente ao número de colaboradores. Os custos não remuneratórios foram também mais baixos através de um número de rubricas devido à disciplina de custos continuados. As reduções de custos foram parcialmente atenuadas pelos custos de reestruturação aumentados.

## 2017

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento na CIB em 2017 de 1,1 mil milhões de euros foram 877 milhões de euros, ou 44%, mais baixos do que no exercício anterior. A redução período a período nas receitas foi apenas compensada por gastos operacionais (excl. juros) reduzidos e provisões para perdas de crédito mais baixas.

As receitas líquidas da CIB, no exercício de 2017, foram de 14,2 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 2,5 mil milhões de euros, ou 15%, em termos homólogos.

As receitas líquidas da Global Transaction Banking foram de 3,9 mil milhões de euros, uma diminuição de 502 milhões de euros, ou 11%. As receitas de gestão de tesouraria foram ligeiramente mais baixas, dado que os aumentos de taxa de juro nos Estados Unidos compensam em parte o impacto negativo das reduções do perímetro de produtos e clientes iniciadas em 2016. As receitas comerciais foram inferiores, motivadas por esforços de gestão do balanço ativos e pressão continuada sobre as margens. As receitas de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários mantiveram-se essencialmente inalteradas, dado que os volumes de transações mais baixos devido a saídas de países e clientes foram compensados por aumentos das taxas de juro nos Estados Unidos. Adicionalmente, as receitas da GTB foram afetadas negativamente por uma alteração na metodologia de alocação de encargos de financiamento em 2017.

As receitas da área de geração e consultoria foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 60 milhões de euros, ou 3%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de capitais próprios diminuíram 9 milhões de euros, ou 2%. As receitas da área de geração de dívida diminuíram 66 milhões de euros (5%), com um forte primeiro trimestre de 2017 sustentado por entradas elevadas no mercado dos créditos alavancados, tendo sido atenuadas por receitas ligeiramente mais baixas durante o restante período de 2017, entre uma atividade mais baixa de clientes e um apetite reduzido pelo risco do Deutsche Bank nos Estados Unidos. As receitas da área de consultoria aumentaram 13 milhões de euros (3%), motivadas por um mercado robusto e uma forte participação nos negócios.

As receitas líquidas da Sales & Trading (FIC) foram de 6,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 619 milhões de euros, ou 9%. As receitas de crédito mantiveram-se essencialmente inalteradas, sustentadas por um forte desempenho nos produtos em dificuldades no primeiro semestre de 2017, mas travado por condições comerciais menos favoráveis para negócios de fluxo no segundo semestre de 2017. As receitas de taxas foram mais altas com desempenho sólido na Europa, atenuadas em parte por um desempenho mais fraco nos Estados Unidos. As receitas cambiais foram significativamente mais baixas dado que uma conjuntura de volatilidade persistentemente baixa afetou os fluxos de clientes. As receitas da área Ásia e Pacífico, cambiais e taxas diminuíram com um forte primeiro trimestre de 2017, travado por uma baixa nas atividades dos clientes durante o resto do exercício. As receitas de mercados emergentes foram significativamente mais baixas devido ao fluxo moderado de clientes e desenvolvimentos específicos na Venezuela, África do Sul e Turquia perto do final do ano.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 518 milhões de euros, ou 19%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram mais baixas, refletindo balanços médios mais baixos durante o exercício, margens reduzidas e custo de financiamento mais altos. As receitas de derivados de ações foram mais baixas, com uma conjuntura comercial difícil principalmente no segundo semestre de 2017. As receitas de ações negociadas a pronto mantiveram-se essencialmente inalteradas com volumes a permanecerem um desafio.

As receitas provenientes de Outros foram uns negativos 601 milhões de euros, face a um ganho de 235 milhões em 2016. 2017 incluiu uma perda de 348 milhões de euros (2016: um ganho de 27 milhões de euros) relativo ao impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados. O montante de 136 milhões de euros desta perda foi motivado por uma alteração na hierarquia de credores no caso de uma insolvência bancária que foi introduzida pela lei alemã do mecanismo de resolução (Abwicklungsmechanismusgesetz), em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017. Esta alteração na hierarquia resulta em contrapartes derivadas que recebem maior proteção, dado que seriam satisfeitas antes dos detentores de dívida sénior não garantida na estrutura em cascata de credores. Esta maior proteção aumenta o valor dos ativos derivados para a contraparte, aumentando por conseguinte o valor dos passivos derivados no balanço, resultando na perda. As receitas associadas com os ativos identificados como não coerentes com a estratégia da CIB são reportadas em "Outros" a partir do segundo trimestre de 2017, incluindo um impacto negativo relativo à avaliação da carteira de RMBS antiga.

A provisão para perdas de crédito de 213 milhões de euros desceu 74% em termos homólogos. A diminuição deveu-se essencialmente a reduções em todas as carteiras, incluindo o transporte marítimo. Apesar da redução ano a ano, o transporte marítimo continua a ser o principal motor de provisão para perdas de crédito em 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 12,9 mil milhões de euros foram 1,0 mil milhões, ou 7%, mais baixos do que em 2016. As provisões dos litígios reduzidos, imparidades de goodwill materialmente mais baixas e reestruturações mais baixas tiveram um impacto positivo face ao exercício anterior. Os custos de remuneração aumentaram devido à normalização de pagamentos de remuneração variáveis em 2017, parcialmente compensados por despesas não remuneratórias mais baixas. O desenvolvimento em termos homólogos dos gastos operacionais (excl. juros) também beneficiou das variações cambiais.

## Private & Commercial Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private and Commercial Business (Alemanha)	6 802	6 583	6 873	220	3	(290)	(4)
Private and Commercial Business (Internacional) <sup>1</sup>	1 439	1 455	1 466	(16)	(1)	(11)	(1)
Wealth Management (Global)	1 746	2 021	1 720	(274)	(14)	301	18
Exited businesses <sup>2</sup>	170	119	1 031	51	42	(912)	(88)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>10 158</b>	<b>10 178</b>	<b>11 090</b>	<b>(20)</b>	<b>(0)</b>	<b>(912)</b>	<b>(8)</b>
Of which:							
Net interest income	6 077	5 875	6 201	202	3	(326)	(5)
Rendimentos de serviços e comissões	3 143	3 367	3 395	(224)	(7)	(28)	(1)
Rendimentos restantes	937	935	1 494	2	0	(558)	(37)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>406</b>	<b>313</b>	<b>439</b>	<b>93</b>	<b>30</b>	<b>(126)</b>	<b>(29)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	4 001	4 027	4 075	(26)	(1)	(47)	(1)
Despesas gerais e administrativas	4 867	5 012	4 888	(145)	(3)	124	3
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	12	0	(12)	N/S	12	N/S
Atividades de reestruturação	55	360	142	(305)	(85)	218	154
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>8 923</b>	<b>9 411</b>	<b>9 104</b>	<b>(488)</b>	<b>(5)</b>	<b>307</b>	<b>3</b>
Participações minoritárias	(0)	(12)	0	12	(100)	(12)	N/S
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>829</b>	<b>465</b>	<b>1 547</b>	<b>363</b>	<b>78</b>	<b>(1 081)</b>	<b>(70)</b>
Rácio custo/rendimento	88 %	92 %	82 %	N/S	(5) p.p.	N/S	10 p.p.
Ativos <sup>3</sup>	343 704	333 069	329 869	10 635	3	3 200	1
Ativos ponderados pelo risco <sup>4</sup>	87 709	87 472	86 082	237	0	1 390	2
Capital próprio médio dos acionistas <sup>5</sup>	14 514	14 943	14 371	(429)	(3)	572	4
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	5 %	2 %	8 %	N/S	2 p.p.	N/S	(6) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	4 %	2 %	7 %	N/S	2 p.p.	N/S	(5) p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Abrange operações na Bélgica, Índia, Itália e Espanha.

<sup>2</sup> Abrange operações na Polónia e em Portugal, bem como Private Client Services (PCS) e Hua Xia em períodos históricos.

<sup>3</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>4</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>5</sup> Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

## Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em mil milhões de euros	em %	em mil milhões de euros	em %
Ativos sob gestão <sup>1</sup>	474	506	501	(32)	(6)	5	1
Fluxos líquidos	(2)	4	(42)	(6)	N/S	47	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. Nas nossas áreas de negócio Private and Commercial Business (Alemanha) e Private and Commercial Business (Internacional), isso inclui todos os depósitos a prazo e depósitos de poupança. Na Wealth Management, assumimos que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

## 2018

Em 2018, a PCB concluiu com êxito a fusão jurídica da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG com o Postbank, a venda parcial do negócio de retalho na Polónia, a integração da Sal. Oppenheim e otimizou mais a sua rede de agências. A PCB gerou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 829 milhões de euros em 2018, um aumento de 363 milhões de euros, ou 78%, em comparação com o exercício anterior, que foi alcançado enquanto sustentava o investimento continuado nas nossas iniciativas estratégicas e apesar dos obstáculos contínuos a partir de uma conjuntura de taxas de juro baixas. O aumento foi essencialmente motivado por uma diminuição nos gastos operacionais (excl. juros), parcialmente compensado por uma provisão para perdas de crédito mais alta, refletindo um desembolso de provisões no exercício anterior, assim como o crescimento de empréstimos em 2018.

As receitas líquidas da PCB de 10,2 mil milhões de euros mantiveram-se essencialmente inalteradas face ao período do exercício anterior.

As receitas líquidas da Private and Commercial Business (Alemanha) aumentaram 220 milhões de euros, ou 3%, em comparação com o período do exercício anterior. O rendimento líquido de juros aumentou ligeiramente em comparação com 2017, motivado pelo crescimento nas receitas de empréstimos, efeitos de avaliação positiva do passivo para poupança e crédito habitação e um impacto positivo, em termos homólogos, dos empréstimos hipotecários anteriormente medidos ao justo valor e medidos numa base de custo amortizado desde a adoção da norma de relato IFRS 9. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto de uma conjuntura de taxas de juro baixas em margens de depósitos. As receitas de depósitos também incluíram um impacto positivo a partir do crescimento em volumes. Os rendimentos restantes aumentaram significativamente, refletindo essencialmente as vendas de ativos mais altas incluindo um ganho de 156 milhões de euros a partir de uma venda de propriedade, parcialmente afetado por um rendimento mais baixo proveniente de coberturas de risco de taxa de juro. O período do exercício anterior incluiu um impacto negativo de 118 milhões de euros resultante da cessação de um título fiduciário preferencial antigo, que foi largamente compensado pelo impacto positivo de 108 milhões de euros proveniente da venda de ações na Concardis GmbH. Os rendimentos de serviços e comissões diminuíram ligeiramente em termos homólogos. As receitas mais baixas dos serviços postais subsequentes a um alinhamento de contratos, assim como as receitas mais baixas provenientes dos produtos de investimento, que sofreram, em parte, o impacto da implementação da MiFID II, foram parcialmente compensadas por rendimentos de comissões mais altos provenientes de contas correntes, refletindo as ações de fixação de novos preços.

As receitas líquidas da Private and Commercial Business (Internacional) diminuíram 16 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o período do exercício anterior. A diminuição foi essencialmente motivada pelos efeitos positivos relativos a uma transação de venda de ativos em 2017, reportada na área de rendimentos restantes. O rendimento líquido de juros manteve-se essencialmente inalterado em comparação com o período do exercício anterior, com impactos negativos provenientes da atual conjuntura de taxas de juro baixas sobre as receitas de depósitos, compensadas por receitas de empréstimos mais altas. Os rendimentos de serviços e comissões mantiveram-se essencialmente inalterados em comparação com o exercício anterior, dado que o crescimento nas receitas de produtos comerciais compensou a diminuição nas receitas de produtos de investimento devido a uma conjuntura difícil de mercado.

As receitas líquidas na Wealth Management (Global) diminuíram 274 milhões de euros, ou 14%, motivadas por um impacto menor de 197 milhões de euros resultantes de atividades de reestruturação relativas às posições antigas na franquia Sal. Oppenheim. As receitas líquidas também sofreram o impacto de movimentos de taxas de câmbio desfavoráveis. Excluindo estes efeitos, as receitas líquidas mantiveram-se essencialmente inalteradas face ao período do exercício anterior. O crescimento das receitas na Ásia e Pacífico foi atenuado por receitas de clientes mais baixas na EMEA e Alemanha que sofreram parcialmente o impacto da implementação da MiFID II e decisões de negócio estratégicas, assim como nos mercados de capitais voláteis e atividade menor de clientes.

Na unidade Exited Businesses, as receitas líquidas aumentaram 51 milhões de euros, ou 42%, em comparação com o período do exercício anterior. O aumento deveu-se a um impacto negativo mais baixo proveniente das transações de vendas na Polónia e Portugal (2017 sofreu o impacto de 157 milhões de euros relativo ao acordo de venda parcial do negócio de retalho na Polónia, em comparação com um efeito negativo de 57 milhões de euros provenientes das transações em Portugal e na Polónia em 2018). Isto foi atenuado em parte por uma contribuição de receitas de clientes mais baixa na Polónia devido à respetiva venda em novembro de 2018 e à não recorrência de um impacto positivo de 20 milhões de euros relativos à alienação da unidade PCS.

A provisão para perdas de crédito de 406 milhões de euros aumentou 93 milhões de euros (30%) face ao período do exercício anterior. Este aumento refletiu os desembolsos mais altos no período do exercício anterior principalmente relativo a uma provisão única no Postbank, assim como ao crescimento de empréstimos. Ambos os períodos incluíram os impactos positivos das vendas de carteiras.

Os gastos operacionais (excluindo juros) de 8,9 mil milhões de euros diminuíram 488 milhões de euros, ou 5%, em comparação com 2017. O decréscimo incluiu 305 milhões de euros de encargos de reestruturação mais baixos relativos à execução de estratégias, incluindo as medidas de reorganização e integração na Alemanha, bem como custos de litígios mais baixos. Adicionalmente, o decréscimo em gastos operacionais (excl. juros) é atribuível a poupanças, o que reflete a estrita disciplina de custos, assim como as medidas de reorganização executadas. Estes impactos positivos foram afetados em parte pelos gastos adicionais com os investimentos de aproximadamente 220 milhões de euros, relativos à fusão da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank, pelos investimentos nos nossos negócios na Itália e Espanha, assim como pelos custos relativos a acordos de venda de negócios em Portugal e Polónia.

Os ativos sob gestão da PCB de 474 mil milhões de euros diminuíram 32 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2017. O decréscimo foi principalmente atribuível a 30 mil milhões de euros à depreciação de mercado, um efeito de desconsolidação de 4 mil milhões de euros subsequentes à alienação do negócio na Polónia e 2 mil milhões de euros de saídas líquidas parcialmente compensadas por 4 mil milhões de euros de variações cambiais. As entradas líquidas na Private and Commercial Business (Alemanha) essencialmente em depósitos foram compensadas pelas saídas líquidas na Wealth Management. Na Wealth Management, as entradas líquidas na Alemanha e na região Ásia e Pacífico foram mais do que compensadas pelas saídas líquidas na EMEA e Américas.

## 2017

Os resultados da PCB em 2017 foram significativamente afetados por rubricas relativas à estratégia, o que incluiu as provisões de reestruturação relacionadas com a fusão da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e Postbank, assim como um impacto negativo dos proveitos subsequente ao acordo relativo à venda parcial do negócio de retalho na Polónia. Por outro lado, os resultados em 2016 beneficiaram de um ganho relativo à venda da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd. Estes fatores específicos, assim como a conjuntura de taxas de juro difícil, explicam grande parte da diminuição em termos homólogos de 1,1 mil milhões de euros nos resultados antes de impostos sobre o rendimento da PCB de 465 milhões de euros.

O total de receitas líquidas de 10,2 mil milhões de euros diminuiu 912 milhões de euros, ou 8%, em comparação com 2016.

As receitas líquidas da Private and Commercial Business (Alemanha) diminuíram 290 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o exercício anterior. Os rendimentos restantes foram significativamente mais baixos do que em 2016, que beneficiaram de ganhos em determinadas vendas de ativos, incluindo 129 milhões de euros relativos à venda de ações na VISA Europe Limited. Em 2017, os rendimentos restantes incluíram um impacto negativo de 118 milhões de euros resultante da cessação de um título fiduciário preferencial antigo, que foi largamente compensado por um ganho de 108 milhões de euros proveniente da venda de ações na Concardis GmbH. O rendimento de juros líquido diminuiu ligeiramente em termos homólogos dado que o impacto em curso da conjuntura de baixas taxas de juro sobre as receitas de depósitos foi parcialmente reduzido por receitas de empréstimo mais altas, refletindo o crescimento em volumes de empréstimo. Os rendimentos de serviços e comissões aumentaram ligeiramente refletindo rendimentos de comissões mais altos das contas correntes subsequentes à introdução de um novo modelo de preços para contas correntes (no Postbank) e receitas mais altas provenientes de produtos de investimento.

As receitas na Private and Commercial Business (Internacional) diminuíram em termos homólogos em 11 milhões de euros, ou 1%. Os rendimentos restantes diminuíram em comparação com 2016, que também incluíram 73 milhões de euros de ganhos relativos à venda de ações na VISA Europe Limited, ao passo que as receitas em 2017 incluíram um impacto positivo mais pequeno de uma transação de venda de ativos. O rendimento de juros líquido manteve-se essencialmente inalterado dado que o impacto da conjuntura de baixas taxas de juro sobre as receitas de depósitos foi parcialmente compensado por receitas de empréstimo mais altas. Os rendimentos de serviços e comissões aumentaram ligeiramente, refletindo essencialmente comissões mais altas provenientes de cartões e contas correntes, assim como receitas de produtos de investimento.

As receitas nos negócios da Wealth Management (Global) aumentaram 301 milhões de euros, ou 18%, principalmente motivadas aos impactos positivos de aproximadamente 400 milhões de euros resultantes das atividades de reestruturação na franquia da Sal. Oppenheim. Os ganhos de reestruturação foram essencialmente motivados por desfechos legais favoráveis, contribuindo para um impacto positivo na avaliação de empréstimos, que foram reduzidos no seu valor escriturado como parte da aquisição. Se excluirmos estes efeitos, as receitas líquidas diminuiriam face a 2016, refletindo variações cambiais assim como uma diminuição nas receitas líquidas de juros, motivada pelas reduções na carteira de empréstimos, principalmente nas Américas. Os rendimentos de serviços e comissões ficaram ligeiramente abaixo face a 2016, refletindo a baixa nas atividades de clientes e uma base inferior de ativos nas Américas e EMEA, compensadas em parte pelo bom crescimento na Ásia e Pacífico.

Na unidade Exited Businesses, as receitas líquidas diminuíram 912 milhões de euros, ou 88%, em termos homólogos. O exercício de 2016 incluiu uma contribuição de receitas de 618 milhões de euros da Hua Xia Bank Co. Ltd., assim como uma contribuição de receitas mais alta de 140 milhões de euros da unidade Private Client Services (PCS) nos Estados Unidos antes da sua venda. As receitas líquidas em 2017 foram também afetadas negativamente por 157 milhões de euros relativos ao acordo de venda parcial do negócio de retalho na Polónia.

A provisão para perdas de crédito de 313 milhões de euros diminuiu 126 milhões de euros, ou 29%, em termos homólogos, beneficiando do desembolso de provisões no Postbank, assim como uma boa qualidade de carteiras numa conjuntura económica favorável continuada. Ambos os períodos incluíram os impactos positivos das vendas de carteiras seletivas.

Os gastos operacionais (excluindo juros) de 9,4 mil milhões de euros aumentaram 307 milhões de euros, ou 3%, face a 2016. Os gastos operacionais (excl. juros) em 2017 incluíram os encargos líquidos de reestruturação de 360 milhões de euros (142 milhões de euros em 2016) relativos às rubricas estratégicas, incluindo as medidas de reorganização e integração na Alemanha. Os gastos operacionais (excl. juros) também aumentaram devido a remunerações variáveis e gastos de investimento mais elevados. Estes efeitos foram compensados em parte pelas poupanças das medidas de reorganização executadas e por uma base de custos reduzida após a alienação da unidade PCS.

Os ativos sob gestão da PCB de 506 mil milhões de euros aumentaram 5 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2016. Os impactos negativos das variações cambiais foram mais do que compensados pela valorização do mercado e pelas entradas líquidas de 4 mil milhões de euros principalmente na Private and Commercial Business (Alemanha). As entradas líquidas foram principalmente em produtos de depósitos, refletindo em parte a recuperação bem-sucedida de mandatos. As entradas líquidas na Wealth Management foram impactadas em parte pelas decisões comerciais estratégicas e pela continuação da redução do risco.

## Gestão dos Activos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2 115	2 247	2 190	(132)	(6)	57	3
Comissões de desempenho e transação	91	199	220	(109)	(55)	(21)	(9)
Outros proveitos	(20)	86	209	(106)	N/S	(123)	(59)
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	0	0	396	0	N/S	(396)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2 186</b>	<b>2 532</b>	<b>3 015</b>	<b>(346)</b>	<b>(14)</b>	<b>(483)</b>	<b>(16)</b>
Provisão para perdas de crédito	(1)	(1)	1	(0)	67	(1)	N/S
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	787	812	737	(25)	(3)	75	10
Despesas gerais e administrativas	929	978	1 026	(49)	(5)	(48)	(5)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	(0)	N/S	(374)	(100)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	3	1 021	(3)	N/S	(1 018)	(100)
Atividades de reestruturação	19	6	47	13	N/S	(41)	(88)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1 735</b>	<b>1 799</b>	<b>3 205</b>	<b>(64)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1 405)</b>	<b>(44)</b>
Participações minoritárias	85	1	0	83	N/S	1	N/S
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>367</b>	<b>732</b>	<b>(190)</b>	<b>(364)</b>	<b>(50)</b>	<b>922</b>	<b>N/S</b>
Rácio custo/rendimento	79 %	71 %	106 %	N/S	8 p.p.	N/S	(35) p.p.
Ativos <sup>1</sup>	10 030	8 050	12 300	1 980	25	(4 250)	(35)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	10 365	8 432	8 960	1 932	23	(528)	(6)
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	4 669	4 687	4 460	(19)	(0)	227	5
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	18 %	56 %	71 %	N/S	(38) p.p.	N/S	(15) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	6 %	10 %	(3)%	N/S	(5) p.p.	N/S	13 p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

### 2018

Na Asset Management, a oferta pública inicial da DWS foi concluída com êxito durante o primeiro trimestre de 2018. As condições de mercado foram desafiantes em 2018 com a reforma tributária nos Estados Unidos e a procura mais baixa para os fundos europeus de retalho coloca desafios à AM e ao setor de Asset Management. A AM está a adaptar-se às condições de mercado ao acelerar as reduções de custos. De acordo com o respetivo objetivo comunicado, a AM manteve uma margem de comissões de gestão de 30 ou mais pontos base em 2018. Em 2018, a AM reportou de forma significativa os resultados antes de impostos sobre o rendimento mais baixos de 367 milhões de euros, um decréscimo de 364 milhões de euros, ou 50%, face a 2017. O decréscimo foi principalmente motivado por receitas mais baixas, que sofreram o impacto negativo de fluxos líquidos desfavoráveis e comissões de desempenho mais baixas. As participações minoritárias mais altas atribuíveis a acionistas minoritários para nove meses no seguimento da oferta pública inicial da DWS, que não ocorreu no exercício anterior, foram parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos.

As receitas líquidas foram de 2,2 mil milhões de euros, uma diminuição de 346 milhões de euros, ou 14%.

As comissões de gestão foram de 132 milhões de euros, ou 6% mais baixas, motivadas por saídas líquidas de ativos sob gestão e pela compressão da margem de comissões nos produtos geridos ativamente, comissões motivadas por ativos sob gestão mais baixos nos produtos alternativos e a ausência de receitas de negócios descontinuados e vendidos. O decréscimo foi parcialmente compensado pelo forte desempenho do negócio passivo dos ativos sob gestão mais altos.

As comissões de desempenho e transação foram significativamente mais baixas em 109 milhões de euros, ou 55%, devido à ausência de comissões para um fundo específico de produtos alternativos recebido em 2017 e às comissões de desempenho mais baixas dos produtos ativos.

As receitas provenientes de Outros foram significativamente inferiores em 106 milhões de euros em comparação com o exercício anterior. A diminuição deveu-se principalmente ao impacto de negócios descontinuados e vendidos em 2017 e 2018 e a ausência de uma recuperação não recorrente relativa a uma matéria jurídica de fundos imobiliários registada e, 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 1,7 mil milhões de euros foram 64 milhões de euros, ou 4%, mais baixos. As remunerações e benefícios mantiveram-se essencialmente inalterados com os custos de remuneração variável mais baixos atenuados pelos pagamentos por cessação de funções mais altos. As despesas gerais e administrativas foram ligeiramente mais baixas, motivadas por uma diminuição significativa em custos de serviços fornecidos pelo Grupo Deutsche Bank à DWS, parcialmente atenuadas por despesas de litígio relativas a um negócio antigo vendido, custos de pesquisa externa mais altos em conformidade com a MiFID II e custos mais altos para a DWS a funcionar como uma empresa autónoma.



Os ativos sob gestão foram de 664 mil milhões de euros, uma diminuição de 37 mil milhões de euros, ou 5%, face a 31 de dezembro de 2017. A diminuição foi motivada por um desenvolvimento de mercado desfavorável de 28 mil milhões de euros e por saídas líquidas de 23 mil milhões de euros, parcialmente compensada por efeitos cambiais positivos de 13 mil milhões de euros. As saídas foram principalmente motivadas por ativos de seguros de subcontratação e pelo impacto de ativos de repatriação de empresas dos Estados Unidos, no seguimento da reforma tributária dos Estados Unidos. O desenvolvimento de ativos sob gestão sofreu também o impacto de mercados voláteis e de um sentimento de investidores mais débil, aliado ao desempenho inferior em alguns fundos emblemáticos. O negócio passivo obteve fortes entradas, principalmente nos mandatos e produtos europeus negociados em bolsa.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2018, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternatives	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>95</b>	<b>238</b>	<b>57</b>	<b>65</b>	<b>59</b>	<b>115</b>	<b>73</b>	<b>702</b>
Fluxos de entrada	14	58	10	16	490	56	10	655
Fluxos de saída	(21)	(75)	(14)	(17)	(493)	(48)	(9)	(678)
Fluxos líquidos	(7)	(17)	(3)	(0)	(3)	8	1	(23)
Impacto cambial	1	6	0	0	1	3	1	13
Desempenho	(10)	(2)	(3)	(3)	0	(11)	0	(28)
Outros	0	1	0	(0)	(0)	(0)	1	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>78</b>	<b>226</b>	<b>51</b>	<b>61</b>	<b>58</b>	<b>115</b>	<b>76</b>	<b>664</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	14	39	26	7	25	53	31

<sup>1</sup> Entradas e saídas tal como relatado incluem desvios dos AuM entre as classes de ativos.

## 2017

Em 2017, a AM reportou significativamente resultados antes de impostos sobre o rendimento mais altos de 732 milhões de euros, um aumento de 922 milhões de euros face a 2016, motivados pela ausência da imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis relativos à Abbey Life, registada em 2016. Excluindo a Abbey Life, que foi alienada no quarto trimestre de 2016, os resultados antes de impostos sobre o rendimento da AM em 2017 mantiveram-se, grosso modo, inalterados face a 2016, dado que os proveitos mais altos foram afetados por várias rubricas não recorrentes e gastos operacionais (excl. juros) mais altos.

As receitas líquidas foram de 2,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 483 milhões de euros, ou 16%. Excluindo a Abbey Life em 2016, as receitas líquidas aumentaram 54 milhões de euros, ou 2%, face ao exercício anterior.

As taxas de gestão aumentaram ligeiramente cerca de 57 milhões de euros, ou 3%, principalmente nos negócios ativos motivados por movimentos favoráveis de mercado.

As comissões de desempenho e transação foram 21 milhões de euros, ou 9%, mais baixas, principalmente motivadas por comissões de desempenho de baixos fundos, de um dos fundos ativos, face ao exercício anterior.

As receitas provenientes de Outros foram significativamente inferiores em 123 milhões de euros, ou 59%, em comparação com o exercício anterior. O decréscimo deveu-se essencialmente a receitas não recorrentes da Abbey Life, excluindo receitas ao preço de mercado, proveitos da venda da Asset Management India e um reintegração relativa à exposição HETA, que saiu em 2016. Estes impactos foram parcialmente compensados por uma recuperação relativa a uma matéria jurídica de fundos imobiliários no atual exercício e pela perda na venda do negócio da manutenção de ativos da Sal. Oppenheim sediada no Luxemburgo e pelo justo valor negativo relativo a produtos garantidos no exercício anterior. No seguimento da venda da Abbey Life em 2016, não foram registados em 2017 movimentos de valorização pelos preços de mercado em posições de tomadores de seguros, em comparação com os 396 milhões de euros reportados no exercício anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 1,8 mil milhões de euros diminuíram significativamente 1,4 mil milhões de euros, ou 44%, devido à não recorrência de custos relativos à Abbey Life e a encargos de reestruturação mais baixos. As remunerações e benefícios foram mais elevados devido a custos aumentados de remuneração variável. As despesas gerais e administrativas foram ligeiramente mais baixas em comparação com o exercício anterior, motivadas pela não recorrência dos custos relativos à Abbey Life, atenuadas em parte por uma provisão de perda operacional tomada em 2015 e desembolsada em 2016, associada aos custos de 2017 relativos à IPO da DWS.

Os ativos sob gestão foram de 702 mil milhões de euros, uma diminuição de 4 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2016, motivados por variações cambiais desfavoráveis de 36 mil milhões de euros e por 13 mil milhões de euros de desinvestimentos relativos essencialmente a alienações do negócio da manutenção de ativos da Sal. Oppenheim sediada no Luxemburgo e ao negócio da Private Clients dos Estados Unidos, compensados em parte por 30 mil milhões de euros de desempenho de mercado favorável e 16 mil milhões de euros de entradas líquidas lideradas pelos fundos europeus negociados em bolsa, entradas de produtos de liquidez e multiativos, atenuados em parte por saídas líquidas de ativos de seguros.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2017, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternatives	Ativos sob gestão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>91</b>	<b>255</b>	<b>51</b>	<b>66</b>	<b>63</b>	<b>98</b>	<b>82</b>	<b>706</b>
Fluxos de entrada	19	70	21	16	410	36	16	589
Fluxos de saída	(21)	(72)	(10)	(20)	(409)	(25)	(15)	(573)
Fluxos líquidos	(2)	(2)	11	(4)	1	11	0	16
Impacto cambial	(3)	(17)	(1)	(0)	(3)	(7)	(5)	(36)
Desempenho	9	5	1	2	(1)	11	3	30
Outros	(1)	(3)	(6)	2	0	1	(6)	(13)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>95</b>	<b>238</b>	<b>57</b>	<b>65</b>	<b>59</b>	<b>115</b>	<b>73</b>	<b>702</b>
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	14	42	24	9	24	58	32

<sup>1</sup> Entradas e saídas tal como relatado incluem desvios dos AuM entre as classes de ativos.

## Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(382)</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>382</b>	<b>N/S</b>
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	(1 307)	0	N/S	1 307	N/S
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>128</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>(128)</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	-	-	68	0	N/S	(68)	N/S
Despesas gerais e administrativas	-	-	2 659	0	N/S	(2 659)	N/S
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	-	(49)	0	N/S	49	N/S
Atividades de reestruturação	-	-	4	0	N/S	(4)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 682</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>(2 682)</b>	<b>N/S</b>
Participações minoritárias	-	-	(4)	0	N/S	4	N/S
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3 187)</b>	<b>0</b>	<b>N/S</b>	<b>3 187</b>	<b>N/S</b>
Ativos <sup>1</sup>	-	-	5 523	0	N/S	(5 523)	N/S
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	-	-	9 174	0	N/S	(9 174)	N/S
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	-	-	690	0	N/S	(690)	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

A partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão autónoma. Em 31 de dezembro de 2016, os restantes ativos antigos passaram a ser geridos pelos segmentos operacionais correspondentes, predominantemente o Corporate & Investment Bank e o Private & Commercial Bank.

## Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(73)</b>	<b>(489)</b>	<b>(473)</b>	<b>416</b>	<b>(85)</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>0</b>	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	<b>1</b>	<b>N/S</b>	<b>0</b>	<b>(19)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3 055	3 050	2 931	5	0	119	4
Despesas gerais e administrativas	(2 624)	(2 458)	(2 398)	(166)	7	(59)	2
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	(0)	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	(7)	(0)	(85)	7	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>431</b>	<b>593</b>	<b>525</b>	<b>(161)</b>	<b>(27)</b>	<b>67</b>	<b>13</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>(109)</b>	<b>(16)</b>	<b>(46)</b>	<b>(93)</b>	<b>N/S</b>	<b>30</b>	<b>(65)</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>(396)</b>	<b>(1 066)</b>	<b>(952)</b>	<b>670</b>	<b>(63)</b>	<b>(114)</b>	<b>12</b>
Ativos <sup>1</sup>	5 872	6 586	40 959	(714)	(11)	(34 373)	(84)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	16 053	16 734	15 706	(681)	(4)	1 028	7
Capital próprio médio dos acionistas	0	99	2 249	(99)	N/S	(2 150)	(96)

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos em C&O refletem ativos de Tesouraria residuais não atribuídos aos segmentos de negócio, bem como ativos de empresas, como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully loaded. Os ativos ponderados pelo risco em C&O refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos por impostos diferidos do Grupo.

### 2018

A C&O reportou uma perda antes de impostos sobre o rendimento de 396 milhões de euros, um melhoramento de 670 milhões de euros, ou 63%, essencialmente motivado pela realização de um ajustamento de conversão cambial negativo em 2017, gastos operacionais (excl. juros) mais baixos, assim como reversões mais altas de participações minoritárias em 2018, resultando essencialmente da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA (“DWS”).

As receitas líquidas foram uns negativos 73 milhões de euros em 2018, em comparação com os negativos 489 milhões de euros em 2017. As receitas líquidas em 2017 sofreram o impacto da realização de um ajustamento de conversão cambial negativo de 164 milhões de euros associado à alienação de uma subsidiária não estratégica na Argentina. As receitas relativas à manutenção em excesso de suportes adicionais de liquidez e financiamento dos requisitos de liquidez baseados no mercado resultaram num valor negativo de 73 milhões de euros em 2018, face ao valor negativo de 93 milhões de euros no exercício anterior. As diferenças de calendarização e avaliação contribuíram para receitas de 107 milhões de euros em 2018, face aos 51 milhões de euros em 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 431 milhões de euros em 2018, uma diminuição de 161 milhões de euros, ou 27%, face ao exercício anterior, motivada por despesas de infraestrutura mais baixas do que o esperado em 2018. A partir de 2018, as despesas de infraestrutura foram afetadas às divisões corporativas com base em afetações planeadas. Qualquer diferença entre as afetações planeadas e efetivas é captada na C&O. Isto foi parcialmente atenuado por despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de 422 milhões de euros em 2018 face aos 371 milhões de euros do exercício anterior.

As participações minoritárias são deduzidas dos resultados antes de impostos sobre o rendimento das divisões e revertidas na C&O. O aumento de 16 milhões de euros em 2017 para 109 milhões de euros em 2018 foi essencialmente um resultado da IPO supramencionado da DWS.

### 2017

A C&O reportou uma perda antes de impostos sobre o rendimento de 1,1 mil milhões de euros em 2017, face a uma perda de 952 milhões de euros em 2016, um aumento de 114 milhões de euros, ou 12%, essencialmente motivado pela realização de um ajustamento de conversão cambial negativo e custos de litígios mais altos em 2017, parcialmente compensados por um impacto de calendarização e avaliação positivos.

As receitas líquidas foram uns negativos 489 milhões de euros em 2017, face aos negativos 473 milhões de euros no exercício anterior, um decréscimo de 17 milhões de euros, ou 4%. As receitas líquidas em 2017 sofreram o impacto da realização de um ajustamento de conversão cambial negativo de 164 milhões de euros associado à alienação de uma subsidiária não estratégica na Argentina. As receitas relativas à manutenção em excesso de suportes adicionais de liquidez e financiamento dos requisitos de liquidez baseados no mercado resultaram num valor negativo de 93 milhões de euros em 2017, face ao valor negativo de 12 milhões de euros em 2016. A reavaliação cambial dos recebimentos de libras esterlinas denominada emissão AT1 foi um valor negativo de 26 milhões de euros em 2017, face ao valor negativo de 127 milhões de euros no exercício anterior. As diferenças de calendarização e avaliação contribuíram para receitas de 51 milhões de euros em 2017, face aos negativos 148 milhões de euros em 2016.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 593 milhões de euros em 2017, o que corresponde a um aumento de 67 milhões de euros, ou 13%, face ao exercício anterior. Os custos de litígios de 112 milhões de euros em 2017 aumentaram 130 milhões de euros face ao exercício anterior. Os custos de litígio de 2016 beneficiaram de uma recuperação de seguros de 73 milhões de euros. Isto foi parcialmente atenuado por despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de 371 milhões de euros em 2017 face aos 411 milhões de euros em 2016.

As participações minoritárias são deduzidas dos resultados antes de impostos sobre o rendimento das divisões e revertidas na C&O. A diminuição de 46 milhões de euros em 2016 para 16 milhões de euros em 2017, essencialmente relacionados com a CIB e PCB.

## Posição Financeira

### Assets

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017	Aumento (redução) em 2018 relativamente a 2017	
			em milhões de euros	em %
Caixa e saldos do banco central	188 731	225 655	(36 924)	(16)
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 881	9 265	(384)	(4)
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8 222	9 971	(1 749)	(18)
Títulos obtidos por empréstimo	3 396	16 732	(13 336)	(80)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Ativos detidos para negociação	152 738	184 661	(31 924)	(17)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320 058	361 032	(40 974)	(11)
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	100 444	N/S	100 444	N/S
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	104	91 276	(91 172)	(100)
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	573 344	636 970	(63 626)	(10)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	51 182	N/S	51 182	N/S
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/S	49 397	(49 397)	N/S
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	879	866	13	1
Empréstimos pelo custo amortizado	400 297	401 699	(1 403)	(0)
Títulos detidos até à maturidade	N/S	3 170	(3 170)	N/S
Bens e equipamentos	2 421	2 663	(241)	(9)
Goodwill and other intangible assets	9 141	8 839	302	3
Other assets	93 444	101 491	(8 047)	(8)
Of which: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	66 675	83 015	(16 340)	(20)
Ativos por impostos correntes / ativos por impostos diferidos	8 200	8 014	186	2
<b>Total assets</b>	<b>1 348 137</b>	<b>1 474 732</b>	<b>(126 595)</b>	<b>(9)</b>
Of which: Total de recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos cedidos por empréstimo em todas as categorias de medição aplicáveis	81 467	104 800	(23 333)	(22)
ao custo amortizado	11 618	26 703	(15 085)	(56)
obrigatórios ao justo valor através de resultados	68 752	N/S	68 752	N/S
designados ao justo valor através de resultados	0	78 097	(78 097)	N/S
ao justo valor através de outro rendimento integral	1 097	N/S	1 097	N/S
Of which: Total de créditos em todas as categorias de medição aplicáveis	429 591	420 063	9 528	2
ao custo amortizado	400 297	401 699	(1 403)	(0)
ao justo valor através de resultados (negociação)	11 462	10 876	586	5
obrigatórios ao justo valor através de resultados	12 741	N/S	12 741	N/S
designados ao justo valor através de resultados	0	4 802	(4 802)	N/S
ao justo valor através de outro rendimento integral	5 092	N/S	5 092	N/S
disponível para venda ao justo valor	N/S	2 685	(2 685)	N/S

### Passivo e capital próprio

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017	Aumento (redução) em 2018 relativamente a 2017	
			em milhões de euros	em %
Deposits	564 405	581 873	(17 468)	(3)
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4 867	18 105	(13 239)	(73)
Títulos cedidos por empréstimo	3 359	6 688	(3 330)	(50)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	415 680	478 636	(62 957)	(13)
Passivos detidos para negociação	59 924	71 462	(11 539)	(16)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	301 487	342 726	(41 239)	(12)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	53 757	63 874	(10 117)	(16)
Passivos por contratos de investimento	512	574	(62)	(11)
Outros empréstimos a curto prazo	14 158	18 411	(4 253)	(23)
Other liabilities	117 513	132 208	(14 695)	(11)
Of which: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	90 708	106 742	(16 035)	(15)
Provisions	2 711	4 158	(1 447)	(35)
Passivos por impostos correntes / passivos por impostos diferidos	1 456	1 346	110	8
Dívida a longo prazo	152 083	159 715	(7 632)	(5)
Títulos fiduciários preferenciais	3 168	5 491	(2 323)	(42)
Obrigações de comprar ações ordinárias	0	0	0	N/S
<b>Total liabilities</b>	<b>1 279 400</b>	<b>1 406 633</b>	<b>(127 234)</b>	<b>(9)</b>
Of which: Total de recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de revenda e títulos cedidos por empréstimo em todas as categorias de medição aplicáveis	54 529	79 673	(25 144)	(32)
ao custo amortizado	8 226	24 794	(16 568)	(67)
designados ao justo valor através de resultados	46 304	54 880	(8 576)	(16)
<b>Total equity</b>	<b>68 737</b>	<b>68 099</b>	<b>639</b>	<b>1</b>

## Movimentos em ativos

Em 31 de dezembro de 2018, o total de ativos diminuiu 126,6 mil milhões de euros (ou 9%) face ao final do exercício de 2017.

Os instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos diminuíram 41,0 mil milhões de euros, principalmente atribuível a produtos de taxas de juro, motivados por taxas de swaps aumentadas que apresentaram uma correlação inversa com valores de mercado, assim como produtos das taxas de câmbio, como resultado de taxas cambiais flutuantes. Os volumes de negociação reduzidos também contribuíram para a diminuição. Esta diminuição acompanhou uma diminuição correspondente em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos.

Caixa e saldos do banco central diminuíram 36,9 mil milhões de euros, principalmente motivados pelas reduções em depósitos e empréstimos a curto prazo, assim como iniciativas para utilizar o numerário em excesso para financiar posições de títulos.

Os ativos detidos para negociação diminuíram 31,9 mil milhões de euros, principalmente motivados por uma reestruturação estratégica na CIB juntamente com as atividades de redução de risco, assim como posições reduzidas de clientes no negócio Equities. O enfraquecimento dos índices globais também contribuiu para a diminuição.

Os recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo, em todas as categorias do balanço aplicáveis, diminuídos em 23,3 mil milhões de euros, principalmente motivados pelas reduções geridas resultantes das nossas iniciativas de otimização do balanço, requisitos de cobertura de curto prazo reduzidos e compensação aumentada.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos diminuíram 16,3 mil milhões de euros, principalmente devido à maioria de os valores a receber de corretagem prime terem sido movidos para os ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados ao abrigo da IFRS 9. Os valores a receber de caixa/margens também diminuíram, refletindo à redução nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos.

Estas diminuições foram compensadas em parte por um aumento de 8,3 mil milhões de euros nos outros ativos excluindo os valores a receber relacionados com corretagem e títulos, principalmente motivadas por reclassificações de exposições para títulos de dívida em modelo deter para recolher, na sequência da implementação da IFRS 9 e reclassificações para ativos detidos para venda subsequente ao acordo relativo à venda das nossas operações de retalho em Portugal.

As classificações de empréstimos sofreram o impacto significativo com a adoção da IFRS 9. Os empréstimos anteriormente classificados ao custo amortizado ao abrigo da IAS 39 são agora reportados em várias categorias diferentes, não apenas nos empréstimos ao custo amortizado, mas também nos ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados e ativos financeiros designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Em todas estas categorias, o movimento de negociação efetivo para empréstimos líquidos foi um aumento de 9,5 mil milhões de euros, ou 16,6 mil milhões de euros, excluindo o impacto da unidade Exited Businesses na PCB, principalmente motivado por novos negócios e levantamentos aumentados provenientes das facilidades existentes durante o período.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 24,0 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela valorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

## Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2018, o total de passivos diminuiu 127,2 mil milhões de euros (ou 9%) face ao exercício de 2017.

Os instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos diminuíram 41,2 mil milhões de euros, principalmente devido aos mesmos fatores que para os movimentos em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, abordados acima.

Os recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo, em todas as categorias do balanço aplicáveis, diminuídos em 25,1 mil milhões de euros, principalmente motivados pelas reduções geridas resultantes das nossas iniciativas de otimização do balanço e compensação aumentada.

Os depósitos diminuíram 17,5 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelas ações de gestão para diminuir os volumes com instituições financeiras, assim como operações vencidas durante o período. Os certificados de depósitos vencidos detidos por outros clientes grossistas também contribuíram para a diminuição. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um aumento no nosso negócio de retalho.

Os valores a pagar relacionados com corretagem e títulos diminuíram 16,0 mil milhões de euros, essencialmente devido a ações estratégicas para reduzir os valores a pagar de corretagem prime, como parte das nossas iniciativas de otimização do balanço e de os

valores a pagar de caixa/margens estarem em linha com a redução observada nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos.

Os passivos detidos para negociação diminuíram 11,5 mil milhões de euros, principalmente motivados pelas reduções geridas nas posições curtas para reduzir os requisitos de cobertura de curto prazo que apoiam as nossas atividades de desalavancagem juntamente com a reestruturação estratégica na CIB.

A dívida a longo prazo diminuiu 7,6 mil milhões de euros, essencialmente motivada por negócios vencidos incluindo o programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II) durante o período e reduções geridas como resultado das nossas iniciativas de otimização do balanço.

De modo idêntico ao total de ativos, o impacto das variações cambiais durante o período está incorporado nos movimentos globais em passivos, conforme abordado nesta secção.

## Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 259 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 (face a 280 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (no cenário combinado).

## Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2018 aumentou 1,3 mil milhões de euros, face ao total do capital próprio pró-forma após a adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, que considera um efeito pontual de transição de 671 milhões de euros para o total do capital acionista de 63,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (consulte o capítulo "Análise de impacto da transição de IFRS 9" no presente relatório).

O aumento de 1,3 mil milhões de euros foi essencialmente motivado por um aumento de participações minoritárias de 1,3 mil milhões de euros resultantes da IPO e venda parcial da subsidiária do Deutsche Bank, DWS Group GmbH & Co. KGaA, do resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 267 milhões de euros, assim como ganhos líquidos provenientes das alterações das taxas de câmbio no valor de 500 milhões de euros, relativos especialmente ao dólar dos Estados Unidos. Estes fatores foram parcialmente atenuados por uma redução nos ganhos não realizados nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 428 milhões de euros, essencialmente devido a vendas de ativos, cupões pagos nos componentes de capital adicionais de 292 milhões de euros após impostos, assim como dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank no valor de 227 milhões de euros.

## Capital regulamentar

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as regras transitórias do CRR/CRD IV (ou "introdução progressiva") ao abrigo das quais os ajustamentos regulamentares de Common Equity Tier 1 (CET 1) foram integrados progressivamente alcançaram uma taxa de 100%, juntamente com a taxa de descontinuação progressiva de 100% das participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias. Para os ativos ponderados pelo risco (RWA), a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100% com expiração até ao fim de 2017. Em vez de uma ponderação de risco entre 190% e 370% determinada com base no artigo 155.º do CRR ao abrigo das regras do CRR/CRD IV. Como tal, a partir de 2018, os valores de RWA e de capital CET 1 não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD IV e o CRR/CRD IV fully loaded.

O nosso capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2018 (aplicáveis as regras fully loaded) diminuíram 3,3 mil milhões de euros para 47,5 mil milhões de euros, face aos 50,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (com base em regimes transitórios). Os RWA de acordo com o quadro CRR/CRD IV aumentaram 7,1 mil milhões de euros para 350,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 343,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Devido a esta diminuição no capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV e aumento nos RWA, o rácio de capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2018 diminuiu para 13,6% em comparação com 14,8% em 31 de dezembro de 2017.

O nosso capital CET 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2018 (agora equivalente ao capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV) ascendia a 47,5 mil milhões de euros, menos 0,8 mil milhões de euros em comparação com os 48,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Os RWA de acordo com o quadro CRR/CRD IV fully loaded aumentaram 6,2 mil milhões de euros para 350,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 344,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Isto resultou no rácio de capital CET 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2018, diminuindo para 13,6%, em comparação com os 14,0% em 31 de dezembro de 2017.

## Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

### Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Investors Service, Inc. ("Moody's"), pela Standard & Poor's Credit Market Services Europe Limited ("S&P"), pela Fitch Ratings Limited ("Fitch"), e pela DBRS, Inc. ("DBRS", em conjunto com a Moody's, S&P e Fitch, as "Agências de Notação").

A S&P e a Fitch estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à Moody's, as notações de crédito são aprovadas pelo escritório da Moody's no Reino Unido (Moody's Investors Service Ltd.) em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC. Relativamente à DBRS, as notações de crédito são aprovadas pela DBRS Ratings Ltd. no Reino Unido, em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

### Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reagiram aos ajustamentos estratégicos que o banco anunciou em abril de 2018. Embora as agências considerem as alterações como favoráveis aos credores a longo prazo e reconheçam a solidez de capital e balanço atual do Deutsche Bank, detetaram alguns desafios de execução a curto prazo decorrentes da ampla reestruturação do banco.

Em abril de 2018, a S&P atribuiu às notações de crédito de emitente e de dívida sénior (ou "dívida preferencial") do Deutsche Bank uma classificação negativa de alerta de crédito antes de reduzir ambas as notações em um nível, para BBB+, em junho de 2018. A Moody's, a Fitch e a DBRS alteraram as suas perspetivas de notação para uma classificação negativa entre abril e junho de 2018.

Em julho de 2018, a Alemanha adotou uma alteração à legislação para harmonizar a estrutura de passivos dos bancos alemães de forma mais aproximada das restantes jurisdições europeias. Assim, os bancos alemães passam a poder emitir dívida sénior não preferencial com um nível inferior (com uma posição pari passu com a dívida sénior do nível mais elevado) bem como a dívida sénior preferencial de nível mais elevado (com uma posição pari passu com as notas estruturadas e os instrumentos do mercado monetário de curto prazo existentes).

Pouco tempo após a implementação desta emenda, a Moody's e a DBRS resolveram as ações de notação que tinham atribuído à maioria dos bancos alemães, de modo a refletir esta alteração futura. No final de julho de 2018, a DBRS reduziu a notação de dívida sénior do Deutsche Bank em um nível para (elevado) e renomeou esta classe de dívida para sénior não preferencial. Na mesma altura, a DBRS introduziu uma classe de dívida sénior de longo prazo e atribuiu-lhe uma notação de A (reduzido). Esta ação de notação resolveu o estado de "notação sob análise com implicações negativas" a partir do início de julho de 2018.

Em agosto de 2018 a Moody's retirou o nível restante do apoio governamental da notação de dívida sénior do Deutsche Bank e reduziu a classe de dívida para Baa3. Esta renomeada classe de dívida sénior júnior (ou "não preferencial") não terá uma atribuição de perspetiva no futuro, e por conseguinte a perspetiva negativa anterior foi retirada. A Moody's confirmou a notação de dívida sénior (ou "preferencial") do Deutsche Bank no nível A3 e renomeou-a para dívida sénior não garantida. Na mesma altura, a Moody's subiu a notação de emitente do Deutsche Bank para A3, de modo a refletir o nível da classe de dívida não garantida com maior senioridade disponível em cada jurisdição.

### Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch totaliza aproximadamente 0,7 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem, no valor de aproximadamente 984 milhões de euros.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

#### Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos <sup>1</sup>	Sénior não preferencial <sup>2</sup>	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A3	A3	Baa3	P-2
Standard & Poor's, Nova Iorque	–	BBB+	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque	A- (notação de contraparte de derivados)	A-	BBB+	F2
DBRS, Toronto	A (elevada)	A (baixa)	BBB (elevado)	R-1 (baixa)

<sup>1</sup> Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida não garantida sénior na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

<sup>2</sup> Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na DBRS.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

#### Divulgação tabelar de obrigações contratuais

##### Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2018.

Obrigações contratuais		Pagamento devido por período			
em milhões de euros	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo <sup>1</sup>	165 756	50 193	51 079	25 886	38 598
Títulos fiduciários preferenciais <sup>1,2</sup>	3 342	3 342	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados <sup>3</sup>	5 856	1 332	572	880	3 073
Obrigações de locação financeira	118	19	24	10	65
Obrigações de locação operacional	6 264	707	1 139	938	3 480
Obrigações de aquisição	2 015	239	728	255	793
Depósitos de longo prazo <sup>1</sup>	33 727	0	15 656	6 028	12 043
Outros passivos de longo prazo	1 922	1 111	316	189	306
<b>Total</b>	<b>219 000</b>	<b>56 943</b>	<b>69 515</b>	<b>34 184</b>	<b>58 358</b>

<sup>1</sup> Inclui pagamentos de juros.

<sup>2</sup> Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.

<sup>3</sup> Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem os proveitos futuros de sublocação financeira não cancelável de 20 milhões de euros relativos a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 24, "Locações", Nota 28, "Depósitos" e Nota 32, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".



# Perspetivas

## A economia global

### Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2019 <sup>2</sup>	2018	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>			
PIB	<b>3,4</b>	3,8	Ainda se espera que a atividade económica global se expanda em 2019, mas a um ritmo inferior ao de 2018, sobretudo devido a uma estagnação do crescimento nos EUA e a um crescimento mais lento na China e na Europa. Embora os fundamentos económicos sejam sólidos, uma política monetária menos acomodatória pode levar a riscos acrescidos com incidentes mais frequentes de volatilidade mais elevada.
Inflação	<b>3,0</b>	3,3	
Of which:			
Países industrializados			
PIB	1,7	2,2	Em 2019, os países industrializados apresentarão um cenário misto. Embora os EUA devam continuar a crescer solidamente, a Europa está a perder dinamismo com a disseminação das debilidades nas exportações à economia nacional, apesar das políticas monetárias e fiscais de apoio. As incertezas causadas por tensões comerciais contínuas são suscetíveis de exercer um esforço acrescido sobre as cadeias de valor integradas de muitos países industrializados. Além disso, as debilidades estruturais área do euro parecem sólidas, uma vez que a fadiga no que respeita às reformas parece prevalecer.
Inflação	1,4	2,0	
Mercados emergentes			
PIB	4,5	4,9	As economias dos mercados emergentes deverão continuar a crescer de forma sólida. Uma orientação monetária mais suave entre os bancos centrais que visa sustentar o crescimento é um bom augúrio para o crescimento em 2019.
Inflação	4,1	4,1	
<b>Economia da área do euro</b>			
PIB	<b>0,9</b>	1,8	O crescimento económico na área do euro deverá ser sustentado por preços mais baixos do petróleo e um desagravamento fiscal em determinados Estados-Membros maiores, incluindo a França. Estes benefícios positivos podem ser afetados por fatores únicos, incluindo a debilidade contínua do setor automóvel alemão e o Brexit sem acordo. Uma deterioração da situação económica fora da Europa pode ameaçar diminuir a economia da área do euro. A economia alemã continua a ser negativamente afetada pelo abrandamento do comércio mundial. Este efeito será reforçado pelo abrandamento na procura global de automóveis, dado o domínio da indústria automóvel nas exportações alemãs. O mercado laboral forte, os aumentos sólidos nos salários e uma manutenção da procura estrutural no mercado da habitação, em combinação com taxas de juro que continuam extremamente baixas, sugerem que a parte nacional da economia continuará a expandir-se.
Inflação	<b>1,3</b>	1,8	
Of which: Economia alemã			
PIB	0,5	1,4	A economia dos Estados Unidos continua a crescer a um ritmo forte e acima das tendências, mas a uma taxa ligeiramente inferior. O crescimento económico deverá ser sustentado pelo consumo interno forte e as despesas de investimento de capital. Os cortes nos impostos e a despesa fiscal deverão funcionar favoravelmente e sustentar a economia ao longo do ano. A escalada dos litígios comerciais que levarão a tarifas superiores pode constituir um risco negativo substancial. Esperamos que a Reserva Federal Reserve suba a sua taxa diretora duas vezes em 2019, até 2,875%.
Inflação	1,6	1,9	
<b>Economia dos Estados Unidos</b>			
PIB	<b>2,5</b>	2,9	A economia dos Estados Unidos continua a crescer a um ritmo forte e acima das tendências, mas a uma taxa ligeiramente inferior. O crescimento económico deverá ser sustentado pelo consumo interno forte e as despesas de investimento de capital. Os cortes nos impostos e a despesa fiscal deverão funcionar favoravelmente e sustentar a economia ao longo do ano. A escalada dos litígios comerciais que levarão a tarifas superiores pode constituir um risco negativo substancial. Esperamos que a Reserva Federal Reserve suba a sua taxa diretora duas vezes em 2019, até 2,875%.
Inflação	<b>1,6</b>	2,4	
<b>Economia do Japão</b>			
PIB	<b>0,4</b>	0,7	É provável que a economia do Japão seja negativamente afetada por despesas de investimento de capital inferiores e pela desaceleração do crescimento do investimento, bem como pelo impacto do aumento dos impostos sobre o consumo. Estes efeitos negativos deverão ser parcialmente compensados por uma despesa pública superior. Esperamos que as exportações líquidas sejam um fator favorável menor para o crescimento do PIB, embora as exportações possam surpreender positivamente no caso de negociações bem-sucedidas entre os EUA e o Japão no início de 2019.
Inflação	<b>0,6</b>	1,0	
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>			
PIB	<b>5,7</b>	6,2	Espera-se que as economias asiáticas percam dinâmica de crescimento, mas que continuem a ser a potência do comércio mundial. O foco estará na China e nas economias orientadas para a exportação, como Singapura e Taiwan. Embora um acordo comercial entre os EUA e a China possa melhorar as suas perspetivas de crescimento, uma imposição inesperada de tarifas automóveis pelos EUA frustraria esses efeitos positivos. Esperamos que a Índia continue o seu processo de convergência económica.
Inflação	<b>2,5</b>	2,6	
Of which: Economia chinesa			
PIB	6,1	6,6	É provável que a economia chinesa seja afetada por um crescimento inferior no mercado imobiliário, uma confiança mais debilitada dos consumidores e pelo conflito comercial entre os EUA e a China. Os impactos negativos deverão ser parcialmente compensados por cortes esperados nos impostos, desagravamento dos regulamentos imobiliários e um aumento na oferta de crédito. Mais dois cortes no rácio de requisitos de reservas deverão ser também favoráveis. Prevê-se que a inflação aumente para 2,4% em 2019.
Inflação	2,4	2,1	

A incerteza nas nossas previsões globais permanece relativamente elevada. O Brexit, os desenvolvimentos políticos e económicos em Itália, os protestos em França e as eleições para o Parlamento Europeu, bem como a escalada dos conflitos comerciais, em particular entre a China e os EUA, permanecem riscos elevados. O impasse no debate no parlamento do Reino Unido relativamente ao acordo de saída do Brexit continua e pode levar a um Brexit "sem acordo". Um cenário de Brexit com uma saída desorganizada poderia agravar a já incerta previsão económica para o Reino Unido e para a Europa e prejudicar o crescimento. Na Europa continental, o confronto entre Itália e a Comissão Europeia, uma escalada no movimento dos "coletes amarelos" em França ou as incertezas relativamente às eleições para o Parlamento Europeu que se avizinham podem aumentar a volatilidade e prejudicar o crescimento da área do euro. A guerra comercial global é o evento chave no cenário mundial. A não garantia de um acordo comercial entre os EUA e a China, a imposição de tarifas adicionais no setor automóvel e nas restantes importações da China ou uma escalada nos conflitos não comerciais podem reduzir ainda mais o crescimento.

## O setor bancário

Os maiores riscos para a atividade bancária global em 2019 são suscetíveis de se materializarem se os problemas políticos criarem um abrandamento sustentado no crescimento macroeconómico. Nos EUA, os litígios comerciais com a China e a Europa continuam latentes e o facto de diferentes partidos políticos terem maiorias nas duas câmaras no Congresso dos EUA aumentaram significativamente o risco de impasse político e governamental. A Europa enfrenta a possibilidade de um Brexit "sem acordo". Também é possível que o governo populista italiano possa tomar novas medidas que levem a um aumento a incerteza e da volatilidade nos mercados financeiros.

Na Europa, espera-se que a atividade bancária assista a um cenário mais desafiante em 2019, a um abrandamento do crescimento macroeconómico, aos riscos em torno do Brexit e um potencial declínio nas exportações em qualquer guerra comercial. Além disso, o rendimento de juros líquido dos bancos permanece sob pressão de taxas de juro zero e negativas e uma mudança significativa na política parede improvável este ano. Com base nas nossas previsões macroeconómicas atuais, os empréstimos às empresas e às famílias deverão continuar a um ritmo moderado.

As condições na Alemanha são comparáveis às enfrentadas pelos bancos europeus em geral, embora os indicadores sejam ligeiramente mais favoráveis globalmente. Espera-se que a qualidade dos ativos permaneça sólida, com um crescimento robusto dos empréstimos, mesmo face a uma ligeira crise económica. Problemas com lucros semelhantes aos enfrentados globalmente na Europa, sobretudo em termos de juros, e ainda maiores dificuldades em conseguir uma rentabilidade sólida.

Nos EUA, os bancos enfrentam uma perspetiva consideravelmente mais favorável. O abrandamento económico é suscetível de ser menos pronunciado do que na Europa e, ao contrário do que acontece no BCE, espera-se que a Reserva Federal continue a aumentar as taxas de juro, um dos principais fatores responsáveis pelos aumentos nas receitas e nos lucros.

A perspetiva para os bancos chineses dependerá da gravidade com que os litígios comerciais afetará o crescimento económico e a extensão da reação do governo com programas de estímulo, que geralmente implicam um aumento dos empréstimos. Na ausência de distorções significativas, o ritmo do crescimento dos empréstimos pode cair ligeiramente em comparação com os níveis relativamente elevados de 2018. No Japão, não existem sinais de alterações fundamentais no negócio da banca tradicional, sendo provável que o crescimento moderado dos empréstimo continue.

Na Europa, as negociações entre a UE e o Reino Unido quanto ao acordo de saída foram concluídas em 2018, tendo este sido posteriormente rejeitado pelo parlamento do Reino Unido. O facto de um acordo de saída ser ou não alcançado e ratificado determinará a implementação ou não de um período de transição. As discussões sobre a futura relação entre a UE e o Reino Unido serão afetadas pelo resultado deste processo. A incerteza quanto à regulação de negócios transfronteiriços é suscetível de continuar ao longo de 2019. Na Europa, os reguladores estão a trabalhar para finalizar pacotes legislativos pendentes antes das eleições para o próximo Parlamento Europeu em maio de 2019. Um destes pacotes principais foca-se na Redução do Risco e inclui regras de Basileia como o rácio de financiamento estável líquido (NSFR), o rácio de alavancagem (LR), o risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB), exposições elevadas (LE) e a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O mandato da atual Comissão Europeia termina em outubro de 2019. Um novo Colégio de Comissários irá, então, trabalhar no estabelecimento do novo programa de trabalho de cinco anos que definirá novas prioridades para os reguladores dos serviços financeiros da UE. Esperamos que os decisores da UE se foquem no crescimento e no desenvolvimento dos mercados financeiros da UE após o Brexit.

## O Grupo Deutsche Bank

Em 2019, pretendemos tirar partido do progresso realizado no ano passado para perseguir objetivos operacionais a curto prazo para custos e ajustados e colaboradores. Estamos também a trabalhar no nosso objetivo de Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 2019. Alcançar o nosso objetivo de Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos a curto prazo requer, entre outras coisas, crescimento nos nossos negócios mais sensíveis ao mercado, que, em parte, dependerão das condições de mercado. As condições de mercado melhoraram em comparação com as existentes no quarto trimestre de 2018. No entanto, estas são ligeiramente mais débeis do que o previsto. Procuramos alcançar os nossos outros indicadores-chave de desempenho ao longo do tempo, em linha com o objetivo de nos tornarmos num banco mais simples e seguro.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

## Indicadores-chave de desempenho

	31.12.2018	KPI alvo
<b>Objetivos operacionais a curto prazo</b>		
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	2019: superior a 4%
Custos ajustados <sup>2</sup>	22,8 mil milhões de euros	2019: 21,8 mil milhões de euros
Colaboradores <sup>3</sup>	91 737	2019: abaixo de 90 000
<b>Objetivo operacional a longo prazo</b>		
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	cerca de 10 %
<b>Objetivos de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV <sup>4</sup>	13,6 %	acima de 13,0%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (integração progressiva) <sup>5</sup>	4,3 %	4,5 %

<sup>1</sup> Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>2</sup> Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

<sup>3</sup> Internos equivalentes a tempo inteiro.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

<sup>5</sup> Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (base de integração progressiva) encontram-se no Relatório de Risco.

Estamos empenhados em trabalhar no sentido de um objetivo de rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de mais de 4% em 2019.

Para 2019, esperamos que os proveitos sejam ligeiramente superiores face a 2018. Procuramos melhorar os proveitos, em particular, através do investimento em áreas de crescimento direcionado, incluindo através do crescimento de empréstimos e volumes, bem como através da otimização e recolocação de liquidez e do balanço. A nossa perspetiva reflete a nossa expectativa de crescimento macroeconómico global sólido em 2019, com o crescimento nos EUA, especificamente, a permanecer forte e de ausência de distorções significativas nas taxas de câmbio.

Estamos empenhados em reduzir os nossos custos ajustados em 2019 para 21,8 mil milhões de euros. Procuramos reduzir o nosso número de funcionários para menos de 90 000 colaboradores a tempo interior até ao final de 2019. Esperamos beneficiar do impacto de execução de medidas executadas em 2018, bem como do impacto da integração do Postbank e da saída do mercado de retalho em Portugal. Continuaremos a tentar resolver os problemas de custos estruturais e a otimizar processos. Ao longo do tempo, aspiramos a conseguir uma rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de aproximadamente 10% numa conjuntura normalizada e na base da consecução dos nossos objetivos de custos

Esperamos beneficiar de uma taxa de imposto mais normalizada e assumimos um aumento na provisão em perdas de crédito em 2019 em comparação com o ano anterior.

Esperamos que o nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV seja negativamente afetado por avaliações de fiscalização pendentes mas permanecemos acima de 13% ao longo do ano de 2019. Esperamos que o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) permaneça acima de 4% em 2019. Na ausência de ajustes de fiscalização, prevemos que os ativos ponderados pelo risco (RWA) no final de 2019 permaneçam essencialmente inalterados e que a exposição à alavancagem CRR/CRD IV seja ligeiramente superior em comparação com o final de 2018. Com a transição para a IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, esperamos ver um declínio adicional no nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV de aproximadamente 20 pontos base, ao reconhecermos determinados contratos de locação no nosso balanço.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo. Os nossos pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de manutenção de níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o respetivo exercício.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades a curto prazo neste contexto de contencioso e execução. As despesas de litígio em 2018 foram relativamente baixas como resultado dos nossos esforços bem-sucedidos na resolução de várias questões de acordo ou abaixo das provisões estimadas. Para 2019, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígios está sujeita a muitas incertezas, prevemos que estas sejam significativamente mais altas do que em 2018.

## Os nossos segmentos de negócio

### Corporate & Investment Bank (CIB)

O objetivo do segmento CIB é fornecer cobertura de clientes integrada para a nossa oferta de produtos e serviços de transações bancárias e de investimento para clientes corporativos e institucionais e gerando, assim, uma rentabilidade atrativa para os nossos acionistas.

Após a conclusão das reduções pretendidas no número de colaboradores e nos recursos como parte da nossa reestruturação estratégica em 2018, o foco da divisão é agora o crescimento dos proveitos em 2019. Esperamos que os proveitos da CIB sejam ligeiramente superiores este ano em comparação com o ano anterior. A CIB deverá também beneficiar da recolocação, ao nível do Grupo, de liquidez em excesso em ativos de maior rendimento, que se espera reduzir os custos de financiamento relacionados com liquidez.

Para a Global Transaction Banking, esperamos proveitos ajustados para um ganho nas vendas de 2018 ligeiramente superiores em 2019 em comparação com o ano anterior, devido aos benefícios dos aumentos esperados nas taxas de juro nos EUA, para além de iniciativas de tesouraria e de depósitos. Esperamos que os proveitos de Trade sejam superiores, impulsionados por um aumento do rendimento de operações estruturadas. Espera-se que os proveitos de Cash Management sejam superiores devido ao crescimento do rendimento de juros líquido e das iniciativas de depósitos. Espera-se que os proveitos ajustados de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários para os ganhos supramencionados em vendas sejam ligeiramente inferiores.

Espera-se que os proveitos de geração e consultoria sejam ligeiramente superiores em 2019 em termos homólogos, impulsionados pelo crescimento da quota de mercado. Esperamos que os proveitos de geração de dívida sejam superiores, à medida que o negócio procura tirar partido dos ganhos de quota de mercado conseguidos durante 2018, especialmente em financiamento alavancado, combinados com uma intensificação do foco em financiamento de aquisição Investment Grade. Espera-se também que os proveitos de geração de ações sejam superiores em termos homólogos, com um foco renovado em ofertas públicas de aquisição e financiamento de aquisição. Espera-se que os proveitos de consultoria permaneçam essencialmente inalterados em 2019 em comparação com 2018.

Esperamos que os proveitos de Fixed Income and Currencies (FIC) da Sales & Trading sejam superiores em 2019 em comparação com 2018, motivados por um aumento esperado nos níveis de atividade dos clientes e numa conjuntura de negociação mais favorável após condições difíceis, especialmente no quarto trimestre. Os proveitos na FIC devem também beneficiar de melhor cobertura de clientes fornecida pelo grupo integrado de cobertura institucional e de tesouraria (Institutional & Treasury Coverage) integrado, pela colocação de recursos direcionados em crédito, por um aumento do foco nas vendas cruzadas com a GTB e pela supramencionada redução nos custos de financiamento em resultado da recolocação de liquidez em excesso do Grupo.

Espera-se que os proveitos da Sales & Trading Equity sejam ligeiramente superiores em 2019 em comparação com 2018. Espera-se que a negociação de ações (Equity Trading) beneficie da estabilização de plataformas e do investimento em plataformas eletrónicas de negociação. Esperamos que os derivados de ações assistam a um crescimento em produtos estruturados de otimização de financiamento, contratações direcionadas e investimento no sistema. No financiamento especial (Prime Finance), espera-se que um foco nos saldos e nos spreads de clientes para além da redução supramencionada dos custos de financiamento, em resultado da recolocação da liquidez em excesso do Grupo gere proveitos superiores.

Espera-se que os operacionais (excl. juros) para 2019 permaneçam essencialmente inalterados. Espera-se que os custos, excluindo litigância, indemnizações por cessação de funções, reestruturação e imparidade de goodwill, sejam ligeiramente inferiores, impulsionados por custos não de remuneração inferiores e por uma redução nos custos relacionados com a infraestrutura. Em 2019, esperamos que a CIB beneficie do impacto de execução em todo o ano das reduções no número de colaboradores em 2018. As iniciativas adicionais de gestão da despesa em 2019 centram-se nas funções de controlo das operações e processamento administrativo. Para 2019, esperamos que os RWA na CIB permaneçam essencialmente inalterados, uma vez que os aumentos de RWA de risco de crédito direcionado deverão ser compensados por RWA de risco de mercado reduzido e RWA de risco operacional inferior. Continuamos concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem potenciais impactos no nosso modelo de negócio do Brexit e de outras incertezas geopolíticas macroeconómicas e globais. Os riscos relacionados com uma potencial deterioração das relações comerciais internacionais causam preocupações adicionais. A incerteza em torno das políticas dos bancos centrais e os contínuos desenvolvimentos regulamentares (por exemplo, o Acordo-Quadro Basileia III) também constituem riscos, enquanto desafios como os riscos de eventos os níveis de atividade dos clientes também podem ter um impacto adverso.

## Private & Commercial Bank (PCB)

A PCB fornece aos seus clientes particulares, corporativos e de gestão de património uma gama alargada de produtos, desde serviços bancários convencionais ao aconselhamento em matéria de financiamento e investimento individual. Pretendemos mantermo-nos concentrados na transformação e no crescimento dos nossos negócios essenciais em 2019. No mercado nacional alemão, procuramos continuar a execução dos nossos planos de integração no DB Privat- und Firmenkundenbank AG e constituir sinergias e potencial de poupanças resultantes de operações de fusão. No negócio privado e comercial (internacional), iremos executar medidas identificadas consistentes com a estratégia do banco. A venda do nosso negócio de banca de retalho em Portugal está bem encaminhada e prevê-se que seja fechada na primeira metade de 2019. Nos nossos restantes países, pretendemos prosseguir com a transformação dos nossos negócios com o objetivo de melhorar a cobertura de clientes e a eficiência. No nosso negócio Wealth Management global, a nossa ênfase será na transformação e crescimento adicional da nossa presença global ao contratar gestores de relações em mercados chave. Também planeamos continuar a investir nas nossas tecnologias digitais em todas as unidades de negócio.

A nossa perspetiva financeira para 2019 assume que as receitas líquidas permanecerão essencialmente inalteradas em comparação com 2018, com duas tendências opostas. O desenvolvimento dos proveitos ano após ano será negativamente afetado por rubricas específicas inferiores, que não se espera que se repitam com a mesma magnitude que em 2018. Também esperamos que a pressão das margens nos nossos produtos de depósito continuem no cenário de continuação de taxas de juro baixas e que os declínios na base de proveitos associados às nossas alienações na Polónia e em Portugal. No entanto, esperamos poder compensar estes fatores negativos com crescimento nos nossos negócios de investimento e empréstimos. Nos negócios de investimento, planeamos aumentar novos ativos líquidos, continuar a contratar gestores de relações em mercados essenciais e esperamos poder tirar partido de oportunidades de fixação de preços num cenário de mercado em normalização. Nos negócios de empréstimos, planeamos beneficiar do crescimento conseguido em 2018 e visamos acelerar mais o crescimento em 2019 no contexto do nosso quadro de gestão do risco rígido e com um foco nos empréstimos ao consumo e comerciais.

Associadas a este crescimento nos nossos negócios de empréstimos, esperamos uma maior provisão para perdas de crédito e RWA em 2019. O aumento em RWA também refletirá a implementação de alterações regulamentares, incluindo efeitos das análises direcionadas dos modelos internos por parte do BCE. Espera-se que os ativos sob gestão sejam ligeiramente superiores em 2019, em linha com as nossas iniciativas de crescimento e ligeiramente compensados por um impacto de desconsolidação na sequência da alienação anunciada do nosso negócio em Portugal.

Esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) e os custos ajustados em 2019 sejam ligeiramente inferiores em comparação com 2018. O declínio será motivado por outras poupanças relacionadas com as nossas medidas de reorganização executadas, incluindo a fusão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank e o impacto das alienações dos nossos negócios na Polónia e em Portugal. As poupanças serão compensadas, em parte, por efeitos inflacionários e pela continuação dos investimentos em iniciativas de crescimento direcionadas, incluindo a continuação do desenvolvimento das nossas tecnologias e a da expansão do nosso franchise de Wealth Management.

Os riscos específicos para a nossa perspetiva são o crescimento económico mais lento nos nossos principais países de operação, um atraso ou uma recuperação menos pronunciada das taxas de juro e uma atividade inferior dos clientes no negócio de investimento. A atividade dos clientes pode ser afetada por desenvolvimentos adversos ou incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos e custos.

## Asset Management (AM)

Acreditamos que a AM, com as suas capacidades de investimento sólidas e diversificadas, está bem posicionada para enfrentar os desafios que o setor enfrenta e captar oportunidades.

As economias em desenvolvimento estão a crescer e a desenvolver-se em termos de riqueza, oferecendo novas oportunidades para gestores, à medida que os investidores locais expandem os seus horizontes de investimento globalmente. Nos mercados desenvolvidos, as taxas de juro baixas estão a causar uma mudança dos ativos não geridos, tais como contas de numerário e depósitos, em carteiras geridas. Novas tecnologias digitais, tais como robo-consultoria, estão a melhorar as capacidades de distribuição, dando aos investidores acesso online, enquanto a adoção mais ampla de inteligência artificial está a expandir a escolha de produtos e a melhorar o desempenho. Os gestores de ativos estão a desempenhar um papel cada vez maior no fornecimento de capital à economia, tirando partido da redução bancária devido a limitações regulamentares e de capital e à diminuição da capacidade dos governos nacionais para financiar o investimento de infraestruturas. No entanto, a pressão sobre as comissões e os custos persistirão, num cenário de aumento da concorrência e dos requisitos regulamentares e de conformidade.

A médio prazo, prevê-se que os ativos globais da indústria sob gestão aumentem substancialmente, motivados por fortes fluxos líquidos nas estratégias passivas, soluções multiativos e alternativas, dado que os clientes procuram cada vez mais a melhor relação qualidade/preço, transparência e produtos orientados para o resultado. Devido às suas capacidades em produtos ativos e passivos, investimentos alternativos e soluções multiativos, acreditamos que a AM está bem posicionada para aumentar a quota de mercado no seio destas tendências de crescimento do setor. Embora as capacidades digitais da AM estejam também a criar novos canais para que possa distribuir produtos e serviços, espera-se que os resultados de nível inferior sejam desafiados pela compressão das comissões, o aumento dos custos e a dinâmica competitiva. Perante este desafio, a AM tenciona focar-se nas suas iniciativas de crescimento em produtos e serviços em que tem uma vantagem competitiva, sem deixar de manter a disciplina em termos de custos.

Esperamos que os ativos sob gestão no final de 2019 sejam superiores em comparação com o final de 2018. Espera-se que os fluxos líquidos sejam positivos em todas as classes de ativos mais importantes impulsionados por produtos passivos, investimentos alternativos e soluções multiativos, contribuindo assim a meta de fluxo de 3%-5% por ano.

Esperamos que os proveitos de 2019 sejam essencialmente inalterados em comparação com 2018. As comissões de gestão assumem-se como essencialmente inalteradas em comparação com 2018, refletindo o crescimento previsto dos ativos sob gestão, compensados por uma compressão das margens, o impacto desfavorável da saída líquida em 2018, bem como a mais recente crise do mercado durante o quarto trimestre de 2018. Espera-se que as comissões de desempenho e transação sejam inferiores às de 2018, contribuindo 3% a 5% para o total de receitas líquidas. Esperam-se que outros proveitos sejam significativamente superiores, sobretudo impulsionados por custos de financiamento inferiores. Embora permaneçamos construtivos no que diz respeito aos mercados acionistas, prevemos que a margem de comissões de gestão sejam ainda mais desafiada após um dos piores desempenhos de sempre das ações em dezembro de 2018.

Em 2019, pretendemos continuar a manter o foco na gestão rígida dos custos, com o objetivo de conseguir reduzir os gastos operacionais (excl. juros) e o rácio custo/rendimento (CIR), em conjunto com custos ajustados ligeiramente inferiores. Estamos bem encaminhados para conseguir a nossa meta de CIR a médio prazo, abaixo de 65%.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem a longevidade do mercado em alta, a continuação de taxas de juro baixas nos mercados desenvolvidos, o ritmo de crescimento nas economias emergentes e o aumento da riqueza, bem como o aumento da procura de produtos de reforma pelas populações envelhecidas dos países desenvolvidos. A continuação dos elevados níveis de incerteza política a nível mundial, o protecionismo e as políticas anticomerciais, bem como a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia, podem ter consequência imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a declínios nos negócios e pode afetar os nossos proveitos, bem como a execução dos nossos planos estratégicos. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevisíveis e a possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência devido às restrições jurisdicionais, o que pode ter um impacto adverso na nossa base de custos.

## Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas "perspetivas".

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. Em particular, a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das nossas ações judiciais e processos regulamentares. A materialização dos riscos pode (entre outros) levar a rentabilidade reduzida, afetando negativamente o crescimento de capital e a capacidade de dividendos, sendo que o contrário seria, muito provavelmente, verdade para a materialização de oportunidades.

### Riscos

#### Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expectativa nas nossas perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

As tensões comerciais crescentes entre os principais parceiros comerciais (Estados Unidos (EUA), China e União Europeia (UE)) podem perturbar o crescimento económico. Uma nova escalada do protecionismo dos EUA pode levar a um aumento nas tarifas globais e a barreiras não tarifárias, afetando o comércio global e o investimento. As interrupções na cadeia de abastecimento levariam a um abrandamento na produção global, com a Alemanha, a China e outros mercados emergentes a serem particularmente atingidos, levando potencialmente a declínios nos níveis de negócio (por exemplo, em Global Transaction Banking) e a perdas em todos os negócios.

A economia da área do euro e a Alemanha, bem como a Itália, em particular, já entraram num abrandamento económico cíclico e as previsões de crescimento do PIB para 2019 foram revistas em baixa sobretudo para refletir a deterioração do cenário exterior. A perspetiva de crescimento pode piorar ainda mais se os riscos de crise como a grave escalada de guerra comercial ou o Brexit "sem acordo" se materializarem.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política, por exemplo, devido a movimentos populistas nos principais Estados-Membros da União Europeia, podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não compensar totalmente estas imparidades.

Um parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço incluem instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, incorremos em perdas no passado e podemos incorrer em mais perdas no futuro.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, incluindo oscilações significativa nas taxas de câmbio /e os efeitos de conversão resultantes), bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações e metas estratégicas.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos nesta secção e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, podem ter um impacto no cálculo dos "elementos disponíveis para distribuição" (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 adicionais (AT1). Se os resultados autónomos da Deutsche Bank AG em conformidade com as regras contabilísticas alemãs em conformidade do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch, "HGB") não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções de mercado em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos poderão colocar também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares. Adicionalmente, se não reportarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis sob as nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com o HGB, isso terá impacto na nossa capacidade de pagar dividendos de ações comuns.

Qualquer outra redução na nossa notação de crédito pode afetar os nossos custos de financiamento e atividades comerciais, embora não nos seja possível prever até que ponto poderá ser este o caso.

## Riscos políticos

O nosso principal risco político, entre outros riscos políticos, é o Brexit. O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de sair da UE é difícil de prever e depende da possibilidade ou não de se chegar a um acordo de saída. Em geral, esperamos que um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE penalize os gastos em investimento e o crescimento económico. Especialmente num cenário de saída sem acordo, prevemos a possibilidade de uma maior volatilidade do mercado e de um impacto negativo mais pronunciado no crescimento económico do Reino Unido e, de forma menos significativa, na União Europeia. Mas mesmo na UE, alguns países ou setores poderiam ser mais afetados do que outros, dependendo do nível das trocas comerciais e da integração da cadeia de fornecimento com o Reino Unido. Adicionalmente, os bancos europeus poderiam ficar mais expostos a riscos de mercado e riscos operacionais mais elevados como resultado de um Brexit “sem acordo”. Em alguns cenários, poderia até haver incerteza acerca da continuidade de contratos ou relacionada com eventos dos ciclos de vida contratuais. Devido à continuada incerteza jurídica e regulamentar, não conseguiremos mitigar totalmente todos os potenciais riscos de um Brexit “sem acordo”, nomeadamente o aumento dos riscos operacionais decorrentes de migrações aceleradas de clientes e modelos de contabilidade internos mais complexos. Existe uma estrutura de governação dedicada em vigor para supervisionar as nossas preparações para o Brexit, incluindo a gestão de problemas operacionais e estratégicos decorrentes de uma saída “sem acordo”.

## Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, incluindo a venda de ativos, a qual também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosão da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

## Riscos de liquidez e financiamento

A nossa liquidez, as nossas atividades de negócio e a nossa rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa por uma incapacidade para aceder aos mercados de capitais de dívida, fundos das nossas subsidiárias ou para vender ativos durante períodos de restrições de liquidez globais do mercado ou específicas de algumas empresas. Esta situação poderá ocorrer devido a circunstâncias alheias ao nosso negócio e fora do nosso controlo, como perturbações dos mercados financeiros, ou devido a circunstâncias específicas da nossa atividade, como a relutância das nossas contrapartes ou do mercado para financiar as nossas operações, devido a perceções acerca de potenciais saídas devido a litígios, questões regulamentares ou outros problemas similares, debilidades reais ou percebidas nos nossos negócios ou devido ao nosso modelo ou estratégia de negócio, bem como devido à nossa resiliência para contrariar as condições negativas da economia e do mercado.

As reduções de notação de crédito contribuíram adicionalmente para um aumento nos nossos custos de financiamento. Os nossos elevados níveis de spread são sensíveis a evoluções adversas e qualquer redução futura poderia trazer a nossa notação de crédito para a categoria de não investimento. Isto poderia afetar de forma material e adversa os nossos custos de financiamento, a disponibilidade dos clientes para continuarem a fazer negócios connosco e outros aspetos do nosso modelo de negócios. Adicionalmente, ao abrigo de muitos dos contratos relativos a instrumentos derivados de que somos parte, uma redução da notação poderá obrigar-nos a depositar garantias adicionais, conduzir a cessações de contratos, com obrigações de pagamento associadas para nós, ou implicar compensações adicionais às contrapartes.

## Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário promulgado, como o abrangente pacote de reformas publicado pela Comissão Europeia em 2016, para fortalecer ainda mais a resiliência dos bancos da União Europeia, irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas para nós e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas regulamentares relativas às medidas de resolubilidade ou resolução poderiam também ter um impacto significativo nas nossas operações de negócios, e poderiam até levar a perdas para os nossos acionistas e credores.

Os órgãos reguladores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, como resultado do Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), para refletir os riscos adicionais colocados pelas deficiências na nossa conjuntura de controlo ou como resultado de inspeções regulamentares relativas ao tratamento de transações ou produtos específicos. O BCE já fez uso destes poderes na sua decisão do SREP e poderá continuar a fazê-lo para responder a conclusões de inspeções locais. Em casos extremos, podem até suspender a nossa permissão para operar nas respetivas jurisdições. Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as



matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez.

## Ações judiciais e processos fiscais

Estamos sujeitos a vários processos judiciais e inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de estimar e pode afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

## Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

Estamos também sujeitos a inspeções e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Por exemplo, em 21 de setembro de 2018, a Autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, "BaFin") emitiu uma ordem que nos obrigou a implementar medidas em cronologias especificadas ao longo dos próximos meses e anos para melhorar a nossa infraestrutura de controlo e conformidade relativamente ao antibranqueamento de capitais e, em particular, aos processos Conheça o seu cliente, KYC no CIB, além de nomear a KPMG como seu representante especial, reportando à BaFin trimestralmente em relação a determinados aspetos da nossa conformidade e progresso na implementação destas medidas. Adicionalmente, a BaFin alargou o mandato do seu representante especial para abranger os controlos internos do banco no negócio bancário correspondente em 15 de fevereiro de 2019. Os nossos processos de antibranqueamento de capitais e de KYC, bem como outros processos internos que visam impedir a utilização dos nossos produtos e serviços com o objetivo de cometer ou ocultar crimes financeiros e a nossa responsabilidade pessoal decorrente dos nossos esforços nestas áreas, continuam a ser sujeitos a escrutínio por parte das autoridades em diversas jurisdições. Se não conseguirmos melhorar de forma significativa a nossa infraestrutura e o nosso ambiente de controlo em tempo útil, os nossos resultados de operações, a nossa condição financeira e a nossa reputação poderão ser afetados materialmente e de forma adversa.

## Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos nossos processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais.

Adicionalmente, estamos também expostos a risco de conduta, que inclui práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. A conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

## Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill é revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na nossa rentabilidade e nos resultados de operações.

## Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização de parte ou da totalidade desses ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados. Este pressuposto de contabilidade relativo aos ativos por impostos diferidos depende de outros pressupostos subjacentes que podem sofrer alterações de um período para outro e requer um juízo de valor significativo. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os nossos pressupostos sobre a futura rentabilidade. Quaisquer reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na nossa rentabilidade, no nosso capital e na nossa condição financeira.

## Digitalização

A digitalização oferece aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria ou empresas de tecnologia financeira, oportunidades de entrada no mercado. Desta forma, prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis de digitalização em crescimento, o acesso ubíquo a serviços bancários e o advento de novas técnicas informáticas, os ciberataques levam a falhas de tecnologia, falhas de segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade dos serviços. Qualquer um destes eventos pode envolver-nos em situações de litígio ou causar perdas financeiras, perturbação das nossas atividades de negócio, responsabilidades para com os nossos clientes ou danos reputacionais, sendo que o custo de gestão destes riscos de segurança da informação permanece elevado. Adicionalmente, enfrentamos o desafio de adotar e incorporar novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente.

## Oportunidades

### Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a um aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Uma resolução das tensões atuais entre os Estados Unidos e a China traria um significativo aumento nas trocas comerciais e subsequente crescimento, pelo menos a curto prazo.

Outro cenário positivo seria um desempenho da economia dos Estados Unidos melhor do que o esperado, por exemplo, se as medidas de política fiscal e o mercado de mão-de-obra causassem um crescimento na produtividade e, consequentemente, uma taxa de crescimento potencial da economia.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

### Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, a MiFID II requer que as firmas garantam um elevado padrão de transparência e que adotem as melhores práticas de execução, e dará ao Deutsche Bank a oportunidade de diferenciar o banco através da melhoria dos serviços prestados aos clientes.

## Estratégia

A nossa estratégia passa pela melhoria da rentabilidade material para os acionistas ao longo do tempo e pela implementação do nosso balanço e outros recursos para as atividades de rentabilidade mais alta em linha com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Ao investir nas áreas que são os nossos pontos fortes, esperamos alcançar a nossa estratégia de crescimento direcionado. No Corporate & Investment Bank procuramos continuar a fazer crescer os proveitos em Global Transaction Banking e FX para reforçar a nossa franquia essencial. Da mesma forma, antecipamos a implementação de uma estratégia de contratação direcionada em termos de rendimento fixo e geração de dívida. Para o Private and Commercial Bank, o nosso foco permanece no financiamento ao consumo e no nosso segmento de clientes Mittelstand, bem como na persecução do crescimento nos mercados essenciais de Wealth Management. O Asset Management, incluindo as entidades jurídicas da DWS, definiu a estratégia a seguir com crescimento direcionado nas Américas e na Ásia e antecipa o lançamento de novos produtos de investimento ativo, alternativo e responsável.

## Digitalização

A digitalização oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da nossa carteira de produtos e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para nos posicionarmos como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria automática) e serviços de recomendação de seguros. Adicionalmente, temos uma oportunidade para expandir as nossas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a nossa oferta de serviços. O nosso abrangente alcance geográfico permite-nos escalar os nossos produtos globalmente. Especialmente no que ao Private & Commercial Bank diz respeito, pretendemos construir um ecossistema através da aceleração do crescimento digital na nossa oferta essencial de produtos de consumo e investimento, bem como explorar mercados adicionais com outras ofertas além de produtos bancários.

Em termos de custos, a digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autoembarque digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados irá melhorar a nossa capacidade de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que cumprimos as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes.

## Relatório de Risco

	Introdução – 45
46	Visão geral do risco e do capital
	Indicadores de risco fundamentais – 46
	Avaliação global de risco – 47
	Perfil de risco – 48
50	Quadro de risco e de capital
	Princípios de gestão do risco – 50
	Governança do risco – 51
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 54
	Plano de risco e de capital – 54
	Testes de esforço – 56
	Planeamento de recuperação e resolução – 58
60	Gestão do risco e de capital
	Gestão de capital – 60
	Definição de limites para recursos – 60
	Identificação e avaliação do risco – 61
	Gestão do risco de crédito – 61
	Gestão do risco de mercado – 72
	Gestão do risco – 78
	Gestão do risco de liquidez – 83
	Gestão do risco (estratégico) do negócio – 87
	Gestão do risco de reputação – 89
	Concentração de risco e diversificação do risco – 89
90	Desempenho de capital e risco
	Capital, rácio de alavancagem – 90
	Exposição ao risco de crédito – 104
	Qualidade dos ativos – 123
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 136
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 140
	Exposição ao risco operacional – 141
	Exposição ao risco de liquidez – 143

## Introdução

### Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: divulgação de informações", bem como das divulgações de capital exigidas pela norma internacional de contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras". Também tem em consideração as alterações após a implementação da norma IFRS 9 relativamente à classificação e avaliação de imparidades e inclui os impactos relacionados nos rácios essenciais, como o capital regulamentar e os ativos ponderados pelo risco (RWA) do Deutsche Bank. Poderá encontrar mais detalhes específicos acerca da norma IFRS 9 mais abaixo neste relatório, especificamente a secção Redução do risco de crédito e modelo, na secção Redução do risco de crédito, na secção Qualidade dos ativos e na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", bem como na Nota 2 "Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

### Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia III

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA ou a orientação da "Relatório final sobre as orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" ("Orientação da EBA", EBA/GL/2016/11, versão 2\*) são publicadas no nosso relatório adicional do Pilar 3, que pode ser encontrado no nosso site. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

### Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB"), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

# Visão geral do risco e do capital

## Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais seleccionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), rácio de alavancagem (LR), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR e MREL) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, MREL e LCR e rácios e métricas de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base normas fully loaded nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de fundos próprios IV ou "CRD IV"). O MREL baseia-se no regulamento do mecanismo único de resolução (MUR), bem como na respetiva comunicação do Regulamento do mecanismo único de resolução (CUR). O ICA, o capital económico e a sNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

<b>Rácio Common Equity Tier 1</b>		<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	
31.12.2018	13,6 %	31.12.2018	350,4 mil milhões de euros
31.12.2017	14,0 %	31.12.2017	344,2 mil milhões de euros
<b>Rácio de adequação de capital interno<sup>1</sup></b>		<b>Capital económico total<sup>2</sup></b>	
31.12.2018	196 %	31.12.2018	26,1 mil milhões de euros
31.12.2017	192 %	31.12.2017	27,1 mil milhões de euros
<b>Rácio de alavancagem</b>		<b>Exposição à alavancagem</b>	
31.12.2018	4,1 %	31.12.2018	1273 mil milhões de euros
31.12.2017	3,8 %	31.12.2017	1395 mil milhões de euros
<b>Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>			
31.12.2018	11,1 %		
<b>Rácio de cobertura de liquidez</b>		<b>Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)</b>	
31.12.2018	140 %	31.12.2018	48,1 mil milhões de euros
31.12.2017	140 %	31.12.2017	32,6 mil milhões de euros

<sup>1</sup> A definição da oferta de capital para o propósito de calcular o rácio de adequação de capital interno foi alterada para tomar uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno".

<sup>2</sup> O percentil usado para medir a procura de capital económico foi alterado de 99,98 % para 99,9 % para conseguir uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua, em linha com a alteração da definição de oferta de capital. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno". É fornecida uma visão geral do impacto quantitativo da alteração do percentil sobre o capital económico na secção "Perfil de risco".

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem e o MREL" (para valores de integração progressiva e fully loaded), "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

## Avaliação global de risco

Os principais tipos de risco incluem o risco de crédito (incluindo incumprimento, migração, transação, exposição, país, riscos de migração e concentração), risco de mercado (incluindo taxa de juro, risco cambial, capital, spread de crédito, matérias-primas e outros riscos de ativos cruzados), risco de liquidez, risco de negócio (incluindo impostos e risco estratégico), risco transversal, risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco, complementada por uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar os fatores de risco que têm impacto nas nossas carteiras de risco e divisões de negócio, como também outros riscos que são relevantes para carteiras específicas.

As preocupações relacionadas com o crescimento global alimentaram uma súbita deterioração na sensação de risco a partir do final de 2018, causando uma queda abrupta das ações e um alargamento dos spreads de crédito. A perspetiva económica global não é especialmente animadora, mas espera-se que o crescimento de base se mantenha sólido. Em mercados desenvolvidos, espera-se que a economia dos Estados Unidos continue a crescer a um ritmo forte e acima da tendência de crescimento, ao passo que, para a Europa, se prevê uma continuação do abrandamento da economia em 2019. Nos mercados emergentes a previsão é mista, enquanto para a China a expectativa se mantém moderada.

Os principais riscos incluem o Brexit, em que os riscos de o Reino Unido sair da União Europeia sem um acordo de saída aumentaram com a derrota do acordo do Brexit da Primeira-ministra May e a decisão do parlamento britânico de procurar uma renegociação de proteção. Um cenário de Brexit com uma saída desorganizada poderia agravar a já pouco otimista previsão económica para o Reino Unido e para a Europa. As tensões entre Itália e Bruxelas e uma escalada do movimento dos coletes amarelos em França são potenciais fontes adicionais de risco político na Europa. O potencial de uma escalada no conflito das transações comerciais globais permanece também uma fonte importante de risco de descida global.

A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é efetuada através, entre outros, da revisão de carteiras e testes de esforço que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos, na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que as reservas de capital e liquidez atualmente disponíveis, em conjugação com medidas de mitigação disponíveis, nos permitiriam absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

Relativamente à gestão de risco e de capital, o enfoque global continua a ser na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco no apoio às nossas iniciativas de gestão estratégica, com destaque para a otimização do balanço.

## Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco (capital económico) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

### Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018	31.12.2017	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	10 610	10 769	(159)	(1)
Risco de mercado	10 341	10 428	(87)	(1)
Risco de mercado relacionado com a negociação	4 046	3 800	246	6
Risco de mercado não relacionado com a negociação	6 295	6 628	(333)	(5)
Risco operacional	7 359	7 329	30	0
Risco de negócio	4 758	5 677	(918)	(16)
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(6 960)	(7 074)	114	(2)
<b>Total de utilização de capital económico</b>	<b>26 108</b>	<b>27 129</b>	<b>(1 020)</b>	<b>(4)</b>

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2018, a nossa utilização de capital económico ascendia a 26,1 mil milhões de euros, um valor mil milhões (4%) inferior aos 27,1 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2017.

A utilização de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 era de 0,2 mil milhões de euros (1%) inferior ao valor registado no final do exercício de 2017, principalmente devido a um componente de risco de crédito da contraparte inferior e a pequenos aumentos nos componentes de liquidação e risco de transferência. A alteração no risco de crédito da contraparte deve-se sobretudo a reduções nas exposições de transações de financiamento de títulos e derivados, parcialmente compensada por aumentos nos empréstimos, ao passo que os aumentos no risco de liquidação e transferência são principalmente motivados por sobreposições do modelo relacionadas com alterações na metodologia.

A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação aumentou para 4,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, comparativamente com os 3,8 mil milhões de euros no final do exercício de 2017. O aumento foi principalmente motivado por uma melhoria no modelo, que nos permitiu melhorar a captura do risco de cauda no período de esforço, o qual foi parcialmente compensado por uma redução no componente de risco de incumprimento em transações devido a reduções de inventário. A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu 0,3 mil milhões de euros (5%) comparativamente a 31 de dezembro de 2017. Esta diminuição foi principalmente motivada por uma alteração na metodologia contabilística devido à implementação da norma IFRS 9 e aos efeitos de diversificação.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, sendo superior em 30 milhões de euros, ou 0,4%, relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2017, no total de 7,3 mil milhões de euros. Em linha com a evolução do nosso RWA para risco operacional, este aumento foi motivado por vários efeitos de compensação. Um perfil de perdas mais ligeiro, com impacto no nosso modelo de capital, e várias melhorias no modelo, principalmente decorrentes de recalibrações das ponderações de dados, reduziram a procura de capital para risco operacional. A diminuição foi compensada pelas nossas perdas esperadas orçamentadas para o risco operacional. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento, um componente de risco fiscal e um montante de capital para os ativos por impostos diferidos da IFRS relativo às diferenças temporárias. O risco de negócio diminuiu para 4,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, um valor 0,9 mil milhões de euros (16%) inferior aos 5,7 mil milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2017. A diminuição deve-se a uma utilização de capital económico mais baixa para a componente de risco estratégico de 1,1 mil milhões de euros, motivada por uma perspetiva de ganhos mais positiva no nosso plano para 2019, comparativamente à estimativa para 2018 no ano anterior, a qual foi parcialmente compensada por uma utilização de capital económico mais elevada decorrente de ativos por impostos diferidos da norma IFRS com diferenças temporárias de 0,1 mil milhões de euros.

O benefício de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 0,1 mil milhões de euros, sobretudo devido a uma utilização global de capital económico inferior para o componente de risco estratégico.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.



Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

31.12.2018

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 340	3 537	52	681	10 610	41
Risco de mercado	4 760	1 124	370	4 088	10 341	40
Risco operacional	6 092	866	401	0	7 359	28
Risco de negócio	3 521	29	0	1 208	4 758	18
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(5 371)	(933)	(231)	(424)	(6 960)	(27)
<b>Total de CE</b>	<b>15 341</b>	<b>4 623</b>	<b>592</b>	<b>5 552</b>	<b>26 108</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	59	18	2	21	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

31/12/2017<sup>1</sup>

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 519	3 596	62	591	10 769	40
Risco de mercado	4 679	1 386	310	4 054	10 428	38
Risco operacional	5 995	932	402	0	7 329	27
Risco de negócio	4 435	10	99	1 133	5 677	21
Vantagem de diversificação <sup>2</sup>	(5 450)	(950)	(264)	(410)	(7 074)	(26)
<b>Total de CE</b>	<b>16 178</b>	<b>4 974</b>	<b>609</b>	<b>5 368</b>	<b>27 129</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	60	18	2	20	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco da Corporate & Investment Bank (CIB) é dominado pelas suas atividades de negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito é globalmente distribuído pelas unidades de negócio, mas principalmente pelo Global Credit Trading, Rates, Trade Finance e Leveraged Debt Capital Markets. A quota do risco operacional no perfil de risco da divisão CIB reflete um perfil de perda mais alto na indústria combinada com perdas internas e aumentou ligeiramente face ao exercício de 2017. O risco de mercado decorre principalmente das respetivas atividades de negociação e criação de mercado. O remanescente do perfil de risco da CIB deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para a CIB diminuiu, comparativamente ao final do exercício de 2017, principalmente devido a uma utilização de capital económico mais baixa para o componente de risco estratégico, principalmente devido a uma atualização do plano estratégico, a qual refletiu uma melhoria moderada nos rendimentos operacionais planeados.

O perfil de risco de Private & Commercial Bank (PCB) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a pequenas e médias empresas e das atividades de gestão de património, bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento e do risco da taxa de juro, incluindo o risco decorrente da modelação dos depósitos dos clientes e o risco de spread de crédito. Não foram registadas alterações significativas na utilização de capital económico relativa ao risco de crédito, operacional e estratégico comparativamente ao final do exercício de 2017 e à reduzida utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com as reduções na exposição ao risco de investimento e ao risco da taxa de juro.

O Asset Management (AM), enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, o risco é principalmente de natureza fiduciária e, consequentemente, motivado por questões operacionais. No entanto, o risco de mercado não relacionado com a negociação é mais elevado em produtos de garantia e coinvestimentos nos nossos fundos. Não foi registada qualquer alteração significativa na utilização de capital económico comparativamente ao final do exercício de 2017.

A Corporate & Other (C&O) abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. A utilização de capital económico para o risco de crédito e negócio aumentou comparativamente ao final do exercício de 2017, principalmente devido a uma maior utilização de capital económico para o risco de transferência e ativos por impostos diferidos do IFRS decorrentes de diferenças temporárias.

## Quadro de risco e de capital

### Princípios de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Temos em consideração os riscos ativamente em relação ao nosso negócio. Os princípios que se seguem sustentam o nosso quadro de gestão do risco:

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco que tem por base três linhas de defesa ("3LoD"), no qual são definidas as responsabilidades de risco, controlo e relato.
- A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm a propriedade dos riscos gerados nas respetivas organizações. A 1.ª linha de defesa gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida e assegura que a organização, a governação e as estruturas estão devidamente implementadas para identificar, monitorizar, avaliar e aceitar ou mitigar os riscos que geram ou aos quais estão expostas.
- A 2.ª linha de defesa ("2nd LoD") refere-se às funções de controlador do tipo de risco no Banco, que facilita a implementação de um sólido quadro de gestão do risco em toda a organização. A 2.ª linha de defesa define a apetência pelo risco e as normas de controlo e gestão do risco para o respetivo tipo de risco, e supervisiona e desafia de forma independente as atividades de gestão do risco e de tomada de risco da 1.ª linha de defesa.
- A 3.ª linha de defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de gestão do risco e controlo interno.
- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" nos processos de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação e contingência estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.
- Aplicamos uma abordagem de gestão do risco integrada que tem por objetivo uma coerência para todo o grupo quanto às normas de gestão do risco, permitindo no entanto uma adaptação aos requisitos específicos da entidade jurídica ou local.

Promovemos uma forte cultura de risco onde os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento de riscos e são capacitados e encorajados a atuar como gestores do risco. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta. Para promover isso, as nossas políticas exigem que o comportamento relacionado com o risco seja tido em conta durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Foi também realizada uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização para o risco, propriedade do risco e gestão do risco dentro da apetência pelo risco. Os resultados da avaliação são incorporados no relato existente de riscos, reforçando a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

## Governança do risco

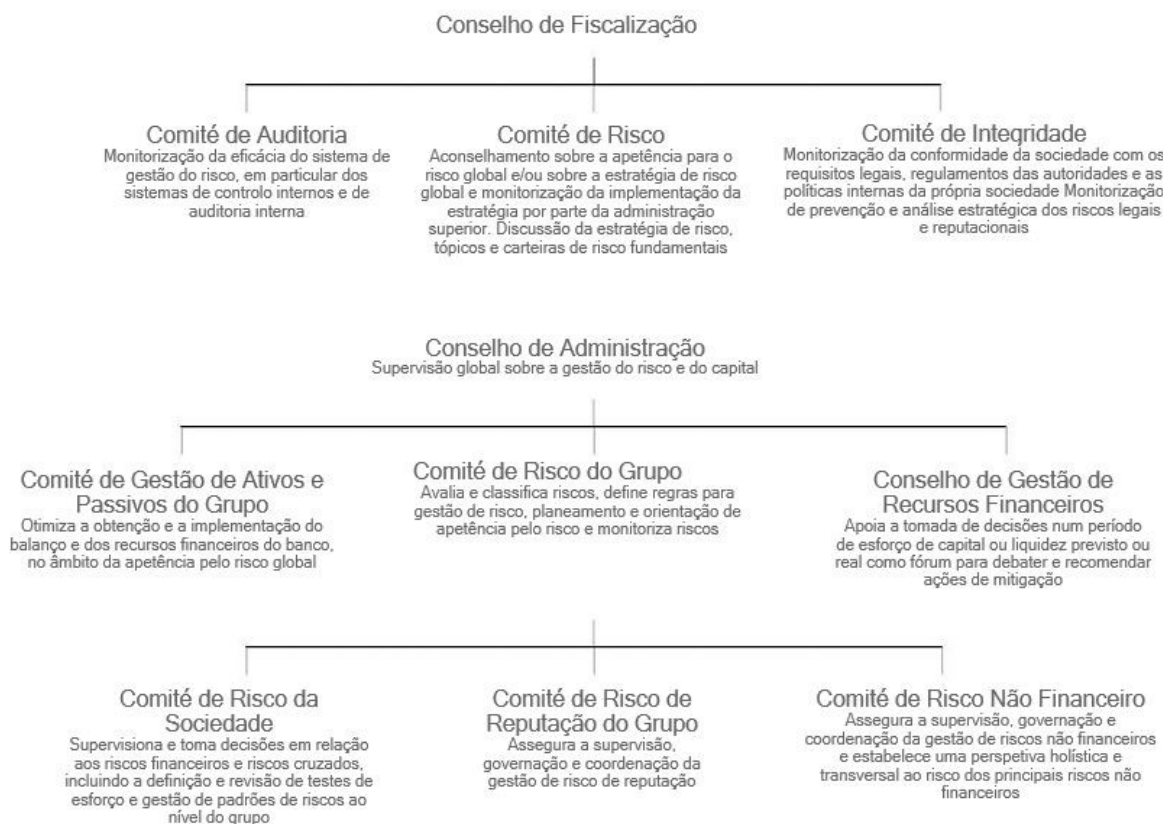
As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar" deste relatório.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Formou várias comissões para tratar das tarefas específicas (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
- Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a apetência pelo risco geral, com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
- O Comité de Integridade, entre outras responsabilidades, monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
- O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo ("GRC") como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

## Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comitê de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados, análise de carteiras de risco de alto nível, desenvolvimentos de exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo e monitorização da cultura de risco em todo o Grupo. O GRC define as metas de apetência pelo risco, por exemplo na forma de limites ou limiares. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
- O Comitê de Risco Não Financeiro (NFRC) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de crimes financeiros. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar a eficácia do modelo operacional de risco não financeiro (incluindo as interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo), bem como monitorizar a evolução de riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo.
- O Comitê de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação ("RRRC") e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomitês do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O Comitê de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte do seu mandato, o ERC aprova o inventário de risco, determinados aumentos do limiar do país e da indústria e diretrizes de conceção de cenários para testes de esforço mais rigorosos em todo o grupo, bem como testes de esforço inversos. Analisa os resultados dos testes de esforço em conformidade com a apetência pelo risco, analisa a perspetiva de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações em toda a empresa, como a cultura de risco.
- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor financeiro e pelo Gestor de risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco. O FRMC fornece um único fórum para supervisionar a execução do Plano de financiamento de contingência e do Plano de recuperação do grupo. O conselho recomenda a implementação de ações de redução em

momentos de esforço de liquidez ou de capital antecipado ou real. Especificamente, o FRMC tem a tarefa de analisar a posição de capital e liquidez do banco, em antecipação de um cenário de esforço, recomendar propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e garantir a execução das decisões tomadas.

- O Comitê de gestão de ativos e passivos do grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração em 2018. O seu mandato passa por otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração.

O nosso Gestor do Risco (CRO), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de liquidez e riscos operacionais, bem como pelo desenvolvimento contínuo e pela melhoria de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além disso, a Gestão do Risco em Consonância com o Negócio (BRM) representa a função de Risco face a áreas de negócio específicas. Os CRO de cada divisão gerem a respetiva carteira de risco, assumindo uma perspetiva holística de cada divisão para desafiar e influenciar a estratégia e propriedade do risco da divisão e implementar apetência pelo risco.

As funções de gestão do risco especializadas são complementadas por uma função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM), que define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e avaliados quanto ao impacto material. Os riscos materiais são assumidos e controlados por equipas de risco funcionais (geralmente da 1.ª Linha de defesa) no âmbito da apetência pelo risco acordada e de acordo com os princípios de gestão do risco. A ERM é responsável por agregar e analisar informações de risco ao nível da empresa, incluindo a revisão dos perfis de risco/rentabilidade de carteiras para apoiar a tomada de decisões informada relativamente à aplicação eficaz dos recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

- Gerir a apetência pelo risco empresarial ao nível do Grupo, incluindo o quadro e a metodologia quanto à forma como a apetência pelo risco é aplicada a diferentes tipos de risco, negócios e entidades jurídicas;
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação e resolução do Grupo; e
- Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

Em maio de 2018, fundimos integralmente a nossa subsidiária Deutsche Postbank AG na subsidiária DB PGK AG, para formar o “DB Privat- und Firmenkundenbank AG” (DB PFK AG). Como resultado, a gestão conjunta do risco existente para as subsidiárias até então individuais foi ajustado para a nova configuração e de acordo com a nova dimensão da entidade. A gestão conjunta do risco da nossa subsidiária DB PFK AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes, bem como através de uma governação conjunta.

As principais características da configuração ajustada são:

- Foi estabelecida a estrutura de gestão do risco do DB PFK AG, a qual continua a ter linhas de comunicação funcional adicionais para o risco do Deutsche Bank AG
- Envolvimento do comitê de risco central do DB PFK AG no Comitê de risco do grupo através de participações mútuas
- Extensão de comitês de risco selecionados do DB PFK AG para incluírem membros votantes nas funções de risco relevantes do Deutsche Bank AG, e vice-versa
- Alinhamento das nossas políticas fundamentais de risco do Grupo
- A comunicação conjunta do DB PFK AG nas carteiras fundidas para todos os tipos de risco e a inclusão do DB PFK AG no perfil de Capital e risco do grupo
- Estratégia de negócio e risco do DB PFK AG independente alinhada com e integrada no Quadro de apetência pelo risco do grupo, na Estratégia e nas Políticas

## Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comitês.

## Plano de risco e de capital

### Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas

nossas perspectivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspectiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma forte base nacional na Alemanha e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) tal como expressos pelo nosso supervisor interno. O Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2019, em vigor a partir de 1 de março de 2019, na sequência dos resultados do SREP de 2018. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de pelo menos 11,82% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,07%) e o amortecedor G-SII de 2,00%. O novo requisito de capital CET 1 de 11,82% para 2019 é superior ao requisito de capital CET 1 de 10,69%, aplicável ao Deutsche Bank em 2018, refletindo a integração progressiva integral do amortecedor de conservação de capital e do amortecedor G-SII. Do mesmo modo, os requisitos de 2019 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,32 % e para o seu total de rácio de capital em 15,32 %. Além disso, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por orientação de "Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

## Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em vários componentes bem estabelecidos que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção "Identificação e avaliação do risco".
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente

limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Perfil de risco” e “Capital, Rácio de alavancagem e MREL”.

- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas. Pode encontrar mais detalhes na secção “Capital, Rácio de alavancagem e MREL”.
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu limiares de apetência pelo risco do Grupo que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Apetência pelo risco e capacidade de risco” e “Indicadores de risco fundamentais”.
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção “Plano estratégico e de capital”.
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção “Testes de esforço”.
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se ao processo interno que visa o cumprimento de todos os requisitos legais relacionados com o capital e exigências regulamentares de forma contínua. A perspetiva interna económica refere-se a um processo interno que visa a adequação de capital utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da viabilidade do Deutsche Bank de forma contínua.

## Testes de esforço

O Deutsche Bank está sujeito a exercícios de testes de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco, como o nosso quadro de apetência pelo risco ou a atribuição de capital. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os nossos testes de esforço internos são realizados regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em cenários definidos internamente de diferentes gravidades e localizações. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e nas reservas de liquidez. Antes da avaliação de impacto, os cenários mais graves são debatidos e aprovados pelo Comité de Risco da Sociedade (ERC), que também analisa os resultados de esforço finais. Após a comparação desses resultados



com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2018 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, permite alcançar o nível de saída de esforço definido, o qual se encontra muito acima dos níveis de intervenção regulamentares anteriores. Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio a determinar cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário hipotético que resultaria na não viabilidade do banco, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário de esforço hipotético é extremamente baixa. Desta forma, não acreditamos que a continuidade do nosso negócio esteja em risco.

O Deutsche Bank também participou em dois importantes testes de esforço regulamentares realizados em 2018, nomeadamente o teste de esforço bianual da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste de esforço CCAR, baseado nos EUA. Nos EUA, o DB USA Corporation não recebeu quaisquer objeções da Reserva Federal (FRB) relativamente ao seu plano de capital, tendo em conta o seu amplo capital e liquidez no cenário de esforço. No entanto, esta entidade recebeu uma objeção qualitativa ao plano de capital CCAR de 2018 devido a debilidades na governação, na metodologia do modelo, na validação, nos dados e na infraestrutura.

O teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) em 2018 baseou-se no recém-introduzido quadro de contabilidade IFRS 9 e não previu qualquer limiar de aprovação/reprovação para os rácios CET 1 e de alavancagem projetados com base no cenário macroeconómico de base e no cenário adverso.

#### Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank



## Relatórios de risco e sistemas de medição

Os nossos sistemas de medição do risco servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, transversal, de negócio, operacional e de reputação. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "monitorização e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, da carteira e das contrapartes.

- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja fácil e corretamente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade (ERC) e o Comité de Risco do Grupo (GRC), e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma proativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão proativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços individuais de comunicação separada, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos nossos sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal do perfil de risco e capital (RCP) consiste num relatório de risco transversal e fornece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank, bem como é utilizado para informar o ERC, o GRC e o Conselho de Administração e, em seguida, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O RCP inclui o tipo de risco específico, visões gerais em consonância com o negócio e assuntos relacionados com o risco ao nível da empresa. Também inclui atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do grupo e outros indicadores importantes de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações à evolução dos principais riscos, destacando áreas de especial importância com atualizações sobre as estratégias de gestão do risco correspondentes.
- Uma visão geral da nossa posição de liquidez e solvência/alavancagem é apresentada mensalmente ao GRC e ao Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) pela Gestão de capital do grupo e pelo Tesoureiro do grupo. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV e o MREL, bem como uma visão geral da nossa situação de financiamento e de liquidez, os resultados dos testes de esforço da liquidez e medidas de contingência.
- Os testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo são, em geral, realizados duas vezes por trimestre (ou mais frequentemente se necessário). Aqueles são apresentados e analisados no ERC e transmitidos ao GRC, se tal for considerado necessário. Os principais indicadores de desempenho em esforço são avaliados em relação aos limiares de apetência pelo risco do Grupo.

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma global, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares que as funções de Gestão do risco em consonância com o negócio ou o tipo de risco utilizam para monitorizar e controlar o perfil de risco.

## Planeamento de recuperação e resolução

Várias jurisdições, como os estados-membro da União Europeia, incluindo a Alemanha e o Reino Unido, bem como os Estados Unidos, promulgaram regulamentos que obrigam os bancos ou autoridades reguladoras competentes a desenvolver planos de recuperação e resolução, no sentido de estarem preparadas para a gestão de uma crise grave ou até do potencial colapso de um banco.

Para efeitos do planeamento de recuperações, mantemos um plano de recuperação do grupo (plano de recuperação) que é atualizado e enviado ao Banco Central Europeu (BCE) pelo menos anualmente, de forma a refletir alterações ao negócio e aos requisitos regulamentares. O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema, descrevendo um conjunto de ações definidas para nos proteger a nós, aos nossos clientes e aos mercados e, assim, impedir um potencial evento de resolução. Em linha com as diretrizes regulamentares, o plano de recuperação inclui um vasto conjunto de contramedidas concebidas para mitigar os diferentes tipos de cenários de

esforço oriundos de eventos idiossincráticos ou eventos extensivos a todo o mercado, que ameaçariam a posição de capital e liquidez do Deutsche Bank. Adicionalmente, o plano de recuperação também estabelece uma governação e processos predefinidos com clareza e concebidos para apoiar de forma atempada, eficiente e efetiva a monitorização, a escalada, a tomada de decisões e a implementação de opções de recuperação na eventualidade de ocorrência de uma crise.

O Conselho de Administração supervisiona o desenvolvimento do Plano de recuperação, bem como criou um processo de governação contingente dedicado para gerir os eventos de tensão financeira.

Conforme previsto na Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias (BRRD), na Lei alemã de recuperação e resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, SAG) que transpõe a BRRD para a legislação nacional alemã e no Regulamento do mecanismo único de resolução (Regulamento MUR), o plano de resolução do Grupo é preparado pelas autoridades de resolução e não pelo próprio banco. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução (CUR) e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada (SPE) como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de recapitalização SPE, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa estabeleça um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, estará sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC), que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como “não preferencial”, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (“preferenciais”) tais como depósitos, derivados, instrumentos de dívida “estruturada” e obrigações “plain vanilla” preferenciais sénior.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor (“Lei Dodd-Frank”), conforme alterada, e de acordo com os regulamentos de implementação decorrentes da mesma, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (“FDIC”) um plano para a resolução ordenada de subsidiárias e das operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuros (“Plano de resolução dos EUA”). Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos.

O Deutsche Bank AG registou o mais recente Plano de resolução dos EUA em julho de 2018 e recebeu feedback regulamentar em dezembro de 2018. A Reserva Federal e o FDIC concluíram que o Plano de resolução dos EUA do Deutsche Bank não apresentava quaisquer deficiências, mas identificaram uma debilidade no plano, associada aos mecanismos de governação e aos fatores de ativação de agravamento relacionados. O Deutsche Bank é obrigado a enviar uma resposta a este feedback de dezembro de 2018 até 5 de abril de 2019. A resposta do Deutsche Bank irá abordar a remediação desta debilidade bem como as melhorias das respetivas capacidades de resolução. Tanto a remediação da debilidade como as melhorias têm de estar concluídas antes do envio do nosso próximo Plano de resolução dos EUA, que atualmente está previsto para 1 de julho de 2020.

# Gestão do risco e de capital

## Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, o qual foi estabelecido na primeira metade do ano de 2018, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier 1*, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos, o renminbi chinês e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo, o qual, na medida em que substituiu o Comité de risco do grupo enquanto órgão de decisão, aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. Na nossa medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

## Identificação e avaliação do risco

As nossas atividades de negócio geram riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de negócio, riscos de liquidez, riscos cruzados, riscos operacionais e riscos reputacionais. Identificamos regularmente os riscos das nossas operações de negócio e da infraestrutura, também sob condições de esforço, e avaliamos a materialidade dos riscos identificados relativamente à sua gravidade e probabilidade de ocorrência. A avaliação dos riscos atuais é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspectiva prospetiva. O processo de identificação e avaliação do risco resulta no nosso inventário de risco, que captura o risco material em vários negócios e entidades. As atualizações regulares ao inventário de risco são comunicadas direção juntamente com o perfil de risco e são determinantes para os nossos processos de gestão do risco.

Ao longo de 2018 fortalecemos o quadro de identificação e avaliação do risco empresarial aplicável ao Grupo Deutsche Bank e às principais entidades. O processo melhorado envolve a introdução dos dados da primeira e segunda linhas a identificação do risco e à avaliação da materialidade dos riscos. Este quadro fornece a base, através da qual conseguimos agregar os riscos do Grupo nas suas várias empresas e entidades. O inventário de risco resultante, após revisão e avaliação por parte da direção, tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank, a calibração da apetência pelo risco e a monitorização e comunicação do perfil de risco.

## Gestão do risco de crédito

### Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e na avaliação da importância, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração.

- Risco de incumprimento/migração é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- Risco de país é o risco de as contrapartes solventes e capazes não conseguirem cumprir as suas obrigações devido a políticas ou uma intervenção soberana direta.
- Risco de operação/liquidação (risco de exposição) é o risco resultante de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- Risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto.

Medimos, gerimos/mitigamos e reportamos/monitorizamos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.

- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor numa forma global em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.
- Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para comunicar exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.

## Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de modelos de risco de crédito regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, bem como pelo Diretor da gestão do risco do modelo ou um representante, através da delegação de poderes, sempre que adequado, antes de as metodologias serem utilizadas para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alteradas. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação da metodologia é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF) e ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação para as metodologias de notação é apresentado ao RCRMF no início do exercício.

No Postbank, e desde maio de 2018 para o DB PFK AG, a responsabilidade pela implementação, validação e monitorização da eficácia dos sistemas de notação interna cabe à função de Controlo do risco do grupo do Postbank/DB PFK AG, bem como do seu comité de validação, chefiado pelo Diretor de Controlo do Risco de Crédito do Postbank/DB PFK AG. Uma função de validação e risco de modelos independente foi criada, complementarmente à unidade de desenvolvimento de risco de modelos. Todos os sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de risco bancário do Postbank/DB PFK AG, chefiado pelo Gestor do risco. Adicionalmente, a governação de IRBA do grupo DB é alargada a todos os modelos do DB PFK AG como parte da fusão e da renúncia de capital concedida. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank/DB PFK AG. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank/DB PFK AG e vice-versa.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens "avançadas", de "fundação" e "padrão", das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), recorremos ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos

nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank/DB PFK AG. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9 % perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

## Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9

Determinamos as provisões para perdas de crédito em conformidade com a norma IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os instrumentos financeiros, em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial.
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- A Fase 3 consiste nos ativos financeiros dos clientes em incumprimento, em conformidade com o Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) de acordo com o Art. 178. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade.
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas.
- Os POCI são ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na Fase 3, para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral da gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de perdas de crédito esperadas (ECL), a qual serve de base para as provisões de perda de crédito do Grupo, é realizada através do motor de ECL do Grupo ou por colaboradores de crédito caso a caso. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. O motor de ECL do Grupo é utilizado para calcular as provisões de perda de crédito para todos os

ativos financeiros na carteira homogênea, bem como para todos os ativos financeiros nas carteiras não homogêneas, nas Fases 1 e 2. As provisões de perda de crédito para os nossos ativos financeiros na nossa carteira não homogênea na Fase 3 são determinadas pelos colaboradores de crédito caso a caso.

Para obter uma descrição mais detalhada destas expressões e da abordagem, consulte a Nota 1 - Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas e as secções que se seguem.

#### Determinação da fase

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros que não sejam POCL são refletidos na Fase 1. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. Em contraste, a atribuição de um instrumento financeiro à Fase 3 baseia-se no estado do devedor em incumprimento.

Indicadores relacionados com a notação: Com base numa alteração dinâmica nos PD de contrapartes, a qual está associada a todas as transações com a contraparte, o Grupo compara o histórico dos PD na data de comunicação com as expectativas na data de reconhecimento inicial. Com base no comportamento de migração historicamente observado e nas informações prospetivas disponíveis, é obtida uma distribuição de notação prospetiva prevista. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar. Se a duração restante dos PD de uma transação, de acordo com as expectativas atuais, exceder os PD da notação de limiar relevante, considera-se que o ativo financeiro sofreu um aumento significativo. Os limiares utilizados para determinar os indicadores da Fase 2 são determinados utilizando pareceres de especialistas e são validados anualmente.

Indicadores relacionados com os processos: Os indicadores relacionados com os processos são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes, os quais permitem que o Grupo identifique se o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou de forma significativa. Estes incluem a adição obrigatória dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Numa base contínua, desde que a condição para um ou mais dos indicadores seja cumprida e ativo financeiro não seja reconhecido como estando em incumprimento, o ativo irá permanecer na Fase 2. Se nenhuma das condições dos indicadores for cumprida e se o ativo financeiro não se encontrar em incumprimento, o ativo é transferido novamente para a Fase 1. Em caso de incumprimento, o ativo financeiro é atribuído à Fase 3. Caso um ativo financeiro anteriormente em incumprimento deixe de ser classificado como estando em incumprimento, é transferido novamente para a Fase 1 ou para a Fase 2.

#### Duração esperada

A duração esperada de um ativo financeiro é um fator essencial na determinação das perdas de crédito esperadas para a duração (LTECL). As perdas de crédito esperadas na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as perdas de crédito esperadas tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as perdas de crédito esperadas é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o Deutsche Bank aplica uma duração para calcular as perdas de crédito esperadas de 24 meses.

#### Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação obtidas sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Deutsche Bank, o Grupo utiliza dois elementos essenciais:

- como o cenário base, o Grupo utiliza as previsões macroeconómicas fornecidas pelo seu departamento de investigação, dbResearch. Estas previsões abrangem várias variáveis macroeconómicas (por exemplo, o PIB, a taxa de desemprego e as taxas de juro) e refletem a visão do dbResearch relativamente à evolução mais provável destas variáveis, geralmente ao longo de um período de dois anos, com atualizações trimestrais.
- Este cenário base é então convertido numa análise de vários cenários tirando partido do ambiente de testes de esforço do Grupo. Este ambiente gera o impacto de vários cenários económicos e é utilizado como base para derivar curvas de PD ao longo de vários anos para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das perdas de crédito esperadas e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima.

A utilização geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos, bem como ajustamentos tendo em conta fatores extraordinários, é monitorizada pelo Fórum de provisão para perdas de crédito de risco e financeiro do Grupo. Em algumas situações, os colaboradores de risco de crédito e a direção podem ter informações adicionais relativas a carteiras específicas para



indicar que a distribuição utilizada pelo quadro de testes de esforço não é adequada. Nestas situações, o Grupo aplicaria uma camada adicional de pressupostos.

#### Base dos dados e pressupostos e técnicas de estimativa

O Grupo calcula as perdas de crédito esperadas para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: os PD, as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavancou os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de elementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas também influencia a provisão para perdas de crédito em cada uma das fases. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo inclui a obtenção de probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

O cálculo das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, e transações em imparidade de crédito aquando da compra ou origem. Para transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, é adotada uma abordagem semelhante à das transações nas Fases 1 e 2. Uma vez que uma transação na Fase 3 se encontra em incumprimento, a probabilidade de incumprimento é igual a 100%. Para incorporar as informações disponíveis atualmente, os parâmetros de LGD são modelados para serem dependentes do tempo, assim capturando a dependência do tempo da expectativa de recuperação após o incumprimento.

As técnicas de estimativa para os fatores analisados são descritas em detalhe abaixo.

A probabilidade de incumprimento para contrapartes ao longo de um ano é derivada dos nossos sistemas de notação interna. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito de contraparte relevante com base na escala principal de notação de crédito com 21 níveis para a totalidade da nossa exposição.

As notações de crédito atribuídas às contrapartes são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a contrapartes nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Corporativos", com exceção dos segmentos "Corporativos", para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas (TTC) e previsões macroeconómicas fornecidas pela divisão de Research do Deutsche Bank, as quais definem um cenário base macroeconómico. Com base nestas previsões macroeconómicas, as matrizes TTC são transformadas em matrizes de migração de notação referentes a pontos temporais (PIT), geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes PIT é realizado no ambiente de testes de esforço do Grupo, que fornece uma ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento de incumprimento e notação das contrapartes. As previsões macroeconómicas ajustam a distribuição dos respetivos fatores macroeconómicos e, conseqüentemente, das matrizes de migração de notação que definem as probabilidades de migração e incumprimento. O cálculo atual é baseado numa simulação de Monte-Carlo de vários cenários ou em técnicas analíticas equivalentes. As matrizes de PD e de migração da notação ao longo de vários anos são, assim, derivadas e aplicadas a carteiras no âmbito da norma IFRS 9, as quais são categorizadas de acordo com as seguintes classes de contrapartes: Alemanha - Retalho, Espanha - Retalho, Itália - Retalho, Instituições financeiras, Média capitalização, Corporativos e Governos soberanos.

O LGD é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento de uma contraparte. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento dos clientes. Os modelos LGD garantem que os principais elementos responsáveis por perdas (isto é, os diferentes níveis e qualidades de garantias colaterais e de tipos de clientes ou produtos, ou a antiguidade do instrumento) são traduzidos em fatores LGD específicos. Nos nossos modelos LGD, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts)).

O EAD ao longo da duração de um ativo financeiro é modelada com base nos perfis de reembolso esperados. Aplicamos fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de uma contraparte, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de uma contraparte. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior à utilização ao abrigo da norma IAS 39. Quando uma operação envolve uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses

parâmetros baseiam-se na experiência estatística, bem como em dados históricos internos e tomam em consideração as características específicas dos tipos de contraparte e produtos.

#### Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O motor LTECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Para a data de comunicação, o motor utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado ao modelo de capital económico do DB. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada exposição.

Para garantias colaterais pessoais, o motor LTECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. Neste caso, os valores absolutos de exposição e garantia diminuem ao longo do tempo. Para garantias colaterais impessoais, o motor LTECL assume que o valor colateral absoluto permanece constante. Neste caso, a parte colateral da exposição aumenta ao longo do tempo e, conseqüentemente, a exposição terá mais garantias num determinado ponto do tempo.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Para obter detalhes adicionais sobre a forma como determinamos o valor de liquidez das nossas garantias, consulte a secção “Gestão e mitigação de risco de crédito”.

#### Sensibilidade do modelo

Existem duas principais origens de volatilidade de ECL para ativos das Fases 1 e 2. Similarmente às medidas de risco tradicionais, como os Ativos ponderados pelo risco ou o Capital económico, o nosso ECL é sensível a alterações na carteira relevantes ao abrigo da norma IFRS 9. As alterações à composição da carteira, ao perfil de exposição e às notações de contrapartes, as quais são especialmente importantes devido às potenciais implicações na determinação da fase, influenciam o nível de ECL e, assim, o nível das nossas provisões de perda de crédito.

Além das alterações à carteira, a ECL também foi afetada por previsões macroeconómicas. O processo de seleção para as variáveis macroeconómicas combina a análise de peritos e testes estatísticos, e reflete as características das carteiras individuais. Conseqüentemente, as sensibilidades da ECL face às previsões macroeconómicas são específicas de cada carteira, com as taxas de crescimento do PIB e as taxas de desemprego na área do euro e nos EUA como os principais fatores.

## Gestão e mitigação de risco de crédito

### Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações, experiência e formação profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

## Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
- Transferências de risco, que transferem as perdas resultantes da probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra).
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da nossa sala de Gestão da carteira de contraparte.

## Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento da contraparte ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos.
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de “correlação desfavorável” (*wrong-way*), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidez é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor notional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respetivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um

componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

#### Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs no âmbito da nossa divisão CIB.

Atuando como uma referência de preços central, o CPSG fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

#### Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Além disso, a CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada que terminou em outubro de 2018. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na compensação na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para a maioria das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Banco está autorizado a obter isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 68 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 68 relações intragrupo, 17 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 51 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Tais pedidos repetidos foram apresentados para 39 das relações de países terceiros, tendo uma destas entidades sido liquidada entretanto. Devido ao "Brexit", o estado de algumas entidades do grupo sofreu alterações, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro, em março de 2019. Existem duas entidades do grupo afetadas no Reino Unido, mas não foi realizado qualquer pedido de isenção de compensação do regulamento EMIR para essas entidades.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os

quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CPP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. - ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (por exemplo, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Requisitos de documentação semelhantes podem ser encontrados nas regulamentações relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao destas regras, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial e a margem de variação das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor notional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outras contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial e um limiar de zero para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressiva e anualmente de setembro de 2017 a setembro de 2020.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial serão sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2020. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.ºs 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco planeia recorrer a esta isenção. O Banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para 14 relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em <https://www.db.com/company/en/intra-group-exemptions--marginin.htm>. Para 10 relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Devido ao "Brexit", o estado de duas entidades intragrupo irá mudar para uma entidade de um país terceiro, em 29 de março de 2019. Isto poderá levar à necessidade de um novo pedido, cujo processo se encontra atualmente em debate com a autoridade nacional competente.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

### Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantias e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

### Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

#### Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No nosso quadro de limite industrial, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. São preparados resumos regulares para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco setorial inclui limites do risco de mercado para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

#### Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Tal como acontece para o risco setorial, as carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração transversais e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo.

No nosso quadro de limites de risco do país, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco de país inclui os limites de risco de mercado para posições negociais nos mercados emergentes que se baseiam no impacto na demonstração de resultados de eventos com potencial para perturbar estas posições. Temos ainda em consideração o risco de tesouraria, que inclui limites para posições de capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função ERM Risk Research independente do Deutsche Bank e incluem:

- Notação soberana: Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- Notação de risco de transferência: Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
- Notação de risco de evento: Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.). Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Medição do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

#### Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites, limiares ou indicadores seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos especificamente nas concentrações de transações com riscos de subscrição em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de *spreads* de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de *spread* de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o DB está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da nossa divisão de Mercados de capital de dívida alavancada (LDCM). O modelo de negócio consiste numa abordagem baseada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos supra referidos relativos à distribuição e ao movimento de *spreads* de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da nossa divisão LDCM inclui uma abordagem restritiva às exposições ao crédito relacionadas e retidas no balanço do DB, o que resulta em níveis de retenção baixos para clientes individuais e leva a uma carteira global diversificada em quaisquer riscos de concentração materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito e a um quadro de cobertura.

Além do risco de subscrição, centramo-nos também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Adicionalmente, nos nossos negócios de PCC, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

## Gestão do risco de mercado

### Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes da divisão corporativa Corporate & Investment Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

### Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

### Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.



## Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

### Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T*, *skew-T*, *Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades ao justo valor. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Desenvolvemos e melhorámos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV).

## Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, em seguida, validada através da comparação de resultados de SVaR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo.

## Requisitos de capital para riscos adicionais

Requisitos de capital para riscos adicionais: captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito ao longo de um horizonte de capital de um ano de 99,9 % de nível de confiança, utilizando uma abordagem de posição constante. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as notações de maturidade com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

## Medida de risco global

Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação empresarial, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno.

Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação empresarial elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os swaps de risco de n-ésimo incumprimento e os swaps de risco de incumprimento de índice e de título único frequentemente negociados utilizados para gerir o risco destes produtos de correlação empresarial.

As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão. Desde o primeiro trimestre de 2016, os cálculos de RWA de CRM incluem dois complementos determinados por regulamentação que comportam (a) o reforço da correlação implícita em cabazes de n-ésimo incumprimento e (b) quaisquer perdas em excesso de testes de esforço de valor à vista (*spot value*) do modelo interno.

A medição do risco abrangente do modelo interno foi descontinuada no quarto trimestre de 2018 após aprovação regulamentar. As pequenas exposições restantes captadas por este modelo são agora cobertas pelos requisitos de capital para riscos adicionais e pelo método padrão do risco de mercado.

## Método padrão do risco de mercado

A gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico ("MRSA"). Utilizamos o MRSA para determinar o capital regulamentar para risco para o risco de mercado específico ou para titularizações da carteira de negociação.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade. Além

disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

## Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

## Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro regulamentar SVaR, enquanto os BSST estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum.

## Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

## Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

## Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,5 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de 1,2 mil milhões de euros. Este aumento foi principalmente motivado por melhorias à metodologia implementadas ao longo do ano, com impactos adicionais decorrentes de alterações nas exposições ao risco subjacente e a movimentos de dados do mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 45 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

## Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

### Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A divisão de Tesouraria do Grupo está incumbida de gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão do risco de mercado a agir como função de supervisão independente.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital ( $\Delta EVE$ ) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII), em comparação com um cenário de referência definido, ao longo de um horizonte temporal definido resultante de variações nas taxas de juro. Por conseguinte, o Grupo mede o  $\Delta NII$  como a redução máxima no NII no âmbito dos seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com o planeamento de capital oficial do Grupo, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo utiliza técnicas de mitigação para imunizar o risco de taxa de juro resultante de posições não relacionadas com a negociação. O risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerido pela Gestão do montante de tesouraria, com a importante exceção do DB Privat- und Firmenkundenbank AG, em que o risco da taxa de juro é gerido por uma função de gestão do risco dedicada. As posições de risco de taxa de juro residuais são cobertas pelas carteiras de negociação do Deutsche Bank na divisão CIB. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As posições nas nossas carteiras bancárias e as coberturas descritas no parágrafo suprarreferido cumprem os princípios contabilísticos conforme detalhados na secção "Notas para as demonstrações financeiras consolidadas" do presente documento.

O grupo de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório. Tal aplica-se quer à metodologia quer aos pressupostos de modelação utilizados no cálculo dos indicadores. A única exceção notável é a utilização de um cenário de taxas estáveis (isto é, inalteradas) como referência para o cálculo do  $\Delta NII$  nas divulgações públicas, enquanto o indicador da apetência pelo risco quantitativo interno utilizará a curva de planeamento de capital oficial do Grupo.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições na nossa divisão PCB e a partes da nossa divisão CIB. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento (NMD) através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de NMD é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 1,8 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular as métricas baseadas no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais.

## Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria e no DB Privat- und Firmenkundenbank AG. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos *spreads* relativos às taxas de juro subjacentes.

## Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da Corporate & Investment Bank, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Grupo e de investimentos contabilizados como capital. As alterações nas taxas cambiais das divisas funcionais subjacentes são registadas como ajustes de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

## Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação que decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento de aquisição de empresas alavancados por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica.

## Risco de pensões

Estamos expostos a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de *spread* de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Globalmente, o Grupo procura minimizar o impacto dos movimentos de mercado adversos em métricas financeiras chave, com o principal objetivo de proteger o estado dos fundos constituídos do IFRS. No entanto, em mercados selecionados, o objetivo consiste em equilibrar as métricas financeiras chave de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento. Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Para planos de pensões em que a abordagem LDI possa afetar outras métricas financeiras chave de forma adversa, o Grupo afasta-se desta estratégia de investimento, principalmente para o plano principal alemão, em que a estratégia de investimento para ativos tem sido ajustada desde 2015 através da redução da taxa de juro e da cobertura do *spread* do crédito. A evolução do impacto desta estratégia de investimento está a ser estreitamente monitorizada e é revista regularmente.

Para obter detalhes sobre a nossa obrigação com benefícios definidos, consulte a Nota 35 “Benefícios de colaboradores” relativa às demonstrações financeiras consolidadas.

## Outros riscos

Os riscos de mercado do nosso negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

## Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

## Gestão do risco operacional

### Quadro de gestão do risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos e inclui o risco jurídico. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional. Forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco, tal como o risco reputacional.

A governação dos nossos riscos operacionais segue a abordagem de três linhas de defesa (3LoD) do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. A abordagem 3LoD tem como objetivo proteger o banco, os seus clientes e acionistas contra perdas decorrentes do risco e resultantes danos reputacionais. Procura garantir que todos os riscos operacionais são identificados e cobertos, que as responsabilidades relativas à gestão de riscos operacionais são claramente atribuídas e que os riscos são assumidos e geridos nos melhores interesses a longo prazo do banco. A abordagem 3LoD e os seus princípios subjacentes, ou seja, a responsabilidade total da primeira linha de defesa (1.<sup>a</sup> LoD) para gerir os seus próprios riscos e a existência de uma segunda linha de defesa (2.<sup>a</sup> LoD) independente para supervisionar e desafiar a assunção de risco e a gestão do risco no âmbito da apetência pelo risco definida para o banco, aplica-se a todos os níveis da organização, incluindo ao nível do Grupo, das regiões, dos países e das entidades jurídicas.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de falhas de risco operacional (tais como graves violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas mais medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

A Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) é a função de risco para os tipos de risco não financeiro do banco, incluindo risco operacional, e detém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo (ORMF).

O ORMF consiste num conjunto de ferramentas e processos interligados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e reparar riscos operacionais. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do ORMF incluem o estabelecimento da 1.ª e 2.ª LoD, bem como funções e responsabilidades para o processo de gestão do risco operacional e uma contestação independente apropriada, a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas, governação independente e o modelo de capital de risco operacional do banco.

O banco estabeleceu e segue três normas de governação OR, incluindo funções nucleares e os seus respetivos mandados para a gestão do risco operacional:

**Norma de governação do risco operacional I:** A NFRM detém o ORMF e determina o nível suficiente de capital de risco operacional.

- Enquanto função de controlo da 2.ª LoD, a NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza o seu cumprimento, eventuais violações e as respetivas consequências. A NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª LoD. A NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo para garantir o regresso do risco operacional do banco à respetiva apetência pelo risco, quando necessário. Também estabelece e comunica regularmente o perfil de risco do banco e os principais riscos.
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco.
- A NFRM serve para garantir que é mantido capital suficiente para sustentar o risco operacional do banco. A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a atribuição da procura de capital de risco operacional e das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA).

**Norma de governação do risco operacional II:** Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco são as funções no banco que geram riscos, quer financeiros, quer não financeiros. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional das suas organizações, implementar padrões de controlo e gestão do risco na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais no âmbito da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos do risco.

**Norma de governação do risco operacional III:** Os controladores do tipo de risco (“RTCs”) atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para o risco operacional.

Os RTC estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco para o tipo de risco operacional específico que controlam. Monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e exercem um veto em violações da apetência pelo risco. Os RTC definem os padrões de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC estabelecem governação do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia, bem como apoiam e facilitam a implementação de padrões e processos de gestão do risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura. A emissão de pareceres não afeta a independência dos RTC.

## Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e cargos da infraestrutura, enquanto proprietários do risco, a NFRM supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o banco. A NFRM faz parte da função de risco do Grupo, dirigida pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor da NFRM, responsável pela conceção, implementação e manutenção de um ORMF do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do ORMF, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco.

O Comitê de Risco Não Financeiro ("NFRC"), copresidido pelo Diretor de Risco e pelo Diretor Regulamentar, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspectiva holística e transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter algum impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e da 2.ª LoD apoiam o NFRC para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao NFRC ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de governação da 1.ª LoD para a supervisão e gestão do risco operacional nos vários níveis da organização.

## Gestão do nosso risco operacional

No sentido de gerir o vasto conjunto de tipos de risco subjacentes ao risco operacional, o nosso ORMF fornece um conjunto de ferramentas e processos (tal como descrito abaixo, por exemplo, para o levantamento de dados de perdas ou para avaliação do risco e do controlo) aplicáveis a todos os tipos de risco operacional. Estas ferramentas e processos permitem-nos determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2018, melhorámos o ORMF e a gestão do risco operacional, focando-nos em simplificar ainda mais os nossos processos de gestão do risco e promovendo um diálogo ativo e contínuo entre a 1.ª e a 2.ª LoD, com o objetivo de tornar a gestão do risco operacional mais transparente, relevante e integrada nas decisões de negócio diárias:

Recolha de dados de perdas: Recolhemos, categorizamos e analisamos, em tempo útil, dados relativos aos eventos de risco operacional internos (com um impacto na demonstração de resultados  $\geq 10\,000\text{ €}$ ) e externos relevantes. Os eventos materiais levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados em estreita colaboração entre parceiros de negócio e funções de risco e infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam as causas dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. A intensidade dos ensinamentos retirados e das atividades de análise de comparação, o grau de integração e a colaboração entre as várias funções que trabalham nestas análise aumentou de forma considerável em 2018.

Completamos o nosso perfil de risco operacional através da utilização de um conjunto de cenários, incluindo casos externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e cenários internos adicionais. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de análises do perfil de risco.

O processo de avaliação e controlo do risco (RCA) é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelos negócios e cargos da infraestrutura (1.ª LoD), pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para restabelecer os riscos sobredimensionados na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.ª e a 2.ª LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do banco. Ao longo de 2018, finalizámos a implementação de uma abordagem baseada em workshop que promove uma interação estreita entre as várias partes relevantes e iniciámos um plano piloto para integrar os vários processos de avaliação existentes na NFRM, no departamento de conformidade e no programa AFC, de forma a simplificar o processo e a melhorar a eficiência. Melhorámos adicionalmente o inventário de controlo do banco e introduzimos um quadro de gestão de consequências de NFR com um fluxo de trabalho e tipos de consequências bem definidos. A taxonomia do tipo de risco não financeiro foi atualizada com definições mais claras e orientações de apoio.

Comunicamos e realizamos análises regularmente acerca dos nossos principais riscos. Os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no banco. A comunicação fornece uma perspectiva prospetiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principal risco no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as nossas questões do principal risco operacional na apetência pelo risco. Em 2018, a comunicação dos riscos principais foi melhorada através do recurso a uma ferramenta de comunicação estratégica.

As métricas de apetência pelo risco de NFR são utilizadas para monitorizar o perfil de risco operacional, incluindo em relação à apetência pelo risco definida do banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Em 2018, foi introduzida uma nova abordagem à apetência pelo risco de NFR, composta por métricas melhoradas, uma monitorização da apetência pelo risco do grupo atualizada e uma integração mais estreita ao nível das divisões e unidades de negócio.



## Quadros do tipo de risco operacional

O ORMF, que fornece o conjunto abrangente de normas, ferramentas e processos aplicáveis à gestão de todos os tipos de riscos subjacentes ao risco operacional, é complementado pelos quadros do tipo de risco operacional, pelas normas e pelas ferramentas de controlo e gestão do risco criadas pelos respetivos controladores de tipo de risco para os tipos de risco operacional que controlam. Estes incluem o seguinte no que diz respeito aos tipos de risco a seguir indicados:

- O departamento de conformidade realiza uma função independente de segundo nível que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei, além de conduzir a uma cultura de conformidade e conduta ética no banco. O departamento de conformidade assiste os negócios e trabalha com outros cargos da infraestrutura e com os reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco à gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com a apetência pelo risco do banco, e com o objetivo de ajudar o banco a detetar, mitigar e impedir violações da legislação e dos regulamentos. O departamento de conformidade realiza as principais atividades que se seguem: participação e gestão de questões regulamentares, em colaboração com Government & Regulatory Affairs; atuação como um consultor fidedigno; e identificação, avaliação, mitigação, monitorização e comunicação do risco de conformidade. Os resultados dessas avaliações são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de crime financeiro são geridos pela nossa função de Combate ao crime financeiro (AFC) através da manutenção e do desenvolvimento de um programa dedicado. O programa AFC tem por base os requisitos regulamentares e de supervisão. O AFC definiu funções e responsabilidades e estabeleceu funções dedicadas para a identificação e gestão de riscos de crime financeiro resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, não cumprimento de sanções e embargos, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, suborno e corrupção e outros crimes. O AFC assegura a atualização da sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de processos e controlos internos, avaliações de risco específico de instituições e formação dos colaboradores.
- O departamento jurídico (incluindo a governação do grupo) é uma função de infraestrutura, mandatada para fornecer aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração e às divisões e outras funções de infraestrutura, e a apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de governação do DB, bem como na gestão do risco jurídico e de governação do banco. Isto inclui principalmente, mas sem limitação:
  - Aconselhar o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização sobre aspetos jurídicos relacionados com as respetivas atividades
  - Aconselhar todas as unidades do Deutsche Bank acerca do cumprimento de requisitos legais ou regulamentares relacionados com as respetivas atividades
  - Gerir as relações jurídicas do Grupo Deutsche Bank com terceiros, ou entre entidades do Grupo
  - Apoiar outras unidades na gestão das interações do Grupo Deutsche Bank com autoridades reguladoras
  - Contratar e gerir os advogados utilizados pelo Grupo Deutsche Bank
  - Gerir todas as questões regulamentares relacionadas com litígio e outras questões controversas do Grupo Deutsche Bank (incluindo questões controversas de RH) e gerir a resposta do Grupo Deutsche Bank a investigações de autoridades reguladoras externas
  - Fornecer aconselhamento relativamente aos aspetos legais das investigações internas
  - Definir o quadro de governação global para o Deutsche Bank, facilitar a sua aplicação nas diversas unidades e avaliar a respetiva implementação
  - Desenvolver e garantir as estruturas de governação corporativa eficientes adequadas para apoiar na tomada de decisões eficientes, para alinhar o risco e a responsabilidade com base em cargos e responsabilidades coerentes e bem definidos
  - Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank para políticas e procedimentos e atuar como guardião para as políticas e procedimentos do Grupo
  - Garantir a qualidade adequada para todas as atividades supra referidas
- O RTC da NFRM atua como o controlador do tipo de risco para vários riscos operacionais. O respetivo mandato inclui controlos sobre atividades de processamento de transações, bem como riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, registos e segurança da informação e assegurar que os negócios dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de avaria técnica ou do edifício ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural, bem como qualquer risco físico de segurança. O RTC da NFRM também gere os riscos resultantes do envolvimento de fornecedores internos e externos do banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de fornecedor abrangente.

## Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia AMA. O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Desde o quarto trimestre de 2017, o capital económico está também definido no percentil 99,9%; consulte a secção "Adequação de capital interno". Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação da procura de capital, a NFRM visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

## Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2018, as nossas perdas totais de risco operacional diminuíram ainda mais mas continuaram a ser predominantemente motivadas por perdas e provisões resultantes de processos civis e execução regulamentar. Estas perdas contabilizam ainda até 67% das nossas perdas de risco operacional e correspondem à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional, mais dependente do nosso histórico de perdas a longo prazo. Para obter uma descrição dos nossos atuais processos legais e regulamentares, consulte a secção "Processos individuais atuais" na Nota 29 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas. As perdas de risco operacional resultantes de processos civis e de execução regulamentar diminuíram em 380 milhões de euros ou 67%, e as perdas de risco operacional não jurídico foram 86 milhões de euros ou 48% inferiores face a 2017.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no nosso perfil de risco operacional, dedicamos especial atenção à gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 29 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluímos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. Através deste modelo, o intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

## Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

### Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP) anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (GRC). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco que é aplicada ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez (LRM) como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta da apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com a gestão do risco de liquidez (LRM) e a empresa para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo opera no âmbito da liquidez global e da apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência pelo risco, através de um painel de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

### Emissão nos mercados de capitais

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria envia um Plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de emissão nos mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

### Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pela gestão do montante de tesouraria, bem como passivos garantidos gerados pela nossa divisão Corporate & Investment Bank. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites aprovados pelo Conselho de Administração para restringir a exposição do Banco a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos,

abrangendo as primeiras 8 semanas. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

## Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez de longo prazo baseada em fluxo de caixa contratual ou modelado em termos comportamentais é representada pela Matriz de financiamento.

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados modelo. A gestão do risco de liquidez é responsável pela definição dos cenários de esforço e pela validação independente de modelos de risco de liquidez. O relato e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) é responsável pela implementação destas metodologias em conjunto com a Tesouraria, LRM e o departamento de TI, bem como pelo cálculo de testes de esforço.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos sistémicos, tal como a crise dos mercados financeiros de 2008, bem como em eventos idiossincráticos.

O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço ("sNLP") do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. Uma crise global do mercado, por exemplo, é abrangida por um cenário de esforço específico (risco de mercado sistémico), que molda as potenciais consequências observadas durante a crise financeira de 2008. Adicionalmente, introduzimos cenários de esforço do mercado regional. No âmbito de cada um destes cenários, assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas para podermos suportar a franquia do nosso negócio. O financiamento por grosso da maioria das contrapartes sensíveis ao risco (incluindo bancos e fundos de investimento do mercado monetário) é assumido como concluído na maturidade contratual ou até mesmo recomprado, na fase de esforço aguda.

Além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual.

Posteriormente, modelamos as ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez e a geração de liquidez de ativos transacionáveis desonerados.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades jurídicas individuais definidas. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). Revemos os nossos pressupostos dos testes de esforço regularmente e efetuamos melhorias à metodologia e gravidade de determinados parâmetros no decorrer do ano de 2018.

Efetuamos diariamente os testes de esforço de liquidez ao longo de oito semanas, que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez, e aplicamos os pressupostos de esforço relevantes aos fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas, analisamos o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Esta análise de testes de esforço é realizada diariamente.

A apetência pelo risco de manter um excedente de, pelo menos, 10 mil milhões de euros durante o esforço de 8 semanas em todos os cenários para o nosso teste de esforço diário de divisas consolidado permaneceu neste nível ao longo do resto de 2018.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários diferentes.

## Rácio de cobertura de liquidez

Além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de

elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas.

Este requisito foi transposto para a legislação europeia através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

Em novembro de 2018, o Banco tornou a sua apetência pelo risco interno mais conservadora em 3%, a fim de manter um rácio de LCR de pelo menos 113%, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos explicitamente do LCR.

## Gestão do risco de financiamento

### Financiamento estrutural

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento a longo prazo é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume, divisa e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento global, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos).

### Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) foi proposto, como parte das regras de Basileia 3, como métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Na UE, a Comissão publicou uma proposta legislativa para alterar o regulamento CRR. A proposta define, *inter alia*, um requisito de NSFR quantitativo obrigatório, que seria aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta. A proposta permanece sujeita a alteração no processo legislativo da UE. Desta forma, para bancos domiciliados na UE, a definição final do rácio e o respetivo período de implementação ainda não foram confirmados.

Estamos atualmente no processo de avaliar os impactos do NSFR e esperamos incorporar formalmente esta métrica no nosso quadro global de gestão do risco de liquidez, assim que as regras e datas relevantes na UE sejam finalmente determinadas.

## Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis vêm dos mercados de capitais e dos clientes do setor bancário de transações, de capital e de retalho. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos líquidos detidos para negociação.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe). Adicionalmente, estabelecemos um programa para efeitos de emissão de Obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas).

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e overnight, com prazos sobretudo até um ano.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo e para promover um perfil de financiamento sólido, o que está em conformidade com a apetência pelo risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise diária de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

## Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios/regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e com a sua maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

No âmbito deste quadro, todos os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas de mercado. Essas taxas de mercado refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço. As transações relevantes para financiamento estão sujeitas a prémios de liquidez (em termos de prazo) e/ou outros mecanismos de preços de transferência de fundos, consoante as condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e refletem-se numa conta de liquidez segregada da Tesouraria que constitui o agregador de custos e benefícios de liquidez. A gestão e a afetação da base de custo da conta de liquidez é a variável-chave dos preços de transferência de fundos no Deutsche Bank.

## Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez incluem apenas ativos livremente transferíveis ou que podem ser utilizados após serem tidos em conta pedidos de liquidez locais dentro do Grupo, incluindo limites locais relativos à transferibilidade livre dentro do Grupo, ou podem ser aplicados em relação a saídas em esforço de entidades locais. Como resultado, as nossas reservas de liquidez excluem um excedente de liquidez detido na DBTCA devido aos requisitos nos termos da Secção 23A da Lei da Reserva

Federal dos EUA. Alguns requisitos intradiários são diretamente deduzidos no cálculo das Reservas de liquidez, enquanto outros são representados como saídas de caixa no nosso modelo de liquidez interno. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente nas principais dívidas, na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos.

## Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento seguro, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular da nossa divisão Corporate & Investment Bank. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos como onerados os ativos penhorados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, tal como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

## Gestão do risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer um défice de rendimento operacional devido a um desempenho mais baixo do que o esperado em receitas não compensadas por redução dos custos. O risco estratégico pode surgir de alterações ao ambiente competitivo ou quadro regulamentar ou de um posicionamento ineficaz na conjuntura macroeconómica. O risco estratégico poderá também surgir devido à não execução da estratégia e/ou à ausência da tomada de medidas eficazes para abordar um desempenho inferior.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

## Gestão do risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Fornecer uma avaliação do ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Temos vindo a implementar melhorias no nosso quadro de gestão do risco, e alcançámos um progresso significativo em 2018 nas três categorias de modelos subjacentes, incluindo:

- Progressos constantes na melhoria do ambiente de controlo para os modelos de preços ao longo de 2018, os quais se refletiram em reduções significativas nas exceções de utilização do modelo e no controlo de negociações em plataformas não estratégicas dentro da tolerância
- Identificação e inclusão de "Outros modelos" num inventário de modelos que completou uma linha de base transparente para todas as categorias de modelos, a partir da qual é possível medir, gerir e monitorizar o risco do modelo ao nível do grupo em 2019 e no futuro
- Os principais controlos continuam em vigor nos modelos de risco e capital, com a introdução do quadro de controlo de compensação para problemas de validação e um foco priorizado na remediação de determinados problemas.

A gestão optou por inculcar um quadro do risco do modelo robusto e coerente, no sentido de garantir que o quadro identifica, monitoriza e mede o risco de forma efetiva. O esforço centra-se na supervisão do conselho de administração, na identificação e criação de um inventário de modelos, num quadro único e coerente de política e governação, em práticas de desenvolvimento de modelos e numa validação do modelo efetiva e rigorosa.



## Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O quadro de risco de reputação (o Quadro) existe para gerir o risco de reputação principal. Este abrange o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação ex-ante e, assim, prevenir danos na reputação do Deutsche Bank sempre que possível. Os riscos de reputação que podem surgir de uma falha com outro tipo de risco, controlo ou processo (risco de reputação secundário) são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado. O Quadro é estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as divisões do Deutsche Bank. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro. A gestão do risco de reputação concebeu e implementou um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados para avaliar e controlar a eficácia do Quadro, incluindo no que diz respeito à identificação e referência do risco de reputação.

Se for identificada uma questão que seja considerada como constituindo, no mínimo, um risco de reputação moderado, exige-se que seja encaminhada para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade (RRAP da unidade). Na eventualidade de uma questão ser considerada como constituindo um risco de reputação significativo, tem de ser comunicada a um dos quatro Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional. Além da avaliação da importância, existem também determinados critérios, conhecidos como critérios de referência obrigatória, que são considerados como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de reputação e, por conseguinte, exigem uma referência obrigatória para especialistas em matéria da metodologia (SME) definidos, por exemplo, risco de reputação do setor ou sustentabilidade do Grupo, e/ou uma referência para um RRAP ou RRRC de unidade.

Os RRRC são subcomitês do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

## Concentração de risco e diversificação do risco

### Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de negócio), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e do risco estratégico). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com o tipo de risco, servem de base a essa atividade.
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2018 foi o Comité de Risco da Sociedade (ERC), que é um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC).

### Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

# Desempenho de capital e risco

## Capital, rácio de alavancagem e o MREL

### Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2018, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

### Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2017 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2022. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2017 e a Assembleia-Geral Anual de 2018 (24 de maio de 2018), foram comprados 22,8 milhões de ações, dos quais 4,4 milhões de ações foram adquiridos através de opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,3 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2018.

A Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2023. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2018 e 31 de dezembro de 2018, foram adquiridos 9,3 milhões de ações. As ações compradas serão utilizadas no próximo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,2 milhões a 31 de dezembro de 2018.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2018, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são reconhecidos como capital Tier 1 adicional nas provisões transitórias do CRR/CRD IV, podendo ainda ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2018, tal resultou em 7,6 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 3,0 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). 3,0 mil milhões de euros dos instrumentos híbridos Tier 1 já existentes ainda podem ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV fully loaded ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, o banco reembolsou um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nominal de 2,0 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 1,6 mil milhões de euros e outro instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nominal de 1,0 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 1,0 mil milhões de euros. O primeiro reembolso já foi desreconhecido como capital Tier 1 adicional regulamentar em 2017, com a data de entrada em vigor autorizada pelo BCE.

A 31 de dezembro de 2018, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 6,2 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2018, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor teórico bruto dos instrumentos de capital Tier 2 foi de 7,5 mil milhões de euros. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV ascendiam a 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 3,0 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição). Em 2018, o banco reembolsou um instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 21,0 mil milhões JPY e um valor equivalente elegível de 0,1 mil milhões de euros e outro instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 3,0 mil milhões JPY e um valor equivalente elegível de 0,0 mil milhões de euros. Estes reembolsos foram desreconhecidos como capital Tier 2 regulamentar em 2017, com a data de entrada em vigor autorizada pelo BCE.

## Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2018.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital foram introduzidos progressivamente desde 2016 (para além do amortecedor de risco sistémico, se existente, que não está sujeito a nenhuma introdução progressiva) e estarão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2019, introduzido progressivamente como 0,5% em 2016, 1,00% em 2017 e 1,50% em 2018. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira

(FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2018. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019, introduzido progressivamente como 0,625% em 2016, 1,25% em 2017 e 1,875% em 2018.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50 %. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2018, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,07%.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2018, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como outra instituição de importância sistémica global (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. Para o Deutsche Bank, o amortecedor O-SII foi introduzido em etapas de 0,66% em 2017, 1,32% em 2018 e 2,00% em 2019. A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico (não aplicável em 31 de dezembro de 2018), o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII. Por conseguinte, o amortecedor O-SII não é aplicável em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2). Em 19 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2018, na sequência dos resultados do SREP de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, a decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva, o qual é, em 31 de dezembro de 2018, de pelo menos 10,69% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,875 %, o amortecedor contracíclico de 0,07% (em 31 de dezembro de 2018) e o amortecedor G-SII de capital inicial de 1,50%. Correspondentemente, os requisitos do Deutsche Bank para rácio de capital Tier 1 eram de 12,19 % e para total de rácio de capital eram de 14,19 % em 31 de dezembro de 2018.

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Deutsche Bank tem de manter um rácio CET 1 de pelo menos 11,82% numa base consolidada, uma vez que o período de transição para o amortecedor de conservação de capital e os requisitos de amortecedor de capital G-SII terminaram e os níveis de amortecedor total de 2,50% e 2,00%, respetivamente, têm de ser cobertos por capital CET 1. Para resumir, o requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito inalterado de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50 %, o amortecedor contracíclico (0,07% no final do exercício de 2018) e o amortecedor G-SII de 2,00%. Do mesmo modo, os requisitos de 2019 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,32% e para o seu rácio de capital total em 15,32%. Em 8 de fevereiro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2019, na sequência dos resultados do SREP de 2018. A decisão deixou o requisito de Pilar 2 do Deutsche Bank e, conseqüentemente, os requisitos de capital CET 1 inalterados, como 2,75%, a partir de 1 de março de 2019. Além disso, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank nos anos 2018 e 2019 (delineados numa base de integração progressiva):

## Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2018	2019
<b>Pilar 1</b>		
Requisito mínimo de CET 1	4,50 %	4,50 %
Requisito de amortecedor combinado	3,44 %	4,57 %
Amortecedor de conservação de capital	1,875 %	2,50 %
Amortecedor contracíclico	0,07 % <sup>1</sup>	0,07 % <sup>1</sup>
Máximo de:	1,50 %	2,00 %
Amortecedor G-SII	1,50 %	2,00 %
Amortecedor O-SII	1,32 %	2,00 %
Amortecedor de risco sistémico	0,00 %	0,00 % <sup>2</sup>
<b>Pilar 2</b>		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,75 %	2,75 %
<b>Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2<sup>3</sup></b>	<b>10,69 %</b>	<b>11,82 %</b>
<b>Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2</b>	<b>12,19 %</b>	<b>13,32 %</b>
<b>Requisito de capital total do Pilar 1 e 2</b>	<b>14,19 %</b>	<b>15,32 %</b>

<sup>1</sup> O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. A taxa do amortecedor contracíclico para 2018 é idêntica à registada em 31 de dezembro de 2018. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2019 seja de 0,07 % devido à indisponibilidade de dados de 2019.

<sup>2</sup> Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0 % para o exercício projetado de 2019, sujeito a alterações com base em novas diretivas.

<sup>3</sup> O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

## Evolução do capital regulamentar

A 31 de dezembro de 2018, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 55,1 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 47,5 mil milhões de euros e capital AT1 de 7,6 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 2,5 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2017, principalmente motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 3,3 mil milhões de euros desde o final de 2017, enquanto o capital AT1 aumentou 0,8 mil milhões de euros no mesmo período.

A diminuição de 3,3 mil milhões de euros do capital CET 1 CRR/CRD IV foi principalmente motivada pelo aumento dos ajustamentos regulamentares devido a uma introdução progressiva de 100% em 2018, comparativamente à taxa de introdução progressiva de 80% em 2017. Com base nas orientações do BCE e no seguimento das diretrizes da EBA relativamente a compromissos de pagamento, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, o Deutsche Bank trata os compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e o Sistema de Garantia de Depósitos como uma dedução de capital CET 1 adicional em vez de ativos ponderados pelo risco. Esta dedução de capital era, em 31 de dezembro de 2018, de 0,6 mil milhões de euros. A adoção da norma IFRS 9, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, fez diminuir o capital em 0,4 mil milhões de euros. Adicionalmente, o nosso capital CET 1 foi reduzido em 0,5 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2018 devido ao pagamento dos nossos dividendos de ações ordinárias para o exercício de 2017 (11 cêntimos/ação, na sequência da Assembleia-Geral Anual) e ao pagamento anual do cupão AT1, o qual foi acumulado em capital CET 1 como consequência do resultado líquido negativo para o exercício de 2017, na sequência do Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Em 31 de dezembro de 2018, o nosso resultado líquido positivo de 0,3 mil milhões de euros com totalmente compensado pelos nossos dividendos de ações ordinárias e pela acumulação do cupão AT1 de 0,3 mil milhões de euros para o exercício de 2018, o que está alinhado com a decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou no fim do exercício em capital CET 1, em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Os efeitos negativos no capital CET 1 foram parcialmente compensados por um impacto positivo de 0,9 mil milhões de euros da nossa oferta pública inicial (IPO) do DWS Group GmbH & Co. KGaA (DWS).

O aumento de 0,8 mil milhões de euros em capital AT1 CRR/CRD IV foi o resultado dos efeitos positivos da redução nos ajustamentos regulamentares 1,7 mil milhões de euros que foram descontinuados progressivamente do capital AT1 e dos efeitos contrários negativos da compra e reembolso de um instrumento AT1 híbrido com um valor nominal de mil milhões de euros no segundo trimestre de 2018. Os ajustamentos regulamentares do capital AT1 refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras fully loaded, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de introdução progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 100% em 2018 (80% em 2017) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 0% em 2018 (20% em 2017).

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded, em 31 de dezembro de 2018, era de 52,1 mil milhões de euros, em comparação com 52,9 mil milhões de euros no final do exercício de 2017. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 47,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 48,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O nosso capital Tier 1 adicional de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2018, inalterado, quando comparado com o final de 2017.

A diminuição do nosso capital CET 1 fully loaded em 0,8 mil milhões de euros, comparativamente ao exercício de 2017, deveu-se principalmente à dedução dos compromissos de pagamento irrevogáveis ao Fundo Único de Resolução e aos Sistemas de Garantia de Depósitos, no montante total de 0,6 mil milhões de euros, ao impacto da adoção da norma IFRS 9,

no montante de 0,4 mil milhões de euros, ao pagamento dos dividendos de ações ordinárias, no valor de 11 cêntimos/ação, com um montante total de 0,2 mil milhões de euros e aos cupões AT1 de 0,3 mil milhões no segundo trimestre de 2018, bem como aos efeitos negativos dos ajustamentos regulamentares de filtros prudenciais, no valor de 0,3 mil milhões de euros (ajustamentos de avaliação adicionais). Estes efeitos negativos foram reduzidos por uma contribuição positiva do capital CET 1 de 0,9 mil milhões de euros da nossa IPO ao DWS.

#### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD IV <sup>1</sup>	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD I V
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas <sup>2</sup>	45 515	45 515	45 195	45 195
Retained earnings	16 297	16 297	17 977	17 977
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	382	382	696	660
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>3</sup>	0	0	(751)	(751)
Outros <sup>2</sup>	846	846	0	33
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>63 041</b>	<b>63 041</b>	<b>63 116</b>	<b>63 114</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 504)	(1 504)	(1 204)	(1 204)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(329)	(329)	(102)	(74)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 566)	(8 566)	(8 394)	(6 715)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2 758)	(2 758)	(3 004)	(2 403)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas <sup>4</sup>	(367)	(367)	(502)	(408)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(1 111)	(1 111)	(1 125)	(900)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(25)	(25)	(144)	(117)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10 % / 15 % e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10 % / 15 %) (montante negativo)	0	0	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>5</sup>	(895)	(895)	(341)	(485)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(15 555)</b>	<b>(15 555)</b>	<b>(14 816)</b>	<b>(12 306)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>47 486</b>	<b>47 486</b>	<b>48 300</b>	<b>50 808</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	3 009	N/S	3 904
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>4 676</b>	<b>7 685</b>	<b>4 676</b>	<b>8 579</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(80)	(80)	(55)	(26)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S	(1 730)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(80)</b>	<b>(80)</b>	<b>(55)</b>	<b>(1 756)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>4 595</b>	<b>7 604</b>	<b>4 621</b>	<b>6 823</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>52 082</b>	<b>55 091</b>	<b>52 921</b>	<b>57 631</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>9 211</b>	<b>6 202</b>	<b>10 329</b>	<b>6 384</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>61 292</b>	<b>61 292</b>	<b>63 250</b>	<b>64 016</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>350 432</b>	<b>350 432</b>	<b>344 212</b>	<b>343 316</b>
<b>Rácios de capital</b>				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6	14,0	14,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	14,9	15,7	15,4	16,8
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,5	17,5	18,4	18,6

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as regras transitórias de CRR/CRD IV (ou "introdução progressiva") ao abrigo das quais os ajustamentos regulamentares de CET 1 foram integrados progressivamente alcançaram uma taxa de 100%, juntamente com a taxa de descontinuação progressiva de 100% das participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias.

<sup>2</sup> A nossa IPO ao DWS levou a um contributo de 0,9 mil milhões de euros de capital CET 1, o qual é refletido em "Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas" no montante de 0,1 mil milhões de euros e participações minoritárias em "Outros", no valor de 0,8 mil milhões de euros.

<sup>3</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>4</sup> Com base no Artigo 159 CRR e nas recentes orientações fornecidas pela EBA (Q&A 2017\_3426) publicadas a 18 de janeiro de 2019, apenas serão utilizados os ajustamentos de valor adicionais do spread de créditos não realizados como ajustamentos de risco de crédito.

<sup>5</sup> Inclui 0,6 mil milhões de euros de dedução de capital, com efeitos a partir de janeiro de 2018, com base nas orientações da ECB e na sequência das diretrizes da EBA sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução e o Sistema de Garantia de Depósitos. Inclui adicionalmente uma dedução de capital de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank, com efeitos a partir de outubro de 2016, com base numa notificação da ECB em conformidade com os Artigos 16(1)(c) e 16(2)(d) do Regulamento (UE) N.º 1024/2013.

## Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	CRR/CRD IV	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico<sup>1</sup></b>	<b>62 495</b>	<b>63 174</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(33)	(58)
Of which:		
Capital realizado adicional	(12)	(6)
Retained earnings	(150)	(228)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	130	176
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>62 462</b>	<b>63 116</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado) <sup>1</sup>	846	33
Acumulação para cupões de dividendos e AT <sup>2</sup>	(267)	0
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	(35)
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>63 041</b>	<b>63 114</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(1 504)	(1 204)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(329)	(74)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	(144)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(8 566)	(6 715)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2 758)	(2 403)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(1 111)	(900)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	(1 287)	(866)
<b>Common Equity Tier 1 capital</b>	<b>47 486</b>	<b>50 808</b>

<sup>1</sup> A nossa IPO ao DWS levou a um contributo de 0,9 mil milhões de euros de capital CET 1, o qual é refletido em "Total do capital acionista por balanço contabilístico" no montante de 0,1 mil milhões de euros, e "Participações minoritárias", no valor de 0,8 mil milhões de euros.

<sup>2</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

## Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	CRR/CRD IV	
	doze meses terminados 31.12.2018	doze meses terminados 31.12.2017
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura</b>	<b>50 808</b>	<b>47 782</b>
Ações ordinárias, efeito líquido	0	1 760
Capital realizado adicional	327	6 153
Retained earnings	(662)	(795)
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(6)	(9)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(134)	(2 748)
Acumulação para cupões de dividendos e Tier 1 adicional (AT1) <sup>1</sup>	(267)	0
Ajustamentos de valor adicionais	(299)	194
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(1 850)	(1 653)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(355)	(91)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	41	(219)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(211)	(333)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10 % e 15 %, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	0	354
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	95	413
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho</b>	<b>47 486</b>	<b>50 808</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura</b>	<b>6 823</b>	<b>7 703</b>
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	0	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(1 008)	(2 376)
Regimes transitórios	1 730	1 708
Of which:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	1 679	1 696
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	59	(212)
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho</b>	<b>7 604</b>	<b>6 823</b>
<b>Tier 1 capital</b>	<b>55 091</b>	<b>57 631</b>
<b>Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho</b>	<b>6 202</b>	<b>6 384</b>
<b>Total do capital regulamentar</b>	<b>61 292</b>	<b>64 016</b>

<sup>1</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

## Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

### Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão de acordo com as regras de transição

	31.12.2018				
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	115 035	76 592	5 236	15 964	212 827
Risco de liquidação	39	0	0	47	86
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	7 642	202	112	42	7 997
Risco de mercado	37 446	89	0	0	37 535
Risco operacional	76 145	10 827	5 017	0	91 989
<b>Total</b>	<b>236 307</b>	<b>87 709</b>	<b>10 365</b>	<b>16 053</b>	<b>350 432</b>

	31.12.2017				
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	118 940	75 377	3 273	16 552	214 142
Risco de liquidação	142	0	0	5	147
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	6 189	171	84	7	6 451
Risco de mercado	30 896	70	0	0	30 966
Risco operacional	74 936	11 654	5 020	0	91 610
<b>Total</b>	<b>231 103</b>	<b>87 272</b>	<b>8 378</b>	<b>16 564</b>	<b>343 316</b>

Os RWA em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foram de 350,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face a 343,3 mil milhões de euros no final do exercício de 2017, os quais foram ainda sujeitos a regimes transitórios. O aumento em 7,1 mil milhões de euros foi principalmente motivado pelo Risco de mercado e pelos RWA de CVA. Estes últimos foram motivados por várias alterações de metodologia e política. O aumento dos RWA de risco de mercado de 6,6 mil milhões de euros foi motivado por uma negociação VaR sob esforço superior e por aumentos temporários no risco de concentração. Os RWA para risco de crédito diminuíram em 1,3 mil milhões de euros, motivados principalmente por recalibrações de parâmetros, bem como por alterações aos modelos e à metodologia, além de uma diminuição de RWA devido a melhorias na captação de liquidações pendentes para empréstimos em consórcio, que por sua vez foi compensado por RWA superiores devido ao crescimento do negócio nos nossos segmentos CIB e PCB.

A partir de 1 de janeiro de 2018, os RWA ao abrigo de regras transitórias é igual à medição fully loaded, uma vez que todos os regimes transitórios expiraram. Para 31 de dezembro de 2017, os RWA sob regras transitórias ainda reconheciam um subconjunto limitado de posições de capital de acordo com as regras de anterioridade, resultando em RWA transitórios de 343,3 mil milhões de euros, ligeiramente abaixo dos RWA fully loaded de 344,2 mil milhões de euros.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um rácio de capital de 8%.

### Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	<b>214 142</b>	<b>17 131</b>	<b>220 345</b>	<b>17 628</b>
Dimensão da carteira	4 086	327	3 523	282
Qualidade da carteira	(3 314)	(265)	506	40
Atualizações do modelo	(1 357)	(109)	1 272	102
Metodologia e política	(976)	(78)	0	0
Aquisições e alienações	(1 653)	(132)	0	0
Variações cambiais	2 536	203	(10 162)	(813)
Outros	(637)	(51)	(1 342)	(107)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	<b>212 827</b>	<b>17 026</b>	<b>214 142</b>	<b>17 131</b>



Of which: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado da contraparte

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	33 924	2 714	35 614	2 849
Dimensão da carteira	(8 235)	(659)	(4 628)	(370)
Qualidade da carteira	104	8	3 715	297
Atualizações do modelo	(850)	(68)	1 272	102
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	339	27	(2 048)	(164)
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	25 282	2 023	33 924	2 714

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A diminuição em RWA para risco de crédito de 0,6 % ou 1,3 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2017 foi motivada por alterações na qualidade da carteira e relacionadas com os modelos e a metodologia. A categoria "Qualidade da carteira" inclui reduções resultantes de recalibrações de parâmetros e melhorias aos dados. A categoria "Atualizações do modelo" fornece reduções adicionais, principalmente resultantes de melhorias no nosso método de modelo interno para os derivados. Adicionalmente, a categoria "Metodologia e política" reflete o desconhecimento dos compromissos de pagamento irrevogáveis ao Fundo Único de Resolução e ao Sistema de Garantia de Depósitos, os quais são deduzidos do capital CET 1 desde o início do exercício. A categoria "Outros" reflete principalmente o impacto líquido de RWA inferiores devido à melhoria do processo de captação de liquidações pendentes para empréstimos em consórcio e RWA superiores para posições de capital na sequência da descontinuação progressiva da respetiva provisão de anterioridade ao abrigo das regras transitórias de CRR/CRD IV. A categoria "Aquisições e alienações" fornece a redução nos RWA de risco de crédito, os quais estão relacionados com a venda parcial do nosso negócio de venda a retalho na Polónia. Estas reduções foram parcialmente compensadas por um aumento na categoria "Dimensão da carteira" e representam um crescimento do negócio nos nossos segmentos CIB e PCB, em adição a um aumento resultante de variações cambiais.

A diminuição do risco de crédito da contraparte é principalmente motivada pela cessação de negociações bem como por melhorias nos dados e garantias em vários negócios. Adicionalmente, a categoria "Atualizações do modelo" contribuiu para a diminuição global, a qual inclui o impacto de melhorias ao nosso método de modelo interno para derivados.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD IV, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	6 451	516	9 416	753
Variações dos níveis de risco	(770)	(62)	(3 228)	(258)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	0	0	0	0
Atualizações do modelo	0	0	0	0
Metodologia e política	2 028	162	870	70
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	288	23	(607)	(49)
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	7 997	640	6 451	516

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2018, os RWA para CVA ascendiam a 8,0 mil milhões de euros, representando um aumento de 1,5 mil milhões de euros (19%) face ao valor de 6,5 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2017. O aumento global foi motivado por alterações à "Metodologia e política", com alguma compensação resultante da redução do risco da carteira e dos efeitos cambiais. A principal alteração de políticas consistiu na inclusão de transações de financiamento de títulos, na sequência de uma alteração às diretrizes regulamentares.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

	31.12.2018						Total de requisitos de capital
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>4 380</b>	<b>10 896</b>	<b>9 871</b>	<b>56</b>	<b>5 763</b>	<b>30 966</b>	<b>2 477</b>
Variações dos níveis de risco	799	4 562	1 174	(3)	903	7 435	595
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(51)	0	0	0	(165)	(215)	(17)
Atualizações/alterações do modelo	108	431	80	0	(200)	420	34
Metodologia e política	131	537	(1 057)	(53)	(500)	(941)	(75)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	(223)	(223)	(18)
Variações cambiais	0	0	0	0	94	94	8
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>5 368</b>	<b>16 426</b>	<b>10 068</b>	<b>0</b>	<b>5 673</b>	<b>37 535</b>	<b>3 003</b>

	31.12.2017						Total de requisitos de capital
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano</b>	<b>5 957</b>	<b>14 271</b>	<b>8 662</b>	<b>273</b>	<b>4 599</b>	<b>33 762</b>	<b>2 701</b>
Variações dos níveis de risco	(1 658)	(3 375)	2 598	(217)	922	(1 729)	(138)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	81	0	0	0	581	661	53
Atualizações/alterações do modelo	0	0	(1 390)	0	(38)	(1 428)	(114)
Metodologia e política	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0	(301)	(301)	(24)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano</b>	<b>4 380</b>	<b>10 896</b>	<b>9 871</b>	<b>56</b>	<b>5 763</b>	<b>30 966</b>	<b>2 477</b>

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço (SVaR), requisitos de capital para riscos adicionais (IRC) e medida de risco global (CRM), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão, que estão incluídos na tabela sob a categoria "Outros". O cálculo do risco de mercado pelo método padrão, abrange titularizações de negociação e derivados de incumprimento n-ésimo, exposições a longevidade, Organismos de investimento coletivo e RWA para risco de mercado do Postbank.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2018, os RWA para o risco de mercado era, de 37,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 6,6 mil milhões de euros (21%) desde 31 de dezembro de 2017. Este aumento foi principalmente motivado pelo valor em risco em situação de esforço decorrente da categoria "Variações dos níveis de risco", como resultado dos benefícios da diversificação devido a alterações na composição da taxa de juro e em exposições relacionadas com o capital.

#### Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

	31.12.2018		31.12.2017	
em milhões de euros	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
<b>Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício</b>	<b>91 610</b>	<b>7 329</b>	<b>92 675</b>	<b>7 414</b>
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(2 847)	(228)	(2 815)	(225)
Evolução da perda esperada	5 407	433	1 104	88
Componente prospetiva de risco	484	39	(3 265)	(261)
Atualizações do modelo	(2 666)	(213)	3 912	313
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
<b>Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício</b>	<b>91 989</b>	<b>7 359</b>	<b>91 610</b>	<b>7 329</b>

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através das métricas de apetência de NFR e da classificação de RCA, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

O aumento dos RWA globais em 0,4 mil milhões de euros foi motivado por vários efeitos de compensação. Uma redução na intensidade dos litígios por toda a indústria, bem como uma diminuição dos níveis da provisão e das previsões jurídicas para o Deutsche Bank levaram a um perfil de perdas mais ligeiro integrado no nosso modelo de capital. Estas alterações do perfil de perda (internas e externas) reduziram os nossos RWA para risco operacional em 2,8 mil milhões de euros. Além disso, várias atualizações do modelo resultaram numa diminuição global dos RWA de 2,7 mil milhões de euros. Estas melhorias estão principalmente relacionadas com o alinhamento das ponderações para os dados de perdas internas e externas, mas também se devem à implementação do nosso processo melhorado de RCA. A diminuição resultante foi parcialmente compensada por alterações na componente prospetiva de risco, em que as métricas da apetência pelo risco e os resultados de RCA levaram a um aumento dos RWA de 0,5 mil milhões de euros. O impacto mais relevante, no entanto, teve origem na evolução das nossas perdas esperadas dedutíveis. Os nossos requisitos de capital derivam da diferença entre as perdas totais simuladas no nosso modelo AMA e as perdas esperadas dedutíveis. Os valores dedutíveis são calculados pelo mínimo das perdas totais médias projetadas pelo modelo e pelas nossas previsões de perdas do risco operacional. Em 2018, as perdas esperadas dedutíveis foram dominadas por estas últimas, as quais diminuíram de forma significativa devido à nossa previsão positiva da evolução do nosso perfil de risco operacional. A nossa estimativa simulada de perdas totais, a qual se baseia principalmente em informações históricas, foi menos reativa a esta tendência, pelo que a diferença entre ambos os montantes causou um aumento dos RWA de 5,4 mil milhões de euros.

## Capital económico

### Adequação de capital interno

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital interno dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo.

#### Total de oferta e procura de capital

em milhões de euros  
(exceto se indicado em contrário)

	31.12.2018	31.12.2017
<b>Oferta de capital</b>		
Capital próprio dos acionistas	62 495	63 174
Participações minoritárias <sup>1</sup>	900	0
Acumulações de cupões AT1	(218)	(213)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(26)	(29)
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(304)	(73)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1 504)	(1 204)
Ativos intangíveis	(9 141)	(8 839)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(3 090)	(3 341)
Défice para perda esperada	(367)	(502)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida <sup>2</sup>	(1 111)	(1 125)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	(11)	(131)
Crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds zur baupartechnischen Absicherung")	0	(19)
Outros ajustamentos <sup>3</sup>	(1 122)	(322)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional	4 675	4 675
<b>Oferta de capital</b>	<b>51 176</b>	<b>52 051</b>
<b>Total de requisitos de capital económico</b>		
Risco de crédito	10 610	10 769
Risco de mercado	10 341	10 428
Risco operacional	7 359	7 329
Risco de negócio	4 758	5 677
Vantagem de diversificação	(6 960)	(7 074)
<b>Procura de capital</b>	<b>26 108</b>	<b>27 129</b>
<b>Rácio de adequação de capital interno</b>	<b>196 %</b>	<b>192 %</b>

<sup>1</sup> Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

<sup>2</sup> Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.

<sup>3</sup> Inclui uma dedução de capital de 0,6 mil milhões de euros relativa a compromissos de pagamento irrevogáveis associados ao Fundo Único de Resolução e ao Sistema de Garantia de Depósitos, a partir de 1 de janeiro de 2018.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 196% em 31 de dezembro de 2018, face a 192% em 31 de dezembro de 2017. A alteração no rácio deveu-se sobretudo a uma diminuição na procura de capital parcialmente compensada por uma diminuição na oferta de capital. A oferta de capital diminuiu em 0,9 mil milhões de euros, principalmente motivada pelos efeitos negativos da dedução de compromissos de pagamento irrevogáveis ao Fundo Único de Resolução e aos Sistemas de Garantia de Depósitos no valor de 0,6 mil milhões de euros, pela adoção da norma IFRS 9, com um impacto no valor de 0,4 mil milhões de euros, por perdas não realizadas 0,3 mil milhões de euros decorrentes de alterações à taxa de juro, pela dedução de ajustamentos de valor adicionais, no valor de 0,3 mil milhões de euros e pelo pagamento de dividendos de ações ordinárias, no montante de 0,2 mil milhões de euros. Estes efeitos negativos foram parcialmente reduzidos pelo contributo positivo de mil milhões de euros da nossa oferta pública inicial (IPO) ao DWS Group GmbH & Co. KGaA (“DWS”). A diminuição na procura de capital deveu-se a uma utilização de capital económico inferior, conforme explicado na secção “Perfil de risco”.

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo Deutsche Bank consolidado e são parte integrante da nossa estrutura de gestão de risco e capital.

## Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

### Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório, as propostas legislativas integradas no Tríplice Europeu incluem um requisito mínimo de 3%, mas as datas de implementação propostas são diferentes. As regras finais de Basileia que foram publicadas em dezembro de 2017 também incluem um requisito de margem para o rácio de alavancagem adicional para bancos identificados como instituições de importância sistémica global (“G-SII”) de 50% do amortecedor do G-SII. Os detalhes da implementação e a calendarização da aplicação deste amortecedor do rácio de alavancagem adicional estão sujeitos a finalização do processo legislativo.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base fully loaded, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. Além disso, fornecemos o rácio de alavancagem numa base de integração progressiva, conforme apresentado abaixo nas tabelas.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela “Divulgação comum de rácio de alavancagem” abaixo. O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base fully loaded, em conformidade com as tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016. Para informações adicionais, também incluem os números iniciais.

#### Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas</b>	<b>1 348</b>	<b>1 475</b>
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	0	5
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(140)	(172)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	14	41
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	99	95
Outros ajustamentos	(49)	(50)
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 395</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 396</b>

#### Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018	31.12.2017
Total de exposições a derivados	159	166
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	103	158
Total de exposições extrapatrimoniais	99	95
Outros ativos	925	990
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1 <sup>1</sup>	(13)	(14)
<b>Rácio de capital Tier 1 (fully loaded)</b>	<b>52,1</b>	<b>52,9</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 395</b>
<b>Rácio de alavancagem (fully loaded, em %)</b>	<b>4,1</b>	<b>3,8</b>
<b>Capital Tier 1 (inicial)</b>	<b>55,1</b>	<b>57,6</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 396</b>
<b>Rácio de alavancagem (inicial, em %)</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>

<sup>1</sup> Utilizando uma definição fully loaded de capital Tier 1. O montante, utilizando uma definição transitória de capital Tier 1, é de (13) mil milhões de euros e (13) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

## Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2018

Em 31 de dezembro de 2018, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded era de 4,1%, em comparação com 3,8 % em 31 de dezembro de 2017, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2018, um capital Tier 1 fully loaded de 52,1 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1273 mil milhões de euros (52,9 mil milhões de euros e 1395 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV em conformidade com provisões transitórias era de 4,3% em 31 de dezembro de 2018 (4,1% em 31 de dezembro de 2017), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 55,1 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1273 mil milhões de euros (57,6 mil milhões de euros e 1396 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente). A partir de 1 de janeiro de 2018, a medida de exposição com regras transitórias é igual à medida de exposição fully loaded, ao passo que era de mil milhões de euros superior em 31 de dezembro de 2017, uma vez que os montantes de ativos deduzidos para determinar o capital Tier 1 eram inferiores, em conformidade com as regras transitórias.

Durante o ano de 2018, a nossa exposição a rácio de alavancagem diminuiu 122 mil milhões de euros, para 1273 mil milhões de euros. Isto é sobretudo motivado pela redução de 55 mil milhões de euros em exposições a SFT, refletindo uma diminuição do balanço em itens relativos a SFT (títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e valores a receber de corretagem prime), bem como complementos inferiores para risco de crédito da contraparte devido ao reconhecimento prolongado de garantias colaterais. A redução de 65 mil milhões de euros em Outros ativos reflete o desenvolvimento no nosso balanço, em particular no que diz respeito aos saldos de numerário do banco central/interbancários, os quais diminuíram em 37 mil milhões de euros, e aos ativos detidos para negociação não derivados, os quais diminuíram em 33 mil milhões de euros. Os derivados diminuíram em 7 mil milhões de euros a partir de complementos inferiores para a potencial exposição futura. As exposições extrapatrimoniais aumentaram ligeiramente em 4 mil milhões de euros, correspondentes a valores nocionais superiores por compromissos de crédito irrevogáveis.

A diminuição da exposição a rácio de alavancagem em 2018 inclui um impacto cambial positivo de 26 mil milhões de euros, sobretudo devido à desvalorização do euro em relação ao dólar americano.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 20 em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a 22 em 31 de dezembro de 2017.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção “Capital regulamentar” neste relatório.

## Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (“MREL”)

### Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (“MREL”) foi introduzido através da regulamentação da União Europeia, a qual estabeleceu regras homogêneas e um procedimento homogêneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou “Regulamento MUR”) e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou “BRRD”), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado caso a caso, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução (“CUR”). Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, a BRRD e uma regulamentação delegada definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política publicada anualmente pelo CUR.

No segundo trimestre de 2018, o CUR definiu um rácio vinculativo de MREL para o Deutsche Bank, o qual foi comunicado através da Autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, “BaFin”). O rácio de MREL numa base consolidada foi definido como 9,14% do total do passivo e fundos próprios (“TLOF”) e aplicado imediatamente. O TLOF consiste principalmente no total do passivo de IFRS, refletindo o âmbito regulamentar da consolidação, após a consideração dos derivados de compensação e dos fundos próprios, ou seja, do capital regulamentar. O rácio de MREL será revisto anualmente pelo CUR.

O Deutsche Bank AG, enquanto banco de importância sistémica global, também estará sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (“TLAC”). O requisito de TLAC será implementado pelo pacote de reformas bancárias de novembro de 2016, relativamente ao qual o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo político provisório em dezembro de 2018. Esperamos que os requisitos de TLAC sejam implementados imediatamente quando as provisões do pacote de reformas bancárias entrarem em vigor, o que atualmente se espera que ocorra na primeira metade de 2019.

O pacote de reformas bancárias implementa o TLAC através da introdução de um novo requisito de MREL de “Pilar 1” para instituições de importância sistémica globais, como é o caso do Deutsche Bank. Este novo requisito é baseado em denominadores baseados em risco e não baseados em risco e espera-se que seja definido no valor mais elevado de 18% da exposição total ao risco e de 6,75% da medida de exposição a rácio de alavancagem, após um período de transição. Além disso, as autoridades competentes terão a capacidade de impor um requisito adicional de MREL para instituições de importância sistémica global. Os requisitos TLAC e MREL foram especificamente concebidos para exigir aos bancos que mantenham uma quantidade suficiente de instrumentos elegíveis para absorver perdas em resolução com o objetivo de assegurar que os bancos em dificuldades podem ser resgatados sem recorrer ao dinheiro dos contribuintes.

## Desenvolvimento do rácio de MREL

A 31 de dezembro de 2018, o TLOF era de 1058 mil milhões de euros e o MREL disponível era de 118 mil milhões de euros, correspondendo a um rácio de 11,14%. Isto significa que o Deutsche Bank tem um amortecedor confortável de fundos próprios e passivos elegíveis de 21 mil milhões de euros acima do nosso MREL, de 97 mil milhões de euros (ou seja, 9,14% do TLOF).

### Divulgação do MREL

em milhões de euros  
(exceto se indicado em contrário)

	31.12.2018
<b>Elementos de capital regulamentar do MREL</b>	
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	47 486
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de MREL	7 604
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de MREL	
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao MREL	6 202
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para MREL	745
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de MREL	6 947
<b>Elementos do total do capital regulamentar do MREL</b>	<b>62 037</b>
<b>Outros elementos do MREL</b>	
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	54 852
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	1 020
<b>Total de outros elementos do MREL</b>	<b>55 872</b>
<b>Total do passivo e fundos próprios após compensação prudencial (TLOF)</b>	<b>1 058 484</b>
<b>Rácio de MREL</b>	
Rácio de MREL (como percentagem do TLOF)	11,14%

## Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de uma quantidade suficiente de instrumentos elegíveis. Os instrumentos elegíveis para o MREL são os instrumentos de capital regulamentares ("fundos próprios") e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado "passivo elegível".

Os fundos próprios utilizados para o MREL excluem instrumentos de capital Tier 2 com uma maturidade residual inferior a um ano e incluem a quantidade total de instrumentos de capital Tier 2 com uma maturidade superior a um ano e inferior a cinco anos, os quais são excluídos do capital regulamentar

Os passivos elegíveis consistem em passivos que cumpram os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perda. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de clientes privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos, os passivos de derivados e as notas estruturadas são geralmente excluídos. Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva.

O pacote de reformas bancárias irá introduzir critérios de elegibilidade adicionais que as instituições de importância sistémica global terão de cumprir relativamente ao TLAC e a qualquer requisito adicional de MREL, nomeadamente um requisito de subordinação. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos dívida subordinada classificados como "não preferenciais sénior" abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida "sénior não preferencial" emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das novas regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como "sénior não preferencial" ao abrigo das regras anteriores. O Deutsche Bank baseia-se predominantemente nos instrumentos de dívida "sénior não preferencial" do Deutsche Bank AG como passivos elegíveis para o MREL.

## Exposição ao risco de crédito

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39 e são apresentados no formato antigo. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis. Para obter informações adicionais, consulte o capítulo “Análise de impacto da transição de IFRS 9” na Nota 2 “Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas” das demonstrações financeiras consolidadas.

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. O risco de incumprimento também decorre das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

### Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A tabela também apresenta as exposições sujeitas a imparidades com a norma IFRS 9. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.



## Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2018					
	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Aumentos de crédito			
em milhões de euros			Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	188 736	188 736	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 885	8 885	-	4	0	4
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8 222	8 222	-	7 734	-	7 734
Títulos obtidos por empréstimo	3 396	3 396	-	0	-	0
Loans	404 537	404 537	-	224 353	16 582	240 934
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	71 899	65 010	29 073	3 199	79	32 352
Títulos detidos até à maturidade	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>685 676</b>	<b>678 787</b>	<b>29 073</b>	<b>235 290</b>	<b>16 661</b>	<b>281 024</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>5</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	96 966	-	-	677	155	831
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320 058	-	250 231	48 548	82	298 861
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	97 771	-	245	67 385	0	67 630
Of which:						
Títulos comprados com acordos de revenda	44 543	-	245	43 258	0	43 503
Títulos obtidos por empréstimo	24 210	-	-	24 003	0	24 003
Loans	12 741	-	-	125	0	125
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	104	-	-	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>514 899</b>	<b>-</b>	<b>250 476</b>	<b>116 610</b>	<b>237</b>	<b>367 323</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de OCI</b>						
OCI	51 182	51 182	0	1 488	520	2 008
Of which:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1 097	1 097	-	621	0	621
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Loans	5 092	5 092	-	450	104	554
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de OCI</b>	<b>51 182</b>	<b>51 182</b>	<b>-</b>	<b>1 488</b>	<b>520</b>	<b>2 008</b>
<b>Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito<sup>7</sup></b>	<b>51 605</b>	<b>51 605</b>	<b>-</b>	<b>3 375</b>	<b>5 291</b>	<b>8 666</b>
<b>Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito<sup>7</sup></b>	<b>212 049</b>	<b>211 055</b>	<b>-</b>	<b>16 418</b>	<b>4 734</b>	<b>21 152</b>
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>263 654</b>	<b>262 659</b>	<b>-</b>	<b>19 793</b>	<b>10 025</b>	<b>29 818</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1 515 410</b>	<b>992 628</b>	<b>279 550</b>	<b>373 181</b>	<b>27 443</b>	<b>680 173</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nacional vendido (415 967 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nacional adquirido.

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente.

<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nominais.

em milhões de euros. <sup>1</sup>	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>2</sup>	31.12.2017			
		Aumentos de crédito			Total de aumentos de crédito
		Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>3</sup>	
Caixa e saldos do banco central	225 655	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	-	0	7	7
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 971	-	9 914	-	9 914
Títulos obtidos por empréstimo	16 732	-	15 755	-	15 755
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>4</sup>	550 313	286 149	136 650	265	423 065
Ativos detidos para negociação	98 730	-	2 635	146	2 781
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	285 421	52 797	119	338 338
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90 551	728	81 218	0	81 946
Of which:					
Títulos comprados com acordos de revenda	57 843	728	56 566	0	57 294
Títulos obtidos por empréstimo	20 254	-	20 034	0	20 034
Ativos financeiros disponíveis para venda <sup>4</sup>	47 766	-	559	0	559
Empréstimos <sup>5</sup>	405 621	-	211 578	20 063	231 641
Títulos detidos até à maturidade	3 170	-	-	-	-
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	66 900	29 854	1 514	56	31 424
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>6</sup>	48 212	-	4 024	6 579	10 604
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>6</sup>	158 253	-	7 544	1 759	9 303
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1 541 858</b>	<b>316 003</b>	<b>387 538</b>	<b>28 730</b>	<b>732 271</b>

<sup>1</sup> Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

<sup>2</sup> Não inclui crédito derivado notional vendido (828 804 milhões de euros) e proteção de crédito derivado notional adquirido.

<sup>3</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor notional do subjacente.

<sup>4</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>5</sup> Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

<sup>6</sup> Os números são refletidos nos valores nominais. Os compromissos revogáveis não incluídos no ano foram de 45,1 mil milhões de euros.

A diminuição global da exposição máxima ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2018 é de 26,4 mil milhões de euros, sobretudo motivada por uma diminuição de 41 mil milhões de euros dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, e os saldos de numerário e do banco central diminuíram em 36,9 mil milhões de euros, compensados por um aumento devido à inclusão pela primeira vez dos compromissos de crédito revogáveis, no valor de 44,3 mil milhões de euros.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2018, obrigações negociadas no valor de 85,2 mil milhões de euros (87,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), mais de 79% das quais com notação investment-grade (mais de 82% em 31 de dezembro de 2017).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

## Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), títulos de dívida e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são créditos brutos, tal como reportado no nosso balanço ao custo amortizado e empréstimos ao justo valor através outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, além de incluírem empréstimos ao justo valor através dos resultados. Isto inclui os “empréstimos negociados” comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis” consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os “passivos contingentes” consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verifiquem os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.

- Os “títulos de dívida” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria ao justo valor através dos resultados. Isto inclui as “obrigações negociadas”, que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra” consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

### Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

em milhões de euros	31.12.2018						Derivados do mercado de balcão ao justo valor através dos resultados <sup>4</sup>
	ao custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	Loans ao justo valor através de OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Extrapatrimoniais Passivos contingentes	
Corporate & Investment Bank	135 078	11 462	12 532	5 092	168 332	48 871	27 028
Private & Commercial Bank	269 175	0	209	0	43 331	2 638	353
Gestão dos Activos	68	0	0	0	117	14	0
Corporate & Other	216	0	0	0	269	81	37
<b>Total</b>	<b>404 537</b>	<b>11 462</b>	<b>12 741</b>	<b>5 092</b>	<b>212 049</b>	<b>51 605</b>	<b>27 417</b>

em milhões de euros	31.12.2018						
	ao custo amortizado <sup>5</sup>	ao justo valor através dos resultados	Títulos de dívida ao justo valor através de OCI <sup>6</sup>	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup> ao custo amortizado <sup>8</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>9</sup>	Total
Corporate & Investment Bank	579	88 451	1 032	11 348	64 684	0	574 488
Private & Commercial Bank	4 569	19	7 799	260	0	0	328 353
Gestão dos Activos	0	419	0	0	0	0	618
Corporate & Other	51	3 776	36 162	11	4 068	1 097	45 768
<b>Total</b>	<b>5 199</b>	<b>92 664</b>	<b>44 993</b>	<b>11 618</b>	<b>68 752</b>	<b>1 097</b>	<b>949 227</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

<sup>8</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>9</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

em milhões de euros	31.12.2017								
	Loans		Extrapatrimoniais		Derivados de OTC <sup>3</sup>	Debt securities		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>4</sup>	Total
	Empréstimos <sup>1</sup>	Empréstimos negociados	Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>2</sup>	Passivos contingentes	Derivados de OTC <sup>3</sup>	Títulos de dívida <sup>4</sup>	Obrigações negociadas	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>4</sup>	Total
Corporate & Investment Bank	137 954	10 875	141 892	45 342	30 993	2 667	83 067	99 335	552 125
Private & Commercial Bank	267 554	1	16 201	2 802	422	14 421	0	835	302 235
Gestão dos Activos	87	0	53	16	0	39	67	0	262
Corporate & Other	26	0	107	52	15	31 124	4 130	4 630	40 084
<b>Total</b>	<b>405 621</b>	<b>10 876</b>	<b>158 253</b>	<b>48 212</b>	<b>31 430</b>	<b>48 251</b>	<b>87 264</b>	<b>104 800</b>	<b>894 707</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>4</sup> Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

<sup>5</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39 e são apresentados no formato antigo. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis. Para obter informações adicionais, consulte o capítulo “Análise de impacto da transição de IFRS 9” na Nota 2 “Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas” das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa principal exposição ao crédito aumentou 54,5 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, os aumentos na exposição observam-se em todas as divisões. Os detalhes relativos à exposição ao crédito do Corporate & Investment Bank e do Private & Commercial Bank são fornecidos nas secções que se seguem. A categoria “Corporate & Other” consiste principalmente em exposições de tesouraria.
- De uma perspetiva do produto, foram observados aumentos significativos na exposição devido à inclusão pela primeira vez dos compromissos de crédito revogáveis e à inclusão de todas as categorias de empréstimos, como parte da introdução da norma IFRS 9. Este aumento foi parcialmente compensado pela diminuição dos acordos de recompra devido à redução gerida.

#### Principais categorias de exposição ao crédito por setor

em milhões de euros							31.12.2018
	ao custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	Loans ao justo valor através de OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Extrapatrimoniais Passivos contingentes	Derivados do mercado de balcão ao justo valor através dos resultados <sup>4</sup>
Agricultura, exploração florestal e pesca	640	15	0	0	541	40	5
Indústria mineira e de extração de minérios	2 995	563	0	141	6 094	1 505	210
Manufacturing	28 342	786	7	1 831	45 296	11 985	1 378
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3 210	284	57	3	4 908	1 563	452
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	867	28	0	0	399	155	181
Construction	3 902	495	0	25	3 638	2 089	338
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20 293	488	215	875	14 380	5 058	317
Transporte e armazenamento	5 774	647	48	79	5 059	920	1 017
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2 026	40	0	28	1 761	195	158
Information and communication	4 372	505	29	374	17 277	2 061	793
Atividades financeiras e de seguros	77 628	3 530	11 845	882	62 739	22 191	17 415
Atividades imobiliárias	33 432	1 538	88	95	5 375	221	1 084
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6 590	239	0	190	4 172	1 708	47
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7 381	338	169	34	4 835	451	628
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8 917	1 160	203	472	978	48	2 088
Educação	698	1	0	0	76	18	362
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3 483	104	0	31	1 862	124	239
Artes, entretenimento e atividades de lazer	859	71	0	21	873	38	13
Outras atividades de serviços	4 720	520	77	10	2 406	708	157
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	188 407	85	2	0	29 372	522	347
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	25	0	0	7	6	188
<b>Total</b>	<b>404 537</b>	<b>11 462</b>	<b>12 741</b>	<b>5 092</b>	<b>212 049</b>	<b>51 605</b>	<b>27 417</b>

31.12.2018

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	ao custo amortizado <sup>5</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado <sup>8</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>8</sup>	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	9	0	0	0	0	1 251
Indústria mineira e de extração de minérios	119	481	5	0	0	0	12 113
Manufacturing	472	1 245	47	0	0	0	91 389
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	374	631	45	0	0	0	11 527
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	5	36	0	0	0	0	1 670
Construction	35	585	59	0	0	0	11 165
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	87	224	1	0	0	0	41 938
Transporte e armazenamento	100	608	55	0	0	0	14 308
Atividades de serviços de alojamento e restauração	21	25	0	0	0	0	4 254
Information and communication	168	724	505	0	0	0	26 810
Atividades financeiras e de seguros	2 771	18 102	16 219	10 668	66 949	1 097	312 035
Atividades imobiliárias	84	1 928	23	6	28	0	43 903
Atividades profissionais, científicas e técnicas	23	306	0	0	0	0	13 275
Atividades de serviços administrativos e de apoio	38	160	0	434	131	0	14 599
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	797	63 468	27 892	510	1 631	0	108 165
Educação	0	121	0	0	0	0	1 275
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	474	63	0	0	0	6 381
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	398	0	0	0	0	2 273
Outras atividades de serviços	43	2 691	26	0	13	0	11 371
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	218 735
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	62	448	54	0	0	0	790
<b>Total</b>	<b>5 199</b>	<b>92 664</b>	<b>44 993</b>	<b>11 618</b>	<b>68 752</b>	<b>1 097</b>	<b>949 227</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

<sup>8</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>9</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

31.12.2017

em milhões de euros	Loans		Extrapatrimoniais		Derivados de OTC <sup>3</sup>	Debt securities		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>4</sup>	Total
	Empréstimos <sup>1</sup>	Empréstimos negociados	Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>2</sup>	Passivos contingentes	Derivados de OTC <sup>3</sup>	Títulos de dívida <sup>4</sup>	Obrigações negociadas	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>5</sup>	
Intermediação financeira	52 087	1 635	31 839	9 407	17 991	15 590	16 982	100 006	245 536
Atividades de gestão de fundos	18 668	306	6 213	173	1 232	53	737	44	27 426
Manufacturing	27 569	628	38 450	14 893	1 347	294	1 991	0	85 172
Comércio grossista e de retalho	19 246	388	10 684	5 623	413	50	501	0	36 905
Famílias	186 687	74	9 975	671	398	0	0	0	197 805
Atividades imobiliárias comerciais	29 180	2 080	4 343	508	1 185	1	1 468	41	38 806
Setor público	13 510	611	844	138	3 510	30 301	54 989	4 694	108 597
Outros <sup>6</sup>	58 674	5 154	55 904	16 799	5 353	1 963	10 596	16	154 459
<b>Total</b>	<b>405 621</b>	<b>10 876</b>	<b>158 253</b>	<b>48 212</b>	<b>31 430</b>	<b>48 251</b>	<b>87 264</b>	<b>104 800</b>	<b>894 707</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>4</sup> Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

<sup>5</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

<sup>6</sup> As principais indústrias na categoria "Other" foram: Setor imobiliário não comercial (63,4 mil milhões de euros), Transporte; armazenamento e comunicação (28,2 mil milhões de euros), outros serviços sociais comunitários e pessoais (14,1 mil milhões de euros), fornecimento de eletricidade, gás e água (12,8 mil milhões de euros), construção (11,7 mil milhões de euros) e indústria mineira e de extração de minérios (10,0 mil milhões de euros).

As tabelas acima fornecem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores. A tabela relativa a 2018 fornece uma discriminação adicional das indústrias, para efeitos de maior transparência.

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos "Princípios de gestão do risco de crédito", incluindo vários controles conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicância, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição de empréstimos familiares está principalmente associada às nossas carteiras do Private & Commercial Bank.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados.

O Grupo de Imóveis Comerciais só em casos excecionais retém exposições intermédias (mezzanine) (apesar de subscrevermos empréstimos mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior. Os empréstimos gerados por operações de distribuição são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora, que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto, que são geralmente investment-grade. Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nominais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 8% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 8% em 31 de dezembro de 2017. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição ao crédito global no setor das Atividades financeiras e de seguros é composto principalmente por exposições “investment-grade”.

Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 93,9 mil milhões de euros, os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 78,7 mil milhões de euros e as atividades de créditos com um valor de 62,7 mil milhões de euros em 31 de 2018, integradas nas atividades financeiras e de seguros, estão principalmente associadas às carteiras do Corporate & Investment Bank e são detidas na sua maioria nas regiões da América do Norte e da Europa.

A declaração relativa às indústrias em destaque a seguir indicadas segue o parecer da Gestão do risco de crédito em relação às indústrias, que pode ser distinto da afetação com base nos códigos NACE.

Em 31 de dezembro de 2018, as nossas exposições de empréstimos e passivos contingentes na indústria dos “Transportes marítimos e outras indústrias navais” foi reduzida de forma significativa, de 4,8 mil milhões de euros para 3,3 mil milhões de euros. Além dos empréstimos clássicos para a indústria naval, isto inclui 0,6 mil milhões de euros para instalações portuárias e estaleiros, 0,2 mil milhões de euros para posições de empréstimos negociados e 0,3 mil milhões de euros para titularizações de navios, uma área que foi expandida ao longo do ano e que corresponde a 0,7 mil milhões de euros dos mil milhões de euros em compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. Em linha com a nossa estratégia, o risco da exposição em empréstimos clássicos de longo prazo para a indústria naval foi reduzido de forma significativa em cerca de 1,5 mil milhões de euros para 2,2 mil milhões de euros, como resultado de várias vendas de navios ou empréstimos e de uma carteira de transações de vendas de empréstimos envolvendo 0,8 mil milhões de euros em empréstimos subjacentes. Embora a transação tenha sido executada com êxito e liquidada em julho de 2018, esperamos concretizar 0,3 mil milhões de euros em reduções de empréstimos provenientes desta transação apenas em 2019, devido a um adiamento do processo de transferência dos empréstimos. A restante carteira de créditos para a indústria naval apresenta melhorias ao nível das métricas de crédito, resultando numa redução dos ativos ponderados pelo risco em cerca de mil milhões de euros, e continua a beneficiar de uma diversificação satisfatória em vários setores e grupos de clientes. Motivados por melhorias nos mercados do transporte marítimo de contentores e de mercadorias a granel, bem como por preços de vendas favoráveis, ocorreram alguns desembolsos de provisões de perdas de créditos em 2018 e esta carteira já não será reportada como uma carteira central.

#### Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

em milhões de euros	31.12.2018						
	Loans	Extrapatrimoniais		Derivados do mercado de balcão			
	ao custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>2</sup>	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados <sup>4</sup>
Europa	293 979	3 829	9 905	1 785	111 675	31 174	16 390
Of which:							
Alemanha	207 429	497	304	390	61 587	12 193	1 403
Reino Unido	5 553	671	1 331	278	7 304	3 127	5 766
França	2 415	123	212	81	5 025	2 460	826
Luxemburgo	7 543	533	6 920	41	6 682	875	933
Itália	21 363	373	99	0	3 417	3 416	1 174
Netherlands	7 968	125	41	384	9 384	1 470	1 984
Spain	16 729	320	57	67	2 507	3 167	931
Irlanda	5 792	230	324	166	3 430	153	772
Switzerland	5 960	31	127	208	3 996	2 419	251
Poland	3 135	0	5	0	301	132	53
Belgium	988	2	53	84	1 986	395	264
Outros países da Europa	9 104	924	431	85	6 057	1 366	2 033
North America	65 716	4 383	2 365	2 311	91 672	9 274	8 011
Of which:							
EUA	53 195	4 036	2 358	2 209	85 445	8 797	6 196
Cayman Islands	2 562	55	7	0	2 151	17	756
Canada	2 181	48	0	102	2 649	76	828
Outros países da América do Norte	7 778	244	0	0	1 427	384	232
Ásia e Pacífico	38 176	1 794	471	863	7 052	9 591	2 391
Of which:							
Japan	1 682	37	0	123	334	236	362
Australia	1 224	177	417	11	2 016	135	358
India	7 355	188	18	3	782	2 061	115
China	4 530	60	0	18	346	1 101	399
Singapura	6 136	238	0	109	1 063	992	192
Hong Kong	4 026	203	0	17	1 023	586	138
Outros países da Ásia e Pacífico	13 223	893	37	582	1 489	4 480	827
Outras áreas geográficas	6 667	1 456	0	132	1 651	1 566	625
<b>Total</b>	<b>404 537</b>	<b>11 462</b>	<b>12 741</b>	<b>5 092</b>	<b>212 049</b>	<b>51 605</b>	<b>27 417</b>

							31.12.2018
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>			Total
	ao custo amortizado <sup>5</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado <sup>8</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>9</sup>	
Europa	4 467	36 459	24 922	4 394	14 342	316	553 638
Of which:							
Alemanha	1 443	6 685	9 597	925	899	2	303 352
Reino Unido	182	14 552	2 499	966	4 379	0	46 608
França	714	3 061	1 559	0	3 681	0	20 157
Luxemburgo	167	1 332	3 474	89	1 206	0	29 796
Itália	249	2 707	1 146	578	1 040	0	35 563
Netherlands	592	1 785	1 219	0	179	0	25 130
Spain	168	2 146	504	379	529	0	27 504
Irlanda	91	920	215	0	1 277	0	13 370
Switzerland	40	560	119	112	316	0	14 139
Poland	0	130	2 387	0	0	0	6 144
Belgium	139	542	481	0	0	0	4 935
Outros países da Europa	682	2 038	1 724	1 344	836	315	26 938
North America	237	34 356	14 491	1 942	45 548	0	280 306
Of which:							
EUA	220	33 112	13 915	1 275	30 428	0	241 186
Cayman Islands	0	631	9	655	14 094	0	20 937
Canada	0	419	556	0	847	0	7 707
Outros países da América do Norte	17	194	10	12	178	0	10 476
Ásia e Pacífico	495	19 343	5 037	4 567	8 625	226	98 632
Of which:							
Japan	63	3 142	8	2 752	5 808	0	14 545
Australia	0	3 977	510	19	523	0	9 366
India	267	2 172	1 849	0	79	61	14 948
China	0	2 124	0	0	614	0	9 192
Singapura	114	1 403	671	0	325	0	11 242
Hong Kong	0	520	222	0	11	0	6 746
Outros países da Ásia e Pacífico	51	6 006	1 777	1 797	1 266	165	32 594
Outras áreas geográficas	0	2 506	543	714	237	555	16 651
<b>Total</b>	<b>5 199</b>	<b>92 664</b>	<b>44 993</b>	<b>11 618</b>	<b>68 752</b>	<b>1 097</b>	<b>949 227</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de venda e a títulos obtidos por empréstimo.

<sup>8</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>9</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.



31.12.2017

em milhões de euros	Loans		Extrapatrimoniais		Derivados OTC <sup>3</sup>	Debt securities		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>5</sup>	Total
	Empréstimos <sup>1</sup>	Empréstimos negociados	Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>2</sup>	Passivos contingentes	Derivados OTC <sup>3</sup>	Títulos de dívida <sup>4</sup>	Obrigações negociadas	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>5</sup>	Total
Europa	299 937	3 149	65 739	27 574	18 353	35 304	33 120	26 648	509 825
Of which:									
Alemanha	199 867	146	27 483	10 739	1 661	12 414	4 912	3 421	260 644
Reino Unido	6 895	190	5 748	1 514	5 849	864	9 668	10 123	40 851
França	2 651	242	8 265	1 266	1 231	3 597	3 096	3 442	23 788
Luxemburgo	15 983	247	2 858	484	1 102	6 142	1 017	711	28 544
Itália	21 836	497	1 642	3 657	1 750	642	4 167	820	35 012
Netherlands	8 304	493	6 498	1 627	2 292	2 793	2 022	82	24 112
Spain	13 250	227	1 866	3 046	704	946	2 188	987	23 213
Irlanda	4 415	272	1 843	481	972	655	1 022	2 673	12 333
Switzerland	6 922	65	2 324	2 488	313	163	644	416	13 336
Poland	7 871	36	807	234	26	1 820	296	0	11 089
Belgium	1 177	12	1 280	405	352	1 574	601	0	5 401
Outros países da Europa	10 765	723	5 124	1 633	2 099	3 696	3 486	3 975	31 500
North America	64 086	5 129	85 358	10 031	10 015	10 986	31 636	56 776	274 017
Of which:									
EUA	53 795	4 750	80 776	9 489	8 036	10 623	29 972	44 659	242 101
Cayman Islands	2 312	103	1 951	52	700	17	1 041	9 162	15 336
Canada	838	87	1 564	110	1 092	346	272	1 688	5 996
Outros países da América do Norte	7 141	190	1 068	380	187	0	351	1 267	10 584
Ásia e Pacífico	34 469	1 735	4 447	8 967	2 254	1 025	20 319	19 909	93 126
Of which:									
Japan	1 093	66	276	349	366	15	4 760	10 354	17 278
Australia	1 477	310	1 076	128	277	588	3 716	1 453	9 026
India	7 034	86	717	1 645	219	0	3 973	1 517	15 191
China	4 393	2	378	1 195	263	0	836	3 130	10 198
Singapura	4 946	75	419	794	177	0	927	220	7 559
Hong Kong	4 224	551	385	598	144	2	399	45	6 348
Outros países da Ásia e Pacífico	11 300	644	1 197	4 259	808	419	5 707	3 190	27 526
Outras áreas geográficas	7 130	862	2 708	1 639	808	936	2 190	1 466	17 739
<b>Total</b>	<b>405 621</b>	<b>10 876</b>	<b>158 253</b>	<b>48 212</b>	<b>31 430</b>	<b>48 251</b>	<b>87 264</b>	<b>104 800</b>	<b>894 707</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>4</sup> Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

<sup>5</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

As tabelas supra conferem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consulte também a secção “Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro” deste relatório para uma discussão detalhada da “perspetiva por país de domicílio”.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito dos derivativos OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

## Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Na tabela seguinte apresenta-se determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano.

Na nossa “perspetiva por país de domicílio”, agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de swaps de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

A tabela seguinte, que se baseia na perspetiva por país de domicílio, apresenta a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada/contingente e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda as provisões para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

### Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Pessoas		Outros		Total	
	31 de dezem bro, 2018	31 de dezem bro, 2017	31 de dezem bro, 2018	31 de dezem bro, 2017	31 de dezem bro, 2018	31 de dezem bro, 2017	31 de dezem bro, 2018	31 de dezem bro, 2017	31 de dezem bro, 2018	31 de dezem bro, 2017	31 de dezem bro, 2018 <sup>1</sup>	31 de dezem bro, 2017 <sup>1</sup>
em milhões de euros												
<b>Grécia</b>												
Gross	53	55	821	734	406	526	5	5	1	0	1 286	1 320
Não utilizado/contingente	0	0	35	30	4	5	1	0	0	0	41	36
Valores a receber	35	38	277	270	(5)	8	2	1	1	0	311	317
<b>Irlanda</b>												
Gross	418	865	662	927	9 016	7 556	26	31	3 875 <sup>2</sup>	2 275 <sup>2</sup>	13 998	11 654
Não utilizado/contingente	0	0	23	4	3 279	2 005	1	0	802 <sup>2</sup>	316 <sup>2</sup>	4 105	2 326
Valores a receber	339	717	198	477	6 186	4 420	6	6	3 777 <sup>2</sup>	2 275 <sup>2</sup>	10 506	7 895
<b>Itália</b>												
Gross	3 628	2 875	3 188	3 338	11 893	12 050	18 449	16 489	264	147	37 422	34 898
Não utilizado/contingente	1	13	34	28	5 211	5 162	1 790	96	0	0	7 035	5 300
Valores a receber	2 538	1 015	634	672	7 864	8 202	9 997	7 633	264	146	21 296	17 669
<b>Portugal</b>												
Gross	(204)	(227)	64	185	888	1 329	14	1 757	27	80	789	3 123
Não utilizado/contingente	0	0	32	75	382	374	5	24	0	0	419	474
Valores a receber	(122)	(223)	61	115	832	893	7	134	27	80	805	998
<b>Spain</b>												
Gross	1 779	1 672	1 575	1 301	12 597	9 106	9 990	9 570	167	128	26 108	21 777
Não utilizado/contingente	0	0	184	225	4 890	4 583	533	259	18	0	5 625	5 068
Valores a receber	1 766	1 554	910	552	10 257	7 113	2 668	2 117	256	128	15 857	11 464
<b>Total bruta</b>	<b>5 674</b>	<b>5 240</b>	<b>6 310</b>	<b>6 485</b>	<b>34 800</b>	<b>30 566</b>	<b>28 484</b>	<b>27 851</b>	<b>4 335</b>	<b>2 629</b>	<b>79 603</b>	<b>72 771</b>
Total não utilizado/contingente	1	14	307	364	13 767	12 130	2 331	380	819	316	17 225	13 203
<b>Total líquido<sup>3</sup></b>	<b>4 555</b>	<b>3 102</b>	<b>2 080</b>	<b>2 086</b>	<b>25 134</b>	<b>20 637</b>	<b>12 680</b>	<b>9 891</b>	<b>4 325</b>	<b>2 629</b>	<b>48 775</b>	<b>38 344</b>

<sup>1</sup> Cerca de 75% da exposição total em 31 de dezembro de 2018 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.

<sup>2</sup> Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

<sup>3</sup> A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 86,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e de 64,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Os compromissos revogáveis não incluídos no ano foram de 2,5 mil milhões de euros.

A exposição líquida aos países da área do euro acima selecionados registou um aumento de 10,4 mil milhões de euros em 2018, devido a um aumento na exposição em Espanha, na Itália e na Irlanda. Além disso, o movimento de 2,5 mil milhões de euros em exposição líquida deve-se à inclusão pela primeira vez de compromissos de crédito revogáveis como parte da introdução da norma IFRS 9.

## Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

### Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

em milhões de euros	31.12.2018				31.12.2017			
	Exposição soberana direta <sup>1</sup>	Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS <sup>2</sup>	Exposição soberana direta <sup>1</sup>	Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS <sup>2</sup>
Grécia	53	(18)	35	0	55	(17)	38	0
Irlanda	334	5	339	(0)	709	9	717	0
Itália	3 627	(1 089)	2 538	58	2 834	(1 818)	1 016	49
Portugal	(204)	82	(122)	5	(227)	3	(223)	0
Spain	1 773	(8)	1 766	27	1 669	(115)	1 554	35
<b>Total</b>	<b>5 583</b>	<b>(1 028)</b>	<b>4 555</b>	<b>90</b>	<b>5 040</b>	<b>(1 938)</b>	<b>3 102</b>	<b>84</b>

<sup>1</sup> Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda (dezembro de 2017) e empréstimos ao custo amortizado. A exposição soberana direta é líquida de garantias recebidas e de garantias.

<sup>2</sup> Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos swaps de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito de contraparte.

O aumento de 1,5 mil milhões de euros na exposição soberana líquida face ao final do exercício de 2017 reflete em grande parte aumentos nos títulos de dívida em Itália.

## Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito nas nossas divisões, algo que está em linha com a divisão da Gestão do Risco em Consonância com o Negócio na função de Risco: exposição ao crédito do Corporate & Investment Bank (CIB) e exposição ao crédito do Private & Commercial Bank (PCB).

- A nossa exposição ao crédito do CIB consiste na totalidade da exposição ao crédito resultante de empréstimos, extrapatrimoniais, derivados, títulos de dívida ou transações de recompra na nossa divisão do Corporate & Investment Bank.
- A nossa exposição ao crédito do PCB consiste na totalidade da exposição ao crédito na nossa divisão do Private & Commercial Bank, predominantemente resultante de empréstimos e exposições extrapatrimoniais.

Para 2018, fornecemos informações atualizadas no seguimento da separação das divisões, ao passo que os números para 2017 são baseados na divisão histórica aplicada à carteira da exposição de crédito ao consumo (a qual é composta pelos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo) e a exposição ao crédito a empresas (todas as exposições restantes). Além disso, melhorámos o nosso reporte, incluindo agora todas as exposições ao crédito nas principais categorias de exposição ao crédito nesta secção. Por este motivo, os números não são comparáveis.

## Exposição ao crédito do CIB

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito do CIB por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

### Principais categorias de exposição ao crédito do CIB de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

								31.12.2018
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								Derivados do mercado de balcão
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	Loans			Extrapatrimoniais		ao justo valor através dos resultados <sup>2</sup>	
		ao custo amortizado	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes		
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12 632	25	7 879	164	20 043	4 398	9 926
iA	> 0,04 ≤ 0,11	29 455	266	518	775	44 927	10 104	7 113
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	29 761	1 061	519	2 734	54 477	23 743	5 789
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	31 393	5 384	1 587	1 333	27 754	5 888	3 006
iB	> 2,27							
	≤ 10,22	19 828	3 522	1 665	84	16 263	3 504	996
iCCC e inferior	> 10,22							
	≤ 100	12 009	1 204	364	1	4 868	1 234	197
<b>Total</b>		<b>135 078</b>	<b>11 462</b>	<b>12 532</b>	<b>5 092</b>	<b>168 332</b>	<b>48 871</b>	<b>27 028</b>

								31.12.2018
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
		ao custo amortizado	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI	ao custo amortizado	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	87	54 365	8	2 929	33 339	0	145 795
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38	6 885	122	1 279	9 967	0	111 448
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	112	8 686	114	275	6 190	0	133 459
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	189	16 657	639	3 775	14 236	0	111 841
iB	> 2,27							
	≤ 10,22	105	1 365	149	2 704	891	0	51 078
iCCC e inferior	> 10,22							
	≤ 100	49	492	0	387	61	0	20 867
<b>Total</b>		<b>579</b>	<b>88 451</b>	<b>1 032</b>	<b>11 348</b>	<b>64 684</b>	<b>0</b>	<b>574 488</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

<sup>2</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

### Principais categorias de exposição ao crédito do CIB de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

								31 de dezembro de 2018 <sup>1</sup>
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								Derivados do mercado de balcão
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	Loans			Extrapatrimoniais		ao justo valor através dos resultados	
		ao custo amortizado	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes		
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	10 064	25	7 755	164	18 804	3 872	3 890
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25 535	266	518	775	43 491	8 444	3 292
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	22 151	729	518	2 641	52 159	21 321	3 637
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	18 076	4 066	1 018	1 302	26 568	4 630	2 351
iB	> 2,27							
	≤ 10,22	6 434	2 880	655	9	15 083	2 262	776
iCCC e inferior	> 10,22							
	≤ 100	3 571	1 049	364	1	4 172	701	69
<b>Total</b>		<b>85 831</b>	<b>9 014</b>	<b>10 828</b>	<b>4 892</b>	<b>160 277</b>	<b>41 229</b>	<b>14 015</b>

31 de dezembro de 2018<sup>1</sup>

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	ao custo amortizado	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI	ao custo amortizado	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	87	54 365	8	1 863	359	0	101 256
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38	6 885	122	51	269	0	89 686
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	112	8 686	114	115	112	0	112 294
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	132	16 519	640	1 331	602	0	77 236
iB	> 2,27							
	≤ 10,22	105	1 365	150	0	25	0	29 742
iCCC e inferior	> 10,22							
	≤ 100	49	492	0	367	0	0	10 837
<b>Total</b>		<b>523</b>	<b>88 313</b>	<b>1 033</b>	<b>3 728</b>	<b>1 367</b>	<b>0</b>	<b>421 050</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

## Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas para 2017, por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

### Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31.12.2017					
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % <sup>1</sup>	Loans	Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>2</sup>	Passivos contingentes	Derivados de OTC <sup>3</sup>	Títulos de dívida <sup>4</sup>	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	38 743	18 643	5 108	13 025	39 405	114 924
iA	> 0,04 ≤ 0,11	39 428	44 388	13 899	8 416	6 277	112 407
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	56 245	51 021	16 165	5 204	2 174	130 809
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	41 888	25 652	7 882	3 390	371	79 183
iB	> 2,27 ≤ 10,22	23 556	15 286	3 434	1 174	5	43 456
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	13 688	3 264	1 723	220	19	18 913
<b>Total</b>		<b>213 547</b>	<b>158 253</b>	<b>48 212</b>	<b>31 430</b>	<b>48 251</b>	<b>499 693</b>

<sup>1</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

<sup>2</sup> Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

<sup>4</sup> Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

### Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31/12/2017 <sup>1</sup>					
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % <sup>2</sup>	Loans	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Debt securities	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	27 580	18 281	4 272	7 370	39 405	96 907
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25 355	42 104	11 882	6 528	6 277	92 146
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	32 131	49 095	13 461	4 490	2 174	101 351
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	18 845	24 056	5 267	2 506	371	51 046
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8 306	14 130	2 097	1 106	5	25 645
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4 157	2 540	629	216	15	7 557
<b>Total</b>		<b>116 374</b>	<b>150 206</b>	<b>37 608</b>	<b>22 216</b>	<b>48 247</b>	<b>374 652</b>

<sup>1</sup> Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.

<sup>2</sup> Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

## Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito do CIB

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco do CPSG diminuiu de 32,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, para 31,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

No fim do exercício de 2018, o CPSG reduziu o risco de crédito de 30,9 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 32 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

O CPSG detinha também derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. A posição totalizava 0,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

## Exposição ao crédito do PCB

### Exposição ao crédito do PCB, exposição ao crédito da Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em	dos quais empréstimos da	Exposição ao crédito de	Custos de crédito líquidos
	milhões de euros	carteira em milhões de euros.	Fase 3 em milhões de euros.	em % da exposição total <sup>1</sup>
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018
PCB Germany (excl. WM)	242 277	195 435	2 737	0,09%
Financiamento ao consumo	33 392	16 029	905	0,66%
Hipotecas	153 040	143 985	1 397	(0,01%)
Finanças empresariais	28 039	20 582	357	0,14%
Hipotecas comerciais	10 102	9 660	67	(0,09%)
Mercados financeiros	17 099	4 574	10	(0,01%)
Outros	605	605	0	0%
PCC International	38 598	34 119	1 825	0,44%
Financiamento ao consumo	11 056	8 342	381	0,86%
Hipotecas	17 419	17 333	835	0%
Finanças empresariais	9 119	8 400	608	0,82%
Outros	1 005	44	2	0%
Wealth Management	47 479	39 830	853	0,02%
<b>Exposição total de crédito do PCB</b>	<b>328 353</b>	<b>269 384</b>	<b>5 415</b>	<b>0,12%</b>

<sup>1</sup> Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

As tabelas abaixo apresentam a nossa Exposição ao crédito ao consumo para 2017.

### Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total	Vencimento igual ou superior	Custos de crédito líquidos
	em milhões de euros. <sup>1</sup>	a 90 dias em % da exposição total <sup>1</sup>	em % da exposição total <sup>2</sup>
	31 de dezembro de 2017 <sup>3</sup>	31 de dezembro de 2017 <sup>3</sup>	31 de dezembro de 2017 <sup>3</sup>
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	153 728	0,73	0,12
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	21 224	2,96	1,07
Financiamento hipotecário	132 505	0,37	(0,03)
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38 345	3,77	0,39
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	15 298	6,54	0,78
Financiamento hipotecário	23 047	1,93	0,12
<b>Exposição total de crédito ao consumo</b>	<b>192 074</b>	<b>1,34</b>	<b>0,17</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos em imparidade no montante de 2,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição nessa data de balanço.

<sup>3</sup> A exposição total acima representa empréstimos ao custo amortizado, com base nas regras de contabilidade da norma IAS 39 aplicáveis em 31 de dezembro de 2017.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante clientes máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário (foco reduzido em propriedades adquiridas para arrendamento e propriedades comerciais) vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada (clientes/propriedades) com baixos rácios entre o montante do empréstimo e o valor do ativo (loan-to-value, LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de médio risco.

As finanças empresariais representam produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring e leasing. Os clientes de menor dimensão, com um volume de negócios inferior a 2,5 milhões de euros, estão limitados a contas correntes e a empréstimos. Os clientes encontram-se principalmente na Alemanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa. Os devedores de clientes de factoring podem estar localizados um pouco por todo o mundo. A respetiva exposição ao crédito é geralmente assegurada através de garantias Hermes ou seguros para trocas comerciais.

O negócio das hipotecas comerciais consiste no financiamento de propriedades comerciais, principalmente propriedades de escritórios, lojas de retalho, hotéis e propriedades residenciais. O financiamento é realizado através de SPV, através de fundos de investimento ou diretamente. O foco principal são as localizações com propriedades de excelência, principalmente na Europa Ocidental, sendo que o mercado principal se encontra na Alemanha.

Os mercados financeiros representam investimentos de tesouraria em instituições corporativas, bancos e instituições financeiras, bem como governos soberanos. Os produtos são, na sua maioria, obrigações cobertas e não cobertas, e na exposição de empréstimos a maioria representa o Bundesbank, bem como empréstimos a governos regionais da Alemanha e instituições públicas.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.

De acordo com o novo âmbito deste capítulo, o rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo para dezembro de 2018 é calculado para a carteira de hipotecas do PCB em vez da carteira de hipotecas ao consumo.

#### Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do PCB<sup>1</sup>

	31.12.2018
~ 50%	67 %
> 50 ≤ 70%	16 %
> 70 ≤ 90 %	9 %
> 90 ≤ 100 %	3 %
> 100 ≤ 110 %	2 %
> 110 ≤ 130 %	2 %
~ 130 %	1 %

<sup>1</sup> Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

A tabela abaixo apresenta a exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)<sup>1</sup> para 2017.

#### Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)<sup>1</sup>

	31.12.2017
~ 50%	68 %
> 50 ≤ 70%	16 %
> 70 ≤ 90 %	9 %
> 90 ≤ 100 %	3 %
> 100 ≤ 110 %	2 %
> 110 ≤ 130 %	1 %
~ 130 %	1 %

<sup>1</sup> Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2018, 67% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, praticamente inalterado face aos 68% registados no exercício anterior.

## Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo dos mesmos, normas de conduta comercial e margem e capital para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps ou principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados. Todas as outras entidades abrangidas seguiram os requisitos de margem de variação a partir de 1 de março de 2017. O Deutsche Bank implementou adicionalmente a troca de margem inicial pelas segunda e terceira categorias de contrapartes a partir de setembro de 2017 e setembro de 2018, respetivamente. Os requisitos de margem inicial estão sujeitos a um calendário de implementação faseada, que será aplicado na íntegra até setembro de 2020.

A CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Deutsche Bank implementou os requisitos de compensação ampliados da CFTC para os swaps de taxa de juro relevantes sujeitos ao calendário de cumprimento faseado, que abrange os instrumentos identificados denominados em AUD, CAD, CHF, HKD, MXN, NOK, PLN, SEK e SGD. Em dezembro de 2016, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC voltou a propor regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes. Mais recentemente, em novembro de 2018, a CFTC propôs alterações às regras que expandiriam de forma significativa os requisitos de transação obrigatórios de swaps. Esta proposta não foi ainda finalizada. A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (Securities and Exchange Commission – SEC) concluiu ainda as regras respeitantes ao registo, reporte, normas de conduta comercial e reconhecimento do mercado e requisitos de verificação para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários, ainda que essas regras não entrem em vigor até que a SEC conclua a regulamentação em matéria de swaps baseados em valores mobiliários. Por fim, os reguladores prudenciais dos Estados Unidos (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps e swaps baseados em valores mobiliários não compensados, bem como a CFTC adotou regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados. As regulamentações finais relativas a margens seguem um calendário de implementação faseada, com determinados requisitos de margem inicial e de variação em vigor desde setembro de 2016 e requisitos de variação de margem adicionais em vigor desde 1 de março de 2017 para todas as contrapartes abrangidas. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivados não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores são implementados de forma faseada, anualmente, de setembro de 2017 a setembro de 2020, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas. A proposta da Comissão de Valores Mobiliários para estabelecer requisitos de margem para swaps baseados em valores mobiliários não compensados ainda não foi finalizada.



A tabela a seguir mostra uma discriminação dos valores nominais e valor de mercado bruto de transações de derivativos juntamente com uma discriminação dos valores nominais de ativos e responsabilidades com derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação.

Valores nominais de derivativos tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31.12.2018

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	12 741 035	9 791 856	5 605 269	28 138 160	202 480	181 453	21 028
Bilateral (Amt)	2 511 405	2 706 991	1 871 607	7 090 004	176 248	156 339	19 909
CCP (Amt)	10 229 630	7 084 865	3 733 661	21 048 156	26 233	25 114	1 119
Produtos negociados em bolsa	5 643 533	1 813 582	367	7 457 483	560	357	203
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>18 384 569</b>	<b>11 605 439</b>	<b>5 605 636</b>	<b>35 595 643</b>	<b>203 040</b>	<b>181 809</b>	<b>21 231</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	4 277 488	1 063 548	440 037	5 781 073	85 221	81 555	3 666
Bilateral (Amt)	4 217 941	1 063 386	440 037	5 721 364	84 592	80 765	3 827
CCP (Amt)	59 547	162	0	59 709	629	790	(161)
Produtos negociados em bolsa	23 137	0	0	23 137	5	7	(2)
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>4 300 625</b>	<b>1 063 548</b>	<b>440 037</b>	<b>5 804 211</b>	<b>85 226</b>	<b>81 562</b>	<b>3 664</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	265 587	145 152	16 391	427 130	15 645	19 925	(4 280)
Bilateral (Amt)	265 587	145 152	16 391	427 130	15 645	19 925	(4 280)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	605 254	110 450	10 974	726 678	10 407	9 969	438
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>870 841</b>	<b>255 602</b>	<b>27 365</b>	<b>1 153 808</b>	<b>26 052</b>	<b>29 894</b>	<b>(3 843)</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	115 256	615 668	123 651	854 575	8 197	8 382	(184)
Bilateral (Amt)	71 996	175 015	49 365	296 375	3 138	3 142	(3)
CCP (Amt)	43 260	440 653	74 287	558 200	5 059	5 240	(181)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>115 256</b>	<b>615 668</b>	<b>123 651</b>	<b>854 575</b>	<b>8 197</b>	<b>8 382</b>	<b>(184)</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	5 028	1 015	1 432	7 476	99	1 090	(991)
Bilateral (Amt)	5 028	1 015	1 432	7 476	99	1 090	(991)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	22 727	1 333	0	24 060	246	289	(43)
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>27 755</b>	<b>2 348</b>	<b>1 432</b>	<b>31 535</b>	<b>345</b>	<b>1 379</b>	<b>(1 034)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	11 854	2 555	86	14 494	213	337	(124)
Bilateral (Amt)	11 853	2 555	86	14 493	213	336	(124)
CCP (Amt)	1	0	0	1	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5 244	3	0	5 247	13	46	(33)
<b>Total Outras</b>	<b>17 098</b>	<b>2 558</b>	<b>86</b>	<b>19 741</b>	<b>226</b>	<b>383</b>	<b>(157)</b>
<b>Total negócio mercado de balcão</b>	<b>17 416 248</b>	<b>11 619 795</b>	<b>6 186 866</b>	<b>35 222 909</b>	<b>311 855</b>	<b>292 741</b>	<b>19 115</b>
Negócio bilateral total	7 083 810	4 094 114	2 378 919	13 556 843	279 935	261 597	18 338
Negócio CCP total	10 332 438	7 525 680	3 807 948	21 666 066	31 921	31 144	777
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>6 299 896</b>	<b>1 925 368</b>	<b>11 341</b>	<b>8 236 605</b>	<b>11 231</b>	<b>10 668</b>	<b>563</b>
<b>Total</b>	<b>23 716 144</b>	<b>13 545 163</b>	<b>6 198 208</b>	<b>43 459 514</b>	<b>323 086</b>	<b>303 409</b>	<b>19 678</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	29 393	0	0

31.12.2017

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
<b>Relacionadas com taxas de juro:</b>							
Produtos do mercado de balcão	18 389 853	9 644 152	5 862 868	33 896 874	224 783	202 492	22 291
Bilateral (Amt)	2 231 176	2 624 101	1 989 543	6 844 820	200 520	177 989	22 532
CCP (Amt)	16 158 677	7 020 051	3 873 326	27 052 054	24 262	24 503	(241)
Produtos negociados em bolsa	4 100 955	1 379 528	155	5 480 638	250	275	(25)
<b>Total relacionadas com taxas de juro</b>	<b>22 490 809</b>	<b>11 023 680</b>	<b>5 863 023</b>	<b>39 377 512</b>	<b>225 033</b>	<b>202 767</b>	<b>22 266</b>
<b>Relacionadas com câmbios:</b>							
Produtos do mercado de balcão	4 265 081	1 036 897	470 541	5 772 518	82 392	75 535	6 858
Bilateral (Amt)	4 209 509	1 036 536	470 541	5 716 586	81 597	74 823	6 774
CCP (Amt)	55 572	361	0	55 932	795	712	83
Produtos negociados em bolsa	48 252	0	0	48 252	19	18	1
<b>Total relacionadas com câmbios</b>	<b>4 313 333</b>	<b>1 036 897</b>	<b>470 541</b>	<b>5 820 771</b>	<b>82 411</b>	<b>75 553</b>	<b>6 859</b>
<b>Relacionadas com ações/índices:</b>							
Produtos do mercado de balcão	301 662	156 272	19 248	477 182	18 201	23 010	(4 810)
Bilateral (Amt)	301 662	156 272	19 248	477 182	18 201	23 010	(4 810)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	732 870	107 631	5 398	845 900	9 986	12 708	(2 722)
<b>Total relacionadas com ações/índices</b>	<b>1 034 533</b>	<b>263 903</b>	<b>24 647</b>	<b>1 323 082</b>	<b>28 187</b>	<b>35 718</b>	<b>(7 531)</b>
<b>Derivados de crédito relacionados</b>							
Produtos do mercado de balcão	209 376	1 321 066	153 867	1 684 309	28 317	27 888	429
Bilateral (Amt)	91 919	204 583	49 442	345 944	5 363	4 779	584
CCP (Amt)	117 457	1 116 482	104 426	1 338 365	22 954	23 108	(154)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Derivados de crédito totais relacionados</b>	<b>209 376</b>	<b>1 321 066</b>	<b>153 867</b>	<b>1 684 309</b>	<b>28 317</b>	<b>27 888</b>	<b>429</b>
<b>Relacionadas com matérias-primas:</b>							
Produtos do mercado de balcão	3 431	995	2 015	6 441	35	1 485	(1 449)
Bilateral (Amt)	3 431	995	2 015	6 441	35	1 485	(1 449)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	39 955	4 163	0	44 119	187	214	(27)
<b>Total relacionadas com matérias-primas</b>	<b>43 386</b>	<b>5 158</b>	<b>2 015</b>	<b>50 560</b>	<b>222</b>	<b>1 699</b>	<b>(1 476)</b>
<b>Outros:</b>							
Produtos do mercado de balcão	3 744	765	0	4 509	9	371	(362)
Bilateral (Amt)	3 744	765	0	4 509	9	371	(362)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5 196	1	0	5 197	5	26	(20)
<b>Total Outros</b>	<b>8 940</b>	<b>766</b>	<b>0</b>	<b>9 706</b>	<b>14</b>	<b>397</b>	<b>(382)</b>
<b>Total negócio mercado de balcão</b>	<b>23 173 146</b>	<b>12 160 146</b>	<b>6 508 540</b>	<b>41 841 833</b>	<b>353 737</b>	<b>330 780</b>	<b>22 957</b>
Negócio bilateral total	6 841 441	4 023 253	2 530 789	13 395 482	305 726	282 457	23 269
Negócio CCP total	16 331 705	8 136 894	3 977 751	28 446 351	48 012	48 324	(312)
<b>Total negócio em bolsa</b>	<b>4 927 230</b>	<b>1 491 323</b>	<b>5 553</b>	<b>6 424 106</b>	<b>10 447</b>	<b>13 240</b>	<b>(2 793)</b>
<b>Total</b>	<b>28 100 376</b>	<b>13 651 470</b>	<b>6 514 093</b>	<b>48 265 939</b>	<b>364 185</b>	<b>344 020</b>	<b>20 164</b>
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	32 083	0	0

## Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

### Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Ações de negociação	56 673	85 932
Ações não relacionadas <sup>1</sup>	2 835	2 496
<b>Exposição de capital total</b>	<b>59 507</b>	<b>88 427</b>

<sup>1</sup> Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 605 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e de 367 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, a nossa exposição a ações de negociação era principalmente composta por 54,3 mil milhões de euros de atividades de Corporate & Investment Bank e 2,3 mil milhões de euros de Asset Management. As ações de negociação globais registaram uma diminuição de 29,3 mil milhões de euros causada principalmente pela diminuição da exposição nas atividades de Corporate & Investment Bank.

## Qualidade dos ativos

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis. Por este motivo, os valores para 2017 são apresentados numa secção separada após as divulgações ao abrigo da norma IFRS 9. Os principais motivos são o âmbito mais alargado dos ativos sujeitos a imparidades, as diferenças na classificação dos ativos e as diferenças no cálculo e na definição das imparidades:

A secção “Qualidade dos ativos” ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”). Ao abrigo da norma IAS 39, a secção “Qualidade dos ativos” descreve principalmente a qualidade dos empréstimos do grupo medidos ao custo amortizado classificados como Empréstimos no nosso balanço.

A determinação das perdas e dedução por imparidade passa de um modelo de perdas de crédito incorridas no âmbito da IAS 39, em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento de perda definida ocorrer, para um modelo de perdas de crédito esperadas nos termos da IFRS 9, em que as provisões para perdas com empréstimos são registadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base em expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

O Grupo alinhou a sua definição de “imparidade de crédito” nos termos da IFRS 9 com a definição estabelecida no artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) para efeitos regulamentares. Consequentemente, os ativos financeiros de Fase 3 são compostos por dois tipos de ativos financeiros em incumprimento: primeiro, ativos financeiros quando o Grupo prevê uma perda por imparidade refletida numa provisão para perdas de crédito e, em segundo lugar, ativos financeiros quando o Grupo não prevê uma perda por imparidade (por ex., devido a garantias de elevada qualidade ou fluxos de caixa futuros esperados suficientes na sequência de uma “due diligence” exaustiva). Existe uma grande diferença em relação à nossa definição de imparidade nos termos da IAS 39, no sentido em que os ativos financeiros eram apenas considerados em imparidade se o Grupo previsse vir a sofrer uma perda por imparidade.

Para obter informações adicionais, consulte o capítulo “Análise de impacto da transição de IFRS 9” na Nota 2 “Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas” das demonstrações financeiras consolidadas.

### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

#### Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

em milhões de euros	Valor escriturado bruto					Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	
				POCI na Fase 3	Total				POCI na Fase 3	Total
<b>Custo amortizado<sup>1</sup></b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>

<sup>1</sup> Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

em milhões de euros	Justo valor					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	
				POCI na Fase 3	Total				POCI na Fase 3	Total
<b>Justo valor através de OCI</b>	<b>50 932</b>	<b>247</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>51 182</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>(0)</b>	<b>13</b>

em milhões de euros	Valores nominais					Provisão para perdas de crédito <sup>1</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	
				POCI na Fase 3	Total				POCI na Fase 3	Total
<b>Extrapatrimoniais</b>	<b>252 039</b>	<b>10 021</b>	<b>599</b>	<b>0</b>	<b>262 659</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

## Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do valor escriturado bruto e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

### Evolução das exposições e da provisão para perdas de crédito no período de relato

em milhões de euros	31.12.2018				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Valor escriturado bruto Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>663 707</b>	<b>30 305</b>	<b>7 726</b>	<b>2 019</b>	<b>703 756</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	29 175	5 743	1 058	(61)	35 914
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	1 240	(2 344)	1 104	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	(11)	(8)	(208)	0	(227)
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(65 682)	(1 766)	(2 411)	(4)	(69 863)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	146	0	146
Taxas de câmbio e outras alterações	8 608	405	37	10	9 060
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram 25 mil milhões de euros ou 4%, em 2018, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 diminuíram 27 mil milhões de euros ou 4% motivadas pela caixa e saldos do banco central devido às reduções dos depósitos e dos empréstimos a curto prazo.

As exposições da Fase 2 aumentaram 2 mil milhões de euros ou 7% motivadas por empréstimos pelo custo amortizado na CIB.

As exposições da Fase 3 diminuíram 274 milhões de euros ou 4%, em 2018, motivadas pela CIB, refletindo principalmente as atividades de redução de risco na nossa carteira de transporte marítimo. Esta redução foi parcialmente compensada por um aumento na PCB motivada pelos negócios Postbank, parcialmente como resultado de efeitos não recorrentes.

em milhões de euros	31.12.2018				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup> Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>462</b>	<b>494</b>	<b>3 638</b>	<b>3</b>	<b>4 596</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(132)	215	440	(17)	507
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	199	(137)	(62)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>2</sup>	(6)	(17)	(972)	0	(995)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	172	0	172
Taxas de câmbio e outras alterações	(14)	(54)	30	17	(21)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	66	78	379	(17)	507

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuiu 338 milhões de euros ou 7%, em 2018, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 aumentaram 47 milhões de euros ou 10% motivadas por provisões adicionais na CIB para refletir uma perspectiva macroeconómica enfraquecida, bem como um ajuste pontual da metodologia de cálculo em determinados empréstimos sobre os quais temos proteção de seguros.

As provisões da Fase 2 permaneceram praticamente estáveis.

As provisões da Fase 3 diminuíram 391 milhões de euros ou 11% motivadas pela CIB, em que o reconhecimento de perdas relacionado parcialmente com as atividades de redução de risco na nossa carteira de transportes marítimos sobrecompensou as provisões adicionais.

### Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

em milhões de euros	Valor escriturado bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na	Total
				Fase 3					Fase 3	
Corporate & Investment Bank	327 094	14 241	2 403	1 692	345 429	184	99	896	3	1 183
Private & Commercial Bank	299 003	17 226	5 047	271	321 547	321	400	2 350	0	3 071
Gestão dos Activos	1 998	304	2	0	2 303	0	0	0	0	1
Corporate & Other	8 943	564	1	0	9 508	3	1	1	0	5
<b>Total</b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>

### Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

em milhões de euros	Valor escriturado bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na	Total
				Fase 3					Fase 3	
Agricultura, exploração florestal e pesca	533	38	60	0	631	1	2	21	0	24
Indústria mineira e de extração de minérios	2 970	273	147	0	3 390	8	1	5	0	15
Manufacturing	26 695	1 291	783	66	28 836	25	24	449	1	498
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3 476	286	77	0	3 839	3	16	5	0	24
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	777	10	10	0	796	0	0	7	0	7
Construction	3 108	289	338	88	3 823	4	4	244	1	254
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19 119	859	593	0	20 572	19	18	403	(0)	440
Transporte e armazenamento	4 314	875	539	0	5 728	7	6	201	0	214
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1 692	166	35	121	2 014	3	2	17	0	23
Information and communication	4 443	286	46	0	4 774	8	13	27	0	48
Atividades financeiras e de seguros	318 867	10 526	373	633	330 400	81	33	153	7	274
Atividades imobiliárias	33 166	2 801	380	401	36 748	35	17	84	(9)	128
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8 169	498	151	190	9 008	7	8	83	0	98
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7 091	189	62	32	7 374	8	3	19	(4)	25
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	12 054	1 089	81	1	13 224	4	7	5	0	16
Educação	612	19	8	0	638	1	0	7	0	9
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3 246	209	12	2	3 468	7	5	5	0	18
Artes, entretenimento e atividades de lazer	818	24	14	0	856	2	0	5	0	7
Outras atividades de serviços	7 788	486	104	239	8 617	9	4	34	4	51
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	177 927	12 121	3 639	191	193 878	276	336	1 473	4	2 088
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	173	0	1	0	173	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>

### Ativos financeiros ao custo amortizado por região

em milhões de euros	Valor escriturado bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
	Alemanha	291 850	12 247	3 088	303	307 488	247	275	1 303	0
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	119 622	7 499	3 072	1 543	131 736	122	175	1 604	5	1 907
Europa Oriental	6 309	401	88	0	6 798	5	4	38	0	47
North America	147 300	7 572	554	20	155 446	66	32	48	1	147
América Central e América do Sul	4 717	558	155	0	5 430	7	2	22	0	31
Ásia e Pacífico	55 490	3 353	374	98	59 315	32	9	200	(4)	237
Africa	1 996	470	78	0	2 544	7	4	31	0	42
Outros	9 753	234	43	0	10 031	22	0	1	0	24
<b>Total</b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>

### Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

em milhões de euros	Valor escriturado bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
	iAAA–iAA	235 913	2 315	0	0	238 229	2	0	0	0
iA	81 579	3 027	0	0	84 606	6	1	0	0	7
iBBB	138 596	2 508	0	0	141 104	36	8	0	0	43
iBB	137 768	8 318	0	232	146 318	177	61	0	0	238
iB	35 725	10 378	0	11	46 114	239	187	0	0	426
iCCC e inferior	7 456	5 788	7 452	1 720	22 416	49	243	3 247	3	3 542
<b>Total</b>	<b>637 037</b>	<b>32 335</b>	<b>7 452</b>	<b>1 963</b>	<b>678 787</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a 117 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

### Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31.12.2018		
	Valor escriturado bruto	Garantias	Garantias
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)</b>	<b>7 452</b>	<b>2 714</b>	<b>221</b>

Em 2018, não reconhecemos uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de 373 milhões de euros devido à garantia total destes ativos.

### Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

## Ativos modificados ao custo amortizado

					31.12.2018
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor escriturado do custo amortizado antes da modificação	11	8	222	0	241
<b>Resultados da modificação líquidos reconhecidos</b>	<b>(11)</b>	<b>(8)</b>	<b>(208)</b>	<b>0</b>	<b>(227)</b>

No primeiro ano após a implementação dos requisitos da IFRS 9, observámos montantes imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

## Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades foi de 51 mil milhões em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a 48 mil milhões no início do exercício de 2018. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (12 milhões de euros no início do exercício de 2018 e 13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não será fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

## Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da nossa classe de ativos financeiros extrapatrimoniais, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

### Evolução do montante nominal e da provisão para perdas de crédito

					31.12.2018
					Montante nominal
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício <sup>1</sup></b>	<b>243 566</b>	<b>7 114</b>	<b>1 448</b>	<b>0</b>	<b>252 129</b>
Movimentos incluindo novos negócios	6 765	3 923	(1 191)	0	9 496
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	752	(1 089)	338	N/S	0
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Taxas de câmbio e outras alterações	957	73	4	0	1 035
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>252 039</b>	<b>10 021</b>	<b>599</b>	<b>0</b>	<b>262 659</b>

<sup>1</sup> Os compromissos revogáveis foram incluídos nas exposições relevantes para a imparidade no quarto trimestre de 2018. Consequentemente, o Saldo, início do exercício foi reajustado em comparação com os nossos relatórios intercalares de 2018.

					31.12.2018
					Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>117</b>	<b>36</b>	<b>119</b>	<b>0</b>	<b>272</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(0)	31	(13)	0	18
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	2	(0)	(2)	N/S	0
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Taxas de câmbio e outras alterações	14	6	(20)	0	(0)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	1	31	(15)	0	18

<sup>1</sup> A tabela acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

## Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a 224 milhões para o exercício de 2018, principalmente relacionados com a CIB.

## Ativos renegociados e com período de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência ao custo amortizado, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência; removemos o ativo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontra em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

### Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros				31.12.2018
			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	
	Em cumprimento	Em incumprimento		
	Fase 2	Fase 2	Fase 3	
Alemão	1 046	49	1 200	2 295
Não alemães	741	55	1 750	2 546
<b>Total</b>	<b>1 787</b>	<b>104</b>	<b>2 950</b>	<b>4 841</b>

### Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31.12.2018
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5 089</b>
Classificados como de carência durante o exercício	1 679
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(1 574)
Reconhecimento de perdas	(386)
Taxa de câmbio e outros movimentos	33
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>4 841</b>

A redução dos ativos com período de carência ao custo amortizado de 248 milhões ou 5% foi motivada principalmente por exposições em incumprimento na CIB, refletindo principalmente a redução do risco em curso da nossa carteira de transportes marítimos, bem como na PCB, entre outros causados por alienações.

## Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2018 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

### Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2018
Imóveis comerciais	7
Imóveis residenciais <sup>1</sup>	57
Outros	0
<b>Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato</b>	<b>64</b>

<sup>1</sup> A quantia escriturada de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 67 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.



As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2018, assim como em 2017, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

## Qualidade dos ativos (números do ano anterior relatados nos termos da IAS 39)

A secção abaixo descreve a qualidade dos ativos dos empréstimos no período comparativo de 2017. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitem na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

### Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

em milhões de euros	31.12.2017		
	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade	208 457	185 979	394 436
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	1 167	2 778	3 945
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	518	488	1 006
Empréstimos em imparidade	3 406	2 828	6 234
<b>Total</b>	<b>213 547</b>	<b>192 074</b>	<b>405 621</b>

### Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

### Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2017
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	2 747
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	482
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	250
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	776
<b>Total</b>	<b>4 255</b>

### Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2017
Intermediação financeira	267
Atividades de gestão de fundos	40
Manufacturing	179
Comércio grossista e de retalho	233
Famílias	2 481
Atividades imobiliárias comerciais	363
Setor público	10
Outros	682
<b>Total</b>	<b>4 255</b>

### Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2017
Alemanha	1 810
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 758
Europa Oriental	158
North America	343
América Central e América do Sul	6
Ásia e Pacífico	161
África	19
Outros	0
<b>Total</b>	<b>4 255</b>

Os nossos empréstimos vencidos, mas não em imparidade aumentaram para 4,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a empréstimos vencidos há alguns dias. Em termos de negócio, o principal fator foi o PCB.

### Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos, mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2017
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2 364
Garantias recebidas	148
<b>Total</b>	<b>2 512</b>

## Empréstimos renegociados e com período de carência

As tabelas abaixo fornecem uma visão geral dos empréstimos com período de carência do Grupo.

### Empréstimos com período de carência

em milhões de euros	31/12/2017 <sup>1</sup>			Total de empréstimos com período de carência
	Em cumprimento	Em incumprimento		
	Não em imparidade	Não em imparidade	Impaired	
Alemão	1 183	601	804	2 587
Não alemães	612	553	1 337	2 502
<b>Total</b>	<b>1 794</b>	<b>1 154</b>	<b>2 141</b>	<b>5 089</b>

<sup>1</sup> Os empréstimos com período de carência foram reajustados na sequência de um aperfeiçoamento dos processos internos.

### Evolução dos empréstimos com período de carência

em milhões de euros	31/12/2017 <sup>1</sup>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5 468</b>
Classificados como de carência durante o exercício	1 492
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(1 519)
Reconhecimento de perdas	(234)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(119)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>5 089</b>

<sup>1</sup> Saldo, fim do período bem como Classificados como de carência durante o exercício foram reajustados na sequência de um aperfeiçoamento dos processos internos.

O total de empréstimos com período de carência em 2017 diminuiu 379 milhões de euros motivados sobretudo por empréstimos com período de carência não produtivos a clientes não alemães, refletindo, principalmente, vendas de empréstimos sem resultados na nossa carteira de transporte marítimo registadas na CIB e na PCC International.

## Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente, em cada data de balanço, se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

- há evidência objetiva de imparidade em resultado de um evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um “evento de perda”). Ao efetuarmos a nossa avaliação consideramos informações sobre eventos disponíveis até à data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão de acordo com os requisitos da IAS 10;
- o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros, e
- o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade em cada data de relato.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” das demonstrações financeiras consolidadas.

## Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-offs*) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenhamos definido previamente, diminuímos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Nos casos em que se considera que não há uma perspetiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo.

As nossas provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade refletem provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogêneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas.

### Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

	31.12.2017		
	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade
em milhões de euros			
Corporate & Investment Bank	2 517	1 565	62 %
Private & Commercial Bank	3 717	2 355	63 %
Gestão dos Activos	0	0	N/S
Corporate & Other	1	1	N/S
<b>Total</b>	<b>6 234</b>	<b>3 921</b>	<b>63 %</b>

N/S – não significativo.

### Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

	31.12.2017							
	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	
em milhões de euros								
Intermediação financeira	121	8	129	1	3	40	44	34 %
Atividades de gestão de fundos	8	8	16	1	0	3	4	24 %
Manufacturing	520	165	685	439	146	51	635	93 %
Comércio grossista e de retalho	333	188	521	211	156	27	394	76 %
Famílias	155	2 233	2 388	153	1 290	83	1 526	64 %
Atividades imobiliárias comerciais	345	30	376	115	11	42	168	45 %
Setor público	74	0	74	6	0	12	17	24 %
Outros <sup>1</sup>	1 792	254	2 046	840	139	153	1 132	55 %
<b>Total</b>	<b>3 348</b>	<b>2 886</b>	<b>6 234</b>	<b>1 766</b>	<b>1 745</b>	<b>410</b>	<b>3 921</b>	<b>63 %</b>

<sup>1</sup> Dos quais: "Transporte, armazenamento e comunicação" – Total de empréstimos em imparidade de 808 mil milhões de euros / Total de provisões para perdas com empréstimos de 469 milhões de euros; "Imobiliário, locação e atividades de negócio" – 482 milhões de euros/234 milhões de euros; "Construção": 378 milhões de euros/144 milhões de euros; "Mineração e exploração" – 169 milhões de euros/116 milhões de euros.

## Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e raios de cobertura por região

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente	Provisões avaliadas coletivamente	Total	
					para empréstimos em imparidade	para empréstimos não em imparidade		
Alemanha	953	1 312	2 266	600	823	104	1 527	67 %
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 471	1 422	2 892	815	822	113	1 749	60 %
Europa Oriental	45	123	168	45	92	11	147	88 %
North America	497	1	498	67	0	102	170	34 %
América Central e América do Sul	70	0	70	14	0	21	35	50 %
Ásia e Pacífico	264	28	292	223	8	41	272	93 %
Africa	48	0	49	1	0	9	10	20 %
Outros	0	0	0	0	0	11	11	N/S
<b>Total</b>	<b>3 348</b>	<b>2 886</b>	<b>6 234</b>	<b>1 766</b>	<b>1 745</b>	<b>410</b>	<b>3 921</b>	<b>63 %</b>

N/S – não significativo.

## Evolução dos empréstimos em imparidade

em milhões de euros	31.12.2017		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>4 126</b>	<b>3 321</b>	<b>7 447</b>
Classificados como em imparidade durante o exercício	1 370	1 248	2 618
Transferidos para não em imparidade durante o exercício <sup>1</sup>	(1 127)	(961)	(2 088)
Reconhecimento de perdas	(540)	(605)	(1 146)
Alienação de empréstimos em imparidade	(267)	(116)	(383)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(215)	(1)	(216)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>3 348</b>	<b>2 886</b>	<b>6 234</b>

<sup>1</sup> Inclui reembolsos.

Em 2017, os nossos empréstimos em imparidade diminuíram em 1,2 mil milhões de euros, ou 16%, para 6,2 mil milhões de euros. A redução na nossa carteira avaliada individualmente reflete em grande parte o reconhecimento de perdas na CIB em conjunto com a redução do risco de antigos ativos da NCOU, enquanto a redução na nossa carteira avaliada coletivamente foi impulsionada pelo reconhecimento de perdas relacionado com alienações na PCC International.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como provisões no balanço totais) para todos os empréstimos em imparidade avaliados individual ou coletivamente, divididos por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS (excluindo garantias colaterais), diminuiu de 61% no exercício de 2016 para 63% em 31 de dezembro de 2017.

## Provisão para perdas de crédito e recuperações por setor

em milhões de euros	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações				
	Para empréstimos avaliados individualmente	Para empréstimos em imparidade avaliados coletivamente	Para empréstimos não em imparidade avaliados coletivamente	Total	Recuperações
Intermediação financeira	25	(2)	(3)	20	4
Atividades de gestão de fundos	0	0	(2)	(1)	0
Manufacturing	48	18	(28)	38	19
Comércio grossista e de retalho	46	19	1	66	5
Famílias	11	322	20	354	66
Atividades imobiliárias comerciais	(20)	4	5	(10)	12
Setor público	2	0	9	11	0
Outros <sup>1</sup>	239	23	(62)	201	20
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>385</b>	<b>(59)</b>	<b>678</b>	<b>127</b>

<sup>1</sup> Em 2017, os maiores contributos para o provisionamento de risco na categoria "Outros" foram provenientes do setor "Transporte, armazenamento e comunicação" (107 milhões de euros) e do setor "Mineração e exploração" (72 milhões de euros).

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade eram de 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

### Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados ao saldo transaccional

em milhões de euros	31.12.2017
Garantias financeiras e outras garantias colaterais <sup>1</sup>	1 757
Garantias recebidas	309
<b>Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade</b>	<b>2 066</b>

<sup>1</sup> Os empréstimos hipotecários em incumprimento cobertos por imóveis residenciais, em que o acordo de empréstimo foi resolvido/rescindido, estão geralmente sujeitos a processos formais de execução hipotecária.

O nosso rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente acrescidos de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transaccionais, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS) aumentou para 96% em 31 de dezembro de 2017.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

O conceito de imparidade é também aplicável a instrumentos de dívida disponíveis para venda que, de outro modo, são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas noutra rendimento integral. Se um instrumento de dívida disponível para venda for considerado em imparidade, a perda por imparidade cumulativa reflete a diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual do instrumento. Para uma discussão detalhada dos nossos procedimentos contabilísticos, consultar a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” das demonstrações financeiras consolidadas.

### Ativos financeiros não em imparidade vencidos e em imparidade disponíveis para venda, imparidades acumuladas, rácio de cobertura e garantias colaterais detidas por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2017
Ativos financeiros não em imparidade vencidos disponíveis para venda	1 538
Of which:	
Em incumprimento há menos de 30 dias	176
Em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	23
Em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	138
Em incumprimento há 90 ou mais dias	1 201
Ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	157
Imparidade acumulada de ativos financeiros disponíveis para venda	113
Rácio de cobertura de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda em %	71 %
Garantias colaterais por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	17
Of which:	
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	17
Garantias recebidas	0

### Garantias colaterais obtidas

A tabela abaixo fornece uma visão geral das garantias colaterais obtidas pelo grupo no período de relato. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2017 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

### Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2017
Imóveis comerciais	9
Imóveis residenciais <sup>1</sup>	63
Outros	0
<b>Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato</b>	<b>72</b>

<sup>1</sup> A quantia escriturada de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 67 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2017, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

## Provisão para perdas de crédito

### Evolução das provisões para perdas de crédito

em milhões de euros	2017						Total
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>2 071</b>	<b>2 475</b>	<b>4 546</b>	<b>162</b>	<b>183</b>	<b>346</b>	<b>4 892</b>
Provisão para perdas de crédito	299	253	552	(23)	(4)	(27)	525
Of which: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(83)	(32)	(115)	0	0	0	(115)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(487)	(532)	(1 019)	0	0	0	(1 019)
Reconhecimento de perdas	(541)	(605)	(1 146)	0	0	0	(1 146)
Recuperações	54	73	127	0	0	0	127
Other changes	(117)	(41)	(158)	(18)	(16)	(34)	(191)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>1 766</b>	<b>2 155</b>	<b>3 921<sup>1</sup></b>	<b>122</b>	<b>163</b>	<b>285<sup>2</sup></b>	<b>4 207</b>
<b>Alterações comparadas com o ano anterior</b>							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	(444)	(351)	(795)	(47)	(16)	(62)	(857)
Relativo	(60)%	(58)%	(59)%	(196)%	(132)%	(175)%	(62)%
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	407	338	745	0	0	0	745
Relativo	(45)%	(39)%	(42)%	0 %	0 %	0 %	(42)%
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(305)	(320)	(625)	(41)	(20)	(60)	(685)
Relativo	(15)%	(13)%	(14)%	(25)%	(11)%	(17)%	(14)%

<sup>1</sup> do qual: "Reserva do risco de transferência" de 5 milhões de euros.

<sup>2</sup> do qual: "Reserva do risco de transferência" de 8 milhões de euros.

A provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2017 totalizou 4,2 mil milhões de euros face a 4,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas, parcialmente compensado pela provisão adicional para perdas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para perdas de crédito diminuiu 857 milhões de euros face ao final do exercício de 2016, devido a uma diminuição na provisão para perdas de crédito de 795 milhões de euros, bem como devido a uma redução nas provisões para posições extrapatrimoniais de 62 milhões de euros. A diminuição na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente resultou sobretudo da CIB, impulsionada por todas as carteiras, incluindo o transporte marítimo. Apesar da redução ano a ano, o transporte marítimo continuou a ser o principal fator de provisão para perdas de crédito em 2017, em parte relacionado com a reavaliação do método de imparidades respetivo durante o ano, conforme referido na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. Uma nova redução ano a ano na PCB foi motivada por um desembolso significativo no ex-Postbank. A diminuição das provisões para a nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente resultou sobretudo da não recorrência de rubricas pontuais relacionadas com os ativos relatados em NCOU no exercício anterior e refletiu também a boa qualidade de carteira e a conjuntura económica continuamente favorável no PCB.

A diminuição em reconhecimento de perdas líquidas no valor de 745 milhões de euros face a 2016 foi, em grande parte, motivada pela não recorrência do reconhecimento de perdas líquidas relacionado com os ativos relatados em NCOU no exercício anterior, bem como no ex-Postbank.

### Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

## Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados para transações de derivados OTC com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão normalizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas ao sistema financeiro, que podem ser causadas por uma falha desordenada de uma CCP, o Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB") recomendou sujeitar as CCP a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e provisões que se aplicam a bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a acordos e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, nós, excluindo a DB PFK AG, criámos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Nós, excluindo a DB PFK AG, utilizámos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados da DB PFK AG é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

## Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

### Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

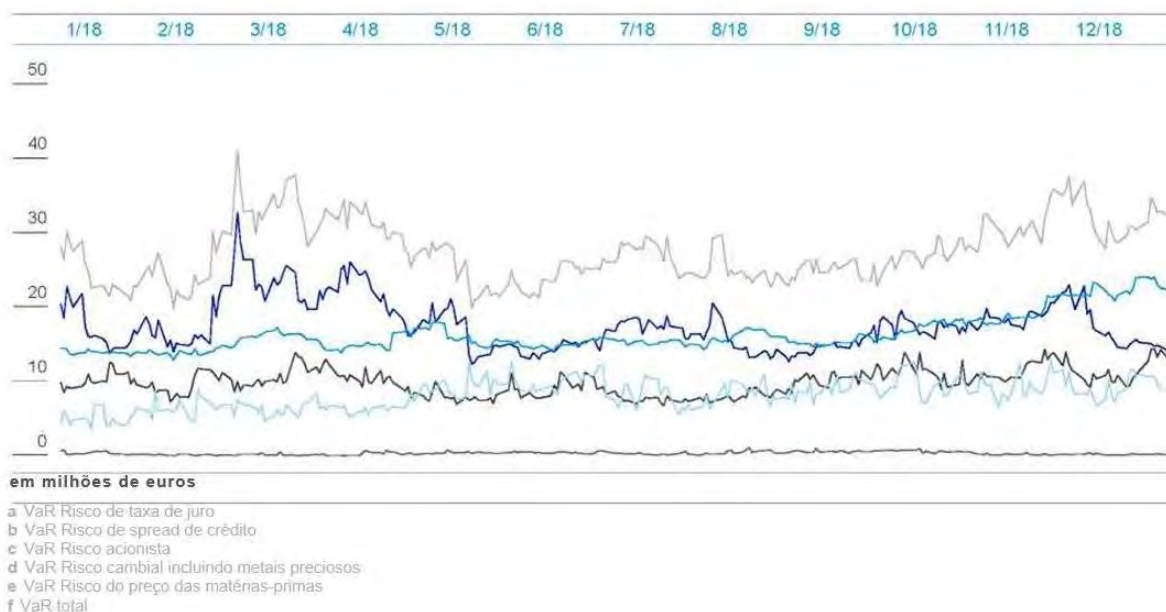
As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

#### Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial <sup>1</sup>		Risco de preço das matérias-primas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Médio	27,5	29,8	(25,5)	(28,1)	17,6	20,2	16,4	19,7	10,0	8,7	8,3	8,4	0,6	0,8
Máximo	40,9	38,4	(35,0)	(37,6)	32,6	26,0	24,0	25,1	14,5	12,5	13,0	16,5	1,3	3,0
Mínimo	19,8	20,1	(20,2)	(21,4)	12,4	13,5	13,0	13,5	6,9	4,4	3,8	4,2	0,2	0,1
Final do período	32,1	29,1	(26,9)	(22,5)	14,1	21,4	22,3	14,4	13,0	10,1	9,2	4,9	0,3	0,7

<sup>1</sup> Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

#### Evolução do valor em risco por tipos de risco em 2018



O valor em risco médio em 2018 foi de 27,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 2,3 milhões de euros face ao ano completo de 2017, motivado por reduções do spread de crédito e pelo risco de taxa de juro.

O aumento do valor em risco no final do período foi motivado por aumentos nas classes de ativos de spread de crédito, de capital e de câmbio.



## Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

### Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial <sup>1</sup>		Risco de preço das matérias-primas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Médio	84,1	76,7	(81,9)	(88,4)	58,3	69,8	69,3	62,1	16,1	18,8	20,0	12,6	2,4	1,8
Máximo	124,7	125,0	(106,7)	(115,8)	89,9	92,0	79,7	73,2	78,1	66,8	38,2	28,0	7,7	6,1
Mínimo	61,2	42,0	(66,1)	(73,0)	35,2	48,3	59,0	54,3	2,4	1,5	7,7	6,9	0,5	0,3
Final do período	96,2	85,6	(75,3)	(81,0)	57,6	67,8	70,1	64,3	21,3	19,9	21,7	12,6	0,7	1,9

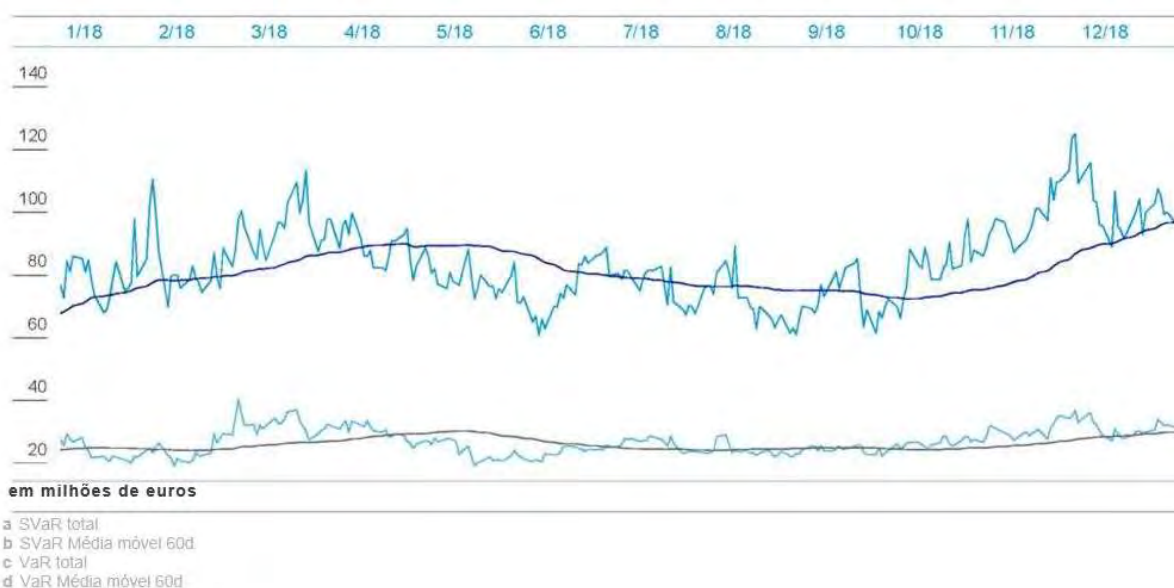
<sup>1</sup> Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco em situação de esforço médio foi de 84,1 milhões de euros em 2018, um aumento de 7,4 milhões de euros face ao ano completo de 2017. O aumento foi motivado por uma redução no efeito de diversificação com algum aumento adicional proveniente das classes de ativos de spread de crédito e de câmbio.

O aumento do valor em risco em situação de esforço no final do período foi motivado por uma redução do efeito de diversificação e aumentos nas classes de ativos de spread de crédito, câmbio e capital.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros.

### Evolução do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2018



Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

### Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)<sup>1,2,3</sup>

em milhões de euros	Total		Global Credit Trading		Core Rates		Fixed Income e Currencies APAC		Emerging Markets - Debt		Outros	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Médio	680,6	802,1	335,8	544,6	271,1	107,1	224,8	168,1	(11,9)	37,2	(139,2)	(54,8)
Máximo	847,6	899,3	403,4	597,4	481,9	172,5	451,9	229,0	17,3	62,9	(111,3)	(20,4)
Mínimo	550,8	754,8	274,6	503,7	159,1	48,7	72,1	92,4	(29,2)	(1,4)	(177,1)	(90,0)
Final do período	805,4	789,6	383,6	540,1	388,6	133,2	188,0	142,3	5,8	19,9	(160,5)	(45,9)

<sup>1</sup> Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

<sup>2</sup> As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2018, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.

<sup>3</sup> Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2018 eram de 805 milhões de euros, um aumento de 15 milhões de euros (2%) face ao exercício de 2017. A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2018 era de 681 milhões de euros e, por conseguinte, menos 121 milhões de euros (15%) comparativamente à média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2017. O decréscimo dos requisitos de capital para riscos adicionais médios é motivado por uma diminuição nas exposições a crédito nas áreas de negócio Global Credit Trading e Emerging Markets - Debt, quando comparado com o exercício de 2017.

Para efeitos de relato regulamentar, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão.

#### Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)<sup>1,2,3</sup>

em milhões de euros	2018	2017
Médio	0,0	5,4
Máximo	0,0	6,3
Mínimo	0,0	4,5
Final do período	0,0	4,4

<sup>1</sup> Medida de risco global regulamentar calculada para o período de 12 semanas findo em 31 de dezembro.

<sup>2</sup> O final do período baseia-se no valor à vista modelo interno.

<sup>3</sup> Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

A medição do risco abrangente do modelo interno foi descontinuada no quarto trimestre de 2018 após aprovação regulamentar. As pequenas exposições restantes captadas por este modelo são agora cobertas pelos requisitos de capital para riscos adicionais e pelo método padrão do risco de mercado.

### Método padrão do risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2018, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 418 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 5,2 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017, estas posições geraram requisitos de capital de 379,5 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 4,7 mil milhões de euros.

Para swaps de risco de n-ésimo incumprimento, os requisitos de capital foram de 2,6 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 33 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 2,8 milhões de euros e 35 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Os requisitos de capital para organismos de investimento coletivo pelo método padrão de risco de mercado eram de 14 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 45 milhões de euros e 556 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Os requisitos de capital para risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado eram de 14 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 32 milhões de euros e 395 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

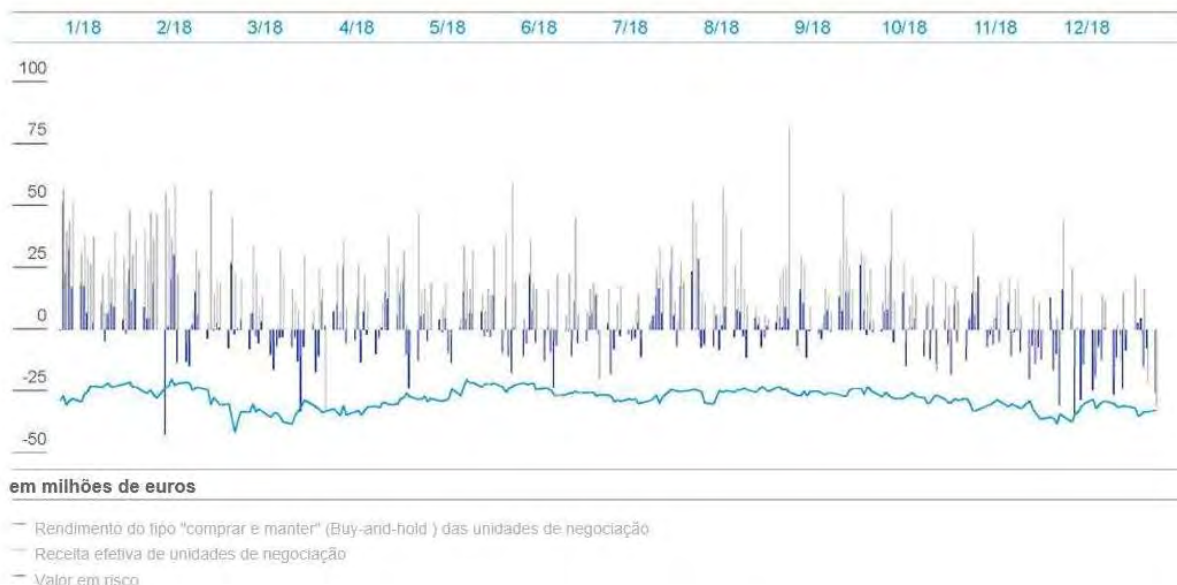
### Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2018, registámos um valor discrepante global, no qual a nossa perda de tipo "comprar e manter" excedeu o valor em risco das nossas carteiras de negociação, em comparação com três valores discrepantes em 2017. O valor discrepante em 2018 ocorreu em fevereiro e foi motivado por perdas provenientes da linha de negócio Equities devido a um aumento da volatilidade do mercado. Não houve valores discrepantes de testes reais, que comparam o VaR à receita total menos taxas e comissões, em 2018, em comparação com dois em 2017.

Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 52 % dos dias de negociação em 2018 (versus 57 % em 2017), apresentando também a experiência de valores discrepantes globais em 2018.

Os requisitos de capital para o modelo de valor em risco, para o qual os resultados dos testes *a posteriori* são apresentados aqui, correspondem a 1,5 % do total dos requisitos de capital para o Grupo.

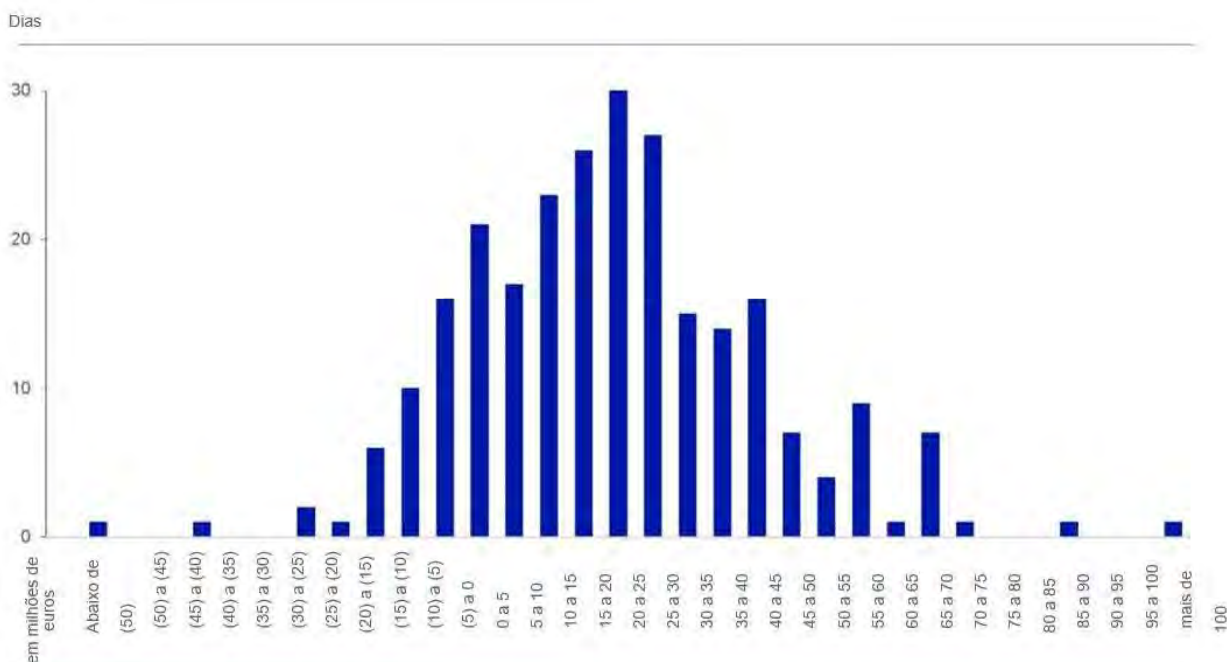
#### MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



#### Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo "comprar e manter", reservas, *carry* e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

#### Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2018



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 86 % dos dias de negociação em 2018, em comparação com 93 % em 2017.

## Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

### Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

#### Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31.12.2018	31.12.2017
Risco de taxa de juro	1 416	1 743
Risco de <i>spread</i> de crédito	271	722
Risco de capital e de investimento	1 239	1 431
Risco cambial	1 713	1 509
Risco de pensões	1 588	1 174
Risco de fundos garantidos	68	49
<b>Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação</b>	<b>6 295</b>	<b>6 628</b>

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 6,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, 0,3 mil milhões de euros inferior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2017.

- Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2018 foi de 1416 milhões de euros, face a 1743 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017. A diminuição na contribuição de capital económico foi sobretudo motivada pelos efeitos de diversificação.
- Risco de *spread* de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 271 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face aos 722 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. A diminuição na contribuição de capital económico foi sobretudo motivada por alterações na metodologia contabilística em combinação com efeitos de diversificação.
- Risco de capital e de investimento. O encargo do capital económico para o risco de capital das nossas participações de investimento não consolidadas, tais como os nossos investimentos estratégicos e ativos alternativos, e de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações resultante dos nossos planos de remuneração em capital. A utilização de capital económico era de 1239 milhões em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 1431 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, sobretudo motivada por um valor de mercado reduzido da nossa posição curta de remuneração de capital.
- Risco de pensões. Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 1588 milhões de euros e de 1174 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respetivamente. O aumento no capital económico para pensões está principalmente relacionado com melhorias metodológicas e uma diversificação reduzida com outros tipos de risco.
- Risco cambial. O risco cambial decorre sobretudo da nossa posição estrutural no capital não coberto e nos lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico era de 1713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face aos 1509 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O aumento na contribuição de capital económico foi sobretudo motivado por alterações nos ativos por impostos diferidos em divisas.
- Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 68 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face aos 49 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O aumento na contribuição de capital económico foi amplamente motivado pelos efeitos de diversificação e pelo desempenho de mercado.

## Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto no rendimento de juros líquido do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS):

### Risco de taxa de juro ao valor económico e rendimento de juros líquido na carteira bancária por cenário

em mil milhões de euros	Delta de EVE		Delta NII <sup>1</sup>	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Curva paralela ascendente	0,8	(0,4)	2,9	2,8
Curva paralela descendente	(3,2)	(1,1)	(0,8)	(0,8)
Critério para acentuação da curva	0,9	0,2	(0,5)	(0,6)
Critério para nivelamento da curva	(1,6)	(0,6)	2,7	2,7
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(0,7)	(0,5)	3,6	3,5
Curva da taxa de curto prazo descendente	(0,1)	0,0	(1,0)	(0,7)
<b>Máximo</b>	<b>(3,2)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>(0,8)</b>
em mil milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017		
<b>Capital Tier 1</b>	<b>55,1</b>	<b>57,6</b>		

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas inalteradas. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

Um aumento paralelo repentino na curva de rendimento afetaria positivamente os ganhos do Grupo (rendimento de juros líquido) das posições de carteira bancária. O Deutsche Bank prevê que a alteração no rendimento de juros líquido total a um ano resultante dos desvios paralelos da curva de rendimentos de +200 e (200) pontos base (com o limite inferior de zero) seria de 2,9 mil milhões de euros e (0,8) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2018.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) foi de (3,2) mil milhões de euros em dezembro de 2018, em comparação com (1,1) mil milhões de euros em dezembro de 2017. O aumento da perda máxima do EVE foi sobretudo motivado por um alinhamento relativamente ao tratamento das margens comerciais e pelas melhorias metodológicas relativamente à captação de impactos de convexidade em combinação com a alteração dos níveis das taxas de juro. Em dezembro de 2018, a perda máxima do EVE representa 5,8 % do capital Tier 1.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

### Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31.12.2018	
	-200 pontos base <sup>1</sup>	+200 pontos base
EUR	(1,9)	0,6
GBP	(0,1)	0,1
USD	(1,3)	0,2
JPY	(0,0)	0,0
Outros	0,1	(0,1)
<b>Total</b>	<b>(3,2)</b>	<b>0,8</b>

<sup>1</sup> Com limite inferior de zero

A alteração prevista no valor económico resultante do impacto dos desvios paralelos da curva de rendimentos do BCBS de -200 pontos base (com o limite inferior de zero) e +200 pontos base seria de (3,2) mil milhões de euros e 0,8 mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2018. A alteração no cenário de +200 pontos base de (0,4) mil milhões para 0,8 mil milhões foi sobretudo motivada por um alinhamento relativamente ao tratamento das margens comerciais.

## Exposição ao risco operacional

### Risco operacional – perfil de risco

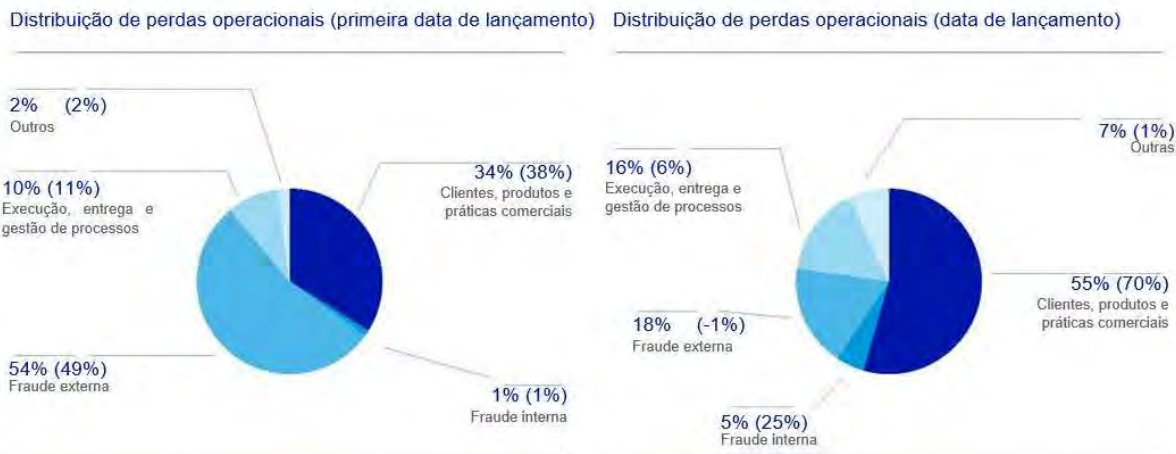
#### Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	2018	2017 <sup>1</sup>
Clientes, produtos e práticas comerciais	156	513
Fraude interna	13	(48)
Fraude externa	50	19
Execução, entrega e gestão de processos	44	224
Outros	19	42
<b>Grupo</b>	<b>282</b>	<b>749</b>

<sup>1</sup> Números de 2017 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 467 mil milhões de euros, ou 62%, face a 2017. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” e “execução, entrega e gestão de processos” devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2017.

#### Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2018 (2013-2017)<sup>1</sup>



<sup>1</sup> As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2013-2017. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda “Frequência de perdas operacionais” resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2018 comparativamente ao período de cinco anos de 2013 a 2017, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2010 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2018, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento “fraude externa” com uma frequência de 54 % e pelo tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” com 34% de todos os eventos de perda registados. A “execução, entrega e gestão de processos” contribui com 10 %. Os “Outros” mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento “Fraude interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de menos de 1% dos eventos de perda em 2018.

O gráfico acima à direita “Distribuição de perdas operacionais” resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2018 em comparação com o período de cinco anos de 2013 a 2017. O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 55 %, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. A “fraude externa” tem a segunda quota mais elevada (18%), relacionada com um grande evento em 2018. Por fim, os tipos de eventos “execução, entrega e gestão de processos” (16%), “outros” (1%) e “fraude interna” (5%) são menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Embora procuremos garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10 000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

## Exposição ao risco de liquidez

### Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

2018 foi um ano difícil para os mercados de crédito. A transição de uma menor restritividade quantitativa para uma maior restritividade quantitativa associada a uma maior incerteza macroeconômica levou a uma maior volatilidade e spreads de crédito mais elevados.

Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 65 a 224 pontos base. O pico foi observado no início de dezembro; desde aí, o spread diminuiu e, no final do ano, estava a ser negociado a 208 pontos base. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram um comportamento semelhante. Por exemplo, o nosso parâmetro de referência em euros de 2,375%, com vencimento em janeiro de 2023, foi negociado num intervalo de 51 a 259 pontos base, fechando em 230 pontos base no final do exercício de 2018.

O nosso plano de emissões revisto para 2018, num montante entre 22 e 25 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi concluído e fechámos 2018 com 19,8 mil milhões de euros de financiamento a prazo. Este financiamento disseminou-se, grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior (9,4 mil milhões de euros), emissão de instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior (1,0 mil milhões de euros), emissão de obrigações cobertas (2,5 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas preferenciais sénior (6,9 mil milhões de euros). O total (19,8 mil milhões de euros) está dividido em euros (8,3 mil milhões de euros), dólares americanos (9,7 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,3 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (1,5 mil milhões de euros). Além das emissões diretas, utilizamos swaps cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores para emissões em 2018 foi composta por gestores de ativos e fundos de pensões (40%), clientes de retalho (19%), bancos (8%), governos e agências (5%), companhias de seguros (3%) e outros investidores institucionais (18%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (20 %), resto da Europa (35 %), EUA (25 %), Ásia e Pacífico (15 %) e Outros (5 %).

O spread médio da nossa emissão sobre a Euribor a 3 meses (todos os spreads de financiamento não Euro têm como nova base a Euribor a 3 meses) foi de 60 pontos base durante todo o exercício e inferior em comparação com o spread médio de 71 pontos base em 2017. O prazo médio foi de 6,1 anos. As nossas atividades de emissão foram superiores no primeiro semestre do ano. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 10,8 mil milhões de euros; T2: 3,0 mil milhões de euros; T3: 3,2 mil milhões e T4: 2,8 mil milhões, respetivamente.

Em 2019, o nosso plano de emissões é de 20 a 25 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das fontes referidas, sem ficarmos excessivamente dependentes de qualquer uma delas. Também planeamento angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 22 mil milhões de euros em 2019.

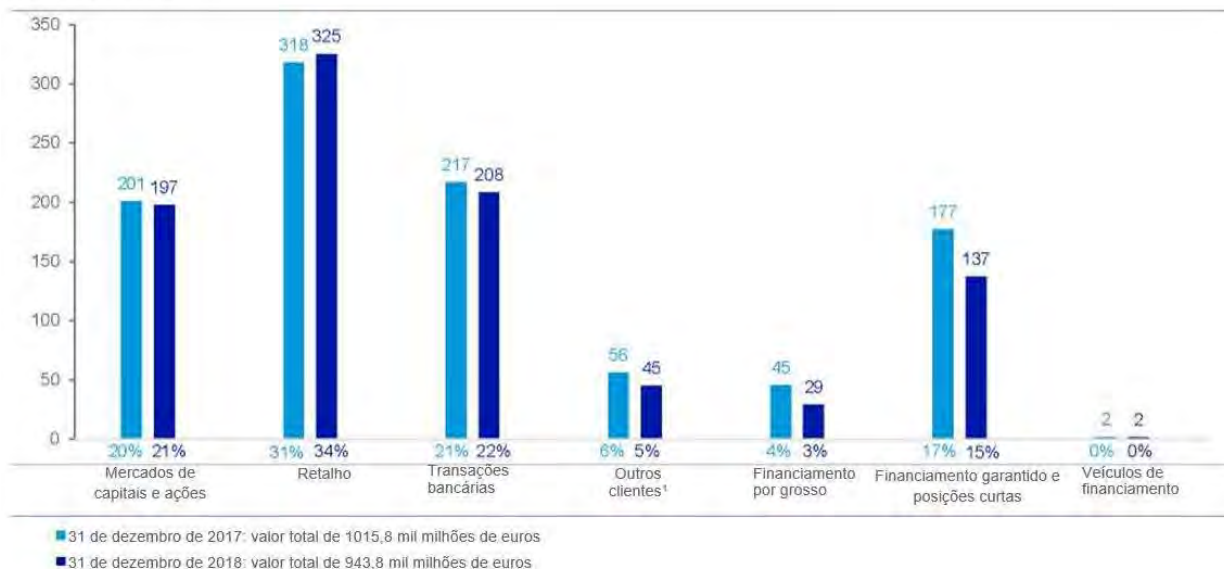
### Diversificação de financiamento

Em 2018, o valor total de financiamento externo diminuiu 72,1 mil milhões de euros, de 1015,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 para 943,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. A diminuição global foi sobretudo motivada por uma redução dos saldos em financiamento garantido e posições curtas de 39,8 mil milhões (55,2%). Esta situação deve-se a reduções geridas como resultado das nossas iniciativas de otimização do balanço e compensação aumentada. Além disso, o financiamento por grosso não garantido diminuiu 16,4 mil milhões (22,7%) e os depósitos de transações bancárias 8,2 mil milhões (11,4%), principalmente devido a menores volumes e operações vencidas com instituições financeiras e certificados de depósitos vencidos detidos por outros clientes grossistas. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um aumento de 7,1 mil milhões (9,8%) no nosso negócio de retalho. A diminuição do volume dos mercados de capitais e ações de 3,3 mil milhões (4,6%) está relacionada com o total de vencimentos das emissões superiores às novas emissões.

A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) subiu de 72% em 2017 para 77,5% em 2018.

## Composição das fontes de financiamento externas

em mil milhões de euros



<sup>1</sup> “Outros” incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida)  
Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação de 325,0 mil milhões de euros (369,4 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 51,1 mil milhões de euros (59,2 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 28,3 mil milhões de euros (30,3 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente; os valores podem não totalizar devido a arredondamentos.

## Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais<sup>1</sup>

31.12.2018

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Deposits from banks	1 119	1 542	4 064	1 181	7 906	151	271	8 328
Depósitos de outros clientes grossistas	1 820	1 868	5 413	5 044	14 145	1 017	1 459	16 621
CD e PC	823	946	1 313	889	3 972	7	0	3 979
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	600	5 276	7 463	5 812	19 150	8 954	44 256	72 360
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	0	0	0	0	0	5	1 012	1 017
Estruturados sénior	626	951	1 186	1 655	4 418	3 490	15 630	23 538
Obrigações/ABS cobertos	213	972	553	407	2 145	3 848	15 666	21 659
Subordinated liabilities	9	731	2 226	32	2 998	2 217	9 605	14 820
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5 209</b>	<b>12 285</b>	<b>22 219</b>	<b>15 022</b>	<b>54 734</b>	<b>19 690</b>	<b>87 898</b>	<b>162 322</b>
Of which:								
Garantidos	213	972	553	407	2 145	3 848	15 666	21 659
Sem garantia	4 997	11 313	21 666	14 615	52 590	15 842	72 232	140 663

<sup>1</sup> Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 55 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 259 mil milhões de euros.



31.12.2017

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Deposits from banks	9 709	3 477	2 196	1 172	16 554	721	54	17 330
Depósitos de outros clientes grossistas	3 451	5 884	4 112	3 974	17 421	483	525	18 429
CD e PC	1 579	2 595	2 381	2 873	9 427	6	82	9 516
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	405	4 038	3 231	3 288	10 961	16 009	44 399	71 368
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	0	0	0	0	0	0	0	0
Estruturados sénior	345	868	1 654	2 952	5 818	3 044	16 893	25 756
Obrigações/ABS cobertos	90	194	1 711	737	2 731	2 190	17 248	22 169
Subordinated liabilities	50	234	5 265	700	6 250	135	11 694	18 079
Outros	4	0	0	0	4	0	0	4
<b>Total</b>	<b>15 632</b>	<b>17 289</b>	<b>20 550</b>	<b>15 695</b>	<b>69 167</b>	<b>22 588</b>	<b>90 895</b>	<b>182 650</b>
Of which:								
Garantidos	90	194	1 711	737	2 731	2 190	17 248	22 169
Sem garantia	15 542	17 096	18 840	14 959	66 436	20 398	73 647	160 481

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31 dez 2018					31 dez 2017				
	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	2 400	5 241	22	665	8 328	2 310	11 096	2 423	1 502	17 330
Depósitos de outros clientes grossistas	15 482	678	269	192	16 621	14 109	3 743	233	344	18 429
CD e PC	2 279	769	94	838	3 979	6 401	1 942	310	863	9 516
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	33 736	31 549	1 163	5 913	72 360	36 407	27 482	864	6 616	71 368
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	1 017	0	0	0	1 017	0	0	0	0	0
Estruturados sénior	8 858	11 564	22	3 094	23 538	9 937	12 301	31	3 487	25 756
Obrigações/ABS cobertos	21 659	0	0	0	21 659	22 142	25	0	2	22 169
Passivos subordinados	6 338	7 498	801	183	14 820	7 940	8 960	801	378	18 079
Outros	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
<b>Total</b>	<b>91 768</b>	<b>57 298</b>	<b>2 372</b>	<b>10 884</b>	<b>162 322</b>	<b>99 245</b>	<b>65 552</b>	<b>4 662</b>	<b>13 192</b>	<b>182 650</b>
Of which:										
Garantidos	21 659	0	0	0	21 659	22 142	25	0	2	22 169
Sem garantia	70 110	57 298	2 372	10 884	140 663	77 103	65 527	4 662	13 190	160 481

## Reservas de liquidez

### Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	184	184	222	222
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	148	148	189	189
Subsidiárias	36	36	33	33
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	61	58	39	37
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	31	28	24	23
Subsidiárias	30	30	15	15
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais				
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	15	11	19	13
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	11	8	11	8
Subsidiárias	3	2	8	5
<b>Total de reservas de liquidez</b>	<b>259</b>	<b>252</b>	<b>280</b>	<b>272</b>
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	191	184	223	219
Subsidiárias	69	68	56	53

Em 31 de dezembro de 2018, as nossas reservas de liquidez totalizavam 259 mil milhões de euros, por oposição a 280 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. A diminuição de 21 mil milhões de euros incluía uma diminuição de 38 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, uma diminuição de 4 mil milhões de euros noutros títulos desonerados compensados por um aumento de 22 mil milhões em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas). A evolução foi amplamente motivada por medidas da administração para reduzir ativamente o excesso de liquidez e investir em ativos com maior rentabilidade como parte da nossa estratégia. As nossas reservas de liquidez médias durante o exercício foram de 271 mil milhões de euros, por oposição a 269 mil milhões de euros durante 2017. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

O valor de liquidez (ponderado) das nossas reservas de liquidez de 252 mil milhões de euros ultrapassa o valor de liquidez (ponderado) dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 250 mil milhões de euros. Os principais fatores responsáveis por esta diferença são o facto de as reservas de liquidez incluírem títulos elegíveis relativamente a bancos centrais mas, de outro modo, com menos liquidez (por exemplo, empréstimos negociados, outras negociações empresariais investment-grade e títulos garantidos por ativos) que não são reconhecidos nos HQLA. Além disso, os HQLA incluem índices de ações principais, mas excluem saldos depositados junto de bancos centrais, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de caixa, bem como saldos depositados junto de bancos centrais não europeus com notação inferior a AA-, que estão incluídos no LCR, mas não fazem parte dos HQLA.

### Rácio de cobertura de liquidez

O nosso LCR médio ponderado de 145 % (média de doze meses) foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 43.º do CRR.

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2018 mantém-se em 140,37% face a 139,70% em 31 de dezembro de 2017.

### Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018	31.12.2017
	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
<b>Suporte adicional de liquidez</b>	<b>250</b>	<b>247</b>
<b>Total de saídas de caixa líquidas</b>	<b>172</b>	<b>172</b>
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	145 %	144 %

## Gestão do risco de financiamento

### Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respectiva apetência pelo risco no final do exercício de 2018 e 2017.

### Testes de esforço e análise de cenários

Em 2018, a nossa posição de liquidez líquida em esforço permaneceu muito acima da apetência pelo risco e terminou 2018 com um excedente de 48 mil milhões de euros.

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31.12.2018			31.12.2017		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	93	209	116	121	284	163
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	63	193	131	79	252	173
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	222	278	57	287	331	43
Combinado <sup>3</sup>	231	279	48	318	351	33

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

em euros	31.12.2018			31.12.2017		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
Combinado <sup>3</sup>	117	144	28	157	172	15

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31.12.2018			31.12.2017		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez
Combinado <sup>3</sup>	83	96	13	114	127	13

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

#### Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31.12.2018			31.12.2017		
	Défice de financiamento <sup>1</sup>	Compensação do défice <sup>2</sup>	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Combinado <sup>3</sup>	6	9	3	14	18	4

<sup>1</sup> Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

<sup>2</sup> Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

<sup>3</sup> Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

#### Obrigações contratuais

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	688	994	1 024	1 577
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	317	1 459

## Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 22, “Ativos penhorados e recebidos como garantia” das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 40, “Informações sobre subsidiárias” das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos como onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, tal como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados ao justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte “Reservas de liquidez” para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em “Outros ativos” pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

### Ativos onerados e desonerados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018			
	Valor contabilístico			
	Assets	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Debt securities	143	56	87	0
Equity instruments	56	42	15	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	197	12	185	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	12	0	0	12
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	12	0	12	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320	0	0	320
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	69	0	0	69
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21	0	21	0
Ativos financeiros disponíveis para venda <sup>2</sup>	6	0	5	1
Loans	441	75	5	360
Other assets	71	41	0	31
<b>Total</b>	<b>1 348</b>	<b>225</b>	<b>330</b>	<b>793</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Assets	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:	292	240	47	5
Debt securities	185	149	37	0
Equity instruments	102	92	10	0
Outras garantias recebidas	5	0	0	5

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017			
	Valor contabilístico			
	Ativos onerados		Ativos desonerados	
	Assets	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Debt securities	148	65	84	0
Equity instruments	86	63	23	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	234	11	223	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	27	0	0	27
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>2</sup>				
Ativos detidos para negociação	11	0	11	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	363	0	0	363
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda <sup>1</sup>	78	0	0	78
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	0	5	0
Ativos financeiros disponíveis para venda <sup>2</sup>	3	0	3	0
Loans	417	70	15	332
Other assets	108	42	0	66
<b>Total</b>	<b>1 480</b>	<b>251</b>	<b>363</b>	<b>866</b>

<sup>1</sup> Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

<sup>2</sup> Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

<sup>3</sup> Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar os ativos penhorados.

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2017			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos onerados		Ativos desonerados	
	Assets	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	365	307	58	0
Debt securities	228	189	39	0
Equity instruments	137	118	18	0
Outras garantias recebidas	0	0	0	0

<sup>1</sup> Os resultados do período anterior foram reajustados devido a uma abordagem refinada para determinar as garantias recebidas e as garantias novamente penhoradas.

As tabelas acima repartem as rubricas no balanço e fora do balanço em onerados, prontamente disponíveis e outros. Quaisquer títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda são apresentados com base no justo valor das garantias recebidas.

As tabelas acima de ativos onerados incluem ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições na sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos, não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas.

## Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo  $\leq 1$  ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo  $> 1$  ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2018

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	182 778	2 596	224	0	22	3 070	40	0	0	188 732
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4 234	3 182	202	110	131	422	0	0	599	8 881
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados										
com acordos de revenda	40	2 537	1 415	887	461	521	1 067	1 294	0	8 222
Com bancos	1	2 015	173	588	447	266	0	1 136	0	4 626
Com clientes	39	522	1 242	299	14	255	1 067	158	0	3 596
Títulos obtidos por empréstimo	2 880	517	0	0	0	0	0	0	0	3 396
Com bancos	49	60	0	0	0	0	0	0	0	110
Com clientes	2 830	456	0	0	0	0	0	0	0	3 287
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	472 750	37 855	14 782	2 174	2 830	5 872	2 274	4 617	30 085	573 240
Ativos detidos para negociação	152 456	0	0	0	0	0	0	0	281	152 738
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	96 650	0	0	0	0	0	0	0	18	96 668
Ações e outros títulos de rendimento variável	55 250	0	0	0	0	0	0	0	264	55 514
Outros ativos detidos para negociação	556	0	0	0	0	0	0	0	0	556
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320 058	0	0	0	0	0	0	0	0	320 058
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	236	37 855	14 782	2 174	2 830	5 872	2 274	4 617	29 804	100 444
Títulos comprados com acordos de revenda	0	32 550	3 231	616	372	78	110	2 098	5 488	44 543
Títulos obtidos por empréstimo	0	4 331	625	2	0	0	39	0	19 213	24 210
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	1	739	10 855	1 556	2 458	4 590	1 777	2 501	3 763	28 239
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	235	235	72	0	0	1 204	348	18	1 340	3 453
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	9	95	0	0	0	0	0	1	104
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	143	179	220	21	23	322	641	1 480	3 028
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3	3 101	2 290	2 945	3 982	4 403	6 858	16 371	11 228	51 182
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1 097	0	0	0	0	0	0	0	1 097
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Debt securities	0	1 692	1 717	2 519	3 811	4 307	6 252	13 494	11 203	44 993
Loans	3	312	574	426	171	96	606	2 878	25	5 092
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Loans	15 812	39 559	23 116	14 432	9 585	8 324	23 928	67 648	197 892	400 297
A bancos	170	1 644	1 394	1 017	120	131	544	406	1 179	6 605
A clientes	15 642	37 915	21 722	13 415	9 465	8 194	23 383	67 242	196 713	393 691
Retalho	2 238	7 109	3 702	1 735	857	887	4 794	15 099	151 001	187 422
Grandes empresas e outros clientes	13 404	30 806	18 020	11 680	8 609	7 307	18 589	52 143	45 712	206 269
Títulos detidos até à maturidade	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Outros ativos financeiros	65 390	7 813	446	418	108	2 917	835	2 416	1 844	82 187
<b>Total financial assets</b>	<b>743 887</b>	<b>97 311</b>	<b>42 750</b>	<b>21 187</b>	<b>17 142</b>	<b>25 551</b>	<b>35 324</b>	<b>92 987</b>	<b>243 130</b>	<b>1 319 269</b>
Other assets	13 198	91	91	124	158	197	34	984	13 991	28 868
<b>Total assets</b>	<b>757 086</b>	<b>97 402</b>	<b>42 841</b>	<b>21 311</b>	<b>17 300</b>	<b>25 749</b>	<b>35 357</b>	<b>93 972</b>	<b>257 121</b>	<b>1 348 137</b>

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2017

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	222 082	1 173	106	94	29	2 053	118	0	0	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4 737	2 613	305	215	116	696	122	0	463	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	29	4 625	1 220	1 277	1 448	617	561	89	105	9 971
Com bancos	21	3 758	585	735	1 400	443	468	0	0	7 409
Com clientes	8	867	635	542	48	175	94	89	105	2 562
Títulos obtidos por empréstimo	15 786	553	49	0	323	0	22	0	0	16 732
Com bancos	1 889	283	0	0	0	0	0	0	0	2 172
Com clientes	13 896	270	49	0	323	0	22	0	0	14 560
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	565 632	40 074	14 269	1 914	731	455	1 805	3 047	9 043	636 970
Ativos detidos para negociação	184 661	0	0	0	0	0	0	0	0	184 661
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	98 140	0	0	0	0	0	0	0	0	98 140
Ações e outros títulos de rendimento variável	85 932	0	0	0	0	0	0	0	0	85 932
Outros ativos detidos para negociação	590	0	0	0	0	0	0	0	0	590
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	0	0	0	0	0	0	0	0	361 032
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	19 938	40 074	14 269	1 914	731	455	1 805	3 047	9 043	91 276
Títulos comprados com acordos de revenda	5 364	36 195	12 160	1 115	662	125	1 066	903	253	57 843
Títulos obtidos por empréstimo	14 540	3 786	1 928	0	0	0	0	0	0	20 254
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	34	93	182	799	68	17	720	2 144	8 216	12 273
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	132	20	0	573	725
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	181	0	0	1	182
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	40	191	26	139	9	119	1 029	1 601	3 153
Ativos financeiros disponíveis para venda	47	1 175	1 257	2 934	1 728	2 742	5 469	15 438	18 608	49 397
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	24	969	1 253	2 934	1 728	2 021	5 404	15 418	18 016	47 766
Ações e outros títulos de rendimento variável	23	206	4	0	0	721	64	20	592	1 630
Loans	17 334	27 284	27 229	17 442	9 273	14 628	27 053	62 232	199 225	401 699
A bancos	787	2 163	2 832	1 979	1 253	821	1 103	670	1 230	12 838
A clientes	16 546	25 121	24 397	15 463	8 021	13 807	25 950	61 562	197 995	388 862
Retalho	4 291	4 725	4 645	1 632	1 721	1 313	4 720	15 216	151 449	189 712
Grandes empresas e outros clientes	12 256	20 395	19 752	13 831	6 300	12 493	21 230	46 346	46 546	199 149
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	1 652	1 518	3 170
Outros ativos financeiros	85 083	352	179	135	92	143	21	433	74	86 513
<b>Total financial assets</b>	<b>910 728</b>	<b>77 889</b>	<b>44 804</b>	<b>24 037</b>	<b>13 878</b>	<b>21 343</b>	<b>35 290</b>	<b>83 920</b>	<b>230 636</b>	<b>1 442 525</b>
Other assets	20 451	0	0	0	0	0	0	0	11 756	32 207
<b>Total assets</b>	<b>931 178</b>	<b>77 889</b>	<b>44 804</b>	<b>24 037</b>	<b>13 878</b>	<b>21 343</b>	<b>35 290</b>	<b>83 920</b>	<b>242 392</b>	<b>1 474 732</b>

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2018

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Deposits	348 026	26 750	109 965	26 422	10 517	10 021	11 563	9 662	11 479	564 405
Due to banks	46 399	2 487	8 699	6 059	913	1 624	2 284	5 470	8 045	81 980
Due to customers	301 627	24 263	101 266	20 363	9 604	8 397	9 279	4 193	3 434	482 425
Retalho	125 292	9 731	74 012	3 878	1 736	1 176	917	970	603	218 314
Grandes empresas e outros clientes	176 335	14 532	27 254	16 486	7 868	7 221	8 362	3 223	2 831	264 111
Passivos detidos para negociação	361 411	0	0	0	0	0	0	0	0	361 411
Títulos para negociação	59 629	0	0	0	0	0	0	0	0	59 629
Outros passivos detidos para negociação	295	0	0	0	0	0	0	0	0	295
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	301 487	0	0	0	0	0	0	0	0	301 487
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	11 282	28 466	3 640	4 699	540	370	639	1 041	3 079	53 757
Títulos vendidos com acordos de recompra	10 822	27 909	3 031	4 259	0	2	208	17	6	46 254
Dívida a longo prazo	255	33	238	234	416	155	391	936	2 949	5 607
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	205	524	372	206	124	212	40	89	124	1 895
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	512	0	0	0	512
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	178	431	383	93	25	264	241	306	1 922
Recursos de bancos centrais adquiridos	252	0	0	0	0	0	0	0	0	252
Títulos vendidos com acordos de recompra	3 151	611	349	3	265	234	0	1	0	4 615
Due to banks	2 205	513	264	3	265	205	0	1	0	3 456
Due to customers	945	99	85	0	0	29	0	0	0	1 158
Títulos cedidos por empréstimo	3 357	1	1	0	0	0	0	0	0	3 359
Due to banks	1 320	1	0	0	0	0	0	0	0	1 322
Due to customers	2 036	0	1	0	0	0	0	0	0	2 037
Outros empréstimos a curto prazo	11 067	899	584	1 136	266	205	0	0	0	14 158
Dívida a longo prazo	0	1 735	28 579	9 505	5 017	2 480	22 627	47 762	34 377	152 083
Títulos de dívida – sénior	0	1 678	7 444	8 977	4 388	1 790	15 050	43 552	25 510	108 389
Títulos de dívida subordinados	0	28	1 943	109	1	0	1 314	1 232	2 089	6 717
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	26	19 193	376	592	673	6 250	2 838	6 602	36 550
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	3	0	42	36	17	13	141	175	427
Trust Preferred Securities	0	0	0	3 168	0	0	0	0	0	3 168
Outros passivos financeiros	96 571	976	1 785	134	44	1 024	268	101	59	100 962
<b>Total financial liabilities</b>	<b>835 117</b>	<b>59 617</b>	<b>145 335</b>	<b>45 450</b>	<b>16 743</b>	<b>14 872</b>	<b>35 361</b>	<b>58 809</b>	<b>49 300</b>	<b>1 260 603</b>
<b>Other liabilities</b>	<b>18 797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 797</b>
<b>Total equity</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>68 737</b>	<b>68 737</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>853 913</b>	<b>59 617</b>	<b>145 335</b>	<b>45 450</b>	<b>16 743</b>	<b>14 872</b>	<b>35 361</b>	<b>58 809</b>	<b>118 037</b>	<b>1 348 137</b>
Compromissos assumidos fora do balanço	39 720	9 767	13 480	19 872	9 390	15 678	27 793	91 753	36 200	263 654
Bancos	20 274	5 010	7 445	10 854	5 178	8 539	14 394	46 720	19 178	137 593
Retalho	8 192	1 246	388	86	115	577	343	79	4 360	15 386
Grandes empresas e outros clientes	11 253	3 511	5 647	8 932	4 097	6 563	13 055	44 954	12 662	110 674



Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2017

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Deposits	359 619	34 022	111 755	23 845	12 259	9 488	9 296	9 503	12 087	581 873
Due to banks	58 070	5 618	10 520	4 464	1 081	1 345	2 744	5 277	8 921	98 041
Due to customers	301 549	28 404	101 234	19 381	11 178	8 143	6 552	4 226	3 165	483 832
Retalho	120 110	10 308	73 943	3 059	2 074	1 336	1 111	1 187	601	213 730
Grandes empresas e outros clientes	181 439	18 095	27 291	16 323	9 103	6 806	5 441	3 038	2 565	270 102
Passivos detidos para negociação	414 189	0	0	0	0	0	0	0	0	414 189
Títulos para negociação	71 148	0	0	0	0	0	0	0	0	71 148
Outros passivos detidos para negociação	314	0	0	0	0	0	0	0	0	314
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	342 726	0	0	0	0	0	0	0	0	342 726
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	16 018	29 236	6 080	1 574	548	5 520	665	1 091	3 134	63 866
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 722	28 857	4 167	1 089	5	4 897	62	24	18	53 840
Dívida a longo prazo	256	33	582	323	345	427	603	889	2 980	6 439
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 040	346	1 332	161	199	196	1	178	136	3 587
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	574	0	0	0	574
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	11	58	230	65	41	423	249	218	1 294
Recursos de bancos centrais adquiridos	174	83	0	0	0	0	0	0	0	257
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 143	353	1 497	409	94	837	476	16	23	17 849
Due to banks	11 459	266	1 453	327	43	736	476	11	0	14 772
Due to customers	2 684	87	44	82	52	102	0	5	23	3 077
Títulos cedidos por empréstimo	6 684	3	1	0	0	0	0	0	1	6 688
Due to banks	2 253	3	0	0	0	0	0	0	1	2 256
Due to customers	4 432	0	1	0	0	0	0	0	0	4 433
Outros empréstimos a curto prazo	11 831	848	1 542	1 227	738	2 226	0	0	0	18 411
Dívida a longo prazo	0	886	5 029	16 419	9 931	14 137	21 218	49 923	42 172	159 715
Títulos de dívida – sénior	0	626	4 266	3 481	5 873	3 334	19 392	45 546	26 978	109 496
Títulos de dívida subordinados	0	0	189	267	67	11	48	1 096	5 554	7 232
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	210	529	12 496	3 886	10 722	1 685	3 230	9 362	42 120
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	50	45	176	105	70	93	50	278	868
Trust Preferred Securities	0	0	1 644	2 723	274	183	666	0	0	5 491
Outros passivos financeiros	112 960	1 254	2 228	180	197	177	204	163	4	117 367
<b>Total financial liabilities</b>	<b>935 618</b>	<b>66 696</b>	<b>129 835</b>	<b>46 607</b>	<b>24 107</b>	<b>33 182</b>	<b>32 949</b>	<b>60 944</b>	<b>57 637</b>	<b>1 387 574</b>
<b>Other liabilities</b>	<b>19 051</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19 051</b>
<b>Total equity</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>68 099</b>	<b>68 099</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>954 669</b>	<b>66 696</b>	<b>129 835</b>	<b>46 607</b>	<b>24 107</b>	<b>33 182</b>	<b>32 949</b>	<b>60 944</b>	<b>125 736</b>	<b>1 474 724</b>
Compromissos assumidos fora do balanço	6 290	8 484	10 418	16 261	8 234	15 928	27 732	84 121	28 996	206 464
Bancos	238	406	1 398	1 591	557	733	952	346	216	6 437
Retalho	352	253	389	247	108	205	223	445	8 483	10 706
Grandes empresas e outros clientes	5 700	7 825	8 630	14 423	7 569	14 990	26 557	83 330	20 297	189 320

## Relatório de Remunerações

157	<p><b>Introdução</b> – 155</p> <p><b>Relatório de Remuneração do Conselho de Administração</b></p> <p><b>Governo da Remuneração do Conselho de Administração</b> – 157</p> <p><b>Princípios das políticas de remunerações</b> – 158</p> <p><b>Estrutura de remuneração</b> – 159</p> <p><b>Incentivo de longo prazo e sustentabilidade</b> – 165</p> <p><b>Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)</b> – 166</p> <p><b>Limitações no caso de acontecimentos excepcionais</b> – 166</p> <p><b>Diretrizes de participações</b> – 167</p> <p><b>Outros benefícios aquando de cessação antecipada</b> – 167</p> <p><b>Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2018</b> – 168</p> <p><b>Prémios em ações</b> – 171</p> <p><b>Participação acionista do Conselho de Administração, Diretrizes de participações</b> – 172</p> <p><b>Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)</b> – 175</p> <p><b>Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)</b> – 181</p>
183	<p><b>Relatório de Remuneração dos colaboradores</b></p> <p><b>Contexto regulamentar</b> – 183</p> <p><b>Governo das remunerações</b> – 184</p> <p><b>Estratégia de remuneração</b> – 185</p> <p><b>Quadro de remuneração do Grupo</b> – 186</p> <p><b>Determinação da remuneração variável baseada no desempenho</b> – 187</p> <p><b>Estrutura de remuneração variável</b> – 188</p> <p><b>Ajustamento ex post de risco da remuneração variável</b> – 189</p> <p><b>Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas</b> – 190</p> <p><b>Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais</b> – 193</p>
196	<p><b>Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização</b></p> <p><b>Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2018</b> – 197</p>

## Introdução

O Relatório de Remuneração de 2018 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

### Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG (políticas de remuneração). Seguem-se informações sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

### Relatório de Remuneração dos colaboradores

A segunda secção do Relatório de remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (incluindo o Grupo DWS e as unidades do Postbank). O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2018. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

### Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – “HGB”), da norma de contabilidade alemã n.º 17 “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

## Mensagem do Presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

Neste relatório poderão encontrar informações pormenorizadas sobre o sistema de remunerações e a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Eis um breve resumo dos principais pontos:

Este ano não alterámos as nossas políticas de remuneração, pois acreditamos que o nosso enquadramento atual demonstrou ser eficaz. De acordo com as nossas políticas de remuneração, cada membro do Conselho de Administração, em paralelo com um salário fixo e uma contribuição para o plano de pensões corporativo, tem direito a uma remuneração variável sujeita à consecução de objetivos estabelecidos anualmente. A maior parte (60%) da remuneração variável é baseada em objetivos a longo prazo e orientados para o Grupo, enquanto a parte restante (até 40%) se baseia em objetivos a curto prazo do Grupo e objetivos individuais ou da divisão. Pela primeira vez, em 2018, os objetivos individuais incluem o desempenho em relação a determinadas métricas qualitativas e quantitativas incluídas em pontuações equilibradas do Conselho de Administração. Estas pontuações estão a ser implementadas em todo o banco e irão abranger toda a organização durante 2019.

No exercício em análise, o nível de consecução de objetivos para o prémio a longo prazo foi de 41 % e para os objetivos a curto prazo do Grupo foi de 70 %. Para mais informações, consulte as páginas seguintes.

O banco reportou o seu primeiro lucro líquido desde 2014. Como o Conselho de Administração não recebeu qualquer remuneração variável relativa aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, vamos conceder aos membros do Conselho de Administração a remuneração variável resultante da consecução dos respetivos objetivos. Os resultados são simultaneamente diferenciados e equilibrados, com valores entre 80% e 154%, num intervalo de zero a 200%. Pela primeira vez, os requisitos da portaria relativa a remunerações para instituições de 2017 têm de ser aplicados para a concessão de remuneração variável relativa ao ano em análise. Assim, a remuneração diferida dos membros do Conselho de Administração estará sujeita a um período de diferimento de pelo menos cinco anos e será possível reclamar componentes de remuneração até dois anos após a tranche final ter sido concedida em situações específicas que foram definidas pela entidade reguladora.

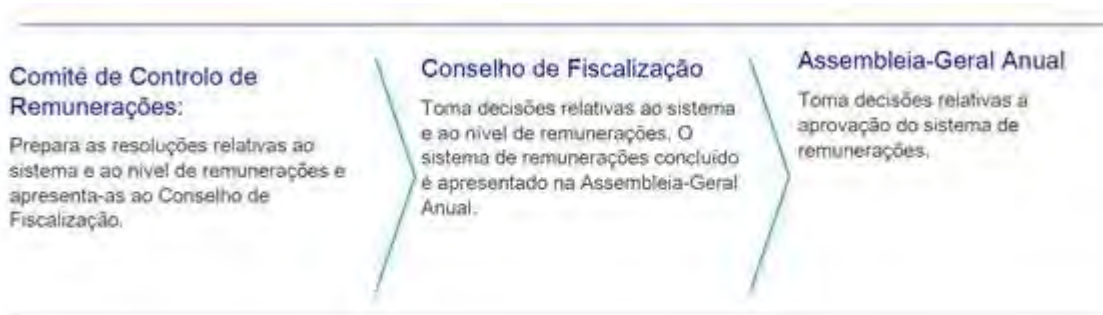
O Conselho de Fiscalização aguarda a discussão deste e de outros tópicos na Assembleia-Geral.

Atenciosamente,

Dr. Paul Achleitner

# Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

## Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação e conceção do sistema de remuneração (políticas de remuneração) e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comitê de Controlo de Remunerações. O Comitê de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada das políticas de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comitê de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comitê de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente as políticas de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação das políticas remuneratórias, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista em § 120 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Isto ocorreu pela última vez em 2017 e o Conselho de Fiscalização irá continuar a utilizar esta possibilidade de acordo com a lei alemã que implementa a segunda diretiva relativa aos direitos dos acionistas que se encontra atualmente em processo legislativo.

## Princípios das políticas de remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar as políticas de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto nas políticas de remunerações como nas remunerações individuais e, por isso, foram tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

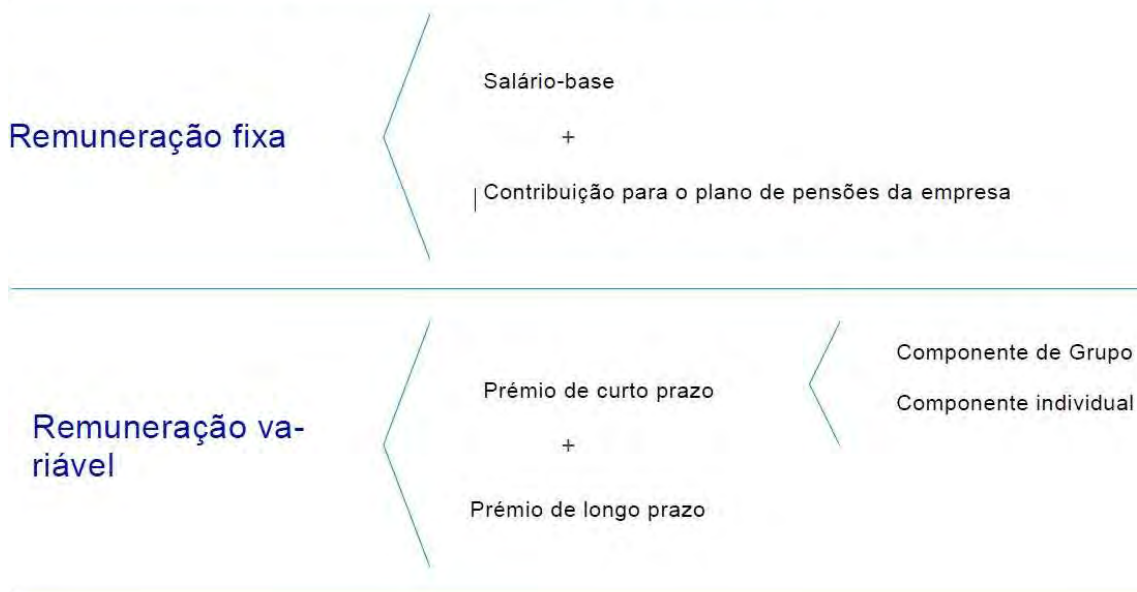
<b>Governo da sociedade</b>	A estruturação das políticas de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que esteja em consonância com as práticas de mercado habituais e seja competitivo com funções comparáveis.
<b>Group Strategy (estratégia do Grupo)</b>	Através da estrutura das políticas de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
<b>Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração</b>	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. Estes objetivos podem ser de natureza financeira ou não financeira.
<b>Limites de remuneração regulamentares ou outros</b>	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com maioria de 91%. As políticas de remuneração deliberadas pelo Conselho de Fiscalização também preveem limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2018, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.
<b>Aspetos de sustentabilidade</b>	Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como um componente de remuneração não baseado em ações e a ser obtido em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos. A remuneração variável total poderá ser reclamada pelo banco num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração (clawback).
<b>Interesses dos acionistas</b>	Ao conceber a estrutura específica das políticas de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a aplicação e distribuição da remuneração, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.

As políticas de remunerações e as estruturas de remuneração que estas abrangem encontram-se refletidas nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

## Estrutura de remuneração

- Estruturas de remuneração transparentes
- Ligações claras entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
- Forte ênfase nos interesses dos acionistas

### Estrutura e elementos de remunerações do novo sistema de remunerações



As políticas de remuneração aplicáveis a partir de janeiro de 2017 consistem em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

### Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em subsídios, em contribuições para o plano de pensões corporativo e “outros benefícios”.

O salário-base anual ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. Os Presidentes recebem um salário-base anual de 3 milhões de euros. O salário-base anual para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na CIB é de 3 milhões de euros, e para os restantes membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em conjunto com a Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. Este limite regulamentar obrigatório foi implementado em 2014.

Ao abrigo das normas InstVV, o Conselho de Fiscalização pode atribuir provisões funcionais opcionais aos membros do Conselho de Administração a quem são atribuídas tarefas adicionais e uma responsabilidade específica além da área de responsabilidade normal atribuída no âmbito do Conselho de Administração. As provisões podem corresponder a um máximo de 100 % do salário-base anual e são pagas enquanto as tarefas adicionais e responsabilidades específicas forem atribuídas ao membro do Conselho de Administração. Ao abrigo das normas InstVV, as provisões funcionais são consideradas parte da remuneração fixa e, por isso, não estão sujeitas a condições de perda de direitos ou clawback.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

## Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

As políticas de remuneração atuais estabelecem que a remuneração tem de estar associada a critérios de desempenho transparentes. A estrutura permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. Inclui dois componentes:

- o Prémio de curto prazo e
- o Prémio de longo prazo.

A portaria InstVV de 2017 estipula, de um modo geral, um período de avaliação de três anos para a remuneração variável. Este requisito é tido em conta atribuindo um período de referência de três anos a cada um dos três objetivos do componente de longo prazo. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o desempenho será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro do Conselho de Administração. Além disso, o período de diferimento da remuneração variável será ampliado o número de anos em falta relativamente ao período de avaliação.

### Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto e médio prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir os objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- o Componente de Grupo e
- o Componente individual.

#### Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente as políticas de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho anuais subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA a partir de 2017.



Em conformidade com a estratégia, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custos ajustados	Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

#### Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que são utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. Regra geral, são estabelecidos três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração.

Pela primeira vez, em 2018, a **pontuação equilibrada** foi integrada nas políticas de remuneração do componente individual do Prémio de curto prazo a determinar pelo Conselho de Fiscalização. A pontuação equilibrada permite tornar operacionais os objetivos estratégicos transformando-os em medidas concretas, criando simultaneamente uma visão geral das prioridades do Grupo. A pontuação equilibrada dos membros do Conselho de Administração abrange dois componentes: (i) os indicadores-chave de desempenho (KPI) e (ii) as entregas-chave, cujo nível de consecução é determinado no final do exercício. A pontuação equilibrada contém números financeiros-chave, bem como indicadores-chave de desempenho (não financeiros) relativos a negócio de clientes, pessoal, ambiente de controlo e inovação. De forma a associar a pontuação equilibrada com a remuneração dos membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu que será contabilizado um rácio de 30% do componente individual do STA (ou seja, 6-9% da remuneração variável total) incluído no componente que abrange os KPI na avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, no exercício de 2018. O componente da pontuação equilibrada que abrange as entregas-chave também será contabilizado na avaliação de desempenho a partir do exercício de 2019.

A soma dos objetivos acordados individualmente e de cada divisão ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos individuais supramencionados e dos indicadores-chave de desempenho da pontuação equilibrada. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

### Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

em euros	2018		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Chairman			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual	0	1 400 000	2 800 000
<b>STA total<sup>1</sup></b>	<b>0</b>	<b>1 900 000</b>	<b>3 800 000</b>
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual (desde - até)	0	800 000	1 600 000
	0	até 1 400 000	até 2 800 000
<b>Total STA (desde - até)</b>	<b>0</b>	<b>1 300 000</b>	<b>2 600 000</b>
	<b>0</b>	<b>até 1 900 000</b>	<b>até 3 800 000</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

### Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco claro na consecução dos objetivos de longo prazo. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

**60%** da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA. Para 2018, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos comuns seguintes para todos os membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.

Em 2018, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank

---

BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

---

O Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover o crescimento e o fortalecimento do Banco, com base na noção de **crescimento orgânico do capital** real. O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

Tal como no ano transato, o terceiro objetivo é tirado da categoria "**Cultura e Clientes**". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes para o exercício de 2018. Um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é - novamente este ano - a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

## Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidas métricas financeiras para medir o nível de consecução dos objetivos de forma transparente. A decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
<b>Prémio de curto prazo (STA)</b>	Componente de grupo <sup>(1)</sup>	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar) <sup>(2)</sup>	
	Crescimento de receitas/IBIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30%
Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30%	
Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%	
<b>Prémio de longo prazo (LTA)<sup>(3)</sup></b>	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	*Fator de cultura e cliente*/Grupo de classificação do ambiente de controlo	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB

(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos

(3) Objecões ao nível do grupo a longo prazo

## Remuneração máxima

### Remuneração total/Valores alvo e máximo

em euros					2018	2017
	Salário-base	Componente de grupo	STA <sup>1</sup> Componente individual	LTA <sup>2</sup>	Remuneração total	Remuneração total
<b>Chairman</b>						
Alvo	3 400 000	500 000	1 400 000	3 400 000	8 700 000	8 700 000
Máximo	3 400 000	1 000 000	2 800 000	5 100 000	12 300 000	12 300 000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)</b>						
Alvo	3 000 000	500 000	1 400 000	2 800 000	7 700 000	7 700 000
Máximo	3 000 000	1 000 000	2 800 000	4 200 000	11 000 000	11 000 000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (AM)</b>						
Alvo	2 400 000	500 000	1 300 000	2 800 000	7 000 000	7 000 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 600 000	4 200 000	10 200 000	10 200 000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (PCB)</b>						
Alvo	2 400 000	500 000	1 100 000	2 800 000	6 800 000	6 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 200 000	4 200 000	9 800 000	9 800 000
<b>Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)</b>						
Alvo	2 400 000	500 000	800 000	2 800 000	6 500 000	6 500 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	1 600 000	4 200 000	9 200 000	9 200 000

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2018. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

## Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida.

**75%** da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

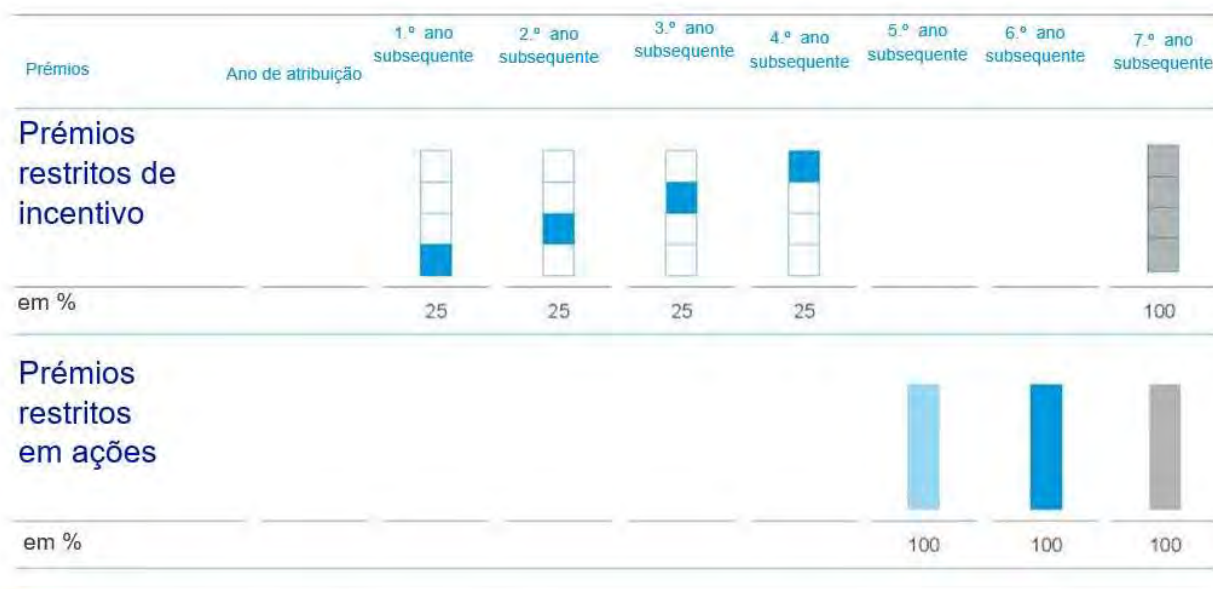
A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos

específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

#### Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração



- Aquisição e/ou não perda de direitos, alinhada com pagamento ou entrega.
- Aquisição seguida de um período de carência até à entrega; sujeita a condições de perda de direitos individuais durante o período de carência.
- Fim da possibilidade de solicitar remuneração ("Recuperação" ou clawback) de componentes de remuneração já pagos/entregues.

## Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

Para criar incentivos a longo prazo, os componentes de remuneração prémios restritos em ações e prémios restritos de incentivo são diferidos ou faseados ao longo de vários anos. Os prémios podem ser total ou parcialmente caducados, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, os prémios poderão ser totalmente perdidos se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A revisão do InstVV adotada em agosto de 2017 obriga a que as "disposições de recuperação" (clawback) deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento. A disposição de recuperação que já tinha sido acordada individualmente com os membros do Conselho de Administração, em 2017, é agora aplicável, pela primeira vez, aos elementos de remuneração concedidos no exercício de 2018.

## Limitações no caso de acontecimentos excepcionais

No caso de acontecimentos excepcionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se

tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

## Diretrizes de participações

- Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
- Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
- Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter representa duas vezes o salário-base anual, ou seja, o equivalente a 6 800 000 euros. Para os outros membros do Conselho de Administração, o número de ações a deter corresponde a um salário-base anual, ou seja, o equivalente a 2 400 000 ou 3 000 000 euros, respetivamente.

As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a  $1 \frac{1}{3}$  das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

## Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional no montante de 4% por ano do montante atingido a 31 de dezembro do ano anterior.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

## Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores

de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

## Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2018

### Remuneração fixa

No exercício de 2018, o salário-base anual foi de 3 400 000 € para o Presidente do Conselho de Administração e de 2 400 000 ou 3 000 000 €, respetivamente, para os restantes membros do Conselho de Administração. Relativamente ao período de novembro de 2017 a agosto de 2018, foi concedida ao membro do Conselho de Administração, Stuart Lewis, uma provisão funcional de 150 000 euros por mês. O Conselho de Fiscalização conferiu a Stuart Lewis a responsabilidade adicional de melhorar a relação com as entidades reguladoras nos EUA, além das suas áreas de responsabilidade segundo o plano de afetação de negócios. Relativamente ao período de dezembro de 2017 a novembro de 2020, Garth Ritchie irá receber uma provisão funcional mensal de 250 000 euros. Foi confiada ao Sr. Ritchie uma responsabilidade adicional relacionada com as implicações do Brexit, além das suas áreas de responsabilidade segundo o plano de afetação de negócios.

### Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, atuando com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2018. O Conselho de Fiscalização calculou e determinou o montante do LTA e do STA com base no nível de consecução dos respetivos objetivos e/ou números dos indicadores-chave. O contributo individual para os resultados foi determinado com base na consecução dos objetivos acordados individualmente tendo em conta os resultados da pontuação equilibrada.

### Nível de consecução de objetivos

No exercício de 2017, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para o **Componente de grupo do STA** foi o seguinte: Relativamente ao rácio Common Equity Tier 1 (CET1), foi alcançado o nível alvo pretendido. O rácio de alavancagem pretendido não foi totalmente alcançado; melhorou em termos homólogos, ainda que o nível alvo de 2018 não tenha sido alcançado na sua totalidade (consulte a secção “Rácio de alavancagem” no Relatório de risco para obter detalhes adicionais). O nível alvo pretendido para 2018 relativamente aos gastos operacionais ajustados (excl. juros) foi alcançado na sua totalidade. O alvo de rentabilidade após impostos para 2018 não foi alcançado.

Em suma, o Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos de 70 % para o componente de grupo.

---

70 %

foi o nível de consecução dos objetivos para o componente de grupo do STA

---

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2018, incluindo os da pontuação. Os objetivos dos atuais membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

#### *Christian Sewing*

Os objetivos do Sr. Sewing como membro do Conselho de Administração com responsabilidade na PCB incluíram a consecução dos objetivos do plano de gestão de recursos de 2018 relativamente a colaboradores, ativos ponderados pelo risco e custos. Outro objetivo incluía uma meta de IBIT relativa à divisão para o exercício de 2018. Os objetivos do Sr. Sewing como Presidente do Conselho de Administração incluíam o desenvolvimento e a implementação de um



plano estratégico, o objetivo de custo comunicado de 23 mil milhões de euros, bem como a estabilização e/ou melhoria da satisfação do cliente e do compromisso dos colaboradores.

#### *Garth Ritchie*

Os objetivos do Sr. Ritchie incluíam a alteração do foco da CIB. A comunicação com os clientes e a cultura interna deveriam ser melhoradas. Outro objetivo acordado com o Sr. Ritchie como diretor-geral foi o de criar relações mais estreitas com as entidades reguladoras da Grã-Bretanha.

#### *Karl von Rohr*

Um dos objetivos do Sr. von Rohr era implementar a fusão do Postbank AG no Bank Privat- und Geschäftskunden AG relativamente a questões jurídicas e de RH. O Sr. von Rohr também tinha a entrega da IPO da DWS, bem como a criação das estruturas de governo da sociedade ao nível do conselho de fiscalização da DWS como objetivos. O número de litígios jurídicos pendentes – com especial atenção nas questões que colocam maior risco – deveria ser mais reduzido. Além disso, foram acordados objetivos de custos com o Sr. von Rohr para a sua área de responsabilidade.

#### *Stuart Lewis*

Um dos objetivos do Sr. Lewis era simplificar a organização de risco transferindo iniciativas sem risco para áreas mais adequadas. Outro objetivo era melhorar o foco e a cooperação com a área de Finanças. Por último, o Sr. Lewis teve como objetivo a remediação imediata das conclusões regulamentares.

#### *Sylvie Matherat*

Na sua responsabilidade para o Diretor regulamentar, a Sra. Matherat foi mandatada para continuar a fortalecer o ambiente de controlo do banco em 2018. Em termos de Conformidade, foi-lhe atribuída a tarefa de melhorar a supervisão, o que inclui uma análise de eficácia e o desenvolvimento de cenários de supervisão do negócio, expansão da supervisão das comunicações eletrónicas e automatização da supervisão de voz. Além disso, deveria transpor os requisitos da quarta diretiva antibrandeamento de capitais (4AMLD) nas nossas políticas de combate aos crimes financeiros (AFC) e implementar o quadro para a investigação de crimes financeiros. O terceiro objetivo acordado com a Sra. Matherat foi melhorar a monitorização das transações financeiras. Por fim, o fortalecimento e melhoria da gestão de custos foi um objetivo acordado com a Sra. Matherat.

#### *James von Moltke*

Os objetivos do Sr. von Moltke incluíam a conceção e implementação do programa estratégico “Catalisador de custos” que pretende identificar e eliminar ineficácias de custos estruturais, melhorar a nossa cultura de custos e contribuir para alcançar os objetivos de desempenho operacional a curto prazo do Deutsche Bank. Outros objetivos diziam respeito à melhoria das capacidades de relato de liquidez e gestão do Banco e à execução de melhorias organizacionais de acordo com as prioridades da organização de Finanças.

#### *Nicolas Moreau*

Os objetivos do Sr. Moreau incluíam a criação de entradas líquidas e alcançar um desempenho sólido em termos de investimento. Outros objetivos diziam respeito à implementação de reduções de custos e à melhoria da eficiência de custos. Os critérios de desempenho para o objetivo criar uma cultura de desempenho na DWS eram aumentar a percentagem de mulheres em cargos de gestão e melhorar o compromisso dos colaboradores.

#### *Werner Steinmüller*

Para o exercício de 2018, foram acordados com o Sr. Steinmüller um objetivo de proveitos relativamente à Ásia e Pacífico, a região pela qual o Sr. Steinmüller é responsável, e um objetivo de custos. Adicionalmente, foi acordado um objetivo de franquias para fortalecer e expandir o governo, o ambiente de controlo e a marca Deutsche Bank na região.

#### *Frank Strauß*

O Sr. Strauß tinha de alcançar um objetivo de IBIT e de proveitos para a divisão Private & Commercial Clients. A criação do “The Bank for Germany” era outro objetivo. O plano de gestão de recursos de 2018 relativamente a colaboradores, ativos ponderados pelo risco e custos constituía outro objetivo. Por fim, o Sr. Strauß deveria implementar uma plataforma de banca digital.

---

**80 % -154 %** foi o nível de consecução dos objetivos para o componente individual do STA

---

O nível individual de consecução dos membros do Conselho de Administração que desempenharam funções durante todo o ano de 2018 situa-se entre 80% e 154%.

No exercício de 2018, o desenvolvimento das três métricas de desempenho para o Componente de grupo **do LTA** foi o seguinte: Embora o RTSR tenha melhorado em termos homólogos, o desempenho médio no triénio relevante (2016 a 2018) foi de 73,6% e, por conseguinte, situou-se abaixo do desempenho do grupo de pares; isto resultou num nível de consecução de 42%. O crescimento orgânico do capital, conforme definido, teve uma evolução negativa de 2016 a 2018; o nível de consecução resultante foi de 0%. O reforço do ambiente de controlo foi avaliado com base no feedback da auditoria interna e das autoridades de fiscalização e melhorou novamente em 2018; o nível de consecução foi de 81%. Devido a estes fatores, o nível de consecução global deliberado pelo Conselho de Fiscalização foi de 41%.

**41 %** foi o nível de consecução dos objetivos do LTA

## Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2018 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 55 716 289 euros (2017: 29 750 000 €). 29 911 111 euros deste montante destinavam-se à remuneração fixa (2017: 29 750 000 €). 25 805 178 euros (2017: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2018 e 2017, como se segue:

em euros	Salário- -base	Provisão funcional	2018		Remuneração total	2017	Remuneração total
			Componente de grupo	Componente individual			
Christian Sewing	3 291 111	0	350 000	2 035 931	1 327 037	7 004 079	2 900 000
Garth Ritchie	3 000 000	3 000 000	350 000	1 120 000	1 148 003	8 618 003	3 250 000
Karl von Rohr	2 836 667	0	350 000	1 200 000	1 148 003	5 534 670	2 400 000
Stuart Lewis	2 400 000	1 200 000	350 000	1 000 000	1 148 003	6 098 003	2 700 000
Sylvie Matherat	2 400 000	0	350 000	640 000	1 148 003	4 538 003	2 400 000
James von Moltke <sup>3</sup>	2 400 000	0	350 000	1 200 000	1 148 003	5 098 003	1 200 000
Nicolas Moreau <sup>4</sup>	1 200 000	0	175 000	520 000	574 001	2 469 001	2 400 000
Werner Steinmüller	2 400 000	0	350 000	880 000	1 148 003	4 778 003	2 400 000
Frank Strauß <sup>5</sup>	2 400 000	0	350 000	1 669 600	1 148 003	5 567 603	800 000
John Cryan <sup>6</sup>	1 133 333	0	116 667	175 000	464 668	1 889 668	3 400 000
Kimberly Hammonds <sup>7</sup>	1 000 000	0	145 833	200 000	478 335	1 824 168	2 400 000
Dr. Marcus Schenck <sup>8</sup>	1 250 000	0	145 833	422 917	478 335	2 297 085	2 900 000
Jeffrey Urwin <sup>9</sup>	0	0	0	0	0	0	600 000
<b>Total</b>	<b>25 711 111</b>	<b>4 200 000</b>	<b>3 383 333</b>	<b>11 063 448</b>	<b>11 358 397</b>	<b>55 716 289</b>	<b>29 750 000</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total de 2 916 667 euros relativa a 2018.

<sup>5</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>6</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>7</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>8</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>9</sup> Membro até 31 de março de 2017.

A tabela acima não inclui quaisquer elementos de remuneração atribuídos a membros do Conselho de Administração como substituição de componentes de remuneração que tenham sido renunciados na entidade patronal anterior. Estes são apresentados nas tabelas, em conformidade com o código de governo das sociedades alemão e DRS 17.

## Prêmios em ações

O número de prêmios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de prêmios restritos em ações (REA), em 2019 relativamente ao exercício de 2018, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2019, ou a cotação de fecho Xetra no dia 1 de março de 2019 (8,173 euros). Não foram atribuídos prêmios em ações no ano anterior devido à renúncia por parte dos membros do Conselho de Administração à determinação e à atribuição da remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Membros do Conselho de Administração

Unidades de Participação	Ano	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
Christian Sewing	2018	340 722
	2017	0
Garth Ritchie	2018	240 242
	2017	0
Karl von Rohr	2018	247 583
	2017	0
Stuart Lewis	2018	229 230
	2017	0
Sylvie Matherat	2018	196 195
	2017	0
James von Moltke <sup>1</sup>	2018	247 583
	2017	0
Nicolas Moreau <sup>2</sup>	2018	116 450
	2017	0
Werner Steinmüller	2018	218 218
	2017	0
Frank Strauß <sup>3</sup>	2018	290 676
	2017	0
John Cryan <sup>4</sup>	2018	69 405
	2017	0
Kimberly Hammonds <sup>5</sup>	2018	75 630
	2017	0
Dr. Marcus Schenck <sup>6</sup>	2018	96 086
	2017	0

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke, em 2017, em substituição dos prêmios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior não são apresentados aqui.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

## Participação acionista do Conselho de Administração, Diretrizes de participações

Em 15 de fevereiro de 2019 e em 16 de fevereiro de 2018, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
Christian Sewing	2019	73 237
	2018	54 356
Garth Ritchie	2019	84 738
	2018	43 227
Karl von Rohr	2019	5 601
	2018	5 601
Frank Kuhnke <sup>1</sup>	2019	7 094
Stuart Lewis	2019	103 561
	2018	88 292
Sylvie Matherat	2019	0
	2018	0
James von Moltke <sup>2</sup>	2019	24 967
	2018	0
Werner Steinmüller	2019	146 905
	2018	119 688
Frank Strauß <sup>3</sup>	2019	10 772
	2018	7 172
<b>Total</b>	<b>2019</b>	<b>456 875</b>
	2018	318 336

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 456 875 ações do Deutsche Bank em 15 de fevereiro de 2019, correspondente a aproximadamente 0,02% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 16 de fevereiro de 2018 e 15 de fevereiro de 2019, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 16.2.2018	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 15 de fevereiro de 2019
Christian Sewing	96 821	684	35 824	0	61 681
Garth Ritchie	618 736	2 242	76 424	0	544 554
Karl von Rohr	49 206	551	0	0	49 757
Frank Kuhnke <sup>1</sup>	–	–	–	–	104 507
Stuart Lewis	160 498	1 474	28 916	0	133 056
Sylvie Matherat	12 181	137	0	0	12 318
James von Moltke <sup>2</sup>	194 142	0	47 535	0	146 607
Werner Steinmüller	220 821	1 894	51 836	0	170 878
Frank Strauß <sup>3</sup>	46 983	20 019	6 857	0	60 144

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

Um membro do Conselho de Administração não cumpriu a obrigação de retenção à data de 31 de dezembro ou foi incapaz de cumprir esta obrigação antes dessa data, devido a restrições de aquisição. No entanto, no momento de publicação do presente relatório, a obrigação tinha sido cumprida. Os restantes membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações em 2018 ou encontram-se atualmente no período de espera.

## Benefícios de pensão

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2018 e 2017, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2018 a partir de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Christian Sewing	1 007 500	1 046 500	0	0	3 831 500	2 824 000	879 750	899 307	3 366 182	2 450 830
Garth Ritchie	1 440 000	1 500 000	0	0	4 490 000	3 050 000	1 274 429	1 306 915	4 026 939	2 704 127
Karl von Rohr	845 000	871 000	0	0	2 368 001	1 523 001	796 009	807 465	2 249 165	1 434 564
Stuart Lewis	845 000	871 000	0	0	4 058 938	3 213 938	796 009	807 465	4 236 867	3 377 866
Sylvie Matherat	754 000	786 500	0	0	2 127 168	1 373 168	755 261	774 917	2 125 681	1 354 995
James von Moltke <sup>1</sup>	975 000	503 750	0	0	1 478 750	503 750	864 990	451 453	1 334 670	463 619
Nicolas Moreau <sup>2</sup>	0	1 340 000	0	0	0 <sup>7</sup>	1 687 500	607 093	1 232 878	0	1 591 229
Werner Steinmüller	650 000	650 000	32 934	6 667	1 506 268	823 334	688 942	701 617	1 542 860	907 793
Frank Strauß <sup>3</sup>	1 007 500	348 834	0	0	1 356 334	348 834	876 266	313 391	1 202 739	321 839
John Cryan <sup>4</sup>	0	728 000	0	0	0 <sup>8</sup>	1 875 250	733 807	748 829	0	1 916 940
Kimberly Hammonds <sup>5</sup>	0	936 000	0	0	0 <sup>9</sup>	1 186 001	825 100	842 110	0	1 091 041
Dr. Marcus Schenck <sup>6</sup>	541 668	1 105 000	0	0	2 731 169	2 189 501	504 568	1 018 267	2 553 842	2 051 090

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinado um montante de custos de serviço de 607 093 euros relativo a 2018.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>7</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 084 667 euros e no montante de 579 694 euros para a DWS Management GmbH.

<sup>8</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 3 420 961 euros.

<sup>9</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 231 933 euros.

## Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Em 2018, os membros do Conselho de Administração John Cryan, Kimberly Hammonds, Marcus Schenck e Nicolas Moreau deixaram o Conselho de Administração. Os pagamentos de rescisão a que tinham direito com base no respetivo contrato de trabalho foram acordados com estes membros da seguinte forma:

John Cryan deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 8 de abril de 2018. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência já acordada no contrato de trabalho no valor de 2 210 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 8 674 000 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 1 071 800 euros, foi desembolsada em numerário em maio de 2018. A segunda prestação no montante de 1 071 800 euros foi concedida em ações e deverá ser desembolsada em 30 de abril de 2019. Foi concedida outra prestação no montante de 3 265 200 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 30 de abril de 2023. Foi concedida uma prestação final no montante de 3 265 200 euros sob a forma de remuneração com base em ações com um período de liquidação que termina a 30 de abril de 2024. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes.

Kimberly Hammonds deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 24 de maio de 2018. Na base do contrato de indenização, foram acordados pagamentos de indenização por uma restrição pós-contratual à concorrência já acordada no contrato de trabalho no valor de 1 560 000 euros e uma indenização por cessação de funções no valor de 3 303 834 euros. Da indenização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 192 767 euros, foi desembolsada em numerário em maio de 2018. A segunda prestação no montante de 192 767 euros foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 31 de maio de 2019. Foi concedida outra prestação no montante de 1 459 150 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 31 de maio de 2023. Foi concedida uma prestação final no montante de 1 459 150 euros sob a forma de remuneração com base em ações com um período de liquidação que termina a 31 de maio de 2024. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indenização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indenização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes. O valor presente contratual, mas não legalmente realizado da conta de pensões no plano de pensões corporativo no momento da rescisão das funções da Sra. Hammond no Conselho de Administração foi-lhe desembolsado.

Marcus Schenck deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 24 de maio de 2018. Na base do contrato de indenização, foram acordados pagamentos de indenização por uma restrição pós-contratual à concorrência no montante agregado de 1 950 000 euros, pagos em 12 prestações mensais. Marcus Schenck informou o banco que assumiu um novo cargo a partir de 1 de fevereiro de 2019. Desta forma, os pagamentos foram terminados a partir desta data. Não foi acordada qualquer outra indenização por cessação de funções.

Nicolas Moreau deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de dezembro de 2018. Na base do contrato de indenização, foram acordados pagamentos de indenização por uma restrição pós-contratual à concorrência acordada no contrato de trabalho no valor de 960 000 euros e uma indenização por cessação de funções no valor de 807 600 euros. Da indenização por cessação de funções, foi concedida a primeira prestação no montante de 403 800 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Foi concedida uma segunda prestação no montante de 403 800 euros como remuneração com base em ações com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Todas as disposições acordadas contratualmente relativamente a elementos de remuneração variável aplicam-se em conformidade ao pagamento da indenização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback). Além disso, foi acordada a rescisão da relação laboral entre a DWS Management GmbH e Nicolas Moreau como diretor executivo da GmbH. Na base deste contrato de indenização, foi acordada uma indenização por cessação de funções no valor de 7 000 000 euros. A primeira prestação no valor de 1 400 000 euros foi desembolsada em numerário, em dezembro de 2018. A segunda prestação no mesmo montante foi concedida em ações e deverá ser desembolsada em 1 de março de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 2 100 000 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 2 100 000 euros sob a forma de remuneração com base em ações com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2025.

## Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
	2018	2017	2018	2017
em euros				
James von Moltke <sup>1</sup>	225 845	0	630 407	671 148
Stuart Lewis	(393 743) <sup>2</sup>	955 633	57 414	230 974

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

## Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prêmios restritos de incentivo e prêmios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2018 e 2017 de acordo com o GCGC:

em euros	2018				Christian Sewing 2017	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 291 111	3 291 111	3 291 111	3 291 111	2 900 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	91 805	91 805	91 805	91 805	80 307	80 307
<b>Total</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>2 980 307</b>	<b>2 980 307</b>
Remuneração variável	3 712 968	5 055 000	0	8 491 667	0	4 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	928 242	1 818 333	0	3 636 666	0	1 600 000
Prêmios restritos em ações	2 784 726	3 236 667	0	4 855 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3 712 968</b>	<b>5 055 000</b>	<b>0</b>	<b>8 491 667</b>	<b>0</b>	<b>4 400 000</b>
Custos do serviço de pensões	879 750	879 750	879 750	879 750	899 307	899 307
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>7 975 634</b>	<b>9 317 666</b>	<b>4 262 666</b>	<b>12 754 333</b>	<b>3 879 614</b>	<b>8 279 614</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>7 004 079</b>	<b>8 346 111</b>	<b>3 291 111</b>	<b>11 782 778</b>	<b>2 900 000</b>	<b>7 300 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Garth Ritchie 2017	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
Provisão funcional	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	250 000	250 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	189 609	189 609	189 609	189 609	269 457	269 457
<b>Total</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>3 519 457</b>	<b>3 519 457</b>
Remuneração variável	2 618 003	4 700 000	0	8 000 000	0	4 700 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	654 500	1 900 000	0	3 800 000	0	1 900 000
Prêmios restritos em ações	1 963 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 618 003</b>	<b>4 700 000</b>	<b>0</b>	<b>8 000 000</b>	<b>0</b>	<b>4 700 000</b>
Custos do serviço de pensões	1 274 429	1 274 429	1 274 429	1 274 429	1 306 915	1 306 915
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>10 082 041</b>	<b>12 164 038</b>	<b>7 464 038</b>	<b>15 464 038</b>	<b>4 826 372</b>	<b>9 526 372</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>8 618 003</b>	<b>10 700 000</b>	<b>6 000 000</b>	<b>14 000 000</b>	<b>3 250 000</b>	<b>7 950 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Karl von Rohr 2017	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 836 667	2 836 667	2 836 667	2 836 667	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	49 853	49 853	49 853	49 853	23 642	23 642
<b>Total</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 423 642</b>	<b>2 423 642</b>
Remuneração variável	2 698 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	674 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	2 023 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 698 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	796 009	796 009	796 009	796 009	807 465	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 380 532</b>	<b>7 782 529</b>	<b>3 682 529</b>	<b>10 482 529</b>	<b>3 231 107</b>	<b>7 331 107</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>5 534 670</b>	<b>6 936 667</b>	<b>2 836 667</b>	<b>9 636 667</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Stuart Lewis	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	2017
					Alvo	
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	300 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	184 423	184 423	184 423	184 423	206 628	206 628
<b>Total</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>2 906 628</b>	<b>2 906 628</b>
Remuneração variável	2 498 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	624 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 873 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 498 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	796 009	796 009	796 009	796 009	807 465	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>7 078 435</b>	<b>8 680 432</b>	<b>4 580 432</b>	<b>11 380 432</b>	<b>3 714 093</b>	<b>7 814 093</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>6 098 003</b>	<b>7 700 000</b>	<b>3 600 000</b>	<b>10 400 000</b>	<b>2 700 000</b>	<b>6 800 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Sylvie Matherat	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	6 392	6 392	6 392	6 392	16 338	16 338
<b>Total</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 416 338</b>	<b>2 416 338</b>
Remuneração variável	2 138 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	534 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 603 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 138 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	755 261	755 261	755 261	755 261	774 917	774 917
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5 299 656</b>	<b>7 261 653</b>	<b>3 161 653</b>	<b>9 961 653</b>	<b>3 191 255</b>	<b>7 291 255</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4 538 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				James von Moltke <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	86 975	86 975	86 975	86 975	35 261	35 261
<b>Total</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>1 235 261</b>	<b>1 235 261</b>
Remuneração variável	2 698 003	4 100 000	0	6 800 000	4 858 442 <sup>2</sup>	2 050 000
dos quais:						
Numerário	0	0	0	0	355 404	0
Prêmios restritos de incentivo	674 500	1 300 000	0	2 600 000	1 600 227	650 000
Prêmios iniciais em ações	0	0	0	0	355 404	1 400 000
Prêmios restritos em ações	2 023 503	2 800 000	0	4 200 000	2 547 407	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	615 516	615 516	615 516	615 516	438 038	438 038
<b>Total</b>	<b>3 313 519</b>	<b>4 715 516</b>	<b>615 516</b>	<b>7 415 516</b>	<b>5 296 480</b>	<b>2 488 038</b>
Custos do serviço de pensões	864 990	864 990	864 990	864 990	451 453	451 453
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 665 484</b>	<b>8 067 481</b>	<b>3 967 481</b>	<b>10 767 481</b>	<b>6 983 194</b>	<b>4 174 752</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>5 098 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>6 058 442</b>	<b>3 250 000</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prêmios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".

<sup>3</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.



em euros	2018				Nicolas Moreau <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	129 407	129 407	129 407	129 407	59 383	59 383
<b>Total</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>2 459 383</b>	<b>2 459 383</b>
Remuneração variável	1 269 001	2 300 000	0	3 900 000	0	4 600 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	317 250	900 000	0	1 800 000	0	1 800 000
Prêmios restritos em ações	951 751	1 400 000	0	2 100 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 269 001</b>	<b>2 300 000</b>	<b>0</b>	<b>3 900 000</b>	<b>0</b>	<b>4 600 000</b>
Custos do serviço de pensões	607 093	607 093	607 093	607 093	1 232 878	1 232 878
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 205 501</b>	<b>4 236 500</b>	<b>1 936 500</b>	<b>5 836 500</b>	<b>3 692 261</b>	<b>8 292 261</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>2 469 001</b>	<b>3 500 000</b>	<b>1 200 000</b>	<b>5 100 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>7 000 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total (GCGC) de 3 523 792 euros relativa a 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Werner Steinmüller	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	76 993	76 993	76 993	76 993	82 934	82 934
<b>Total</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 482 934</b>	<b>2 482 934</b>
Remuneração variável	2 378 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	594 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 783 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	387 196	387 196	387 196	387 196	316 490	316 490
<b>Total</b>	<b>2 765 199</b>	<b>4 487 196</b>	<b>387 196</b>	<b>7 187 196</b>	<b>316 490</b>	<b>4 416 490</b>
Custos do serviço de pensões	688 942	688 942	688 942	688 942	701 617	701 617
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5 931 134</b>	<b>7 653 131</b>	<b>3 553 131</b>	<b>10 353 131</b>	<b>3 501 041</b>	<b>7 601 041</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4 778 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Frank Strauß <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	800 000	800 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	71 892	71 892	71 892	71 892	26 893	26 893
<b>Total</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>826 893</b>	<b>826 893</b>
Remuneração variável	3 167 603	4 400 000	0	7 400 000	0	1 466 667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	791 900	1 600 000	0	3 200 000	0	533 333
Prêmios restritos em ações	2 375 703	2 800 000	0	4 200 000	0	933 333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3 167 603</b>	<b>4 400 000</b>	<b>0</b>	<b>7 400 000</b>	<b>0</b>	<b>1 466 667</b>
Custos do serviço de pensões	876 266	876 266	876 266	876 266	313 391	313 391
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 515 761</b>	<b>7 748 158</b>	<b>3 348 158</b>	<b>10 748 158</b>	<b>1 140 284</b>	<b>2 606 951</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>5 567 603</b>	<b>6 800 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 800 000</b>	<b>800 000</b>	<b>2 266 667</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				John Cryan <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 133 333	1 133 333	1 133 333	1 133 333	3 400 000	3 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	10 125	10 125	10 125	10 125	220 982	220 982
<b>Total</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>3 620 982</b>	<b>3 620 982</b>
Remuneração variável	756 335	1 766 666	0	2 966 666	0	5 300 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	189 083	633 333	0	1 266 666	0	1 900 000
Prêmios restritos em ações	567 252	1 133 333	0	1 700 000	0	3 400 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>756 335</b>	<b>1 766 666</b>	<b>0</b>	<b>2 966 666</b>	<b>0</b>	<b>5 300 000</b>
Custos do serviço de pensões	733 807	733 807	733 807	733 807	748 829	748 829
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 633 600</b>	<b>3 643 931</b>	<b>1 877 265</b>	<b>4 843 931</b>	<b>4 369 811</b>	<b>9 669 811</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>1 889 668</b>	<b>2 899 999</b>	<b>1 133 333</b>	<b>4 099 999</b>	<b>3 400 000</b>	<b>8 700 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Kimberly Hammonds <sup>1</sup>					
	2018				2017	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	209 799	209 799	209 799	209 799	260 489	260 489
<b>Total</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>2 660 489</b>	<b>2 660 489</b>
Remuneração variável	824 168	1 708 334	0	2 833 335	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	206 042	541 667	0	1 083 334	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	618 126	1 166 667	0	1 750 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>824 168</b>	<b>1 708 334</b>	<b>0</b>	<b>2 833 335</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	825 100	825 100	825 100	825 100	842 110	842 110
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 859 067</b>	<b>3 743 233</b>	<b>2 034 899</b>	<b>4 868 234</b>	<b>3 502 599</b>	<b>7 602 599</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>1 824 168</b>	<b>2 708 334</b>	<b>1 000 000</b>	<b>3 833 335</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Dr. Marcus Schenck <sup>1</sup>					
	2018				2017	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	2 900 000	2 900 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	13 117	13 117	13 117	13 117	16 148	16 148
<b>Total</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>2 916 148</b>	<b>2 916 148</b>
Remuneração variável	1 047 085	1 958 334	0	3 333 335	0	4 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	261 771	791 667	0	1 583 334	0	1 600 000
Prêmios restritos em ações	785 314	1 166 667	0	1 750 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 047 085</b>	<b>1 958 334</b>	<b>0</b>	<b>3 333 335</b>	<b>0</b>	<b>4 400 000</b>
Custos do serviço de pensões	504 568	504 568	504 568	504 568	1 018 267	1 018 267
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 814 770</b>	<b>3 726 019</b>	<b>1 767 685</b>	<b>5 101 020</b>	<b>3 934 415</b>	<b>8 334 415</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>2 297 085</b>	<b>3 208 334</b>	<b>1 250 000</b>	<b>4 583 335</b>	<b>2 900 000</b>	<b>7 300 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Jeffrey Urwin <sup>1</sup>					
	2018				2017	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	600 000	600 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	530	530
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>	<b>600 530</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	557 370	557 370
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 157 900</b>	<b>1 157 900</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>600 000</b>	<b>600 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração em/para os exercícios de 2018 e 2017 de acordo com o GCGC:

em euros	Christian Sewing		Garth Ritchie		Karl von Rohr		Stuart Lewis	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	3 291 111	2 900 000	3 000 000	3 000 000	2 836 667	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	3 000 000	250 000	0	0	1 200 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	91 805	80 307	189 609	269 457	49 853	23 642	184 423	206 628
<b>Total</b>	<b>3 382 916</b>	<b>2 980 307</b>	<b>6 189 609</b>	<b>3 519 457</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 423 642</b>	<b>3 784 423</b>	<b>2 906 628</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	431 973	999 285
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	377 871
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	126 935	357 391
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	105 340	200 965
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	27 560
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	35 498
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	199 698	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>431 973</b>	<b>999 285</b>
Custos do serviço de pensões	879 750	899 307	1 274 429	1 306 915	796 009	807 465	796 009	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>4 262 666</b>	<b>3 879 614</b>	<b>7 464 038</b>	<b>4 826 372</b>	<b>3 682 529</b>	<b>3 231 107</b>	<b>5 012 405</b>	<b>4 713 378</b>

em euros	Sylvie Matherat		James von Moltke <sup>1</sup>		Nicolas Moreau <sup>2</sup>		Werner Steinmüller	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	6 392	16 338	86 975	35 261	129 407	59 383	76 993	82 934
<b>Total</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 416 338</b>	<b>2 486 975</b>	<b>1 235 261</b>	<b>1 329 407</b>	<b>2 459 383</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 482 934</b>
Remuneração variável	0	0	1 166 703	355 404	0	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	560 758	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	605 945	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	615 516	438 038	0	0	387 196	316 490
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 782 219</b>	<b>793 442</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>387 196</b>	<b>316 490</b>
Custos do serviço de pensões	755 261	774 917	864 990	451 453	607 093	1 232 878	688 942	701 617
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 161 653</b>	<b>3 191 255</b>	<b>5 134 184</b>	<b>2 480 156</b>	<b>1 936 500</b>	<b>3 692 261</b>	<b>3 553 131</b>	<b>3 501 041</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios desembolsados ao Sr. von Moltke, em 2017, em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi paga uma remuneração total de 2 323 792 euros, em 2018.

em euros	Frank Strauß <sup>1</sup>		John Cryan <sup>2</sup>		Kimberly Hammonds <sup>3</sup>		Dr. Marcus Schenck <sup>4</sup>	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	2 400 000	800 000	1 133 333	3 400 000	1 000 000	2 400 000	1 250 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	71 892	26 893	10 125	220 982	209 799	260 489	13 117	16 148
<b>Total</b>	<b>2 471 892</b>	<b>826 893</b>	<b>1 143 458</b>	<b>3 620 982</b>	<b>1 209 799</b>	<b>2 660 489</b>	<b>1 263 117</b>	<b>2 916 148</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	876 266	313 391	733 807	748 829	825 100	842 110	504 568	1 018 267
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 348 158</b>	<b>1 140 284</b>	<b>1 877 265</b>	<b>4 369 811</b>	<b>2 034 899</b>	<b>3 502 599</b>	<b>1 767 685</b>	<b>3 934 415</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

em euros	Jeffrey Urwin <sup>1</sup>	
	2018	2017
Remuneração fixa	0	600 000
Provisão funcional	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	530
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>
Remuneração variável	0	0
da qual numerário:	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:		
2013 Prêmio restrito de incentivo para 2012	0	0
2014 Prêmio restrito de incentivo para 2013	0	0
2015 Prêmio restrito de incentivo para 2014	0	0
2017 Prêmio restrito de incentivo: Buyout	0	0
dos quais prêmios em ações:		
2013 Prêmio inicial em ações para 2012	0	0
2014 Prêmio inicial em ações para 2013	0	0
2013 Prêmio restrito em ações para 2012	0	0
2017 Prêmio restrito em ações: Buyout	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	557 370
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>1 157 900</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

No que diz respeito a prêmios diferidos planejados para serem entregues no primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2018 foram cumpridas.

## Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2018, uma remuneração no total de 52 181 136 euros (2017: 37 665 535 €). Dos quais, 25 711 111 euros (2017: 29 200 000 euros) se destinavam à remuneração fixa, 4 200 000 euros (2017: 550 000 euros) para provisões funcionais, 2 123 102 euros (2017: 2 053 520 €) para benefícios marginais e 20 146 923 € (2017: 5 862 015 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2018 e 2017, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

### Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	Christian Sewing		Garth Ritchie		Karl von Rohr		Stuart Lewis	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	232 275	936 228
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 784 726	0	1 963 503	0	2 023 503	0	1 873 503	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 291 111	2 900 000	3 000 000	3 000 000	2 836 667	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	3 000 000	250 000	0	0	1 200 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	91 805	80 307	189 609	269 457	49 853	23 642	184 423	206 628
<b>Total</b>	<b>6 167 642</b>	<b>2 980 307</b>	<b>8 153 112</b>	<b>3 519 457</b>	<b>4 910 023</b>	<b>2 423 642</b>	<b>5 890 201</b>	<b>3 842 856</b>

em euros	Sylvie Matherat		James von Moltke <sup>1</sup>		Nicolas Moreau <sup>2</sup>		Werner Steinmüller	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	560 758	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	1 603 503	0	2 023 503	2 547 407	951 751	0	1 783 503	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	6 392	16 338	702 491	473 299	129 407	59 383	464 189	399 424
<b>Total</b>	<b>4 009 895</b>	<b>2 416 338</b>	<b>5 686 752</b>	<b>4 931 514</b>	<b>2 281 158</b>	<b>2 459 383</b>	<b>4 647 692</b>	<b>2 799 424</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH recebeu um total de 2 466 699 euros.

em euros	Frank Strauß <sup>1</sup>		John Cryan <sup>2</sup>		Kimberly Hammonds <sup>3</sup>		Dr. Marcus Schenck <sup>4</sup>	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 375 703	0	567 252	0	618 126	0	785 314	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	800 000	1 133 333	3 400 000	1 000 000	2 400 000	1 250 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	71 892	26 893	10 125	220 982	209 799	260 489	13 117	16 148
<b>Total</b>	<b>4 847 595</b>	<b>826 893</b>	<b>1 710 710</b>	<b>3 620 982</b>	<b>1 827 925</b>	<b>2 660 489</b>	<b>2 048 431</b>	<b>2 916 148</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

em euros	Jeffrey Urwin <sup>1</sup>		Total	
	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>				
Componentes relacionados com o desempenho				
Com incentivos de curto prazo				
Numerário	0	0	0	355 404
Com incentivos de longo prazo				
Baseados em numerário				
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	793 033	2 603 800 <sup>2</sup>
Com base em ações				
Prémios iniciais em ações	0	0	0	355 404
Prémios restritos em ações	0	0	19 353 890	2 547 407
Componentes não relacionados com o desempenho				
Salário-base	0	600 000	25 711 111	29 200 000
Provisão funcional	0	0	4 200 000	550 000
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	0	530	2 123 102	2 053 520
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>	<b>52 181 136</b>	<b>37 665 535<sup>2</sup></b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

<sup>2</sup> O montante de 1 667 572 euros relativo ao Sr. Fitschen inscrito no relatório anual do ano passado está incluído no total, mas já não é reportado separadamente, pois já tinha deixado o Conselho de Administração no exercício de 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2018 foram cumpridas.

## Relatório de Remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2018 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – “InstVV”*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão consolidada e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2018, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG, Alemanha; BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; e Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália.

### Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (BCE), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito globalmente ao CRR e à diretiva relativa a requisitos de capital IV (CRD IV), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Adotamos as regras na sua versão atual para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e ao nível das instituições relevantes.

Tendo em conta legislação sectorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas transposições locais da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD) ou da diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS). Também identificamos os colaboradores que correm riscos materiais nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às provisões de remuneração descritas nas Orientações sobre políticas de remuneração sãs ao abrigo das diretivas AIFMD/UCITS publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

O Deutsche Bank também tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco (por exemplo, transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II). Estas provisões resultaram na implementação de uma política de remuneração específica, uma revisão dos planos de remuneração e a identificação de colaboradores considerados Pessoas relevantes para garantir que estes atuam no melhor interesse dos clientes.

Sempre aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

## Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC), respetivamente.

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

### Estrutura de governo dos prémios



<sup>1</sup> Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

### Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Além disso, o CCC monitoriza a adequação do sistema de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três membros adicionais do Conselho de Fiscalização, dois dos quais são representantes dos colaboradores. O comité realizou cinco reuniões no ano civil de 2018. Em novembro, os membros do Comité de Risco participaram na reunião do Comité de Controlo de Remunerações como convidados.



### Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente. Ele apoia e aconselha regularmente o CCC.

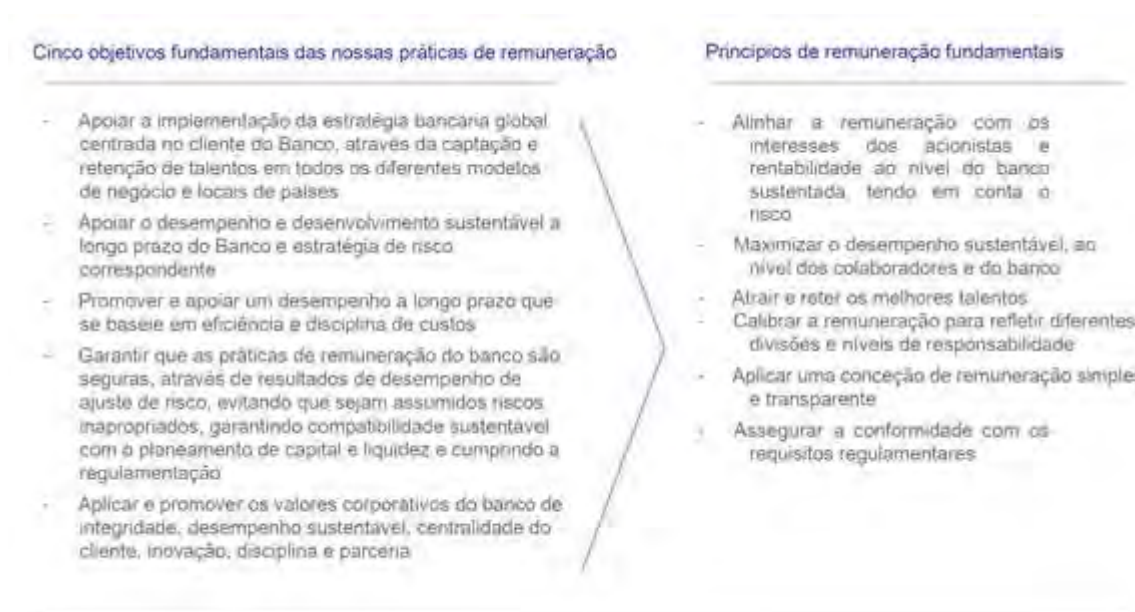
### Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2018, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos os membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de recompensas de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 21 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2018.

## Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos.



A política de remuneração do Grupo informa os colaboradores quanto à implementação da estratégia de remuneração, processos de governo, bem como quanto às estruturas e práticas remuneratórias. Todos os documentos relevantes estão disponíveis para os colaboradores através do nosso site de intranet.

## Quadro de remuneração do Grupo

O nosso quadro de remuneração enfatiza um equilíbrio adequado entre pagamentos fixos (PF) e remuneração variável (RV) – juntamente com a remuneração total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do nosso quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo ou sexo.

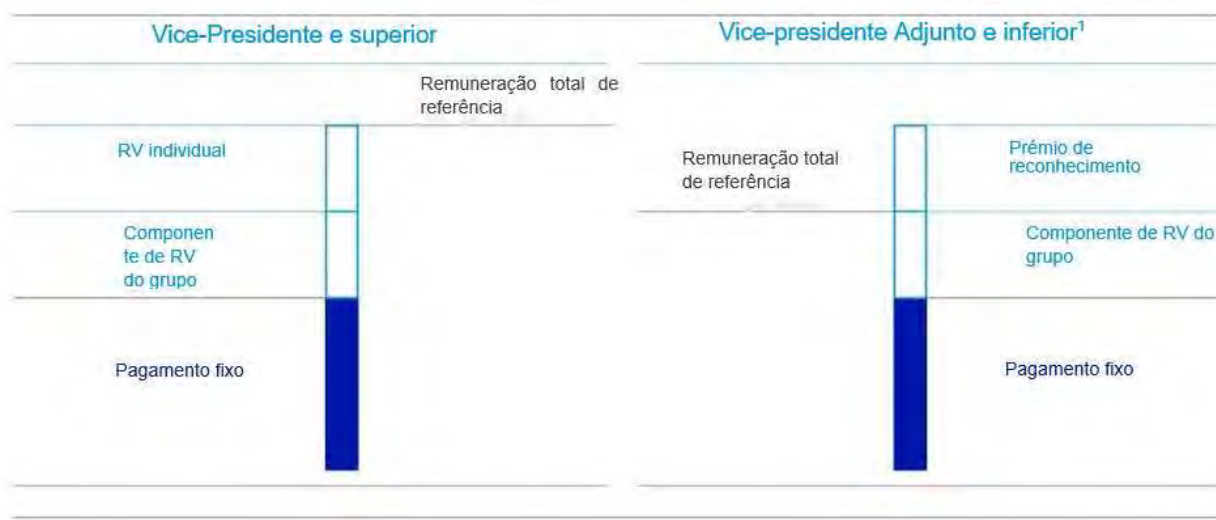
Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas devem continuar a estar sujeitos a um rácio de pelo menos 1:1, enquanto que as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio de 2:1 relativamente aos componentes de remuneração fixa e variável.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual real pode ser equiparada, superior ou inferior à Remuneração total de referência, com base na acessibilidade do grupo e na satisfação das expectativas de desempenho do grupo, nos níveis da divisão ou individuais, conforme determinado pelo Deutsche Bank, a exclusivo critério do mesmo.

A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa é o principal componente de compensação com uma quota superior a 50% da remuneração total.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual. O Componente de RV individual é obtido na forma de RV individual (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente (VP) e superior) ou como Prémio de reconhecimento (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente Adjunto (AVP) e superior). Nos casos de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Estes acordos são utilizados apenas numa base muito limitada para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

### Componentes chave do quadro de remuneração



<sup>1</sup> Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para o componente de RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

O componente de RV do grupo baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual na consecução dos nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2018 foram: Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do nosso banco e fornecem uma indicação do desempenho sustentável do Deutsche Bank.

O RV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como a comparação dos níveis de pagamento com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os Prémios de reconhecimento constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atualmente atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

Os Benefícios dos colaboradores complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

No contexto do InstVV, os pagamentos por cessação de funções são considerados RV. O banco atualizou o seu quadro de indemnizações para garantir o total alinhamento com os respetivos novos requisitos do InstVV.

Limitado a circunstâncias extraordinárias, o banco reserva-se o direito de conceder Prémios de fidelidade para ajudar a incentivar determinados colaboradores, que estão em risco de sair e que são críticos para o futuro do banco, a permanecerem no banco. Os Prémios de fidelidade estão geralmente ligados a determinados eventos críticos nos quais o banco tem um interesse legítimo na retenção do colaborador por um período de tempo definido. Estes prémios destinam-se a minimizar o risco operacional, financeiro ou de reputação. São considerados RV no sentido regulamentar e estão normalmente sujeitos aos mesmos requisitos que outros elementos de RV.

## Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O Deutsche Bank aplica uma metodologia ao determinar a RV que reflete o desempenho ajustado ao risco e é principalmente orientada por: (i) acessibilidade do grupo, ou seja, aquilo que o Deutsche Bank pode atribuir em termos do alinhamento com os requisitos regulamentares, e (ii) desempenho, ou seja, aquilo que deve ser atribuído para constituir uma remuneração adequada ao desempenho, ao mesmo tempo protegendo a sustentabilidade do franchising.

A acessibilidade do grupo é avaliada para determinar quais os parâmetros relevantes que cumprem os objetivos regulamentares e estratégicos atuais e projetados para o futuro. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o nosso Quadro de apetência pelo risco e garantem que o capital do banco, bem como a sua posição de liquidez e planeamento, a sua capacidade de assunção de risco, os requisitos combinados de amortecedor de capital e os resultados são adequadamente tidos em conta.

Ao avaliar o desempenho do Grupo e das divisões, referenciamos um conjunto de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e – com base nas pontuações equilibradas – não financeiras da divisão. As metas financeiras estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada principalmente na consecução de metas de custos e nas pontuações equilibradas. Embora a atribuição de remuneração variável a funções da infraestrutura dependa do desempenho global do Deutsche Bank, não está dependente do desempenho das divisões destas funções, especialmente no caso de funções de controlo independentes, como a supervisão.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns Princípios de orientação da remuneração variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho individual com base em aspetos quantitativos e qualitativos, a cultura e considerações comportamentais e sanções disciplinares. Os gestores de MRT têm de documentar especificamente os fatores e as métricas de risco tidos em conta ao tomar decisões sobre a RV individual, bem como demonstrar de que forma esses fatores influenciaram a sua decisão. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

## Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nossos colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo.

Ao mesmo tempo, acreditamos que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração variável diferida é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas. Ao utilizar ações do Deutsche Bank, o valor da RV individual é associado ao preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período de diferimento e carência.

Continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é diferido e aos períodos de diferimento mínimos do Deutsche Bank. Ao garantir que os colaboradores com remunerações mais baixas não são sujeitos a diferimentos, asseguramos um montante adequado de RV diferida para os colaboradores com remunerações mais altas. Iniciamos o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50 000 euros. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros. Além disso, os Diretores e Diretores executivos da divisão Corporate & Investment Bank (CIB) com pagamento fixo superior a 500 000 euros estão sujeitos a um diferimento de RV de 100%. Os colaboradores que assumem riscos materiais estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a direção), tal como requerido pelo InstVV.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

### Visão geral sobre os tipos de prémio em 2018 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/D	N/D	MRT InstVV: 50% de RV inicial  Não MRT: 100 % de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT InstVV com RV >= 50 000 €	N/D	Doze meses	50 % de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CIB: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos <sup>1</sup>	N/D	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CIB: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos <sup>1</sup>	Doze meses para MRT InstVV	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> Direção, para efeitos dos prémios anuais no exercício de 2018, é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas nem de gestão) – excluindo o Conselho Executivo do grupo DWS. Todos os colaboradores da Direção são também considerados MRT InstVV.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade, apoiadas pelo responsável de remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

## Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

Acreditamos que a conduta e o desempenho futuros dos nossos colaboradores são elementos-chave da RV diferida. Como resultado, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável do Grupo Deutsche Bank

Provisão	Descrição	Perda
Rácio de capital Common Equity Tier 1 e Rácio de cobertura de liquidez do Grupo DB	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o Rácio de capital CET 1 e o Rácio de cobertura de liquidez do Grupo forem inferiores a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues) <sup>1</sup>
IBIT do Grupo	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	Próxima tranche do prémio diferido a entregar
IBIT de divisão	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	Próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões)
Perda de direitos <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo</li> <li>- Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão</li> <li>- Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo</li> <li>- Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor</li> </ul>	Até 100 % dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares, ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

<sup>1</sup> Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez seja inferior ao limiar. Para Prémios iniciais em ações, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez apenas serão avaliados no trimestre anterior à entrega.

<sup>2</sup> As provisões de renúncia aqui descritas não constituem uma lista exaustiva. São aplicadas outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

## Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do quadro de remuneração do Grupo anteriormente descrito.

### Unidades do Postbank

Com efeitos a partir de 25 de maio de 2018, o Deutsche Postbank AG fundiu-se com o Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG para formar o DB Privat- und Firmenkundenbank AG. Durante o período restante de 2018, as unidades do Postbank mantiveram as suas estruturas de remuneração com algumas emendas relativas a colaboradores que correm riscos materiais.

De acordo com a prática do Grupo Deutsche Bank, as unidades do Postbank utilizam um componente de RV do Grupo e um individual. No entanto, para não MRT, o componente de RV do Grupo é atualmente ainda baseado nos resultados da divisão Postbank. Para os colaboradores que correm riscos materiais, limitado ao desempenho no exercício de 2018, o componente de RV do Grupo reflete uma combinação da taxa de cumprimento dos objetivos das unidades do Postbank e do Grupo Deutsche Bank. Para a direção, colaboradores que correm riscos materiais e outro pessoal executivo das unidades do Postbank, aplicam-se as regras de diferimento ao nível do Grupo.

A remuneração do pessoal não executivo das unidades do Postbank baseia-se em quadros acordados com os sindicatos ou com as respetivas comissões de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo das unidades do Postbank recebem RV, mas a estrutura e a parcela de RV difere entre entidades jurídicas.

### DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS enquadram-se na AIFMD ou na UCITS, enquanto que um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas adaptados ao negócio de Asset Management.

A DWS implementou um rácio fixo e variável autoimposto de 1:2 para os colaboradores de funções de controlo AIFMD/UCITS e de 1:5 para outros colaboradores de forma a alinhar a remuneração com as normas da indústria. Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

### Funções de controlo

De acordo com o InstVV, o banco definiu funções de controlo que estão sujeitas a requisitos regulamentares específicos. Estas funções de controlo incluem Risco, Conformidade, Combate aos crimes financeiros, Auditoria do Grupo, partes dos Recursos humanos e o Responsável de remuneração e o seu adjunto. Para evitar conflitos de interesses, os parâmetros utilizados para determinar o componente de RV individual destas funções de controlo não seguem os mesmos parâmetros utilizados para o negócio que supervisionam. Com base no seu perfil de risco, estas funções estão sujeitas a um rácio de pagamento fixo e variável de 2:1.

Além disso, para algumas funções corporativas adicionais que desempenham funções de controlo (incluindo Departamento jurídico, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo, Regulamentação e outras partes dos Recursos humanos), o banco determinou uma aplicação voluntária de um rácio de pagamento fixo e variável de 1:1.

### Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem mais de 21 000 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). Estes colaboradores pautais são empregados principalmente pela Deutsche Bank AG, pelo DB Privat- und Firmenkundenbank AG e subsidiárias da unidade do Postbank. Estes estão sujeitos a um acordo coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), conforme negociado entre os sindicatos e as associações patronais. Além disso, as unidades do Postbank estão sujeitas a acordos conforme negociados diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste relatório.

## Decisões de remuneração para 2018

### Considerações de final de ano e decisões para 2018

Para a determinação do montante total de RV para 2018, o Conselho de Administração teve em conta muitos fatores, como a acessibilidade e o desempenho ao nível das divisões e do Grupo. A avaliação de desempenho foi complementada pela contemplação de outros aspetos importantes, incluindo o foco contínuo na consecução dos objetivos estratégicos do banco, os requisitos regulamentares, o impacto do posicionamento competitivo na retenção e motivação dos colaboradores e no saldo sustentável entre os interesses dos acionistas e dos colaboradores, tal como requerido pela Estratégia de remuneração do banco.

Para o exercício de 2018, os resultados antes de impostos do Deutsche Bank ascenderam a aproximadamente 1,3 mil milhões de euros. Pela primeira vez desde 2014, o banco reportou um lucro líquido.

O SECC monitorizou a acessibilidade do Grupo ao longo de 2018 e confirmou que as posições de capital e liquidez do banco se mantiveram confortavelmente acima dos requisitos regulamentares mínimos durante o ano. Desta forma, o Conselho de Administração confirmou que os parâmetros de acessibilidade do Grupo foram cumpridos e que o montante total de RV do exercício de 2018 deve ser atribuído.

No contexto destas considerações e tendo em conta o desempenho financeiro ajustado ao risco, o Conselho de Administração determinou um montante total da RV baseada no desempenho para 2018 de 1,9 mil milhões de euros (incluindo o componente de RV individual, o componente de RV do Grupo, os prémios de reconhecimento e a RV das unidades do Postbank). A determinação da RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG não fez parte desta decisão, pois foi efetuada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado (consulte o Relatório de remuneração do Conselho de Administração). No entanto, a RV do Conselho de Administração está incluída como parte da RV baseada no desempenho para 2018 nas tabelas e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2018 atribuídos em março de 2019, o componente de RV do Grupo foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo Quadro de remuneração do Grupo. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 70% para 2018.

### Divulgação da remuneração total para 2018

A RV para as unidades do Postbank será incluída como parte da RV baseada no desempenho a partir do período de relato de 2018.

De acordo com as novas definições de pagamento fixo e pagamento variável, segundo a Secção 2 atualizada do InstVV, é necessário incluir elementos de remuneração complementar nas divulgações quantitativas em comparação com os anos anteriores. Os montantes de pagamento fixo divulgados agora também incluem despesas com pensões como benefícios materiais. O pagamento variável divulgado inclui, agora, também os pagamentos por cessação de funções. Para facilitar a consulta, os valores dos anos anteriores na tabela seguinte foram ajustados para incluir estes dois elementos, bem como as RV para as unidades do Postbank para o período de relato de 2017.

Com base nas novas definições, em comparação com 2017, o pagamento fixo, de acordo com a Secção 2 do InstVV para 2018 (incluindo despesas com pensões, conforme exigido pelo InstVV) diminuíram aproximadamente 3%, de 8,6 mil milhões de euros para 8,3 mil milhões de euros, principalmente devido às reduções no número de colaboradores. Tal como estabelecido pelo nosso quadro de remuneração, os pagamentos fixos continuam a permanecer o principal componente de remuneração para a maioria dos colaboradores, especialmente nos níveis inferiores de senioridade.

O montante total de RV baseada no desempenho de fim de ano para 2018 – o montante de RV que o Grupo Deutsche Bank paga aos seus colaboradores pelo seu desempenho em 2018 – diminuiu aproximadamente 14%, de 2,3 mil milhões de euros para 1,9 mil milhões. Excluindo a RV do Conselho de Administração da Deutsche Bank AG, a RV baseada no desempenho diminuiu aproximadamente 15% em termos homólogos.

O pagamento variável, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui não só a RV baseada no desempenho, mas também outros compromissos de RV e pagamentos por cessação de funções. Em comparação com 2017, diminuiu aproximadamente 8%, principalmente devido à reduzida RV baseada no desempenho de 2018 – parcialmente compensada pelo aumento do custo de indemnizações à luz das prioridades estratégicas do banco.

Prémios de compensação para 2018 – todos os colaboradores

	2018						2017		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	CIB <sup>3</sup>	PCB <sup>3</sup>	DWS <sup>3</sup>	Funções de controlo independentes <sup>3</sup>	Funções corporativas <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	9	16 373	41 706	4 024	5 676	23 948	91 737	97 535
Remuneração total	6	95	3 736	3 449	704	741	1 908	10 633	11 121
Salário-base e subsídios	6	31	2 381	2 730	440	597	1 506	7 684	7 901
Despesas com pensões	0	10	173	263	41	54	116	657	726
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV <sup>4</sup>	6	42	2 555	2 992	480	651	1 622	8 341	8 628
RV baseada no desempenho de fim de ano <sup>5</sup>	0	27	1 033	381	175	86	243	1 945	2 256
Outra RV <sup>6</sup>	0	0	104	12	23	1	4	143	113
Pagamentos por cessação de funções	0	26	45	64	26	4	39	203	123
Pagamento variável segundo a Secção 2 do InstVV <sup>7</sup>	0	53	1 181	457	224	91	286	2 292	2 493
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017) <sup>8</sup>								0	961

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho da Deutsche Bank AG no fim do ano. Não são contabilizados para o número de colaboradores Total - Grupo. Os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna da divisão relevante). A remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização da Deutsche Bank AG não está refletida no Total - Grupo.

<sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho da Deutsche Bank AG no fim do ano. A PCB inclui unidades do Postbank. A DWS inclui o Grupo DWS – independentemente de os colaboradores estarem no âmbito do InstVV ou das diretas AIFMD/UCITS V. As funções de controlo independentes incluem Diretor de Risco, Auditoria do Grupo, Conformidade, Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão.

<sup>4</sup> O pagamento fixo, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui o salário-base, subsídios e despesas com pensões.

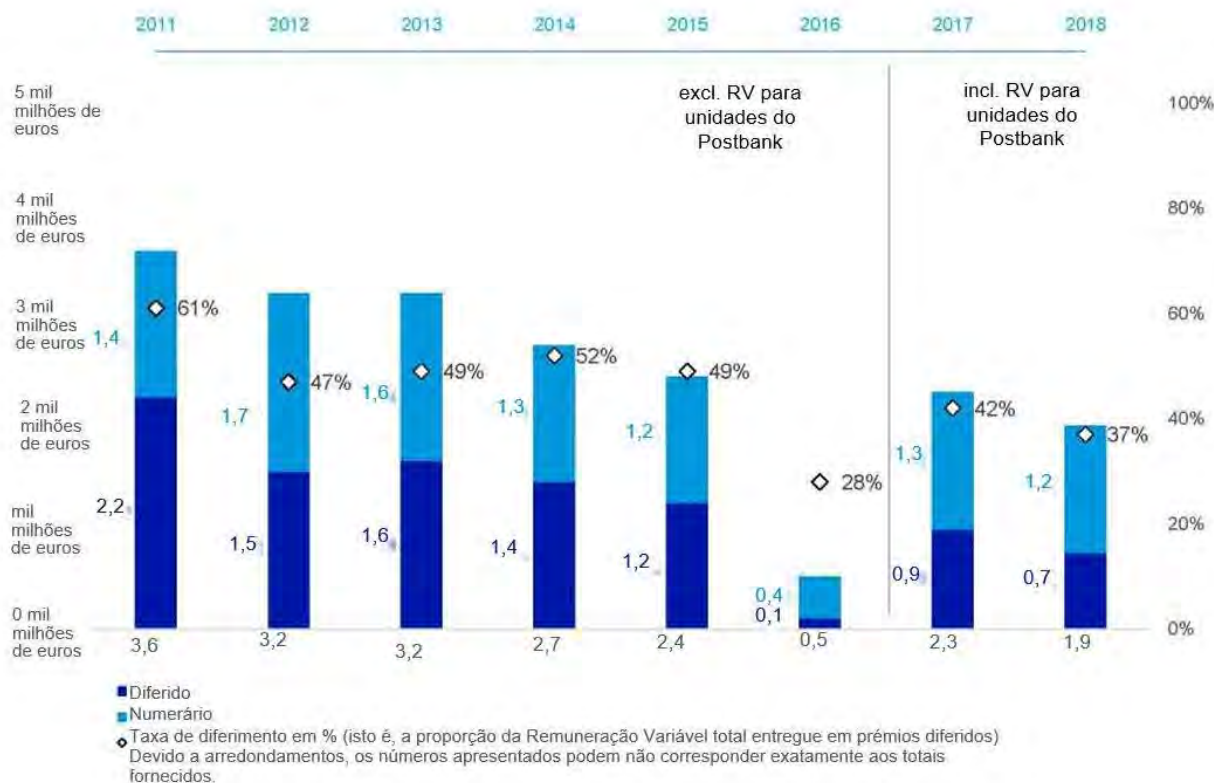
<sup>5</sup> A RV baseada no desempenho de fim de ano inclui componentes de RV individuais/do Grupo, Prémio de reconhecimento, RV para as unidades do Postbank (para 2017 e 2018), RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG.

<sup>6</sup> Outra RV inclui outros compromissos contratuais de remuneração variável no período relevante, como por exemplo pagamentos acordados e prémios de contratação.

<sup>7</sup> O pagamento variável, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui os prémios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2018 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os 26 milhões de euros em "buyouts" para novas contratações (prémios de substituição para direitos perdidos de entidades patronais anteriores) não estão incluídos. Os planos de incentivo de longo prazo não estão incluídos, pois serão considerados RV no ano em que os prémios são devidos.

<sup>8</sup> O montante do programa de prémios de fidelidade (jan 2017) inclui renúncias e foi ajustado aos efeitos do mercado cambial para 2017. Para mais informações, consulte o Relatório Anual 2017.

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano)





## Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2018, incluindo prêmios referentes ao exercício de 2018 atribuídos no início de março de 2019, os custos com remuneração variável diferida, não amortizada, eram de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros. A tabela seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2018 e a amortização futura projetada de remuneração variável diferida pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano (incluindo o programa de prêmios de fidelidade em 2017), reconhecida em 31 de dezembro de 2018 e amortização projetada de remuneração diferida atribuída

em mil milhões de euros	Reconhecidos no balanço em 31 dez. 2018	Ainda não reconhecidos no balanço em 31 dez. 2018	Amortização projetada (excluindo atribuições e perdas futuras)		
			2019	2020	2021 - 2024
Prêmios iniciais - 2018	1,2	0,1	0,1	0,0	-
Diferidos - 2018	0,1	0,6	0,3	0,2	0,1
Diferidos - 2017 e anteriores <sup>1</sup>	1,6	1,0	0,5	0,3	0,2
<b>Total</b>	<b>2,9</b>	<b>1,6</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>

Devido ao arredondamento, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais fornecidos. Incluindo remuneração variável para unidades do Postbank.  
<sup>1</sup> A remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2017 ou anterior, inclui a remuneração variável para unidades do Postbank para 2017 e o programa de prêmios de fidelidade de 2017 que não foi concebido para compensar o desempenho.

Da RV baseada no desempenho de fim de ano para 2018, 1,3 mil milhões de euros são registados na demonstração de resultados de 2018, incluindo os prêmios de RV iniciais em numerário para 2018 correspondendo a 1,2 mil milhões de euros, bem como 0,1 mil milhões de euros de prêmios diferidos para 2018 já reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 devido a requisitos regulamentares. 0,7 mil milhões de euros serão registados em anos futuros, incluindo 0,1 mil milhões de euros de prêmios iniciais em ações, que são concedidos inicialmente, mas amortizados ao longo de um período de retenção de doze meses, bem como 0,6 mil milhões de euros de prêmios restritos de incentivos e restritos em ações.

Além disso, a demonstração de resultados para 2018 foi registada com uma remuneração variável de 0,6 mil milhões de euros decorrentes de diferimentos dos anos anteriores, reconhecidos e amortizados como Outros passivos. 1,0 mil milhões de euros de diferimentos de anos anteriores foram reconhecidos em ações para 2018, já que ainda fazem parte das ações em tesouraria distribuíveis a partir de 31 de dezembro de 2018. Estes prêmios em ações em circulação serão obtidos e reconhecidos como despesa com remuneração durante 2019 ou em anos futuros. Em anos futuros, serão registados diferimentos de anos anteriores adicionais no valor de 1,0 mil milhões de euros.

## Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1913 colaboradores foram identificados como colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2018, comparativamente a 1907 colaboradores em 2017 (excluindo unidades do Postbank: 1795 MRT). Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais de acordo com o InstVV são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

	2018							2017	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	CIB <sup>3</sup>	PCB <sup>3</sup>	DWS <sup>3</sup>	Funções de controlo independentes <sup>3</sup>	Funções corporativas <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	49	45	1 109	334	17	180	179	1 913	1 795
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	48	39	1 013	322	15	174	170	1 781	1 772
dos quais: Direção <sup>4</sup>	0	25	35	119	7	29	37	252	
<b>Pagamento total</b>	<b>7</b>	<b>122</b>	<b>1 236</b>	<b>174</b>	<b>27</b>	<b>94</b>	<b>147</b>	<b>1 807</b>	<b>2 359</b>
<b>Remuneração fixa total</b>	<b>7</b>	<b>57</b>	<b>705</b>	<b>103</b>	<b>12</b>	<b>74</b>	<b>91</b>	<b>1 049</b>	<b>981</b>
dos quais:									
em numerário (incl. despesas com pensões) <sup>5</sup>	5	57	705	103	12	74	91	1 048	
em ações ou outros instrumentos <sup>6</sup>	1	0	0	0	0	0	0	1	
<b>Remuneração variável total para o período<sup>7</sup></b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>530</b>	<b>71</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>56</b>	<b>758</b>	<b>1 379</b>
dos quais:									
em numerário	0	34	273	38	12	11	30	398	685
em ações ou instrumentos baseados em ações	0	31	257	33	3	9	26	360	689
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	1	0	0	0	6
<b>Remuneração variável total para o período, diferida</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>447</b>	<b>39</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>29</b>	<b>569</b>	<b>1 087</b>
dos quais:									
em numerário	0	14	223	20	2	4	15	278	535
em ações ou instrumentos baseados em ações	0	27	223	19	2	4	15	291	545
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0	6
<b>Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>61</b>	<b>1 303</b>	<b>126</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>121</b>	<b>1 678</b>	<b>1 783</b>
que foi diferido nos anos anteriores									
dos quais:									
adquiridos	0	10	54	14	3	5	9	95	704
realizado e pago/entregue	0	9	53	11	3	5	9	90	
não adquiridos	0	51	1 250	112	21	37	112	1 583	1 079
<b>Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>683</b>	<b>58</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>44</b>	<b>842</b>	<b>762</b>
atribuída durante o período									
paga durante o período	0	16	315	52	7	17	40	447	639
reduzida através de ajustes explícitos ao risco <sup>8</sup>	0	0	7	0	0	0	0	7	3
Número de beneficiários de remuneração variável garantida (incl. pagamentos acordados)	0	0	4	0	0	0	0	4	27
Montante total de pagamento variável garantido (incl. pagamentos acordados)	0	0	2	0	0	0	0	2	21
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período <sup>9</sup>	0	29	15	3	8	0	2	58	21
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período	1	6	82	7	3	3	6	108	53
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo durante o período	0	11	1	1	4	0	2	11	5

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. Os colaboradores são atribuídos a colunas com base na sua função principal. Os valores de 2017 são baseados nos valores divulgados no relatório de 2017 e incluem o valor completo do programa do prémio de fidelidade atribuído a MRT em 2017.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank no final do exercício. Os representantes dos colaboradores identificados exclusivamente devido às suas funções no Conselho de Fiscalização são considerados apenas com a sua remuneração para a função no Conselho de Fiscalização.

<sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank no final do exercício. A PCB inclui unidades do Postbank. Dado que a determinação da RV de alguns colaboradores das unidades do Postbank se prolonga para além da publicação deste relatório, a RV dos MRT em unidades do Postbank é considerada baseada em dados preliminares. Os valores finais serão divulgados nos relatórios de remuneração do DB Privat- und Firmenkundenbank AG, bem como do BHW Bausparkasse AG. DWS inclui apenas colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV no Grupo DWS. As funções de controlo independentes incluem Diretor de Risco, Auditoria do Grupo, Conformidade, Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão.

<sup>4</sup> Direção é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas nem de gestão) – excluindo o Conselho Executivo do grupo DWS. Todos os colaboradores da Direção são também considerados MRT InstVV. Os membros do Conselho de Administração das instituições relevantes são apenas incluídos na coluna Conselho de Administração.

<sup>5</sup> O pagamento fixo em numerário inclui o salário-base, os subsídios e os benefícios materiais (despesas com pensões).

<sup>6</sup> O pagamento fixo em ações é apenas atribuído a membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, conforme descrito no capítulo Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização.

<sup>7</sup> O pagamento variável total para o período inclui os prêmios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2018 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os "buyouts" e os planos de incentivo de longo prazo não estão incluídos.

<sup>8</sup> Inclui penalizações (malus) e clawback.

<sup>9</sup> Os pagamentos por cessação de funções são geralmente pagos no ano em que foram concedidos.

### Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2018
	Número de colaboradores
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	356
1 500 000 a 1 999 999	125
2 000 000 a 2 499 999	61
2 500 000 a 2 999 999	31
3 000 000 a 3 499 999	15
3 500 000 a 3 999 999	22
4.000.000 a 4 499 999	5
4 500 000 a 4 999 999	3
5 000 000 a 5 999 999	14
6 000 000 a 6 999 999	8
7 000 000 a 7 999 999	1
8 000 000 a 8 999 999	0
9 000 000 to 9 999 999	2
10 000 000 to 10 999 999	0
<b>Total</b>	<b>643</b>

<sup>1</sup> Em comparação com 2017, os colaboradores com rendimentos elevados em unidades do Postbank e as despesas com pensões, bem como os pagamentos por cessação de funções são tidos em conta pela primeira vez. "Buyouts" e planos de incentivo de longo prazo não incluídos.

No total, 643 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2018, em comparação com 705 colaboradores em 2017 e 316 colaboradores em 2016. Com base nas mesmas definições utilizadas nos anos anteriores – excluindo despesas com pensões e indenizações por cessação de funções – o número de colaboradores com rendimentos elevados para 2018 seria de 607 colaboradores.

A tabela acima não inclui os quatro membros do Conselho de Administração do Grupo que saíram do Conselho de Administração em 2018. Para além da remuneração fixa e variável e dos custos de serviço (IFRS) relativos a benefícios de pensão, foram celebrados contratos de indemnização com os quatro membros do Conselho de Administração nos quais foram acordados benefícios por cessação do vínculo laboral (pagamentos por cessação de funções e remuneração por períodos de espera) a que os membros do Conselho de Administração têm direito com base nos seus contratos de serviços (num dos casos, dois contratos de serviços). Se todas as componentes de remuneração forem adicionadas, o montante total num caso será entre 4,5 e 5 milhões de euros, noutro caso entre 7 e 8 milhões de euros, outro caso entre 13 e 14 milhões de euros e noutro caso entre 15 e 16 milhões de euros. Os detalhes de todas as componentes são divulgados no Relatório de Remuneração.

## Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31.12.2018	
	Presidente	Member
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000
Comité de Estratégia	100 000	50 000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	100 000	50 000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Por fim, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

## Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2018

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2018 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2018		Remuneração no exercício de 2017	
	Fixa	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2019	Fixa	Da qual pago no 1.º trimestre de 2018
Dr. Paul Achleitner <sup>1</sup>	858 333	643 750	800 000	683 333
Detlef Polaschek <sup>2</sup>	262 500	196 875	0	0
Stefan Rudschäfski <sup>3</sup>	125 000	125 000	300 000	225 000
Ludwig Blomeyer-Bartenstein <sup>2</sup>	175 000	131 250	0	0
Wolfgang Böhr <sup>3</sup>	83 333	83 333	200 000	150 000
Frank Bsirske <sup>4</sup>	279 167	235 417	250 000	187 500
Mayree Carroll Clark <sup>2</sup>	204 167	153 125	0	0
Dina Dublon <sup>5</sup>	175 000	175 000	300 000	225 000
Jan Duscheck <sup>4</sup>	187 500	151 042	100 000	75 000
Dr. Gerhard Eschelbeck <sup>6</sup>	129 167	96 875	58 333	43 750
Katherine Garrett-Cox	241 667	181 250	200 000	150 000
Timo Heider <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Sabine Irrgang <sup>3</sup>	83 333	83 333	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann <sup>3</sup>	104 167	104 167	250 000	187 500
Martina Klee <sup>4</sup>	170 833	148 958	200 000	150 000
Peter Löscher <sup>7</sup>	0	0	83 333	83 333
Henriette Mark <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Richard Meddings	429 167	321 875	400 000	300 000
Louise Parent <sup>3</sup>	125 000	125 000	400 000	300 000
Gabriele Platscher <sup>4</sup>	258 333	214 583	200 000	150 000
Bernd Rose <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Gerd Alexander Schütz <sup>8</sup>	129 167	107 292	58 333	43 750
Prof. Dr. Stefan Simon	487 500	365 625	216 667	162 500
Stephan Szukalski <sup>2</sup>	116 667	87 500	0	0
Dr. Johannes Teysen <sup>3</sup>	104 167	104 167	250 000	187 500
John Alexander Thain <sup>2</sup>	116 667	87 500	0	0
Michele Trogni <sup>2</sup>	175 000	131 250	0	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützscher <sup>7</sup>	0	0	83 333	83 333
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann <sup>9</sup>	58 333	43 750	0	0
<b>Total</b>	<b>5 766 669</b>	<b>4 676 041</b>	<b>5 150 000</b>	<b>3 987 500</b>

<sup>1</sup> Membro reeleito a 18 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Membro desde 24 de maio de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.

<sup>5</sup> Membro desde 31 de julho de 2018.

<sup>6</sup> Membro desde 18 de maio de 2017.

<sup>7</sup> Membro até 18 de maio de 2017.

<sup>8</sup> Membro desde 18 de maio de 2017. Reeleito a 24 de maio de 2018.

<sup>9</sup> Membro desde 1 de agosto de 2018.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2018 foi convertida em ações nacionais da empresa com base numa cotação da ação de 7,9747 euros (cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2019). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2018 receberam a totalidade da remuneração em numerário. Para membros cujo mandato terminou em 2018, a remuneração total para o período foi paga na totalidade em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2019 como parte da respectiva remuneração de 2018, bem como o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração de 2013 a 2017 acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes totais pagos em fevereiro de 2019 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nocionais			
	Convertidas em fevereiro de 2019 como parte da remuneração de 2018	Montantes totais do ano anterior como parte da remuneração de 2013 a 2017	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2019 em euros <sup>1</sup>
Dr. Paul Achleitner <sup>2</sup>	26 908,013	7 547,235	34 455,248	0
Detlef Polaschek <sup>3</sup>	8 229,150	0	8 229,150	0
Stefan Rudschäfski <sup>4</sup>	0	4 851,794	4 851,794	38 692
Ludwig Blomeyer-Bartenstein <sup>3</sup>	5 486,100	0	5 486,100	0
Wolfgang Böhr <sup>4</sup>	0	5 273,861	5 273,861	42 057
Frank Bsirske <sup>5</sup>	5 486,100	13 855,697	19 341,797	110 495
Mayree Carroll Clark <sup>3</sup>	6 400,450	0	6 400,450	0
Dina Dublon <sup>6</sup>	0	15 297,428	15 297,428	121 992
Jan Duscheck <sup>5</sup>	4 571,750	2 181,701	6 753,451	17 398
Dr. Gerhard Eschelbeck	4 049,264	943,404	4 992,668	0
Katherine Garrett-Cox	7 576,043	4 363,401	11 939,444	0
Timo Heider <sup>5</sup>	4 571,750	11 105,005	15 676,755	88 559
Sabine Irrgang <sup>4</sup>	0	11 105,005	11 105,005	88 559
Prof. Dr. Henning Kagermann <sup>4</sup>	0	14 560,688	14 560,688	116 117
Martina Klee <sup>5</sup>	2 743,050	11 387,001	14 130,051	90 808
Henriette Mark <sup>5</sup>	4 571,750	12 130,752	16 702,502	96 739
Richard Meddings	13 454,007	13 330,645	26 784,652	0
Louise Parent <sup>4</sup>	0	14 763,082	14 763,082	117 731
Gabriele Platscher <sup>5</sup>	5 486,100	11 848,755	17 334,855	94 490
Bernd Rose <sup>5</sup>	4 571,750	11 566,759	16 138,509	92 241
Gerd Alexander Schütz <sup>7</sup>	2 743,050	943,404	3 686,454	7 523
Prof. Dr. Stefan Simon	15 282,707	3 955,622	19 238,329	0
Stephan Szukalski <sup>3</sup>	3 657,400	0	3 657,400	0
Dr. Johannes Teyssen <sup>4</sup>	0	11 015,673	11 015,673	87 847
John Alexander Thain <sup>3</sup>	3 657,400	0	3 657,400	0
Michele Trogni <sup>3</sup>	5 486,100	0	5 486,100	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann <sup>8</sup>	1 828,700	0	1 828,700	0
<b>Total</b>	<b>136 760,634</b>	<b>182 026,912</b>	<b>318 787,546</b>	<b>1 211 250</b>

<sup>1</sup> A um valor de 7,9747 euros com base na cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro reeleito a 18 de maio de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>5</sup> Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.

<sup>6</sup> Membro até 31 de julho de 2018.

<sup>7</sup> Membro desde 18 de maio de 2017. Reeleito a 24 de maio de 2018.

<sup>8</sup> Membro desde 1 de agosto de 2018.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Jan Duscheck e Stephan Szukalski e Jan Duscheck, são nossos colaboradores. No exercício de 2018, pagámos a esses membros um montante total de 1,11 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respectiva relação laboral. Em 2018, reservámos 0,12 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, Pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 225 000 euros (2017: 248 000 euros) foram

prestados e desembolsos por despesas no total de 218 672 euros (2017: 197 679 euros) foram pagos durante o exercício de 2018.

## Responsabilidade corporativa

A nossa abordagem à sustentabilidade assenta no conceito “base tripla” que inclui as dimensões de pessoas, planeta e lucro. Para nós, isto significa um desempenho empresarial sustentável, que equilibra o sucesso económico com a responsabilidade ambiental e social.

O Código de conduta do Deutsche Bank abrange o nosso propósito, valores e convicções, bem como as normas de conduta mínimas às quais todos no banco têm de aderir. Embora realce a relevância de regras e controlos eficazes, o Código também descreve o nosso compromisso em promover uma abordagem de negócios que tem em conta os impactos económicos, sociais e ambientais diretos e indiretos das nossas decisões de negócio nas partes interessadas. Os princípios estabelecidos no nosso Código de conduta refletem-se nas nossas estruturas de gestão, políticas e processos e sistemas de controlo. Monitorizamos continuamente os desenvolvimentos na nossa conjuntura de negócios e revemos e ajustamos os nossos quadros internamente em conformidade.

Valorizamos o diálogo aberto com as nossas partes interessadas e respeitamos as suas expetativas distintas. Em conjunto, isto ajuda-nos a tomar decisões informadas enquanto continuamos a moldar a nossa abordagem de sustentabilidade.

Além disso, a nossa abordagem à sustentabilidade é complementada por normas e princípios reconhecidos internacionalmente. Procuramos o alinhamento com acordos globais, tais como os Objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas e comprometemo-nos voluntariamente com princípios de melhores práticas, incluindo os Dez Princípios da Global Compact da ONU, os Princípios da ONU para investimento responsável e as Orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos. Reforçamos o nosso compromisso com questões específicas, tais como as alterações climáticas e os direitos humanos comunicando publicamente o nosso apoio, ou seja, assinando a “Paris Pledge for Action” ou publicando declarações dedicadas, tal como a nossa Declaração sobre direitos humanos.

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela integração da sustentabilidade em todo o banco. Uma equipa de sustentabilidade organizada centralmente na nossa área de Comunicações e CSR atua como uma interface entre as partes interessadas internas e externas. A nossa Comissão para a sustentabilidade ao nível do Grupo atua como órgão consultivo para o Conselho de Administração e irá continuar a desenvolver e aplicar a abordagem de sustentabilidade do banco.

Para mais informações sobre sustentabilidade, consultar o Relatório não financeiro consolidado de 2018 (NFRRep 2018) do Grupo Deutsche Bank. O NFRRep 2018 inclui as informações legalmente exigidas de acordo com o artigo 315.º, n.º 3, do Código Comercial alemão, assinaladas por um parêntesis. O PDF do NFRRep 2018 é publicado no nosso sítio Web [db.com/annual-reports](http://db.com/annual-reports) em Relações com os investidores.

## Funcionários

### Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2018 tínhamos um total de 91 737 colaboradores, em comparação com 97 535 em 31 de dezembro de 2017. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e de 2016.

Colaboradores <sup>1</sup>	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Alemanha	41 669	42 526	44 600
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	20 871	23 543	24 062
Ásia e Pacífico	19 732	20 861	20 099
América do Norte <sup>2</sup>	9 275	10 358	10 611
Latin America	189	247	373
<b>Total de colaboradores</b>	<b>91 737</b>	<b>97 535</b>	<b>99 744</b>

<sup>1</sup> Colaboradores equivalentes a tempo inteiro.: em 2018, o BHW KSG alinhou a sua definição de Equivalente a tempo inteiro com a definição do Deutsche Bank, o que implicou um aumento para 95 colaboradores do grupo à data de 31 de dezembro de 2018 (períodos anteriores não foram relatados).

<sup>2</sup> Principalmente Estados Unidos.

Em 2018, o número de colaboradores diminuiu em 5797 ou 5,9%, motivado pela implementação das nossas metas anunciadas em maio de 2018:

- Alemanha (-857; -2,0%) devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo no segmento Private & Commercial Bank relacionado com o encerramento de agências;
- América do Norte (-1083; -11,3%) devido principalmente às reduções no segmento Corporate & Investment Bank e em diretores de operações;
- América Latina (-58; -23,5%) devido às reduções principalmente no Brasil como resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA ex Alemanha (-2672; -11,3%) principalmente como resultado da cisão do negócio de banca privada e comercial na Polónia;
- Ásia e Pacífico (-1128; -5,4%) principalmente devido às reduções de diretores de operações (-837).

Funcionários	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Corporate & Investment Bank	17,8 %	18,1 %	18,2 %
Private & Commercial Bank	45,5 %	45,1 %	45,6 %
Gestão dos Activos	4,4 %	4,1 %	4,1 %
Non-Core Operations Unit	0,0 %	0,0 %	0,1 %
Infraestrutura	32,3 %	32,7 %	32,0 %

- Corporate & Investment Bank (-1314; -7,4%) devido às reduções nos centros financeiros globais principalmente nos EUA, Reino Unido, Hong Kong e Singapura;
- Private & Commercial Bank (-2244; -5,1%) devido à cisão do negócio de banca privada e comercial na Polónia e às reduções na Alemanha;
- Asset Management/DWS (+11; +0,3%);
- Funções de infraestruturas (-2250; -7,1%) principalmente devido às reduções de diretores de operações (-1746), que foram parcialmente compensadas pela internalização de funções externas essenciais e pelo fortalecimento reforçado da divisão de Combate aos crimes financeiros.

## Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negociam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Em conformidade, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia regularmente os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O atual acordo alcançado em junho de 2016 inclui o período de maio de 2016 em diante. Após cinco meses sem qualquer aumento salarial, o primeiro aumento salarial de 1,5 % terá lugar de outubro de 2016 em diante, um segundo aumento salarial de 1,1 % de janeiro de 2018 em diante, e um terceiro aumento salarial de 1,1 % de novembro de 2018 em diante. O acordo coletivo de trabalho existente está em vigor até 31 de janeiro de 2019. As negociações sobre um novo acordo coletivo de trabalho decorrem no primeiro semestre de 2019.

A nossa associação patronal negocia com os seguintes sindicatos:

- ver.di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;
- Deutscher Bankangestellten Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);
- Deutscher Handels- und Industrieangestellten Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15 % dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15% dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o ex-Postbank que tradicionalmente tem uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60%). A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15% dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o ex-Postbank, menos de 25%).

Em 31 de dezembro de 2018, 31% dos colaboradores do ex-Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 32% em 31 de dezembro de 2017.



## Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 35, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## Restructuring

As regiões do banco foram afetadas por diferentes medidas. Todas as regiões foram afetadas pelas medidas de reestruturação. A Europa (excluindo a Alemanha e o Reino Unido) teve o declínio mais acentuado nos números de colaboradores (-2672 equivalentes a tempo inteiro), principalmente devido à venda do negócio de retalho na Polónia, no quarto trimestre de 2018. Em 2018, continuámos a internalizar funções externas essenciais, especialmente em TI.

## Aquisição de talentos

A taxa de rotação de voluntários foi de 8,4% em 2018 (2017: 7,8%). O ligeiro aumento de 0,6 pontos percentuais deve-se principalmente a uma flutuação superior na Ásia e Pacífico (2018: 18,0%, 2017: 16,8%), enquanto que a taxa de rotação de voluntários na Alemanha permaneceu a um nível baixo (2018: 2,0%, 2017: 2,0%). No entanto, esta flutuação mantém-se num nível normal.

O recrutamento de talentos continua a ser uma prioridade fundamental para o Deutsche Bank. O preenchimento de vagas em front office e centros de operações foi novamente uma prioridade em 2018, tal como a contratação de talentos para satisfazer a procura crescente em funções regulamentares (por exemplo, Combate ao crime financeiro, Auditoria e Conformidade). Além disso, a aquisição de talentos centrou-se na internalização de 1207 funções externas (2017: 1446), principalmente em TI, bem como na contratação de 1517 jovens talentos (2017: 1235), dos quais 910 diplomados (2017: 619) e 607 estagiários profissionais na Alemanha (2017: 616).

## Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital na retenção de colaboradores qualificados e talentosos e em manter a sua competência e experiência dentro do banco. Em 2018, continuamos a desenvolver e a integrar a nossa estratégia de mobilidade interna e a manter o nosso compromisso em preencher as vagas com candidatos internos adequados. Todas as vagas são anunciadas primeiro aos colaboradores internos durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco. Promovemos também a mobilidade entre divisões, para permitir aos colaboradores expandir as suas competências e experiência e estabelecer carreiras bem desenvolvidas em todos os aspetos. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco. 37% (2017: 32%) de todas as vagas foram preenchidas internamente em 2018 (excl. Postbank). Na Alemanha, o número foi de 65% (2017: 66%) devido a despedimentos causados por medidas de reestruturação, bem como por alterações resultantes da digitalização e das funções de controlo.

## Diversidade e inclusão

Como organização global, o Deutsche Bank está empenhado numa cultura inclusiva que respeite e aceite a diversidade dos nossos colaboradores, clientes e comunidades. Como a diversidade e inclusão são centrais para a cultura do banco, procuramos:

- Construir equipas talentosas e diversas para fomentar os resultados do negócio
- Criar um ambiente respeitoso e inclusivo onde as pessoas possam prosperar
- Fortalecer as nossas relações com clientes, parceiros, entidades reguladoras, comunidades e potenciais colaboradores

Procuramos atrair, desenvolver e reter os melhores colaboradores de todas as culturas, países, raças, etnias, géneros, orientações sexuais, capacidades, crenças, proveniências e experiências. Para este fim, e para e para nos prepararmos para os desafios e oportunidades decorrentes da mudança demográfica e da digitalização, seguimos uma abordagem integrada e multidimensional à diversidade e inclusão.

O Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres no local de trabalho durante o ano de 2018. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização situou-se em 30% no final do ano (2017: 35%), o que cumpria o requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa ao abrigo da legislação de quotas de género introduzida em 2015.

O mais recente objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2017, estabelecendo que este deveria ter no mínimo 20% de membros do sexo feminino até 30 de junho de 2022. Isto traduz-se em duas mulheres num Conselho de Administração constituído por oito a doze membros. Com uma mulher (Diretora regulamentar) atualmente no Conselho de Administração, esta meta ainda não foi cumprida. No âmbito dos Princípios de diversidade das orientações de adequação para a seleção de membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização está a trabalhar para a meta de 2022.

No fim do exercício de 2018, 20,0% dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração eram detidos por executivas (2017: 18%). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 21% (2017: 19,6%). De acordo com o requisito legal na Alemanha, o banco estabeleceu metas para 31 de dezembro de 2020 de 20% e 25%, respetivamente.

Em 2011, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2018, a percentagem de diretoras executivas e de diretoras manteve-se em 22,8% (excluindo o Postbank 2017: 21,9%). Desde 2010, o número de mulheres neste nível aumentou 24,1%. A quota de mulheres em posições de chefia era de 33,6% (2017: 33,3%).

Pela primeira vez em 2018, o Deutsche Bank entrou na lista das 100 empresas mais inclusivas no Índice de Diversidade e Inclusão da Thomson Reuters. Agora no terceiro ano, este índice de investibilidade é baseado em dados SAG e avalia as empresas quanto aos vários componentes de inclusão. O Deutsche Bank está classificado na 68.<sup>a</sup> posição entre as 2173 empresas avaliadas. Isto coloca-nos entre as 100 melhores, o que constitui o índice de investibilidade de referência. Na categoria de serviços bancários, ficámos classificados em quarto lugar entre 185 empresas e em sexto entre 84 empresas alemãs.

Em quase 20 anos de experiência em diversidade e inclusão, foram construídas diversas parcerias externas fundamentais em todo o mundo. Estas parcerias não nos ajudam exclusivamente a impulsionar a nossa agenda interna. Também nos permitem partilhar boas práticas e ter um impacto positivo nas sociedades onde operamos. Estamos convencidos de que isto nos ajuda a fortalecer as relações com os clientes, os parceiros e as comunidades.

- Na Alemanha, o banco é membro fundador e atualmente membro do conselho de administração da Charta der Vielfalt (Carta da Diversidade), uma associação sob o patrocínio da Chanceler Angela Merkel que promove ativamente a diversidade no local de trabalho.
- Além disso, o Deutsche Bank é signatário fundador da Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, que promove um setor dos serviços financeiros mais equilibrado entre géneros, bem como da Charte de la Diversité no Luxemburgo, da Charter Diversidad em Espanha, do Manifesto para o Emprego das Mulheres em Itália e do i-Gen, o fórum de empresas portuguesas para a diversidade de género.

## Digitalização

Os desenvolvimentos tecnológicos oferecem aos bancos oportunidades sem precedentes. No seu modelo de negócio tradicional, deparam-se com cada vez mais desafios por parte dos fornecedores de modelos de negócio disruptivos. Os bancos enfrentam a tarefa de tornar o seu negócio existente eficiente e rentável, ao mesmo tempo que desenvolvem novas oportunidades de negócio. A finalidade do Deutsche Bank é posicionar-se como uma empresa tecnológica, ser líder na banca digital com novas ideias e estabelecer investigação e desenvolvimento sistemáticos para inovações através da combinação de tecnologia de última geração com o know-how de analistas, por ex., ROBIN, Asset Management digital do Deutsche Bank. A necessidade contínua de tomar decisões nesta área exige não só o conhecimento e a experiência dos colaboradores, como também um alto nível de disponibilidade e capacidade de desenvolver áreas completamente novas e desconhecidas até agora.

Conceber trabalho de RH eficaz e orientado para o futuro significa explicar aos colaboradores atuais e futuros o sentido, a direção e a orientação do caminho e da estratégia do Deutsche Bank na nossa conjuntura de negócios em rápida mudança e dinâmica. Como este aspeto é caracterizado pela imprevisibilidade e por uma complexidade cada vez maior que dificultam a tomada de decisões, a questão da rapidez com que reconhecemos as mudanças internas e externas e da eficácia da nossa reação às mesmas para oferecer mais valor aos nossos clientes será crucial no futuro.

## Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2018 do Banco.

	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
<b>Colaboradoras (com base nos títulos corporativos globais, equivalentes a tempo inteiro)<sup>1</sup></b>			
Diretoras Executivas e Diretoras	22,8 %	21,9 %	21,3 %
Diretoras	33,6 %	33,3 %	32,8 %
Não diretoras	56,5 %	55,8 %	55,6 %
<b>Total de colaboradoras</b>	<b>41,7 %</b>	<b>41,6 %</b>	<b>41,5 %</b>
<b>Idade (em %, total)</b>			
até 29 anos	15,5 %	16,2 %	17,1 %
30 - 39 years	29,3 %	30,1 %	29,9 %
40 - 49 years	27,6 %	27,7 %	28,2 %
Mais de 49 anos	27,6 %	26,0 %	24,8 %
<b>Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)</b>			
Alemanha	23,9 %	24,4 %	23,7 %
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	6,4 %	6,5 %	6,2 %
Américas	0,5 %	0,4 %	0,4 %
Ásia e Pacífico	0,2 %	0,2 %	0,2 %
<b>Total de trabalho a tempo parcial</b>	<b>13,1 %</b>	<b>13,0 %</b>	<b>12,9 %</b>
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,4 %	3,6 %	3,9 %
	2018	2017	2016
<b>Índice de compromisso<sup>2</sup></b>			
Alemanha	50 %	51 %	52 %
Reino Unido	51 %	52 %	57 %
Europa (fora da Alemanha e do Reino Unido), Médio Oriente e África	62 %	60 %	63 %
Américas	56 %	54 %	61 %
Ásia e Pacífico	68 %	67 %	68 %
<b>Total de índice de compromisso</b>	<b>57 %</b>	<b>57 %</b>	<b>58 %</b>
<b>Taxa de rotação de voluntários</b>			
Alemanha	2,0 %	2,0 %	1,8 %
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	9,2 %	8,5 %	7,0 %
Américas	14,1 %	13,0 %	11,3 %
Ásia e Pacífico	18,0 %	16,8 %	17,1 %
<b>Total da taxa de rotação de voluntários</b>	<b>8,4 %</b>	<b>7,8 %</b>	<b>7,2 %</b>
Taxa de saúde (em %) <sup>3</sup>	93,9 %	94,2 %	94,3 %

<sup>1</sup> Excluindo pessoas jurídicas fora do sistema de títulos corporativos do DB, em particular do ex-Postbank.

<sup>2</sup> Excluindo o ex-Postbank.

<sup>3</sup> Taxa de saúde: 100 - ((total de dias de ausência por doença x 100)/total de dias de trabalho normais); Alemanha, excluindo em particular o ex-Postbank.

# Controlo interno sobre o relato financeiro

## Condições Gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

## Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- Direitos, obrigações e propriedade - os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- Apresentação e divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Em 1 de janeiro de 2018, adotámos a IFRS 9 e atualizámos e modificámos determinados controlos internos em relação ao relato financeiro como resultado da nova norma de contabilidade.

## Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

## Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a direção tem de avaliar para determinar se o ICOFR estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2018 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Os auditores independentes do Grupo, a KPMG AG, emitiram um parecer sem reservas sobre a eficácia do controlo interno do Grupo do relato financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme indicado no respetivo relatório, incluído no presente.

## Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

### Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 34, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

### Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2018 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

### Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3 %. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10 % ou mais dos direitos de voto.

### Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

### Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

## Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

## Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

## Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5 % do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 24 de maio de 2018 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2023, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10 % do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10 % do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10 % do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.



A Assembleia-Geral Anual de 24 de maio de 2018 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5 % do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2023.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10 % dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

## Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

## Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo “3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade”.

## 2-

### Demonstrações financeiras consolidadas

212	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Ativos fixos tangíveis – 299
213	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Locações – 300
214	Balanço consolidado	25 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 301
215	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 307
221	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Outros ativos e outros passivos – 309
223	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Deposits – 309
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 223	29 –	Provisions – 310
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 249	30 –	Compromissos de crédito – 323
3 –	Aquisições e alienações – 255	31 –	Outros empréstimos a curto prazo – 324
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 256	32 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 324
265	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	33 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 325
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 265	326	Notas adicionais
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 267	34 –	Ações ordinárias – 326
7 –	Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 268	35 –	Benefícios dos empregados – 327
8 –	Outros resultados – 268	36 –	Impostos sobre o rendimento – 340
9 –	Despesas gerais e administrativas – 268	37 –	Derivados – 342
10 –	Restructuring – 269	38 –	Operações com partes relacionadas – 345
11 –	Resultados por ação – 270	39 –	Informações sobre subsidiárias – 347
271	Notas ao balanço consolidado	40 –	Entidades estruturadas – 348
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 271	41 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 353
13 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 273	42 –	Acontecimentos após o período de relato – 354
14 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 286	43 –	Informação de capital regulamentar – 355
15 –	Ativos financeiros disponíveis para venda – 288	44 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB – 360
16 –	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 288	45 –	Relatórios por país – 361
17 –	Instrumentos financeiros detidos até à maturidade – 289	46 –	Participações acionistas – 363
18 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 289	383	Confirmações
19 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 291		
20 –	Loans – 294		
21 –	Provisão para perdas de crédito – 295		
22 –	Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia – 297		

## Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2018	2017	2016
Juros e rendimentos similares <sup>1</sup>	5	24 793	23 542	25 143
Interest expense	5	11 601	11 164	10 436
<b>Net interest income</b>	<b>5</b>	<b>13 192</b>	<b>12 378</b>	<b>14 707</b>
Provisão para perdas de crédito	21	525	525	1 383
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>		<b>12 667</b>	<b>11 853</b>	<b>13 324</b>
Rendimentos de serviços e comissões	6	10 039	11 002	11 744
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	1 332	2 926	1 401
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado		2	N/D	N/D
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		317	N/D	N/D
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	N/D	479	653
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	18	219	137	455
Outro resultado	8	215	(475)	1 053
<b>Rendimento total excluindo juros</b>		<b>12 124</b>	<b>14 070</b>	<b>15 307</b>
Remunerações e benefícios	35	11 814	12 253	11 874
Despesas gerais e administrativas	9	11 286	11 973	15 454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	25	0	21	1 256
Atividades de reestruturação	10	360	447	484
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>		<b>23 461</b>	<b>24 695</b>	<b>29 442</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>		<b>1 330</b>	<b>1 228</b>	<b>(810)</b>
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	36	989	1 963	546
<b>Resultado líquido</b>		<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1 356)</b>
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		75	15	45
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		267	(751)	(1 402)

<sup>1</sup> Os juros e rendimentos similares incluíram 16,8 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

## Resultados por ação

em milhões de euros	Notas	2018	2017	2016
<b>Resultados por ação:</b> <sup>1,2</sup>	11			
Básicos		(0,01 €)	(0,53 €)	(1,08 €)
Diluído		(0,01 €)	(0,53 €)	(1,08 €)
<b>Número de ações em milhões:</b> <sup>1</sup>				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2 102,2	1 967,7	1 555,3
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas <sup>3</sup>		2 102,2	1 967,7	1 555,3

<sup>1</sup> O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de abril de 2017 por forma a refletir o efeito da componente de bônus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.

<sup>2</sup> Os lucros foram ajustados em 292 e 298 e 276 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2018, abril de 2017 e abril de 2016. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018.

<sup>3</sup> Devido à situação de perda líquida para 2018, 2017 e 2016, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 53 milhões de ações para 2018, 62 milhões de ações para 2017 e 27 milhões de ações para 2016.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados</b>	<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1 356)</b>
<b>Other comprehensive income</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados em resultados</b>			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(216)	(69)	(861)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	52	N/D	N/D
<b>Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>10</b>	<b>(23)</b>	<b>344</b>
<b>Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados</b>			
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	N/D	197	(2)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	N/D	(523)	(571)
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(245)	N/D	N/D
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(317)	N/D	N/D
<b>Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(3)	(34)	62
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	(137)	(2)
<b>Ativos classificados como detidos para venda</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	2	(162)	529
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(2)	162	(1 191)
<b>Conversão cambial</b>			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	457	(2 699)	203
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	20	(2)
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>			
Resultados líquidos durante o período	(10)	(36)	11
<b>Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados</b>	<b>228</b>	<b>146</b>	<b>117</b>
<b>Outro rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>(43)</b>	<b>(3 157)</b>	<b>(1 364)</b>
<b>Total do rendimento (perda) integral, após impostos</b>	<b>298</b>	<b>(3 892)</b>	<b>(2 721)</b>
<b>Atribuíveis a:</b>			
Participações minoritárias	116	(20)	52
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	182	(3 872)	(2 773)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativos:</b>			
Caixa e saldos do banco central		188 731	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		8 881	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22	8 222	9 971
Títulos obtidos por empréstimo	22	3 396	16 732
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		152 738	184 661
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		320 058	361 032
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		100 444	N/D
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		104	91 276
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 22, 37	573 344	636 970
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16	51 182	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	15, 22	N/D	49 397
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	18	879	866
Empréstimos pelo custo amortizado	20, 21, 22	400 297	401 699
Títulos detidos até à maturidade	17	N/D	3 170
Bens e equipamentos	23	2 421	2 663
Goodwill and other intangible assets	25	9 141	8 839
Other assets	26, 27	93 444	101 491
Ativos por impostos correntes	36	970	1 215
Ativos por impostos diferidos	36	7 230	6 799
<b>Total assets</b>		<b>1 348 137</b>	<b>1 474 732</b>
<b>Passivo e capital próprio:</b>			
Deposits	28	564 405	581 873
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	22	4 867	18 105
Títulos cedidos por empréstimo	22	3 359	6 688
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		59 924	71 462
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		301 487	342 726
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		53 757	63 874
Passivos por contratos de investimento		512	574
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 37	415 680	478 636
Outros empréstimos a curto prazo	31	14 158	18 411
Other liabilities	26, 27	117 513	132 208
Provisions	21, 29	2 711	4 158
Passivos por impostos correntes	36	944	1 001
Passivos por impostos diferidos	36	512	346
Dívida a longo prazo	32	152 083	159 715
Títulos fiduciários preferenciais	32	3 168	5 491
Obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
<b>Total liabilities</b>		<b>1 279 400</b>	<b>1 406 633</b>
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	34	5 291	5 291
Capital realizado adicional		40 252	39 918
Retained earnings		16 714	17 454
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	34	(15)	(9)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		253	520
<b>Total do capital acionista</b>		<b>62 495</b>	<b>63 174</b>
Componentes de capital adicionais		4 675	4 675
Participações minoritárias		1 568	250
<b>Total equity</b>		<b>68 737</b>	<b>68 099</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>1 348 137</b>	<b>1 474 732</b>

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	5 291	39 918	17 454	(9)
Impacto da introdução das IFRS 9	0	(2)	(301)	0
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)</b>	<b>5 291</b>	<b>39 916</b>	<b>17 153</b>	<b>(9)</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	267	0
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(292)	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(186)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	90	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	199
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(5)	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(4 119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	3 914
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(2)	0	0
Outros	0	253 <sup>2</sup>	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5 291</b>	<b>40 252</b>	<b>16 714</b>	<b>(15)</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Inclui o impacto da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados						Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos <sup>1</sup>
	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos <sup>2</sup>	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos <sup>2</sup>	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos <sup>2</sup>	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos <sup>2</sup>	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos <sup>2</sup>	Conversão cambial, líquida de impostos <sup>2</sup>		
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	689	0	0	18	0	(227)	40	520
Impacto da introdução das IFRS 9	(689)	394	(16)	0	0	(45)	(12)	(368)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)</b>	<b>0</b>	<b>394</b>	<b>(16)</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>(272)</b>	<b>28</b>	<b>152</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	(428)	44	(1)	0	500	(14)	101
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>0</b>	<b>(34)</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>228</b>	<b>15</b>	<b>253</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.



em milhões de euros	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais <sup>2</sup>	Participações minoritárias	Total equity
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	63 174	4 675	250	68 099
Impacto da introdução das IFRS 9	(671)	0	(1)	(672)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)</b>	<b>62 503</b>	<b>4 675</b>	<b>249</b>	<b>67 427</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	368	0	122	490
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	(227)	0	(8)	(235)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(292)	0	0	(292)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(186)	0	(12)	(198)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	90	0	23	112
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	199	0	0	199
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	(5)	0	1	(4)
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(4 119)	0	0	(4 119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	3 914	0	0	3 914
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	(2)	0	0	(2)
Outros	253	0	1 193 <sup>3</sup>	1 446
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>62 495</b>	<b>4 675</b>	<b>1 568</b>	<b>68 737</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

<sup>3</sup> Inclui o impacto da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3 531</b>	<b>33 572</b>	<b>21 182</b>	<b>(10)</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	(1 402)	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(276)	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(517)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	64	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	239
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	2	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(129)	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(5 264)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	5 035
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(7)	0	0
Outros	0	263	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3 531</b>	<b>33 765</b>	<b>18 987</b>	<b>0</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	0	0	(751)	0
Ações ordinárias emitidas	1 760	6 277	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(392)	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(298)	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(91)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(51)	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	424
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	3	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(104)	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(7 912)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	7 479
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	6	0	0
Outros	0	22	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5 291</b>	<b>39 918</b>	<b>17 454</b>	<b>(9)</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

em milhões de euros	Resultados líquidos não realizados						Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos <sup>1</sup>
	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos <sup>2</sup>	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos <sup>2</sup>	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos <sup>2</sup>	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos <sup>2</sup>	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos <sup>2</sup>	Conversão cambial, líquida de impostos <sup>2</sup>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1 384</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>97</b>	<b>662</b>	<b>2 196</b>	<b>66</b>	<b>4 404</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	(472)	0	0	46	(662)	223	11	(854)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>912</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>143</b>	<b>0</b>	<b>2 418</b>	<b>77</b>	<b>3 550</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	(223)	0	0	(125)	0	(2 646)	(36)	(3 030)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>689</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>(227)</b>	<b>40</b>	<b>520</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

em milhões de euros	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais <sup>2</sup>	Participações minoritárias	Total equity
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>62 678</b>	<b>4 675</b>	<b>270</b>	<b>67 624</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	(2 256)	0	52	(2 204)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(11)	(11)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(276)	0	0	(276)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(517)	0	0	(517)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	64	0	0	64
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	239	0	0	239
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	2	0	0	2
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	(129)	0	0	(129)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(5 264)	0	0	(5 264)
Venda de ações próprias (tesouraria)	5 035	0	0	5 035
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	(7)	0	0	(7)
Outros	263	(6) <sup>3</sup>	4	262
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>59 833</b>	<b>4 669</b>	<b>316</b>	<b>64 819</b>
Total do rendimento integral (perda), após impostos <sup>1</sup>	(3 781)	0	(20)	(3 800)
Ações ordinárias emitidas	8 037	0	0	8 037
Dividendos pagos em numerário	(392)	0	(11)	(403)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(298)	0	0	(298)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(91)	0	0	(91)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	(51)	0	0	(51)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	424	0	0	424
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	3	0	0	3
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	(104)	0	0	(104)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(7 912)	0	0	(7 912)
Venda de ações próprias (tesouraria)	7 479	0	0	7 479
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	6	0	0	6
Outros	22	6 <sup>3</sup>	(36)	(9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63 174</b>	<b>4 675</b>	<b>250</b>	<b>68 099</b>

<sup>1</sup> Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

<sup>2</sup> Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia da Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

<sup>3</sup> Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Resultados líquidos</b>	<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1 356)</b>
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	525	525	1 383
Atividades de reestruturação	360	447	484
Ganho na venda de ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.	N/D	(516)	(695)
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(619)	(59)	(203)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	276	1 234	(312)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	2 391	2 159	3 745
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(129)	(141)	(183)
<b>Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens</b>	<b>3 145</b>	<b>2 914</b>	<b>2 862</b>
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(10 954)	966	(2 814)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	15 004	8 560	19 440
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(98 560)	N/D	N/D
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	91 176	(6 721)	20 337
Empréstimos pelo custo amortizado	302	2 759	18 190
Other assets	6 284	21 970	(7 847)
Deposits	(16 763)	34 601	(15 237)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento <sup>1</sup>	(10 549)	5 461	8 686
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(16 716)	(3 355)	16 362
Outros empréstimos a curto prazo	(4 266)	1 148	(10 632)
Other liabilities	(19 119)	(23 107)	(12 888)
Dívida sénior a longo prazo <sup>2</sup>	(6 840)	(12 728)	12 328
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	20 542	1 596	30 341
Outros, líquido	(6 752)	5 512	(8 518)
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais</b>	<b>(54 066)</b>	<b>39 576</b>	<b>70 610</b>
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22 126	N/D	N/D
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	26 001	N/D	N/D
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	94	N/D	N/D
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	1 904	N/D	N/D
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	10 657	26 855
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	6 798	6 029
Maturidades de títulos detidos até à maturidade	N/D	0	0
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	30	80	50
Venda de ativos fixos tangíveis	356	113	206
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(41 031)	N/D	N/D
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(309)	N/D	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	(13 472)	(21 639)
Títulos detidos até à maturidade	N/D	0	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(1)	(12)	(81)
Bens e equipamentos	(465)	(485)	(725)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	114	82	2 023
Outros, líquido	(1 291)	(1 328)	(1 479)
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento</b>	<b>7 528</b>	<b>2 433</b>	<b>11 239</b>

em milhões de euros	2018	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	68 <sup>3</sup>	881	815
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(1171) <sup>3</sup>	(176)	(1 102)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	4 <sup>4</sup>	266	121
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(2733) <sup>4</sup>	(666)	(840)
Ações ordinárias emitidas	0	8 037	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(4 119)	(7 912)	(5 264)
Venda de ações próprias (tesouraria)	3 912	7 471	4 983
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	0	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(236)	(205)	(207)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	234	217	202
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(315)	(335)	(333)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(8)	(11)	(11)
Variação líquida em participações minoritárias	1 205	(37)	(13)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(227)	(392)	0
Outros, líquido	52	0	0
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento</b>	<b>(3 334)</b>	<b>7 138</b>	<b>(1 649)</b>
<b>Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes</b>	<b>1 668</b>	<b>(5 772)</b>	<b>(28)</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(48 203)	43 376	80 172
Caixa e seus equivalentes no início do período	229 025	185 649	105 478
Caixa e seus equivalentes no fim do período	180 822	229 025	185 649
<b>Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui</b>			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	468	689	1 572
Interest paid	11 743	11 784	10 808
Interest received	22 408	21 095	22 579
Dividendos recebidos	2 186	3 006	3 256
<b>Caixa e seus equivalentes englobam</b>			
Caixa e saldos do banco central (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais)	174 059	222 451	178 105
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 16,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 e 7,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016)	6 763	6 574	7 544
<b>Total</b>	<b>180 822</b>	<b>229 025</b>	<b>185 649</b>

<sup>1</sup> Inclui emissões de dívida sênior a longo prazo de 5,3 mil milhões de euros e 5,0 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 5,2 mil milhões de euros e 4,6 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

<sup>2</sup> Inclui emissões de 27,4 mil milhões de euros e 33,4 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 32,8 mil milhões de euros e 41,3 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

<sup>3</sup> As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de 148 milhões de euros no total e impulsionadas por movimentos cambiais de 162 milhões de euros e alterações de valor justo de (39) milhões de euros.

<sup>4</sup> As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de 407 milhões de euros no total e impulsionadas por alterações de valor justo de 178 milhões de euros e movimentos cambiais de 168 milhões de euros.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas

## 01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

### Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de risco do Relatório de gestão e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do Relatório de risco.

### Taxa de desconto para planos de benefícios de reforma definidos

Em 2017, o Grupo avançou para uma abordagem mais uniformizada e simples para definir a sua taxa de desconto usada para avaliar os seus planos de prestação definida na área do euro; abordagens semelhantes são geralmente aceites e já são utilizadas para os outros principais planos de pensões do Grupo no Reino Unido e nos Estados Unidos. O ajustamento não resultou em qualquer alteração na taxa de desconto e, portanto, não surtiu qualquer efeito na Demonstração consolidada do rendimento integral em 2017.

### Ajustamento da metodologia de imparidade para empréstimos de transporte

No terceiro trimestre de 2017, o Grupo ajustou os parâmetros para empréstimos de transporte em avaliação quanto a imparidade num contexto de continuidade ou de negócio liquidado. Esta alteração nos parâmetros resultou numa alteração no encargo de imparidade estimado de aumento no valor de 70 milhões de euros. O Grupo também reviu a sua margem de avaliação geral aplicada a empréstimos de transporte com exposições de negócio liquidado, que também resultaram numa alteração na estimativa de 36 milhões de euros adicionais de imparidade. Estas alterações nas estimativas estão refletidas na provisão para perdas de crédito.

### Contratos de poupança e crédito habitação

No segundo trimestre de 2018, o Grupo alterou a sua política contabilística para as obrigações relacionadas com bónus de juros em contratos de poupança e crédito habitação. Estes bónus são normalmente pagos aos depositantes que não contraem um empréstimo hipotecário quando se qualificam para a utilização e decidem rescindir o contrato e receber o reembolso do montante do depósito mais os juros acumulados e o cupão de bónus. Anteriormente, o Grupo contabilizava a obrigação de pagar um bónus de juros como uma provisão nos termos da IAS 37. A evolução da prática do mercado resultou na análise por parte do Grupo da sua política contabilística e na decisão de contabilizar os depósitos de poupança e crédito habitação, na sua totalidade, de acordo com a norma IFRS 9, já que oferece informações mais fiáveis e relevantes sobre o produto. A alteração da política contabilística resultou numa reclassificação de 1,1 mil milhões de euros e 1,1 mil milhões de euros das Provisões para depósitos no balanço consolidado do Grupo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente. A reavaliação das obrigações relacionadas com bónus de juros ao abrigo da IFRS 9 em comparação com a IAS 37 resultou num efeito irrelevante na demonstração consolidada do rendimento integral do Grupo e no total de capital próprio dos acionistas do Grupo no período atual e em todos os períodos de comparação e, por isso, não foram ajustadas.

## Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em “Principais políticas contabilísticas”.

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver abaixo “Ativos financeiros (IFRS 9 - apenas 2018) – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”)
- a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros (IAS 39 - apenas períodos anteriores) – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
- a determinação do justo valor (ver abaixo “Determinação do justo valor”)
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Reconhecimento de lucros à data da operação”)
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”)
- a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

## Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contabilísticas e as alterações nas estimativas contabilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

## Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

### Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos



Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controle onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controle.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controle onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controle, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contábilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controle de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

## Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contábilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento em entidades associadas atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

**Estimativas contabilísticas críticas:** Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

## Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças na conversão em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados em que o item não monetário é vendido como parte do ganho ou perda geral sobre a venda do item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

## Juros, comissões e honorários (IFRS 9 e IFRS 15 - apenas 2018)

**Rendimento de juros líquido** – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prêmios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor escriturado bruto. O valor escriturado bruto de um ativo financeiro é o custo amortizado de um ativo financeiro bruto de qualquer dedução para imparidade. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais que estão associados a ativos e passivos remunerados em rendimento de juros líquido quando existe garantia razoável de que receberá os subsídios e irá cumprir as condições subjacentes aos subsídios.

Como resultado das emendas à norma contábilística internacional 1: “Apresentação de demonstrações financeiras” (IAS 1) após a adoção da IFRS 9, o Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados utilizando o método EIR separadamente na demonstração de resultados.

**Rendimentos de serviços e comissões** – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando o controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificável tiver sido cumprida.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Os rendimentos de serviços e comissões seguintes são predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

## Juros, comissões e honorários (IAS 18 - apenas períodos anteriores)

O Grupo aplicou os requisitos de reconhecimento de proveitos da IAS 18, “Proveitos” (IAS 18). Os proveitos são reconhecidos quando o valor dos proveitos e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito foi aplicado às principais atividades geradoras de proveitos do Grupo como se segue.

**Rendimento de juros líquido** – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como rendimento de juros líquido utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ter sido reconhecida num crédito, investimento detido até à maturidade ou em instrumentos de dívida disponíveis para venda, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito e investimento detido até à maturidade, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva foi estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade foi avaliada ao justo valor e baseia-se numa taxa de mercado atual.

O Grupo reconheceu rendimentos de subsídios governamentais que estão associados a ativos e passivos remunerados em rendimento de juros líquido quando existia garantia razoável de que receberá os subsídios e irá cumprir as condições subjacentes aos subsídios.

**Rendimentos de serviços e comissões** – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões foi determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existisse um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (yield). No entanto, se o instrumento financeiro fosse escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento fosse inicialmente reconhecido, desde que não existissem dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico foram reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo foram reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente foram reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se fosse provável que o Grupo celebrasse um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito eram diferidas até à constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com desempenho foram reconhecidas quando os critérios de desempenho são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão foram predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões.

## Ativos financeiros (IFRS 9 – apenas 2018)

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, “Instrumentos financeiros” (IFRS 9) segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio requer um juízo de valor com base em factos e circunstâncias à data da adoção de 1 de janeiro de 2018 e após a medição inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher o vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida aquando do reconhecimento inicial para determinar a classificação. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

**Ativos detidos para negociação** – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são classificados como derivados detidos para negociação.

**Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados** – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

**Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. A utilização da opção de justo valor ao abrigo da IFRS 9 é limitada. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

## Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

Ao abrigo do FVOCI, um ativo financeiro é medido ao seu justo valor com quaisquer alterações que sejam reconhecidas em Outro rendimento integral (“OCI”) e é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são registadas através de resultados e reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9 – apenas 2018)”. O efeito de conversão cambial dos ativos FVOCI é reconhecido nos resultados, tal como o componente de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

## Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9 – apenas 2018)”. Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

## Modificação de ativos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. Quando uma modificação resultar no reconhecimento de um novo ativo financeiro, a data da modificação é a data do reconhecimento inicial do novo ativo financeiro. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses em cada data de relato. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9 – apenas 2018)” abaixo).

## Ativos financeiros (IAS 39 - apenas períodos anteriores)

O Grupo aplicou os requisitos de classificação e medição da IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição” nos períodos anteriores.

O Grupo classificou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda (“AFS”). A classificação adequada dos ativos financeiros foi determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no balanço consolidado.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda foram reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação se existir um período convencional para o instrumento. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro. Os instrumentos financeiros medidos a custo amortizado foram reconhecidos à data de liquidação.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classificou certos ativos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. Foram escriturados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, foram apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

**Ativos detidos para negociação** – Os ativos financeiros foram classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou adquiridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de ativos financeiros identificados que foram geridos em conjunto e em relação aos quais existia evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluíam títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação.

**Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Certos ativos financeiros que não correspondiam à definição de ativos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos financeiros tinham de satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação eliminava ou reduzia significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos era gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permitiu a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos financeiros que foram designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito e títulos de dívida e de capital.

## Loans

Os créditos incluíam ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estavam admitidos à cotação num mercado ativo e que não estavam classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, detidos até à maturidade ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos foram reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao mutuário. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais foram incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos foram subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos foram inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fizeram parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integrou os fluxos de caixa esperados que tiveram em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, tornou-se a nova base do custo amortizado. O rendimento de juros foi reconhecido com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avaliou se havia provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - períodos anteriores)”. Se os empréstimos fossem determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos era reconhecida com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial foram contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas foram reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, tendo o correspondente ganho sido reconhecido em rendimento de juros.

## Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade eram ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e uma maturidade fixa que o Grupo tinha a intenção positiva e capacidade de deter até à maturidade e que não foram classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, créditos ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade foram registados inicialmente ao justo valor, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis e foram subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avaliou se havia provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas períodos anteriores)”. Se um investimento detido até à maturidade fosse considerado em imparidade, era reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados.

## Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que foram classificados como disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que foram diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos foram registados na rubrica “Rendimento de juros líquido”. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda foram escriturados ao justo valor, tendo as alterações de justo valor sido reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo tivesse sido objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto eram registadas em outros resultados. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio foram reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados foram reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que eram itens não monetários (instrumentos de capital), os ganhos ou perdas de justo valor que foram reconhecidos em outro rendimento integral, que também inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

Os investimentos em ações classificados como disponíveis para venda foram avaliados quanto à imparidade se evidências objetivas demonstrarem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade foi avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.



Se existissem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral eram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período correspondia à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor foram reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque foram consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo deixasse de ser considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recuperou para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considerava como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor foram reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos em ações classificados como disponíveis para venda não foi revertida através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade foram reconhecidos em outro rendimento integral.

Os resultados realizados foram reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, foi utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral foram transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requereu substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que poderiam ou não ocorrer, o Grupo considerou a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contábilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

## Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem como extrapatrimoniais, exceto se tiverem sido classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor (apenas IAS 39). O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, conforme especificado nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9 – apenas 2018)” e “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas períodos anteriores)” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são avaliados quanto à imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

## Passivos financeiros (IFRS 9 em 2018 e IAS 39 nos períodos anteriores)

No âmbito da IFRS 9 e da IAS 39, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9 e da IAS 39, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. No entanto, ao abrigo da IFRS 9, para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral em vez de na demonstração, como ao abrigo da IAS 39.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a emitir ou recomprar o passivo financeiro.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

**Passivos detidos para negociação** - Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Incluem

igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são classificados como derivados detidos para negociação.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

**Contratos de investimento** – Todos os contratos de investimento do Grupo são ligados a fundos de investimento e não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

## Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

## Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

## Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são liberados por agências de compensação central, tais como a Câmara de Compensação de Londres. Para mais informações, consulte a Nota 19, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”

## Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

**Estimativas contabilísticas críticas** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

## Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

**Estimativas contabilísticas críticas** – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

## Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica “Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

### Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018.

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. Na cobertura do risco cambial de títulos de capital disponíveis para venda em períodos contabilísticos anteriores, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título foram igualmente registados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subseqüentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subseqüentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

## Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9 – apenas 2018)

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por (“Ativos financeiros”).

A determinação das perdas e dedução por imparidade passa de um modelo de perdas de crédito incorridas, em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento de perda definida ocorrer no âmbito da IAS 39, para um modelo de perdas de crédito esperadas nos termos da IFRS 9, em que as provisões são retiradas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base em expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

## Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 introduz uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer o cálculo de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem (“POCI”) é analisado mais adiante.

### Aumento significativo no risco de crédito

Nos termos da IFRS 9, ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo no risco de crédito está em conformidade com o processo de gestão do risco de crédito (“CRM”) interno e abrange indicadores relacionados com a notação e com os processos, que são analisados mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9” no Relatório de risco.

### Ativos financeiros com imparidade de crédito na fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação de se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, assim, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogéneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogéneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de

ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

## Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS” no Relatório de risco.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Os juízos de valor e estimativas contábilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contábilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários económicos futuros em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na fase 3 é calculada utilizando modelos estatísticos de perda esperada. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 20, “Créditos” e na Nota 21, “Provisão para perdas de crédito”.

## Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IAS 39 – apenas períodos anteriores)

O Grupo aplicou os requisitos de imparidades da IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição” e da IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” nos períodos anteriores.

O Grupo começou por avaliar, numa base individual, se existiam evidências objetivas de imparidade em cada crédito que fosse individualmente significativo. Em seguida, avaliou coletivamente os créditos que não eram individualmente significativos e os créditos que eram significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção pudesse determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes foram revistas periodicamente. Esta avaliação teve em conta informações e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existissem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda correspondeu à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos foi reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda foi reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serviu para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que fossem individualmente significativos mas para os quais não existiam evidências objetivas de imparidade, ou que não fossem individualmente significativos mas para os quais existia, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pudesse ser razoavelmente estimado. O montante da perda teve três componentes. A primeira componente foi o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existiam grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante foi calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente foi um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogêneos de menor valor, que eram créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos foram agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo foi determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representou uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não tinham sido inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogêneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual foram incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo foi identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento estivesse interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo foi reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade foram revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida foi reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considerou que não existiam perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já tinha sido realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada foram abatidos (o crédito e a provisão relacionada foram retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existiam provisões de perdas de crédito específicas foram avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora foi um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só teria lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impedisse de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixassem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.



No caso de créditos avaliados coletivamente, que eram maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo, bem como das exigências legais na jurisdição onde teve origem o empréstimo.

As recuperações subsequentes, se existissem, foram creditadas na conta de dedução e foram registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda foram reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuísse e a diminuição decorresse de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade seria revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão foi reconhecida em resultados.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Os juízos de valor e estimativas contábilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituíram uma estimativa contábilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 20, “Créditos” e na Nota 21, “Provisão para perdas de crédito”.

## Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

## Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da seção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registrados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

## Desconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

## Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda (“acordos de recompra inversos”) e os títulos vendidos com “acordos de recompra” são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22 “Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia”.

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de recompra inversa que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como “Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados”. Nos termos da IAS 39, o Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de recompra e de recompra inversas que eram geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Gasto de juros”.

## Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

Nos termos da IFRS 9 e da IAS 39, o Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

## Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o *software* estar em uso.

**Estimativas contabilísticas críticas** - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 25, “*Goodwill* e outros ativos intangíveis” contém as divulgações quantitativas.

## Provisions

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como “Juros e encargos similares”.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

**Estimativas contabilísticas críticas** – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” ou a IAS 12, “Impostos sobre o rendimento”, respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 29, “Provisões” contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

## Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda nos termos da IAS 39 e como FVTOCI nos termos da IFRS 9, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na Demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

**Estimativas contábilísticas críticas** – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contábilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contábilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria

creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 36, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

## Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

## Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

## Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

## Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

## Benefícios dos empregados

### Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

### Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma,

estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 35, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

## Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

## Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

## Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como “Juros e encargos similares”. Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.



## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio Corporate & Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

## 02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

### Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2018 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

#### Pagamentos baseado em ações da IFRS 2

Em 1 de junho de 2018, o Grupo adotou alterações à IFRS 2, “Pagamento baseado em ações”, que clarificam a contabilidade para determinados tipos de transações relativas ao pagamento baseado em ações. As alterações que foram desenvolvidas pelo Comité de Interpretação das IFRS clarificam a contabilidade para as transações relativas ao pagamento baseado em ações, liquidado em numerário, que incluem uma condição de desempenho, a classificação de transações relativas ao pagamento baseado em ações com liquidação líquida e a contabilidade para modificações de transações relativas ao pagamento baseado em ações de liquidação em numerário para liquidação em capital próprio. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, que substitui a IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição”. A IFRS 9 introduz novos requisitos sobre o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, requer alterações para o relato de “crédito próprio” no que diz respeito aos passivos de dívida emitidos que são designados ao justo valor, substitui as regras para a imparidade de ativos financeiros e altera os requisitos de contabilidade de cobertura. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A norma foi aprovada pela União Europeia (UE).

Como resultado da IFRS 9, o Deutsche Bank introduziu alterações à apresentação das demonstrações financeiras. Estas alterações estão relacionadas com rubricas específicas na demonstração consolidada dos resultados e no balanço consolidado.

Na IFRS 9 estão integradas novas regras de contabilidade de cobertura que têm por objetivo alinhar melhor a contabilidade de cobertura com práticas de gestão do risco. De um modo geral, foram retiradas algumas restrições ao abrigo das regras da IAS 39 e foi disponibilizada uma grande variedade de instrumentos de cobertura e elementos cobertos para a contabilidade de cobertura. A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. No entanto, o Grupo implementou as divulgações de contabilidade de cobertura revistas que são exigidas pelas alterações relacionadas com a IFRS 9 à IFRS 7 “Instrumentos financeiros: Divulgações”.

Em outubro de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu uma alteração à IFRS 9 “Características de pré-pagamento com remuneração negativa”, que permite às entidades medir ativos financeiros pré-pagáveis com a denominada remuneração negativa (também conhecida por cláusulas de denúncia bilaterais) a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral se o montante de pré-pagamento representar substancialmente capital e juros não pagos e remuneração razoável. A remuneração razoável pode ser positiva ou negativa. Antes desta alteração os ativos financeiros com esta característica de remuneração negativa não teriam passado no teste de apenas pagamentos de capital e juros e teriam sido obrigatoriamente medidos ao justo valor através de resultados. A alteração foi aprovada pela UE e é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada. No segundo trimestre de 2018, o Grupo adotou as alterações à IFRS 9 “Características de pré-pagamento com remuneração negativa”<sup>1</sup>. As alterações não produziram um impacto material sobre a Análise de impacto da transição de IFRS 9.

## Análise de impacto da transição de IFRS 9

O objetivo desta secção é descrever os aspetos-chave das alterações após a adoção da IFRS 9 relativamente à classificação, medição e imparidades, bem como fornecer uma visão geral do impacto sobre rácios essenciais, capital regulamentar, total do capital acionista e ativos ponderados pelo risco (RWA) no Deutsche Bank. Esta secção fornece uma análise de movimentos dos números comunicados segundo a IAS 39 conforme incluídos no Relatório Anual do Deutsche Bank de 2017 em relação aos números segundo a IFRS 9 conforme adotados a partir de 1 de janeiro de 2018.

As regras de transição da IFRS 9 não requerem uma aplicação retrospectiva aos períodos anteriores; assim, o efeito da adoção inicial é refletido no saldo inicial do capital próprio dos acionistas para o exercício de 2018. Os períodos de comparação neste relatório são apresentados na estrutura de acordo com a IAS 39.

### Indicadores fundamentais

		IAS 39 31.12.2017	IFRS 9 1 de janeiro de 2018 <sup>1</sup>	Impacto
Total do capital acionista IFRS	em milhões de euros	63 174	62 503	(671)
Capital Common Equity Tier 1 fully loaded	em milhões de euros	48 300	47 907	(393)
Ativos ponderados pelo risco	em milhares de milhões de euros	344	345	0,5
Capital Tier 1 fully loaded	em milhões de euros	52 921	52 528	(393)
Rácio CET 1 fully loaded	em %	14,0	13,9	(13) <sup>2</sup>
Exposição à alavancagem	em milhares de milhões de euros	1 395	1 395	(0,4)
Rácio de alavancagem fully loaded	em %	3,8	3,8	(3) <sup>2</sup>
Rácio de alavancagem introdução progressiva	em %	4,1	4,1	(3) <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pró-forma.

<sup>2</sup> Em pontos base.

A implementação da IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018 conduziu a uma diminuição do capital próprio dos acionistas do Deutsche Bank de 671 milhões de euros, incluindo um benefício com impostos de 199 milhões de euros. O capital regulamentar diminuiu 393 milhões de euros devido a uma dedução inferior das perdas de crédito esperadas que excedem as imparidades para estas exposições nos termos do método baseado em notações internas (método IRB) regulamentar. O rácio CET 1 fully loaded diminuiu 13 pontos base, mais do que as estimativas anteriores devido a ajustes no cálculo do impacto da redução da dedução para as perdas de crédito esperadas e o rácio de alavancagem fully loaded é 3 pontos base inferior.

O Deutsche Bank decidiu não aplicar regras transitórias para o cálculo dos rácios regulamentares de acordo com o artigo 473a do CRR. Desta forma, esta secção irá apenas referir-se ao impacto total da IFRS 9.

## Impacto no capital regulamentar, RWA, e exposição à alavancagem

### Fully loaded

em milhões de euros	Total do capital acionista por balanço contabilístico	Capital Common Equity Tier 1	Capital Tier 1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63 174</b>	<b>48 300</b>	<b>52 921</b>
Alterações da IFRS 9 de			
Classificação e medição	(870)	(870)	(870)
Impairments	(193)	(193)	(193)
Efeitos tributários de	(677)	(677)	(677)
Classificação e medição	199	199	199
Impairments	65	65	65
Impairments	134	134	134
Impacto da IFRS 9 após impostos	(671)	(671)	(671)
Alterações a deduções regulamentares			
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas		278	278
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018<sup>1</sup></b>	<b>62 503</b>	<b>47 907</b>	<b>52 528</b>

<sup>1</sup> Pró-forma.

em milhares de milhões de euros	Ativos ponderados pelo risco	Exposição à alavancagem
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>344</b>	<b>1 395</b>
Alterações de		
DTA RWA/Alteração do total de ativos	0	(0)
SA RWA/Deduções inferiores	1	(1)
Impairments	(0)	0
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018<sup>1</sup></b>	<b>345</b>	<b>1 395</b>
Rácios em 31 de dezembro de 2017	14,0 %	3,8 %
Rácios em 1 de janeiro de 2018 <sup>1</sup>	13,9 %	3,8 %
Alteração em pontos base	(13)	(3)

<sup>1</sup> Pró-forma.

### Regras transitórias

em milhões de euros	Total do capital acionista por balanço contabilístico	Capital Common Equity Tier 1	Capital Tier 1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>63 174</b>	<b>50 808</b>	<b>57 631</b>
Alterações da IFRS 9 de			
Classificação e medição	(870)	(870)	(870)
Impairments	(193)	(193)	(193)
Efeitos tributários de	(677)	(677)	(677)
Classificação e medição	199	199	199
Impairments	65	65	65
Impairments	134	134	134
Impacto da IFRS 9 após impostos	(671)	(671)	(671)
Alterações a deduções regulamentares			
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas		223	278
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018<sup>1</sup></b>	<b>62 503</b>	<b>50 359<sup>2</sup></b>	<b>57 238</b>

<sup>1</sup> Pró-forma.

<sup>2</sup> Perspetiva pró-forma tendo em conta 80% de introdução progressiva de acordo com as regras transitórias do CRR.

em milhares de milhões de euros	Ativos ponderados pelo risco	Exposição à alavancagem
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>343</b>	<b>1 396</b>
Alterações de		
DTA RWA/Alteração do total de ativos	0	0
SA RWA/Deduções inferiores	1	0
Impairments	(0)	0
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018<sup>1</sup></b>	<b>344</b>	<b>1 396</b>
Rácios em 31 de dezembro de 2017	14,8 %	4,1 %
Rácios em 1 de janeiro de 2018 <sup>1</sup>	14,6 %	4,1 %
Alteração em pontos base	(15)	(3)

<sup>1</sup> Pró-forma.

### Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

Com a introdução da IFRS 9, o Deutsche Bank reviu a forma como a exposição ao risco de crédito é apresentada no Relatório de risco. A definição das principais categorias de exposição ao crédito foi expandida e em vez de apresentar apenas um determinado subconjunto de produtos, decidiu apresentar-se todos os produtos, independentemente da sua classificação e medição nos termos da IFRS 9. A tabela abaixo mostra os montantes comparativos de 2017 para cada categoria principal de exposição ao crédito. A secção “Exposição ao risco de crédito” do Relatório de risco inclui uma descrição das categorias.

em milhões de euros	Loans		Extrapatrimoniais		Derivados do mercado de balcão		Debt securities		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra		Total	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Corporate & Investment Bank	164 163	153 473	217 203	206 021	27 028	30 993	90 062	86 272	76 032	99 335	574 488	576 094
Private & Commercial Bank	269 384	270 398	45 969	46 082	353	422	12 387	14 421	260	835	328 353	332 158
Gestão dos Activos	68	87	131	69	0	0	419	106	0	0	618	262
Corporate & Other	216	26	351	159	37	15	39 989	42 187	5 175	4 630	45 768	47 017
<b>Total</b>	<b>433 832</b>	<b>423 984</b>	<b>263 654</b>	<b>252 331</b>	<b>27 417</b>	<b>31 430</b>	<b>142 857</b>	<b>142 986</b>	<b>81 467</b>	<b>104 800</b>	<b>949 227</b>	<b>955 531</b>

### Classificação e medição

A tabela seguinte fornece uma visão geral do impacto das alterações ao total dos ativos ao abrigo da classificação e medição da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 em comparação com a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, excluindo as provisões para posições extrapatrimoniais e patrimoniais, afetadas pela IFRS 9.

em milhões de euros	Valor escriturado IAS 39 31 de dezembro de 2017 (i)	Reclassificações (ii)	Reavaliações (iii)	Valor escriturado IFRS 9 1 de janeiro de 2018 (iv=i+ii+iii)
<b>Justo valor através de resultados</b>				
De disponível para venda (IAS 39)	-	2 535	(3)	-
De custo amortizado (IAS 39)	-	41 914	(3)	-
Para custo amortizado (IFRS 9)	-	(5 900)	-	-
Para justo valor através de outro rendimento integral (IFRS 9)	-	(6 508)	-	-
<b>Total de justo valor através de resultados</b>	<b>636 970</b>	<b>32 041</b>	<b>(6)</b>	<b>669 004</b>
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>				
De disponível para venda (IAS 39)	-	41 219	(104)	-
De custo amortizado (IAS 39)	-	9 943	64	-
De justo valor através de resultados (IAS 39)	-	6 508	-	-
Para custo amortizado (IFRS 9)	-	-	-	-
Para justo valor através de resultados (IFRS 9)	-	-	-	-
<b>Total de justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>-</b>	<b>57 671</b>	<b>(40)</b>	<b>57 631</b>
<b>Custo amortizado</b>				
De custo amortizado (IAS 39)	-	-	-	-
De disponível para venda (IAS 39)	-	5 642	24	-
De justo valor através de resultados (IAS 39)	-	5 900	(184)	-
Para justo valor através de outro rendimento integral (IFRS 9)	-	(6 773)	-	-
Para justo valor através de resultados (IFRS 9)	-	(41 914)	-	-
<b>Custo amortizado total</b>	<b>780 721</b>	<b>(37 145)</b>	<b>(159)</b>	<b>743 417</b>
Ativos por impostos	8 396	-	230	8 626
Disponível para venda (IAS 39)	49 397	(49 397)	-	-
Detidos até à maturidade (IAS 39)	3 170	(3 170)	-	-
<b>Total de ativos financeiros afetados pela IFRS 9, reclassificações e reavaliações</b>	<b>1 478 654</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>1 478 678</b>

### Impairment

A tabela seguinte fornece uma visão geral da provisão da IAS 39 para todos os instrumentos de dívida que são medidos ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral e compromissos de crédito extrapatrimoniais, incluindo garantias financeiras (designadas por posições extrapatrimoniais e patrimoniais na tabela abaixo) em 31 de dezembro de 2017 até à provisão para perdas de crédito esperadas da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018.

em milhões de euros	Provisão para posições fora do balanço e no balanço IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 (i)	Alterações devido a reclassificações (ii)	Alterações devido à introdução do modelo de ECL da IFRS 9 (iii)	Provisão para posições fora do balanço e no balanço IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (iv=i+ii+iii)
<b>Justo valor através de resultados</b>				
De disponível para venda (IAS 39)	-	-	-	-
De custo amortizado (IAS 39)	-	-	-	-
Para custo amortizado (IFRS 9)	-	-	-	-
Para justo valor através de outro rendimento integral (IFRS 9)	-	-	-	-
<b>Total de justo valor através de resultados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>				
De disponível para venda (IAS 39)	-	-	12	12
De custo amortizado (IAS 39)	-	-	0	0
De justo valor através de resultados (IAS 39)	-	-	-	-
Para custo amortizado (IFRS 9)	-	-	-	-
Para justo valor através de resultados (IFRS 9)	-	-	-	-
<b>Total de justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>Custo amortizado</b>				
De custo amortizado (IAS 39)	3 856	-	737	4 594
De disponível para venda (IAS 39)	-	-	-	-
De justo valor através de resultados (IAS 39)	-	-	9	9
Para justo valor através de outro rendimento integral (IFRS 9)	10	(10)	-	-
Para justo valor através de resultados (IFRS 9)	55	(55)	-	-
<b>Custo amortizado total</b>	<b>3 921</b>	<b>(65)</b>	<b>746</b>	<b>4 603</b>
<b>Total de posições no balanço afetadas pelo modelo de ECL da IFRS 9</b>	<b>3 921</b>	<b>(65)</b>	<b>758</b>	<b>4 615</b>
Extrapatrimoniais	285	-	(6)	280
<b>Total de posições no balanço e fora do balanço afetadas pelo modelo de ECL da IFRS 9</b>	<b>4 207</b>	<b>(65)</b>	<b>753</b>	<b>4 894</b>

## IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou a IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” (incluindo a alteração emitida posteriormente à emissão inicial da IFRS 15), que especifica como e quando os proveitos são reconhecidos, mas que não possui impacto no reconhecimento de rendimento relacionado com os instrumentos financeiros no âmbito da IFRS 9. Os novos requisitos substituem várias outras normas e interpretações IFRS que regulam o reconhecimento dos proveitos nos termos da IFRS e fornecem um modelo simples de cinco passos baseado em princípios a ser aplicado a todos os contratos com clientes. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. O Grupo exerceu a isenção de aplicação inicial e aplicou o método do efeito cumulativo, que permitiu ao Grupo aplicar a IFRS 15 aos períodos de relato com início em ou depois de 1 de janeiro de 2018. A IFRS 15 não teve um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O impacto limitou-se à apresentação de divulgações melhoradas, incluindo uma desagregação dos tipos de proveitos do Grupo antes da dedução das despesas associadas.

## Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

## Concentrações de atividades empresariais IFRS 3

Em outubro de 2018, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IFRS 3 “Concentrações de atividades empresariais”. Estas alterações clarificam a determinação de se uma aquisição efetuada é um negócio ou grupo de ativos. A definição alterada de um negócio realça que o resultado de um negócio é fornecer bens e serviços aos clientes, enquanto a definição anterior se centrava em rentabilidades sob a forma de dividendos, custos inferiores ou outros benefícios económicos para os investidores e outros. A distinção entre um negócio e um grupo de ativos é importante porque um adquirente reconhece o goodwill apenas quando adquire um negócio. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

## IFRS 16 Locações

Em janeiro de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu a IFRS 16, “Locações”, que introduz um modelo de contabilização de locatário único e que requer que um locatário reconheça os ativos e os passivos para todas as locações com um termo que não seja superior a 12 meses, a não ser que os ativos subjacentes tenham um valor reduzido. É exigido que um locatário reconheça um ativo com direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação. Haverá apenas pequenas alterações na contabilização atual dos locadores. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 16 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. A norma foi aprovada pela UE.

O Grupo analisou o impacto da aplicação inicial na IFRS 16 num programa de implementação ao nível do Grupo. A maioria das locações destina-se a terrenos e edifícios; outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/de TI.

O Grupo irá aplicar o expediente prático na IFRS 16 aos contratos que foram identificados como locações que aplicam a IAS 17, “Locações” e a IFRIC 4, “Determinar se um acordo contém uma locação”, em transição.

O Grupo optou por aplicar a abordagem de transição retrospectiva modificada, sem reajuste dos números de comparação. De acordo com a abordagem retrospectiva modificada, o Grupo pode optar por uma base locação a locação para (i) medir o ativo com direito de uso ao mesmo montante que o passivo da locação ou (ii) medir o ativo com direito de uso retrospectivamente utilizando a taxa de desconto de transição. Para a abordagem (ii), a diferença resultante entre o ativo com direito de uso e o passivo da locação será reconhecida como um ajuste ao saldo inicial de lucros não distribuídos em transição.

Na aplicação inicial, o Grupo irá aplicar a abordagem (i) a locações classificadas como locações operacionais nos termos da IAS 17, exceto no caso de locações imobiliárias de maiores dimensões, nas quais o Grupo irá optar por aplicar a abordagem (ii) que se espera resultar num ajuste ao saldo inicial de lucros não distribuídos em transição de 150 milhões de euros, tendo em conta os impostos diferidos.

Além disso, as provisões anteriormente reconhecidas de locações operacionais onerosas, bem como os passivos operacionais acumulados, serão desreconhecidas após a transição e o valor dos ativos com direito de uso será reduzido no mesmo montante.

O impacto esperado aquando da adoção irá resultar num aumento de aproximadamente 3,3 mil milhões de euros e 3,5 mil milhões de euros no balanço relativamente ao reconhecimento dos ativos com direito de uso e passivos correspondentes, respetivamente. Isto conduzirá a uma redução global no total do capital acionista do Grupo de 150 milhões de euros, tendo em conta os impostos diferidos. Estas estimativas podem sofrer alterações à medida que o Grupo finaliza o seu projeto de implementação no primeiro trimestre de 2019.

## IFRS 17 Contratos de seguros

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 “Contratos de seguros”, que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, é expectável que a IFRS 17 não tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

## Melhorias para os ciclos das IFRS 2015-2017

Em setembro de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade nos ciclos 2015-2017. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com a IFRS 3 “Concentrações de atividades

empresariais”, IAS 12 “Impostos sobre o rendimento” e IAS 23 “Custos de empréstimo”. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo prevê que as alterações não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações foram aprovadas pela UE.

## 03 – Aquisições e alienações

### Concentrações de atividades empresariais

Durante 2018, 2017 e 2016, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

### Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controle

#### Participação de capital do Deutsche Bank após a oferta pública inicial de ações da DWS

O Deutsche Bank anunciou, a 26 de fevereiro de 2018, a sua intenção de prosseguir com a oferta pública inicial (“IPO”) planejada da sua subsidiária DWS Group GmbH & Co. KGaA (“DWS”) no mercado regulamentado da Bolsa de Valores de Frankfurt. A IPO consistia apenas na venda das ações existentes detidas diretamente pelo único acionista da DWS, a DB Beteiligungs Holding GmbH, uma subsidiária detida a 100% pelo Deutsche Bank AG. O volume total de colocação é composto por 44,5 milhões de ações da DWS incluindo a aquisição de lotes suplementares (“greenshoe”) de 4,5 milhões de ações.

Conforme anunciado a 22 de março de 2018, o preço de colocação das ações oferecidas na IPO foi estabelecido a 32,50 euros por ação. Em 31 de março de 2018, foram vendidos 40,0 milhões de ações da DWS a novos investidores. Com base no preço de colocação, a capitalização bolsista da DWS ascendeu a 6,5 mil milhões de euros. O Deutsche Bank recebeu receitas brutas de 1,3 mil milhões de euros da colocação das ações da DWS, resultando na detenção de 20,0% da DWS por outros investidores que não são o Deutsche Bank. Consequentemente, o Deutsche Bank permanece o acionista maioritário da DWS após a IPO.

O valor escriturado final dos ativos líquidos da DWS nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo à data da IPO era de 6,0 mil milhões de euros. Isto inclui os ativos líquidos do negócio de Asset Management dos EUA, transferido para a DWS em 2 de abril de 2018, que foi sujeito a acordos contratualmente vinculativos entre as entidades do Grupo envolvidas e constituiu um elemento da oferta.

A tabela seguinte resume o efeito das alterações na participação de capital do Deutsche Bank na DWS e o seu impacto no capital próprio dos acionistas no final do período de relato:

#### A participação de capital do Deutsche Bank na DWS e o impacto no capital próprio dos acionistas

em euros	2018
Participação de capital do Deutsche Bank aquando da IPO	5 991
Diminuição líquida da participação de capital do Deutsche Bank	(1 229)
Quota do Deutsche Bank em resultados líquidos	239
Quota do Deutsche Bank em outro rendimento integral	149
Quota do Deutsche Bank em outras alterações de capital	37
Participação de capital do Deutsche Bank na DWS no fim do período de relato	5 187
Excedente do montante da IPO	73
Efeito total no capital próprio dos acionistas de uma alteração na participação de capital do Deutsche Bank na DWS, no fim do período de relato	5 260

Até ao fim do período de estabilização (20 de abril de 2018), do volume total de “greenshoe” de 4,5 milhões de ações, foram afetadas 1 018 128 ações a novos acionistas, o que aumentou a proporção de acionistas externos na DWS para 20,51%.

### Alienações

Em 2018, 2017 e 2016, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações são maioritariamente de negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. Em conformidade, as alienações em 2018 incluíram a venda parcial do negócio polaco PCB, enquanto as alienações em 2017 incluíram a subsidiária argentina do Grupo, Deutsche Bank S.A. e a administração de fundos e serviços de custódia sediada no Luxemburgo Sal. Oppenheim. As alienações em 2016 incluíram a venda da Abbey Life e Maher Terminals Port Elizabeth. Para mais informações sobre estas transações, consultar a Nota 26, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”. A contrapartida total recebida por estas alienações (das quais em numerário), em 2018, 2017 e 2016, foi de

398 milhões de euros, (164 milhões de euros em numerário), 129 milhões de euros (numerário) e 2,0 mil milhões de euros (numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2018	2017	2016
Cash and cash equivalents	50	47	0
Todos os restantes ativos	4 619	848	14 858
<b>Total do ativo alienado</b>	<b>4 669</b>	<b>895</b>	<b>14 858</b>
<b>Total do passivo alienado</b>	<b>6 035</b>	<b>814</b>	<b>12 250</b>

## 04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

### Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. De uma forma geral, as reexpressões devido a alterações na estrutura organizacional foram implementadas na apresentação de elementos comparáveis do período anterior, se tiverem sido consideradas nos sistemas de relatório de gestão do Grupo.

As nossas operações de negócios são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:

- Corporate & Investment Bank ("CIB"),
- Private & Commercial Bank ("PCB"),
- Asset Management ("AM").

As principais alterações face à informação por segmentos apresentada anteriormente pelo Deutsche Bank são indicadas abaixo.

No primeiro trimestre de 2018, a definição da categoria de proveitos "Sales & Trading (FIC)" da CIB foi atualizada para melhorar o alinhamento com o relato dos pares e permitir comparações mais relevantes. Como resultado, a categoria "Financiamento" deixou de existir e a maioria dos proveitos anteriormente reportados nessa categoria, para o exercício de 2017 mais de 95%, foi movida para a categoria "Sales & Trading (FIC)" e o restante para "Outros". No trimestre atual, os proveitos relacionados com derivados listados e compensação foram transferidos da categoria Sales & Trading (FIC) para Sales & Trading (ações) para melhorar o alinhamento com as prioridades do negócio. A apresentação dos períodos comparativos foi ajustada em conformidade.

Em maio de 2018, o Deutsche Bank executou com êxito a fusão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG com o Postbank, formando o DB Privat- und Firmenkundenbank AG. Após o acordo para vender o nosso negócio de retalho em Portugal e o acordo para a venda parcial do negócio de retalho polaco, no primeiro trimestre de 2018, os proveitos destes negócios da Private and Commercial Clients International (PCCI), bem como os negócios alienados do Hua Xia Bank e da unidade PCS são reportados numa categoria separada para refletir melhor a nossa unidade Exited businesses. Como resultado, desde o segundo trimestre de 2018, os proveitos do PCB são agora reportados como se segue:

- Private and Commercial Business (Alemanha),
- Private and Commercial Business (Internacional), que abrange operações na Bélgica, Índia, Itália e Espanha,
- Wealth Management (Global) e
- Exited businesses, que abrange operações na Polónia e em Portugal, bem como Private Client Services (PCS) e Hua Xia Bank em períodos históricos.

A apresentação dos períodos comparativos foi ajustada em conformidade.

Em março de 2017, o Deutsche Bank anunciou a sua intenção de realizar uma oferta pública inicial (IPO) da divisão Deutsche Asset Management, que foi concluída em março de 2018. Desde 23 de março de 2018, as ações da holding DWS Group GmbH & Co. KGaA estão cotadas na Bolsa de Valores de Frankfurt. A divisão corporativa "Deutsche Asset Management" foi renomeada para "Asset Management" no primeiro trimestre de 2018. O Deutsche Bank permanece o acionista maioritário da DWS após a IPO.



A partir de 2018, as despesas de infraestrutura do Grupo são afetadas às divisões corporativas com base no plano. Qualquer delta entre as afetações planejadas e efetivas é captado centralmente em "Corporate & Other". As despesas de infraestrutura relacionadas com atividades dos acionistas, conforme definidas nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, ou seja, custos para funções específicas do grupo, deixam de ser afetadas a segmentos, sendo, em vez disso, detidas centralmente e reportadas em "Corporate & Other (C&O)", anteriormente "Consolidation & Adjustments (C&A)". Estas despesas de infraestrutura ascenderam a 422 milhões de euros em 2018 e a 371 milhões de euros em 2017. Todas as categorias anteriormente reportadas em C&A, incluindo diferenças de avaliação e calendarização, bem como rubricas corporativas e relacionadas com tesouraria não afetadas às divisões, permanecem em C&O. A apresentação dos períodos comparativos foi ajustada em conformidade.

A partir de 2017, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir como divisão autónoma. Em 31 de dezembro de 2016, os restantes ativos antigos passaram a ser geridos pelos segmentos operacionais correspondentes, predominantemente em Corporate & Investment Bank e Private & Commercial Bank.

## Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Corporate and Other". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo em CIB) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&O) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam o rendimento de juros líquido externo do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, com preços de transferência referentes ao acesso de financiamento do Grupo nos mercados grossistas. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Afetação do capital próprio médio dos acionistas - Desde 2017, o capital próprio dos acionistas está afetado na totalidade aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento e já não está limitado ao montante de capital próprio dos acionistas exigido para cumprir os objetivos comunicados externamente para o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo e o rácio de alavancagem do Grupo. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros intangíveis continuam a ser diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo. Todos os períodos relatados em 2016 e 2017 foram reajustados.

O capital próprio médio dos acionistas do segmento em dezembro de 2016 representa os valores à vista para o fim do período. A diferença entre os valores à vista dos segmentos e o montante médio do Grupo é captada na divisão C&O.

Para os fins da afetação de capital próprio médio dos acionistas em 2017, os saldos da Non-Core Operations Unit (NCOU) do final do exercício de 2016 foram afetados a Corporate & Other (C&O) pois a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixou de existir enquanto divisão corporativa separada a partir de 2017.

O rendimento de juros líquido como uma componente da receita líquida, resultado antes do imposto sobre o rendimento e raios conexos, é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Corporate & Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento do rendimento de juros líquido do Corporate & Investment Bank de 42,4 milhões de euros no exercício de 2018 (113,6 milhões de euros no exercício de 2017 e 126,4 milhões de euros no exercício de 2016). Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&O. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável do rendimento de juros líquido, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2018 e 35% em 2017 e 2016.

## Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2018					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>13 046</b>	<b>10 158</b>	<b>2 186</b>	<b>–</b>	<b>(73)</b>	<b>25 316</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>120</b>	<b>406</b>	<b>(1)</b>	<b>–</b>	<b>0</b>	<b>525</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	3 970	4 001	787	–	3 055	11 814
Despesas gerais e administrativas	8 115	4 867	929	–	(2 624)	11 286
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	–	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	–	0	0
Atividades de reestruturação	287	55	19	–	0	360
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 372</b>	<b>8 923</b>	<b>1 735</b>	<b>–</b>	<b>431</b>	<b>23 461</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>24</b>	<b>(0)</b>	<b>85</b>	<b>–</b>	<b>(109)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>530</b>	<b>829</b>	<b>367</b>	<b>–</b>	<b>(396)</b>	<b>1 330</b>
Rácio custo/rendimento	95 %	88 %	79 %	–	N/S	93 %
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>988 531</b>	<b>343 704</b>	<b>10 030</b>	<b>–</b>	<b>5 872</b>	<b>1 348 137</b>
Adições a ativos não correntes	514	516	43	–	575	1 647
<b>Ativos ponderados pelo risco<sup>3</sup></b>	<b>236 306</b>	<b>87 709</b>	<b>10 365</b>	<b>–</b>	<b>16 053</b>	<b>350 432</b>
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	892 653	354 584	5 044	–	20 644	1 272 926
<b>Capital próprio médio dos acionistas</b>	<b>43 427</b>	<b>14 514</b>	<b>4 669</b>	<b>–</b>	<b>0</b>	<b>62 610</b>
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	1 %	5 %	18 %	–	N/S	1 %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	1 %	4 %	6 %	–	N/S	0 %
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	3 574	6 077	(52)	–	3 592	13 192
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	170	2	41	–	6	219
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	556	78	240	–	5	879

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2017					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>14 227</b>	<b>10 178</b>	<b>2 532</b>	<b>-</b>	<b>(489)</b>	<b>26 447</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>213</b>	<b>313</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(0)</b>	<b>525</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	4 364	4 027	812	-	3 050	12 253
Despesas gerais e administrativas	8 441	5 012	978	-	(2 458)	11 973
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	-	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	12	3	-	0	21
Atividades de reestruturação	81	360	6	-	0	447
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 892</b>	<b>9 411</b>	<b>1 799</b>	<b>-</b>	<b>593</b>	<b>24 695</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>26</b>	<b>(12)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 096</b>	<b>465</b>	<b>732</b>	<b>-</b>	<b>(1 066)</b>	<b>1 228</b>
Rácio custo/rendimento	91 %	93 %	71 %	-	N/S	93 %
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>1 127 028</b>	<b>333 069</b>	<b>8 050</b>	<b>-</b>	<b>6 586</b>	<b>1 474 732</b>
Adições a ativos não correntes	125	551	60	-	1 067	1 803
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	231 574	87 472	8 432	-	16 734	344 212
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	1 029 946	344 087	2 870	-	17 983	1 394 886
Capital próprio médio dos acionistas	44 197	14 943	4 687	-	99	63 926
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	2 %	2 %	56 %	-	N/S	(1)%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	2 %	2 %	10 %	-	N/S	(1)%
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	4 104	5 875	(19)	-	2 418	12 378
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	81	3	44	-	9	137
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	553	91	211	-	10	866

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 160% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	2016					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Receitas líquidas<sup>1</sup></b>	<b>16 764</b>	<b>11 090</b>	<b>3 015</b>	<b>(382)</b>	<b>(473)</b>	<b>30 014</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>816</b>	<b>439</b>	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>(0)</b>	<b>1 383</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>						
Remunerações e benefícios	4 062	4 075	737	68	2 931	11 874
Despesas gerais e administrativas	9 280	4 888	1 026	2 659	(2 398)	15 454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	1 021	(49)	(0)	1 256
Atividades de reestruturação	299	142	47	4	(7)	484
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>13 926</b>	<b>9 104</b>	<b>3 205</b>	<b>2 682</b>	<b>525</b>	<b>29 442</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>49</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(4)</b>	<b>(46)</b>	<b>0</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 973</b>	<b>1 547</b>	<b>(190)</b>	<b>(3 187)</b>	<b>(952)</b>	<b>(810)</b>
Rácio custo/rendimento	83 %	82 %	106 %	N/S	N/S	98 %
<b>Ativos<sup>2</sup></b>	<b>1 201 894</b>	<b>329 869</b>	<b>12 300</b>	<b>5 523</b>	<b>40 959</b>	<b>1 590 546</b>
Adições a ativos não correntes	22	480	1	0	1 517	2 019
Ativos ponderados pelo risco <sup>3</sup>	237 596	86 082	8 960	9 174	15 706	357 518
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [spot value] na data de relato)	954 203	342 424	3 126	7 882	40 018	1 347 653
Capital próprio médio dos acionistas	40 312	14 371	4 460	690	2 249	62 082
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3 %	8 %	71 %	N/S	N/S	(3)%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) <sup>4</sup>	3 %	7 %	(3)%	N/S	N/S	(2)%
<sup>1</sup> inclui:						
Net interest income	6 314	6 201	326	142	1 724	14 707
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	138	5	44	269	(1)	455
<sup>2</sup> inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	698	23	203	98	4	1 027

N/S – Não significativo

<sup>3</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>4</sup> A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## Corporate & Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Global Transaction Banking	3 834	3 917	4 419	(83)	(2)	(502)	(11)
Geração de ações	362	396	405	(34)	(9)	(9)	(2)
Geração de dívida	1 081	1 327	1 393	(247)	(19)	(66)	(5)
Consultoria	493	508	495	(16)	(3)	13	3
Geração e consultoria	1 935	2 232	2 292	(296)	(13)	(60)	(3)
Sales & Trading (ações)	1 957	2 233	2 751	(276)	(12)	(518)	(19)
Sales & Trading (FIC)	5 361	6 447	7 066	(1 087)	(17)	(619)	(9)
Sales & Trading	7 317	8 680	9 817	(1 363)	(16)	(1 137)	(12)
Outros	(40)	(601)	235	561	(93)	(836)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>13 046</b>	<b>14 227</b>	<b>16 764</b>	<b>(1 181)</b>	<b>(8)</b>	<b>(2 537)</b>	<b>(15)</b>
Provisão para perdas de crédito	120	213	816	(94)	(44)	(603)	(74)
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3 970	4 364	4 062	(393)	(9)	302	7
Despesas gerais e administrativas	8 115	8 441	9 280	(326)	(4)	(839)	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	6	285	(6)	N/S	(279)	(98)
Atividades de reestruturação	287	81	299	205	N/S	(218)	(73)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>12 372</b>	<b>12 892</b>	<b>13 926</b>	<b>(520)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1 034)</b>	<b>(7)</b>
Participações minoritárias	24	26	49	(2)	(7)	(23)	(46)
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>530</b>	<b>1 096</b>	<b>1 973</b>	<b>(566)</b>	<b>(52)</b>	<b>(877)</b>	<b>(44)</b>
Rácio custo/rendimento	95 %	91 %	83 %	N/S	4 p.p.	N/S	8 p.p.
Ativos <sup>1</sup>	988 531	1 127 028	1 201 894	(138 497)	(12)	(74 866)	(6)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	236 306	231 574	237 596	4 733	2	(6 022)	(3)
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	43 427	44 197	40 312	(770)	(2)	3 885	10
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	1 %	2 %	3 %	N/S	(1) p.p.	N/S	(2) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1 %	2 %	3 %	N/S	(1) p.p.	N/S	(2) p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Consulte uma descrição de como é atribuído o capital próprio médio dos acionistas às divisões na secção "Medição dos resultados dos segmentos" acima.

## Private & Commercial Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas:</b>							
Private and Commercial Business (Alemanha)	6 802	6 583	6 873	220	3	(290)	(4)
Private and Commercial Business (Internacional) <sup>1</sup>	1 439	1 455	1 466	(16)	(1)	(11)	(1)
Wealth Management (Global)	1 746	2 021	1 720	(274)	(14)	301	18
Exited businesses <sup>2</sup>	170	119	1 031	51	42	(912)	(88)
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>10 158</b>	<b>10 178</b>	<b>11 090</b>	<b>(20)</b>	<b>(0)</b>	<b>(912)</b>	<b>(8)</b>
Of which:							
Net interest income	6 077	5 875	6 201	202	3	(326)	(5)
Rendimentos de serviços e comissões	3 143	3 367	3 395	(224)	(7)	(28)	(1)
Rendimentos restantes	937	935	1 494	2	0	(558)	(37)
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>406</b>	<b>313</b>	<b>439</b>	<b>93</b>	<b>30</b>	<b>(126)</b>	<b>(29)</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros):</b>							
Remunerações e benefícios	4 001	4 027	4 075	(26)	(1)	(47)	(1)
Despesas gerais e administrativas	4 867	5 012	4 888	(145)	(3)	124	3
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	12	0	(12)	N/S	12	N/S
Atividades de reestruturação	55	360	142	(305)	(85)	218	154
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>8 923</b>	<b>9 411</b>	<b>9 104</b>	<b>(488)</b>	<b>(5)</b>	<b>307</b>	<b>3</b>
Participações minoritárias	(0)	(12)	0	12	(100)	(12)	N/S
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>829</b>	<b>465</b>	<b>1 547</b>	<b>363</b>	<b>78</b>	<b>(1 081)</b>	<b>(70)</b>
Rácio custo/rendimento	88 %	92 %	82 %	N/S	(5) p.p.	N/S	10 p.p.
Ativos <sup>3</sup>	343 704	333 069	329 869	10 635	3	3 200	1
Ativos ponderados pelo risco <sup>4</sup>	87 709	87 472	86 082	237	0	1 390	2
Capital próprio médio dos acionistas <sup>5</sup>	14 514	14 943	14 371	(429)	(3)	572	4
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	5 %	2 %	8 %	N/S	2 p.p.	N/S	(6) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	4 %	2 %	7 %	N/S	2 p.p.	N/S	(5) p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Abrange operações na Bélgica, Índia, Itália e Espanha.

<sup>2</sup> Abrange operações na Polónia e em Portugal, bem como Private Client Services (PCS) e Hua Xia em períodos históricos.

<sup>3</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>4</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>5</sup> Consulte uma descrição de como é atribuído o capital próprio médio dos acionistas às divisões na secção "Medição dos resultados dos segmentos" acima.

## Gestão dos Activos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>							
Comissões de gestão	2 115	2 247	2 190	(132)	(6)	57	3
Comissões de desempenho e transação	91	199	220	(109)	(55)	(21)	(9)
Outros proveitos	(20)	86	209	(106)	N/S	(123)	(59)
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	0	0	396	0	N/S	(396)	N/S
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>2 186</b>	<b>2 532</b>	<b>3 015</b>	<b>(346)</b>	<b>(14)</b>	<b>(483)</b>	<b>(16)</b>
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>(0)</b>	<b>67</b>	<b>(1)</b>	<b>N/S</b>
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	787	812	737	(25)	(3)	75	10
Despesas gerais e administrativas	929	978	1 026	(49)	(5)	(48)	(5)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	(0)	N/S	(374)	(100)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	3	1 021	(3)	N/S	(1 018)	(100)
Atividades de reestruturação	19	6	47	13	N/S	(41)	(88)
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>1 735</b>	<b>1 799</b>	<b>3 205</b>	<b>(64)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1 405)</b>	<b>(44)</b>
<b>Participações minoritárias</b>	<b>85</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>83</b>	<b>N/S</b>	<b>1</b>	<b>N/S</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>367</b>	<b>732</b>	<b>(190)</b>	<b>(364)</b>	<b>(50)</b>	<b>922</b>	<b>N/S</b>
Rácio custo/rendimento	79 %	71 %	106 %	N/S	8 p.p.	N/S	(35) p.p.
Ativos <sup>1</sup>	10 030	8 050	12 300	1 980	25	(4 250)	(35)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	10 365	8 432	8 960	1 932	23	(528)	(6)
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	4 669	4 687	4 460	(19)	(0)	227	5
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	18 %	56 %	71 %	N/S	(38) p.p.	N/S	(15) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	6 %	10 %	(3)%	N/S	(5) p.p.	N/S	13 p.p.

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Consulte uma descrição de como é atribuído o capital próprio médio dos acionistas às divisões na secção "Medição dos resultados dos segmentos" acima.

## Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>-</b>	-	(382)	0	N/S	382	N/S
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	(1 307)	0	N/S	1 307	N/S
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>-</b>	-	128	0	N/S	(128)	N/S
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	-	-	68	0	N/S	(68)	N/S
Despesas gerais e administrativas	-	-	2 659	0	N/S	(2 659)	N/S
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	-	(49)	0	N/S	49	N/S
Atividades de reestruturação	-	-	4	0	N/S	(4)	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>-</b>	-	2 682	0	N/S	(2 682)	N/S
<b>Participações minoritárias</b>	<b>-</b>	-	(4)	0	N/S	4	N/S
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>-</b>	-	(3 187)	0	N/S	3 187	N/S
Ativos <sup>1</sup>	-	-	5 523	0	N/S	(5 523)	N/S
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	-	-	9 174	0	N/S	(9 174)	N/S
Capital próprio médio dos acionistas <sup>3</sup>	-	-	690	0	N/S	(690)	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully loaded.

<sup>3</sup> Consulte uma descrição de como é atribuído o capital próprio médio dos acionistas às divisões na secção "Medição dos resultados dos segmentos" acima.

## Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Receitas líquidas</b>	<b>(73)</b>	(489)	(473)	416	(85)	(17)	4
<b>Provisão para perdas de crédito</b>	<b>0</b>	(0)	(0)	1	N/S	0	(19)
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>							
Remunerações e benefícios	3 055	3 050	2 931	5	0	119	4
Despesas gerais e administrativas	(2 624)	(2 458)	(2 398)	(166)	7	(59)	2
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	(0)	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	(7)	(0)	(85)	7	N/S
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>431</b>	593	525	(161)	(27)	67	13
<b>Participações minoritárias</b>	<b>(109)</b>	(16)	(46)	(93)	N/S	30	(65)
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>(396)</b>	(1 066)	(952)	670	(63)	(114)	12
Ativos <sup>1</sup>	5 872	6 586	40 959	(714)	(11)	(34 373)	(84)
Ativos ponderados pelo risco <sup>2</sup>	16 053	16 734	15 706	(681)	(4)	1 028	7
Capital próprio médio dos acionistas	0	99	2 249	(99)	N/S	(2 150)	(96)

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os ativos em C&O refletem ativos de Tesouraria residuais não atribuídos aos segmentos de negócio, bem como ativos de empresas, como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

<sup>2</sup> Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully loaded. Os ativos ponderados pelo risco em C&O refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos por impostos diferidos do Grupo.

## Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o “Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas”.

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CIB, PCB, AM e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&O são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&O é detida centralmente.

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Alemanha:</b>			
Corporate & Investment Bank	1 400	1 503	1 924
Private & Commercial Bank	7 342	7 225	7 571
Gestão dos Activos	985	1 009	888
Non-Core Operations Unit	0	0	221
<b>Total da Alemanha<sup>1</sup></b>	<b>9 727</b>	<b>9 737</b>	<b>10 604</b>
<b>Reino Unido:</b>			
Corporate & Investment Bank	3 338	3 818	4 298
Private & Commercial Bank	26	34	83
Gestão dos Activos	294	434	836
Non-Core Operations Unit	0	0	(322)
<b>Total do Reino Unido</b>	<b>3 659</b>	<b>4 286</b>	<b>4 895</b>
<b>Resto da Europa, Médio Oriente e África:</b>			
Corporate & Investment Bank	1 124	1 268	1 545
Private & Commercial Bank	1 901	2 037	2 360
Gestão dos Activos	379	465	497
Non-Core Operations Unit	0	0	23
<b>Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África</b>	<b>3 404</b>	<b>3 770</b>	<b>4 425</b>
<b>Américas (principalmente Estados Unidos):</b>			
Corporate & Investment Bank	4 671	4 999	5 929
Private & Commercial Bank	362	390	625
Gestão dos Activos	413	491	578
Non-Core Operations Unit	0	0	(305)
<b>Total das Américas</b>	<b>5 445</b>	<b>5 881</b>	<b>6 827</b>
<b>Ásia e Pacífico:</b>			
Corporate & Investment Bank	2 513	2 639	3 069
Private & Commercial Bank	526	491	451
Gestão dos Activos	114	133	216
Non-Core Operations Unit	0	0	1
<b>Total de Ásia e Pacífico</b>	<b>3 154</b>	<b>3 263</b>	<b>3 736</b>
<b>Corporativo e outros</b>	<b>(73)</b>	<b>(489)</b>	<b>(473)</b>
<b>Proveitos líquidos consolidados<sup>2</sup></b>	<b>25 316</b>	<b>26 447</b>	<b>30 014</b>

<sup>1</sup> Todas as operações do Postbank são divulgadas como operações alemãs sujeitas a integração de sistemas adicionais

<sup>2</sup> Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.



## Notas às demonstrações financeiras consolidadas

### 05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

#### Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Juros e rendimentos similares:<sup>1</sup></b>			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	1 860	1 070	433
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	223	245	252
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	221	292	359
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	1 083	1 313
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	88	205
Loans	12 992	12 004	12 311
Rendimento de juros em títulos detidos até à maturidade	N/D	68	67
Outros	497	1 406	1 417
<b>Total de juros e rendimentos similares de ativos ao custo amortizado</b>	<b>15 793</b>	<b>16 256</b>	<b>16 357</b>
Rendimento de juros de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral	1 014	N/D	N/D
<b>Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados</b>	<b>16 807</b>	<b>16 256</b>	<b>16 357</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7 985	7 286	8 786
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>24 793</b>	<b>23 542</b>	<b>25 143</b>
<b>Gasto de juros:<sup>1</sup></b>			
Depósitos remunerados	3 122	2 833	2 583
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	379	431	255
Outros empréstimos a curto prazo	139	135	179
Dívida a longo prazo	1 981	1 795	1 759
Títulos fiduciários preferenciais	234	413	437
Outros	1 923	1 500	1 083
<b>Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados</b>	<b>7 778</b>	<b>7 107</b>	<b>6 295</b>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 822	4 058	4 141
<b>Total interest expense</b>	<b>11 601</b>	<b>11 164</b>	<b>10 436</b>
<b>Net interest income</b>	<b>13 192</b>	<b>12 378</b>	<b>14 707</b>

<sup>1</sup> Os períodos anteriores comparativos para rendimento de juros bruto e gasto de juros bruto foram reajustados. Os reajustes não afetaram o rendimento de juros líquido. 550 milhões de euros e 493 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram reajustados.

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 61 milhões de euros e 63 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Outro rendimento de juros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluiu 93 milhões de euros e 116 milhões de euros relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

### Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Rendimentos de negociação:</b>			
Sales & Trading (ações)	407	1 142	588
Sales & Trading (FIC)	2 802	4 058	3 562
Total Sales & Trading	3 209	5 200	4 150
Outros rendimentos de negociação	(3 157)	(1 826)	(3 603)
<b>Total de rendimentos de negociação</b>	<b>52</b>	<b>3 374</b>	<b>547</b>
<b>Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	(77)	N/D	N/D
Títulos de capital	159	N/D	N/D
Créditos e compromissos de crédito	77	N/D	N/D
Deposits	27	N/D	N/D
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	26	N/D	N/D
<b>Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>	<b>212</b>	<b>N/D</b>	<b>N/D</b>
<b>Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	4	3	(3)
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	0	(1)	1
Créditos e compromissos de crédito	7	(32)	(109)
Deposits	19	(30)	(28)
Dívida a longo prazo	1 118	(398)	303
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(79)	10	691
<b>Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>1 069</b>	<b>(448)</b>	<b>854</b>
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>1 332</b>	<b>2 926</b>	<b>1 401</b>

### A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Net interest income</b>	<b>13 192</b>	<b>12 378</b>	<b>14 707</b>
Rendimentos de negociação <sup>1</sup>	52	3 374	547
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	212	N/D	N/D
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 069	(448)	854
<b>Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>1 332</b>	<b>2 926</b>	<b>1 401</b>
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>14 524</b>	<b>15 304</b>	<b>16 108</b>
Sales & Trading (ações)	1 514	1 516	1 931
Sales & Trading (FIC)	5 027	6 351	7 161
Total Sales & Trading	6 541	7 868	9 092
Global Transaction Banking	1 869	1 932	2 097
Restantes produtos	(504)	(1 148)	(415)
Corporate & Investment Bank	7 905	8 651	10 774
Private & Commercial Bank	6 283	6 158	6 420
Asset Management	(89)	30	365
Non-Core Operations Unit	N/D	N/D	(1 307)
Corporate & Other	425	464	(144)
<b>Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>14 524</b>	<b>15 304</b>	<b>16 108</b>

<sup>1</sup> Os rendimentos de negociação incluem os resultados de derivativos não qualificados para contabilidade de cobertura.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivativos relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Corporate & Investment Bank.

## 06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Rendimentos e encargos de serviços e comissões:</b>			
Rendimentos de serviços e comissões	12 921	14 102	14 999
Encargos com serviços e comissões	2 882	3 100	3 255
<b>Resultado líquido de serviços e comissões</b>	<b>10 039</b>	<b>11 002</b>	<b>11 744</b>

No primeiro trimestre de 2018, o Grupo adotou a IFRS 15 "Proveitos de contratos com clientes", que determina a desagregação de proveitos antes da dedução das despesas associadas.

### Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio – com base na IFRS 15

	31 dez 2018				
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Principal tipo de serviços:</b>					
Comissões de administração	292	257	22	(3)	568
Comissões de ativos geridos	45	261	3 131	(0)	3 436
Comissões de outros títulos	302	30	2	0	335
Comissões de subscrição e consultoria	1 708	17	(1)	(28)	1 696
Comissões de corretagem	1 223	933	82	0	2 238
Comissões de pagamentos locais	414	1 047	(0)	(1)	1 460
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	485	137	0	(1)	621
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	8	0	(0)	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	690	291	0	1	981
Comissões intermediárias	3	478	0	12	493
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	730	229	117	0	1 076
<b>Rendimento total de serviços e comissões</b>	<b>5 898</b>	<b>3 688</b>	<b>3 352</b>	<b>(18)</b>	<b>12 921</b>
Despesa bruta					(2 882)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>					<b>10 039</b>

O Grupo aplicou a IFRS 15 aos períodos de relato com início a ou após 1 de janeiro de 2018 (como permitido ao abrigo do método do efeito cumulativo no âmbito da IFRS 15). Antes da adoção da IFRS 15, o Grupo divulgou as despesas e o rendimento total de serviços e comissões numa base bruta anualmente. A desagregação dos serviços e comissões foi reportada anualmente numa base líquida. Para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, os serviços e comissões anuais foram de 4,3 mil milhões de euros e 4,3 mil milhões de euros, respetivamente, para atividades fiduciárias, 3,0 mil milhões de euros e 3,3 mil milhões de euros, respetivamente, para comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários, e 3,7 mil milhões de euros e 4,2 mil milhões de euros, respetivamente, para comissões por outros serviços ao cliente.

À data de 31 de dezembro de 2018, o saldo de valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 839 milhões de euros. À data de 31 de dezembro de 2018, o saldo de responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 74 milhões de euros. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

## 07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:</b>			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	N/D	114	229
Resultados líquidos na alienação	N/D	115	230
Impairments	N/D	(1)	(1)
Resultados líquidos em títulos de capital:	N/D	219	79
Resultados líquidos na alienação/remedição	N/D	219	96
Impairments	N/D	(1)	(17)
Resultados líquidos em empréstimos:	N/D	37	6
Resultados líquidos na alienação	N/D	45	21
Impairments	N/D	(8)	(15)
Reversão de imparidades	N/D	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	N/D	110	339
Resultados líquidos na alienação	N/D	137	348
Impairments	N/D	(27)	(9)
<b>Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>N/D</b>	<b>479</b>	<b>653</b>

Ver também a Nota 15, “Ativos financeiros disponíveis para venda” do presente relatório.

## 08 – Outros resultados

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Outros resultados:</b>			
Resultados líquidos na alienação de créditos	(4)	19	(128)
Prêmios de seguros <sup>1</sup>	3	4	89
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(497)	(609)	(370)
Investimentos consolidados	0	0	362
Outros rendimentos restantes <sup>2</sup>	712	112	1 100
<b>Total de outro resultado</b>	<b>215</b>	<b>(475)</b>	<b>1 053</b>

<sup>1</sup> Líquidos de prêmios de resseguros pagos. O desenvolvimento é impulsionado principalmente pela Abbey Life Assurance Company Limited, que foi vendida em 2016.

<sup>2</sup> Inclui resultados líquidos de 141 milhões de euros, 81 milhões de euros e 744 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

## 09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Despesas gerais e administrativas:</b>			
Despesas de TI <sup>1</sup>	3 822	3 816	3 872
Regulamentares, impostos e seguros <sup>2,3</sup>	1 545	1 489	1 421
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 723	1 849	1 972
Taxas de serviços profissionais <sup>1</sup>	1 530	1 750	2 305
Encargos bancários e de transações	753	744	664
Comunicações e serviços de dados	636	686	761
Despesas de deslocação e representação	347	405	450
Despesas de <i>marketing</i>	278	309	285
Investimentos consolidados	0	0	334
Outras despesas <sup>4</sup>	652	925	3 390
<b>Despesas totais gerais e administrativas</b>	<b>11 286</b>	<b>11 973</b>	<b>15 454</b>

<sup>1</sup> Os números do exercício anterior foram reajustados para refletir um desvio das despesas de TI para taxas de serviços profissionais devido a uma mudança na estrutura organizacional.

<sup>2</sup> A rubrica Regulamentares, impostos e seguros, que inclui taxas bancárias e proteção de seguros e depósitos, foi apresentada separadamente para maior transparência. No Relatório Anual para o exercício que termina a 31 de dezembro de 2017, estas despesas foram incluídas em Outras despesas.

<sup>3</sup> Inclui taxas bancárias de 690 milhões de euros em 2018, 596 milhões de euros em 2017 e 547 milhões de euros em 2016.

<sup>4</sup> Inclui despesas relacionadas com litígios de 88 milhões de euros em 2018, 213 milhões de euros em 2017 e 2,4 mil milhões de euros em 2016. Para mais informações sobre litígios ver Nota 29, “Provisões”.

## 10 – Restructuring

A reestruturação faz parte da implementação da estratégia do Grupo. Definimos medidas que visam reforçar o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visam reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prêmios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

em milhões de euros	2018	2017	2016
Corporate & Investment Bank	287	81	292
Private & Commercial Bank	55	360	141
Gestão dos Activos	19	6	47
Non-Core Operations Unit	–	–	4
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>360</b>	<b>447</b>	<b>484</b>

em milhões de euros	2018	2017	2016
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	367	430	491
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	248	402	432
Aceleração de retenção	113	26	54
Segurança social	6	2	5
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	(6)	17	(7)
<b>Total de encargos líquidos de reestruturação</b>	<b>360</b>	<b>447</b>	<b>484</b>

As provisões para reestruturação ascenderam a 585 milhões de euros, 696 milhões de euros e 741 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2018, 3 000 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2017: 2 045 e 2016: 1 451).

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2018	2017	2016
Corporate & Investment Bank	1 002	502	356
Private & Commercial Bank	767	1 054	453
Gestão dos Activos	92	38	101
Infraestrutura e Gestão regional	1 138	451	541
<b>Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro</b>	<b>3 000</b>	<b>2 045</b>	<b>1 451</b>

## 11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

### Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos<sup>1</sup></b>	<b>267</b>	<b>(1 049)</b>	<b>(1 678)</b>
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	0
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos<sup>1</sup></b>	<b>267</b>	<b>(1 049)</b>	<b>(1 678)</b>
Número de ações em milhões			
<b>Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos</b>	<b>2 102,2</b>	<b>1 967,7</b>	<b>1 555,3</b>
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	0,0	0,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
<b>Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos</b>	<b>2 102,2</b>	<b>1 967,7</b>	<b>1 555,3</b>

<sup>1</sup> Os lucros foram ajustados em 292 milhões de euros e 298 milhões de euros e 276 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2018, abril de 2017 e abril de 2016.

### Resultados por ação

em euros	2018	2017	2016
Resultados por ação básicos	(0,01)	(0,53)	(1,08)
Resultados por ação diluídos	(0,01)	(0,53)	(1,08)

Em 7 de abril de 2017, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bônus. De acordo com a IAS 33, o bônus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospectivamente.

Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018. Devido à situação de perda líquida para 2018, 2017 e 2016, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

### Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos<sup>1</sup>

Número de ações em milhões	2018	2017	2016
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	108,8	104,4	69,6

<sup>1</sup> Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

## Notas ao balanço consolidado

### 12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativos financeiros detidos para negociação:</b>		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	140 720	173 196
Outros ativos detidos para negociação <sup>1</sup>	12 017	11 466
Total de ativos detidos para negociação	152 738	184 661
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320 058	361 032
<b>Total de ativos financeiros detidos para negociação</b>	<b>472 796</b>	<b>545 693</b>
<b>Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos comprados com acordos de revenda	44 543	N/D
Títulos obtidos por empréstimo	24 210	N/D
Loans	12 741	N/D
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	18 951	N/D
<b>Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados</b>	<b>100 444</b>	<b>N/D</b>
<b>Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos comprados com acordos de revenda	0	57 843
Títulos obtidos por empréstimo	0	20 254
Loans	0	4 802
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	104	8 377
<b>Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>104</b>	<b>91 276</b>
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>573 344</b>	<b>636 970</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos negociados no valor de 11,5 mil milhões de euros e 10,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:</b>		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	59 629	71 148
Outros passivos detidos para negociação	295	314
Total de passivos detidos para negociação	59 924	71 462
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	301 487	342 726
<b>Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação</b>	<b>361 411</b>	<b>414 189</b>
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:</b>		
Títulos vendidos com acordos de recompra	46 254	53 840
Loan commitments	0	8
Dívida a longo prazo	5 607	6 439
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 895	3 587
<b>Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados</b>	<b>53 757</b>	<b>63 874</b>
Passivos por contratos de investimento	512	574
<b>Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>415 680</b>	<b>478 636</b>

## Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou anteriormente várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. Em 2018, estas instalações são obrigatoriamente ao justo valor através de resultados no âmbito da IFRS 9. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 0 milhões de euros e de 83 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

### Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em euros	31.12.2018	31.12.2017
Valor nominal de ativos financeiros expostos a risco de crédito	0	N/D
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	N/D
Variação cumulativa do justo valor	0	N/D
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	0	N/D
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	N/D
Variação cumulativa do justo valor	0	N/D

### Variações de justo valor nos créditos<sup>1</sup> e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte<sup>2</sup>

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Loans	Compromissos de crédito	Loans	Compromissos de crédito
Valor nominal de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	N/D	N/D	2 865	1 973
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	N/D	N/D	7	14
Variação cumulativa do justo valor <sup>3</sup>	N/D	N/D	10	30
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	N/D	N/D	536	4 728
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	N/D	N/D	(0)	(42)
Variação cumulativa do justo valor <sup>3</sup>	N/D	N/D	1	(46)

<sup>1</sup> Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.

<sup>2</sup> Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.

<sup>3</sup> As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nas subjacentes.

### Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018	31 de dezembro de 2017 <sup>2</sup>
<b>Apresentado em Outro rendimento integral</b>		
Variação cumulativa do justo valor	(49)	N/D
<b>Apresentado na Demonstração de resultados</b>		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	60
Variação cumulativa do justo valor	0	72

<sup>1</sup> O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

### Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	N/D

### Montantes realizados no desreconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desreconhecimento	(3)	N/D

### O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Incluindo compromissos de crédito não utilizados <sup>2</sup>	2 545	6 088
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	2 536	2 073

<sup>1</sup> Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

<sup>2</sup> Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.



## 13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

### Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

**Cotações em mercados ativos** – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

**Técnicas de avaliação** – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requerem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

**Ajustamentos de avaliação** – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments* – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclui já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a

probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivativos OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivativos (OCA) para notas estruturadas]. Para passivos derivativos, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias constituídas pelo Grupo, o efeito de acordos-quadro de compensação relevantes, a probabilidade de incumprimento do Grupo, com base no nível de mercado de CDS do Grupo e na perda esperada em caso de incumprimento, tendo em conta a senioridade dos pedidos de derivativos sob resolução (subordinação estatutária). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam emitidos ou recomprados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspectiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. Este spread é adicionalmente parametrizado para um nível de mercado de componente de financiamento e um componente de crédito próprio idiossincrático. Ao abrigo da IFRS 9, a mudança no componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments* – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivativos. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivativos sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

**Controlo de avaliação** – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação

produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

## Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

**Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

**Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis** são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

**Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis** são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

### Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018			31.12.2017		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Ativos detidos para negociação	75 415	67 560	9 763	106 075	69 543	9 043
Títulos para negociação	75 210	61 424	4 086	105 792	62 770	4 634
Outros ativos detidos para negociação	205	6 136	5 676	283	6 773	4 409
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	10 140	301 609	8 309	12 280	341 413	7 340
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	8 288	86 090	6 066	N/D	N/D	N/D
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	104	0	0	6 547	83 242	1 488
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	32 517	18 397	268	N/D	N/D	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	N/D	N/D	29 579	15 713	4 104
Outros ativos financeiros ao justo valor	42	2 779 <sup>2</sup>	207	0	3 258 <sup>2</sup>	47
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>126 505</b>	<b>476 435</b>	<b>24 614</b>	<b>154 480</b>	<b>513 169</b>	<b>22 022</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Passivos detidos para negociação	42 548	17 361	15	53 644	17 817	2
Títulos para negociação	42 547	17 082	0	53 644	17 503	2
Outros passivos detidos para negociação	1	279	15	0	314	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9 638	285 561	6 289	9 163	327 572	5 992
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	119	51 617	2 021	4	62 426	1 444
Passivos por contratos de investimento	0	512	0	0	574	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	201	2 658 <sup>2</sup>	(611) <sup>3</sup>	0	2 559 <sup>2,4</sup>	(298) <sup>3</sup>
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>52 505</b>	<b>357 709</b>	<b>7 714</b>	<b>62 810</b>	<b>410 948</b>	<b>7 139</b>

<sup>1</sup> Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

<sup>3</sup> Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

<sup>4</sup> O reajuste realizado representa a reclassificação pura da Nota 14 "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor" para a Nota 13 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" – sem mudança nos montantes. Os montantes são escriturados ao justo valor.

Em 2018, existiram transferências de 1,5 mil milhões de euros do nível 1 para o nível 2 em títulos para negociação com base em mudanças em procedimentos de teste de liquidez.

## Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

**Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital** – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

**Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities – MBS/ABS*)** incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread, yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

**Empréstimos** – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

**Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão** – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

**Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor** – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

**Passivos por contratos de investimento** – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

### **Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)**

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

**Títulos detidos para negociação** – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas e liquidações compensadas por compras, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

**Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados** categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

O aumento de ativos deveu-se a ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelas liquidações. O aumento dos passivos deveu-se a perdas e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas liquidações.

**Os outros instrumentos para negociação** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O aumento de saldo no exercício deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelas vendas e liquidações.

**Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados (2018)** classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são compostos por qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O aumento no período deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelas vendas e liquidações.

**Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados** – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Os ativos diminuíram marginalmente durante o exercício devido a liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas emissões. Os passivos aumentaram no exercício devido a emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensados pelas emissões e ganhos.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (2018)/Ativos financeiros disponíveis para venda (2017) incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. Os ativos aumentaram marginalmente devido à compensação das compras por transferências entre os níveis 2 e 3, vendas, liquidações e perdas.

## Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

### Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31.12.2018

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados <sup>1</sup>	Purchases	Vendas	Emis-sões <sup>2</sup>	Liqui-dações <sup>3</sup>	Transferên-cias para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferên-cias para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	4 148	6	105	2 146	(1 908)	0	(481)	897	(826)	4 086
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos										
	7 340	0	718	0	0	0	(137)	1 940	(1 551)	8 309
Outros ativos detidos para negociação										
	4 426	0	233	981	(2 027)	3 055	(1 241)	506	(257)	5 676
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados										
	4 573	3	426	3 627	(567)	1 013	(3 128)	411	(292)	6 066
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	91	0	4	0	0	0	(22)	0	(72)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral										
	231	3	(4) <sup>5</sup>	260	(162)	0	(6)	2	(55)	268
Outros ativos financeiros ao justo valor										
	47	0	0	0	0	0	0	207	(47)	207
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>20 855<sup>8</sup></b>	<b>12</b>	<b>1 481<sup>6,7</sup></b>	<b>7 014</b>	<b>(4 664)</b>	<b>4 068</b>	<b>(5 015)</b>	<b>3 963</b>	<b>(3 100)</b>	<b>24 614</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	2	(0)	(1)	0	0	0	(0)	0	(1)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos										
	5 992	0	531	0	0	0	(522)	1 319	(1 031)	6 289
Outros passivos detidos para negociação										
	0	0	(1)	0	0	0	16	0	0	15
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	1 444	0	(121)	0	0	692	(270)	408	(134)	2 021
Outros passivos financeiros ao justo valor										
	(298)	0	(299)	0	0	0	38	(29)	(23)	(611)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>7 139</b>	<b>0</b>	<b>110<sup>6,7</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>692</b>	<b>(738)</b>	<b>1 699</b>	<b>(1 189)</b>	<b>7 714</b>

<sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

<sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

<sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

- <sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
- <sup>5</sup> O total de resultados sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 8 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 4 milhões de euros reconhecida na rubrica "Resultados líquidos" da demonstração de resultados.
- <sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 136 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 33 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
- <sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.
- <sup>8</sup> Os saldos iniciais foram reajustados devido à reavaliação de negócios devido às IFRS 9.

31.12.2017

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados <sup>1</sup>	Purchases	Vendas	Emis-sões <sup>2</sup>	Liqui-dações <sup>3</sup>	Transferên-cias para o Nível 3 <sup>4</sup>	Transferên-cias para fora do Nível 3 <sup>4</sup>	Saldo, fim do exercício
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	5 012	(1)	(153)	2 144	(1 660)	0	(818)	772	(662)	4 634
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9 798	(0)	(610)	0	0	0	(1 889)	2 298	(2 257)	7 340
Outros ativos detidos para negociação	5 674	(7)	(283)	2 095	(2 328)	636	(1 803)	950	(524)	4 409
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 601	0	(78)	807	(118)	63	(710)	58	(134)	1 488
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 153	(40)	205 <sup>5</sup>	722	(249)	0	(1 206)	539	(21)	4 104
Outros ativos financeiros ao justo valor	33	0	33	0	0	0	(26)	7	0	47
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>26 271</b>	<b>(47)</b>	<b>(886)<sup>6</sup></b>	<b>5 768</b>	<b>(4 356)</b>	<b>699</b>	<b>(6 453)</b>	<b>4 624</b>	<b>(3 598)</b>	<b>22 022</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>										
Títulos para negociação	52	0	(6)	0	0	0	(46)	1	0	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8 857	(5)	(64)	0	0	0	(1 827)	924	(1 892)	5 992
Outros passivos detidos para negociação	0	0	(0)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2 229	(7)	(128)	0	0	146	(564)	154	(387)	1 444
Outros passivos financeiros ao justo valor	(848)	0	268	0	0	0	286	(18)	15	(298)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>10 290</b>	<b>(12)</b>	<b>69<sup>6,7</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>146</b>	<b>(2 151)</b>	<b>1 061</b>	<b>(2 265)</b>	<b>7 139</b>

- <sup>1</sup> Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.
- <sup>2</sup> Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.
- <sup>3</sup> Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.
- <sup>4</sup> As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
- <sup>5</sup> O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 94 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 8 milhões de euros reconhecida na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados.
- <sup>6</sup> Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 565 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 123 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
- <sup>7</sup> Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

## Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2018 poderia ter aumentado o justo valor em 1,6 mil milhões de euros ou

diminuído o justo valor em 1,0 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017, poderia ter aumentado o justo valor em, no máximo, 1,6 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em, no máximo, 1,0 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 foram um aumento no movimento de justo valor positivo de 91 milhões de euros e um aumento no movimento de justo valor negativo de 47 milhões de euros. Os aumentos nos movimentos de justo valor positivo e negativo estão em grande medida alinhados com o aumento do nível 3 do Grupo no período, com os ativos do nível 3 a aumentarem de 22,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 para 24,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, e os passivos do nível 3 a aumentarem de 7,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 para 7,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Estes movimentos representam um aumento percentual de 11% no nível 3 do Grupo em termos brutos.

A alteração nos movimentos do justo valor positivo entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 representa um aumento de 6% e a alteração nos movimentos do justo valor negativo representa um aumento de 5%. Estes aumentos são proporcionalmente menores do que o aumento de 11% no nível 3 do Grupo essencialmente devido a alterações na população do nível 3 subjacente, como resultado da implementação da IFRS 9 no primeiro trimestre de 2018. Um subconjunto significativo das posições que se moveu do justo valor através dos resultados para o custo amortizado devido às IFRS 9 foram os empréstimos não produtivos, que tinham anteriormente contribuído materialmente para os totais de movimentos do justo valor positivo e negativo dada a incerteza de avaliação material associada a estes ativos.

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da valorização nos termos do regulamento delegado da Comissão Europeia (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de valores adicionais em todos os ativos medidos ao justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

#### Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
<b>Títulos:</b>				
Debt securities	179	118	126	90
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	5	4	6	6
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	38	37	26	28
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	136	77	94	56
Títulos de capital	84	67	95	67
<b>Derivados:</b>				
Crédito	151	116	155	125
Ações	257	207	164	138
Relacionados com os juros	346	206	340	173
Divisas	49	26	65	12
Outros	106	89	106	73
<b>Empréstimos:</b>				
Loans	475	219	504	320
Outros	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 647</b>	<b>1 046</b>	<b>1 556</b>	<b>999</b>

<sup>1</sup> Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.



## Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao titular ou mutuante pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Fair value		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Assets	Liabilities				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor: –</b>						
<b>detidos para negociação, obrigatórios ao justo</b>						
<b>valor, designados ao justo valor, ao justo valor</b>						
<b>através de OCI:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários						
e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	66	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 % 97	120 % 1 444
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	745	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0 % 26 0 % 0 % 0 %	102 % 2 203 90 % 16 % 42 %
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>811</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras						
obrigações de dívida						
Detido para negociação	3 876	1 764	Baseado no preço	Preço	0 %	148 %
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3 037	0	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	5	582
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	726					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1 764				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	114					
Títulos de capital						
Detido para negociação	1 244	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	70 % 6	100 % 17
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1 005		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	7 %	20 %
Loans						
Detido para negociação	7 167	15	Baseado no preço	Preço	0 %	341 %
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	5 651	15	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	40	930
Designados ao justo valor através de resultados	1 362	0		Taxa de incumprimento constante	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0		Taxa de recuperação	35 %	40 %
Loan commitments	154					
	0	0	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação	30 25 %	2 864 75 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros						
	2 999 <sup>2</sup>	257 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	3 % 65	46 % 387
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>16 097</b>	<b>2 037</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 26 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 3,0 mil milhões de euros de outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 185 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 72 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

31.12.2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Fair value		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Assets	Liabilities				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Interest rate derivatives	4 264	2 568	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(124)	2 316
				Taxa de swap sobre a inflação	1 %	6 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	35 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	43 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	5 %
				Volatilidade das taxas de juros	0 %	31 %
				Correlação IR - IR	(30)%	90 %
				Correlação híbrida	(59)%	75 %
Credit derivatives	638	964	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	1 541
				Taxa de recuperação	0 %	80 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	25 %	85 %
Derivados de ações	1 583	1 498	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4 %	96 %
				Volatilidade de índice	11 %	79 %
				Índice - correlação de índice	1	1
				Ação - correlação de ação	2 %	89 %
				Ações - contratos a prazo	0 %	63 %
				Índice - contratos a prazo	0 %	5 %
Derivados FX	1 034	1 005	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6)%	34 %
Other derivatives	997	(357) <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	-	-
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	5 %	92 %
				Correlação de matérias-primas	0 %	0 %
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>8 516</b>	<b>5 677</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivativos que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31.12.2017

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Fair value		Técnica(s) de avaliação <sup>1</sup>	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Assets	Liabilities				
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor –</b>						
<b>detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:</b>						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	79	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço  <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 %  136	102 %  2 217
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	714	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço  <i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0 %  12 0 % 0 % 0 %	102 %  2 000 90 % 25 % 29 %
<b>Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos</b>	<b>793</b>	<b>0</b>				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	3 870	1 307	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço  <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 %  34	176 %  500
Detido para negociação	3 559	2				
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3 559					
Designados ao justo valor através de resultados	44	1 305				
Disponível para venda	267					
Títulos de capital	913	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	60 %	100 %
Detido para negociação	282	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	14
Designados ao justo valor através de resultados	151		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8 %	20 %
Disponível para venda	480					
Loans	7 397	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço  <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 %  190	161 %  1 578
Detido para negociação	4 376	0		Taxa de incumprimento constante	–	–
Designados ao justo valor através de resultados	338	0		Taxa de recuperação	40 %	40 %
Disponível para venda	2 684					
Loan commitments	0	8	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação	5 37 %	261 75 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	1 710 <sup>2</sup>	131 <sup>3</sup>	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	1 % 224	24 % 254
<b>Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor</b>	<b>14 683</b>	<b>1 446</b>				

<sup>1</sup> A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

<sup>2</sup> Outros ativos financeiros incluem 34 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 956 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 674 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.

<sup>3</sup> Outros passivos financeiros incluem 131 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor.

31.12.2017						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Fair value			Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Assets	Liabilities	Técnica(s) de avaliação			
<b>Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:</b>						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Interest rate derivatives	4 466	2 250	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(72)	1 036
				Taxa de swap sobre a inflação	(3)%	11 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	16 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	38 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	5 %
				Volatilidade das taxas de juros	0 %	103 %
				Correlação IR - IR	(25)%	100 %
				Correlação híbrida	(85)%	90 %
Credit derivatives	630	909	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	17 957
				Taxa de recuperação	0 %	94 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	37 %	90 %
Derivados de ações	728	1 347	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	6 %	90 %
				Volatilidade de índice	7 %	53 %
				Índice - correlação de índice	-	-
				Ação - correlação de ação	2 %	93 %
				Ações - contratos a prazo	0 %	7 %
				Índice - contratos a prazo	0 %	95 %
Derivados FX	1 113	1 058	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6)%	31 %
Other derivatives	402	129 <sup>1</sup>	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	-	-
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0 %	79 %
				Correlação de matérias-primas	10 %	75 %
<b>Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado</b>	<b>7 340</b>	<b>5 693</b>				

<sup>1</sup> Inclui derivativos que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivativo embutido é separado.

## Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração consolidada dos resultados.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	46	(15)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1 152	171
Outros ativos detidos para negociação	136	55
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	354	N/D
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	2
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	123
Outros ativos financeiros ao justo valor	2	33
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>1 692</b>	<b>368</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor:</b>		
Títulos para negociação	0	3
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(849)	(740)
Outros passivos detidos para negociação	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	124	4
Outros passivos financeiros ao justo valor	294	(249)
<b>Total de passivos financeiros detidos ao justo valor</b>	<b>(431)</b>	<b>(981)</b>
<b>Total</b>	<b>1 261</b>	<b>(613)</b>

## Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2018	2017
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>596<sup>1</sup></b>	<b>916</b>
Novas operações durante o período	226	277
Amortização	(126)	(282)
Operações vencidas	(126)	(140)
Transição subsequente para observabilidade	(42)	(71)
Alterações das taxas de câmbio	2	(11)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>531</b>	<b>690</b>

<sup>1</sup> Os saldos iniciais foram reajustados devido à reavaliação de negócios devido às IFRS 9.

## 14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 13, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo – O valor contabilístico representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Assets	Liabilities
Caixa e saldos do banco central	Deposits
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Empréstimo – O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogéneos (p. ex. hipotecas residenciais alemãs), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro neste tipo de empréstimo. Para carteiras de crédito do segmento de retalho semelhantes, fora da Alemanha, o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem

projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation – CLO*), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo – O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

#### Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018				
	Valor contábilístico	Fair value	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	188 731	188 731	188 731	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 881	8 881	78	8 804	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8 222	8 223	0	8 223	0
Títulos obtidos por empréstimo	3 396	3 396	0	3 396	0
Loans	400 297	395 900	0	10 870	385 029
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	80 089	80 193	850	79 343	1
<b>Passivos financeiros:</b>					
Deposits	564 405	564 637	516	563 850	272
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4 867	4 867	0	4 867	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 359	3 359	0	3 359	0
Outros empréstimos a curto prazo	14 158	14 159	0	14 159	0
Outros passivos financeiros	100 683	100 683	1 816	98 866	1
Dívida a longo prazo	152 083	149 128	0	140 961	8 167
Títulos fiduciários preferenciais	3 168	3 114	0	3 114	0

em milhões de euros	31.12.2017				
	Valor contábilístico	Fair value	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e saldos do banco central	225 655	225 655	225 655	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	9 265	76	9 189	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 971	9 973	0	9 973	0
Títulos obtidos por empréstimo	16 732	16 732	0	16 732	0
Loans	401 699	403 842	0	24 643	379 199
Títulos detidos até à maturidade	3 170	3 238	3 238	0	0
Outros ativos financeiros	88 936	88 939	0	88 939	0
<b>Passivos financeiros:</b>					
Deposits	580 812	580 945	2 108	578 837	(0)
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	18 105	18 103	0	18 103	0
Títulos cedidos por empréstimo	6 688	6 688	0	6 688	0
Outros empréstimos a curto prazo	18 411	18 412	0	18 412	0
Outros passivos financeiros <sup>2</sup>	116 101	116 101	1 875	114 226	0
Dívida a longo prazo	159 715	161 829	0	152 838	8 991
Títulos fiduciários preferenciais	5 491	5 920	0	5 920	0

<sup>1</sup> Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> O reajuste realizado representa a reclassificação pura da Nota 14 "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor" para a Nota 13 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Empréstimo – A diferença entre o justo valor e o valor contábilístico surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o

reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – A diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

## 15 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Títulos de dívida:</b>		
Governo alemão	N/D	8 131
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	N/D	8 092
Governos locais (municipais) dos EUA	N/D	2 436
Outros governos estrangeiros	N/D	19 275
Empresas	N/D	6 775
Outros títulos garantidos por ativos	N/D	1
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	N/D	11
Other debt securities	N/D	359
<b>Total de títulos de dívida</b>	<b>N/D</b>	<b>45 081</b>
<b>Títulos de capital:</b>		
Ações de capital	N/D	897
Certificados de investimento e fundos de investimento	N/D	97
<b>Total de títulos de capital</b>	<b>N/D</b>	<b>994</b>
<b>Outros interesses de capital</b>	<b>N/D</b>	<b>636</b>
<b>Loans</b>	<b>N/D</b>	<b>2 685</b>
<b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>N/D</b>	<b>49 397</b>

Ver também a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda” do presente relatório.

## 16 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Títulos comprados com acordos de revenda	<b>1 097</b>	N/D
<b>Títulos de dívida:</b>		
Governo alemão	7 705	N/D
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	13 118	N/D
Governos locais (municipais) dos EUA	101	N/D
Outros governos estrangeiros	18 152	N/D
Empresas	5 606	N/D
Outros títulos garantidos por ativos	27	N/D
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	103	N/D
Other debt securities	181	N/D
<b>Total de títulos de dívida</b>	<b>44 993</b>	<b>N/D</b>
<b>Loans</b>	<b>5 092</b>	<b>N/D</b>
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>51 182</b>	<b>N/D</b>



## 17 – Instrumentos financeiros detidos até à maturidade

No primeiro trimestre de 2016, o Grupo começou a utilizar a categoria de detido até à maturidade para apresentar mais adequadamente a volatilidade de rendimentos e capitais na sua carteira bancária. Para além de gerir a exposição da carteira bancária existente do Grupo às taxas de juro, esta classificação contabilística apoia alguns dos objetivos de gestão de ativos e passivos do Grupo, por ex., a transformação de maturidade.

O Grupo reclassificou 3,2 mil milhões de euros de títulos detidos como disponíveis para venda em investimentos detidos até à maturidade, com efeitos a partir de 4 de janeiro de 2016. Todos os ativos reclassificados são obrigações governamentais, supranacionais e de agências de alta qualidade e são geridos pela Tesouraria do Grupo como parte da Reserva de liquidez estratégica do Grupo.

### Valores escriturados e justos valores de ativos financeiros reclassificados de disponíveis para venda para detidos até à maturidade

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contabilístico (CV)	Justo valor (FV)	Valor contabilístico (CV)	Justo valor (FV)
Títulos de dívida reclassificados:				
Obrigações governamentais do G7	N/D	N/D	423	434
Outras obrigações governamentais, supranacionais e de agências	N/D	N/D	2 747	2 804
<b>Total de ativos financeiros reclassificados para detidos até à maturidade</b>	<b>N/D</b>	<b>N/D</b>	<b>3 170</b>	<b>3 238</b>

## 18 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 65 (2017: 77) associadas e 13 (2017: 13) entidades conjuntamente controladas. Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

### Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2018<sup>1</sup>

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7 %
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai, China	Investimento estratégico	30,0 %

<sup>1</sup> O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho.

### Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Total de receitas líquidas	197	193
Net income	157	146
Other comprehensive income	(19)	(2)
<b>Total do rendimento integral<sup>2</sup></b>	<b>138</b>	<b>143</b>

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Total assets	7 058	5 243
Total liabilities	5 579	4 052
Participação minoritária	739	534
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>740</b>	<b>657</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2018 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2017 e para dezembro de 2017 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2016.

<sup>2</sup> O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited de 17 milhões de euros durante o período de reporte de 2018 (2017: 23 milhões de euros)

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o montante contábilístico do Grupo<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2017	31.12.2016
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	740	657
Porcentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7 %	40,7 %
Quota do Grupo de ativos líquidos	301	268
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos	(17)	(22)
<b>Montante contábilístico<sup>2</sup></b>	<b>284</b>	<b>246</b>

<sup>1</sup> Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2018 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2017 e para dezembro de 2017 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2016.

<sup>2</sup> Não há perda por imparidade em 2018 e 2017

### Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 dez 2018 <sup>1</sup>	31 dez 2017 <sup>2</sup>
Total de receitas líquidas	597	537
Net income	162	152
Other comprehensive income	1	(1)
<b>Total do rendimento integral<sup>3</sup></b>	<b>163</b>	<b>150</b>

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Total assets	1 123	1 448
Total liabilities	398	853
Participação minoritária	45	24
<b>Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>681</b>	<b>571</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2018 são baseados em valores financeiros não auditados de 2018

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2017 são baseados em valores financeiros auditados de 2017

<sup>3</sup> O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. de 12 milhões de euros durante o período de reporte de 2018 (2017: 7 milhões de euros)

### Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contábilístico do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2018 <sup>1</sup>	31 dez 2017 <sup>2</sup>
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	681	571
Porcentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30 %	30 %
Quota do Grupo de ativos líquidos	204	171
Goodwill	17	16
Ativos intangíveis	14	14
Outros ajustamentos	1	4
<b>Montante contábilístico<sup>3</sup></b>	<b>236</b>	<b>205</b>

<sup>1</sup> Os números de dezembro de 2018 são baseados em valores financeiros não auditados de 2018

<sup>2</sup> Os números de dezembro de 2017 são baseados em valores financeiros auditados de 2017

<sup>3</sup> Não há perda por imparidade em 2018 (1 milhão de euros em 2017)

### Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo</b>	<b>359</b>	415
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	30	35
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(8)	(33)
<b>Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral</b>	<b>22</b>	2

## 19 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

### Assets

em milhões de euros	31.12.2018						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	8 194	(2 629)	5 565	0	0	(5 565)	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2 656	0	2 656	0	0	(2 169)	488
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	3 157	0	3 157	0	0	(3 055)	102
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	239	0	239	0	0	(239)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	435 306	(73 286)	362 020	(250 476)	(39 006)	(63 733)	8 805
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	324 348	(19 269)	305 080	(250 231)	(38 731)	(6 682)	9 436
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	211 323	0	211 323	0	(1 858)	(12 013)	197 452
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	14 978	0	14 978	0	(1 858)	(1 277)	11 843
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	646 629	(73 286)	573 344	(250 476)	(40 864)	(75 746)	206 257
Empréstimos pelo custo amortizado	400 297	0	400 297	0	(13 505)	(39 048)	347 743
Other assets	107 633	(14 189)	93 444	(29 073)	(522)	(92)	63 757
Of which: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3 451	(423)	3 028	(2 347)	(520)	(92)	69
Restantes ativos sujeitos a compensação	1 097	0	1 097	0	0	(621)	475
Restantes ativos não sujeitos a compensação	268 338	0	268 338	0	(227)	(1 540)	266 571
<b>Total assets</b>	<b>1 438 241</b>	<b>(90 104)</b>	<b>1 348 137</b>	<b>(279 550)</b>	<b>(55 118)</b>	<b>(128 075)</b>	<b>885 394</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

## Liabilities

	31.12.2018						
	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
em euros				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Deposits	564 405	0	564 405	0	0	0	564 405
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	7 145	(3 677)	3 468	0	0	(3 468)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	1 399	0	1 399	0	0	(1 140)	259
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3 164	0	3 164	0	0	(3 164)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	195	0	195	0	0	(164)	31
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	399 625	(71 469)	328 156	(251 495)	(25 232)	(40 935)	10 493
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	309 401	(18 978)	290 423	(250 908)	(25 232)	(4 805)	9 478
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	87 524	0	87 524	0	(2 301)	(11 268)	73 955
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	11 064	0	11 064	0	(1 494)	(573)	8 996
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	487 149	(71 469)	415 680	(251 495)	(27 533)	(52 204)	84 448
Other liabilities	132 470	(14 957)	117 513	(42 260)	(73)	(158)	75 022
Of which: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2 537	(615)	1 922	(1 670)	(71)	(158)	23
Restantes passivos não sujeitos a compensação	173 577	0	173 577	0	0	0	173 577
<b>Total liabilities</b>	<b>1 369 503</b>	<b>(90 104)</b>	<b>1 279 400</b>	<b>(293 755)</b>	<b>(27 606)</b>	<b>(60 297)</b>	<b>897 742</b>

## Assets

	31.12.2017						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
em milhões de euros				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros <sup>1</sup>	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados							
com acordos de revenda (executável)	8 136	(455)	7 681	0	0	(7 675)	7
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados							
com acordos de revenda (não executável)	2 290	0	2 290	0	0	(2 239)	51
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	14 987	0	14 987	0	0	(14 093)	894
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	1 744	0	1 744	0	0	(1 661)	83
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	185 127	(465)	184 661	0	(81)	(86)	184 495
Ativos detidos para negociação							
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	363 859	(18 237)	345 622	(285 421)	(41 842)	(7 868)	10 490
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	15 410	0	15 410	0	(1 811)	(1 276)	12 323
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	125 869	(64 003)	61 865	(728)	(773)	(56 410)	3 954
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	29 411	0	29 411	0	0	(20 534)	8 876
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	719 676	(82 706)	636 970	(286 149)	(44 508)	(86 174)	220 138
Loans	401 699	0	401 699	0	(12 642)	(40 775)	348 282
Other assets	112 023	(10 531)	101 491	(29 854)	(569)	(94)	70 975
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3 859	(706)	3 153	(2 461)	(565)	(94)	33
Restantes ativos não sujeitos a compensação	307 869	0	307 869	0	(390)	(70)	307 409
<b>Total assets</b>	<b>1 568 425</b>	<b>(93 692)</b>	<b>1 474 732</b>	<b>(316 003)</b>	<b>(58 109)</b>	<b>(152 782)</b>	<b>947 839</b>

<sup>1</sup> Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Liabilities

	31.12.2017						
			Montantes não compensados no balanço				
em euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Deposits	581 873	0	581 873	0	0	0	581 873
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	13 318	(455)	12 863	0	0	(12 863)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	5 242	0	5 242	0	0	(4 985)	257
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	6 688	0	6 688	0	0	(6 688)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	72 106	(643)	71 462	0	0	0	71 462
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	347 496	(17 928)	329 568	(286 720)	(25 480)	(6 124)	11 244
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	13 158	0	13 158	0	(1 913)	(615)	10 630
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	104 594	(63 360)	41 234	(728)	0	(40 506)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	23 214	0	23 214	0	1 111	(13 646)	10 679
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	560 568	(81 932)	478 636	(287 448)	(26 282)	(60 891)	104 015
Other liabilities	143 514	(11 306)	132 208	(44 815)	(31)	(87)	87 275
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1 841	(547)	1 294	(1 162)	(31)	(87)	15
Restantes passivos não sujeitos a compensação	189 122	0	189 122	0	0	0	189 122
<b>Total liabilities</b>	<b>1 500 326</b>	<b>(93 692)</b>	<b>1 406 633</b>	<b>(332 263)</b>	<b>(26 314)</b>	<b>(85 514)</b>	<b>962 542</b>

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

## 20 – Loans

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39 e são apresentados no formato antigo. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis. Nos exercícios anteriores, apenas foram considerados os empréstimos classificados ao custo amortizado ao abrigo da IAS 39. Agora, são apresentados todos os empréstimos, incluindo empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos obrigatórios ao justo valor através dos resultados e empréstimos ao justo valor através de outro rendimento consolidado. Para obter informações adicionais, consulte o capítulo "Análise de impacto da transição de IFRS 9" na Nota 2 "Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas" das demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro abaixo fornece uma visão geral da nossa exposição ao empréstimo por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores. O quadro relativo ao exercício anterior fornece uma discriminação adicional por setores, para efeitos de maior transparência.

### Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2018
Agricultura, exploração florestal e pesca	655
Indústria mineira e de extração de minérios	3 699
Manufacturing	30 966
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3 555
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	895
Construction	4 421
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21 871
Transporte e armazenamento	6 548
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2 094
Information and communication	5 281
Atividades financeiras e de seguros	93 886
Atividades imobiliárias	35 153
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7 020
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7 921
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	10 752
Educação	698
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3 618
Artes, entretenimento e atividades de lazer	951
Outras atividades de serviços	5 328
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	188 494
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	25
<b>Créditos brutos</b>	<b>433 832</b>
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	254
<b>Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido</b>	<b>433 578</b>
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4 247
<b>Total de créditos</b>	<b>429 331</b>

em milhões de euros	31.12.2017
Intermediação financeira	52 204
Manufacturing	27 478
dos quais:	
Metals básicos e produtos de metal fabricados	4 211
Equipamento elétrico e ótico	3 386
Equipamento de transporte	3 374
Químicos e produtos químicos	3 623
Maquinaria e equipamento	3 191
Produtos alimentares	2 907
Famílias (excluindo hipotecas)	36 524
Famílias – hipotecas	150 205
Setor público	13 711
Comércio grossista e de retalho	19 252
Atividades imobiliárias comerciais	29 247
Financiamento por locação	384
Atividades de gestão de fundos	18 708
Outros	58 167
dos quais:	
Aluguer de maquinaria e outras atividades comerciais	26 559
Transporte, armazenamento e comunicação	9 243
Mineração e exploração de materiais produtores de energia	2 553
Fornecimento de eletricidade, gás e água	3 552
<b>Créditos brutos</b>	<b>405 879</b>
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	259
<b>Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido</b>	<b>405 621</b>
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	3 921
<b>Total de créditos</b>	<b>401 699</b>

## 21 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em milhões de euros	31.12.2018				
	Provisão para perdas de crédito <sup>3</sup>				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>462</b>	<b>494</b>	<b>3 638</b>	<b>3</b>	<b>4 596</b>
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(132)	215	440	(17)	507
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	199	(137)	(62)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período <sup>2</sup>	(6)	(17)	(972)	0	(995)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	172	0	172
Taxas de câmbio e outras alterações	(14)	(54)	30	17	(21)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>509</b>	<b>501</b>	<b>3 247</b>	<b>3</b>	<b>4 259</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	66	78	379	(17)	507

<sup>1</sup> Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.

<sup>2</sup> Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.

<sup>3</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

### Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI<sup>1</sup>

31.12.2018					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Justo valor através de OCI</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>(0)</b>	<b>13</b>

<sup>1</sup> A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (12 milhões de euros no início do exercício de 2018 e 13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

### Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

31.12.2018					
Provisão para perdas de crédito <sup>2</sup>					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>117</b>	<b>36</b>	<b>119</b>	<b>0</b>	<b>272</b>
Movimentos incluindo novos negócios	(0)	31	(13)	0	18
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	2	(0)	(2)	N/S	0
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Taxas de câmbio e outras alterações	14	6	(20)	0	(0)
<b>Saldo, fim do período de relato</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>289</b>
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país <sup>1</sup>	1	31	(15)	0	18

<sup>1</sup> O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.

<sup>2</sup> A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

### Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo (como reportado previamente no âmbito da IAS 39)

em milhões de euros	2017			2016		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
<b>Provisão, início do exercício</b>	<b>2 071</b>	<b>2 475</b>	<b>4 546</b>	<b>2 252</b>	<b>2 776</b>	<b>5 028</b>
Provisão para perdas de crédito	299	253	552	743	604	1 347
Reconhecimento de perdas líquidas:	(487)	(532)	(1 019)	(894)	(870)	(1 764)
Reconhecimento de perdas	(541)	(605)	(1 146)	(979)	(972)	(1 951)
Recuperações	54	73	127	85	101	187
Outras alterações	(117)	(41)	(158)	(30)	(35)	(65)
<b>Provisão, fim do exercício</b>	<b>1 766</b>	<b>2 155</b>	<b>3 921</b>	<b>2 071</b>	<b>2 475</b>	<b>4 546</b>

### Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito) (como reportado previamente no âmbito da IAS 39)

em milhões de euros	2017			2016		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
<b>Provisão, início do exercício</b>	<b>162</b>	<b>183</b>	<b>346</b>	<b>144</b>	<b>168</b>	<b>312</b>
Provisão para posições extrapatrimoniais	(23)	(4)	(27)	24	12	36
Utilização	0	0	0	0	0	0
Other changes	(18)	(16)	(34)	(5)	3	(2)
<b>Provisão, fim do exercício</b>	<b>122</b>	<b>163</b>	<b>285</b>	<b>162</b>	<b>183</b>	<b>346</b>



## 22 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

### Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2018	31/12/2017 <sup>1</sup>
<b>Carrying amount of transferred assets</b>		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Repurchase agreements	33 980	43 025
Acordos para empréstimo de títulos	41 621	58 076
Total return swaps	1 835	2 390
Outros	6 589	12 661
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>84 025</b>	<b>116 153</b>
Outros ativos detidos para negociação	69	71
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1 289	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	711
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 286	N/D
Empréstimos pelo custo amortizado <sup>2</sup>	408	131
<b>Total</b>	<b>90 076</b>	<b>117 066</b>
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>46 218</b>	<b>51 937</b>

<sup>1</sup> Os valores do exercício anterior foram reajustados no seguimento de reavaliações de determinadas transações de recompra.

<sup>2</sup> Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor de 0 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018 e de 108 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

### Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Montante contabilístico dos ativos originais transferidos</b>		
Títulos para negociação	759	0
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	306	291
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	386	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	386
<b>Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos</b>		
Títulos para negociação	35	0
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15	15
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	43	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	96
<b>Montante escriturado de passivos associados</b>	<b>117</b>	<b>54</b>

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas a quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

### O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Valor contábilístico	Fair value	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>	Valor contábilístico	Fair value	Exposição máxima para a perda <sup>1</sup>
<b>Empréstimos pelo custo amortizado</b>						
Notas de titularização	372	372	372	270	270	270
Outros	14	14	14	13	13	13
<b>Total de empréstimos pelo custo amortizado</b>	<b>385</b>	<b>385</b>	<b>385</b>	<b>284</b>	<b>284</b>	<b>284</b>
<b>Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Notas de titularização	22	22	22	0	0	0
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	5	5	5	36	36	36
<b>Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:</b>						
Notas de titularização	112	112	112	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>112</b>	<b>112</b>	<b>112</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>524</b>	<b>524</b>	<b>524</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>320</b>
<b>Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados</b>						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	61	61	0	67	67	0
<b>Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>0</b>

<sup>1</sup> A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

### O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desconhecidos

em milhões de euros	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	9	13	11	3	3	79 <sup>1</sup>
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	21	268	0	46	510	0
<b>Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desconhecidos</b>	<b>30</b>	<b>281</b>	<b>11</b>	<b>49</b>	<b>513</b>	<b>79</b>

<sup>1</sup> Normalmente, as vendas de ativos como veículos de titularização reportavam-se a ativos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

### Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018	31 de dezembro de 2017 <sup>2</sup>
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	41 816	54 134
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 274	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	6 469
Loans	75 641	71 404
Outros	1 364	417
<b>Total</b>	<b>123 095</b>	<b>132 423</b>

<sup>1</sup> Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

<sup>2</sup> Os resultados de períodos anteriores foram reajustados.

### Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018	31 de dezembro de 2017 <sup>2</sup>
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	45 640	71 278
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 201	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	0
Loans	11	0
<b>Total</b>	<b>48 851</b>	<b>71 278</b>

<sup>1</sup> Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

<sup>2</sup> Os resultados de períodos anteriores foram reajustados.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

#### Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2018	31/12/2017 <sup>1</sup>
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	292 474	366 312
dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	240 365	308 970

<sup>1</sup> Os resultados de períodos anteriores foram reajustados.

## 23 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
<b>Custo da aquisição:</b>					
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1 516</b>	<b>2 406</b>	<b>2 820</b>	<b>240</b>	<b>6 982</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	(1)	0	(9)
Additions	12	165	117	191	485
Transferências	18	75	191	(288)	(4)
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(61)	0	0	0	(61)
Disposals	96	97	291	0	484
Alterações das taxas de câmbio	(3)	(67)	(92)	(4)	(166)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1 387</b>	<b>2 473</b>	<b>2 743</b>	<b>139</b>	<b>6 743</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	141	(2)	0	139
Additions	11	150	155	150	465
Transferências	(8)	(4)	106	(147)	(53)
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(478)	(30)	(27)	(2)	(538)
Disposals	134	291	144	0	569
Alterações das taxas de câmbio	1	164	29	1	195
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>778</b>	<b>2 602</b>	<b>2 860</b>	<b>142</b>	<b>6 382</b>
<b>Depreciação e imparidade acumuladas:</b>					
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>572</b>	<b>1 720</b>	<b>1 886</b>	<b>0</b>	<b>4 178</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	(1)	0	(9)
Depreciation	37	211	193	0	441
Perdas por imparidade	15	3	2	0	19
Reversão de perdas por imparidade	0	(1)	0	0	(1)
Transferências	1	17	(22)	0	(4)
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(0)	0	0	0	(0)
Disposals	44	90	284	0	418
Alterações das taxas de câmbio	(1)	(54)	(72)	0	(128)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>579</b>	<b>1 800</b>	<b>1 702</b>	<b>0</b>	<b>4 080</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	28	(1)	0	27
Depreciation	28	206	197	0	430
Perdas por imparidade	3	3	3	0	9
Reversão de perdas por imparidade	37	0	0	0	37
Transferências	(13)	48	(5)	0	30
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	(215)	(40)	(22)	0	(277)
Disposals	17	281	128	0	426
Alterações das taxas de câmbio	1	99	24	0	125
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>328</b>	<b>1 862</b>	<b>1 770</b>	<b>0</b>	<b>3 960</b>
<b>Valor escriturado:</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>809</b>	<b>673</b>	<b>1 041</b>	<b>139</b>	<b>2 663</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>450</b>	<b>740</b>	<b>1 090</b>	<b>142</b>	<b>2 421</b>

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 42 milhões de euros e de 40 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 273 milhões de euros no fim de 2018 e de 41 milhões de euros no fim de 2017.

## 24 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

### Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

#### Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Terrenos e edifícios	28	14
Mobiliário e equipamento	0	4
Outros	0	0
<b>Valor escriturado líquido</b>	<b>28</b>	<b>18</b>

#### Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	19	8
Entre um ano e cinco anos	34	20
Após cinco anos	65	70
<b>Total de futuros pagamentos mínimos de locação</b>	<b>118</b>	<b>98</b>
Menos: Futuros encargos com juros	91	70
<b>Valor presente dos compromissos de locação financeira</b>	<b>27</b>	<b>28</b>
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	5	0
<b>Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados<sup>1</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<sup>1</sup> A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

### Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

#### Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	707	684
Entre um ano e cinco anos	2 077	1 979
Após cinco anos	3 480	1 901
<b>Total de futuros pagamentos mínimos de rendas</b>	<b>6 264</b>	<b>4 564</b>
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	20	58
<b>Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas</b>	<b>6 244</b>	<b>4 506</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 441 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação, que incluía a opção de prolongar a locação por um período de mais 5 exercícios até 2031.

Em 2018, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 747 milhões de euros. Isto incluiu 769 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 20 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

## 25 – Goodwill e outros ativos intangíveis

### Goodwill

#### Alterações de goodwill

As alterações do valor contábilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC). A partir de 1 de janeiro de 2016, a estrutura das unidades geradoras de caixa principais foi alterada, devido à reorganização de operações de negócio nos termos de uma estrutura de segmentos alterada. No segundo trimestre de 2017 e em conformidade com o anúncio de estratégia efetuado a 5 de março de 2017, as operações comerciais do Grupo foram reorganizadas sob uma nova estrutura divisional, que também reconfigurou os negócios existentes de Global Markets, Corporate Finance e Global Transaction Banking numa única divisão, Corporate & Investment Bank (CIB). Uma análise da CIB confirmou a avaliação anterior de duas unidades geradoras de caixa separadas. Consequentemente, as antigas unidades geradoras de caixa principais "Global Markets" e "Corporate & Investment Banking" foram agrupadas como "Sales & Trading" (S&T) e "Global Transaction Banking & Corporate Finance" (GTB & CF). Consulte também a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

#### Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Sales & Trading	Global Transaction Banking & Corporate Finance	Private and Commercial Clients	Postbank	Wealth Management	Asset Management	Outros	Total
<b>Saldo em</b>								
<b>1 de janeiro de 2017</b>	<b>0</b>	<b>532</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>564</b>	<b>3 006</b>	<b>1</b>	<b>4 103</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	6	(6)	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	(3)	0	0	0	0	0	(3)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	(6)	0	(6)
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	(6)	0	0	0	0	0	0	(6)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	(52)	0	0	(22)	(231)	0	(306)
<b>Saldo em</b>								
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>0</b>	<b>471</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>541</b>	<b>2 768</b>	<b>1</b>	<b>3 782</b>
<b>Montante bruto do goodwill</b>	<b>2 780</b>	<b>1 485</b>	<b>1 077</b>	<b>2 086</b>	<b>541</b>	<b>3 232</b>	<b>1</b>	<b>11 203</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(2 780)	(1 014)	(1 077)	(2 086)	0	(464)	0	(7 422)
<b>Saldo em</b>								
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>0</b>	<b>471</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>541</b>	<b>2 768</b>	<b>1</b>	<b>3 782</b>
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	(4)	0	0	(4)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	18	0	0	5	74	0	98
<b>Saldo em</b>								
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>0</b>	<b>489</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>543</b>	<b>2 843</b>	<b>1</b>	<b>3 876</b>
<b>Montante bruto do goodwill</b>	<b>2 889</b>	<b>1 539</b>	<b>1 076</b>	<b>2 086</b>	<b>543</b>	<b>3 314</b>	<b>1</b>	<b>11 449</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(2 889)	(1 051)	(1 076)	(2 086)	0	(471)	0	(7 573)

<sup>1</sup> As perdas por imparidade de goodwill são registadas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das unidades geradoras de caixa principais, o segmento CIB inclui *goodwill* resultante da aquisição de um investimento não integrado que não está afetado à unidade geradora de caixa principal do respetivo segmento. Esse *goodwill* é sintetizado em “Outros” no quadro acima.

As alterações em *goodwill* em 2017 e 2018 refletiram principalmente as flutuações de taxa de câmbio, predominantemente relacionadas com a conversão de *goodwill* detido em dólares dos Estados Unidos.

Em 2016, as alterações ao *goodwill* incluíam principalmente imparidades de 785 milhões de euros em Sales & Trading (S&T) (285 milhões de euros) e Asset Management (500 milhões de euros). A imparidade no segmento S&T foi o resultado da transferência de determinados negócios do Asset Management para o S&T no segundo trimestre de 2016. A transferência resultou na retribuição de 285 milhões de euros de *goodwill* do Asset Management, com base em valores relativos em conformidade com as IFRS. A revisão de imparidade subsequente do segmento S&T conduziu a uma perda por imparidade de 285 milhões de euros do *goodwill* retribuído. A imparidade de *goodwill* no Asset Management foi registada no quarto trimestre de 2016 relativamente à venda do negócio da Abbey Life e à formação de um grupo de alienação detido para venda. Imediatamente antes da respetiva classificação inicial como um grupo de alienação, os montantes escriturados de todos os ativos e passivos incluídos no grupo de alienação da Abbey Life foram medidos e reconhecidos em conformidade com as IFRS aplicáveis. Com a venda da Abbey Life a realizar-se por um montante mais baixo do que o seu valor contabilístico, não se esperava que a proporção de *goodwill* da unidade geradora de caixa do Asset Management atribuível ao negócio da Abbey Life pudesse ser recuperada com a venda do grupo de alienação. Por conseguinte, o montante de *goodwill* atribuído de 500 milhões de euros, assim como outros ativos intangíveis (valor de negócio adquirido, VOBA) de 515 milhões de euros incluídos no grupo de alienação foram considerados em imparidade e abatidos através da imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.

### Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O “outro” *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Os testes anuais de imparidade de *goodwill* levados a cabo em 2018 e 2017 não tiveram como resultado uma perda por imparidade nas principais unidades geradoras de caixa com *goodwill* do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas unidades geradoras de caixa foram superiores aos dos respetivos valores escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um retorno da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

### Valor escriturado

A quantia escriturada de uma unidade geradora de caixa principal é apurada usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas”, para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas *Tier 1* adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias.

### Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de lucros para além do período de cinco anos inicial são, se aplicável, ajustadas de modo a inferir um nível sustentável e o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir para uma taxa de crescimento a longo prazo constante de 3,1 % (2017: 3,2 %). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

## Pressupostos-chave e sensibilidades

**Pressupostos-chave:** O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto.

### Principais unidades geradoras de caixa com *goodwill*

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2018	2017
Global Transaction Banking & Corporate Finance	8,8 %	8,8 %
Wealth Management	9,0 %	9,1 %
Gestão dos Activos	9,7 %	10,0 %

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

#### Goodwill -

unidade geradora de caixa escriturada principal

	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Wealth Management	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia continuamente monitorizado para refletir os desenvolvimentos e tendências de mercado, incluindo a criação e concentração global de riqueza, digitalização, envelhecimento da população, transferência para a geração seguinte e tendências de produto (por ex., SAG), bem como a atividade da concorrência e índices de referência</li> <li>Planos de crescimento suportados pelo reforço contínuo das nossas funções de risco e controlo</li> <li>Programa de investimento orgânico multianual para expandir o nosso pessoal de front-office focado em mercados-chave em crescimento, onde temos uma oferta de clientes distinta e atrativa</li> <li>Foco continuado na expansão da atividade comercial junto dos clientes com património líquido elevado e ultraelevado com uma abordagem mais segmentada</li> <li>Criar soluções de consultoria de investimentos globais, bem como aumentar os proveitos da colaboração entre divisões (esp. CIB)</li> <li>Aplicação contínua do balanço para propostas de empréstimo a WM</li> <li>Investimentos direcionados na melhoria da experiência do cliente através de uma nova oferta digital, integração eficiente, ampla oferta de produtos, bem como a abordagem de clientes com um modelo de serviço de clientes mais subtil</li> <li>Benefício de poupança de custos provenientes da reorganização das nossas equipas de produtos e cobertura em três regiões (Américas, Europa, Mercados emergentes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade dos mercados e taxas de câmbio, desenvolvimentos tecnológicos significativos, incerteza geopolítica</li> <li>Os investidores detêm ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas e atividades de negociação reduzidas</li> <li>Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, instabilidade de franquia, desenvolvimentos adversos, perda de gestores de clientes de elevada qualidade</li> <li>Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto</li> </ul>
Gestão dos Activos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento</li> <li>Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento SAG, alternativas, multiativos, passivos), consolidando ao mesmo tempo estratégias não essenciais</li> <li>Fluxos líquidos consistentes potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa, ao mesmo tempo que se expande a cobertura na Ásia e Pacífico e se foca no crescimento nas Américas</li> <li>Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento e implementação de soluções digitais para servir novos canais</li> <li>Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos</li> <li>Antecipação de mais obstáculos no setor de Asset Management como resultado do ambiente regulamentar em mutação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento</li> <li>Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos</li> <li>Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado</li> <li>Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas</li> </ul>

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Global Transaction Banking & Corporate Finance	<p>GTB</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expectativa de beneficiar do desenvolvimento de taxas de juro positivos na UE e nos EUA no início de 2019 (essencialmente nos EUA), com impacto crescente nos exercícios fora do plano</li> <li>• Investimento na transformação tecnológica de arquitetura essencial (escala e experiência do cliente; segurança e controlos) e criar plataformas de gestão do risco/garantias/liquidez</li> <li>• Desenvolvimento de melhorias e ofertas de produtos; melhorar a penetração da carteira de clientes internacionalmente</li> <li>• Iniciativas de liquidez e depósitos; especialmente em gestão de tesouraria</li> <li>• Dinâmica de fluxo de comércio continuado e crescimento na carteira de negociação estruturada</li> <li>• Melhorar a cobertura de clientes nos vários produtos (em linha com a estratégia global da recém-criada cobertura institucional e de tesouraria)</li> </ul>	<p>Aspectos genéricos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O contexto macroeconómico permanece desafiante, particularmente na Europa</li> <li>• Risco do processo de saída do Reino Unido da União Europeia</li> <li>• Possíveis desenvolvimentos geopolíticos e macroeconómicos adversos com impacto nos volumes de comércio, taxas de juro e variações cambiais</li> </ul> <p>GTB</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior compressão de margens potencial</li> <li>• Os custos de financiamento do DB permanecem superiores</li> <li>• Potenciais restrições de recursos do DB que limitam o crescimento</li> <li>• Compressão de orçamentos CTB</li> </ul> <p>CF</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de volume de comissões de Corporate Finance inferior ao esperado</li> <li>• Deterioração do crédito global</li> </ul>
	<p>CF</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O plano assume um agregado de receitas global ligeiramente inferior em 2019 em relação a 2018, e depois pequenos aumentos nos exercícios fora do plano</li> <li>• Espera-se que o DB recupere quota de mercado nos vários produtos após a implementação de atualizações estratégicas em 2018</li> <li>• Dinâmica de consolidação do crescimento da quota de mercado em 2018 em financiamento alavancado</li> <li>• Oportunidade de refinanciamento do IG (vencimento em 2019) com níveis de dívida de IG pendentes ainda elevados</li> <li>• Oportunidades para recuperar/ganhar quota de mercado em:</li> <li>• Negócios transfronteiriços, onde o DB tem sido historicamente forte mas perdeu dinamismo em 2018</li> <li>• Patrocinadores financeiros (mercados de capitais globais), onde o DB ganhou quota em 2018</li> </ul>	

**Sensibilidades:** Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A gestão acredita que nenhuma alteração em pressupostos-chave razoavelmente possíveis pode causar perda por imparidade.



## Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017

em milhões de euros	Não amortizado		Ativos intangíveis adquiridos					Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Amortizado		Software	Total de outros ativos intangíveis
						Software e outros	Software		
Custo de aquisição/fabrico:									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1 094</b>	<b>440</b>	<b>1 534</b>	<b>1 431</b>	<b>70</b>	<b>871</b>	<b>2 372</b>	<b>6 235</b>	<b>10 140</b>
Additions	0	0	0	15	0	48	63	1 360	1 423
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(35)	(35)	(171)	(206)
Disposals	0	0	0	0	0	21	21	121	142
Reclassificações de/									
(para) "detidos para venda"	0	0	0	(6)	0	0	(6)	0	(6)
Transferências	0	(0)	(0)	1	0	50	51	(42)	9
Alterações das taxas de câmbio	(131)	(1)	(132)	(77)	(0)	(12)	(89)	(237)	(457)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>963</b>	<b>440</b>	<b>1 402</b>	<b>1 364</b>	<b>70</b>	<b>901</b>	<b>2 335</b>	<b>7 024</b>	<b>10 761</b>
Additions	0	0	0	12	0	44	56	1 242	1 298
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	0	(0)
Disposals	0	0	0	0	0	126	126	725	851
Reclassificações de/									
(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(7)	(7)	(20)	(27)
Transferências	0	2	2	(3)	0	(213)	(215)	190	(24)
Alterações das taxas de câmbio	48	0	48	10	0	5	15	102	165
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1 010</b>	<b>441</b>	<b>1 451</b>	<b>1 384</b>	<b>70</b>	<b>603</b>	<b>2 058</b>	<b>7 814</b>	<b>11 322</b>
<b>Amortização e imparidade acumulada:</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>276</b>	<b>424</b>	<b>700</b>	<b>1 363</b>	<b>65</b>	<b>715</b>	<b>2 143</b>	<b>2 418</b>	<b>5 261</b>
Amortização do exercício	0	0	0	34	4	27	65	870	935 <sup>1</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(35)	(35)	(171)	(206)
Disposals	0	0	0	0	0	19	19	81	99
Reclassificações de/									
(para) "detidos para venda"	0	0	0	(4)	0	0	(4)	0	(4)
Perdas por imparidade	0	15	15	0	0	0	0	42	57 <sup>2</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	41	41	(35)	6
Alterações das taxas de câmbio	(33)	(0)	(33)	(72)	(0)	(12)	(84)	(129)	(246)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>243</b>	<b>439</b>	<b>682</b>	<b>1 321</b>	<b>69</b>	<b>718</b>	<b>2 108</b>	<b>2 914</b>	<b>5 704</b>
Amortização do exercício	0	0	0	21	1	40	61	1 034	1 095 <sup>3</sup>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	0	(0)
Disposals	0	0	0	0	0	125	125	724	850
Reclassificações de/									
(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(7)	(7)	(20)	(27)
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	42	42 <sup>4</sup>
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	6	0	(136)	(129)	139	10
Alterações das taxas de câmbio	12	0	12	10	0	5	14	57	83
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>255</b>	<b>439</b>	<b>694</b>	<b>1 358</b>	<b>70</b>	<b>494</b>	<b>1 922</b>	<b>3 442</b>	<b>6 057</b>
<b>Valor escriturado:</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>719</b>	<b>1</b>	<b>720</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>183</b>	<b>227</b>	<b>4 110</b>	<b>5 057</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>755</b>	<b>2</b>	<b>757</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>109</b>	<b>136</b>	<b>4 372</b>	<b>5 265</b>

<sup>1</sup> Os 935 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>2</sup> Dos quais 42 milhões de euros estavam relacionados com a imparidade de software de desenvolvimento próprio, registrado em despesas gerais e administrativas, e 15 milhões de euros relativos à imparidade de um ativo intangível de marca registrada sem amortização, que está incluída em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.

<sup>3</sup> Os 1,1 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

<sup>4</sup> Os 42 milhões de euros estavam relacionados com imparidade de software de desenvolvimento próprio, registrado em despesas gerais e administrativas.

## Ativos intangíveis amortizados

Em 2018, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 171 milhões de euros. Tal deveu-se em particular a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,2 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Compensadas foram as despesas de amortização de 1,1 mil milhões de euros, maioritariamente para o consumo agendado de software capitalizado (1,1 mil milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 82 milhões de euros, aumentando o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Em 2017, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 291 milhões de euros. Tal deveu-se principalmente a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,4 mil milhões de euros, compensados pelas despesas de amortização de 935 milhões de euros, em particular para o consumo agendado de software capitalizado (897 milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a valorização do euro correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 113 milhões de euros, reduzindo o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Em 2016, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 327 milhões de euros. Os componentes principais deste desenvolvimento incluíram aumentos devidos a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,5 mil milhões de euros, o que representa a capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Estes foram compensados pelas despesas de amortização de 815 milhões de euros, principalmente relacionadas com o consumo de ativos agendados do software de desenvolvimento próprio (679 milhões de euros), e alterações de imparidades de 580 milhões de euros, refletindo essencialmente o abatimento do valor de negócio adquirido (VOBA; 515 milhões de euros) como consequência da alienação da Abbey Life (Asset Management). Para além disso, a reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à depreciação do software de desenvolvimento próprio (60 milhões de euros). Antes da venda do investimento antigo NCOU na operação Maher Terminals' Port Elizabeth no quarto trimestre de 2016, a respetiva reclassificação para a categoria de detido para venda no terceiro trimestre de 2016 tinha levado a uma redução líquida de 497 milhões de euros nos outros ativos intangíveis baseados em contratos e designações comerciais.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

### Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
<b>Ativos intangíveis gerados internamente:</b>	
Software	até 10
<b>Ativos intangíveis adquiridos:</b>	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 8
Outros	até 80

## Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

**Contratos de gestão de investimento do segmento retalho:** Estes ativos, que ascendem a 755 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Group Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável do ativo de 755 milhões de euros (2017: 719 milhões de euros) foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 10,0% em 2018 e 11,0% em 2017. A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2018 é de até 4,0% em comparação com 4,0% em 2017. As análises da valorização para os anos 2018 e 2017 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão das imparidades anteriores.

**Marcas registadas:** Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à unidade geradora de caixa do Postbank) e Sal. Oppenheim (atribuídas à unidade geradora de caixa WM), que foram ambas adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 410 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se previa que ambas as marcas registadas criassem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, foram classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Refletindo na alteração da intenção estratégica e da desconsolidação esperada do Postbank, a marca registada Postbank (410 milhões de euros) foi totalmente abatida no terceiro trimestre de 2015. Em seguimento de uma análise do modelo de valorização da marca registada Sal. Oppenheim, foi registada uma depreciação de 6 milhões de euros no quarto trimestre de 2015. A descontinuidade do seu uso fora do mercado alemão conduziu a uma outra depreciação de 6 milhões de euros registados no quarto trimestre de 2016. Como o Grupo anunciou a 26 de outubro de 2017 a sua intenção de integrar a franquia, Sal. Oppenheim no Deutsche Bank durante o ano de 2018 e de descontinuar a marca Sal. Oppenheim, o valor contabilístico da marca registada (15 milhões de euros) foi considerado em imparidade e totalmente abatido no quarto trimestre de 2017.

## 26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Numerário, montantes a receber e depósitos em bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	4
Loans	2 564	0
Bens e equipamentos	62	15
Other assets	42	26
<b>Total de ativos classificados como detidos para venda</b>	<b>2 679</b>	<b>45</b>
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	874	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4	0
Dívida a longo prazo	0	0
Other liabilities	364	16
<b>Total de passivos classificados como detidos para venda</b>	<b>1 242</b>	<b>16</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

### Venda do negócio do Private & Commercial Bank português

Em 27 de março de 2018, o Grupo anunciou ter celebrado um acordo para vender o negócio local Private & Commercial Bank (PCB) em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A. ("ABANCA"). Em conformidade com isto e no final do primeiro trimestre de 2018, o negócio foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. A avaliação da unidade resultou no reconhecimento de uma perda antes dos impostos de (53) milhões de euros que foi registada em outros resultados [(40) milhões de euros] e despesas gerais e administrativas [(13) milhões de euros] do PCB no primeiro trimestre de 2018. Com a transação, o Deutsche Bank continua a executar a sua estratégia de aumentar o seu enfoque e reduzir a complexidade. A transação continua sujeita a aprovações regulamentares e outras condições. As partes pretendem fechar a transação na primeira metade de 2019.

## Alienação do negócio do Private & Commercial Bank polaco

Após o anúncio feito em 14 de dezembro de 2017 de que o Deutsche Bank tinha celebrado um acordo para vender o seu negócio de Private & Commercial Banking ("PCB") polaco do Deutsche Bank Polska S.A. ("DB Polska"), excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, em conjunto com a DB Securities S.A., ao Santander Bank Polska S.A. ("Santander Bank Polska", anteriormente Bank Zachodni WBK S.A.), o Grupo obteve todas as aprovações regulamentares materiais pendentes em 17 de julho de 2018 para avançar com a transação designada. Por conseguinte, no terceiro trimestre de 2018, o negócio relacionado foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. Antes da sua classificação como um grupo de alienação detido para venda, o Grupo tinha reavaliado a unidade de alienação designada e registado uma perda antes de impostos de (157) milhões de euros incluída em outros resultados do PCB no quarto trimestre de 2017. A atualização da reavaliação da unidade antes da sua alienação em 2018 levou a alterações adicionais antes dos impostos desde o início do exercício até à data de (17) milhões de euros registados nas receitas líquidas do PCB de 2018.

A venda está em linha com o esforço do Grupo de continuar a reforçar o enfoque e reduzir a complexidade. O Santander Bank Polska faz parte do Grupo Santander, com o Banco Santander S.A. a ser a empresa-mãe. A transação foi sujeita a aprovações da FSA polaca, outras aprovações regulamentares, autorizações corporativas e outras condições, tendo sido fechada no quarto trimestre de 2018.

Ao fechar a transação, a declaração de aval emitida pelo Deutsche Bank AG a favor do DB Polska foi concluída no que diz respeito aos passivos incluídos no negócio alienado. A declaração de aval emitida a favor do DB Polska continua para o resto do negócio.

## Alienações em 2017

Divisão	Alienação	Impacto financeiro <sup>1</sup>	Data da alienação
Corporate & Investment Bank	A 5 de junho de 2017, o Grupo anunciou a conclusão da venda da sua subsidiária argentina Deutsche Bank S.A. ao Banco Comafi S.A. Com aprovações regulamentares substanciais pendentes recebidas em maio de 2017, a entidade tinha sido classificada como um grupo de alienação detido para venda antes da sua alienação em junho de 2017.	A alienação resultou numa perda antes de impostos na venda de 190 milhões de euros, incluindo a realização de um ajustamento de conversão cambial, que foi registado em 2017 e principalmente incluído em C&A.	Segundo trimestre de 2017
Asset Management	No quarto trimestre de 2016, o Grupo tinha classificado a sua administração de fundos e serviços de custódia da Sal. Oppenheim Luxembourg como um grupo de alienação detido para venda. A transação foi objeto das habituais condições de fecho e aprovações regulamentares e foi concluída a 1 de dezembro de 2017.	Até à sua alienação, a reavaliação da unidade resultou numa perda por imparidade adicional de 5 milhões de euros registada em Outros resultados em 2017.	Quarto trimestre de 2017

<sup>1</sup> Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

## 27 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Outros ativos:</b>		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	42 827	46 519
Valores a receber de corretagem prime	3	12 638
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3 654	3 929
Valores a receber de operações <i>regular way</i> não liquidadas	20 191	19 930
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	66 675	83 015
Títulos de dívida detidos para recolher	5 184	N/D
Juros acumulados a receber	2 536	2 374
Assets held for sale	2 679	45
Outros	16 371	16 057
<b>Total other assets</b>	<b>93 444</b>	<b>101 491</b>

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Outros passivos:</b>		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	55 475	58 865
Valores a pagar de corretagem prime	15 495	25 042
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2 228	2 562
Valores a pagar de operações <i>regular way</i> não liquidadas	17 510	20 274
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	90 708	106 742
Juros acumulados a pagar	2 486	2 623
Liabilities held for sale	1 242	16
Outros	23 078	22 827
<b>Total other liabilities</b>	<b>117 513</b>	<b>132 208</b>

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 26, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

## 28 – Deposits

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à ordem não remunerados	221 746	226 339
Depósitos remunerados		
Demand deposits	126 280	133 280
Depósitos a prazo	130 039	133 952
Depósitos de poupança	86 340	88 303
Total de depósitos remunerados	342 659	355 534
<b>Total de depósitos</b>	<b>564 405</b>	<b>581 873</b>

## 29 – Provisions

### Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros <sup>1</sup>	Total <sup>2</sup>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>309</b>	<b>2 014</b>	<b>5 607</b>	<b>741</b>	<b>952</b>	<b>9 622</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(5)	(0)	(1)	5	(1)
Novas provisões	84	745	306	601	847	2 584
Montantes utilizados	53	1 611	3 576	458	763	6 461
Montantes não utilizados revertidos	49	134	711	182	118	1 194
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(15)	(86)	(575)	(4)	(38)	(718)
Transferências	(2)	193	(153)	(0)	3	41
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>275</b>	<b>1 115</b>	<b>897</b>	<b>696</b>	<b>889</b>	<b>3 873</b>
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	1	(2)	(2)
Novas provisões	27	334	125	427	765	1 677
Montantes utilizados	54	673	364	344	862	2 296
Montantes não utilizados revertidos	41	160	206	185	364	956
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	5	42	41	(1)	(1)	87
Transferências	2	25	6	(9)	9	33
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>215</b>	<b>684</b>	<b>499</b>	<b>585</b>	<b>433</b>	<b>2 416</b>

<sup>1</sup> Os valores foram reajustados para refletir a reclassificação de 1,0 mil milhões de euros e 1,1 mil milhões de euros das Provisões para depósitos no balanço consolidado do Grupo em 1 de janeiro de 2017 e 1 de janeiro de 2018, respetivamente. Consulte mais detalhes sobre a alteração na política contabilística com impacto nos contratos de poupança e crédito habitação na nota 1: "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

<sup>2</sup> Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, consulte a nota 21, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

### Classes de provisões

As provisões de **risco operacional** surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de **processos civis** surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

**Execução regulamentar** as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

**Outras** provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

### Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis. Esta tendência aumentou acentuadamente no seguimento da crise financeira global.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2018 e 1 de janeiro de 2018 encontram-se apresentadas no quadro acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2018, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 2,5 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2017: 2,4 mil milhões de euros) e 0,2 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2017: 0,3 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos do que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incurrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

## Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. Os conjuntos de matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

**Investigações do Danske Bank da Estónia.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativamente à relação bancária correspondente do Banco com o Danske Bank, incluindo o historial de processamento do Banco de transações bancárias correspondentes em nome de clientes da agência estónia do Danske Bank antes do término da relação bancária correspondente com essa agência em 2015. O Deutsche Bank encontra-se a fornecer informações e a cooperar com as agências que estão a investigar. O Banco está ainda a realizar uma investigação interna destes assuntos, incluindo se ocorreu a violação de alguma lei, regulamento ou política e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado.

O Grupo ainda não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a este assunto.

**Investigações e litígios no mercado cambial.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA, Divisão de Execução emitiu uma carta ("Carta da CFTC") a notificar o Deutsche Bank de que a Divisão de Execução da CFTC "não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação ao Deutsche Bank" relativamente a divisas. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a Divisão de Execução da CFTC "mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro". A Carta da CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta por um operador de mercado do Deutsche Bank sediado no Brasil. Como parte desse acordo, o Deutsche Bank pagou uma multa de 51 milhões de reais e concordou continuar a cumprir o processo administrativo da CADE até à sua conclusão. Isto resolve o processo administrativo da CADE na medida em que está relacionado com o Deutsche Bank, desde que o Deutsche Bank continue a cumprir os termos do acordo.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ"), Divisão Criminal, Secção de Fraude, emitiu uma carta ("Carta do DOJ") a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal "respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais". Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

A 20 de abril de 2017, foi anunciado que o Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a uma decisão para fazer cessar e proibir e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 137 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Reserva Federal ordenou ao Deutsche Bank que "continuasse a implementar melhorias adicionais na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria" no negócio cambial e outros produtos semelhantes e relatar periodicamente o seu progresso à Reserva Federal.



Em 20 de junho de 2018, foi anunciado que o Deutsche Bank AG e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Departamento de Serviços Financeiros (DFS) do Estado de Nova Iorque para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a medidas preventivas e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 205 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, o DFS ordenou ao Deutsche Bank que continuasse a implementar melhorias na supervisão, controles internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria no negócio cambial e relatar periodicamente o seu progresso ao DFS.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras continuam a decorrer e o Deutsche Bank cooperou com estas investigações.

Em 6 de agosto de 2018, o tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque emitiu uma decisão final a aprovar o acordo de 190 milhões de dólares dos Estados Unidos do Deutsche Bank e o indeferimento dos queixosos com extinção da ação consolidada (*Em Contencioso antitrust das taxas cambiais de referência*). A ação consolidada foi apresentada em nome de um grupo putativo de negociantes do mercado de balcão (over-the-counter) e um grupo putativo de negociantes de um centro de comercialização, domiciliados ou negociados nos Estados Unidos ou nos seus territórios e alegados acordos ilegais para restringir a concorrência relativa às, e para manipular as taxas de referência e as taxas spot, particularmente os spreads cotados nestas taxas spot. Em 10 de julho de 2018, o tribunal de segunda instância dos EUA da segunda circunscrição confirmou o indeferimento do tribunal distrital de *Doris Sue Allen v. Bank of America, et al.*, uma ação coletiva putativa que controlou as alegações na ação consolidada e afirmou que tal suposta conduta de origem a, e resultou numa violação dos deveres fiduciários dos réus no âmbito da lei dos EUA relativa a garantias de rendimento por reforma de trabalhadores de 1974. Em 6 de setembro de 2018, o tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque negou a moção para classificação coletiva da Axiom Investment Advisors, LLC's ("Axiom") *Axiom v. Deutsche Bank AG*. A moção da Axiom para indeferimento voluntário com extinção foi concedida em 18 de janeiro de 2019. Esta ação coletiva putativa alegava que o Deutsche Bank tinha rejeitado ordens cambiais colocadas em plataformas de negociação eletrónica através da aplicação de uma função referida como "Last Look" e que estas ordens foram apresentadas posteriormente a preços menos favoráveis a membros do grupo putativo. Continua pendente uma ação coletiva putativa nos EUA contra o Deutsche Bank. Apresentada em 26 de setembro de 2016, alterada em 24 de março de 2017 e posteriormente consolidada com uma ação semelhante que foi apresentada em 28 de abril de 2017, a ação "Compradores indiretos" (*Contant, et al. v. Bank of America Corp., et al.*) controla as alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta lesou os instrumentos cambiais dos "compradores indiretos". Estas queixas são apresentadas nos termos da Lei Sherman e de vários estatutos de proteção do consumidor estaduais. Em 15 de março de 2018, o tribunal deferiu a moção do Deutsche Bank para anular esta ação. Os queixosos apresentaram uma moção para intentar de novo e propuseram uma alteração à queixa em 5 de abril de 2018, à qual o Deutsche Bank se opôs. Em 25 de outubro de 2018, o tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque deferiu a moção dos queixosos e foi apresentada uma segunda alteração à queixa em 28 de novembro de 2018. A fase de instrução foi iniciada na ação Compradores indiretos. Apresentada em 7 de novembro de 2018, *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*, foi apresentada numa base individual por um grupo de gestores de ativos que recusaram o acordo na ação consolidada. Os queixosos apresentaram uma alteração à queixa em 1 de março de 2019. O Deutsche Bank deverá responder a essa queixa até 1 de abril de 2019. A fase de instrução limitada foi iniciada, pendente da resolução de deferimento da moção dos réus.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebec. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação. Os queixosos na ação de Ontário apresentaram moções para classificação coletiva e concluíram as citações de registo da respetiva moção de classificação coletiva em 23 de junho de 2017. O Deutsche Bank opôs-se à classificação coletiva e está agenda uma audiência sobre a moção de classificação coletiva para os dias 10 a 14 de junho de 2019.

O Deutsche Bank também foi nomeado réu em duas ações coletivas putativas apresentadas em Israel. Apresentadas em setembro de 2018, estas ações afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Estas ações estão nas fases preliminares.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.*** O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

Tal como reportado anteriormente, o Deutsche Bank pagou 725 milhões de euros à Comissão Europeia na sequência de um acordo de liquidação com data de 4 de dezembro de 2013 relacionado com conduta anticoncorrencial na negociação de derivados de taxa de juros.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o DOJ, a CFTC, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank concordou em pagar penalizações de 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Como parte da resolução com o DOJ, o DB Group Services (UK) Limited (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) confessou-se culpado do delito de fraude em transferências no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito do Connecticut e o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três exercícios em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a lei Sherman. Em 23 de abril de 2018, venceu-se o acordo de adiamento da acusação e o tribunal distrital dos EUA do distrito do Connecticut indeferiu subsequentemente as informações criminais contra o Deutsche Bank. As multas referidas acima, que incluem uma multa de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos paga em abril de 2017, no seguimento da sentença da DB Group Services (UK) Limited a 28 de março de 2017, foram pagas na totalidade e não integram as provisões do Banco.

Tal como reportado anteriormente em 20 de março de 2017, o Deutsche Bank pagou 5,4 milhões de francos suíços à Comissão da Concorrência suíça, (WEKO) em cumprimento de um acordo de liquidação relacionados com a LIBOR em ienes.

A 25 de outubro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo com um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos US para a resolução da sua investigação de taxas interbancárias. Entre outras condições, o Deutsche Bank concordou efetuar um pagamento de acordo no valor de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos. O valor do acordo foi pago na totalidade e não faz parte das provisões do Banco.

Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Visão geral dos processos civis.** O Deutsche Bank é uma parte de 45 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como uma ação pendente no Reino Unido, uma em Israel e uma na Argentina. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo quatro das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As quatro ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também se encontram pendentes no SDNY e incluem uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF), uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de swap (SOR), e uma ação relativa à taxa de negociante do Canadá (CDOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 45 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis antitrust federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

*LIBOR em dólares dos Estados Unidos.* Com Três exceções, todas as ações judiciais nos EUA relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (multidistrict litigation – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no SDNY. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações judiciais incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e dezembro de 2016 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas *antitrust* e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos estão a decorrer paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. As informações dos recursos estão completas.

Em 13 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações nos futuros e opções do euro/dólar negociados na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*Metzler Investment GmbH v. Credit Suisse Group AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação preliminar a 11 de outubro de 2017. O montante do acordo já está totalmente refletido nas provisões para litígio existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura análise e aprovação por parte do tribunal.

Em 6 de fevereiro de 2018, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 240 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações em instrumentos financeiros associados à LIBOR em dólares dos Estados Unidos adquiridos no mercado de balcão diretamente ao painel de bancos da LIBOR (*Mayor & City Council of Baltimore v. Credit Suisse AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação e o tribunal concedeu aprovação final do acordo em 25 de outubro de 2018. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

O queixoso num dos processos não-MDL no SDNY prosseguiu para a alteração da sua queixa, no seguimento de um indeferimento das suas queixas. Em 20 de março de 2018, o tribunal indeferiu a moção do queixoso para ser autorizada a alteração e pronunciou a decisão sobre a ação, fechando o processo. O queixoso recorreu da decisão do tribunal e as informações dos recursos estão completas.

Em 15 e 31 de janeiro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas de ação coletiva putativa no SDNY contra diversas instituições financeiras, alegando que os réus, os membros do painel de bancos que forneceram submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, a organização que administra a LIBOR e respetivas afiliadas, conspiraram para eliminar as submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos de 1 de fevereiro de 2014 até ao presente. Estas ações foram posteriormente consolidadas. Foi apresentada uma terceira queixa de ação coletiva putativa em 4 de março de 2019. Estas ações não fazem parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Existem outras ações judiciais no Reino Unido relativas a LIBOR em dólares dos Estados Unidos, interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation dos EUA, nas quais foi apresentado um pedido de indemnização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

Foi apresentada outra ação coletiva relativa à LIBOR, EURIBOR e TIBOR em Israel reclamando danos por perdas incorridas por indivíduos e entidades israelitas. O Deutsche Bank está a contestar a citação e a jurisdição.

*LIBOR em ienes e TIBOR em euro-ienes.* Em 21 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 77 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver duas ações coletivas putativas pendentes no SDNY alegando manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes (*Laydon v. Mizuho Bank, Ltd. e Sonterra Capital Master Fund Ltd. v. UBS AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação e o tribunal concedeu aprovação final do acordo a 7 de dezembro de 2017. Em conformidade, estas duas ações não estão incluídas no número total ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou a 1 de agosto de 2017, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

**EURIBOR.** Em 10 de maio de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 170 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver uma ação coletiva putativa pendente no SDNY, alegando manipulação da EURIBOR (*Sullivan v. Barclays PLC*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação e o tribunal concedeu aprovação final do acordo em 18 de maio de 2018. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima. O valor do acordo, que o Deutsche Bank liquidou, já não está refletido nas provisões para litígio do Deutsche Bank.

**LIBOR em libras esterlinas.** Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente no distrito sul de Nova Iorque. Em 21 de dezembro de 2018, o tribunal concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Em 22 de janeiro de 2019, os queixosos avançaram para a reconsideração parcial da decisão do tribunal; as informações dessa moção estão completas.

**LIBOR em francos suíços.** Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF) continua pendente no SDNY. É objeto de petições de anulação totalmente informadas.

**SIBOR e SOR.** Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR) no SDNY. Em 25 de outubro de 2018, o queixoso apresentou uma terceira queixa corrigida, a qual é objeto de uma petição de anulação totalmente informada. Em 26 de dezembro de 2018, o queixoso pediu autorização ao tribunal para apresentar uma quarta queixa corrigida; as informações dessa moção estão completas.

**CDOR.** Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa de negociante do Canadá (CDOR) no SDNY. Em 14 de março de 2019, o tribunal concedeu a moção para indeferir a queixa corrigida, indeferindo todas as ações contra o Deutsche Bank.

**Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais.** Determinados órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições, incluindo a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) e o DOJ, estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (lei norte-americana sobre práticas de corrupção no estrangeiro) e com outras leis, no que diz respeito às práticas de contratação do Banco relativas aos candidatos designados por clientes, potenciais clientes e funcionários governamentais, e ao envolvimento de localizadores e consultores. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações. Determinados órgãos reguladores noutras jurisdições também foram informados sobre estas investigações. O Grupo registou uma provisão relativa a algumas destas investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares. Com base nos factos atualmente conhecidos, não é, de momento, possível para o Banco prever o tempo de resolução.

**Kirch.** O Ministério Público em Munique (*Staatsanwaltschaft München I*) levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito, entre outros, aos antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

As alegações do Ministério Público são as de que os antigos membros relevantes do Conselho de Administração não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas num caso civil entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas e/ou terem feito declarações incorretas em tais processos, respetivamente.

Em 25 de abril de 2016, após o julgamento perante o tribunal regional de Munique relativo à investigação principal que envolveu Jürgen Fitschen e quatro outros antigos membros do Conselho de Administração, o tribunal regional absolveu todos os acusados, bem como o Banco, que foi um participante secundário em tais processos. Em 26 de abril de 2016, o Ministério Público apresentou um recurso. Um recurso está limitado a uma revisão de erros jurídicos e não de factos. Em 18 de outubro de 2016, algumas semanas após a redação da sentença, o Ministério Público notificou que irá dar provimento apenas ao recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Jürgen Fitschen, Dr. Rolf Breuer e Dr. Josef Ackermann e que irá retirar o recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Dr. Clemens Börsig e Dr. Tessen von Heydebreck para quem a absolvição se torna vinculativa. Em 24 de janeiro de 2018, o Gabinete do Procurador-Geral solicitou uma audiência oral perante o Supremo Tribunal Federal para decidir sobre o recurso do Ministério Público de Munique.

As restantes investigações do Ministério Público (que também estão ligadas a tentativas de fraude litigiosas nos processos cíveis Kirch) ainda estão a decorrer. O Deutsche Bank está a cooperar plenamente com o Ministério Público de Munique.

O Grupo não espera que estas intervenções tenham consequências financeiras significativas e não foi registada uma provisão ou passivo contingente relativamente às mesmas.

**Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. Assuntos regulamentares e governamentais.** O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam intimações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (residential mortgage-backed securities – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real (CDO), outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e aceitou fornecer 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 1 de junho de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ).

O Grupo registou provisões relativas a algumas investigações regulamentares pendentes, mas não a outras, uma parte das quais está relacionada com as deduções do consumidor fornecidas nos termos do acordo com o DOJ. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

**Emitente e tomador do processo civil.** O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo Banco. Em 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo e pouco depois recorreu da decisão de recusa do tribunal distrital ao seu pedido de suspensão dos processos de aprovação do acordo, cujo recurso foi resolvido contra a FHFA/Freddie Mac. O tribunal aprovou o acordo em 7 de março de 2019 contra as objeções da FHFA/Freddie Mac. As partes têm 60 dias a partir da entrada da ordem para apresentar um recurso.

O Deutsche Bank foi constituído réu em três ações relacionadas com as ofertas de RMBS interpostas pela US Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) na qualidade de recetor para: (a) Colonial Bank (alegando um mínimo de 213 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus), (b) Guaranty Bank (alegando um mínimo de 901 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus) e (c) Citizens National Bank e Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado de indemnização contra todos os réus). Em cada uma destas ações, os tribunais de recurso readmitiram queixas anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. No caso relativo ao Colonial Bank, em 21 de junho de 2017, a FDIC apresentou uma segunda queixa corrigida, que os réus passaram para anulação em 7 de setembro de 2017. Em 2 de março de 2018, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação dos réus. No caso relativo ao Guaranty Bank, em 14 de setembro de 2017, o tribunal deferiu parcialmente a moção do Deutsche Bank para julgamento sumário relativo ao método adequado para calcular juros pré-julgamento. Em 31 de agosto de 2018, o tribunal anulou a data do julgamento de março de 2019. Em 27 de setembro de 2018, o tribunal ordenou que o caso passasse por mediação antes de 11 de janeiro de 2019 e que fique suspenso entretanto. As partes iniciaram a mediação em 27 de novembro de 2018. Não se chegou a acordo durante a mediação. O tribunal reabriu o caso e, em 2 de janeiro de

2019, definiu a data de julgamento para 26 de agosto de 2019. No caso relativo ao Citizens National Bank e Strategic Capital Bank, em 31 de julho de 2017, a FDIC apresentou uma segunda queixa corrigida, que os réus passaram para anulação em 14 de setembro de 2017. O caso está suspenso, pendente da resolução da moção dos réus para anulação.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação interposta pela Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank) alegando reclamações da lei comum relativas à compra de RMBS. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. A 17 de abril de 2017, o tribunal rejeitou a queixa e a 13 de fevereiro de 2018 o queixoso apresentou o seu recurso. Em 9 de outubro de 2018, a anulação foi confirmada pelo tribunal de apelo. O queixoso apresentou uma moção de autorização de recurso ao tribunal de segunda instância de Nova Iorque em 8 de novembro de 2018. Os réus apresentaram uma contestação em 21 de novembro de 2018, o que completou as informações. Em 15 de janeiro de 2019, o tribunal de segunda instância de Nova Iorque recusou a moção.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reatuação dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reatuação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. Em 29 de março de 2016, o tribunal anulou a ação de reatuação e, em 29 de abril de 2016, o queixoso apresentou uma notificação de interposição de recurso. O recurso do queixoso foi adiado até ao termo de setembro de 2019 do tribunal de recurso.

O Deutsche Bank foi constituído réu em dois casos apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os casos alegam violações de garantias e representações ao nível dos empréstimos nas ofertas de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1 RMBS, respetivamente. Ambos os casos foram anulados com base em prazos de prescrição pelo tribunal em 28 de março de 2018. O queixoso recorreu das anulações, estando o recurso ainda pendente.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

**Processos civis do mandatário.** O Deutsche Bank foi constituído réu em processos civis interpostos por vários grupos de investidores relativos à sua função como mandatário de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte dos mandatários de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Dois ações coletivas putativas interpostas por um grupo de investidores, incluindo fundos geridos pelo BlackRock Advisors, LLC, PIMCO-Advisors, L.P. e outros foram recentemente resolvidas. Uma destas ações coletivas putativas estava pendente no tribunal superior da Califórnia até o tribunal ter anulado a ação com extinção em 11 de janeiro de 2019. A segunda ação coletiva putativa estava pendente no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque e foi anulada com extinção em 6 de dezembro de 2018. O Deutsche Bank também foi réu num processo judicial interposto pela Western and Southern Life Insurance Company e cinco entidades relacionadas, mas a 28 de setembro de 2017, os queixosos apresentaram uma notificação para extinção das suas queixas.

O Deutsche Bank é atualmente réu em seis processos civis separados – duas ações coletivas putativas e quatro processos individuais.

As ações coletivas putativas foram interpostas pela Royal Park Investments SA/NV, dizem respeito a 10 trusts, e estão pendentes no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque.

No primeiro caso, que o queixoso apresentou em 18 de janeiro de 2014, o queixoso alega que os trusts sofreram um total de perdas colaterais realizadas de mais de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, embora a queixa não especifique um montante de indemnização. Em 29 de março de 2018, o tribunal emitiu uma ordem a recusar a moção renovada de certificação coletiva do queixoso e, em 7 de agosto de 2018, o tribunal de segunda instância recusou a moção do queixoso de autorização para recurso imediato da negação da certificação coletiva. Em 28 de setembro de 2018, o tribunal recusou a moção do queixoso de pedido de prova de responsabilidade e danos utilizando uma amostra estatística dos empréstimos em questão no caso. A fase de instrução está a decorrer. Em 4 de agosto de 2017, a Royal Park apresentou uma queixa ação coletiva adicional, separada contra o mandatário, declarando alegações por violação contratual, enriquecimento sem causa, conversão, violação da confiança, contabilidade equitativa e ação declarativa e injunção decorrente do pagamento de fundos fiduciários das despesas e custas judiciais do mandatário no outro litígio da Royal Bank em curso. Em 13 de agosto de 2018,

o tribunal suspendeu a ação pendente de resolução do litígio da Royal Park subjacente e recusou a moção do mandatário para deferir sem prejuízo de nova apresentação após o levantamento da suspensão.

Os quatro processos judiciais individuais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 37 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais no valor de 8,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 trusts RMBS e que pretendem obter "centenas de milhões de dólares de indemnização"; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo recuperar alegadamente "centenas de milhões de dólares em perdas"; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o "IKB"), na qualidade de investidor de 30 trusts RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso da NCUA, a NCUA notificou o tribunal em 31 de agosto de 2018 que estava a indeferir queixas relacionadas com 60 dos 97 trusts originalmente em questão; a moção da NCUA de autorização de alteração da sua queixa e a moção do Deutsche Bank para deferir a queixa caso o tribunal autorize a moção da NCUA de autorização de alteração foram totalmente informadas à data de 19 de dezembro de 2018. No caso do Phoenix Light, os queixosos apresentaram uma queixa a 27 de setembro de 2017 e os mandatários apresentaram uma resposta à queixa a 13 de novembro de 2017. Em 7 de dezembro de 2018, as partes apresentaram moções para julgamento sumário. No caso do Commerzbank, o queixoso apresentou uma queixa em 30 de novembro de 2017 e os mandatários apresentaram uma resposta à queixa em 29 de janeiro de 2018. Em 7 de dezembro de 2018, as partes apresentaram moções para julgamento sumário. No caso do IKB, o tribunal ouviu a argumentação oral sobre a moção do mandatário para anulação a 3 de maio de 2017, mas ainda não se pronunciou. A 20 de junho de 2017, os queixosos do IKB estipularam o indeferimento sem prejuízo de todas as queixas alegadas contra o Deutsche Bank relativas a quatro trusts. A fase de instrução está a decorrer.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes e provisões relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank.** Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou o documento oficial relativo à oferta. Na sua oferta de aquisição, o Deutsche Bank ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. A oferta de aquisição foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação aplicável da República Federal da Alemanha. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009. A queixosa afirma que, o mais tardar, em 2009, os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos à Deutsche Bank AG nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O tribunal regional de Colónia (*Landgericht*) indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anulou a decisão do Tribunal da Relação de Colónia e remeteu o processo para o Tribunal da Relação. Na sua decisão, o Tribunal Federal afirmou que o Tribunal da Relação não tinha tido em suficiente consideração a alegação da queixosa de que o Deutsche Bank AG e o Deutsche Post AG realizaram uma "ação concertada" em 2009.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação. Tendo em conta a contrapartida paga, a contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde está em curso também o recurso de Effecten-Spiegel AG.

A 8 de novembro de 2017, teve lugar uma audiência perante o Tribunal Regional Superior de Colónia no âmbito do caso Effecten-Spiegel. Nessa audiência, o tribunal regional superior indicou que discordava das conclusões do tribunal regional de Colónia e considerou preliminarmente que o Deutsche Bank não era obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória em 2008 ou 2009. Inicialmente, o Tribunal Regional Superior decidiu pronunciar uma decisão a 13 de dezembro de 2017. No entanto, esta foi adiada para fevereiro de 2018, porque o queixoso contestou os três membros do 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia por alegada parcialidade. A contestação foi indeferida pelo Tribunal Regional Superior de Colónia no final de janeiro de 2018. Em fevereiro de 2018, o tribunal deferiu uma moção da Effecten-Spiegel AG para reabrir a audiência.

O tribunal regional superior informou as partes com aviso de 19 de fevereiro de 2019 que tinha dúvidas de que uma ação concertada possa ser baseada nas cláusulas contratuais que o tribunal regional de Colónia considerara suficientes para assumir uma ação concertada (e para autorizar as ações dos queixosos em outubro de 2017). Perante este cenário, o tribunal regional superior resolver obter mais provas e chamar várias testemunhas em ambos os casos, as quais deverão ser ouvidas entre 30 de outubro de 2019 e, no máximo, 11 de dezembro de 2019, em audiências semanais. Os indivíduos ouvidos incluem membros atuais e anteriores da administração do Deutsche Bank, do Deutsche Post AG e do Postbank, bem como outras pessoas envolvidas na transação do Postbank. O tribunal informou ainda as partes que está a considerar solicitar ao Deutsche Bank a produção de documentos de transação relevantes. As audiências de obtenção de provas inicialmente agendadas para 27 de março de 2019 e (como medida cautelar) 3 de abril e 29 de maio de 2019 foram canceladas.

Stefan Krause, antigo membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank (que vai testemunhar a pedido dos queixosos), invocou o direito de recusar-se a prestar testemunho porque em fevereiro de 2018, uma sociedade de advogados em representação de alguns queixos nas ações civis acima mencionados tinha apresentado uma queixa criminal junto do Ministério Público em Frankfurt am Main contra algum pessoal do Deutsche Bank alegando que este pessoal tinha tido uma conduta fraudulenta no que diz respeito à oferta de aquisição. No entanto, o Ministério Público competente rejeitou a abertura dos processos. O tribunal regional superior de Colónia estabeleceu a data de 20 de março de 2019 como a data para uma audiência quanto à legalidade da recusa de prestar testemunho em tribunal.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

**Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank.** Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no tribunal regional de Colónia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015. Entre outras questões, os queixosos alegam que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória a um preço superior em 2009. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes neste processo referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (Spruchverfahren). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e o dividendo garantido anual pago no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012. O tribunal regional de Colónia proferiu resoluções indicando que está inclinado a considerar uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. A remuneração em numerário paga no âmbito do acordo de transferência de resultados e de domínio foi de 25,18 euros e foi aceite por aproximadamente 0,5 milhões de ações. A remuneração por afastamento paga em 2015 foi de 35,05 euros e aproximadamente 7 milhões de ações foram afastadas.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.



**Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido.** O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se compensam uma à outra. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank avaliou as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank adotou medidas disciplinares relativamente a determinados indivíduos nesta matéria.

A 30 e 31 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibrancamento de capitais (AML) do Banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo com o DFS, o Deutsche Bank adotou medidas preventivas e aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois exercícios. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o Banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O Banco também tem de submeter programas e planos de correção escritos.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação em curso relativa a estas negociações de títulos. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

**Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA).** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 20 de dezembro de 2018, a Comissão Europeia enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação de regras antitrust da UE em relação ao mercado de negociação secundário de obrigações de SSA denominado em dólares dos Estados Unidos. O envio da comunicação de objeções é um passo na investigação da Comissão Europeia e não prejudica o resultado da investigação. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade. Em conformidade com as orientações da Comissão Europeia, o Deutsche Bank não espera uma penalização financeira.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, por alegados participantes diretos e indiretos no mercado alegando violações da lei antitrust e lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. O Deutsche Bank chegou a um acordo para liquidar as ações dos participantes diretos no mercado pelo montante de 48,5 milhões de dólares dos Estados Unidos e registou uma provisão no mesmo montante. O acordo está sujeito a aprovação do tribunal. A ação apresentada em nome dos alegados participantes indiretos no mercado está na fase inicial.

O Deutsche Bank é também arguido em ações coletivas putativas apresentadas em 7 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2017 no tribunal superior de Ontário e no tribunal federal do Canadá, alegando violações da lei antitrust e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações de SSA. As queixas assentam em alegações semelhantes às das ações coletivas nos EUA envolvendo a negociação de obrigações de SSA e solicitam indemnização punitiva. Os casos encontram-se na sua fase inicial.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. O caso está em fase inicial.

O Deutsche Bank foi ainda constituído arguido em quatro queixas de ação coletiva putativa apresentadas em fevereiro e março de 2019 no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de agências dos EUA. Estes casos encontram-se na fase inicial.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Litígio relativo a títulos fiduciários preferenciais.** O Deutsche Bank, algumas das suas afiliadas e alguns dos seus diretores antigos são alvo de uma ação coletiva putativa consolidada, apresentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, envolvendo alegações ao abrigo das leis federais relativas a valores mobiliários, em nome de pessoas que compraram determinados títulos fiduciários preferenciais emitidos pelo Deutsche Bank e suas afiliadas entre outubro de 2006 e maio de 2008. Num conjunto de opiniões, o tribunal revogou todas as queixas referentes a quatro das seis ofertas em questão, mas permitiu que determinadas queixas de omissões alegadas relativas às ofertas de novembro de 2007 e fevereiro de 2008 prosseguissem. O tribunal distrital limitou as queixas relacionadas com as duas ofertas restantes no caso a alegadas falhas (i) para divulgar "quaisquer tendências conhecidas ou incertezas que tenham tido ou que o registante espere razoavelmente tenha um impacto material favorável ou desfavorável nas vendas líquidas ou proveitos ou resultado de operações contínuas" e (ii) para divulgar "os fatores significativos que tornam a oferta especulativa ou arriscada" em conformidade com as rubricas 303 e 503 do regulamento S-K. Os arguidos apresentaram respostas negando todas as acusações. Em 2 de outubro de 2018, o tribunal distrital certificou um coletivo queixoso para ambas as ofertas. A averiguação do mérito da causa está a decorrer.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

**Investigações e litígios de títulos de tesouraria dos Estados Unidos.** O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

A subsidiária do Deutsche Bank, Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) foi constituída ré em várias ações coletivas putativas, alegando violações da lei antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de títulos do tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. A 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicava a DBSI como ré. A 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

## 30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de *fronting*, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

#### Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Compromissos de crédito irrevogáveis	167 722	158 253
Compromissos de crédito revogáveis	44 327	45 867
Passivos contingentes	51 605	48 212
<b>Total</b>	<b>263 654</b>	<b>252 331</b>

### Outros compromissos e outros passivos contingentes

O quadro seguinte apresenta os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

#### Outros compromissos e outros passivos contingentes

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Other commitments	130	82
Outros passivos contingentes	74	5
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>86</b>

### Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia ou pela Export Credit Agency da China (China Export & Insurance Corporation (Sinosure)) atuando em nome da República Popular da China.

## Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas estatutários de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 595,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 412,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

## 31 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Outros empréstimos a curto prazo:		
Commercial paper	2 752	5 274
Outros	11 406	13 137
<b>Total de outros empréstimos a curto prazo</b>	<b>14 158</b>	<b>18 411</b>

## 32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

### Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2019	Vencimento em 2020	Vencimento em 2021	Vencimento em 2022	Vencimento em 2023	Vencimento após 2023	Total 31 de dez. 2018	Total 31 de dez. 2017
<b>Dívida sénior:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	16 275	10 510	18 483	6 949	6 898	18 779	77 894	76 285
Taxa variável	8 002	4 540	5 347	3 553	2 321	6 732	30 495	33 210
<b>Dívida subordinada:</b>								
Obrigações:								
Taxa fixa	2 057	1 135	0	0	30	2 075	5 297	5 493
Taxa variável	24	180	0	0	1 202	14	1 420	1 738
<b>Outros</b>	<b>20 958</b>	<b>6 263</b>	<b>1 335</b>	<b>557</b>	<b>1 087</b>	<b>6 777</b>	<b>36 977</b>	<b>42 988</b>
<b>Total de dívida a longo prazo</b>	<b>47 317</b>	<b>22 627</b>	<b>25 164</b>	<b>11 060</b>	<b>11 538</b>	<b>34 377</b>	<b>152 083</b>	<b>159 715</b>

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2018 e 2017.

### Títulos fiduciários preferenciais<sup>1</sup>

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Taxa fixa	2 194	4 462
Taxa variável	975	1 030
<b>Total de títulos fiduciários preferenciais</b>	<b>3 168</b>	<b>5 491</b>

<sup>1</sup> Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

## 33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

31.12.2018					
em milhões de euros	On demand	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	221 746	0	0	0	0
Depósitos remunerados	126 416	137 089	47 258	21 683	12 059
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	59 922	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	301 487	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	16 438	25 838	7 895	2 760	5 724
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	512	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	609	502	505	306
Recursos de bancos centrais adquiridos	252	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3 151	963	508	1	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 358	3	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	11 067	2 258	1 622	0	0
Dívida a longo prazo	3	34 449	16 268	80 028	36 085
Títulos fiduciários preferenciais	0	36	3 306	0	0
Outros passivos financeiros	96 573	2 762	1 201	369	60
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	167 722	0	0	0	0
Financial guarantees	22 502	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1 030 639</b>	<b>204 008</b>	<b>79 073</b>	<b>105 346</b>	<b>54 234</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

31.12.2017					
em milhões de euros	On demand	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	226 339	0	0	0	0
Depósitos remunerados	133 378	146 204	45 816	19 194	12 510
Passivos detidos para negociação <sup>1</sup>	71 457	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos <sup>1</sup>	342 726	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	29 207	29 360	4 847	2 599	5 951
Passivos por contratos de investimento <sup>2</sup>	0	0	574	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura <sup>3</sup>	0	69	336	672	218
Recursos de bancos centrais adquiridos	174	83	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	14 152	2 525	1 348	491	23
Títulos cedidos por empréstimo	6 684	3	0	0	1
Outros empréstimos a curto prazo	11 859	2 326	3 600	0	0
Dívida a longo prazo	4	7 409	41 820	78 063	41 926
Títulos fiduciários preferenciais	0	1 710	3 328	688	0
Outros passivos financeiros	112 961	3 483	554	373	4
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	153 700	0	0	0	0
Financial guarantees	19 883	0	0	0	0
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>1 122 525</b>	<b>193 172</b>	<b>102 223</b>	<b>102 080</b>	<b>60 632</b>

<sup>1</sup> Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

<sup>2</sup> Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.

<sup>3</sup> Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

<sup>4</sup> Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

## Notas adicionais

### 34 – Ações ordinárias

#### Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações próprias	Outstanding
<b>Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1 379 273 131</b>	<b>(203 442)</b>	<b>1 379 069 689</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	687 500 000	0	687 500 000
Ações compradas para tesouraria	0	(490 690 358)	(490 690 358)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	490 522 710	490 522 710
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2 066 773 131</b>	<b>(371 090)</b>	<b>2 066 402 041</b>
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(372 179 750)	(372 179 750)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	371 206 696	371 206 696
<b>Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2 066 773 131</b>	<b>(1 344 144)</b>	<b>2 065 428 987</b>

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

Ações compradas para tesouraria consistem principalmente em ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo, bem como detidas pelo Grupo durante um período de tempo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

#### Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2018, o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 2 560 000 000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2022. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512 000 000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2022
2 048 000 000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2022

## Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com *warrants* podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
512 000 000 €	Pode ser utilizado se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51 200 000 €	Pode ser utilizado para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

## Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respetivamente.

	2018 (proposto) <sup>1</sup>	2017	2016 <sup>2</sup>
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	227 000 000	227 000 000	227 000 000
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,11	0,11	0,11

<sup>1</sup> Os dividendos em numerário para 2018 baseiam-se no número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Os dividendos para 2016 e 2015 foram aprovados pela Assembleia-Geral Anual em 2017 e foram pagos simultaneamente em 2017.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

## 35 – Benefícios dos empregados

### Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2018	Prémio anual(CIB) <sup>1</sup>	1/4: 12 meses <sup>2</sup> 1/4: 24 meses <sup>2</sup> 1/4: 36 meses <sup>2</sup> 1/4: 48 meses <sup>2</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Prémio anual(não-CIB) <sup>1</sup>	1/3: 12 meses <sup>2</sup> 1/3: 24 meses <sup>2</sup> 1/3: 36 meses <sup>2</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Prémio anual (Direção) <sup>1</sup>	1/5: 12 meses <sup>2</sup> 1/5: 24 meses <sup>2</sup> 1/5: 36 meses <sup>2</sup> 1/5: 48 meses <sup>2</sup> 1/5: 60 meses <sup>2</sup>	Membros do Conselho de Administração ou da direção
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	Colaboradores regulamentados
2017	Prémio anual <sup>1</sup>	1/4: 12 meses <sup>4</sup> 1/4: 24 meses <sup>4</sup> 1/4: 36 meses <sup>4</sup> 1/4: 48 meses <sup>4</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Retenção/nova contratação	Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses <sup>4</sup> Especificação individual	Membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	Colaboradores regulamentados
	Plano de retenção essencial (KRP) <sup>5</sup>	1/2: 50 meses <sup>6</sup> 1/2: 62 meses <sup>6</sup>	Colaboradores que correm riscos materiais (MRT)
	Prémio anual	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 43 meses	Colaboradores que não correm riscos materiais (não-MRT)
2016	Prémio anual	1/4: 12 meses <sup>4</sup> 1/4: 24 meses <sup>4</sup> 1/4: 36 meses <sup>4</sup> 1/4: 48 meses <sup>4</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Retenção/nova contratação	Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses <sup>4</sup> Especificação individual	Membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão <sup>3</sup>	Colaboradores regulamentados
	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA) <sup>7</sup>	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 4 exercícios <sup>3</sup>	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Prémio anual	1/3: 12 meses <sup>4</sup> 1/3: 24 meses <sup>4</sup> 1/3: 36 meses <sup>4</sup>	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
2015/ 2014	Retenção/nova contratação	Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses <sup>4</sup> Especificação individual	Membros do Conselho de Administração ou do Grupo de Liderança Sénior Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão <sup>8</sup>	Colaboradores regulamentados

<sup>1</sup> Para colaboradores de determinadas entidades jurídicas, as ações diferidas são substituídas com ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

<sup>2</sup> Para os membros do Conselho de Administração ou da direção e todos os restantes colaboradores regulamentados pelo InstVV, aplica-se um período de retenção adicional de doze meses.

<sup>3</sup> Para todos os colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses. Para prémios atribuídos em 2018, isto aplica-se apenas a MRT InstVV.

<sup>4</sup> Para os membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.

<sup>5</sup> O Plano de retenção essencial (KRP) é referido como "Programa de prémio de fidelidade" no Relatório de Remuneração do Banco. Os prémios baseados em ações concedidos ao abrigo deste programa em janeiro de 2017 estão sujeitos a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.

<sup>6</sup> Para colaboradores que correm riscos materiais (MRT), a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.

<sup>7</sup> Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo está sujeita a um obstáculo de cotação da ação adicional, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.

<sup>8</sup> Para os membros do Conselho de Administração a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três exercícios. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, cerca de 12 450 colaboradores de 20 países inscreveram-se no décimo ciclo, que começou em novembro de 2018.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.



A tabela seguinte mostra as unidades de atribuição de ações pendentes nas datas respetivas, que representam um direito contingente de receber ações comuns do Deutsche Bank após um período específico de tempo. Também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90 292	20,22 €
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137 541	14,78 €
Saldo em 31 de dezembro de 2018	153 117	11,15 €

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 12 milhões de euros, 23 milhões de euros e 15 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,7 mil milhões de euros. Desses, 1,2 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 4,4 e 9,1 milhões de ações para participantes no plano, em fevereiro e março de 2019, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,16 milhões de unidades para fevereiro e 0,16 milhões de unidades para março de 2019 dos ciclos de aquisição de direitos ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

## Planos baseados em ações da DWS (liquidados em numerário)

Em setembro de 2018, foi concedido um prémio único relacionado com a IPO no âmbito do plano de direitos de valorização de ações da DWS (SAR) a todos os colaboradores do Grupo DWS; além disso, houve prémios para um número limitado de diretores da DWS no âmbito do plano de equidade da DWS (PSU).

O plano SAR da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados aos mesmos.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2018 Plano de equidade da DWS	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio PSU (prémio único relacionado com a IPO) <sup>1</sup>	Para MRT: 1/3: Março de 2022 <sup>3</sup> 1/3: Março de 2023 1/3: Março de 2024	Selecionar diretores
2018 Plano SAR da DWS	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO) <sup>2</sup>	Para não MRT: 1 de junho de 2021 <sup>5</sup> Para MRT: 1 de março de 2023 <sup>3</sup>	Todos os colaboradores da DWS <sup>4</sup>

<sup>1</sup> O prémio e o número de unidades está sujeito ao cumprimento de objetivos predefinidos [Fluxos líquidos médios (NNA) 2019-2020 e CIR (Rácio custo/rendimento) ajustado no exercício de 2020] medidos em dezembro de 2020.

<sup>2</sup> O prémio está sujeito a um IBIT positivo do Grupo DWS em dezembro de 2019.

<sup>3</sup> Dependendo do estado regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de 6 meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de 12 meses (MRT InstVV) após a aquisição de direitos.

<sup>4</sup> Exceto se o colaborador tiver recebido o prémio PSU.

<sup>5</sup> Após a aquisição de direitos/período de retenção, aplica-se um período de exercício de 4 exercícios.

Em 31 de dezembro de 2018, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prêmio era aproximadamente de 23 milhões de euros. Desses, 4 milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato desde a data do prêmio. Como tal, os custos com remuneração para remuneração com base em ações diferidas ainda não reconhecidos é de aproximadamente 19 milhões de euros, sendo dependente do desenvolvimento futuro do preço das ações.

O justo valor dos prêmios foi medido utilizando a fórmula de Black-Scholes. As condições de desempenho não de mercado e de serviços anexadas aos acordos não foram consideradas ao medir o justo valor. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição dos prêmios foram os seguintes:

	Data de atribuição 15 de setembro de 2018	Data de medição 31 de dezembro de 2018	Data de atribuição 15 de setembro de 2018	Data de medição 31 de dezembro de 2018
	PSU	PSU	SAR	SAR
Unidades de Participação	1 272	1 248	2 224	2 192
Fair value	14,56 €	14,18 €	3,95 €	3,35 €
Cotação da ação	23,75 €	23,37 €	23,75 €	23,37 €
Cotação do exercício	N/D	N/D	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada, em %)	36	35	36	35
Vida útil esperada (média ponderada, em exercícios)	5	5	6	6
Dividendos esperados (em % do rendimento)	65	65	65	65
Taxa de juros sem riscos (com base em fundos do governo, em %)	0	0	0	0

Dado o curto período desde a IPO do Grupo DWS, a volatilidade esperada da cotação das ações da DWS baseou-se numa avaliação da volatilidade histórica para um grupo de pares comparável durante o período de 5 exercícios anterior. O nível de dividendos esperado está relacionado com as mais recentes comunicações do Grupo DWS.

Além disso, o plano de equidade da DWS tem condições de desempenho que irão determinar o montante nominal que pode, em última instância, adquirir direitos no âmbito do prêmio. Estas condições de desempenho estão associadas à estratégia do Grupo DWS, especificamente no que diz respeito ao objetivo de influxos líquidos e ao rácio custo/rendimento ajustado, o qual será testado antes da aquisição de direitos em março de 2021.

## Planos de benefícios pós-emprego

### Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

em milhões de euros	31.12.2018				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigação com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	4 599	593	337	623	6 152
Participantes em estado diferido	2 210	2 286	500	97	5 093
Participantes em estado de pagamento	5 144	989	500	242	6 875
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>11 953</b>	<b>3 868</b>	<b>1 337</b>	<b>962</b>	<b>18 120</b>
Fair value of plan assets	10 877	4 884	1 074	892	17 727
Rácio de financiamento (em %)	91 %	126 %	80 %	93 %	98 %

	31.12.2017				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Obrigação com benefícios definidos relativa a</b>					
Participantes ativos no plano	4 823	688	363	640	6 514
Participantes em estado diferido	2 196	2 583	536	93	5 408
Participantes em estado de pagamento	5 071	905	502	246	6 724
<b>Total da obrigação com benefícios definidos</b>	<b>12 090</b>	<b>4 176</b>	<b>1 401</b>	<b>979</b>	<b>18 646</b>
<b>Fair value of plan assets</b>	<b>11 003</b>	<b>5 202</b>	<b>1 091</b>	<b>915</b>	<b>18 211</b>
<b>Rácio de financiamento (em %)</b>	<b>91 %</b>	<b>125 %</b>	<b>78 %</b>	<b>93 %</b>	<b>98 %</b>

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. No passado, o principal plano de pensões de benefícios definidos no Reino Unido foi reestruturado para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo. Além disso, alterações recentes à legislação de pensões e fiscalidade no Reino Unido continuaram a causar um aumento da adesão às opções em numerário e a transferência de valores dos planos de planos de benefícios definidos.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 192 milhões de euros e 196 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego de 192 milhões de euros face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2018.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2018	437	176	114	76	803
Benefícios que deverão ser pagos 2019	439	115	81	66	701
Benefícios que deverão ser pagos 2020	448	92	76	59	675
Benefícios que deverão ser pagos 2021	460	98	82	59	699
Benefícios que deverão ser pagos 2022	480	106	82	61	729
Benefícios que deverão ser pagos 2023	498	116	86	60	760
Benefícios que deverão ser pagos 2024 - 2028	2 747	694	455	321	4 217
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	22	11	12	15

## Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento

dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações do BVV, não há nenhum déficit atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, quaisquer excedentes do plano resultantes no futuro serão distribuídos aos membros do plano e, como tal, não podem reduzir as futuras contribuições do Grupo. Em junho de 2016, a Assembleia-Geral Anual do BVV aprovou uma redução dos benefícios das futuras contribuições para determinados grupos de funcionários. De forma similar a outras empresas participantes, o Grupo comprometeu-se a compensar os níveis de benefícios reduzidos, aumentando as contribuições do BVV a partir de 1 de janeiro de 2017. Foi assinado um acordo de trabalho correspondente com a comissão de trabalhadores alemã.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do DB Privat- und Firmenkundenbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

## Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

## Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta a posição ampla de financiamento total e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência à política de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

## Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comitê de Operações de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2018				31.12.2017			
	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA <sup>1</sup>	Outros
Taxa de desconto (em %)	1,7 %	2,7 %	4,2 %	2,6 %	1,7 %	2,5 %	3,5 %	2,5 %
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,6 %	3,5 %	2,2 %	1,9 %	1,8 %	3,5 %	2,2 %	2,0 %
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,1 %	4,0 %	2,3 %	2,9 %	2,3 %	4,5 %	2,3 %	3,1 %
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,5 %	3,3 %	2,2 %	1,0 %	1,7 %	3,3 %	2,2 %	1,1 %
<b>Esperança de vida presumida aos 65 anos</b>								
Homem com 65 anos à data de medição	20,0	23,5	22,2	21,8	19,3	23,6	22,2	21,7
Mulher com 65 anos à data de medição	23,6	25,4	23,7	24,1	23,3	25,4	23,7	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,8	24,8	23,7	23,3	21,9	24,9	23,8	23,1
Mulher com 45 anos à data de medição	25,8	26,8	25,2	25,6	25,8	26,9	25,2	25,6
<b>Tabelas de mortalidade aplicadas</b>								
	Richttafeln Heubeck 2018G	SAPS (S2) Light com projeções CMI 2017	RP2014 White-collar com projeções MP2018	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS (S1) Light com projeções CMI 2016	RP2014 White-collar com projeções MP 2017	Tabelas específicas do país

<sup>1</sup> Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos de duração mais longa, onde se encontra disponível informação limitada de obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimentos, utilizando as respetivas taxas de *swaps* e pressupostos de *spread* de crédito. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração completamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Em 2017, o Grupo avançou para uma abordagem mais uniformizada e simples para definir a sua taxa de desconto usada para avaliar os seus planos de prestação definida na área do euro; abordagens semelhantes são geralmente aceites e já são utilizadas para os outros principais planos de pensões do Grupo no Reino Unido e nos Estados Unidos. O ajustamento não resultou em qualquer alteração na taxa de desconto e, portanto, não surtiu qualquer efeito na Demonstração consolidada do rendimento integral em 2017.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

A avaliação da obrigação com benefícios definidos para os planos alemães em 31 de dezembro de 2018 baseiam-se pela primeira vez nas tabelas de mortalidade de Heubeck 2018G. As tabelas refletem os dados estatísticos mais recentes do sistema de pensões da segurança social alemã e do gabinete federal de estatística.

## Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

em milhões de euros					2018
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>12 090</b>	<b>4 176</b>	<b>1 401</b>	<b>979</b>	<b>18 646</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	204	30	17	45	296
Interest cost	203	104	49	23	379
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	(33)	18	0	(1)	(16)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(135)	(187)	(89)	(23)	(434)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	98 <sup>1</sup>	(48)	(3)	(2)	45
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(38)	(7)	11	4	(30)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	16	19
Benefits paid	(437)	(176)	(114)	(76)	(803)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(11)	(11)
Aquisições/alienações	(2)	0	0	0	(2)
Alterações das taxas de câmbio	0	(42)	65	8	31
Outros	0	0	0	0	0
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>11 953</b>	<b>3 868</b>	<b>1 337</b>	<b>962</b>	<b>18 120</b>
dos quais:					
Não financiadas	0	10	193	112	315
Financiadas	11 953	3 858	1 144	850	17 805
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>11 003</b>	<b>5 202</b>	<b>1 091</b>	<b>915</b>	<b>18 211</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Interest income	187	130	38	20	375
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(351)	(218)	(53)	(33)	(655)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	16	19
Contribuições pagas pelo empregador	473	0	52	33	558
Benefícios pagos <sup>2</sup>	(437)	(175)	(102)	(53)	(767)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(12)	(12)
Aquisições/alienações	(1)	0	0	(1)	(2)
Alterações das taxas de câmbio	0	(53)	52	7	6
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(2)	(4)	0	(6)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>10 877</b>	<b>4 884</b>	<b>1 074</b>	<b>892</b>	<b>17 727</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>(1 076)</b>	<b>1 016</b>	<b>(263)</b>	<b>(70)</b>	<b>(393)</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(44)</b>	<b>(44)</b>
Interest cost	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	20	20
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(1)	(1)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(25)</b>	<b>(25)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>(1 076)</b>	<b>1 016</b>	<b>(263)</b>	<b>(95)</b>	<b>(418)<sup>3</sup></b>

<sup>1</sup> Resultados predominantemente de pressupostos de mortalidade atualizados (Heubeck 2018G em vez de Heubeck 2005G)

<sup>2</sup> Apenas para planos com fundos constituídos.

<sup>3</sup> Da qual 1097 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1515 milhões de euros em Outros passivos.

em milhões de euros					2017
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
<b>Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>11 978</b>	<b>4 496</b>	<b>1 548</b>	<b>1 091</b>	<b>19 113</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	213	34	21	50	318
Interest cost	202	114	56	25	397
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	76	(43)	65	3	101
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(16)	(6)	(11)	(33)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(3)	(17)	5	(9)	(24)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	15	18
Benefits paid	(413)	(245)	(99)	(83)	(840)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(26)	(26)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(151)	(189)	(63)	(403)
Outros	0	0	0	(2)	(2)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>12 090</b>	<b>4 176</b>	<b>1 401</b>	<b>979</b>	<b>18 646</b>
dos quais:					
Não financiadas	2	12	195	116	325
Financiadas	12 088	4 164	1 206	863	18 321
<b>Alteração do justo valor dos ativos dos planos:</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>10 975</b>	<b>5 352</b>	<b>1 219</b>	<b>973</b>	<b>18 519</b>
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Interest income	187	135	44	22	388
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(187)	144	32	32	21
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	15	18
Contribuições pagas pelo empregador	438	0	31	22	491
Benefícios pagos <sup>1</sup>	(413)	(244)	(86)	(63)	(806)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(26)	(26)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(183)	(147)	(58)	(388)
Outros	0	0	0	(1)	(1)
Custos de administração do plano	0	(2)	(2)	(1)	(5)
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>11 003</b>	<b>5 202</b>	<b>1 091</b>	<b>915</b>	<b>18 211</b>
<b>Estado dos fundos constituídos, fim do exercício</b>	<b>(1 087)</b>	<b>1 026</b>	<b>(310)</b>	<b>(64)</b>	<b>(435)</b>
<b>Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)</b>					
<b>Saldo, início do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Interest cost	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(46)	(46)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	2	2
<b>Saldo, fim do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(44)</b>	<b>(44)</b>
<b>Ativos (passivos) líquidos reconhecidos</b>	<b>(1 087)</b>	<b>1 026</b>	<b>(310)</b>	<b>(108)</b>	<b>(479)<sup>2</sup></b>

<sup>1</sup> Apenas para planos com fundos constituídos

<sup>2</sup> Da qual 1113 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1592 milhões de euros em Outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

## Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. No passado, o enfoque principal foi colocado na proteção do estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Recentemente, houve uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as métricas financeiras de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões. Para os planos de pensões onde uma abordagem LDI pode ter um impacto adverso sobre outras métricas financeiras essenciais, o Grupo desvia-se desta estratégia principal de investimento. Por exemplo, em 2015, o Grupo começou a ajustar temporariamente a estratégia de investimento aos ativos do plano principal de pensões da Alemanha reduzindo a taxa de juro e a cobertura do *spread* de crédito. O Grupo monitoriza estreitamente esta divergência da estratégia de investimento principal e implementou mecanismos de governação para garantir uma análise regular do desvio da abordagem LDI.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de inflação de taxas de juro e *swaps* de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

## Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31.12.2018					31.12.2017				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Cash and cash equivalents	1 138	715	(12)	77	1 918	1 260	419	26	74	1 779
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	1 148	571	107	60	1 886	1 265	582	118	68	2 033
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	1 975	699	428	153	3 255	2 212	1 167	367	161	3 907
Títulos não de dívida pública	5 196	2 805	405	217	8 623	5 189	2 447	472	175	8 283
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	175	0	1	19	195	177	0	0	14	191
Títulos não de dívida pública	166	80	14	22	282	610	70	20	37	737
Produtos estruturados	39	6	52	16	113	41	402	51	26	520
Seguro	0	0	0	16	16	0	0	0	27	27
Alternatives										
Real estate	285	52	0	58	395	232	117	0	56	405
Commodities	53	0	0	0	53	48	24	0	0	72
Capital privado	54	0	0	11	65	58	0	0	0	58
Outros <sup>3</sup>	1 419	22	0	243	1 684	788	36	0	274	1 098
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(192)	129	13	(6)	(56)	(191) <sup>4</sup>	148	37	(4)	(10)
Crédito	13	0	82	0	95	(155)	(1)	0	(1)	(157)
Inflação	(608)	(194)	0	5	(797)	(544) <sup>4</sup>	(210)	0	6	(748)
Divisas	14	(1)	0	1	14	10	1	0	2	13
Outros	2	0	(16)	0	(14)	3	0	0	0	3
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos</b>	<b>10 877</b>	<b>4 884</b>	<b>1 074</b>	<b>892</b>	<b>17 727</b>	<b>11 003</b>	<b>5 202</b>	<b>1 091</b>	<b>915</b>	<b>18 211</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

<sup>3</sup> Entre outros, esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos. Em particular, o aumento de 2017 para 2018 é causado por essas posições.



<sup>4</sup> Os valores de comparação de 2017 foram alterados retrospectivamente para ficarem alinhados com a atribuição atual de ativos às categorias de derivados.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31.12.2018					31.12.2017				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Cash and cash equivalents	1 162	30	(16)	40	1 216	1 251	22	24	28	1 325
Instrumentos de capital <sup>1</sup>	1 015	571	107	49	1 742	1 154	582	118	58	1 912
Obrigações investment-grade <sup>2</sup>										
Governamentais	1 013	695	423	52	2 183	1 190	1 163	362	73	2 788
Títulos não de dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1
Títulos não de dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos estruturados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Real estate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Commodities	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	(17)	0	(17)	1	0	6	0	7
Crédito	0	0	0	0	0	0	(1)	0	0	(1)
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	(1)	0	0	(1)	0	1	0	0	1
Outros	2	0	0	0	2	3	0	0	0	3
<b>Total do justo valor dos ativos dos planos cotados</b>	<b>3 192</b>	<b>1 295</b>	<b>497</b>	<b>143</b>	<b>5 127</b>	<b>3 600</b>	<b>1 767</b>	<b>510</b>	<b>159</b>	<b>6 036</b>

<sup>1</sup> A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

<sup>2</sup> *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de "outros" definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	31.12.2018							Total
	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes		
Cash and cash equivalents	141	701	65	953	29	29		1 918
Equity instruments	252	108	708	360	363	95		1 886
Obrigações governamentais ( <i>investment-grade</i> e superior)	870	574	474	650	249	438		3 255
Obrigações governamentais ( <i>non-investment-grade</i> )	0	0	0	4	24	167		195
Obrigações não governamentais ( <i>investment-grade</i> e superior)	718	2 129	2 023	2 984 <sup>1</sup>	657	112		8 623
Obrigações não governamentais ( <i>non-investment-grade</i> )	4	65	13	186	5	9		282
Produtos estruturados	38	21	52	2	0	0		113
<b>Subtotal</b>	<b>2 023</b>	<b>3 598</b>	<b>3 335</b>	<b>5 139</b>	<b>1 327</b>	<b>850</b>		<b>16 272</b>
Ação (em %)	12	22	20	32	8	5		100
Outras categorias de ativos								1 455
<b>Fair value of plan assets</b>								<b>17 727</b>

<sup>1</sup> A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

	31.12.2017						
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Cash and cash equivalents	294	126	96	1 204	16	43	1 779
Equity instruments	349	83	802	317	336	146	2 033
Obrigações governamentais ( <i>investment-grade</i> e superior)	1 057	1 087	397	627	253	486	3 907
Obrigações governamentais ( <i>non-investment-grade</i> )	0	0	0	9	23	159	191
Obrigações não governamentais ( <i>investment-grade</i> e superior)	575	1 890	2 196	2 607 <sup>1</sup>	906	109	8 283
Obrigações não governamentais ( <i>non-investment-grade</i> )	4	44	20	640	19	10	737
Produtos estruturados	41	422	51	1	5	0	520
<b>Subtotal</b>	<b>2 320</b>	<b>3 652</b>	<b>3 562</b>	<b>5 405</b>	<b>1 558</b>	<b>953</b>	<b>17 450</b>
Ação (em %)	13	21	20	31	9	5	100
Outras categorias de ativos							761
<b>Fair value of plan assets</b>							<b>18 211</b>

<sup>1</sup> A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de cerca de 692 milhões de euros e 737 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, o Grupo estima e permite posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade líquida final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

## Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de desconto e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, a exposição global a alterações do Banco é reduzida. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos.

As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31.12.2018				31.12.2017			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
<b>Taxa de desconto (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(840)	(430)	(40)	(50)	(875)	(465)	(40)	(55)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	235	435	35	20	215	505	35	25
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(605)</b>	<b>5</b>	<b>(5)</b>	<b>(30)</b>	<b>(660)</b>	<b>40</b>	<b>(5)</b>	<b>(30)</b>
<b>Taxa de desconto (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	785	385	25	50	810	420	30	50
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(235)	(435)	(35)	(20)	(215)	(505)	(35)	(25)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>550</b>	<b>(50)</b>	<b>(10)</b>	<b>30</b>	<b>595</b>	<b>(85)</b>	<b>(5)</b>	<b>25</b>
<b>Spreads de crédito (-50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO	(840)	(430)	(75)	(55)	(875)	(465)	(85)	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	220	125	20	10	150	125	20	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(620)</b>	<b>(305)</b>	<b>(55)</b>	<b>(45)</b>	<b>(725)</b>	<b>(340)</b>	<b>(65)</b>	<b>(50)</b>
<b>Spreads de crédito (+50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO	785	385	70	50	810	420	80	55
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(220)	(125)	(20)	(10)	(150)	(125)	(20)	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>565</b>	<b>260</b>	<b>50</b>	<b>40</b>	<b>660</b>	<b>295</b>	<b>60</b>	<b>45</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
Diminuição em DBO	335	325	0	20	345	345	0	20
Diminuição esperada nos ativos do plano <sup>1</sup>	(190)	(270)	0	(10)	(180)	(310)	0	(10)
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>145</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>165</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
<b>Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):<sup>2</sup></b>								
(Aumento) em DBO	(345)	(360)	0	(20)	(360)	(375)	0	(25)
Aumento esperado nos ativos do plano <sup>1</sup>	190	270	0	10	180	310	0	10
<b>Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento</b>	<b>(155)</b>	<b>(90)</b>	<b>0</b>	<b>(10)</b>	<b>(180)</b>	<b>(65)</b>	<b>0</b>	<b>(15)</b>
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):</b>								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	60	10	0	10	70	15	0	15
<b>Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):</b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(60)	(10)	0	(15)	(70)	(15)	0	(15)
<b>Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:<sup>3</sup></b>								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(295)	(110)	(25)	(10)	(305)	(130)	(25)	(15)

<sup>1</sup> As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

<sup>2</sup> Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

<sup>3</sup> Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

## Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2019, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2019 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	500
BVV	65
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	85
Outros planos de contribuições definidas	280
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
<b>Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego</b>	<b>960</b>

## Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Encargos com planos de benefícios definidos:</b>			
Custos de serviço	280	345	272
Custos líquidos com juros (rendimento)	4	9	(11)
<b>Total dos encargos com planos de benefícios definidos</b>	<b>284</b>	<b>354</b>	<b>261</b>
<b>Encargos com planos de contribuições definidas:</b>			
BVV	62	66	50
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	88	93	95
Outros planos de contribuições definidas	271	281	284
<b>Total dos encargos com planos de contribuição definida</b>	<b>421</b>	<b>440</b>	<b>429</b>
<b>Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego</b>	<b>705</b>	<b>794</b>	<b>690</b>
<b>Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã</b>	<b>236</b>	<b>243</b>	<b>237</b>
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio <sup>1</sup>	560	535	620
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário <sup>1</sup>	1	22	3
Encargos com planos de retenção de numerário <sup>1</sup>	481	363	487
Encargos com indemnizações por cessação de funções <sup>2</sup>	137	94	149

<sup>1</sup> Incluindo despesas para prêmios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

<sup>2</sup> Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados.

## 36 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Encargos com impostos correntes (benefício):</b>			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	733	874	881
Ajustamentos de anos anteriores	(20)	(145)	(23)
<b>Total de encargos com impostos correntes (benefício)</b>	<b>713</b>	<b>729</b>	<b>858</b>
<b>Encargos com impostos diferidos (benefício):</b>			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	316	(113)	(276)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(6)	1 437	(3)
Ajustamentos de anos anteriores	(34)	(90)	(33)
<b>Total de encargos com impostos diferidos (benefício)</b>	<b>276</b>	<b>1 234</b>	<b>(312)</b>
<b>Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)</b>	<b>989</b>	<b>1 963</b>	<b>546</b>

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2016 inclui impostos sobre os tomadores de seguros atribuíveis aos rendimentos dos tomadores de seguros ascendendo a uma despesa de imposto sobre o rendimento de 23 milhões de euros.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu os impostos correntes em 5 milhões de euros em 2017 e 7 milhões de euros em 2016.

A despesa total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou as despesas com impostos diferidos em 253 milhões de euros em 2018 e 163 milhões de euros em 2017. Em 2016, estes efeitos aumentaram os benefícios com impostos diferidos em 38 milhões de euros.

### Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2018	2017	2016
<b>Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2017 e 31,3% em 2016)</b>	<b>416</b>	<b>384</b>	<b>(254)</b>
Diferenças cambiais	8	(37)	(38)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(209)	(431)	(599)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(19)	(21)	(19)
Custos não dedutíveis	340	540	1 074
As imparidades no goodwill	0	0	250
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos <sup>1</sup>	253	159	(45)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(6)	1 437	(3)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	133	14	66
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	0	0	23
Outros <sup>1</sup>	73	(82)	91
<b>Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)</b>	<b>989</b>	<b>1 963</b>	<b>546</b>

<sup>1</sup> Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2018, 2017 e 2016.

### Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2018	2017	2016
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	18	(23)	344
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(8)	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	0	4	20
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	99	81
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	48	0	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	86	0	0
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	1	4	(14)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	42	1
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	91	2	(71)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	2	(5)	100
<b>Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral</b>	<b>238</b>	<b>123</b>	<b>461</b>
<b>Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>93</b>

### Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2018 <sup>1</sup>	31 dez 2017 <sup>1</sup>
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>		
Perdas fiscais não utilizadas	2 934	2 985
Créditos fiscais não utilizados	160	387
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	2 986	3 514
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	2 140	2 208
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	795	1 015
OCI de justo valor (IFRS 9)	33	5
Ativos intangíveis	119	119
Gasto de juros acumulados	1 133	180
Other assets	886	759
Other provisions	180	271
Other liabilities	21	42
<b>Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>11 387</b>	<b>11 485</b>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	3 038	3 794
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	312	266
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	345	144
OCI de justo valor (IFRS 9)	52	89
Ativos intangíveis	453	336
Other assets	344	270
Other provisions	85	83
Other liabilities	40	50
<b>Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação</b>	<b>4 669</b>	<b>5 032</b>

<sup>1</sup> No seguimento da introdução da IFRS 9, a apresentação foi alterada e é fornecida uma discriminação mais granular relacionada com o tipo de diferenças temporárias. Os valores de comparação foram ajustados em conformidade.

### Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7 230	6 799
Apresentados como passivos por impostos diferidos	512	346
<b>Ativos líquidos por impostos diferidos</b>	<b>6 718</b>	<b>6 453</b>

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

### Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2018 <sup>1</sup>	31/12/2017 <sup>1</sup>
<b>Diferenças temporárias dedutíveis</b>	<b>(9)</b>	<b>(34)</b>
Não a expirar	(5 738)	(4 875)
A expirar no período subsequente	(52)	(19)
A expirar após o período subsequente	(289)	(450)
<b>Perdas fiscais não utilizadas</b>	<b>(6 079)</b>	<b>(5 344)</b>
A expirar após o período subsequente	0	(11)
<b>Créditos fiscais não utilizados</b>	<b>(1)</b>	<b>(12)</b>

<sup>1</sup> Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 6,5 mil milhões de euros e 5,9 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 27 milhões de euros e 72 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

## 37 – Derivados

### Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

### Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

#### Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer*) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes.

#### Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

## Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivativos cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

## Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base na carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

## Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma combinação de contratos a prazo e swaps cambiais como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nocional do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras.

## Contabilidade de cobertura de justo valor

### Derivados detidos como cobertura de justo valor

em milhões de euros	31.12.2018			2018	31.12.2017		
	Assets	Liabilities	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Assets	Liabilities	
Derivados detidos como cobertura de justo valor	5 462	975	156 025	(557)	5 936	562	
							<b>2018</b>
							<b>Ineficácia da cobertura</b>
em milhões de euros							<b>37</b>
Resultado das coberturas de justo valor							<b>37</b>

### Instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor

em milhões de euros	31.12.2018				2018		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		
	Assets	Liabilities	Assets	Liabilities	Assets	Liabilities	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16 900	0	326	0	(35)	0	(31)
Empréstimos pelo custo amortizado	8 794	0	59	0	1	0	118
Dívida a longo prazo	0	87 356	0	2 292	0	369	506
Outros ativos/passivos	0	0	0	0	0	0	0

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram reconhecidas perdas de 0,6 mil milhões de euros, de 1,6 mil milhões de euros e de 0,6 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados sobre as rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, traduziram-se num ganho de 0,6 mil milhões de euros, um ganho de 1,3 mil milhões de euros e um ganho de 1,0 mil milhões de euros, respetivamente.

## Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

### Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2018			2018	31.12.2017	
	Assets	Liabilities	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Assets	Liabilities
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	29	1	3 689	(0)	37	3

### Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Entradas de caixa de ativos	28	18	0	0
Entradas de caixa de passivos	0	0	13	0
<b>Fluxos de caixa líquidos em 2017</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>(13)</b>	<b>0</b>

### Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Reportados em capital <sup>1</sup>	25	28	198
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(3)	(34)	62
Resultados retirados do capital no exercício findo	0	136	2
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	0	0	0
Ineficácia registada nos resultados	0	0	(17)

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no balanço consolidado.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2022.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no balanço consolidado do Grupo.



## Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

### Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	31.12.2018			2018	31.12.2017	
	Assets	Liabilities	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Assets	Liabilities
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	718	1 710	43 456	(1 380)	612	904

em milhões de euros	2018	
	Alterações no justo valor reconhecidas no capital <sup>1</sup>	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	1 742	(345)

<sup>1</sup> "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no balanço consolidado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram reconhecidas perdas de 345 milhões de euros, 348 milhões de euros e 437 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento forward point dos instrumentos de cobertura.

### Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	28 808	110	13	0
Montante nominal dos swaps cambiais	3 972	5 601	1 982	2 970
<b>Total</b>	<b>32 780</b>	<b>5 711</b>	<b>1 995</b>	<b>2 970</b>

O Grupo utiliza uma combinação de uma estratégia de contratos a prazo cambiais móveis e uma estratégia de cobertura de swaps cambiais estáticos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a taxa cambial média para a carteira de swaps cambiais euro/USD foi de 0,82.

## 38 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

### Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

#### Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2018	2017	2016
Short-term employee benefits	41	39	40
Post-employment benefits	10	10	9
Outros benefícios de longo prazo	2	7	7
Benefícios por cessação do vínculo laboral	32	3	0
Pagamento baseado em ações	2	22	12
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>68</b>

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018, a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2017 e a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2016.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2018, contam-se créditos e compromissos de 45 milhões de euros e depósitos de 34 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 48 milhões de euros e depósitos de 123 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respectivas famílias.

## Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

### Loans

em milhões de euros	2018	2017
<b>Créditos pendentes, início do ano</b>	<b>256</b>	<b>297</b>
Movimento em empréstimos durante o período <sup>1</sup>	(21)	(26)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(7)	(15)
<b>Créditos pendentes, fim do ano<sup>2</sup></b>	<b>228</b>	<b>256</b>
<b>Outras transações relacionadas com risco de crédito:</b>		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	3	9

<sup>1</sup> O impacto líquido de empréstimos emitidos e reembolsos de empréstimos durante o exercício é apresentado como "Movimento em empréstimos durante o período".

<sup>2</sup> O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 14 milhões de euros e de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

### Deposits

em milhões de euros	2018	2017
<b>Depósitos pendentes, início do ano</b>	<b>67</b>	<b>87</b>
Movimento em depósitos durante o período <sup>1</sup>	2	(15)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(0)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(0)	(4)
<b>Depósitos pendentes, fim do ano</b>	<b>68</b>	<b>67</b>

<sup>1</sup> O impacto líquido de depósitos recebidos e depósitos reembolsados durante o ano é apresentado como "Movimento em depósitos durante o período".

## Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e a 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Outras transações com partes relacionadas também contemplaram as seguintes:

TradeWeb Markets: No primeiro trimestre de 2018, o Grupo deixou de ter influência significativa sobre o investimento pelo método de equivalência patrimonial na TradeWeb Markets LLC e reconheceu um ganho de reavaliação de 84 milhões de euros igual à diferença entre o justo valor e o valor contabilístico do investimento.

## Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

### Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2018	2017
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	1	0
Other assets	0	0
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	24	25
Valor de mercado de derivativos com uma contraparte do Grupo	(692)	(737)
Valor nominal de derivativos com uma contraparte do Grupo	7 325	10 150

## 39 – Informações sobre subsidiárias

### Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 707 (2017: 845) entidades consolidadas, das quais 251 (2017: 305) entidades estruturadas consolidadas. 506 (2017: 612) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 201 (2017: 233) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

### Subsidiárias com participações minoritárias significativas

	31.12.2018	31.12.2017
<b>DWS Group GmbH &amp; Co. KGaA</b>		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51 %	0 %
Sede	A nível mundial	A nível mundial
em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	58	0
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1 355	0
Dividends paid to non-controlling interests	0	0
<b>Resumo das informações financeiras:</b>		
Total assets	10 694	11 226
Total liabilities	4 155	4 860
Total de receitas líquidas	2 259	2 509
Resultado líquido	391	634
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	589	604

### Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivativos OTC.

- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

#### Ativos restritos

em milhões de euros	31.12.2018		31.12.2017	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	176 022	188	210 481	772
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	573 344	48 320	636 970	58 210
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	N/D	49 397	9 915
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	51 182	4 375	N/D	N/D
Empréstimos pelo custo amortizado	400 297	76 573	401 699	71 971
Outros	147 293	1 991	176 186	13 594
<b>Total</b>	<b>1 348 137</b>	<b>131 447</b>	<b>1 474 732</b>	<b>154 462</b>

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 34,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017: 23,5 mil milhões de euros).

## 40 – Entidades estruturadas

### A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

## Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

### Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

### Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 3,0 mil milhões de euros e 7,2 mil milhões de euros, respetivamente.

## Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

### Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

### Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

### Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

### Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

### Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

### Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

### Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

### Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos extrapatrimoniais tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da IFRS 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos extrapatrimoniais era de 372 mil milhões de euros, 1311 mil milhões de euros e 17 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2017, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos extrapatrimoniais era de 327 mil milhões de euros, 1146 mil milhões de euros e 28 mil milhões de euros (valores de comparação ajustados), respetivamente.

## Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivativos quando a participação do Grupo é composta por derivativos.
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivativos quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivativos.
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

### Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31.12.2018

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Assets</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	14	0	28	43
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	508	8	1 397	1 913
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	461	461
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	342	4 578	5 956	77 166	88 041
Ativos detidos para negociação	244	3 480	4 567	9 297	17 587
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivativos)	98	571	122	6 516	7 308
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	526	1 266	61 353	63 145
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	286	240	832	1 358
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Empréstimos pelo custo amortizado	220	40 552	27 322	8 370	76 464
Other assets	5	519	216	10 464	11 203
<b>Total assets</b>	<b>568</b>	<b>46 456</b>	<b>33 741</b>	<b>98 719</b>	<b>179 483</b>
<b>Liabilities</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	102	56	3	15 482	15 644
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivativos)	102	56	3	15 482	15 644
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	6 596	6 596
<b>Total liabilities</b>	<b>102</b>	<b>56</b>	<b>3</b>	<b>22 078</b>	<b>22 240</b>
Exposições extrapatrimoniais	0	4 363	9 524	3 028	16 915
<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>50 762</b>	<b>43 261</b>	<b>79 668</b>	<b>174 158</b>
Dimensão da entidade estruturada	2 514	60 525	284 181	2 970 958	

	31.12.2017				
em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
<b>Assets</b>					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	63	0	0	270	333
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	105	229	18	1 827	2 178
Títulos obtidos por empréstimo	0	13	0	11 065	11 078
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	569	4 057	5 445	60 057	70 128
Ativos detidos para negociação	349	3 490	5 130	12 380	21 349
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	175	553	105	8 670	9 504
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	44	13	210	39 007	39 275
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	1 039	384	730	2 153
Empréstimos pelo custo amortizado	146	37 352	18 533	18 050	74 081
Other assets	50	192	173	21 087	21 502
<b>Total assets</b>	<b>934</b>	<b>42 882</b>	<b>24 552</b>	<b>113 085</b>	<b>181 453</b>
<b>Liabilities</b>					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	120	73	41	13 486	13 720
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	120	73	41	13 486	13 720
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	9 533	9 533
<b>Total liabilities</b>	<b>120</b>	<b>73</b>	<b>41</b>	<b>23 019</b>	<b>23 253</b>
Exposições extrapatrimoniais	0	10 079	9 256	8 377 <sup>1</sup>	27 712 <sup>1</sup>
<b>Total</b>	<b>814</b>	<b>52 888</b>	<b>33 767</b>	<b>98 443<sup>1</sup></b>	<b>185 912<sup>1</sup></b>
Dimensão da entidade estruturada	6 833	90 664	281 826	2 181 810	

<sup>1</sup> Os valores de comparação foram ajustados.

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, no valor de 17,6 mil milhões de euros e de 21,3 mil milhões de euros são principalmente compostos por 4,6 mil milhões de euros e 5,1 mil milhões de euros em titularizações e por 9,3 mil milhões de euros e 12,4 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 consistem num investimento de 76,5 mil milhões de euros e 74,1 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 no valor de 11,2 mil milhões de euros e de 21,5 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

## Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.



## As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi de (220) milhões de euros e 56 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes contabilísticos agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2018 de 4,1 mil milhões de euros para titularização e 2,4 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2017, existiam 2,1 mil milhões de euros para titularização e 26 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

## 41 – Ativos e passivos correntes e não correntes

### Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

#### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2018

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2018
Caixa e saldos do banco central	188 691	40	188 732
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 282	599	8 881
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	5 861	2 361	8 222
Títulos obtidos por empréstimo	3 396	0	3 396
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	536 367	36 977	573 344
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16 725	34 457	51 182
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/D	N/D	N/D
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	879	879
Empréstimos pelo custo amortizado	110 828	289 468	400 297
Títulos detidos até à maturidade	N/D	N/D	N/D
Bens e equipamentos	0	2 421	2 421
Goodwill and other intangible assets	0	9 141	9 141
Other assets	82 588	10 856	93 444
Ativos por impostos correntes	396	574	970
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>953 134</b>	<b>387 774</b>	<b>1 340 907</b>
Ativos por impostos diferidos			7 230
<b>Total assets</b>			<b>1 348 137</b>

### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2018

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2018
Deposits	531 700	32 705	564 405
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4 866	1	4 867
Títulos cedidos por empréstimo	3 359	0	3 359
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	410 409	5 271	415 680
Outros empréstimos a curto prazo	14 158	0	14 158
Other liabilities	115 511	2 002	117 513
Provisions	2 711	0	2 711
Passivos por impostos correntes	286	658	944
Dívida a longo prazo	47 317	104 766	152 083
Títulos fiduciários preferenciais	3 168	0	3 168
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos</b>	<b>1 133 485</b>	<b>145 403</b>	<b>1 278 887</b>
Passivos por impostos diferidos			512
<b>Total liabilities</b>			<b>1 279 400</b>

### Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2017

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2017
Caixa e saldos do banco central	225 537	118	225 655
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 681	585	9 265
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 216	755	9 971
Títulos obtidos por empréstimo	16 710	22	16 732
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	623 075	13 895	636 970
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 882	39 514	49 397
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	866	866
Loans	113 190	288 510	401 699
Títulos detidos até à maturidade	0	3 170	3 170
Bens e equipamentos	0	2 663	2 663
Goodwill and other intangible assets	0	8 839	8 839
Other assets	95 383	6 108	101 491
Ativos por impostos correntes	840	375	1 215
<b>Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos</b>	<b>1 102 514</b>	<b>365 419</b>	<b>1 467 933</b>
Ativos por impostos diferidos			6 799
<b>Total assets</b>			<b>1 474 732</b>

### Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2017

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2017
Deposits	550 987	30 886	581 873
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	17 591	515	18 105
Títulos cedidos por empréstimo	6 688	1	6 688
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	473 165	5 471	478 636
Outros empréstimos a curto prazo	18 411	0	18 411
Other liabilities	127 388	4 820	132 208
Provisions	4 158	0	4 158
Passivos por impostos correntes	366	635	1 001
Dívida a longo prazo	46 403	113 313	159 715
Títulos fiduciários preferenciais	4 825	666	5 491
<b>Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos</b>	<b>1 249 981</b>	<b>156 306</b>	<b>1 406 287</b>
Passivos por impostos diferidos			346
<b>Total liabilities</b>			<b>1 406 633</b>

## 42 – Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos nossos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos.

## 43 – Informação de capital regulamentar

### Definições gerais

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2018, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital *Tier 1* adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital *Tier 2* (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018, sendo que este limite desce 10% em cada exercício.

### Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2017 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2022. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2017 e a Assembleia-Geral Anual de 2018 (24 de maio de 2018), foram comprados 22,8 milhões de ações, dos quais 4,4 milhões de ações foram adquiridos através de opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,3 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2018.

A Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2023. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2018 e 31 de dezembro de 2018, foram adquiridos 9,3 milhões de ações. As ações compradas serão utilizadas no próximo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,2 milhões a 31 de dezembro de 2018.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2018, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são reconhecidos como capital Tier 1 adicional nas provisões transitórias do CRR/CRD IV, podendo ainda ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2018, tal resultou em 7,6 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 3,0 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). 3,0 mil milhões de euros dos instrumentos híbridos Tier 1 já existentes ainda podem ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded. Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV fully loaded ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, o banco reembolsou um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nominal de 2,0 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 1,6 mil milhões de euros e outro instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nominal de 1,0 mil milhões de dólares americanos e um valor equivalente elegível de 1,0 mil milhões de euros. O primeiro reembolso já foi desreconhecido como capital Tier 1 adicional regulamentar em 2017, com a data de entrada em vigor autorizada pelo BCE.

A 31 de dezembro de 2018, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 6,2 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2018, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor nominal bruto dos instrumentos de capital Tier 2 foi de 7,5 mil milhões de euros. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV ascendiam a 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 3,0 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição). Em 2018, o banco reembolsou um instrumento de capital Tier 2 com um valor nominal de 21,0 mil milhões JPY e um valor equivalente elegível de 0,1 mil milhões de euros e outro instrumento de capital Tier 2 com um valor nominal de 3,0 mil milhões JPY e um valor equivalente elegível de 0,0 mil milhões de euros. Estes reembolsos foram desreconhecidos como capital Tier 2 regulamentar em 2017, com a data de entrada em vigor autorizada pelo BCE.

## Requisitos de capital mínimos

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2018.

## Detalhes sobre capital regulamentar

### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31.12.2018 CRR/CRD IV <sup>1</sup>	31.12.2017 CRR/CRD IV
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas <sup>2</sup>	45 515	45 195
Retained earnings	16 297	17 977
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	382	660
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>3</sup>	0	(751)
Outros <sup>2</sup>	846	33
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>63 041</b>	<b>63 114</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 504)	(1 204)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(329)	(74)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 566)	(6 715)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2 758)	(2 403)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas <sup>4</sup>	(367)	(408)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(1 111)	(900)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(25)	(117)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro onde a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior a limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos advenientes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%) (montante negativo)	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>5</sup>	(895)	(485)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(15 555)</b>	<b>(12 306)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>47 486</b>	<b>50 808</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	3 009	3 904
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>7 685</b>	<b>8 579</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(80)	(26)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(1 730)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(80)</b>	<b>(1 756)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>7 604</b>	<b>6 823</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>55 091</b>	<b>57 631</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>6 202</b>	<b>6 384</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>61 292</b>	<b>64 016</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>350 432</b>	<b>343 316</b>
<b>Rácios de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	14,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,7	16,8
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,5	18,6

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as regras transitórias de CRR/CRD IV (ou "introdução progressiva") ao abrigo das quais os ajustamentos regulamentares de CET 1 foram integrados progressivamente alcançaram uma taxa de 100%, juntamente com a taxa de descontinuação progressiva de 100% das participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias.

<sup>2</sup> A nossa IPO à DWS levou a um contributo de 0,9 mil milhões de euros de capital CET 1, o qual é refletido em "Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas" no montante de 0,1 mil milhões de euros e participações minoritárias em "Outros", no valor de 0,8 mil milhões de euros.

<sup>3</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>4</sup> Com base no Artigo 159 CRR e nas recentes orientações fornecidas pela EBA (Q&A 2017\_3426) publicadas a 18 de janeiro de 2019, apenas serão utilizados os ajustamentos de valor adicionais do spread de créditos não realizados como ajustamentos de risco de crédito.

<sup>5</sup> Inclui 0,6 mil milhões de euros de dedução de capital, com efeitos a partir de janeiro de 2018, com base nas orientações da ECB e na sequência das diretrizes da EBA sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução e o Sistema de Garantia de Depósitos. Inclui adicionalmente uma dedução de capital de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank, com efeitos a partir de outubro de 2016, com base numa notificação da ECB em conformidade com os Artigos 16(1)(c) e 16(2)(d) do Regulamento (UE) N.º 1024/2013.

## Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	CRR/CRD IV	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Total do capital acionista por balanço contabilístico<sup>1</sup></b>	<b>62 495</b>	<b>63 174</b>
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(33)	(58)
Of which:		
Capital realizado adicional	(12)	(6)
Retained earnings	(150)	(228)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	130	176
<b>Total do capital acionista por balanço regulamentar</b>	<b>62 462</b>	<b>63 116</b>
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado) <sup>1</sup>	846	33
Acumulação para cupões de dividendos e AT <sup>2</sup>	(267)	0
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	(35)
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>63 041</b>	<b>63 114</b>
Ajustamentos de valor adicionais	(1 504)	(1 204)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(329)	(74)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	(144)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(8 566)	(6 715)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2 758)	(2 403)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(1 111)	(900)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	(1 287)	(866)
<b>Common Equity Tier 1 capital</b>	<b>47 486</b>	<b>50 808</b>

<sup>1</sup> A nossa IPO à DWS levou a um contributo de 0,9 mil milhões de euros de capital CET 1, o qual é refletido em "Total do capital acionista por balanço contabilístico" no montante de 0,1 mil milhões de euros, e "Participações minoritárias", no valor de 0,8 mil milhões de euros.

<sup>2</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

## Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, o qual foi estabelecido na primeira metade do ano de 2018, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier 1*, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos, o renminbi chinês e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

## Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo, o qual, na medida em que substituiu o Comité de risco do grupo enquanto órgão de decisão, aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. Na nossa medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

## 44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rendibilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

### Custos com colaboradores

em milhões de euros	2018	2017
<b>Custos com colaboradores:</b>		
Wages and salaries	9 828	10 108
Encargos de segurança social	1 986	2 145
dos quais: relacionados com pensões	681	749
<b>Total</b>	<b>11 814</b>	<b>12 253</b>

### Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2018 era de 95 566 (2017: 97 733) dos quais 41 967 (2017: 42 910) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 53 401 (2017: 54 214) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

### Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2018, uma remuneração no total de 52 181 136 euros (2017: 37 665 535 €). Dos quais, 25 711 111 euros (2017: 29 200 000 euros) se destinavam à remuneração fixa, 4 200 000 euros (2017: 550 000 euros) para provisões funcionais, 2 123 102 euros (2017: 2 053 520 €) para benefícios marginais e 20 146 923 € (2017: 5 862 015 €) para componentes relacionados com o desempenho.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivivos receberam 22 943 159 euros e 27 694 325 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017 e entraram em vigor em 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2018 uma remuneração total de 5 766 669 euros (2017: 5 150 000 euros), dos quais 4 676 041 euros serão pagos na primavera de 2019 (2018: 3 987 500 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivivos totalizavam 193 452 137 euros e 214 154 039 euros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 11 180 396 euros e a 12 337 886 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 33 425 239 euros e a 35 210 035 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 4 662 819 euros em 2018.



## Rendibilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rendibilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,02% e (0,05)% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

## Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

## Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

### Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2018	2017
Honorários de Auditoria	60	51
dos quais à KPMG AG	33	23
Honorários relacionados com auditoria	12	18
dos quais à KPMG AG	5	13
Honorários por serviços de consultoria fiscal	5	4
dos quais à KPMG AG	2	2
Todas as outras comissões	1	0
dos quais à KPMG AG	1	0
<b>Total de taxas</b>	<b>78</b>	<b>73</b>

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria de 2017 do Postbank e respetivas subsidiárias, pois os dados financeiros de 2017 destas entidades não são auditados pela KPMG. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

## 45 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países e consistem essencialmente em dividendos pagos.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 47 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes do imposto sobre o rendimento	Despesas/receit as com imposto sobre o rendimento
Argentina	0	0	0	0
Australia	300	434	45	(9)
Austria	12	86	(15)	(1)
Barbados	0	0	(0)	0
Belgium	178	638	2	3
Brazil	49	143	9	(10)
Canada	13	12	20	(6)
Cayman Islands	12	10	(2)	(0)
Chile	1	0	1	(0)
China	205	487	105	(26)
Colômbia	0	0	0	0
Czech Republic	14	42	7	(2)
França	59	211	19	(10)
Alemanha	11 194	41 674	2 408	(374)
Grã-Bretanha	3 982	7 990	(872)	(56)
Grécia	0	9	(0)	(0)
Guernsey	6	8	4	(0)
Hong Kong	693	1 185	49	6
Hungary	14	58	2	(1)
India	560	12 222	363	(164)
Indonesia	117	246	62	(20)
Irlanda	27	478	(3)	(2)
Israel	2	12	0	0
Itália	707	3 645	(232)	(0)
Japan	376	568	70	(53)
Jersey	15	52	(15)	(0)
Letónia	1	0	0	0
Luxemburgo	1 160	507	739	(140)
Malaysia	92	209	58	(14)
Malta	172	0	171	(0)
Maurícia	24	9	19	(3)
Mexico	16	46	(8)	(22)
Netherlands	253	668	83	0
New Zealand	0	0	0	0
Paquistão	13	66	4	(1)
Peru	0	0	0	0
Filipinas	27	1 775	8	(5)
Poland	235	526	(25)	(5)
Portugal	18	374	(50)	(5)
Catar	(0)	3	1	(0)
Romania	(0)	703	5	(1)
Federação da Rússia	54	1 321	25	(6)
Arábia Saudita	16	65	(12)	3
Singapura	520	1 950	(98)	20
Eslováquia	(0)	0	(5)	0
África do Sul	46	60	(16)	0
South Korea	114	234	35	(8)
Spain	509	2 339	39	(14)
Sri Lanca	16	66	5	(3)
Sweden	1	27	4	(1)
Switzerland	270	652	14	(4)
Taiwan	48	167	14	(1)
Tailândia	39	117	5	(3)
Turkey	49	114	28	(7)
Emirados Árabes Unidos	14	180	(2)	(0)
Ucrânia	5	32	2	(0)
Uruguai	0	0	0	0
EUA	5 266	9 253	460	(22)
Venezuela	0	0	0	0
Vietname	21	63	11	(2)

## 46 – Participações acionistas

- 364 Subsidiárias
- 372 Entidades estruturadas consolidadas
- 376 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
- 378 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
- 382 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código Comercial alemão (“HGB”), bem como das Orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Modelo UE LI3).

### Notas de rodapé:

- 1 Entidade plenamente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
- 2 Entidade não consolidada nem deduzida nos termos do âmbito regulamentar.
- 3 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 4 Entidade ao abrigo do âmbito regulamentar deduzida a partir de fundos próprios nos termos dos artigos 36.º e 48.º do CRR.
- 5 Controlada.
- 6 Parceria limitada.
- 7 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 8 Parceria geral.
- 9 Não controlada.
- 10 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 11 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 12 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 13 Fundos próprios preliminares no valor de 7 085,8 milhões de euros/Resultado no valor de 4,6 milhões de euros (Exercício de 2018).
- 14 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 15 Fundos próprios preliminares no valor de 7970,5 milhões de euros/Resultado no valor de 63,9 milhões de euros (Exercício de 2018).
- 17 Fundos próprios no valor de 74,1 milhões de euros/Resultado no valor de 7,7 milhões de euros (Exercício de 2017).
- 18 Entidade proporcionalmente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.  
Fundos próprios preliminares no valor de 0,005 milhões de euros/Resultado no valor de 2,0 milhões de euros (Exercício de 2018).  
Fundos próprios preliminares no valor de 13,6 milhões de euros/Resultado no valor de 22,1 milhões de euros (Exercício de 2018).

## Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main	1	Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
3	ABS MB Ltd.	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
4	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
5	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
6	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
7	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
8	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim	2	Outra empresa	100,0
9	Ambidexter GmbH	Frankfurt	1	Instituição de pagamento	100,0
10	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
11	Baincor Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
12	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
13	Baldur Mortgages Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
14	Bankers Trust Investments Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
15	Barkly Investments Ltd.	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
16	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati	1	Instituição financeira	100,0
17	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
18	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel	1	Instituição financeira	100,0
19	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel	1	Instituição de crédito	100,0
20	BHW Holding GmbH	Hamel	1	Empresa de participação financeira	100,0
21	BHW Kreditservice GmbH	Hamel	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
22	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
23	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
24	Blue Cork, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
25	BNA Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
26	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo	2	Outra empresa	100,0
27	BT Globenet Nominees Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
28	BTAS Cayman GP	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
29	BTD Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
30	Cape Acquisition Corp.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
31	CapeSuccess Inc.	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
32	CapeSuccess LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	82,6
33	Cardales UK Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
34	Career Blazers LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
35	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
36	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.	2	Outra empresa	100,0
37	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany	4	Instituição financeira	100,0
38	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
39	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim	2	Outra empresa	100,0
40	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène	1	Instituição financeira	100,0
41	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène	1	Instituição financeira	67,6
42	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
43	Centennial River 2 Inc.	Austin	2	Outra empresa	100,0
44	Centennial River Corporation	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
45	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
46	China Recovery Fund, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	85,0
47	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	10,0
48	Consumo S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0
49	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
50	D B Investments (GB) Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
51	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
52	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
53	DAHOC (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
54	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
55	DB (Barbados) SRL	Christ Church	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
56	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
57	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
58	DB (Pacific) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
59	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
60	DB Abalone LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
61	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
62	DB Alps Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
63	DB Aotearoa Investments Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
64	DB Asia Pacific Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	George Town	1	Instituição financeira	100,0
65	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
66	DB Boracay LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
67	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
68	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0
69	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
70	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
71	DB Chestnut Holdings Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
72	DB Commodity Services LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
73	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
74	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	1	Instituição financeira	100,0
75	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
76	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
77	DB Elara LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
78	DB Energy Commodities Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
79	DB Energy Trading LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
80	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
81	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova lorque	1	Instituição financeira	100,0
82	DB Equity Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
83	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
84	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
85	DB Global Technology SRL	Bucareste	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
86	DB Global Technology, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
87	DB Group Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
88	DB Holdings (New York), Inc.	Nova lorque	1	Instituição financeira	100,0
89	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
90	DB HR Solutions GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
91	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
92	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	1, 3	Instituição financeira	100,0
93	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen	1	Instituição financeira	100,0
94	DB Intermezzo LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
95	DB International (Asia) Limited	Singapura	1	Instituição de crédito	100,0
96	DB International Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
97	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura	2	Outra empresa	100,0
98	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
99	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
100	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
101	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
102	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
103	DB Io LP	Wilmington	1, 3	Instituição financeira	100,0
104	DB IROC Leasing Corp.	Nova lorque	1	Instituição financeira	100,0
105	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
106	DB Management Support GmbH	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
107	DB Managers, LLC	West Trenton	1	Empresa de investimento	100,0
108	DB Nexus American Investments (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
109	DB Nexus Investments (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
110	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
111	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura	2	Outra empresa	100,0
112	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
113	DB Omega Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
114	DB Omega Ltd.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
115	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
116	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	99,9
117	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
118	DB Overseas Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
119	DB Portfolio Southwest, Inc.	Dallas	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
120	DB Print GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
121	DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
122	DB Private Clients Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
123	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova lorque	1	Instituição financeira	100,0
124	DB Re S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de resseguros	100,0
125	DB Service Centre Limited	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
126	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo	1	Instituição financeira	100,0
127	DB Services Americas, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
128	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
129	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
130	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
131	DB Structured Products, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
132	DB Trustee Services Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
133	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
134	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
135	DB UK Bank Limited	Londres	1	Instituição de crédito	100,0
136	DB UK Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
137	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
138	DB USA Core Corporation	West Trenton	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
139	DB USA Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
140	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
141	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
142	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
143	DB Vita S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de seguros	75,0
144	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
145	DBAH Capital, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
146	DBCIBZ1	George Town	1	Instituição financeira	100,0
147	DBCIBZ2	George Town	1	Instituição financeira	100,0
148	DBFIC, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
149	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
150	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
151	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
152	DBR Investments Co. Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
153	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
154	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
155	DBRMSGP1	George Town	1	Instituição financeira	100,0
156	DBUK PCAM Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
157	DBUKH No. 2 Limited	Londres	1, 5	Instituição financeira	0,0
158	DBUSBZ1, LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
159	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
160	DBX Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
161	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
162	DBÖ Vermögensverwertung GmbH	Viena	2	Outra empresa	100,0
163	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
164	DeAM Infrastructure Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	4	Instituição financeira	100,0
165	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
166	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
167	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	1	Instituição financeira	100,0
168	DEUFAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
169	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
170	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
171	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
172	Deutsche (Mauritius) Limited	Port Louis	2	Outra empresa	100,0
173	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
174	Deutsche Access Investments Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
175	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania	2	Outra empresa	80,0
176	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
177	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris	2	Outra empresa	100,0
178	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
179	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura	1	Empresa de participação financeira	100,0
180	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
181	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
182	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
183	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
184	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
185	Deutsche Australia Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
186	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town	1	Instituição de crédito	100,0
187	Deutsche Bank (Chile)	Santiago	2	Outra empresa	100,0
188	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim	1	Instituição de crédito	100,0
189	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur	1	Instituição de crédito	100,0
190	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra	1	Instituição de crédito	100,0
191	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo	1	Instituição de crédito	100,0
192	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul	1	Instituição de crédito	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
193	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
194	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
195	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
196	Deutsche Bank Financial Company	George Town	1	Instituição financeira	100,0
197	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
198	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Lutherville-Timonium	2	Outra empresa	100,0
199	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
200	Deutsche Bank International Limited	St. Helier	1	Instituição de crédito	100,0
201	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro	2	Outra empresa	100,0
202	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo	1	Instituição de crédito	100,0
203	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0
204	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México	1	Instituição de crédito	100,0
205	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles	1	Instituição financeira	100,0
206	Deutsche Bank Nominees (Guernsey) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Porto de S.Pedro	2	Outra empresa	100,0
207	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
208	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia	1	Instituição de crédito	100,0
209	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
210	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo	1	Instituição de crédito	100,0
211	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
212	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto	1	Empresa de investimento	100,0
213	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
214	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão	1	Instituição de crédito	99,9
215	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque	1	Instituição de crédito	100,0
216	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington	1	Instituição de crédito	100,0
217	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
218	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque	1	Empresa de participação financeira	100,0
219	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid	1	Instituição de crédito	99,8
220	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
221	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Instituição financeira	100,0
222	Deutsche Capital Management Limited	Dublin	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
223	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
224	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
225	Deutsche Cayman Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
226	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
227	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão	4	Instituição financeira	100,0
228	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
229	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai	1	Firma de transação de títulos	100,0
230	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
231	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
232	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
233	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
234	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
235	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
236	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf	4	Instituição financeira	100,0
237	Deutsche Global Markets Limited	Telavive	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
238	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
239	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
240	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn	4	Instituição financeira	100,0
241	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	Outra empresa	99,8
242	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
243	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
244	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Valeta	1	Empresa de participação financeira	100,0
245	Deutsche Holdings Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
246	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
247	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
248	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
249	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
250	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai	1	Empresa de participação financeira	100,0
251	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
252	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
253	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
254	Deutsche Inversiones Dos S.A. (en Liquidación)	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
255	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
256	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão	1	Instituição financeira	100,0
257	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
258	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
259	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
260	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
261	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires	1	Instituição financeira	100,0
262	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
263	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
264	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	1	Instituição financeira	100,0
265	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
266	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
267	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
268	Deutsche New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
269	Deutsche Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
270	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn	1	Empresa de investimento	100,0
271	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
272	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
273	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
274	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli	1	Firma de transação de títulos	100,0
275	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Empresa de investimento	100,0
276	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
277	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
278	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
279	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
280	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive	1	Instituição financeira	100,0
281	Deutsche Securities Korea Co.	Seul	1	Empresa de investimento	100,0
282	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène	1	Firma de transação de títulos	100,0
283	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul	1	Firma de transação de títulos	100,0
284	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires	1	Firma de transação de títulos	100,0
285	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anônima fechada conjunta)	Riade	1	Empresa de investimento	100,0
286	Deutsche Securities SpA	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
287	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas	1	Instituição financeira	100,0
288	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México	1	Empresa de investimento	100,0
289	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
290	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
291	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
292	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio	2	Outra empresa	100,0
293	Deutsche Trustee Company Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
294	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
295	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
296	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	78,0
297	DG China Clean Tech Partners	Tianjin	3, 4, 5, 6	Instituição financeira	49,9
298	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
299	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	2	Outra empresa	100,0
300	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
301	DNU Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
302	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
303	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
304	DTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
305	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
306	DWS Alternatives Global Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
307	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
308	DWS Beteiligungsgesellschaft GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,1
309	DWS CH AG	Zurique	1	Empresa de investimento	100,0
310	DWS Distributors, Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
311	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei	1	Firma de transação de títulos	60,0
312	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	1, 3	Empresa de participação financeira	79,5
313	DWS Group Services UK Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
314	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	99,9
315	DWS International GmbH	Frankfurt	1	Empresa de investimento	100,0
316	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
317	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
318	DWS Investments Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
319	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
320	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai	1	Empresa de investimento	100,0
321	DWS Investments Singapore Limited	Singapura	1	Empresa de investimento	100,0
322	DWS Investments UK Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
323	DWS Management GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0



N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
324	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,9
325	DWS Service Company	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
326	DWS Trust Company	Salem	1	Empresa de investimento	100,0
327	DWS USA Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
328	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo	2	Outra empresa	65,2
329	Elba Finance GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
330	Elizabethan Holdings Limited	George Town	4	Instituição financeira	100,0
331	Elizabethan Management Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
332	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres	1	Instituição financeira	100,0
333	Exinor SA (opening faillissement)	Bastogne	2	Outra empresa	100,0
334	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
335	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão	2	Outra empresa	100,0
336	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
337	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
338	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg	2	Outra empresa	74,9
339	G Finance Holding Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
340	G918 Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
341	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
342	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
343	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
344	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2, 3	Outra empresa	94,9
345	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
346	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	36,1
347	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Berlim	2, 3	Outra empresa	64,7
348	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Instituição financeira	100,0
349	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
350	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	50,0
351	Immobilienfonds Mietwohnhäuser Quadrath-Ichendorf GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
352	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
353	IOS Finance EFC, S.A.	Madrid	1	Instituição financeira	55,3
354	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
355	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
356	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo	2	Outra empresa	100,0
357	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev	1	Instituição de crédito	100,0
358	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
359	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
360	Kidson Pte Ltd	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
361	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
362	Kradavim UK Lease Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
363	LA Water Holdings Limited	George Town	1	Instituição financeira	75,0
364	LAWL Pte. Ltd.	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
365	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
366	Leonardo III Initial GP Limited	Londres	4	Instituição financeira	100,0
367	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
368	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
369	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington	4	Empresa de resseguros	100,0
370	MIT Holdings, Inc.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
371	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
372	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
373	Navegador - SGFTC, S.A.	Lisboa	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
374	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
375	norisbank GmbH	Bona	1	Instituição de crédito	100,0
376	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
377	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo	1	Instituição de crédito	100,0
378	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company (em dissolução)	Dublin	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
379	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
380	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
381	OPB-Holding GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
382	OPB-Nona GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
383	OPB-Oktava GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
384	OPB-Quarta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
385	OPB-Quinta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
386	OPB-Septima GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
387	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
388	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia	1, 3	Instituição financeira	100,0
389	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
390	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
391	OPS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
392	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	2	Outra empresa	100,0
393	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
394	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
395	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
396	PB Factoring GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
397	PB Firmenkunden AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
398	PB International S.A.	Schuettringen	1	Instituição financeira	100,0
399	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	98,1
400	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
401	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
402	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	100,0
403	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel	2	Outra empresa	100,0
404	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
405	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
406	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	Instituição financeira	100,0
407	Postbank Finanzberatung AG	Hamel	2	Outra empresa	100,0
408	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	2	Outra empresa	100,0
409	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
410	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	90,0
411	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
412	Postbank Service GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
413	Postbank Systems AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
414	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta	1	Empresa de investimento	99,0
415	PT. Deutsche Verdhana Sekuritas Indonesia	Jakarta	4, 5	Empresa de investimento	40,0
416	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
417	REO Properties Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
418	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
419	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
420	RREEF America L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
421	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
422	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
423	RREEF Fund Holding Co.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
424	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
425	RREEF Management L.L.C.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
426	RTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
427	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel	4	Instituição financeira	100,0
428	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
429	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
430	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia	1, 3	Instituição de crédito	100,0
431	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
432	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
433	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
434	Sechste Salomon Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	1, 5	Instituição financeira	0,0
435	Service Company Four Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
436	Sharps SP I LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
437	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
438	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
439	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
440	Tempurrite Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
441	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangucoque	1	Instituição financeira	100,0
442	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
443	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
444	Triplereason Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
445	UKE Beteiligungs-GmbH	Troisdorf	2, 5	Instituição financeira	0,0
446	UKE Grundstücksgesellschaft mbH	Troisdorf	1, 5	Instituição financeira	0,0
447	UKE, s.r.o.	Belá	2	Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
448	Ullmann - Esch Grundstücksgesellschaft Kirchnerstraße GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
449	Ullmann - Esch Grundstücksverwaltungsgesellschaft Disternich GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
450	Ullmann Ullmann Krockow Krockow Esch GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	0,0
451	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
452	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	Instituição de pagamento	100,0
453	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan	4	Instituição financeira	100,0
454	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
455	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
456	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

## Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
457	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
458	Alixville Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
459	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
460	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amsterdão	2, 7	Instituição financeira	
461	Atena SPV S.r.l	Conegliano	1	Instituição financeira	60,0
462	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
463	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
464	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
465	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
466	Atlas Portfolio Select SPC	George Town	4	Instituição financeira	0,1
467	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
468	Australian Corporate Bond Trust	Sydney	2, 7	Outra empresa	
469	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	2, 7	Outra empresa	
470	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga	2	Instituição financeira	
471	Cape Hatteras Marine Inc.	Road Town	2	Outra empresa	
472	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan	2	Outra empresa	
473	Cathay Capital Company Limited	Ebène	4	Instituição financeira	9,5
474	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong	2	Instituição financeira	
475	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town	2	Instituição financeira	
476	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
477	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
478	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
479	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
480	Chartley World Inc.	Road Town	2	Outra empresa	
481	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
482	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
483	City Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
484	CLASS Limited	St. Helier	2, 7	Outra empresa	
485	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town	2	Instituição financeira	
486	Crofton Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
487	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
488	Dariconic Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
489	DB Apex Management Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
490	DB Aster II, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
491	DB Aster III, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
492	DB Aster, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
493	DB Aster, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
494	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	90,0
495	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
496	DB Finance International GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
497	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town	4	Instituição financeira	100,0
498	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
499	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt	1	Instituição financeira	74,0
500	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt	2	Outra empresa	0,2
501	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
502	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
503	DB Litigation Fee LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
504	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
505	DB PWM	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
506	DB PWM II - LiquidAlts UCITS (Euro)	Luxemburgo	4	Outra empresa	15,7
507	DB RC Holdings, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
508	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto	4	Instituição financeira	100,0
509	DB Safe Harbour Investment Projects Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
510	DB SPEARs/LIFERs Trust	Wilmington	4, 7	Empresa de serviços auxiliares	0,0
511	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
512	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
513	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
514	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
515	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
516	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
517	dbInvestor Solutions 2 Public Limited Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
518	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
519	DBRMS4	George Town	1, 3, 8	Instituição financeira	100,0
520	DBX ETF Trust	Wilmington	2, 7	Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
521	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim	2	Instituição financeira	
522	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt	2	Outra empresa	
523	Deloraine Spain SL	Madrid	2	Instituição financeira	
524	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 80	Luxemburgo	2	Outra empresa	
525	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
526	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
527	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
528	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
529	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
530	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
531	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
532	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
533	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
534	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7004 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	5,0
535	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7006 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	14,3
536	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7007 Trust	George Town	4, 9	Empresa de serviços auxiliares	100,0
537	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8002 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	14,2
538	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá	1	Firma de transação de títulos	100,0
539	Deutsche DWS Income Trust - DWS Short Duration High Income Fund	Boston	2	Outra empresa	100,0
540	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
541	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
542	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
543	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
544	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
545	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
546	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
547	Deutsche Strategic	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
548	DWS Access S.A.	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
549	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo	2	Outra empresa	
550	DWS Invest	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
551	DWS World Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
552	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo	2	Outra empresa	
553	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington	2	Instituição financeira	
554	Earls Four Limited	George Town	2, 7	Outra empresa	
555	EARLS Trading Limited	George Town	2	Instituição financeira	
556	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG i.l.	Colônia	2	Outra empresa	
557	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
558	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
559	Elmo Funding GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
560	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
561	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
562	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	2, 7	Outra empresa	
563	Emeris	George Town	2	Firma de transação de títulos	
564	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
565	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
566	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
567	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
568	European Strategic Real Estate Fund ICAV	Dublin	2	Outra empresa	
569	Fondo Privado de Titulizacion Activos Reales 1 B.V.	Amsterdão	2	Outra empresa	
570	Fondo Privado de Titulización PYMES I Limited	Dublin	2	Instituição financeira	
571	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
572	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
573	GAC-HEL, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
574	Gladyr Spain, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
575	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
576	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
577	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington	2	Instituição financeira	
578	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town	2	Instituição financeira	
579	Groton Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
580	GWC-GAC Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
581	Hamildak Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
582	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
583	Iberia Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
584	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
585	India Debt Opportunities Fund	Mumbai	2	Empresa de serviços auxiliares	
586	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town	2	Instituição financeira	
587	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
588	Investor Solutions Limited	St. Helier	2, 7	Outra empresa	
589	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
590	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier	2	Empresa de serviços auxiliares	
591	Kelona Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
592	Kelsey Street LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
593	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
594	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	96,1
595	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	97,0
596	Kratu Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
597	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town	2	Firma de transação de títulos	
598	Ledyard, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
599	Lenthorp Financial Corp.	Road Town	2	Outra empresa	
600	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
601	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	70,0
602	87 Leonard Development LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
603	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
604	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Alternate GP of GP), LP	Wilmington	2	Instituição financeira	
605	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (GP) Limited	George Town	2	Instituição financeira	
606	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Limited Partner) Limited	George Town	2	Instituição financeira	
607	Jerma Investments 2018, Sociedad Limitada	Madrid	2	Instituição financeira	
608	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
609	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
610	Lockwood Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
611	London Industrial Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
612	Lupus alpha Low Beta Risk-Premium	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
613	Macondo Spain SL	Madrid	2	Outra empresa	100,0
614	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
615	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier	2	Firma de transação de títulos	
616	Merlin I	George Town	2	Firma de transação de títulos	
617	Merlin XI	George Town	2	Firma de transação de títulos	
618	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
619	Micro-E Finance S.r.l.	Roma	2	Instituição financeira	
620	Midsel Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	Outra empresa	100,0
621	Moon Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
622	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	1, 3	Instituição financeira	100,0
623	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
624	Natureza Marítima SA	Cidade do Panamá	2	Outra empresa	
625	NCW Holding Inc.	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
626	New 87 Leonard, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
627	Nineco Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
628	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1, 5	Instituição financeira	0,0
629	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
630	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
631	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia	2	Instituição financeira	
632	Oran Limited	George Town	2	Instituição financeira	
633	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
634	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
635	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	2, 7	Instituição financeira	
636	PARTS Funding, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
637	PD Germany Funding Company II, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
638	PD Germany Funding Company V, Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	
639	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo	4	Instituição financeira	0,7
640	Peruda Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
641	PERUS 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
642	PES Carry and Employee Co-Investment Feeder SCSp	Munsbach	4	Instituição financeira	1,3
643	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati	1	Instituição financeira	95,0
644	Pinehurst Securities SA	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
645	Primus Solutions ICAV	Dublin	2	Outra empresa	
646	Private Equity Solutions SCSp	Munsbach	1	Instituição financeira	99,1
647	Quantum 13 LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
648	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	1, 5	Instituição financeira	0,0
649	Ratray Business Inc.	Road Town	2	Outra empresa	
650	Reference Capital Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
651	REO Properties Corporation II	Wilmington	1, 5	Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
652	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto	2	Instituição financeira	
653	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
654	Riviera Real Estate	Paris	2	Outra empresa	100,0
655	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
656	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
657	SABRE Securitisation Limited	Sydney	2	Outra empresa	
658	Samburg Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
659	SCB Al্পspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
660	Sebbon Holdings Corp.	Road Town	2	Outra empresa	
661	Select Access Investments Limited	Sydney	2, 7	Outra empresa	
662	SHINSEI Trust TBI (PJ Skytree)	Tóquio	2	Outra empresa	
663	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
664	Sixco Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
665	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
666	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano	2	Outra empresa	100,0
667	SP Mortgage Trust	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
668	Strategic Global Opportunities Limited - Class A Main USD	Nassau	2	Instituição financeira	
669	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
670	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
671	Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	1	Instituição financeira	100,0
672	The Canary Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
673	The Emperor Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
674	The India Debt Opportunities Fund Limited	Ebène	2	Empresa de serviços auxiliares	
675	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
676	TRS Aria LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
677	TRS Birch II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
678	TRS Birch LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
679	TRS Cypress II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
680	TRS Elm II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
681	TRS Leda LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
682	TRS Maple II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
683	TRS Oak II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
684	TRS Oak LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
685	TRS Poplar II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
686	TRS Scorpio LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
687	TRS Spruce II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
688	TRS SVCO LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
689	TRS Sycamore II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
690	TRS Tupelo II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
691	TRS Venor LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
692	TRS Walnut II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
693	TRS Walnut LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
694	Vanguard MSCI International Small Companies Index ETF	Melbourne	2	Outra empresa	58,8
695	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	2, 9	Outra empresa	95,0
696	Vermögensfondmandat Flexible (80% teilgeschützt)	Luxemburgo	2	Outra empresa	
697	Wedverville Spain, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
698	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
699	Wibaux Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
700	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	2, 7	Outra empresa	0,4
701	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
702	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
703	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,1
704	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
705	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,2
706	Zumirez Drive LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
707	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0

## Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
708	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
709	Argantis GmbH i.L.	Colônia		Instituição financeira	50,0
710	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Instituição financeira	49,8
711	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
712	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
713	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	9	Instituição financeira	99,9
714	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
715	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Firma de transação de títulos	49,9
716	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	10	Outra empresa	0,0
717	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		Instituição financeira	34,3
718	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		Instituição financeira	25,9
719	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
720	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição financeira	29,1
721	Deutsche Regis Partners, Inc.	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
722	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Bangueroque		Firma de transação de títulos	49,0
723	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
724	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
725	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
726	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
727	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	21,2
728	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
729	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
730	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
731	EVROENERGIAMI S.A.	Atenas		Outra empresa	40,0
732	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
733	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
734	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
735	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		Instituição financeira	50,0
736	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Instituição financeira	36,7
737	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
738	Gordian Knot Limited	Londres		Outra empresa	24,7
739	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Berlim	3	Outra empresa	15,6
740	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	3,4
741	Grundstücksgesellschaft Köln Messe 15-18 GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,5
742	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
743	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
744	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	44,9
745	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
746	Grundstücksgesellschaft Schillingsrotter Weg GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
747	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Empresa de investimento	30,0
748	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
749	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
750	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,0
751	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	3	Outra empresa	7,0
752	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	7,7
753	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	9,7
754	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
755	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	21,1
756	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	22,9
757	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	30,1
758	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
759	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	9	Outra empresa	96,7
760	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
761	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
762	Prestipay S.p.A.	Udine		Instituição financeira	40,0
763	Private Equity Gesellschaft bürgerlichen Rechts	Colônia	3, 10	Instituição financeira	0,0
764	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
765	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
766	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0



N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
767	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
768	Robuterra AG	Zurique	10	Instituição financeira	0,0
769	Sakaras Holding Limited (em dissolução)	Naxxar	10	Instituição financeira	0,0
770	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
771	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
772	Strategic Fintech Investments S.A.	Luxemburgo		Instituição financeira	8,6
773	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	45,0
774	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		Instituição financeira	33,1
775	E.U.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	9	Instituição financeira	99,9
776	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
777	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
778	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	3, 10	Outra empresa	0,0
779	Volbroker.com Limited	Londres		Instituição financeira	22,5
780	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
781	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
782	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Empresa de investimento	33,3
783	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
784	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0
785	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

## Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
786	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
787	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
788	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
789	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
790	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
791	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
792	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
793	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
794	Adara S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
795	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
796	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
797	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
798	Agema S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
799	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
800	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
801	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
802	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
803	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
804	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
805	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
806	Asia Core Real Estate Fund SCA SICAV-RAIF	Luxemburgo	11	Outra empresa	24,0
807	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
808	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
809	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
810	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
811	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	11	Instituição financeira	50,0
812	Benefit Trust GmbH	Luetzen	1, 12, 13	Instituição financeira	100,0
813	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
814	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	33,2
815	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	32,0
816	BrisConnections Holding Trust	Kedron	14	Outra empresa	35,6
817	BrisConnections Investment Trust	Kedron	14	Outra empresa	35,6
818	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	12, 15	Outra empresa	95,6
819	DB Placement, LLC	Wilmington	9, 11	Outra empresa	100,0
820	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	9, 11	Instituição financeira	99,9
821	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	11	Instituição financeira	49,0
822	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
823	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
824	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
825	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
826	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
827	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
828	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
829	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres	14	Outra empresa	33,3
830	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	11	Instituição financeira	50,0
831	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
832	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
833	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
834	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
835	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
836	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Tegernsee	14	Outra empresa	26,6
837	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Tegernsee	14	Outra empresa	21,3
838	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald	12	Outra empresa	100,0
839	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	14	Outra empresa	24,3
840	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	11	Instituição financeira	20,5
841	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	11	Outra empresa	49,0
842	IOG Denali Upton, LLC	Dover	14	Outra empresa	23,0
843	IOG NOD I, LLC	Dover	14	Outra empresa	22,5
844	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
845	Kinneil Leasing Company	Londres	3, 11	Instituição financeira	35,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
846	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	9, 14, 16, 17	Instituição financeira	77,1
847	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	11	Instituição financeira	49,7
848	MCT Súdáfrika 3 GmbH & Co. KG i.l.	Hamburgo	14	Outra empresa	38,4
849	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	40,0
850	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	32,2
851	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	30,1
852	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	30,1
853	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	35,3
854	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	14	Outra empresa	34,5
855	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
856	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
857	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
858	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
859	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
860	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
861	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	3, 5, 12	Instituição financeira	27,7
862	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
863	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
864	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
865	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.l.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
866	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
867	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
868	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
869	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
870	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
871	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
872	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
873	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
874	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
875	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
876	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
877	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
878	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
879	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
880	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
881	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
882	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
883	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
884	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
885	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
886	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
887	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
888	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
889	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
890	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
891	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
892	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
893	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
894	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
895	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	12	Instituição financeira	58,5
896	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
897	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
898	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
899	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
900	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
901	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
902	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
903	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	33,2
904	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
905	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf	12, 18	Instituição financeira	71,1
906	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
907	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
908	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
909	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
910	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
911	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
912	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
913	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
914	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
915	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf	12	Outra empresa	94,7
916	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	9, 11	Instituição financeira	100,0
917	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
918	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
919	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
920	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
921	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
922	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
923	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
924	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf	1, 12	Instituição financeira	83,8
925	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
926	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
927	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
928	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
929	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
930	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	11	Outra empresa	30,5
931	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
932	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
933	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
934	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
935	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Outra empresa	100,0
936	SPLENDÖR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
937	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
938	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
939	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	12	Instituição financeira	100,0
940	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
941	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
942	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
943	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
944	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
945	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
946	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
947	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
948	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
949	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
950	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
951	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
952	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
953	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
954	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
955	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
956	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	1, 12, 19	Instituição financeira	100,0
957	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	1, 12	Instituição financeira	100,0
958	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
959	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	11	Instituição financeira	25,0
960	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
961	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
962	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	11	Instituição financeira	50,0
963	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
964	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
965	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	12	Instituição financeira	100,0
966	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
967	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
968	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
969	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
970	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	95,0
971	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
972	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
973	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
974	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
975	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
976	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH i.L.	Darmstadt	11	Instituição financeira	50,0
977	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
978	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
979	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
980	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
981	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
982	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
983	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
984	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0
985	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
986	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
987	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
988	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
989	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
990	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
991	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
992	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
993	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
994	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
995	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	50,0
996	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
997	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
998	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
999	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	50,0
1000	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1001	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1002	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	50,0
1003	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	25,0

## Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1004	ABRAAJ Holdings (em dissolução provisória)	George Town		Instituição financeira	8,8
1005	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição financeira	5,6
1006	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
1007	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
1008	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
1009	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
1010	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
1011	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
1012	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
1013	China Polymetallic Mining Limited	George Town		Outra empresa	5,7
1014	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
1015	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
1016	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
1017	PT Trikonsel OKE Tbk	Jacarta		Outra empresa	12,0
1018	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	11,8
1019	Silver Creek Low Vol Strategies, Ltd.	George Town		Firma de transação de títulos	10,5
1020	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Empresa de investimento	7,1

# Confirmações

## Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

## Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo

### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respetivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2018 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB [Handelsgesetzbuch – Código Comercial alemão] e, em conformidade com estes requisitos, dar uma imagem fiel dos ativos, passivos e da posição financeira do Grupo da 31 de dezembro de 2018 e do respetivo desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

### Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com a secção 317 do HGB e com o Regulamento n.º 537/2014 da UE relativo a auditorias (doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo" do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

### Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Questões de auditoria essenciais são as questões que, na nossa opinião profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

## Dados não observáveis utilizadas para a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3

No que se refere às principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas (secções "Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral"). Para informações sobre instrumentos financeiros de nível 3, consultar a Nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas.

### O risco de demonstração financeira

Instrumentos financeiros de nível 3 consistem em ativos e passivos financeiros. À data de comunicação de informações, o Grupo relata ativos financeiros detidos ao justo valor de nível 3 no valor de 24,6 mil milhões de euros, representando 3,9% dos ativos financeiros ao justo valor e 1,8% do total do ativo. Os passivos financeiros de nível 3 ascendem a 7,7 mil milhões de euros, representando 1,7% dos passivos financeiros ao justo valor e 0,5% do total do passivo, respetivamente.

Por definição, os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Os justos valores devem, por isso, ser determinados com base nos métodos de avaliação aceites. Estes métodos de avaliação podem consistir em modelos complexos e podem incluir pressupostos e estimativas de dados não observáveis que requerem pareceres.

O risco de demonstração financeira decorre principalmente de modelos de avaliação complexos ou de parâmetros de avaliação inobserváveis que são utilizados inadequadamente para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros de nível 3.

### A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, inicialmente avaliámos a adequabilidade geral e o potencial para declarações inexatas em modelos e parâmetros que incluem dados não observáveis e, quando aplicável, ajustamentos de avaliação associados utilizados para a avaliação dos instrumentos financeiros de nível 3.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para avaliar a adequabilidade dos controlos internos do Grupo relativamente à avaliação de instrumentos financeiros e determinação de dados não observáveis dos mesmos, avaliámos a conceção e a implementação e testámos a eficácia operacional de controlos-chave. Também recorremos a especialistas de avaliação internos da KPMG conforme necessário. Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, controlos sobre:

- procedimentos de verificação independente de preços mensal efetuados pelo Grupo para assegurar a adequabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para instrumentos financeiros de nível 3,
- validação de modelo de modelos de avaliação utilizados pelo Grupo, incluindo a respetiva governação e
- cálculo e registo de ajustamentos de avaliação para risco de crédito, custo de financiamento e outros exigidos pelas normas de contabilidade para determinar o justo valor.

Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de compensação adicionais. Tivemos em conta os resultados da nossa auditoria ao conceber a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais.

Efetuámos procedimentos substantivos, entre outros, numa amostra baseada no risco de instrumentos financeiros de nível 3. Estes incluem em particular:

- desempenho de verificação independente de preços, com recurso a especialistas de avaliação internos da KPMG em transações individuais selecionadas de instrumentos financeiros,
- recálculo independente de ajustamentos de avaliação selecionados e
- desempenho de procedimentos para determinar a adequabilidade dos modelos utilizados, incluindo dados-chave e sua utilização nos respetivos modelos de preços.

### As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos apropriados os modelos e parâmetros relacionados utilizados para avaliar instrumentos financeiros de nível 3.



## Determinação da probabilidade de incumprimento e de perda em caso de incumprimento na fase 3 da carteira homogénea no âmbito da norma de contabilidade IFRS 9

Para uma descrição qualitativa e quantitativa das principais políticas contabilísticas e estimativas, incluindo as implicações da adoção pela primeira vez das IFRS 9, consultar a Nota 2 nas demonstrações financeiras consolidadas (secção "Normas contabilísticas recentemente adotadas"). Para informações sobre a provisão no âmbito das IFRS 9, consultar a Nota 21 das demonstrações financeiras consolidadas.

### O risco de demonstração financeira

O Deutsche Bank aplicou a nova norma contabilística "IFRS 9 – Instrumentos financeiros" pela primeira vez no início do exercício de 2018 em conformidade com os requisitos das IFRS. Um dos principais aspetos novos das IFRS 9 é que para os ativos financeiros não medidos ao justo valor, os compromissos de crédito irrevogáveis e as garantias, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com as perdas de crédito esperadas em vez de com as perdas de crédito incorridas. O cálculo reflete uma perda de crédito esperada de um exercício ou, consoante a respetiva atribuição de fase do empréstimo, uma perda de crédito esperada na duração. Para este efeito, os ativos financeiros são atribuídos à fase um, dois ou três.

O cálculo da perda de crédito esperada na fase 1 baseia-se na probabilidade de incumprimento nos 12 meses seguintes. Se houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e, em consequência, o empréstimo for transferido para a fase 2, a probabilidade de incumprimento é determinada com base na duração restante do ativo financeiro. Para determinar a provisão para a fase 3 (empréstimos em imparidade de crédito), o Banco diferencia entre a carteira homogénea e não homogénea. A provisão para empréstimos na carteira homogénea é calculada utilizando uma perda em caso de incumprimento dependente do tempo. Dentro da carteira não homogénea, a provisão é calculada utilizando o método de fluxos de caixa descontados.

Em 31 de dezembro de 2018, o Deutsche Bank relatou uma provisão para perdas de crédito de ativos financeiros no valor de 4,3 mil milhões de euros, da qual para empréstimos classificados como fase 1 de 0,5 mil milhões de euros, fase 2 de 0,5 mil milhões de euros e fase 3 de 3,3 mil milhões de euros. O aumento líquido nas provisões para perdas de crédito no exercício de 2018 ascendeu a 507 milhões de euros. Dos quais, fase 1 de 66 milhões de euros, fase 2 de 78 milhões de euros e fase 3 de 362 milhões de euros para ativos financeiros.

O risco de demonstração financeira decorre particularmente da estimativa de probabilidade de incumprimento para as várias fases não ser adequada, pois contém pressupostos e é utilizada como um elemento essencial ou central para medição do provisionamento de risco (por exemplo, probabilidade de incumprimento a 12 meses, probabilidade de incumprimento na duração, critérios para determinação da fase). As principais incertezas na estimativa baseiam-se em particular nos critérios de avaliação qualitativa do mutuário para determinar a notação. Além disso, surgem incertezas de estimativa significativas relativamente aos fatores macroeconómicos utilizados para determinar as probabilidades de incumprimento.

O risco de uma demonstração financeira surge de um cálculo inadequado da perda em caso de incumprimento dependente do tempo na carteira homogénea de fase 3. No âmbito das IFRS 9, essencialmente isto é determinado utilizando o parâmetro "Perda em caso de incumprimento", o que é derivado do estado de liquidez interna. A este respeito, surge o risco de nem todos os fatores de risco relevantes serem corretamente derivados.

### A nossa abordagem de auditoria

Com base na nossa avaliação do risco e na nossa avaliação do risco de erro, determinamos uma abordagem de auditoria, incluindo controlos e testes substantivos, como base do nosso parecer de auditoria. Nesse sentido, realizamos, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

Primeiro, avaliamos a adequação dos modelos utilizados para determinar a notação de um mutuário, a sua transição para uma probabilidade de incumprimento a 12 meses e o ajustamento para a duração restante do empréstimo. Para este efeito, envolvemos os especialistas em modelos internos da KPMG. No passo seguinte, avaliamos se as informações eram adequadas e apropriadas para avaliar a qualidade creditícia de um mutuário, bem como do processo de incorporação desta informação nos modelos.

Neste contexto, obtivemos uma perspetiva abrangente do sistema de controlo interno para garantir que as informações relevantes para os modelos são corretamente determinadas e registadas. Colocamos o nosso foco principal na determinação das probabilidades de incumprimento, bem como na estimativa de variáveis macroeconómicas e na respetiva modelação para as incluir nas probabilidades de incumprimento.

Além disso, avaliamos a modelação e adequação do processo para determinar a perda em caso de incumprimento da fase 3 para a carteira homogénea.

Nos nossos testes de controlos, avaliamos a conceção, implementação e eficácia operacional de controlos-chave. Efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria como parte dos nossos testes de controlos, incluindo, mas não limitativamente:

- A aprovação de políticas e documentos metodológicos-chave para o cálculo da provisão,
- A determinação e o registo das probabilidades de incumprimento e a validação dos modelos utilizados para determinar a probabilidade de incumprimento,
- A estimativa, revisão e aprovação de matrizes de migração dependentes do tempo para o cálculo de probabilidades de incumprimento dependentes do tempo,
- A aprovação da seleção de fatores macroeconómicos relevantes, bem como a revisão da sua adequação,
- A precisão do cálculo da perda em caso de incumprimento para a carteira homogénea na fase 3,
- A validação anual dos modelos utilizados para determinar a perda em caso de incumprimento na carteira homogénea.

Para os sistemas de TI e sistemas de processamento de dados individuais utilizados neste contexto, verificámos a eficácia da aplicação dos controlos com o envolvimento dos nossos especialistas em TI.

Realizamos ainda procedimentos de auditoria substantivos. Para uma amostra de transações, escolhidas de forma consciente do ponto de vista do risco e materialidade, avaliamos se os pressupostos quanto à qualidade creditícia utilizados nos modelos de notação para determinar as probabilidades de incumprimento eram derivados corretamente das informações internas e consistentes com as informações disponíveis a nível externo. Para auditar o ajustamento dessas probabilidades de incumprimento à duração restante, avaliamos a adequada determinação das matrizes de migração correspondentes. Além disso, revimos a determinação de fatores macroeconómicos e a respetiva aplicação no modelo para determinar a provisão para perdas com empréstimos.

Para LGD dependentes do tempo na fase 3 da carteira homogénea, reconstruímos o cálculo com base num recálculo independente e verificamos a correta atribuição a transações individuais para uma amostra de elementos que foi selecionada de forma consciente do ponto de vista do risco e materialidade.

Por último, com base numa amostra consciente com base no risco e materialidade, verificamos a adequação da validação regular dos modelos relevantes para determinar a provisão para perdas com empréstimos.

#### As nossas observações

As probabilidades de incumprimento e as perdas em caso de incumprimento na fase 3 da carteira homogénea utilizadas para determinar a provisão para perdas de ativos financeiros no âmbito das IFRS 9 foram corretamente derivadas.

## Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Para uma descrição das principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, bem como dos pressupostos subjacentes para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” (secção “Impostos sobre o rendimento”). Para informações sobre ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas.

#### O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras consolidadas contêm ativos por impostos diferidos de 6,7 mil milhões de euros líquidos.

O reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos contêm pareceres e além de fatores objetivos, também várias estimativas relativas ao lucro tributável futuro e à utilidade de perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente da utilidade futura dos ativos por impostos diferidos ser estimada de forma inadequada. A estimativa da utilização futura depende do potencial tributável futuro baseado no plano de negócios, o qual está sujeito a incertezas, e tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos. Estes incluem em particular pressupostos sobre o desenvolvimento de resultados antes de impostos, a influência de possíveis rubricas especiais e os efeitos permanentes que determinam o lucro tributável disponível no futuro. Estas estimativas devem ainda considerar os desenvolvimentos políticos e económicos atuais (como a implementação do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia) e considerações tributárias específicas de cada jurisdição.

#### A nossa abordagem de auditoria

Realizamos uma avaliação de risco para compreender os regulamentos e a legislação fiscal aplicáveis ao Grupo. Com base nisso, realizamos ambos os testes de controlos-chave internos e procedimentos de auditoria substantivos com o auxílio de especialistas fiscais internos da KPMG. Como parte da nossa auditoria, examinamos, entre outros, o teste da conceção, implementação e eficácia operacional de controlos internos relativamente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos no Grupo.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos, entre outros, para uma amostra baseada no risco de ativos por impostos diferidos em diferentes países. Isto incluiu, entre outros:

- a avaliação da metodologia do Grupo utilizada para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em conformidade com a IAS 12,
- avaliação da adequação dos parâmetros aplicados aos planos de negócio, incluindo subplanos para países relevantes, quando apropriado. Ao fazê-lo, analisámos a adequação dos parâmetros de planeamento aplicados que são relevantes para as subdivisões significativas do Grupo, considerando possíveis indicadores positivos e negativos no que respeita à recuperabilidade ou ocorrência de pressupostos e parâmetros de planeamento, e
- análise da reconciliação entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável planeado para determinados países.

#### As nossas observações

A utilização dos ativos por impostos diferidos é avaliada como sendo adequada com base no potencial de rendimento tributável futuro com base no plano de negócios, tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos.

## Gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro

Para uma descrição dos controlos internos sobre o processo de relato financeiro, incluindo controlos de gestão de acesso de TI, consultar o relatório de gestão do grupo na secção “Controlo interno sobre o relato financeiro”.

#### O risco de demonstração financeira

O processo de relato financeiro é extremamente dependente das tecnologias da informação e da disponibilidade de dados eletrónicos completos e exatos devido à dimensão e à complexidade do Grupo. Por isso, a concessão inapropriada ou monitorização ineficaz de direitos de acesso a sistemas de TI representa um risco para a exatidão do relato financeiro. Este risco aplica-se principalmente a sistemas com direitos de acesso que não correspondem a um princípio “necessidade de saber” ou “necessidade de ter”, ou seja, o acesso é concedido apenas com base nos requisitos da função e não existe qualquer outro requisito de autorização, ou ao princípio de segregação de funções, ou seja entre os departamentos de especialistas e TI, bem como entre as operações de aplicação e desenvolvimento.

Direitos de acesso não autorizados ou extensivos e uma falta de segregação de funções resultam num risco de manipulação de dados intencional ou não intencional, que poderia ter uma incidência significativa na exaustividade e exatidão das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a conceção e a conformidade com as respetivas precauções são uma questão significativa para a nossa auditoria.

#### A nossa abordagem de auditoria

Conseguimos compreender o ambiente de controlo relacionado com TI do negócio do Grupo. Adicionalmente, realizámos uma avaliação do risco e identificámos aplicações de TI, bases de dados e sistemas operativos que são relevantes para a nossa auditoria.

Para controlos dependentes de TI relevantes no processo de relato financeiro (denominados por controlos de aplicação de TI) identificámos os controlos de TI gerais auxiliares e avaliámos a sua conceção, implementação e eficácia operacional. Testámos controlos-chave, principalmente na área da proteção de acesso e ligação desses controlos à exaustividade e exatidão do relato financeiro. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste dos controlos relativos ao acesso inicial concedido aos sistemas de TI para novos colaboradores ou colaboradores que estão a mudar de função, se esse acesso esteve sujeito a análise apropriada e se foi aprovado por uma pessoa autorizada em consonância com o conceito de autorização baseada na função.
- Teste dos controlos relativos à remoção do acesso de um colaborador ou de um antigo colaborador num período de tempo apropriado após estes terem mudado de função ou terem saído da empresa.
- Teste dos controlos relativos à adequabilidade dos direitos de acesso do sistema para autorizações privilegiadas ou administrativas (superutilizador) sujeitos a um procedimento de atribuição de autorização restritiva e à análise regular dos mesmos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de teste específicos na área da proteção de palavras-passe, definições de segurança relativas a modificações para aplicações, bases de dados e sistemas operativos, a segregação dos utilizadores de TI e do departamento de especialistas e a segregação dos colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de programas e dos responsáveis pelas operações do sistema. Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de remuneração complementar para outras provas de remuneração.

Considerando os resultados dos nossos testes de controlos, decidimos sobre a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais a efetuar. Nomeadamente, onde identificámos autorizações de utilizador que não estavam a ser retiradas atempadamente após sair do Banco, efetuámos uma inspeção do registo de atividade de utilizadores

individuais para determinar se ocorreram atividades não autorizadas que afetariam substancialmente a exaustividade e exatidão da informação financeira processada.

Adicionalmente, através de testes de detalhe, avaliámos se os desenvolvedores de programas tinham direitos de aprovação no processo de modificação e se conseguiam efetuar quaisquer modificações nas versões produtivas das aplicações, bases de dados e sistemas operativos para avaliar se estas responsabilidades estavam segregadas funcionalmente. Também analisámos a segregação de funções em sistemas de negociação e de pagamento críticos a fim de avaliar se a segregação de funções entre a negociação e o processamento administrativo foi cumprida.

#### As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos que a gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro respeita de uma forma geral os requisitos de exaustividade e exatidão dos dados relevantes do relato financeiro.

### Outras Informações

Os órgãos de gestão são responsáveis pela outra informação. A outra informação é constituída pelas restantes partes do relatório anual, excetuando das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo e o nosso relatório do auditor.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, com o relatório de gestão do grupo, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

### Responsabilidade do Conselho de Fiscalização e da Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas e pelo Relatório de gestão do Grupo

Os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, conferem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os órgãos de gestão são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o Grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a preparação do relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O conselho de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

## Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela Auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão do Grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a secção 317 do HGB e com o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as Normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detete sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos órgãos de gestão e a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos órgãos de gestão e divulgações relacionadas.
- Tirar conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos órgãos de gestão da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do Grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação alemã, e com a perspetiva que proporciona da posição do Grupo.
- Efetuar procedimentos de auditoria sobre a informação prospetiva apresentada pelos órgãos de gestão no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

### Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos como auditor do grupo pela assembleia-geral anual realizada a 24 de maio de 2018. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização a 24 de julho de 2018. Nós ou as nossas sociedades antecessoras somos revisores de contas da Deutsche Bank Aktiengesellschaft e respetivas empresas antecessoras desde 1952.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Fornecemos os serviços seguintes adicionalmente à auditoria financeira, conforme divulgado na Nota 43 – “Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã”.

### Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Burkhard Böth.

Frankfurt am Main, 15 de março de 2019

KPMG AG  
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski  
Wirtschaftsprüfer

Böth  
Wirtschaftsprüfer

## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2019



Christian Sewing



Garth Ritchie



Karl von Rohr




Frank Kuhnke



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



James von Moltke



Werner Steinmüller



Frank Strauß

### 3-

## Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/

### Relatório de Governo da Sociedade

393	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
408	Relato e Transparência
408	Operações com partes relacionadas
409	Auditoria e controlo
411	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão



Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade de acordo com os artigos 289.ºf e 315.ºd do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas em 15 de fevereiro de 2019.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controle global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controle e gestão do risco, bem como controle empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para as funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e empenha-se, especialmente, em obter uma representação adequada de mulheres.

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planejamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

### Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de administração

Frank Kuhnke foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeito a partir de 1 de janeiro de 2019, por um período de três exercícios.

No exercício de 2018, os seguintes membros do Conselho de Administração saíram do Conselho de Administração:

- Em 8 de abril de 2018: Presidente do Conselho de Administração John Cryan.
- No final de 24 de maio de 2018: Kimberly Hammonds e Dr. Marcus Schenck.
- Em 31 de dezembro de 2018: Nicolas Moreau.

Em seguida, são apresentadas informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

## Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2022

Christian Sewing tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 1 de janeiro de 2015 e foi Presidente entre 5 de março de 2017 e 8 de abril de 2018. Foi nomeado Presidente do Conselho de Administração com efeito a partir de 8 de abril de 2018 e é responsável no Conselho de Administração, de acordo com o plano de afetação de negócios, por, entre outras coisas, comunicação e responsabilidade social corporativa (CSR) e auditoria do Grupo, bem como pelo negócio do banco na região das Américas. Assumiu ainda responsabilidade pela Asset Management (AM) e pela região da EMEA em outubro de 2018. Entre maio e dezembro de 2018, o nosso diretor de operações reportava a Christian Sewing. Anteriormente, entre 1 de setembro de 2017 e abril de 2018, foi Codiretor de Private & Commercial Bank (incluindo o Postbank), juntamente com Frank Strauß. Sewing foi ainda o diretor-geral regional da Alemanha até maio de 2018.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Até 25 de maio de 2018, Sewing foi Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, bem como membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Postbank AG. Desde 25 maio de 2018, é Presidente do Conselho de Fiscalização do DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

## Garth Ritchie

Ano de nascimento: 1968

Data da primeira nomeação: 2016

Data de termo do mandato: 2023

Garth Ritchie tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016 e foi nomeado Presidente em 8 de abril de 2018. Foi codiretor do nosso Corporate & Investment Bank, juntamente com Dr. Marcus Schenck, entre julho de 2017 e maio de 2018, e, desde maio de 2018, é o único diretor. Ritchie é responsável pela região do Reino Unido e Irlanda e foi ainda o nosso diretor-geral regional para o Reino Unido e Irlanda até outubro de 2018 para esta região. De maio a outubro de 2018, foi responsável pela região da EMEA. Continua a ser diretor SMF21 (função de direção designada pela FCA para agências EEE) e espera-se que passe a SMF7 (direção da entidade do Grupo) após autorização do Deutsche Bank AG London como agência de país terceiro.

O Sr. Ritchie ingressou no Deutsche Bank em 1996 e tornou-se codiretor de ações na divisão Corporate Banking & Securities em 2009 e diretor em 2010. Ocupou vários cargos na área de negociação e derivados durante mais de duas décadas.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Ritchie ocupou vários cargos na Fergusson Brothers e no First National Bank of South Africa.

Possui uma licenciatura em Finanças e Economia pela Universidade de Port Elizabeth (África do Sul).

Ritchie não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação nem outras afiliações em conselhos de fiscalização previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais.

## Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015 e foi nomeado Presidente em 8 de abril de 2018. Ele é o nosso diretor administrativo e é responsável pelo departamento jurídico e governação do Grupo e pelos Recursos humanos. É ainda o diretor-geral regional da Alemanha desde maio de 2018.

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

Von Rohr era membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização até 6 de julho de 2018: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. Foi ainda, até 25 de maio de 2018, membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Postbank AG.

Desde 3 de março de 2018, von Rohr é Presidente do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA.

## Frank Kuhnke

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2019

Data de termo do mandato: 2021

Frank Kuhnke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2019. É o nosso diretor de operações e é responsável pelo departamento de informações, departamento de segurança, gestão de dados, estratégia digital e inovação, serviços corporativos, CIB de operações e serviços de dados de clientes.

Ingressou no Deutsche Bank em 1986 e foi nomeado diretor de operações do Deutsche Bank em abril de 2018. Entre janeiro de 2016 e abril de 2018 foi diretor de controlo de divisão, diretor administrativo e diretor de operações do Private & Commercial Bank. Antes disso, Kuhnke foi diretor de controlo de divisão do Deutsche Asset & Wealth Management. Entre 2012 e 2015, trabalhou na Non-Core Operations Unit do Deutsche Bank, primeiro como diretor de risco e depois como diretor de operações. Entre 2008 e 2012, ocupou posições de direção de risco, sediado em Londres. Durante a sua carreira, trabalhou em várias divisões e funções de infraestruturas em Tóquio, Nova Iorque e na Alemanha e liderou organizações globais no seio do Grupo Deutsche Bank.

Antes de se graduar com o diploma da Bank Akademie Lüneburg, Kuhnke terminou um estágio em banca no Deutsche Bank.

Kuhnke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni.

## Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2012

Data de termo do mandato: 2020

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o diretor de risco e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco não financeiro, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como por outras entidades de infraestruturas de risco.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres.

Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É Presidente do Conselho Consultivo da DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH e Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni.

## Sylvie Matherat

Ano de nascimento: 1962

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2023

Sylvie Matherat tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. É a nossa diretora regulamentar e nesta função é responsável pelas áreas de Conformidade, Combate aos crimes financeiros (AFC) e Government & Regulatory Affairs. Desde maio de 2018, é ainda responsável pelo Business Selection and Conflicts Office.

A Sr.<sup>a</sup> Matherat ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções no Banque de France, onde foi diretora-geral adjunta e responsável pelas questões de regulação e estabilidade financeira, pelo pagamento e liquidação de infraestruturas, serviços de banca e pelo projeto Target 2 Securities. Anteriormente, a Sra. Matherat ocupou vários cargos na autoridade de supervisão bancária e no setor privado.

Estudou Direito público e Finanças no Institut d'Études Politiques de Paris, França, e possui um mestrado em Direito e Ciências políticas. Em 2014, recebeu o Légion d'Honneur.

A Sr.<sup>a</sup> Matherat não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É membro do Conselho de Administração do DB USA Corporation e, desde 3 de março de 2018, é membro do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA.

## James von Moltke

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2017

Data de termo do mandato: 2020

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017. É o nosso Diretor financeiro e nesta função é responsável, entre outras coisas, por finanças, Fiscalidade ao nível do Grupo, Tesouraria do Grupo, Relações com os investidores, bem como Fusões e aquisições corporativas e Corporate Investments.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira na Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos em Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de fusões e aquisições corporativas em 2009. Três anos mais tarde tornou-se Diretor global de planeamento financeiro do US.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

Von Moltke é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização desde 6 de julho de 2018: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

## Werner Steinmüller

Ano de nascimento: 1954

Data da primeira nomeação: 2016

Data de termo do mandato: 2020

Werner Steinmüller tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. Steinmüller ingressou no Deutsche Bank em 1991. Foi diretor da Global Transaction Banking de 2004 a 2016, diretor de operações da Global Transaction Banking de 2003 a 2004, diretor da Global Banking Division Europe de 1998 a 2003, e codiretor da Corporate Finance Germany de 1996 a 1998.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, trabalhou no Citibank de 1979 a 1991.

Tem um Diploma em Gestão de Empresas e Engenharia mecânica da TU Darmstadt.

O Sr. Steinmüller não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Steinmüller foi, até 25 de maio de 2018, Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Postbank AG. Desde 25 maio de 2018, Steinmüller é membro do Conselho de Fiscalização do DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

## Frank Strauß

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2017

Data de termo do mandato: 2020

Frank Strauß tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de setembro de 2017. Foi codiretor do nosso Private & Commercial Bank (incluindo Postbank), juntamente com Christian Sewing, até 8 de abril de 2018 e, desde então é o único diretor. Strauß foi ainda responsável pelo Postbank (incluindo assuntos de integração) até 25 de maio de 2018.

Tendo concluído a formação para se tornar responsável de banco em Iserlohn, o Sr. Strauß mudou-se para Frankfurt em 1995, onde teve vários cargos de gestão no Deutsche Bank e no Deutsche Bank 24, a sua antiga subsidiária. Em 2002 começou a coordenar as operações europeias na divisão Private & Business Clients do banco. Em 2005, assumiu a responsabilidade de desenvolver as operações asiáticas do banco em Mumbai e Pequim. Um ano mais tarde, foi nomeado Diretor de Private & Business Clients na Alemanha. Em julho de 2011, foi para o Postbank, onde se tornou o membro do Conselho de Administração responsável pelas vendas, antes de assumir o cargo de Presidente do Conselho de Administração um ano mais tarde.

Concluiu um estágio em banca no Deutsche Bank em Iserlohn entre 1989 e 1992.

O Sr. Strauß não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Foi, até 25 de maio de 2018, Presidente do Conselho de Administração do Deutsche Postbank AG. Desde 25 maio de 2018, Strauß é Presidente do Conselho de Administração do DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

## Supervisory Board

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas propostas do Comité do Presidente, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

Em conformidade com a secção 9 (1) dos estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Aqui, o exercício em que o mandato começa não é considerado. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes.

A organização internacional do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, bem como as tarefas e perfis dos membros individuais estão sujeitos a requisitos regulamentares e estatutários específicos que detalham e complementam os regulamentos das leis para empresas relativos ao governo da sociedade. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), na portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão. Em casos individuais, estas contradizem as recomendações do código de governo das sociedades alemão ("Código") e, nesses casos, isto pode resultar numa declaração de exceções na nossa Declaração de Conformidade.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Adicionalmente, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria regularmente e, em caso de deficiências graves sem demora injustificada, de quaisquer deficiências sérias identificadas e de quaisquer deficiências que ainda não foram retificadas. O presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves contra os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um regime de informação que além de especificar o relato ao Conselho de Fiscalização, também regulamenta o relato de consultas e pedidos de informação dos funcionários da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, administração, conformidade, recursos organizacionais técnicos e casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Administração entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na secção 13 dos estatutos do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões permanentes e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Em 2018, tiveram lugar 54 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Além disso, houve uma presença e participação conjuntas para abordar rubricas da ordem do dia com relevância para vários comités.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

## Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é constituído por 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

A adequação de cada membro individual para desempenhar o seu mandato é avaliada tanto internamente como externamente pelas autoridades reguladoras, determinada e monitorizada continuamente. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo de cada membro individual. Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho da sua função de controlo. A aprovação na avaliação de adequação e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato com o Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das suas tarefas.

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral realizada a 24 de maio de 2018. À parte disto, o Dr. Paul Achleitner foi eleito pela primeira vez na Assembleia-Geral realizada a 31 de maio de 2012, o Dr. Gerhard Eschelbeck e o Professor Dr. Stefan Simon foram eleitos na Assembleia-Geral realizada a 18 de maio de 2017, e Katherine Garrett-Cox e Richard Meddings foram eleitos na Assembleia-Geral a 19 de maio de 2016. A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 26 de abril de 2018.

Dina Dublon foi eleita na Assembleia-Geral a 24 de maio de 2018, pelo período até ao fecho de 31 de julho de 2018, tendo deixado o Conselho de Fiscalização nesta data. No seu lugar, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann foi eleito membro do Conselho de Fiscalização na Assembleia-Geral a 24 de maio de 2018, para o período com início a 1 de agosto de 2018.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos e de direção não executiva e outras posições. Os representantes dos funcionários são indicados com um asterisco (\*).

Member	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
<b>Dr. Paul Achleitner</b> Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2022	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Bayer AG; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité dos Acionistas)
<b>Ludwig Blomeyer-Bartenstein*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Porta-voz da direção e Diretor de Mercado da região de Bremen, Deutsche Bank AG	Frowein & Co. Beteiligungs AG; Bürgschaftsbank Bremen GmbH (membro do Conselho de Administração)
<b>Frank Bsirske*</b> Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023	Presidente, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	RWE AG (Vice-Presidente); Deutsche Postbank AG (Vice- Presidente até maio de 2018); DB Privat- und Firmenkundenbank AG (desde maio de 2018); Kreditanstalt für Wiederaufbau (membro do Conselho de Fiscalização até dezembro de 2018); innogy SE (Vice-Presidente)
<b>Mayree Carroll Clark</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Sócio-Gerente, Eachwin Capital LP	Ally Financial, Inc.; Regulatory Data Corp., Inc.; Taubman Centers, Inc.
<b>Jan Duscheck*</b> Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2023	Diretor do grupo de trabalho nacional Banking, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
<b>Dr. Gerhard Eschelbeck</b> Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2022	Vice-Presidente da Security & Privacy Engineering, Google Inc.	Onapsis Inc. (Membro do Conselho de Administração) (desde janeiro de 2019)
<b>Katherine Garrett-Cox</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2021	Diretor executivo e diretor-geral, Gulf International Bank (UK) Ltd.	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação

<p><b>Timo Heider*</b> Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do BHW Bausparkasse AG/Postbank Finanzberatung AG, Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do BHW Kreditservice GmbH; Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank AG</p>	<p>Deutsche Postbank AG (até maio de 2018); BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG (Vice-Presidente)</p>
<p><b>Martina Klee*</b> Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do PWCC Center Frankfurt, Deutsche Bank AG</p>	<p>Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG</p>
<p><b>Henriette Mark*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada do sul da Baviera; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral e membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Richard Meddings</b> Ano de nascimento: 1958 Nomeado pelo tribunal: 2015 Data de termo do mandato: 2021</p>	<p>Presidente Executivo da Comissão, TSB Bank PLC</p>	<p>HM Treasury (até setembro de 2018); TSB Bank PLC (Presidente não executivo da Comissão até setembro 2018); Jardine Lloyd Thompson Group PLC (diretor não executivo)</p>
<p><b>Gabriele Platscher*</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores do Niedersachsen Ost, Deutsche Bank</p>	<p>BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)</p>
<p><b>Detlef Polaschek*</b> Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização; membro da Comissão de Trabalhadores Geral; Presidente da Comissão de Trabalhadores Niederrhein und Ruhrgebiet Mitte/Ost, Deutsche Bank</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>Bernd Rose*</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo e da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank</p>	<p>Deutsche Postbank AG (até maio de 2018); DB Privat- und Firmenkunden AG (desde dezembro de 2018); Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. (Vice-Presidente)</p>
<p><b>Gerd Alexander Schütz</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Membro do Conselho de Administração, C-QUADRAT Investment AG</p>	<p>MyBucks S.A. (Presidente Não Executivo do Conselho de Administração) (até fevereiro de 2018)</p>
<p><b>Prof. Dr. Stefan Simon</b> Ano de nascimento: 1969 Nomeado pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2022</p>	<p>Advogado com a sua própria sociedade de advogados, SIMON GmbH</p>	<p>Leop. Krawinkel GmbH &amp; Co. KG (Presidente do Conselho de Consultoria)</p>
<p><b>Stephan Szukalski*</b> Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013** Reeleito: 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Presidente Federal Associação alemã de colaboradores do banco [Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV)]</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p><b>John Alexander Thain</b> Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>		<p>Uber Technologies, Inc. (Membro do Conselho de Administração); Enjoy Technology Inc. (Membro do Conselho de Administração)</p>
<p><b>Michele Trogni</b> Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>		<p>Morneau Shepell Inc. (Membro do Conselho de Administração); Capital Markets Gateway Inc. (Presidente do Conselho de Administração) (desde julho de 2018); Global Atlantic Financial Group Ltd. (Diretor Não Executivo) (desde agosto de 2018)</p>
<p><b>Professor Dr. Norbert Winkeljohann</b> Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023</p>	<p>Consultor corporativo com empresa própria, Norbert Winkeljohann Advisory &amp; Investments</p>	<p>Bayer AG; Heristo AG (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert AG (Presidente desde janeiro de 2019)</p>

\* Representantes dos colaboradores.

\*\* Szukalski foi membro do Conselho de Fiscalização entre 23 de maio de 2013 e 30 de novembro de 2015.



## Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos e estado de implementação

O Conselho de Fiscalização determinou objetivos para a sua composição em outubro de 2010 e estes foram revistos conforme especificado de seguida em fevereiro de 2018. Tendo em conta os requisitos da secção 5.4.1, n.º 2, primeira frase do código de governo das sociedades alemão (o "Código"), o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de requisitos na sua reunião a 26 de outubro de 2017 e confirmou-o na reunião de 26 de julho de 2018.

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros do Conselho de Fiscalização e do Comité de Auditoria têm de estar familiarizados com o setor bancário. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

O Conselho de Fiscalização, como um todo, tem de deter os conhecimentos especializados necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank – também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

Tal como definido no perfil de requisitos, cada membro do Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento das áreas de especialização especificadas abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Os peritos devem ter um vasto conhecimento especializado nas áreas individuais.

As áreas de especialização incluem, em particular, os campos listados abaixo:

- Conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros e setor financeiro, incluindo o mercado nacional e os mercados-chave do banco fora da Europa
- Conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas de mercado e do ambiente operacional
- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Contabilidade [de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o código comercial alemão (HGB)] e auditorias de demonstrações financeiras anuais [especialistas financeiros: estes membros do Conselho de Fiscalização têm de cumprir os requisitos para "especialistas financeiros" tal como definidos pelas regras de implementação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) emitidas nos termos da secção 407 da lei Sarbanes-Oxley de 2002 e da secção 100 da lei alemã relativa às sociedades por ações]
- Responsabilidade corporativa e social, incluindo relato
- Taxation
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos
- Planeamento estratégico, estratégias de negócio e de risco, bem como a sua implementação
- Digitalização
- Tecnologias da informação (TI), sistemas de TI e segurança de TI
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa e governação
- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração (especialista em remuneração)
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco

Adicionalmente, é necessário ter em atenção as alterações à versão atual do plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como aos requisitos e expectativas das autoridades reguladoras.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código). Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em outubro de 2015 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 15 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de oito membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm](http://www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm)).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subseqüentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Há muitos anos que o Conselho de Fiscalização é constituído por, pelo menos, 30% de mulheres e, desde 2013, 30% dos representantes de acionistas têm sido mulheres. Atualmente, seis membros do Conselho de Fiscalização são mulheres, ou seja, 30% de todos os membros. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções. A diversidade é devidamente tida em conta. Outros detalhes neste contexto são facultados em “Conceito de diversidade”, que também faz parte desta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade.

Em conformidade com a secção 5.4.2 do código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes entre os representantes dos acionistas. São estes: Dr. Paul Achleitner, Mayree Carroll Clark, Dr. Gerhard Eschelbeck, Katherine Garrett-Cox, Richard Meddings, Professor Dr. Stefan Simon, John Alexander Thain, Michele Trogni e Professor Dr. Norbert Winkeljohann. Atualmente, o Conselho de Fiscalização não considera Gerd Alexander Schütz independente devido à sua função como representante de um acionista de grande dimensão, a HNA. O Conselho de Fiscalização considera todos os seus membros representantes de colaboradores independentes à luz do significado do Código, exceto Henriette Mark e Gabriele Platscher, uma vez que a sua duração como membro do Conselho de Fiscalização, em cada um dos casos, excede o limite normal de 15 anos.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

## Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes. Na medida necessária, os comitês coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comitês reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2018 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

**Comité do Presidente:** É responsável por, nomeadamente: preparar as reuniões do Conselho de Fiscalização e lidar com o negócio atual entre reuniões do Conselho de Fiscalização; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações; celebrar, alterar e cessar contratos de emprego e relativos a pensões, tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações; tomar nota e, quando necessário, expressar uma opinião sobre contratos e/ou alterações a contratos para um Gestor Geral (Generalbevollmächtigter) do Deutsche Bank AG designado como membro previsto do Conselho de Administração; lidar com outras atividades contratuais com membros ativos e anteriores do Conselho de Administração nos termos da secção 112 da lei alemã relativa às sociedades por ações; e aprovar mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. O Comité do Presidente é também responsável por: aprovar o fornecimento de dados internos comerciais relativos a um membro do Conselho de Administração, consultando o presidente do Conselho de Administração e/ou o diretor-adjunto de risco, exceto se existir conflito de interesses; aprovar contratos celebrados com os membros do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 114.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade, decidir sobre os lugares do Conselho de Fiscalização num ajuste da Declaração de Conformidade anual quanto a circunstâncias efetivas alteradas e verificar a conformidade com a Declaração de Conformidade. As suas tarefas também incluem: tomar notas e, quando necessário, exprimir uma opinião sobre os custos do Conselho de Fiscalização e respetivos comitês de consultas com auditores, especialistas, consultores jurídicos e outros consultores externos; bem como preparar recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre levar a cabo queixas por danos ou tomar outras medidas contra membros antigos ou em funções do Conselho de Administração. Conforme e quando necessário, o Comité do Presidente beneficia dos conhecimentos do Presidente do Comité de Integridade.

O Comité do Presidente realizou nove reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e Professor Dr. Stefan Simon.

**Comité de Nomeações:** É responsável por, em particular, apoiar o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao executar esta tarefa, o Comité de Nomeações tem em conta o equilíbrio e a diversidade de conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração, prepara uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indica o compromisso de tempo associado às tarefas. Além disso, é responsável, em particular, por elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir este objetivo e a avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações sobre esta questão ao Conselho de Fiscalização. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na criação de orientações para a avaliação individual e coletiva das habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização ("orientação de adequação"), bem como na monitorização da eficácia da orientação de adequação. Adicionalmente, o Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente na avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização em todos os outros casos em conformidade com os requisitos da orientação de adequação; e na análise dos princípios para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, têm em conta o perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização, os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição, bem como o equilíbrio e diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Fiscalização, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas.

O Comité de Nomeações realizou seis reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek, Gerd Alexander Schütz e Professor Dr. Stefan Simon.

**Comité de Auditoria:** Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na monitorização de processos de relato financeiro e enviar recomendações ou sugestões ao Conselho de Fiscalização para garantir a integridade do processo de relato

financeiro. Além disso, o Comitê de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, a auditoria de demonstrações financeiras, especialmente quanto à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor e à correção imediata do Conselho de Administração – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor e funções de controlo interno do banco com base em auditorias internas e externas, particularmente quanto a debilidades nos controlos de riscos, bem como não conformidade com políticas, leis e requisitos regulamentares. O Comitê pode inspecionar todos os documentos de negócios do banco, incluindo as informações de negócios armazenadas em vetores de dados. O Comitê de Auditoria pré-analisa as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e os relatórios de gestão, bem com o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado, caso tenham sido elaborados. Aborda os relatórios de auditoria com o auditor e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização sobre o estabelecimento das demonstrações financeiras anuais e a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a proposta de resolução sobre a apropriação de lucro distribuível. O Comitê de Auditoria submete recomendações correspondentes para o Conselho de Fiscalização. Também faculta apoio ao Conselho de Fiscalização relativamente ao envolvimento de garantias externas para a demonstração não-financeira e para a demonstração não-financeira consolidada ou para o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado. Aborda alterações importantes aos métodos de auditoria e contabilísticos. O Comitê de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comitê de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comitê de Auditoria auxilia o Conselho de Fiscalização na emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito na Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e pode especificar áreas prioritárias de auditoria. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. Os mandatos para serviços não relacionados com auditoria fornecidos ao auditor ou a empresas com as quais o auditor está relacionado em termos legais, económicos ou de pessoal necessitam do consentimento prévio do Comitê de Auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo da presente Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comitê de Auditoria publica orientações de trabalho do pessoal – incluindo antigos trabalhadores – do auditor pela empresa. Providencia os meios necessários para ser informado regularmente sobre o trabalho realizado pela Auditoria de Grupo, sobre a eficácia do sistema de auditoria interno e, particularmente, sobre o plano de auditoria anual das áreas de foco da sua atividade de auditoria e os resultados das suas auditorias. O Comitê de Auditoria é responsável, em particular, por receber e processar os relatórios trimestrais, anuais e ad hoc de Auditoria do Grupo. O Conselho de Administração informa o Comitê de Auditoria sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excepcionais por parte de autoridades reguladoras da banca alemãs e estrangeiras. O Comitê obtém regularmente relatórios sobre a receção e processamento de queixas dos funcionários do banco e respetivas subsidiárias, acionistas do Deutsche Bank AG e terceiros. Particularmente, as queixas relativas a contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria e outras questões sobre relatórios financeiros têm de ser enviadas ao Comitê sem demora injustificada. Os relatórios relacionados com questões de conformidade são apresentados regularmente nas reuniões do Comitê. O Presidente do Comitê de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Comitê de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório realizado, pelo menos, uma vez por ano pelo diretor de Conformidade (relatório de conformidade). Além disso, o Comitê tem direito a receber, junto do presidente, informações relacionadas com as suas funções do auditor, do Conselho de Administração, do Diretor de auditoria do grupo e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria realizou sete reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comitê de Auditoria são Professor Dr. Norbert Winkeljohann (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Detlef Polaschek, Bernd Rose e Professor Dr. Stefan Simon.

Comité de Risco: Aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à futura apetência para o risco global e estratégia de risco global e monitoriza a implementação da apetência para o risco e estratégia de risco afirmada pelo nível sénior de direção. O Comité de Risco monitoriza os aspetos materiais dos processos de classificação e avaliação. Ao assumir esta responsabilidade, recebe relatórios do Conselho de Administração sobre as operações dos sistemas de notação de crédito do banco e sobre exceções ou alterações significativas às políticas estabelecidas que irão afetar significativamente as operações dos sistemas de notação de crédito do banco. O Comité de Risco recebe relatórios do Conselho de Administração que são adequados para monitorizar se os produtos e serviços financeiros importantes oferecidos pelo banco, bem como as condições do negócio baseadas no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comité de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os produtos e serviços financeiros e as condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. Com base nos relatórios recebidos do Conselho de Administração, o Comité de Risco avalia os riscos associados aos produtos e serviços financeiros e tem em conta o alinhamento entre os preços atribuídos e os lucros ganhos com estes produtos e serviços. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. Neste contexto, aprova, entre outras coisas, a aquisição dos participantes como definido pela secção 13, n.º 1, alínea d) dos Estatutos do Deutsche Bank AG, na medida em que o valor da participação não exceda os 1,5 mil milhões de euros e a participação não permaneça na posse do banco, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Se este período de tempo for excedido, o presidente do Comité informa o Conselho de Fiscalização de forma atempada e obtém a sua aprovação. O Comité de Risco determina a natureza, o âmbito, o formato e a frequência da informação que o Conselho de Administração tem de enviar relativamente à estratégia e aos riscos. O Presidente do Comité de Risco tem direito a obter, com relação às suas atividades, informações diretamente do Conselho de Administração e do Diretor de Auditoria do Grupo. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco do Relatório Anual).

O Comité de Risco realizou seis reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Risco são Mayree Carroll Clark (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Jan Duscheck, Stephan Szukalski, Michele Trogni e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comité de Integridade: Aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão assegura o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (SAG)], e se a gestão empresarial está em linha com estes valores com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que asseguram a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa (controlo preventivo de conformidade). Analisa regularmente o Código de Conduta e o Código de Ética para responsáveis financeiros seniores do Banco a fim de promover uma conduta por parte dos colaboradores da empresa totalmente exemplar, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Apoia, a pedido, o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre o modo de promover sensibilidade para a importância de tais riscos. Apoia, a pedido, a preparação das recomendações do Comité do Presidente para as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais, que são apresentados pelo presidente ao Comité do Presidente. Adicionalmente, o Comité de Integridade apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização dos casos de litígio com o risco mais elevado e outros casos importantes.

O Comité de Integridade realizou seis reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Professor Dr. Stefan Simon (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Katherine Garrett-Cox, Timo Heider e Gabriele Platscher.

Comité de Controlo de Remunerações: Apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Monitoriza também a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração e funcionários, em particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo para identificar os colaboradores que correm riscos em conformidade com a secção 18, n.º 2 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e os colaboradores que correm riscos do Grupo em conformidade com a secção 27, n.º 2, primeira frase da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV), bem como a estrutura apropriada dos sistemas de remuneração para os colaboradores da empresa. O Comité avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. Este prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara também as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com a secção 45, n.º 2, frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a secção 7 da portaria relativa a remunerações para instituições financeiras (InstitutsVergV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a secção 45, n.º 2, frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a secção 7 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité está autorizado a obter, através do Presidente, informações relacionadas com as tarefas do Comité do Diretor de Auditoria Grupo e dos responsáveis pelas unidades organizacionais que lidam com a estruturação dos sistemas de remuneração.

O Comité de Controlo de Remunerações realizou cinco reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e Professor Dr. Stefan Simon.

Comité de Estratégia: O Comité, que foi estabelecido por resolução do Conselho de Fiscalização em 23 de maio de 2018, apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com a estratégia do banco. Aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que diz respeito à definição de estratégias de negócio orientadas para o desenvolvimento sustentável do banco e o estabelecimento de processos para o planeamento, a implementação, a avaliação e o ajustamento da estratégia de negócio. Supervisiona o trabalho do Conselho de Administração da perspectiva estratégica, na direção e desenvolvimento a estratégia do Grupo Deutsche Bank e respetivas divisões, a implementação pelo Conselho de Administração do plano estratégico e o progresso de execução comparativamente a marcos e objetivos estratégicos, bem como a implementação pelo Conselho de Administração de projetos importantes de transformação do negócio e respetiva execução. Aconselha o Conselho de Administração relativamente à governação, apetência pelo risco, planeamento financeiro e de capital, gestão da liquidez e financiamento, ambiente de controlo e recursos que podem apoiar os objetivos estratégicos do banco, e aconselha relativamente à estratégia de alienações, fusões e aquisições, incluindo o acompanhamento do desempenho após a transação, bem como do impacto das alterações no ambiente competitivo. Além disso, o Comité de Estratégia aconselha o Conselho de Administração na preparação para as reuniões do Conselho de Fiscalização nas quais o plenário do Conselho de Administração aborda a estratégia da empresa e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização relativamente a transações sujeitas à sua aprovação em conformidade com a secção 13, n.º 1, alínea b) e n.º 1, alínea d) dos estatutos.

O Comité de Estratégia realizou três reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Estratégia são John Alexander Thain (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske, Mayree Carroll Clark, Timo Heider, Henriette Mark, Richard Meddings e Detlef Polaschek.

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: O Comité, que foi estabelecido por resolução do Conselho de Fiscalização em 23 de maio de 2018, apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com a inovação, os dados e as tecnologias do banco. Aconselha e monitoriza continuamente o Conselho de Administração no que diz respeito aos recursos técnicos e organizacionais adequados e à definição de um plano adequado para sistemas de TI, incluindo a sua aplicação com normas estabelecidas a nível geral ao providenciamento dos sistemas de TI e aos processos de TI relacionados. Isto inclui, em particular, a supervisão do trabalho do Conselho de Administração na estratégia de TI e na sua sustentabilidade delineando os objetivos e medidas a adotar para alcançar estes objetivos, a governação de TI, a gestão de segurança da informação, a gestão do acesso de utilizadores, a implementação de projetos de TI importantes e o desenvolvimento de aplicações, o funcionamento de TI, incluindo cópias de segurança dos dados, subcontratação e aquisição de outros serviços de TI externos, governação dos dados e estratégia dos dados, incluindo a sua implementação e quaisquer outros problemas materiais que possam surgir relacionados com os sistemas e serviços de TI ou a qualidade dos dados do Deutsche Bank AG.

O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação realizou três reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação são Michele Trogni (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee e Bernd Rose.

Comité de Mediação: Para além destas oito comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

O Comité de Mediação não realizou quaisquer reuniões em 2018.

Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e Professor Dr. Stefan Simon.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, do Comité de Nomeações, do Comité de Auditoria, do Comité de Risco, do Comité de Integridade, do Comité de Controlo de Remunerações, do Comité de Estratégia e do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm)).

## Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 35 "Benefícios dos colaboradores" adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

## Relato e Transparência

### Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prêmios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	3 337	5 582 <sup>1</sup>
Frank Bsirske	0	0
Mayree Carroll Clark	40 000	0
Jan Duscheck	0	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Martina Klee	2 442	10
Henriette Mark	1 524	0
Richard Meddings	0	0
Gabriele Platscher	1 365	10
Detlef Polaschek	553	10
Bernd Rose	0	0
Gerd Alexander Schütz	0	0
Professor Dr. Stefan Simon	0	0
Stephan Szukalski	0	0
John Alexander Thain	100 000	0
Michele Trogni	15 000	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
<b>Total</b>	<b>164 221</b>	<b>5 612</b>

<sup>1</sup> Prêmio restrito em ações. Blomeyer-Bartenstein tem um direito relacionado com 5582 ações através de prêmios restritos em ações como parte da sua remuneração variável. Destes prêmios, 323 venceram-se em 2019 e 5259 em 2020.

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 164 221 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 15 de fevereiro de 2019.

Conforme listado na coluna "Número de prêmios em ações" no quadro, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prêmios correspondentes concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan, que está programado para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2019, bem como prêmios restritos em ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Estes últimos estão marcados separadamente no quadro e todos os detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração são apresentados na secção "Relatório de remuneração dos colaboradores".

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização", 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do exercício seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que serão creditadas na primavera de 2019 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2018.

### Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 38 "Operações com partes relacionadas".



## Auditoria e controlo

### Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Richard Meddings, Professor Dr. Stefan Simon e Professor Dr. Norbert Winkeljohann, que são atualmente ou foram membros do Comité de Auditoria até ao final de 2018, são "especialistas financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Securities and Exchange Commission dos EUA, emitidas nos termos da secção 407 da lei Sarbanes-Oxley de 2002. Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

### Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Stefan Simon, membros do Comité de Controlo de Remunerações, preenchem os requisitos da secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos nos dois parágrafos acima, consulte "Declaração de governo da sociedade/Relatório de governo da sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização" do Relatório Anual de 2018.

## Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

### Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O código de conduta do Grupo Deutsche Bank determina a finalidade, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como os padrões mínimos de conduta que esperamos que todos os membros do nosso Conselho de Administração e colaboradores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. Além disso, o Código é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os presidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2018.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm).

### Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governança do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governança do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank ([www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm](http://www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm)).

## Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2017 e 2018.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2018	2017
Honorários de Auditoria	60	51
Honorários relacionados com auditoria	12	18
Honorários por serviços de consultoria fiscal	5	4
Todas as outras comissões	1	0
<b>Total de taxas</b>	<b>78</b>	<b>73</b>

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria de 2017 do Postbank e respetivas subsidiárias, pois os dados financeiros de 2017 destas entidades não são auditados pela KPMG. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das

remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2017 e 2018, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%. Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

## Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2018)

A declaração de conformidade nos termos da secção 161 da lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2017, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 25 de outubro de 2018. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações:

A última declaração de conformidade foi publicada em 26 de outubro de 2017. Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido e continuará a cumprir no futuro as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 7 de maio de 2017, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 24 de abril de 2017, com as exceções que se seguem:

- Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização deve formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. A secção 25 (d) da lei bancária alemã estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem de assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por este motivo, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG também inclui representantes dos colaboradores. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão elaboradas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.
- Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG desviou-se da recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

## Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 7 de fevereiro de 2017, com as exceções que se seguem:

- Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.2). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.
- A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.3) tem início com a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e abrange o relatório do Conselho de Fiscalização e o relatório do Conselho de Administração. Os acionistas têm nesse momento a oportunidade de debater com a administração. Estes debates ocorrem sem transmissão pública através da Internet.

## Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de gênero

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 30 %. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

Em 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, 20% de membros do sexo feminino no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração com entre oito e 12 membros, isto corresponde a duas mulheres. Quando a decisão foi tomada, duas mulheres eram membros do Conselho de Administração. À data desta declaração, há uma mulher membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, Sylvie Matherat.

A 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 20% para o primeiro nível de gestão e de 25% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 31 de dezembro de 2020 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão).

Os colaboradores do primeiro nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e os gestores com responsabilidades semelhantes; os colaboradores do segundo nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

### Implementar a legislação relativa à quota de gênero alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2017	Estado em 31 dez. 2018	Objetivo para 31 dez. 2020	Objetivo para 30 jun. 2022
Mulheres no Conselho de Fiscalização	35 %	30 %	30 % <sup>1</sup>	-
Mulheres no Conselho de Administração	16,7	11,1 %	-	20 % <sup>2</sup>
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	18,0 %	20,8 %	20 %	-
Segundo nível abaixo do Conselho de Administração	19,6 %	20,9 %	25 %	-

<sup>1</sup> Requisito legal.

<sup>2</sup> Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

As condições-chave mudaram desde que o objetivo foi definido em setembro de 2015 para a percentagem de mulheres nos dois níveis a seguir ao Conselho de Administração. Estas alterações incluem a integração mais sólida de funções de infraestrutura nas divisões do banco, bem como as nossas decisões relativas à IPO da DWS e à fusão do nosso Private & Commercial Bank e Postbank. Adicionalmente, o nosso programa de redução de custos extensivo impôs restrições à contratação e nomeações nestes dois níveis. Na verdade, o número de colaboradores já relativamente reduzido nos dois níveis a seguir ao Conselho de Administração diminuiu ainda mais no período desde setembro de 2015, cerca de 40%. Pequenas variações nos números absolutos conduziram a flutuações relativamente elevadas em termos de percentagens. Não obstante, mantivemos o nosso objetivo e continuamos focados em aumentar a percentagem de mulheres em posições de gestão. No âmbito deste enquadramento, as nossas decisões sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro.

## Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A Diversidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar relações sustentáveis com os nossos clientes e parceiros e a participar nas sociedades onde praticamos a nossa atividade.

A idade, o gênero e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de Diversidade no Deutsche Bank.

Estamos convictos de que a Diversidade e inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e nos ajudam a tomar decisões mais equilibradas e, assim, desempenham um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos termos de referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de Diversidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

No seguimento da sua reunião de 26 de julho de 2018, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovou uma orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

## Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos especializados, as competências e a experiência profissional necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, é necessário garantir, nomeadamente, que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com muitos anos de experiência internacional.

Também à luz dos requisitos legais a observar, o Conselho de Fiscalização deve ser constituído por, no mínimo, 30% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens.

Existe um limite de idade de 70 anos, em princípio, para membros do Conselho de Fiscalização e a duração máxima de cada participação individual no Conselho de Fiscalização não deverá exceder, habitualmente, 15 anos.

## Implementação

Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes de acionistas.

Com base numa proposta do Comité de Nomeações, foi emitido um perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização e foram emitidos perfis de candidatos para o Presidente do Conselho de Fiscalização, os membros do Conselho de Fiscalização e os presidentes de cada comité. Os perfis resumem o conhecimento, as competências e a experiência necessários para realizar adequadamente as tarefas do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (adequação coletiva).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração os requisitos legais referentes à composição do Conselho de Fiscalização, de, no mínimo, 30 % de mulheres e, no mínimo, 30 % de homens (preenchimento conjunto por representantes dos colaboradores e dos acionistas).

O Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Fiscalização, bem como do Conselho de Fiscalização coletivamente.

## Resultados alcançados no exercício financeiro de 2018

No final do exercício, 14 homens e seis mulheres (30%) eram membros do Conselho de Fiscalização. A quota mínima estatutária de 30% foi, assim, cumprida. A existência de menos uma mulher em relação à data de relato do exercício anterior foi resultado da nova eleição dos representantes dos colaboradores para o Conselho de Fiscalização no exercício de 2018.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 34 e 66 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

No final do exercício, a duração da experiência enquanto membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de 15 anos. Sete dos 20 membros ingressaram no Conselho de Fiscalização no exercício de 2018.

De acordo com os nossos objetivos especificados acima, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional em várias empresas e funções.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, história e informática.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Fiscalização adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” bem como no sítio Web do banco: [www.db.com](http://www.db.com) (título “Relações com os investidores”, “Governo da sociedade”, “Conselho de Fiscalização”).

## Conceito de diversidade para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao seleccionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados.

Por resolução do Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração deve ser composto por, pelo menos, 20% de mulheres até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

Para os membros do Conselho de Administração, o limite de idade é alcançado, habitualmente, quando um membro atinge a idade da reforma, de acordo com as regras do regime legal de pensão de reforma da Alemanha, para os segurados de longa duração solicitarem a pré-reforma (“Renteneintrittsalter zur vorzeitigen Inanspruchnahme der Altersrente für langjährig Versicherte”). Atualmente tal ocorre aos 63 anos.

## Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou perfis de candidatos para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Estes perfis têm em consideração uma “Matriz de conhecimentos especializados e competências” que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

## Resultados alcançados no exercício financeiro de 2018

No final do exercício, o Conselho de Administração era composto por oito homens e uma mulher. O objetivo de 20% dos membros ou duas mulheres adotado para 30 de junho de 2022 para o Conselho de Administração não foi ainda cumprido, após a saída de Kimberly Hammonds durante o exercício de 2018. A estrutura etária é diversa, oscilando entre 47 e 63 anos no final do exercício e abrangendo duas gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank oscilava entre um ano e meio e cerca de seis anos. Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, quatro dos nove membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão, à data do final do exercício. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete toda a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração” bem como no sítio Web do banco: [www.db.com](http://www.db.com) (Título “Governo da sociedade”, “Conselho de Administração”).

## 4-

### Informações adicionais (não-auditadas)

416	Medidas financeiras não-GAAP
420	Declaração de aval
421	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
422	Impressão/Publicações

## Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, respetivamente.

Os resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank para os segmentos são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como resultados líquidos, excluindo o resultado (perda) após impostos atribuível a participações minoritárias. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 74% no exercício de 2018, 160% para 2017 e (67)% para 2016. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para todos os períodos relatados em 2018, de 33 % para todos os períodos relatados em 2017 e de 35% para todos os períodos relatados em 2016.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio dos acionistas tangível para os segmentos é calculado deduzindo goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio ativo como atribuído aos segmentos, tal como descrito na Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” para as demonstrações financeiras consolidadas na secção “Medição dos resultados dos segmentos”. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2018					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	530	829	367	–	(396)	1 330
Gasto de imposto sobre o rendimento	0	0	0	–	0	(989)
Resultados Líquidos	382	597	264	–	(902)	341
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	–	(75)	(75)
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais</b>	<b>382</b>	<b>597</b>	<b>264</b>	<b>–</b>	<b>(976)</b>	<b>267</b>
Capital próprio médio dos acionistas	43 427	14 514	4 669	–	0	62 610
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(3 090)	(2 113)	(3 183)	–	(0)	(8 386)
<b>Capital próprio médio dos acionistas tangível</b>	<b>40 337</b>	<b>12 401</b>	<b>1 485</b>	<b>–</b>	<b>0</b>	<b>54 224</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1 %	4 %	6 %	–	N/S	0 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	1 %	5 %	18 %	–	N/S	1 %



	2017					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	1 096	465	732	–	(1 066)	1 228
Gasto de imposto sobre o rendimento	0	0	0	–	0	(1 963)
Resultados líquidos	734	312	490	–	(2 272)	(735)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	–	(15)	(15)
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais</b>	<b>734</b>	<b>312</b>	<b>490</b>	<b>–</b>	<b>(2 287)</b>	<b>(751)</b>
Capital próprio médio dos acionistas	44 197	14 943	4 687	–	99	63 926
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(2 982)	(2 082)	(3 816)	–	(1)	(8 881)
<b>Capital próprio médio dos acionistas tangível</b>	<b>41 215</b>	<b>12 861</b>	<b>871</b>	<b>–</b>	<b>98</b>	<b>55 045</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	2 %	2 %	10 %	–	N/S	(1)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	2 %	2 %	56 %	–	N/S	(1)%

	2016					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	1 973	1 547	(190)	(3 187)	(952)	(810)
Gasto de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	(546)
Resultados líquidos	1 290	1 011	(124)	(2 085)	(1 449)	(1 356)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	(45)	(45)
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais</b>	<b>1 290</b>	<b>1 011</b>	<b>(124)</b>	<b>(2 085)</b>	<b>(1 495)</b>	<b>(1 402)</b>
Capital próprio médio dos acionistas	40 312	14 371	4 460	690	2 249	62 082
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(2 568)	(1 775)	(4 636)	(3)	(894)	(9 876)
<b>Capital próprio médio dos acionistas tangível</b>	<b>37 744</b>	<b>12 595</b>	<b>(175)</b>	<b>687</b>	<b>1 355</b>	<b>52 206</b>
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3 %	7 %	(3)%	N/S	N/S	(2)%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3 %	8 %	71 %	N/S	N/S	(3)%

## Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável com os gastos operacionais (excl. juros) da medida financeira das IFRS. Os custos ajustados são calculados deduzindo dos gastos operacionais (excl. juros) ao abrigo das IFRS (i) imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, (ii) litígio, (iii) benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e (iv) reestruturação e indenizações. Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros decorreram do negócio da Abbey Life Assurance, que foi vendida em finais de 2016, pelo que não irão ocorrer em períodos futuros. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

	2018					
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>12 372</b>	<b>8 923</b>	<b>1 735</b>	<b>-</b>	<b>431</b>	<b>23 461</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	-	0	0
Provisões para litígio	56	(51)	33	-	50	88
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	-	0	0
Reestruturação e indemnização	339	121	45	-	58	563
<b>Custos ajustados</b>	<b>11 976</b>	<b>8 853</b>	<b>1 657</b>	<b>-</b>	<b>324</b>	<b>22 810</b>

	2017					
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>12 892</b>	<b>9 411</b>	<b>1 799</b>	<b>-</b>	<b>593</b>	<b>24 695</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	12	3	-	0	21
Provisões para litígio	44	53	5	-	112	213
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	-	0	0
Reestruturação e indemnização	151	399	18	-	2	570
<b>Custos ajustados</b>	<b>12 690</b>	<b>8 947</b>	<b>1 774</b>	<b>-</b>	<b>478</b>	<b>23 891</b>

	2016					
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Non-Core Operations Unit	Corporate & Other	Total consolidado
<b>Gastos operacionais (excl. juros)</b>	<b>13 926</b>	<b>9 104</b>	<b>3 205</b>	<b>2 682</b>	<b>525</b>	<b>29 442</b>
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	1 021	(49)	(0)	1 256
Provisões para litígio	608	56	(0)	1 750	(18)	2 397
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	0	0	374
Reestruturação e indemnização	390	205	69	23	(5)	681
<b>Custos ajustados</b>	<b>12 643</b>	<b>8 843</b>	<b>1 741</b>	<b>958</b>	<b>549</b>	<b>24 734</b>

## Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

### Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2018	2017	2016	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Total do capital acionista (valor contabilístico)</b>	<b>62 495</b>	<b>63 174</b>	<b>59 833</b>	<b>(680)</b>	<b>(1)</b>	<b>3 341</b>	<b>6</b>
Goodwill and other intangible assets	(8372) <sup>1</sup>	(8 839)	(8 982)	467	(5)	143	(2)
<b>Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)</b>	<b>54 122</b>	<b>54 335</b>	<b>50 851</b>	<b>(213)</b>	<b>(0)</b>	<b>3 484</b>	<b>7</b>

<sup>1</sup> Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

## Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)				Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017		Aumento (diminuição) em 2017 relativamente a 2016	
	2018	2017	2016	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
<b>Número de ações</b>	<b>2 066,8</b>	2 066,8	1 545,5	0	0	521,3	33,7
Ações em circulação:							
Ações próprias	(1,3)	(0,4)	(0,2)	(1,0)	N/S	(0,1)	63,5
Prêmios em ações com direitos adquiridos	39,8	28,5	23,3	11,3	39,5	5,2	22,4
<b>Ações básicas em circulação<sup>1</sup></b>	<b>2 105,2</b>	2 094,9	1 568,6	10,3	0,5	526,3	33,6
<b>Valor contábilístico por ação básica em circulação em €</b>	<b>29,69</b>	30,16	38,14	(0,47)	(1,6)	(7,98)	(20,9)
<b>Valor contábilístico tangível por ação básica em circulação em €</b>	<b>25,71</b>	25,94	32,42	(0,23)	(0,9)	(6,48)	(20,0)

<sup>1</sup> As ações básicas em circulação foram ajustadas para os períodos de comparação, de modo a refletir o efeito da componente de bônus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.

## Medidas do CRR/CRD IV fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD IV. O CRR/CRD IV fornece regras "transitórias" (ou de implementação), nos termos das quais os instrumentos de capital que já não são elegíveis ao abrigo das novas regras podem ser descontinuados gradualmente à medida que as novas regras relativas aos ajustamentos regulamentares são integradas gradualmente, bem como relativamente à ponderação de risco de determinadas categorias de ativos.

Quando nos referimos aos resultados do Deutsche Bank, em conformidade com as regras transitórias, utilizamos o termo "CRR/CRD IV". Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo "CRR/CRD IV fully loaded". Para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA), a CRR/CRD 4 manteve regras de transição que permitiam anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Estes regimes transitórios foram considerados pela última vez para 31 de dezembro de 2017, tendo depois expirado, resultando em nenhuma diferença posterior para RWA no regime fully loaded ou transitório.

Desde 2015, o requisito de capital mínimo do Common Equity Tier 1 (CET 1) aplicável ao Grupo é de 4,5% dos ativos ponderados pelo risco. Para além deste requisito de capital mínimo, foram implementados vários requisitos de amortecedor de capital com início em 2016 e que entrarão integralmente em vigor a partir de 2019. O desenvolvimento e implementação de uma base de capital de alta qualidade, a qual deve em primeira instância ser composta por Common Equity Tier 1, reflete um dos elementos centrais do quadro CRR/CRD IV. Os ajustamentos regulamentares específicos estiveram sujeitos a regras transitórias. Por exemplo, foram implementadas deduções de ativos por impostos diferidos que dependam de rentabilidade futura ou deduções para participações indiretas e sintéticas de instrumentos próprios e instrumentos de capital emitidos por entidades do setor financeiro. Estes regimes de implementação para a CET 1 eram ainda aplicáveis para relatos de 31 de dezembro de 2017, pois a percentagem de implementação era de 80% em 2017. Não são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2018 pois a percentagem de implementação aumentou para 100%. Ao mesmo tempo, as participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias estão agora descontinuadas com uma taxa de descontinuação de 100% desde 1 de janeiro de 2018.

Os regimes transitórios continuam a ser aplicáveis para capital Tier 1 (AT1) e Tier 2 (T2) adicional. Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 50% em 2017, 40% em 2018 sendo que este limite desce 10% em cada exercício.

Uma vez que a implementação final do CRR/CRD IV pode diferir das nossas expectativas e, uma vez que os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação poderão variar, as nossas medidas CRR/CRD IV "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Acreditamos que estes cálculos CRR/CRD IV fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às novas normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos CRR/CRD IV numa base fully loaded.

Para descrições destas medidas "fully loaded" do CRR/CRD IV e as diferenças das medidas mais diretamente comparáveis nos termos das regras transitórias do CRR/CRD IV, consulte "Relatório de gestão: Relatório de risco: Desempenho de capital e risco: Capital, Rácio de alavancagem e MREL", particularmente, as subsecções intituladas "Evolução do capital regulamentar", "Evolução de ativos ponderados pelo risco" e "Rácio de alavancagem".

## Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
DB Privat- und Firmenkundenbank AG, anteriormente Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia <sup>1</sup>	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	

<sup>1</sup> Com a transferência do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna para o Santander Bank Polska, do negócio Private & Commercial Bank polaco excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, a declaração de aval do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna foi revogada e cessada pelo Deutsche Bank AG relativamente ao negócio alienada com efeito à data de 10 de novembro de 2018. Em todos os outros aspetos, a declaração de aval emitida a favor do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna continua a ser aplicável.

## Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2018	2017	2016	2015	2014
<b>Net interest income</b>	<b>13 192</b>	<b>12 378</b>	<b>14 707</b>	<b>15 881</b>	<b>14 272</b>
Provisão para perdas de crédito	525	525	1 383	956	1 134
<b>Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito</b>	<b>12 667</b>	<b>11 853</b>	<b>13 324</b>	<b>14 925</b>	<b>13 138</b>
Rendimentos de serviços e comissões	10 039	11 002	11 744	12 765	12 409
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 332	2 926	1 401	3 842	4 299
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	753	141	2 161	1 037	969
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>25 316</b>	<b>26 447</b>	<b>30 014</b>	<b>33 525</b>	<b>31 949</b>
Remunerações e benefícios	11 814	12 253	11 874	13 293	12 512
Despesas gerais e administrativas	11 286	11 973	15 454	18 632	14 654
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	374	256	289
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	21	1 256	5 776	111
Atividades de reestruturação	360	447	484	710	133
<b>Despesas totais (excluindo juros)</b>	<b>23 461</b>	<b>24 695</b>	<b>29 442</b>	<b>38 667</b>	<b>27 699</b>
<b>Resultado antes do imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 330</b>	<b>1 228</b>	<b>(810)</b>	<b>(6 097)</b>	<b>3 116</b>
Gasto de imposto sobre o rendimento	989	1 963	546	675	1 425
<b>Resultado líquido</b>	<b>341</b>	<b>(735)</b>	<b>(1 356)</b>	<b>(6 772)</b>	<b>1 691</b>
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	75	15	45	21	28
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	267	(751)	(1 402)	(6 794)	1 663
em euros					
(exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos <sup>1,2</sup>	(0,01)	(0,53)	(1,08)	(4,52)	1,20
Resultados por ação diluídos <sup>1,3</sup>	(0,01)	(0,53)	(1,08)	(4,52)	1,17
Dividendos pagos por ação <sup>4</sup>	0,11	0,19 <sup>5</sup>	0,00	0,75	0,75
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos <sup>5</sup>	0,13	0,21	0,00	0,84	1,02

<sup>1</sup> O número médio de ações básicas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a abril de 2017 por forma a refletir o efeito do prêmio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital em abril de 2017. O número médio de ações básicas em circulação foi ajustado para 2014 por forma a refletir o efeito do componente de bônus de direitos de subscrição emitidos relativamente ao aumento de capital concluído em junho de 2014.

<sup>2</sup> Calculamos os resultados por ação básicos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Os lucros foram ajustados em 292 milhões de euros, 298 milhões de euros, 276 milhões de euros e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2018, abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente.

<sup>3</sup> Calculamos os resultados por ação diluídos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas. Os lucros foram ajustados em 292 milhões de euros, 298 milhões de euros, 276 milhões de euros e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2018, abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente. Não ocorreu qualquer efeito de diluição para 2018, pois o resultado líquido foi compensado por cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1. Para 2017, 2016 e 2015, não existe qualquer efeito de diluição, pois o Grupo relatou uma perda líquida.

<sup>4</sup> Dividendos declarados e pagos no exercício.

<sup>5</sup> Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram traduzidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.

<sup>6</sup> O dividendo pago em 2017 consistia em 0,11 euros para 2016 e 0,08 euros para 2015 que foram pagos simultaneamente em 2017 após a concordância da assembleia-geral anual em 2017.

	2018	2017	2016	2015	2014
	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros	em milhões de euros
<b>Total assets</b>	<b>1 348 137</b>	<b>1 474 732</b>	<b>1 590 546</b>	<b>1 629 130</b>	<b>1 708 703</b>
Empréstimos pelo custo amortizado	400 297	401 699	408 909	427 749	405 612
Deposits	564 405	581 873	550 204	566 974	532 931
Dívida a longo prazo	152 083	159 715	172 316	160 016	144 837
Ações ordinárias <sup>1</sup>	5 291	5 291	3 531	3 531	3 531
<b>Total do capital acionista</b>	<b>62 495</b>	<b>63 174</b>	<b>59 833</b>	<b>62 678</b>	<b>68 351</b>
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV) <sup>2</sup>	47 486	50 808	47 782	52 429	60 103
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>2</sup>	47 486	48 300	42 279	44 101	46 076
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV) <sup>2</sup>	55 091	57 631	55 486	58 222	63 898
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) <sup>2</sup>	52 082	52 921	46 829	48 651	50 695
<b>Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV)<sup>2</sup></b>	<b>61 292</b>	<b>64 016</b>	<b>62 158</b>	<b>64 522</b>	<b>68 293</b>
<b>Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded)<sup>2</sup></b>	<b>61 292</b>	<b>63 250</b>	<b>59 502</b>	<b>60 976</b>	<b>63 072</b>

<sup>1</sup> O capital aumentou do capital autorizado em troca de entradas em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição em abril de 2017 e em junho de 2014.

<sup>2</sup> Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.



## Impressão/Publicações

Deutsche Bank  
Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60262 Frankfurt am Main

Alemanha  
Telefone: +49 69 910-00  
deutsche.bank@db.com

### Relações com os investidores

+49 800 910-8000  
db.ir@db.com

### Publicação

Publicado em 22 de março de 2019.

### Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 22 de março de 2019, sob o título "Fatores de risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em [www.db.com/ir](http://www.db.com/ir).

# O nosso objetivo

É por isso que aqui estamos. É isto que fazemos.

Pretendemos promover o crescimento económico e o progresso social, através da criação de impacto positivo para os nossos clientes, a nossa população, os nossos investidores e as nossas comunidades.

## 2019

Calendário Financeiro

26 de abril de 2019

Relatório de lucros a 31 de março de 2019

23 de maio de 2019

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

28 de maio de 2019

Pagamento de dividendos

24 de julho de 2019

Relatório intercalar de 30 de junho de 2019

30 de outubro de 2019

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2019

## 2020

Calendário Financeiro

30 de janeiro de 2020

Resultados preliminares referentes ao exercício de 2019

20 de março de 2020

Relatório Anual de 2019 e Formulário 20-F

29 de abril de 2020

Relatório de lucros a 31 de março de 2020

20 de maio de 2020

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

26 de maio de 2020

Pagamento de dividendos

(em caso de lucros distribuíveis e de decisão da Assembleia-Geral Anual de pagar dividendos)

29 de julho de 2020

Relatório intercalar a 30 de junho de 2020

28 de outubro de 2020

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2020



Deutsche Bank



Demonstrações  
financeiras anuais  
e Relatório de gestão do  
Deutsche Bank AG de  
2018



# Índice

## **1 — Relatório de gestão**

- 3 Análise operacional e financeira
- 14 Perspetiva
- 20 Riscos e oportunidades
- 26 Relatório de risco
- 62 Relatório de remuneração
- 105 Controlo interno sobre o relato financeiro
- 107 Demonstração não financeira
- 124 Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e relatório explicativo

## **2 — Demonstrações financeiras anuais**

- 130 Balanço a 31 de dezembro de 2018
- 132 Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018
- 133 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

## **3 — Confirmações**

- 190 Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
- 191 Relatório do auditor independente

# 1

## Relatório de Gestão

### **3 Análise operacional e financeira**

3 A nossa organização

6 Ambiente económico

6 Sumário executivo

9 Demonstração de resultados

12 Balanço

### **14 Perspetiva**

### **20 Riscos e oportunidades**

### **26 Relatório de risco**

26 Os riscos do Deutsche Bank AG no Grupo

27 Visão geral do risco e do capital

27 Indicadores de risco fundamentais

28 Perfil de risco

### **30 Estrutura de risco e de capital**

30 Princípios de gestão do risco

31 Governação do risco

34 Apetência pelo risco e capacidade de risco

34 Plano de risco e de capital

36 Gestão do risco de crédito

39 Gestão do risco de mercado

42 Gestão do risco operacional

44 Gestão do risco de liquidez

45 Gestão do risco (estratégico) do negócio

45 Gestão do risco do modelo

46 Gestão do risco de reputação

### **47 Desempenho de risco e de capital**

47 Capital e rácio de alavancagem

55 Exposição ao risco de crédito

60 Exposições ao risco de mercado relacionado com a negociação

60 Exposição ao risco operacional

61 Exposição ao risco de liquidez

### **62 Relatório de remuneração**

63 Relatório de remuneração do Conselho de Administração

89 Relatório de remuneração dos colaboradores

102 Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

### **105 Controlo interno sobre o relato financeiro**

### **107 Demonstração não financeira**

124 Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e relatório explicativo

# Análise operacional e financeira

## A nossa organização

### Grupo Deutsche Bank

#### Deutsche Bank: a nossa organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1348 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Nessa data empregávamos 91 737 colaboradores internos equivalentes a tempo inteiro e operávamos em 59 países, com um total de 2064 agências no mundo, das quais 68% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2018, estávamos organizados nestas seguintes três divisões corporativas:

- Corporate & Investment Bank (CIB)
- Private & Commercial Bank (PCB)
- Asset Management (AM)

As três divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e local para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Para o Deutsche Bank AG, as agências mais importantes, além das nossas operações na Alemanha, estão localizadas em Londres, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Singapura. Estas agências prestam sobretudo serviços nas divisões de Corporate & Investment Bank e Wealth Management.

Consulte abaixo para obter uma descrição geral das nossas divisões corporativas.

#### Corporate & Investment Bank (CIB)

##### Visão geral da divisão corporativa

A CIB é composta pelas áreas de Global Transaction Banking, geração e consultoria (Origination & Advisory), Sales & Trading (FIC) e Sales & Trading (ações). A divisão reúne os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco, vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. Isto permite à CIB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir eficazmente os clientes do banco.

##### Produtos e serviços

A Global Transaction Banking (GTB) é um provedor global na prestação de serviços de financiamento ao comércio e títulos, gestão de tesouraria, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo.

A área de geração e consultoria (Origination & Advisory) é responsável pelas fusões e aquisições (M&A), bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos nossos clientes corporativos e institucionais.

As áreas de negócio Sales & Trading (FIC) e Sales & Trading (ações) agregam a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

## Canais de distribuição e marketing

Como parte da nossa estratégia, estamos a alterar o foco e a otimizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de beneficiar os nossos clientes essenciais. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que consideramos que os retornos são demasiado baixos ou que os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e os procedimentos Conheça o seu cliente (KYC).

A cobertura dos nossos clientes é fornecida pelo grupo de cobertura institucional e de tesouraria (Institutional & Treasury Coverage), que combina as nossas equipas de venda de dívida (Debt) e de ações (Equity), Financial Solutions Group e Corporate Banking Coverage. Este novo grupo consolidado tem por objetivo beneficiar a divisão através de uma cooperação mais estreita e sinergias melhoradas que levam a um aumento de vendas cruzadas de produtos/soluções para os nossos clientes, ao mesmo tempo que trabalha de perto com a equipa de Investment Banking Coverage dentro da Corporate Finance.

## Private & Commercial Bank (PCB)

### Visão geral da divisão corporativa

Na divisão PCB, servimos clientes privados, pequenas e médias empresas, assim como clientes privados ricos. Estamos organizados em três divisões essenciais: Private and Commercial Business (Alemanha), Private and Commercial Business (Internacional) e Wealth Management (Global). A nossa gama de produtos inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento e ofertas digitais selecionadas. Nestes produtos, oferecemos aos nossos clientes tanto a cobertura para todas as necessidades financeiras básicas como soluções individuais e personalizadas.

### Produtos e serviços

Na nossa divisão Private and Commercial Business (Alemanha), dedicamo-nos a uma abordagem diferenciada e focada no cliente com duas marcas - “Deutsche Bank” e “Postbank”. Com a nossa marca “Deutsche Bank”, focamo-nos em fornecer aos nossos clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria individual e sofisticada. Para clientes das pequenas e médias empresas, fornecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada em colaboração com a divisão Corporate & Investment Bank. O foco da nossa marca “Postbank” permanece no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos nossos clientes de retalho e corporativos. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências do Postbank.

A nossa divisão Private and Commercial Business (Internacional) fornece serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes individuais e corporativos na Bélgica, Índia, Itália e Espanha com algumas variações na oferta de produtos entre os países que são impulsionados pelo mercado nacional e pelas exigências regulatórias e de clientes.

A divisão Wealth Management (Global) serve indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também fornecemos serviços do tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos as nossas ofertas ao colaborar estreitamente com a divisão Corporate & Investment Bank e a Asset Management.

Também consolidámos atividades, que já não fazem parte dos nossos negócios essenciais, numa unidade separada (denominada “Exited Businesses”) e criámos a unidade Digital Ventures para dirigir de forma global a agenda digital da PCB através dos negócios e marcas, tendo por foco os novos modelos de negócio digital baseados na plataforma, investimentos de capital de risco, assim como digitalização dos processos completos e arquitetura de dados adequada como uma base para a análise de dados estruturais e a aplicação de inteligência artificial.

### Canais de distribuição e marketing

Dedicamo-nos a uma abordagem omnicanal e os nossos clientes podem escolher de forma flexível entre as diferentes possibilidades de acesso aos nossos serviços e produtos (agências, centros de consultoria, redes móveis de consultores independentes e banca online/móvel).

Nas nossas divisões Private and Commercial Business (Alemanha) e Private and Commercial Business (Internacional) temos canais de distribuição semelhantes. Estas incluem a nossa rede de agências, apoiada por call centers de apoio ao cliente e terminais de autosserviço; centros de consultoria da marca do Deutsche Bank na Alemanha, que liga a nossa rede da marca com as nossas ofertas digitais; a banca móvel e online, incluindo a nossa plataforma digital através da qual fornecemos uma plataforma de transações para os serviços de banca, corretagem e autosserviço, combinados com uma oferta universal para smartphones e tablets; e por fim, os consultores financeiros, como um canal de serviços adicional em colaboração com consultores financeiros em nome individual, assim como parceiros de vendas e cooperação.

A Wealth Management (Global) tem uma cobertura distinta de clientes. As equipas de gestores de clientes e de consultores sénior gerem as relações com os clientes, fornecem consultoria e assistem os clientes no acesso dos serviços da Wealth Management e produtos de arquitetura aberta. A Institutional Wealth Partners (IWP) fornece acesso institucionalizado com perspetivas de mercado e ideias de negociação da nossa plataforma Global Markets, bem como soluções de empréstimo sem recurso. A Deutsche Oppenheim Family Offices AG (DOAG) oferece serviços que incluem gestão discricionária de

carteira, afetação estratégica de ativos, fundos “Family Office Strategy”, consultoria, seleção de gestor de terceiros, controlo e elaboração de relatórios, assim investimentos em ações privadas e do setor imobiliário.

## Asset Management (AM)

### Visão geral da divisão corporativa

Com mais de 660 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2018, a AM é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A AM visa proporcionar soluções financeiras sustentáveis a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem.

A divisão corporativa “Deutsche Asset Management” foi renomeada para “Asset Management” no primeiro trimestre de 2018. Em março de 2018, o Deutsche Bank concluiu a oferta pública inicial (IPO) parcial da DWS Group GmbH & Co. KGaA (“DWS”), a holding da AM. Desde 23 de março de 2018, as ações da DWS estão cotadas na Bolsa de Valores de Frankfurt. Retemos 80% de participações de capital na DWS e a AM mantém-se como um negócio essencial para o Deutsche Bank.

### Produtos e serviços

As soluções de investimento da AM abrangem estratégias ativas e passivas que passam por um leque diversificado de classes de ativos espetro de liquidez, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. Oferecemos estas capacidades através de uma variedade de invólucros, incluindo fundos negociados em bolsa, fundos de investimento e contas geridas em separado. A AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos clientes, tirando partido da inteligência artificial e tecnologia digital.

### Canais de distribuição e marketing

As equipas Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da AM. A AM também comercializa e distribui as suas ofertas através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PCB para os clientes de retalho, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria eficazes, todos os clientes têm um ponto de acesso único à AM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

## Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Diretor-geral (CEO): Comunicação e responsabilidade social corporativa, Auditoria do Grupo, arte, cultura e desporto
- Diretor financeiro: Finanças a nível regional e do grupo, diretor de contabilidade, Fiscalidade ao nível do Grupo e Tesouraria do Grupo, gestão do desempenho e planeamento, Business and Infrastructure Finance (CFO), transformação de infraestruturas, relações com os investidores, Corporate Investments, fusões e aquisições corporativas
- Diretor de risco: Gestão do risco em consonância com o negócio, gestão do risco regional, gestão de risco da sociedade e risco do modelo, gestão do risco de crédito, gestão do risco de mercado e metodologia do risco, gestão do risco não financeiro, gestão do risco de liquidez e tesouraria e seguros
- Diretora regulamentar: Government & Regulatory Affairs (assuntos regulamentares e de governo), combate aos crimes financeiros, conformidade, Business Selection (seleção de negócios) e Conflict Office
- Diretor administrativo: Departamento jurídico e governação do Grupo incluindo privacidade de dados, recursos humanos incluindo questões executivas empresariais
- Diretor de operações: Diretor/a de informações, direção de segurança, diretor/a de dados, estratégia digital e inovação, serviços corporativos, CIB de operações e serviços de dados de clientes

Para os anos financeiros até 2017, todas as receitas e despesas incorridas nas áreas e funções de infraestrutura são afetadas na totalidade às Corporate & Investment Bank, Private & Commercial Bank e Deutsche Asset Management. A partir de 2018, as despesas de infraestrutura associadas com as atividades de acionistas, tal como definido nas Orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, já não são alocadas às divisões corporativas, mas são mantidas de forma central e relatadas ao abrigo da Corporate & Other.

Para aumentar a colaboração e eficácia geral, o banco decidiu em 2017 mover determinados colaboradores de infraestruturas para as divisões para as quais eles fornecem serviço. Isto ajudou a aumentar a responsabilidade e autonomia das divisões relativamente às suas decisões organizacionais e relacionados com o processo e levou a um aumento significativo do número de colaboradores associados com as divisões, em comparação com 2016 – em particular na Corporate & Investment Bank, assim como na Deutsche Asset Management. As funções de controlo independentes permaneceram geralmente nas áreas centrais.

## Ambiente Económico

### Sumário Executivo

#### A economia global

Crescimento económico (em %) <sup>1</sup>	2018 <sup>2</sup>	2017	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>	<b>3,8</b>	3,8	Crescimento global robusto, com países industrializados a verem um pico nos seus ciclos económicos, enquanto o crescimento nos mercados emergentes desacelerou no fim do exercício. As tensões comerciais atingiram um nível que teve impacto no comércio global. A forte economia dos Estados Unidos forneceu o ímpeto para o crescimento global.
Of which:			
Países industrializados	2,2	2,3	O dinamismo global apoiou o crescimento nos países industrializados mas as disputas comerciais começaram a ter um impacto negativo nas cadeias de valor global dos países industrializados.
Mercados emergentes	4,9	4,8	Os mercados emergentes beneficiaram da extensão do ciclo económico global. O crescimento teve o pico na Ásia, ao passo que alguns países latino-americanos estabilizaram.
<b>Economia da área do euro</b>	<b>1,8</b>	2,5	A economia da área do euro expandiu-se mais lentamente do que o esperado, refletindo efeitos temporários em alguns Estados-Membros e uma conjuntura externa em deterioração. O crescimento foi apoiado pela procura interna sustentada por um crescimento de rendimento sólido e condições financeiras melhoradas.
Of which: Economia alemã	1,4	2,2	A economia alemã surpreendeu pela negativa. Atrasos na certificação de novos veículos inibiram a produção automobilística e por isso, tiveram impacto na cadeia de valor económico geral. Um restrito mercado laboral levou a sólidos contratos salariais.
<b>Economia dos Estados Unidos</b>	<b>2,9</b>	2,2	Um forte desempenho da economia dos Estados Unidos foi apoiado pelos cortes nos impostos, despesa fiscal, assim como pelas condições financeiras de apoio e consumo privado apoiado pelo crescimento salarial e um mercado laboral restrito.
<b>Economia do Japão</b>	<b>0,7</b>	1,9	A economia japonesa abrandou devido a gastos de consumo privado mais baixos e um crescimento de emprego mais baixo, assim como uma procura externa mais fraca.
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>	<b>6,2</b>	6,1	As economias asiáticas continuaram a mostrar um forte crescimento, mas podem ter passado o respetivo pico cíclico. O comércio foi a motor-chave da expansão económica.
Of which: Economia chinesa	6,6	6,9	O crescimento chinês abrandou um pouco. O governo manteve uma orientação estrita da política no setor imobiliário. Vendas de terrenos mais baixas tiveram impacto nos proveitos fiscais degressivos. As exportações chinesas foram resilientes apesar das tensões comerciais crescentes ao longo de 2018.

<sup>1</sup> Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.

<sup>2</sup> Fontes: Deutsche Bank Research.

<sup>3</sup> Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

#### O setor bancário

Na área do euro, 2018 viu os bancos a registarem o seu primeiro crescimento digno de nota no que toca a empréstimos empresariais desde a crise financeira, com volumes a subirem 2% em termos homólogos. Em contrapartida, a dinâmica no empréstimo imobiliário a famílias e no empréstimo privado estabilizou nos 3%. As taxas de juro mantiveram-se perto de mínimos históricos e penalizaram a margem da taxa de juro líquida dos bancos. O crescimento em depósitos empresariais abrandou de modo muito significativo para 3% em termos homólogos, ao passo que o crescimento nos depósitos de retalho aumentou para mais de 4,5%. Os bancos europeus assistiram provavelmente ao decréscimo lento dos proveitos e despesas gerais, com uma queda significativa nas provisões de risco (a partir de um nível já baixo).

Na Alemanha, emprestar a empresas e a empresários em nome individual continuaram a ganhar um ritmo considerável no ano passado, um aumento de 5,5% em termos homólogos. O valor foi o mais alto desde a bolha dos dot-com nos primeiros anos deste século e coincidiu com um acentuado decréscimo na emissão de obrigações empresariais. O empréstimo de retalho também continuou a expandir-se para os 3,5%, acionado por um aumento de 5% em volumes de hipoteca. No lado do financiamento, os depósitos de famílias cresceram aproximadamente 5%, ao passo que os depósitos empresariais expandiram-se um ritmo consideravelmente mais lento de 2,5%. Apesar da excelente qualidade de ativos, não se espera uma alteração na rentabilidade estruturalmente baixa dos bancos da Alemanha, uma situação principalmente provocada pela intensa concorrência e por uma conjuntura de taxas de juro baixas.

É quase certo que a atividade bancária dos Estados Unidos estabeleceu um novo recorde de lucros. Os primeiros nove meses assistiram aos bancos a gerarem lucro líquido mais alto do que em qualquer período do exercício anterior. Isto deveu-se a uma vasta gama de fatores incluindo negócio de crédito saudável, o benefício de taxas de juro mais altas sobre a margem da taxa de juro líquida e sobre os fundos líquidos, cortes nos impostos e quota de mercado ganha na área dos mercados de capitais globais. O empréstimo a famílias aumentou em 2,2% em termos homólogos, um decréscimo da respetiva taxa de 2017 representando um crescimento mais lento no financiamento hipotecário de 3% e um decréscimo de 9% em empréstimos de capital para crédito à habitação, ao passo que o crescimento no crédito ao consumo estabilizou nos



5%. Em contrapartida, uma taxa de crescimento no empréstimo a negócios duplicou para 7,5% no decurso do exercício, motivado por um crescimento de dois dígitos no empréstimo empresarial, onde volumes pendentes duplicaram desde 2010. O empréstimo de imóveis comerciais cresceu a uma taxa algo mais baixa do que no exercício anterior de 5%. Os depósitos do setor privado continuaram a expandir-se em 4%.

Na China, o crescimento de crédito continuou a desacelerar em 2018. O empréstimo para negócios cresceu apenas 8% em termos homólogos, ao passo que o valor para clientes de retalho foi de 18%. Os depósitos do setor privado cresceram a uma taxa de 7%, estável face ao período anterior. No Japão, as taxas de crescimento também permaneceram largamente estáveis globalmente nos 2,5% para empréstimos e 3,5% para depósitos.

A banca de investimento registou um sólido resultado na área da consultoria em fusões e aquisições (M&A) em 2018, ao passo que os volumes de transações na emissão de dívida e de ações assistiram a decréscimos em termos homólogos. A negociação de títulos demonstraram um crescimento amplamente positivo. A negociação de ações nos Estados Unidos e os negócios derivados apresentaram um excelente desempenho e houve também um crescimento robusto em obrigações. A única contração foi na negociação de ações europeias.

## Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nas IFRS e nas divisões do Grupo e não em empresas individuais do grupo. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Uma vez que o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, os rácios de capital regulamentar são aplicáveis apenas ao nível do Grupo. Por conseguinte, debatemos primeiro o desempenho global com base nos dados financeiros do grupo, seguido de uma discussão para o Deutsche Bank AG.

Em 2018, o Deutsche Bank alcançou o seu primeiro lucro líquido do exercício desde 2014 e produziu os seus custos ajustados e objetivos quanto ao número de colaboradores. O banco também anunciou e executou uma série de medidas de reposicionamento estratégico, principalmente na divisão Corporate & Investment Bank e fez um bom progresso ao mesmo tempo que continua a fortalecer os seus controlos e processos. Em 2018, o banco concluiu com êxito a fusão jurídica da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank, a venda parcial do negócio de retalho na Polónia, a integração da Sal. Oppenheim e a oferta pública inicial ("IPO") da DWS Group GmbH & Co. KGaA ("DWS"). O banco centrou-se na reutilização de recursos e no investimento em áreas de pontos fortes essenciais que a gestão acredita que irá promover o crescimento.

### Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Desempenho operacional a curto prazo	Situação no final de 2018	Situação no final de 2017
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	(1,4)%
Custos ajustados <sup>2</sup>	22,8 mil milhões de euros	23,9 mil milhões de euros
Colaboradores <sup>3</sup>	91 737	97 535
<b>Desempenho de capital</b>		
Rácio Common Equity Tier 1 fully loaded CRR/CRD IV <sup>4</sup>	13,6 %	14,0 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) <sup>4</sup>	4,3 %	4,1 %

<sup>1</sup> Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do nosso Relatório Anual de 2018.

<sup>2</sup> Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do nosso Relatório Anual de 2018.

<sup>3</sup> Internos equivalentes a tempo inteiro.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2018 foram de 25,3 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,1 mil milhões de euros ou 4% face a 2017. As receitas na divisão Corporate & Investment Bank (CIB) sofreram o impacto do reposicionamento estratégico, especialmente com a redução no número de colaboradores e a exposição de alavancagem, condições de mercado desafiantes, menos atividades de clientes, em parte devido a desenvolvimentos adversos relativamente ao banco, taxas de juro negativas e compressão de margens. As receitas na divisão Private & Commercial Bank (PCB) mantiveram-se essencialmente inalteradas dado que o crescimento nas receitas oriundas de empréstimos foi atenuado por obstáculos contínuos nas taxas de juro sobre produtos de depósito. As receitas na Asset Management (AM) sofreram os impactos das saídas líquidas, compressão de margens, comissões de desempenho mais baixas e a ausência de rubricas específicas de receitas registada em 2017. As receitas na Corporate and Other (C&O) melhoraram, principalmente incentivadas pela ausência da realização de um ajustamento de conversão cambial negativo relativo à venda de uma subsidiária não estratégica na Argentina em 2017 e aos maiores impactos positivos das diferenças de calendarização e avaliação em 2018, comparativamente ao exercício anterior.

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2018, mantendo-se inalterada comparativamente a 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 foram de 23,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros ou 5% face a 2017, com a gestão a executar os respetivos objetivos de redução de custos. A diminuição foi impulsionada pelas reduções através da maioria das categorias de custos, incluindo despesas com remunerações e benefícios mais baixas, custo reduzido para as taxas de serviços profissionais e para instalações, assim como encargos de contencioso e reestruturação mais baixos.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 1,3 mil milhões de euros em 2018 comparativamente aos 1,2 mil milhões de euros em 2017, o que corresponde a um aumento de 103 milhões de euros ou 8%, essencialmente motivado por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos, parcialmente atenuado por receitas mais baixas.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 989 milhões de euros em 2018, comparativamente aos 2 mil milhões de euros em 2017, que incluía a cobrança de um encargo tributário único de 1,4 mil milhões de euros atribuíveis à reavaliação dos ativos por impostos diferidos dos Estados Unidos resultantes da reforma tributária nos Estados Unidos. A taxa efetiva de imposto de 74% em 2018 sofreu principalmente o impacto das alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos e dos efeitos tributários relacionados com o pagamento baseado em ações.

O banco reportou um resultado líquido de 341 milhões de euros em 2018, comparativamente a uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017. O melhoramento foi essencialmente motivado pela ausência do encargo tributário único do exercício anterior e por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos.

O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) fully loaded do banco em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 13,6% no final de 2018, comparativamente aos 14,0% registados no final de 2017, principalmente motivado por um aumento nos ativos ponderados pelo risco.

## Sumário executivo para o Deutsche Bank AG

Em 2018, o Deutsche Bank AG registou um resultado líquido de 514 milhões de euros em comparação com um resultado líquido de 644 milhões de euros em 2017. Esta diminuição foi motivada por uma série de desenvolvimentos consideráveis, mas com um efeito parcial de compensação. A melhoria no resultado líquido de 1,6 mil milhões de euros foi causada por um aumento nos lucros operacionais de 1,4 mil milhões de euros e uma despesa de imposto de 6 milhões de euros em 2018, em comparação com 254 milhões de euros em 2017. Estes fatores foram mais do que compensados pelos acréscimos ao fundo para riscos bancários gerais, em até 1,7 mil milhões de euros, e gastos extraordinários líquidos superiores, com um aumento de 147 milhões de euros.

O aumento de 1,4 mil milhões de euros nos lucros operacionais foi sobretudo motivado por proveitos 464 milhões de euros superiores, despesas administrativas 587 mil milhões de euros inferiores, incluindo depreciação, e provisionamento inferior, com uma queda de 566 milhões de euros. Isto foi parcialmente compensado por um aumento nos gastos operacionais diversos líquidos de 215 milhões de euros.

O resultado extraordinário líquido esteve relacionado com a reestruturação e ascendeu a 211 milhões de euros negativos (2016: 64 milhões de euros negativos).

Os acréscimos ao fundo para riscos bancários gerais ascenderam a 2 mil milhões de euros em 2018 (2017: adição de 300 milhões de euros).

O total de despesas com impostos ascendeu a 6 milhões de euros em 2018 (2017: 254 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2018, o total do ativo diminuiu 344 mil milhões de euros para 889 mil milhões de euros, sobretudo devido a diminuições nos valores de mercado positivos e negativos de derivados na carteira de negociação. Estes incluíram 201 mil milhões de euros relacionados com uma extensão de compensação de valores de mercado de derivados com ajustamento de margens de número diário.

O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez uma posição sólida de capital regulamentar. Para mais pormenores, consulte as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Em 2018, o capital próprio dos acionistas (excluindo lucros distribuíveis) aumentou 204 milhões de euros para 54,1 mil milhões de euros, sobretudo devido a uma adição a outras reservas de receitas de 200 milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 11 cêntimos de euro por ação e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

## Demonstração de resultados

Na tabela abaixo, poderá encontrar uma descrição geral da demonstração de resultados do Deutsche Bank AG, que é seguida de mais informações sobre as rubricas individuais.

### Demonstração condensada dos resultados do Deutsche Bank AG

em milhões de euros			Moeda Base	
	2018	2017	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros <sup>1</sup>	13 566	11 210	2 356	21
Rendimento corrente <sup>2</sup>	6 962	5 659	1 303	23
<b>Total interest income</b>	<b>20 529</b>	<b>16 869</b>	<b>3 659</b>	<b>22</b>
Gastos de juros	11 503	8 959	2 544	28
<b>Net interest income</b>	<b>9 026</b>	<b>7 910</b>	<b>1 115</b>	<b>14</b>
Rendimento de comissões	7 411	7 678	(266)	(3)
Gastos com comissões	1 411	1 560	(149)	(10)
<b>Rendimento de comissões líquido</b>	<b>6 001</b>	<b>6 118</b>	<b>(117)</b>	<b>(2)</b>
<b>Resultado de negociação líquido</b>	<b>1 629</b>	<b>2 164</b>	<b>(535)</b>	<b>(25)</b>
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
<b>Total de receitas</b>	<b>16 656</b>	<b>16 192</b>	<b>464</b>	<b>3</b>
Wages and salaries	3 768	4 284	(516)	(12)
Contribuições obrigatórias para a segurança social <sup>3</sup>	860	819	41	5
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>4 629</b>	<b>5 103</b>	<b>(475)</b>	<b>(9)</b>
Outras despesas administrativas <sup>4</sup>	8 532	8 644	(112)	(1)
<b>Gastos administrativos</b>	<b>13 161</b>	<b>13 747</b>	<b>(587)</b>	<b>(4)</b>
<b>Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais</b>	<b>(611)</b>	<b>(395)</b>	<b>(215)</b>	<b>55</b>
Provisionamento de risco	(91)	475	(566)	N/S
<b>Lucros operacionais</b>	<b>2 975</b>	<b>1 574</b>	<b>1 401</b>	<b>89</b>
<b>Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários</b>	<b>(244)</b>	<b>(312)</b>	<b>68</b>	<b>(22)</b>
<b>Resultado extraordinário</b>	<b>(211)</b>	<b>(64)</b>	<b>(147)</b>	<b>N/S</b>
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	(2 000)	(300)	(1 700)	N/S
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>520</b>	<b>898</b>	<b>(378)</b>	<b>(42)</b>
Impostos	6	254	(248)	(98)
<b>Net income</b>	<b>514</b>	<b>644</b>	<b>(130)</b>	<b>(20)</b>
Lucros transitados do ano anterior	172	55	117	N/S
	685	699	(14)	(2)
<b>Alocações a reservas de receitas</b>	<b>200</b>	<b>300</b>	<b>(100)</b>	<b>(33)</b>
– a outras reservas de receitas	200	300	(100)	(33)
<b>Lucros distribuíveis</b>	<b>486</b>	<b>399</b>	<b>87</b>	<b>22</b>

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo, créditos inscritos no registo da dívida pública e setor de leasing.

<sup>2</sup> De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).

<sup>3</sup> Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.

<sup>4</sup> Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

### Aumento do rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido aumento 1,1 mil milhões de euros para 9 mil milhões de euros. No rendimento atual, o rendimento de contratos de agregação de lucros aumentou 1,6 mil milhões de euros, enquanto outros rendimentos correntes diminuíram 315 milhões de euros e o resultado líquido de empréstimos e títulos menos gasto de juros diminuiu 188 milhões de euros.

O aumento dos contratos de agregação de lucros de 1,6 mil milhões deveu-se sobretudo a um efeito único de 2,1 mil milhões de euros relacionados com a PFK AG. A descontinuação do rendimento de contratos de agregação de lucros da DWS compensou parcialmente, uma vez que a sua IPO parcial em 2018 levou ao cancelamento do contrato de agregação de lucros com a DWS. Nos anos futuros, as distribuições da DWS serão registadas como rendimento de dividendos.

Outros resultados correntes diminuíram 315 milhões de euros, o que foi motivado por um rendimento inferior de ações de capital (queda de 782 milhões de euros), enquanto o rendimento de ações em empresas afiliadas e participações aumentou 471 milhões de euros.

O resultado líquido de empréstimos e títulos menos gastos de juros diminuiu globalmente 188 milhões de euros ou 8,3%. O rendimento de juros, bem como os gastos de juros apresentaram aumentos pronunciados, enquanto as despesas aumentaram mais do que os rendimentos.

## Diminuição do rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido de 6 mil milhões de euros desceu 117 milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento foi impulsionado pela maioria das componentes do rendimento de comissões, incluindo 175 milhões de euros de comissões inferiores no negócio de títulos, 109 milhões de euros de rendimentos inferiores de gestão de ativos e 46 milhões de euros de comissões reduzidas do negócio de empréstimos. O rendimento de serviços prestados por empresas do grupo, que aumentou 197 milhões de euros, compensou parcialmente.

## Resultado de negociação líquido inferior

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 1,6 mil milhões de euros em 2018, o que representa uma descida de 535 milhões de euros face ao ano anterior. Esta diminuição foi sobretudo impulsionada por perdas em títulos e apenas parcialmente compensada por ganhos em conversão cambial em moeda funcional não local.

## Diminuição nos gastos com pessoal e custos operacionais

Os gastos com pessoal diminuíram 475 milhões de euros para 4,6 mil milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a uma redução dos salários e vencimentos, incluindo pagamentos variáveis, que diminuiu 516 milhões de euros em resultado de uma redução do número de colaboradores.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação geográfica dos nossos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro).

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) <sup>1</sup>	31 dez 2018	31 dez 2017	Moeda Base
Alemanha	11 406	11 444	(38)
Europa (excl. Alemanha)	8 923	9 461	(538)
Américas	774	2 001	(1 227)
África/Ásia/Austrália	5 625	6 146	(521)
<b>Total</b>	<b>26 728</b>	<b>29 052</b>	<b>(2 324)</b>

<sup>1</sup> Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.

O número de colaboradores nas Américas diminuiu sobretudo devido à transferência de funções da CIB e de Infraestrutura, por exemplo, diretor de operações, funções de risco e financeiras, para a DB USA Corporation. Na Europa, excluindo a Alemanha, a diminuição do número de colaboradores está sobretudo relacionada com o desenvolvimento no Reino Unido, que resultou em reduções na CIB e em funções de serviços relacionados. Na região da África/Ásia/Austrália, o número de colaboradores foi sobretudo reduzido em Hong Kong, Singapura e Índia.

Outros gastos administrativos (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 226 milhões de euros para 7,3 mil milhões de euros. Isto foi motivado por reduções em todas as categorias de custos. Os gastos operacionais gerais, com uma queda de 339 milhões de euros, e os custos relacionados com TI, que diminuíram 166 milhões de euros, foram os principais impulsionadores. Este desenvolvimento foi parcialmente compensado por despesas superiores de encargos interempresas, com uma subida de 407 milhões de euros, e taxas bancárias superiores, com uma subida de 91 milhões de euros.

A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,2 mil milhões de euros em 2018 (2017: 1,1 mil milhões de euros). O aumento deve-se sobretudo a níveis superiores de software de desenvolvimento próprio.

## Aumento do saldo líquido de rendimentos/gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais aumentou de 395 milhões de euros negativos em 2017 para 611 milhões de euros negativos em 2018. Isto foi sobretudo motivado por um aumento dos gastos de juros em provisões relacionadas com pessoal (com uma subida de 258 milhões de euros) e encargos líquidos superiores relacionados com litígios de 32 milhões de euros em 2018 após o resultado líquido positivo do ano anterior de 54 milhões de euros, causado por desembolsos de provisões. A compensar parcialmente estiveram o resultado líquido de instrumentos financeiros na carteira bancária e a conversão cambial que aumentaram 187 milhões de euros.

## Provisionamento de risco líquido inferior

Em 2018, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, melhorou em 566 milhões de euros de gastos no valor de 475 milhões de euros para um resultado positivo de 91 milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se sobretudo a um aprovisionamento de risco inferior no negócio de empréstimos, com uma queda de 620 milhões de euros, parcialmente compensado por resultados líquidos positivos de títulos detidos na reserva de liquidez, com uma descida de 54 milhões de euros. O provisionamento de risco de crédito do ano anterior incluía imparidades de 424 milhões de euros num valor a receber interno do Grupo. O valor a receber foi garantido por ativos por impostos diferidos, que reduziram em valor devido a uma alteração nas taxas de juro no ano anterior.

## Saldo líquido negativo inferior de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 244 milhões de euros negativos (2017: 312 milhões de euros). Esta diminuição em comparação com 2017 foi sobretudo motivada por gastos significativamente inferiores para ajustamentos de valor de investimentos em empresas afiliadas, que desceram 334 milhões de euros. Os ganhos reduzidos da alienação de ações em empresas afiliadas compensaram parcialmente, tendo descido 199 milhões de euros.

Os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 45 milhões de euros em 2018 (2017: 34 milhões de euros).

## Rendimentos e gastos extraordinários

Os resultados e gastos líquidos extraordinários foram de 211 milhões de euros negativos (2017: 64 milhões de euros negativos). Esta alteração foi principalmente motivada por um aumento das despesas de reestruturação.

## Acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais

O acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais em conformidade com o artigo 340.º-G do HGB ascendeu a 2 milhões de euros (2017: acréscimo de 300 milhões de euros). O acréscimo reflete os riscos descritos na secção Riscos e oportunidades do Relatório de gestão, em particular os que se encontram listados em Considerações específicas para o Deutsche Bank AG.

## Impostos

Em 2018 foi registada uma despesa com impostos de 6 milhões de euros, face a uma despesa com impostos de 254 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva do ano corrente foi sobretudo impulsionada por rendimentos isentos de impostos.

## Net profit

O Deutsche Bank AG registou em 2018 um lucro líquido de 514 milhões de euros após um lucro líquido de 644 milhões de euros no ano anterior.

Este resultado foi motivado por um lucro operacional superior após o provisionamento de risco, que aumentou 1,4 mil milhões de euros, que foi compensado por um aumento em outros resultados/gastos líquidos, incluindo gastos de reestruturação, até 1,6 mil milhões de euros. Tal incluía um acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais de 2,0 mil milhões de euros. O efeito líquido destas alterações levou a um lucro antes de impostos reduzido, que desceu 378 milhões de euros. A despesa de imposto sobre o rendimento de 6 milhões melhorou o resultado de impostos global em 248 milhões de euros. Globalmente, isto levou à diminuição do lucro líquido em 130 milhões de euros

## Afetação de lucros proposta

Após uma adição às reservas de proveitos de 200 milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 486 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. O Banco irá propor à Assembleia-Geral Anual a afetação destes lucros distribuíveis ao pagamento de um dividendo de 11 cêntimos de euros por ação. Será ainda proposto que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados. Dependendo do número de ações em circulação à data de registo, o valor transitado será de 259 milhões de euros ou superior.

## Balanço

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 888,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. A diminuição de 343,7 mil milhões de euros, ou 27,9%, deveu-se principalmente a alterações nos valores de mercado de derivados de negociação, sobretudo motivadas por um aumento da compensação de valores de mercado. Os valores a receber de e o passivo a de bancos também contribuíram para a diminuição.

### Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) diminuiu ligeiramente em 7,7 mil milhões de euros, ou 2,9%, para 258,6 mil milhões de euros. Foi concedido um total de 191,5 mil milhões de euros de crédito (uma diminuição de 1,2 mil milhões de euros) a clientes corporativos e institucionais, enquanto os empréstimos a Private & Business Clients e ao setor público totalizaram 18,5 mil milhões de euros (uma subida de 167 milhões de euros). Os empréstimos a bancos, relatados no total de crédito concedido, desceram 6,7 mil milhões de euros para 48,5 mil milhões de euros.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação do total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos).

em mil milhões de euros	31 dez 2018	31 dez 2017	Moeda Base	
			em mil milhões de euros	em %
<b>Créditos sobre clientes</b>	<b>210,1</b>	<b>211,1</b>	<b>(1,0)</b>	<b>(0,5)</b>
com um período residual de				
até 5 anos <sup>1</sup>	182,3	184,8	(2,5)	(1,4)
mais de 5 anos	27,8	26,3	1,5	6
<b>Empréstimos a bancos</b>	<b>48,5</b>	<b>55,2</b>	<b>(6,7)</b>	<b>(12,1)</b>
com um período residual de				
até 5 anos <sup>1</sup>	30,4	34,0	(3,6)	(10,6)
mais de 5 anos	18,1	21,2	(3,1)	(14,8)
<b>Total</b>	<b>258,6</b>	<b>266,2</b>	<b>(7,7)</b>	<b>(2,9)</b>

<sup>1</sup> Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 17,5 mil milhões de euros para 59 mil milhões de euros face ao ano anterior.

### Títulos

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou ligeiramente, com as obrigações e outros títulos de rendimento fixo a registarem uma subida de 1,3 mil milhões de euros para 39,8 mil milhões de euros e as ações de capital e outros títulos de rendimento variável a registarem uma subida de 87 milhões de euros para 559 milhões de euros.

### Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação totalizaram 303,7 mil milhões de euros, uma descida de 298,1 mil milhões de euros. A maior componente, os valores de mercado positivos, diminuíram 242,4 mil milhões de euros para 88,2 mil milhões de euros. A diminuição foi sobretudo motivada por uma alteração nos nossos princípios de compensação, que contribuíram com 201 mil milhões de euros para este desenvolvimento. Além disso, as ações de capital e outros títulos variáveis diminuíram 37,8 mil milhões de euros.

### Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 2,1 mil milhões de euros para 45,6 mil milhões de euros. Os acréscimos a investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 10,2 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 8,2 mil milhões de euros. O aumento foi sobretudo atribuível a aumentos de capital de 5 mil milhões de euros, à transferência de empresas afiliadas anteriormente detidas indiretamente, no valor de 4,6 mil milhões de euros, e a um impacto positivo da conversão cambial de 0,5 mil milhões de euros. As diminuições de capital de 7,5 mil milhões de euros e as depreciações líquidas de 0,3 mil milhões de euros compensaram em parte.

## Depósitos e passivos titularizados

As dívidas a bancos diminuíram 44,1 mil milhões de euros para 172,5 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi atribuível a uma diminuição nos depósitos reembolsáveis à vista de 24,8 mil milhões de euros e uma diminuição nos depósitos a prazo de 19,3 mil milhões de euros.

Os depósitos de subsidiárias bancárias diminuíram 27,7 mil milhões de euros para 67,3 mil milhões de euros.

Os depósitos de clientes diminuíram 14,8 mil milhões de euros para 292 mil milhões de euros. O principal fator responsável por este desenvolvimento foi a diminuição nos depósitos de clientes corporativos e institucionais, que diminuíram 23,8 mil milhões de euros, enquanto os depósitos do setor público aumentaram 6,5 mil milhões de euros e os depósitos de clientes de retalho aumentaram 2,5 mil milhões de euros.

As dívidas representadas por títulos diminuíram 1,7 mil milhões de euros para 98,9 mil milhões de euros. As obrigações emitidas aumentaram 3,5 mil milhões de euros, parcialmente compensadas por certificados do mercado monetário emitidos, que desceram 5,2 mil milhões de euros.

### Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2018	31 dez 2017	Moeda Base	
			em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	<b>172,5</b>	216,5	(44,1)	(20,4)
reembolsáveis à vista	<b>71,4</b>	96,2	(24,8)	(25,8)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>101,1</b>	120,4	(19,3)	(16,0)
<b>Responsabilidades para com clientes</b>	<b>292,0</b>	<b>306,8</b>	<b>(14,8)</b>	<b>(4,8)</b>
depósitos de poupança	<b>3,3</b>	3,5	(0,3)	(7,7)
outros passivos				
reembolsáveis à vista	<b>183,3</b>	201,0	(17,7)	(8,8)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	<b>105,5</b>	102,3	3,1	3,1
<b>Passivo na forma de certificados</b>	<b>98,9</b>	<b>100,6</b>	<b>(1,7)</b>	<b>(1,7)</b>
obrigações emitidas	<b>94,0</b>	90,5	3,5	3,9
outros passivos na forma de certificados	<b>4,9</b>	10,1	(5,2)	(51,5)
dos quais: instrumentos do mercado monetário	<b>4,0</b>	9,3	(5,2)	(56,4)

Os passivos subordinados desceram 2,6 mil milhões de euros para 9,5 mil milhões de euros.

## Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação totalizaram 236,2 mil milhões de euros, uma descida de 283,8 mil milhões de euros. A maior componente, os valores de mercado negativos, diminuiu 241,1 mil milhões de euros para 80,8 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. Este desenvolvimento ficou a dever-se aos mesmos motivos que levaram ao aumento dos valores de mercado positivos.

## Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional ascendiam a 4,9 mil milhões de euros, em comparação com 4,8 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento está relacionado com efeitos cambiais.

## Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG (incluindo os seus lucros distribuíveis de 486 milhões de euros) ascenderam a 54,6 mil milhões de euros, uma subida de 291 milhões de euros, que se deveu sobretudo ao acréscimo de outra reserva de lucros que foi proposta na assembleia-geral anual.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar, calculando esta base de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank (consultar a página 47).

# Perspetivas

## A economia global

### Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %)*	2019 <sup>e</sup>	2018	Principal fator responsável
<b>Economia global</b>			
PIB	<b>3,4</b>	3,8	Ainda se espera que a atividade económica global se expanda em 2019, mas a um ritmo inferior ao de 2018, sobretudo devido a uma estagnação do crescimento nos EUA e a um crescimento mais lento na China e na Europa. Embora os fundamentos económicos sejam sólidos, uma política monetária menos acomodatória pode levar a riscos acrescidos com incidentes mais frequentes de volatilidade mais elevada.
Inflação	<b>3,0</b>	3,3	
Of which:			
Países industrializados			
PIB	1,7	2,2	Em 2019, os países industrializados apresentarão um cenário misto. Embora os EUA devam continuar a crescer solidamente, a Europa está a perder dinamismo com a disseminação das debilidades nas exportações à economia nacional, apesar das políticas monetárias e fiscais de apoio. As incertezas causadas por tensões comerciais contínuas são suscetíveis de exercer um esforço acrescido sobre as cadeias de valor integradas de muitos países industrializados. Além disso, as debilidades estruturais área do euro parecem sólidas, uma vez que a fadiga no que respeita às reformas parece prevalecer.
Inflação	1,4	2,0	
Mercados emergentes			
PIB	4,5	4,9	As economias dos mercados emergentes deverão continuar a crescer de forma sólida. Uma orientação monetária mais suave entre os bancos centrais que visa sustentar o crescimento é um bom augúrio para o crescimento em 2019.
Inflação	4,1	4,1	
<b>Economia da área do euro</b>			
PIB	<b>0,9</b>	1,8	O crescimento económico na área do euro deverá ser sustentado por preços mais baixos do petróleo e um desagravamento fiscal em determinados Estados-Membros maiores, incluindo a França. Estes benefícios positivos podem ser afetados por fatores únicos, incluindo a debilidade contínua do setor automóvel alemão e o Brexit sem acordo. Uma deterioração da situação económica fora da Europa pode ameaçar diminuir a economia da área do euro. A economia alemã continua a ser negativamente afetada pelo abrandamento no comércio mundial. Este efeito será reforçado pelo abrandamento na procura global de automóveis, dado o domínio da indústria automóvel nas exportações alemãs. O mercado laboral forte, os aumentos sólidos nos salários e uma manutenção da procura estrutural no mercado da habitação, em combinação com taxas de juro que continuam extremamente baixas, sugerem que a parte nacional da economia continuará a expandir-se.
Inflação	<b>1,3</b>	1,8	
Of which: Economia alemã			
PIB	0,5	1,4	
Inflação	1,6	1,9	
<b>Economia dos Estados Unidos</b>			
PIB	<b>2,5</b>	2,9	A economia dos Estados Unidos continua a crescer a um ritmo forte e acima das tendências, mas a uma taxa ligeiramente inferior. O crescimento económico deverá ser sustentado pelo consumo interno forte e as despesas de investimento de capital. Os cortes nos impostos e a despesa fiscal deverão funcionar favoravelmente e sustentar a economia ao longo do ano. A escalada dos litígios comerciais que levarão a tarifas superiores pode constituir um risco negativo substancial. Esperamos que a Reserva Federal Reserve suba a sua taxa diretora duas vezes em 2019, até 2,875%.
Inflação	<b>1,6</b>	2,4	
<b>Economia do Japão</b>			
PIB	<b>0,4</b>	0,7	É provável que a economia do Japão seja negativamente afetada por despesas de investimento de capital inferiores e pela desaceleração do crescimento do investimento, bem como pelo impacto do aumento dos impostos sobre o consumo. Estes efeitos negativos deverão ser parcialmente compensados por uma despesa pública superior. Esperamos que as exportações líquidas sejam um fator favorável menor para o crescimento do PIB, embora as exportações possam surpreender positivamente no caso de negociações bem-sucedidas entre os EUA e o Japão no início de 2019.
Inflação	<b>0,6</b>	1,0	
<b>Economia asiática<sup>3</sup></b>			
PIB	<b>5,7</b>	6,2	Espera-se que as economias asiáticas percam dinâmica de crescimento, mas que continuem a ser a potência do comércio mundial. O foco estará na China e nas economias orientadas para a exportação, como Singapura e Taiwan. Embora um acordo comercial entre os EUA e a China possa melhorar as suas perspetivas de crescimento, uma imposição inesperada de tarifas automóveis pelos EUA frustraria esses efeitos positivos. Esperamos que a Índia continue o seu processo de convergência económica.
Inflação	<b>2,5</b>	2,6	
Of which: Economia chinesa			
PIB	6,1	6,6	É provável que a economia chinesa seja afetada por um crescimento inferior no mercado imobiliário, uma confiança mais debilitada dos consumidores e pelo conflito comercial entre os EUA e a China. Os impactos negativos deverão ser parcialmente compensados por cortes esperados nos impostos, desagravamento dos regulamentos imobiliários e um aumento na oferta de crédito. Mais dois cortes no rácio de requisitos de reservas deverão ser também favoráveis. Prevê-se que a inflação aumente para 2,4% em 2019.
Inflação	2,4	2,1	

A incerteza nas nossas previsões globais permanece relativamente elevada. O Brexit, os desenvolvimentos políticos e económicos em Itália, os protestos em França e as eleições para o Parlamento Europeu, bem como a escalada dos conflitos comerciais, em particular entre a China e os EUA, permanecem riscos elevados. O impasse no debate no parlamento do Reino Unido relativamente ao acordo de saída do Brexit continua e pode levar a um Brexit "sem acordo". Um cenário de Brexit com uma saída desorganizada poderia agravar a já incerta previsão económica para o Reino Unido e para a Europa e prejudicar o crescimento. Na Europa continental, o confronto entre Itália e a Comissão Europeia, uma escalada no movimento dos "coletes amarelos" em França ou as incertezas relativamente às eleições para o Parlamento Europeu que se avizinham podem aumentar a volatilidade e prejudicar o crescimento da área do euro. A guerra comercial global é o evento chave no cenário mundial. A não garantia de um acordo comercial entre os EUA e a China, a imposição de tarifas adicionais no setor automóvel e nas restantes importações da China ou uma escalada nos conflitos não comerciais podem reduzir ainda mais o crescimento.



## O setor bancário

Os maiores riscos para a atividade bancária global em 2019 são suscetíveis de se materializarem se os problemas políticos criarem um abrandamento sustentado no crescimento macroeconómico. Nos EUA, os litígios comerciais com a China e a Europa continuam latentes e o facto de diferentes partidos políticos terem maiorias nas duas câmaras no Congresso dos EUA aumentaram significativamente o risco de impasse político e governamental. A Europa enfrenta a possibilidade de um Brexit "sem acordo". Também é possível que o governo populista italiano possa tomar novas medidas que levem a um aumento a incerteza e da volatilidade nos mercados financeiros.

Na Europa, espera-se que a atividade bancária assista a um cenário mais desafiante em 2019, a um abrandamento do crescimento macroeconómico, aos riscos em torno do Brexit e um potencial declínio nas exportações em qualquer guerra comercial. Além disso, o rendimento de juros líquido dos bancos permanece sob pressão de taxas de juro zero e negativas e uma mudança significativa na política parece improvável este ano. Com base nas nossas previsões macroeconómicas atuais, os empréstimos às empresas e às famílias deverão continuar a um ritmo moderado.

As condições na Alemanha são comparáveis às enfrentadas pelos bancos europeus em geral, embora os indicadores sejam ligeiramente mais favoráveis globalmente. Espera-se que a qualidade dos ativos permaneça sólida, com um crescimento robusto dos empréstimos, mesmo face a uma ligeira crise económica. Problemas com lucros semelhantes aos enfrentados globalmente na Europa, sobretudo em termos de juros, e ainda maiores dificuldades em conseguir uma rentabilidade sólida.

Nos EUA, os bancos enfrentam uma perspetiva consideravelmente mais favorável. O abrandamento económico é suscetível de ser menos pronunciado do que na Europa e, ao contrário do que acontece no BCE, espera-se que a Reserva Federal continue a aumentar as taxas de juro, um dos principais fatores responsáveis pelos aumentos nas receitas e nos lucros.

A perspetiva para os bancos chineses dependerá da gravidade com que os litígios comerciais afetará o crescimento económico e a extensão da reação do governo com programas de estímulo, que geralmente implicam um aumento dos empréstimos. Na ausência de distorções significativas, o ritmo do crescimento dos empréstimos pode cair ligeiramente em comparação com os níveis relativamente elevados de 2018. No Japão, não existem sinais de alterações fundamentais no negócio da banca tradicional, sendo provável que o crescimento moderado dos empréstimos continue.

Na Europa, as negociações entre a UE e o Reino Unido quanto ao acordo de saída foram concluídas em 2018, tendo este sido posteriormente rejeitado pelo parlamento do Reino Unido. O facto de um acordo de saída ser ou não alcançado e ratificado determinará a implementação ou não de um período de transição. As discussões sobre a futura relação entre a UE e o Reino Unido serão afetadas pelo resultado deste processo. A incerteza quanto à regulação de negócios transfronteiriços é suscetível de continuar ao longo de 2019. Na Europa, os reguladores estão a trabalhar para finalizar pacotes legislativos pendentes antes das eleições para o próximo Parlamento Europeu em maio de 2019. Um destes pacotes principais foca-se na Redução do Risco e inclui regras de Basileia como o rácio de financiamento estável líquido (NSFR), o rácio de alavancagem (LR), o risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB), exposições elevadas (LE) e a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O mandato da atual Comissão Europeia termina em outubro de 2019. Um novo Colégio de Comissários irá, então, trabalhar no estabelecimento do novo programa de trabalho de cinco anos que definirá novas prioridades para os reguladores dos serviços financeiros da UE. Esperamos que os decisores da UE se foquem no crescimento e no desenvolvimento dos mercados financeiros da UE após o Brexit.

## O Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas que se seguem englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo.

## O Grupo Deutsche Bank

Em 2019, pretendemos tirar partido do progresso realizado no ano passado para perseguir objetivos operacionais a curto prazo para custos e ajustados e colaboradores. Estamos também a trabalhar no nosso objetivo de Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 2019. Alcançar o nosso objetivo de Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos a curto prazo requer, entre outras coisas, crescimento nos nossos negócios mais sensíveis ao mercado, que, em parte, dependerão das condições de mercado. As condições de mercado melhoraram em comparação com as existentes no quarto trimestre de 2018. No entanto, são ligeiramente mais débeis do que o previsto. Procuramos alcançar os nossos outros indicadores-chave de desempenho ao longo do tempo, em linha com o objetivo de nos tornarmos num banco mais simples e seguro.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

### Indicadores-chave de desempenho

	31 dez 2018	KPI alvo
<b>Objetivos operacionais a curto prazo</b>		
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	2019: superior a 4%
Custos ajustados <sup>2</sup>	22,8 mil milhões de euros	2019: 21,8 mil milhões de euros
Colaboradores <sup>3</sup>	91 737	2019: abaixo de 90 000
<b>Objetivo operacional a longo prazo</b>		
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) <sup>1</sup>	0,5 %	cerca de 10 %
<b>Objetivos de capital</b>		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV <sup>4</sup>	13,6 %	acima de 13,0%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (integração progressiva) <sup>5</sup>	4,3 %	4,5 %

<sup>1</sup> Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" do nosso Relatório Anual de 2018.

<sup>2</sup> Custos ajustados são gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" do nosso Relatório Anual de 2018.

<sup>3</sup> Internos equivalentes a tempo inteiro.

<sup>4</sup> O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

<sup>5</sup> Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem CRR/CRD IV em conformidade com regras transitórias (base de integração progressiva) encontram-se no Relatório de Risco.

Estamos empenhados em trabalhar no sentido de um objetivo de rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de mais de 4% em 2019.

Para 2019, esperamos que os proveitos sejam ligeiramente superiores face a 2018. Procuramos melhorar os proveitos, em particular, através do investimento em áreas de crescimento direcionado, incluindo através do crescimento de empréstimos e volumes, bem como através da otimização e recolocação de liquidez e do balanço. A nossa perspetiva reflete a nossa expectativa de crescimento macroeconómico global sólido em 2019, com o crescimento nos EUA, especificamente, a permanecer forte e de ausência de distorções significativas nas taxas de câmbio.

Estamos empenhados em reduzir os nossos custos ajustados em 2019 para 21,8 mil milhões de euros. Procuramos reduzir o nosso número de funcionários para menos de 90 000 colaboradores a tempo inteiro até ao final de 2019. Esperamos beneficiar do impacto de execução de medidas executadas em 2018, bem como do impacto da integração do Postbank e da saída do mercado de retalho em Portugal. Continuaremos a tentar resolver os problemas de custos estruturais e a otimizar processos. Ao longo do tempo, aspiramos a conseguir uma rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos de aproximadamente 10% numa conjuntura normalizada e na base da consecução dos nossos objetivos de custos

Esperamos beneficiar de uma taxa de imposto mais normalizada e assumimos um aumento na provisão em perdas de crédito em 2019 em comparação com o ano anterior.

Esperamos que o nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV seja negativamente afetado por avaliações de fiscalização pendentes mas permanecemos acima de 13% ao longo do ano de 2019. Esperamos que o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV (integração progressiva) permaneça acima de 4% em 2019. Na ausência de ajustes de fiscalização, prevemos que os ativos ponderados pelo risco (RWA) no final de 2019 permaneçam essencialmente inalterados e que a exposição à alavancagem CRR/CRD IV seja ligeiramente superior em comparação com o final de 2018. Com a transição para a IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, esperamos ver um declínio adicional no nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV de aproximadamente 20 pontos base, ao reconhecermos determinados contratos de locação no nosso balanço.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo. Os nossos pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de manutenção de níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o respetivo exercício. Devido à natureza da

nossa atividade, estamos envolvidos em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades a curto prazo neste contexto de contencioso e execução. As despesas de litígio em 2018 foram relativamente baixas como resultado dos nossos esforços bem-sucedidos na resolução de várias questões de acordo ou abaixo das provisões estimadas. Para 2019, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígios está sujeita a muitas incertezas, prevemos que estas sejam significativamente mais altas do que em 2018.

## Os nossos segmentos de negócio

### Corporate & Investment Bank (CIB)

O objetivo do segmento CIB é fornecer cobertura de clientes integrada para a nossa oferta de produtos e serviços de transações bancárias e de investimento para clientes corporativos e institucionais e gerando, assim, uma rentabilidade atrativa para os nossos acionistas.

Após a conclusão das reduções pretendidas no número de colaboradores e nos recursos como parte da nossa reestruturação estratégica em 2018, o foco da divisão é agora o crescimento dos proveitos em 2019. Esperamos que os proveitos da CIB sejam ligeiramente superiores este ano em comparação com o ano anterior. A CIB deverá também beneficiar da recolocação, ao nível do Grupo, de liquidez em excesso em ativos de maior rendimento, que se espera reduzir os custos de financiamento relacionados com liquidez.

Para a Global Transaction Banking, esperamos proveitos ajustados para um ganho nas vendas de 2018 ligeiramente superiores em 2019 em comparação com o ano anterior, devido aos benefícios dos aumentos esperados nas taxas de juro nos EUA, para além de iniciativas de tesouraria e de depósitos. Esperamos que os proveitos de Trade sejam superiores, impulsionados por um aumento do rendimento de operações estruturadas. Espera-se que os proveitos de Cash Management sejam superiores devido ao crescimento do rendimento de juros líquido e das iniciativas de depósitos. Espera-se que os proveitos ajustados de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários para os ganhos supramencionados em vendas sejam ligeiramente inferiores.

Espera-se que os proveitos de geração e consultoria sejam ligeiramente superiores em 2019 em termos homólogos, impulsionados pelo crescimento da quota de mercado. Esperamos que os proveitos de geração de dívida sejam superiores, à medida que o negócio procura tirar partido dos ganhos de quota de mercado conseguidos durante 2018, especialmente em financiamento alavancado, combinados com uma intensificação do foco em financiamento de aquisição Investment Grade. Espera-se também que os proveitos de geração de ações sejam superiores em termos homólogos, com um foco renovado em ofertas públicas de aquisição e financiamento de aquisição. Espera-se que os proveitos de consultoria permaneçam essencialmente inalterados em 2019 em comparação com 2018.

Esperamos que os proveitos de Fixed Income and Currencies (FIC) da Sales & Trading sejam superiores em 2019 em comparação com 2018, motivados por um aumento esperado nos níveis de atividade dos clientes e numa conjuntura de negociação mais favorável após condições difíceis, especialmente no quarto trimestre. Os proveitos na FIC devem também beneficiar de melhor cobertura de clientes fornecida pelo grupo integrado de cobertura institucional e de tesouraria (Institutional & Treasury Coverage) integrado, pela colocação de recursos direcionados em crédito, por um aumento do foco nas vendas cruzadas com a GTB e pela supramencionada redução nos custos de financiamento em resultado da recolocação de liquidez em excesso do Grupo.

Espera-se que os proveitos da Sales & Trading Equity sejam ligeiramente superiores em 2019 em comparação com 2018. Espera-se que a negociação de ações (Equity Trading) beneficie da estabilização de plataformas e do investimento em plataformas eletrónicas de negociação. Esperamos que os derivados de ações assistam a um crescimento em produtos estruturados de otimização de financiamento, contratações direcionadas e investimento no sistema. No financiamento especial (Prime Finance), espera-se que um foco nos saldos e nos spreads de clientes para além da redução supramencionada dos custos de financiamento, em resultado da recolocação da liquidez em excesso do Grupo gere proveitos superiores.

Espera-se que os operacionais (excl. juros) para 2019 permaneçam essencialmente inalterados. Espera-se que os custos, excluindo litigância, indemnizações por cessação de funções, reestruturação e imparidade de goodwill, sejam ligeiramente inferiores, impulsionados por custos não de remuneração inferiores e por uma redução nos custos relacionados com a infraestrutura. Em 2019, esperamos que a CIB beneficie do impacto de execução em todo o ano das reduções no número de colaboradores em 2018. As iniciativas adicionais de gestão da despesa em 2019 centram-se nas funções de controlo das operações e processamento administrativo. Para 2019, esperamos que os RWA na CIB permaneçam essencialmente inalterados, uma vez que os aumentos de RWA de risco de crédito direcionado deverão ser compensados por RWA de risco de mercado reduzido e RWA de risco operacional inferior. Continuamos concentrados na conformidade regulamentar, na

melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem potenciais impactos no nosso modelo de negócio do Brexit e de outras incertezas geopolíticas macroeconómicas e globais. Os riscos relacionados com uma potencial deterioração das relações comerciais internacionais causam preocupações adicionais. A incerteza em torno das políticas dos bancos centrais e os contínuos desenvolvimentos regulamentares (por exemplo, o Acordo-Quadro Basileia III) também constituem riscos, enquanto desafios como os riscos de eventos os níveis de atividade dos clientes também podem ter um impacto adverso.

## Private & Commercial Bank (PCB)

A PCB fornece aos seus clientes particulares, corporativos e de gestão de património uma gama alargada de produtos, desde serviços bancários convencionais ao aconselhamento em matéria de financiamento e investimento individual. Pretendemos mantermo-nos concentrados na transformação e no crescimento dos nossos negócios essenciais em 2019. No mercado nacional alemão, procuramos continuar a execução dos nossos planos de integração no DB Privat- und Firmenkundenbank AG e constituir sinergias e potencial de poupanças resultantes de operações de fusão. No negócio privado e comercial (internacional), iremos executar medidas identificadas consistentes com a estratégia do banco. A venda do nosso negócio de banca de retalho em Portugal está bem encaminhada e prevê-se que seja fechada na primeira metade de 2019. Nos nossos restantes países, pretendemos prosseguir com a transformação dos nossos negócios com o objetivo de melhorar a cobertura de clientes e a eficiência. No nosso negócio Wealth Management global, a nossa ênfase será na transformação e crescimento adicional da nossa presença global ao contratar gestores de relações em mercados chave. Também planeamos continuar a investir nas nossas tecnologias digitais em todas as unidades de negócio.

A nossa perspetiva financeira para 2019 assume que as receitas líquidas permanecerão essencialmente inalteradas em comparação com 2018, com duas tendências opostas. O desenvolvimento dos proveitos ano após ano será negativamente afetado por rubricas específicas inferiores, que não se espera que se repitam com a mesma magnitude que em 2018. Também esperamos que a pressão das margens nos nossos produtos de depósito continuem no cenário de continuação de taxas de juro baixas e que os declínios na base de proveitos associados às nossas alienações na Polónia e em Portugal. No entanto, esperamos poder compensar estes fatores negativos com crescimento nos nossos negócios de investimento e empréstimos. Nos negócios de investimento, planeamos aumentar novos ativos líquidos, continuar a contratar gestores de relações em mercados essenciais e esperamos poder tirar partido de oportunidades de fixação de preços num cenário de mercado em normalização. Nos negócios de empréstimos, planeamos beneficiar do crescimento conseguido em 2018 e visamos acelerar mais o crescimento em 2019 no contexto do nosso quadro de gestão do risco rígido e com um foco nos empréstimos ao consumo e comerciais.

Associadas a este crescimento nos nossos negócios de empréstimos, esperamos uma maior provisão para perdas de crédito e RWA em 2019. O aumento em RWA também refletirá a implementação de alterações regulamentares, incluindo efeitos das análises direcionadas dos modelos internos por parte do BCE. Espera-se que os ativos sob gestão sejam ligeiramente superiores em 2019, em linha com as nossas iniciativas de crescimento e ligeiramente compensados por um impacto de desconsolidação na sequência da alienação anunciada do nosso negócio em Portugal.

Esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) e os custos ajustados em 2019 sejam ligeiramente inferiores em comparação com 2018. O declínio será motivado por outras poupanças relacionadas com as nossas medidas de reorganização executadas, incluindo a fusão do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank e o impacto das alienações dos nossos negócios na Polónia e em Portugal. As poupanças serão compensadas, em parte, por efeitos inflacionários e pela continuação dos investimentos em iniciativas de crescimento direcionadas, incluindo a continuação do desenvolvimento das nossas tecnologias e a da expansão do nosso franchise de Wealth Management.

Os riscos específicos para a nossa perspetiva são o crescimento económico mais lento nos nossos principais países de operação, um atraso ou uma recuperação menos pronunciada das taxas de juro e uma atividade inferior dos clientes no negócio de investimento. A atividade dos clientes pode ser afetada por desenvolvimentos adversos ou incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos e custos.

## Asset Management (AM)

Acreditamos que a AM, com as suas capacidades de investimento sólidas e diversificadas, está bem posicionada para enfrentar os desafios que o setor enfrenta e captar oportunidades.

As economias em desenvolvimento estão a crescer e a desenvolver-se em termos de riqueza, oferecendo novas oportunidades para gestores, à medida que os investidores locais expandem os seus horizontes de investimento globalmente. Nos mercados desenvolvidos, as taxas de juro baixas estão a causar uma mudança dos ativos não geridos, tais como contas de numerário e depósitos, em carteiras geridas. Novas tecnologias digitais, tais como robo-consultoria, estão a melhorar as capacidades de distribuição, dando aos investidores acesso online, enquanto a adoção mais ampla de inteligência artificial está a expandir a escolha de produtos e a melhorar o desempenho. Os gestores de ativos estão a desempenhar um papel cada vez maior no fornecimento de capital à economia, tirando partido da redução bancária devido a limitações regulamentares e de capital e à diminuição da capacidade dos governos nacionais para financiar o investimento de infraestruturas. No entanto, a pressão sobre as comissões e os custos persistirão, num cenário de aumento da concorrência e dos requisitos regulamentares e de conformidade.

A médio prazo, prevê-se que os ativos globais da indústria sob gestão aumentem substancialmente, motivados por fortes fluxos líquidos nas estratégias passivas, soluções multiativos e alternativas, dado que os clientes procuram cada vez mais a melhor relação qualidade/preço, transparência e produtos orientados para o resultado. Devido às suas capacidades em produtos ativos e passivos, investimentos alternativos e soluções multiativos, acreditamos que a AM está bem posicionada para aumentar a quota de mercado no seio destas tendências de crescimento do setor. Embora as capacidades digitais da AM estejam também a criar novos canais para que possa distribuir produtos e serviços, espera-se que os resultados de nível inferior sejam desafiados pela compressão das comissões, o aumento dos custos e a dinâmica competitiva. Perante este desafio, a AM tenciona focar-se nas suas iniciativas de crescimento em produtos e serviços em que tem uma vantagem competitiva, sem deixar de manter a disciplina em termos de custos.

Esperamos que os ativos sob gestão no final de 2019 sejam superiores em comparação com o final de 2018. Espera-se que os fluxos líquidos sejam positivos em todas as classes de ativos mais importantes impulsionados por produtos passivos, investimentos alternativos e soluções multiativos, contribuindo assim a meta de fluxo de 3%-5% por ano.

Esperamos que os proveitos de 2019 sejam essencialmente inalterados em comparação com 2018. As comissões de gestão assumem-se como essencialmente inalteradas em comparação com 2018, refletindo o crescimento previsto dos ativos sob gestão, compensados por uma compressão das margens, o impacto desfavorável da saída líquida em 2018, bem como a mais recente crise do mercado durante o quarto trimestre de 2018. Espera-se que as comissões de desempenho e transação sejam inferiores às de 2018, contribuindo 3% a 5% para o total de receitas líquidas. Esperam-se que outros proveitos sejam significativamente superiores, sobretudo impulsionados por custos de financiamento inferiores. Embora permaneçamos construtivos no que diz respeito aos mercados acionistas, prevemos que a margem de comissões de gestão sejam ainda mais desafiada após um dos piores desempenhos de sempre das ações em dezembro de 2018.

Em 2019, pretendemos continuar a manter o foco na gestão rígida dos custos, com o objetivo de conseguir reduzir os gastos operacionais (excl. juros) e o rácio custo/rendimento (CIR), em conjunto com custos ajustados ligeiramente inferiores. Estamos bem encaminhados para conseguir a nossa meta de CIR a médio prazo, abaixo de 65%.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem a longevidade do mercado em alta, a continuação de taxas de juro baixas nos mercados desenvolvidos, o ritmo de crescimento nas economias emergentes e o aumento da riqueza, bem como o aumento da procura de produtos de reforma pelas populações envelhecidas dos países desenvolvidos. A continuação dos elevados níveis de incerteza política a nível mundial, o protecionismo e as políticas anticomerciais, bem como a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia, podem ter consequência imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a declínios nos negócios e pode afetar os nossos proveitos, bem como a execução dos nossos planos estratégicos. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência devido às restrições jurisdicionais, o que pode ter um impacto adverso na nossa base de custos.

## Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas "perspetivas".

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. Em particular, a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das nossas ações judiciais e processos regulamentares. A materialização dos riscos pode (entre outros) levar a rentabilidade reduzida, afetando negativamente o crescimento de capital e a capacidade de dividendos, sendo que o contrário seria, muito provavelmente, verdade para a materialização de oportunidades.

## Riscos

### Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expectativa nas nossas perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

As tensões comerciais crescentes entre os principais parceiros comerciais (Estados Unidos (EUA), China e União Europeia (UE)) podem perturbar o crescimento económico. Uma nova escalada do protecionismo dos EUA pode levar a um aumento nas tarifas globais e a barreiras não tarifárias, afetando o comércio global e o investimento. As interrupções na cadeia de abastecimento levariam a um abrandamento na produção global, com a Alemanha, a China e outros mercados emergentes a serem particularmente atingidos, levando potencialmente a declínios nos níveis de negócio (por exemplo, em Global Transaction Banking) e a perdas em todos os negócios.

A economia da área do euro e a Alemanha, bem como a Itália, em particular, já entraram num abrandamento económico cíclico e as previsões de crescimento do PIB para 2019 foram revistas em baixa sobretudo para refletir a deterioração do cenário exterior. A perspetiva de crescimento pode piorar ainda mais se os riscos de crise como a grave escalada de guerra comercial ou o Brexit "sem acordo" se materializarem.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política, por exemplo, devido a movimentos populistas nos principais Estados-Membros da União Europeia, podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não compensar totalmente estas imparidades.

Um parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço incluem instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, incorremos em perdas no passado e podemos incorrer em mais perdas no futuro.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, incluindo oscilações significativa nas taxas de câmbio /e os efeitos de conversão resultantes), bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações e metas estratégicas.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos nesta secção e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, podem ter um impacto no cálculo dos "elementos disponíveis para distribuição" (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 adicionais (AT1). Se os resultados autónomos da Deutsche Bank AG de acordo com as regras contabilísticas alemãs em conformidade com o Código Comercial alemão (*Handelsgesetzbuch*, "HGB") não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções de mercado em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos poderão colocar também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares. Adicionalmente,

se não reportarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis sob as nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com o HGB, isso terá impacto na nossa capacidade de pagar dividendos de ações comuns.

Qualquer outra redução na nossa notação de crédito pode afetar os nossos custos de financiamento e atividades comerciais, embora não nos seja possível prever até que ponto poderá ser este o caso.

## Riscos políticos

O nosso principal risco político, entre outros riscos políticos, é o Brexit. O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de sair da UE é difícil de prever e depende da possibilidade ou não de se chegar a um acordo de saída. Em geral, esperamos que um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE penalize os gastos em investimento e o crescimento económico. Especialmente num cenário de saída sem acordo, prevemos a possibilidade de uma maior volatilidade do mercado e de um impacto negativo mais pronunciado no crescimento económico do Reino Unido e, de forma menos significativa, na União Europeia. Mas mesmo na UE, alguns países ou setores poderiam ser mais afetados do que outros, dependendo do nível das trocas comerciais e da integração da cadeia de fornecimento com o Reino Unido. Adicionalmente, os bancos europeus poderiam ficar mais expostos a riscos de mercado e riscos operacionais mais elevados como resultado de um Brexit “sem acordo”. Em alguns cenários, poderia até haver incerteza acerca da continuidade de contratos ou relacionada com eventos dos ciclos de vida contratuais. Devido à continuada incerteza jurídica e regulamentar, não conseguiremos mitigar totalmente todos os potenciais riscos de um Brexit “sem acordo”, nomeadamente o aumento dos riscos operacionais decorrentes de migrações aceleradas de clientes e modelos de contabilidade internos mais complexos. Existe uma estrutura de governação dedicada em vigor para supervisionar as nossas preparações para o Brexit, incluindo a gestão de problemas operacionais e estratégicos decorrentes de uma saída “sem acordo”.

## Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, incluindo a venda de ativos, a qual também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosão da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

## Riscos de liquidez e financiamento

A nossa liquidez, as nossas atividades de negócio e a nossa rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa por uma incapacidade para aceder aos mercados de capitais de dívida, fundos das nossas subsidiárias ou para vender ativos durante períodos de restrições de liquidez globais do mercado ou específicas de algumas empresas. Esta situação poderá ocorrer devido a circunstâncias alheias ao nosso negócio e fora do nosso controlo, como perturbações dos mercados financeiros, ou devido a circunstâncias específicas da nossa atividade, como a relutância das nossas contrapartes ou do mercado para financiar as nossas operações, devido a perceções acerca de potenciais saídas devido a litígios, questões regulamentares ou outros problemas similares, debilidades reais ou percecionadas nos nossos negócios ou devido ao nosso modelo ou estratégia de negócio, bem como devido à nossa resiliência para contrariar as condições negativas da economia e do mercado.

As reduções de notação de crédito contribuíram adicionalmente para um aumento nos nossos custos de financiamento. Os nossos elevados níveis de spread são sensíveis a evoluções adversas e qualquer redução futura poderia trazer a nossa notação de crédito para a categoria de não investimento. Isto poderia afetar de forma material e adversa os nossos custos de financiamento, a disponibilidade dos clientes para continuarem a fazer negócios connosco e outros aspetos do nosso modelo de negócios. Adicionalmente, ao abrigo de muitos dos contratos relativos a instrumentos derivados de que somos parte, uma redução da notação poderá obrigar-nos a depositar garantias adicionais, conduzir a cessações de contratos, com obrigações de pagamento associadas para nós, ou implicar compensações adicionais às contrapartes.

## Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário promulgado, como o abrangente pacote de reformas publicado pela Comissão Europeia em 2016, para fortalecer ainda mais a resiliência dos bancos da União Europeia, irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas para nós e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas regulamentares relativas às medidas de resolubilidade ou resolução poderiam também ter um impacto significativo nas nossas operações de negócios, e poderiam até levar a perdas para os nossos acionistas e credores.

Os órgãos reguladores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, como resultado do Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), para refletir os riscos adicionais colocados pelas deficiências na nossa conjuntura de controlo ou como resultado de inspeções regulamentares relativas ao tratamento de transações ou produtos específicos. O BCE já fez uso destes poderes na sua decisão do SREP e poderá continuar a fazê-lo para responder a conclusões de inspeções locais. Em casos extremos, podem até suspender a nossa permissão para operar nas respetivas jurisdições. Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez.

## Ações judiciais e processos fiscais

Estamos sujeitos a vários processos judiciais e inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de estimar e pode afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

## Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

Estamos também sujeitos a inspeções e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Por exemplo, em 21 de setembro de 2018, a Autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, "BaFin") emitiu uma ordem que nos obrigou a implementar medidas em cronologias especificadas ao longo dos próximos meses e anos para melhorar a nossa infraestrutura de controlo e conformidade relativamente ao antibranqueamento de capitais e, em particular, aos processos Conheça o seu cliente, KYC no CIB, além de nomear a KPMG como seu representante especial, reportando à BaFin trimestralmente em relação a determinados aspetos da nossa conformidade e progresso na implementação destas medidas. Adicionalmente, a BaFin alargou o mandato do seu representante especial para abranger os controlos internos do banco no negócio bancário correspondente em 15 de fevereiro de 2019. Os nossos processos de antibranqueamento de capitais e de KYC, bem como outros processos internos que visam impedir a utilização dos nossos produtos e serviços com o objetivo de cometer ou ocultar crimes financeiros e a nossa responsabilidade pessoal decorrente dos nossos esforços nestas áreas, continuam a ser sujeitos a escrutínio por parte das autoridades em diversas jurisdições. Se não conseguirmos melhorar de forma significativa a nossa infraestrutura e o nosso ambiente de controlo em tempo útil, os nossos resultados de operações, a nossa condição financeira e a nossa reputação poderão ser afetados materialmente e de forma adversa.

## Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos nossos processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais.

Adicionalmente, estamos também expostos a risco de conduta, que inclui práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. A conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

## Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill é revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente.



A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na nossa rentabilidade e nos resultados de operações.

## Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização de parte ou da totalidade desses ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados. Este pressuposto de contabilidade relativo aos ativos por impostos diferidos depende de outros pressupostos subjacentes que podem sofrer alterações de um período para outro e requer um juízo de valor significativo. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os nossos pressupostos sobre a futura rentabilidade. Quaisquer reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na nossa rentabilidade, no nosso capital e na nossa condição financeira.

## Digitalização

A digitalização oferece aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria ou empresas de tecnologia financeira, oportunidades de entrada no mercado. Desta forma, prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis de digitalização em crescimento, o acesso ubíquo a serviços bancários e o advento de novas técnicas informáticas, os ciberataques levam a falhas de tecnologia, falhas de segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade dos serviços. Qualquer um destes eventos pode envolver-nos em situações de litígio ou causar perdas financeiras, perturbação das nossas atividades de negócio, responsabilidades para com os nossos clientes ou danos reputacionais, sendo que o custo de gestão destes riscos de segurança da informação permanece elevado. Adicionalmente, enfrentamos o desafio de adotar e incorporar novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente.

## Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem riscos adicionais em relação ao plano do Grupo com base nas IFRS, no qual determinadas transações num determinado ano conduzem a perdas mais elevadas ou lucros mais baixos num determinado ano do que nas demonstrações financeiras do Grupo. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura persistente de taxas de juro baixas e a despesa de cupões nos instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.
- Se os cupões AT1 não puderem ser pagos devido a itens distribuíveis disponíveis insuficientes, ao abrigo do HGB num determinado ano, isto poderá resultar em custos de financiamento mais elevados para o Deutsche Bank AG.

Além disso, existe o risco de que, de forma diferente do passado, os proveitos ou lucros não distribuídos das empresas afiliadas não permitam pagamentos de dividendos suficientes para cobrir completamente as perdas reconhecidas no Deutsche Bank AG.

## Oportunidades

### Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Uma resolução das tensões atuais entre os Estados Unidos e a China traria um significativo aumento nas trocas comerciais e subsequente crescimento, pelo menos a curto prazo.

Outro cenário positivo seria um desempenho da economia dos Estados Unidos melhor do que o esperado, por exemplo, se as medidas de política fiscal e o mercado de mão-de-obra causassem um crescimento na produtividade e, conseqüentemente, uma taxa de crescimento potencial da economia.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

### Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, a MiFID II requer que as firmas garantam um elevado padrão de transparência e que adotem as melhores práticas de execução, e dará ao Deutsche Bank a oportunidade de diferenciar o banco através da melhoria dos serviços prestados aos clientes.

### Estratégia

A nossa estratégia passa pela melhoria da rentabilidade material para os acionistas ao longo do tempo e pela implementação do nosso balanço e outros recursos para as atividades de rentabilidade mais alta em linha com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Ao investir nas áreas que são os nossos pontos fortes, esperamos alcançar a nossa estratégia de crescimento direcionado. No Corporate & Investment Bank procuramos continuar a fazer crescer os proveitos em Global Transaction Banking e FX para reforçar a nossa franquia essencial. Da mesma forma, antecipamos a implementação de uma estratégia de contratação direcionada em termos de rendimento fixo e geração de dívida. Para o Private and Commercial Bank, o nosso foco permanece no financiamento ao consumo e no nosso segmento de clientes Mittelstand, bem como na persecução do crescimento nos mercados essenciais de Wealth Management. O Asset Management, incluindo as entidades jurídicas da DWS, definiu a estratégia a seguir com crescimento direcionado nas Américas e na Ásia e antecipa o lançamento de novos produtos de investimento ativo, alternativo e responsável.

## Digitalização

A digitalização oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da nossa carteira de produtos e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para nos posicionarmos como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria automática) e serviços de recomendação de seguros. Adicionalmente, temos uma oportunidade para expandir as nossas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a nossa oferta de serviços. O nosso abrangente alcance geográfico permite-nos escalar os nossos produtos globalmente. Especialmente no que ao Private & Commercial Bank diz respeito, pretendemos construir um ecossistema através da aceleração do crescimento digital na nossa oferta essencial de produtos de consumo e investimento, bem como explorar mercados adicionais com outras ofertas além de produtos bancários.

Em termos de custos, a digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autoembarque digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados irá melhorar a nossa capacidade de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que cumprimos as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes.

## Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem oportunidades adicionais comparativamente com o plano do Grupo baseado nas IFRS em que determinadas transações são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS num determinado ano.

Além disso, existe a possibilidade de que o Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe apresente lucros mais altos num determinado ano em comparação com o seu contributo para o resultado líquido do Grupo, com base no modelo de distribuição de lucros de empresas afiliadas.

# Relatório de risco

## Os riscos do Deutsche Bank AG no Grupo

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas separadas do Deutsche Bank. Existem inúmeros motivos para isto:

- A estrutura interna do Grupo, de acordo com as divisões do Grupo, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica externa é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura interna. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa está distribuída por várias empresas do Grupo ou se está concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria o potencial risco para o Grupo e, indiretamente, o Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir consideravelmente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Nesta medida, todos os montantes apresentados neste relatório de risco são referentes ao Grupo Deutsche Bank, salvo disposto em contrário.

Através da conformidade ao nível do Grupo, o DB AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares. Para um debate mais detalhado sobre a gestão do risco na rede do Grupo, consulte o relatório de riscos do Grupo no Relatório Anual do Grupo.

# Visão geral do risco e do capital

## Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais seleccionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), rácio de alavancagem (LR), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR e MREL) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, MREL e LCR e rácios e métricas de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base normas fully loaded nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de fundos próprios IV ou "CRD IV"). O MREL baseia-se no regulamento do mecanismo único de resolução (MUR), bem como na respetiva comunicação do Regulamento do mecanismo único de resolução (CUR). O ICA, o capital económico e a SNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

<b>Rácio Common Equity Tier 1</b>		<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	
31.12.2018	13,6 %	31.12.2018	350,4 mil milhões de euros
31.12.2017	14,0 %	31.12.2017	344,2 mil milhões de euros
<b>Rácio de adequação de capital interno<sup>1</sup></b>		<b>Capital económico total<sup>2</sup></b>	
31.12.2018	196 %	31.12.2018	26,1 mil milhões de euros
31.12.2017	192 %	31.12.2017	27,1 mil milhões de euros
<b>Rácio de alavancagem</b>		<b>Exposição à alavancagem</b>	
31.12.2018	4,1 %	31.12.2018	1273 mil milhões de euros
31.12.2017	3,8 %	31.12.2017	1395 mil milhões de euros
<b>Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)</b>		<b>Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)</b>	
31.12.2018	11,1 %	31.12.2018	48,1 mil milhões de euros
<b>Rácio de cobertura de liquidez</b>		31.12.2017	32,6 mil milhões de euros
31.12.2018	140 %		
31.12.2017	140 %		

<sup>1</sup> A definição da oferta de capital para o propósito de calcular o rácio de adequação de capital interno foi alterada para tomar uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno".

<sup>2</sup> O percentil usado para medir a procura de capital económico foi alterado de 99,98 % para 99,9 % para conseguir uma perspetiva que tem por objetivo a manutenção da volatilidade do Deutsche Bank numa base contínua, em linha com a alteração da definição de oferta de capital. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno". É fornecida uma visão geral do impacto quantitativo da alteração do percentil sobre o capital económico na secção "Perfil de risco".

## Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco (capital económico) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

### Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2018	31 dez 2017	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	10 610	10 769	(159)	(1)
Risco de mercado	10 341	10 428	(87)	(1)
Risco de mercado relacionado com a negociação	4 046	3 800	246	6
Risco de mercado não relacionado com a negociação	6 295	6 628	(333)	(5)
Risco operacional	7 359	7 329	30	0
Risco de negócio	4 758	5 677	(918)	(16)
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(6 960)	(7 074)	114	(2)
<b>Total de utilização de capital económico</b>	<b>26 108</b>	<b>27 129</b>	<b>(1 020)</b>	<b>(4)</b>

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2018, a nossa utilização de capital económico ascendia a 26,1 mil milhões de euros, um valor mil milhões (4%) inferior aos 27,1 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2017.

A utilização de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 era de 0,2 mil milhões de euros (1%) inferior ao valor registado no final do exercício de 2017, principalmente devido a um componente de risco de crédito da contraparte inferior e a pequenos aumentos nos componentes de liquidação e risco de transferência. A alteração no risco de crédito da contraparte deve-se sobretudo a reduções nas exposições de transações de financiamento de títulos e derivados, parcialmente compensada por aumentos nos empréstimos, ao passo que os aumentos no risco de liquidação e transferência são principalmente motivados por sobreposições do modelo relacionadas com alterações na metodologia.

A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação aumentou para 4,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, comparativamente com os 3,8 mil milhões de euros no final do exercício de 2017. O aumento foi principalmente motivado por uma melhoria no modelo, que nos permitiu melhorar a captura do risco de cauda no período de esforço, o qual foi parcialmente compensado por uma redução no componente de risco de incumprimento em transações devido a reduções de inventário. A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu 0,3 mil milhões de euros (5%) comparativamente a 31 de dezembro de 2017. Esta diminuição foi principalmente motivada por uma alteração na metodologia contabilística devido à implementação da norma IFRS 9 e aos efeitos de diversificação.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, sendo superior em 30 milhões de euros, ou 0,4%, relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2017, no total de 7,3 mil milhões de euros. Em linha com a evolução do nosso RWA para risco operacional, este aumento foi motivado por vários efeitos de compensação. Um perfil de perdas mais ligeiro, com impacto no nosso modelo de capital, e várias melhorias no modelo, principalmente decorrentes de recalibrações das ponderações de dados, reduziram a procura de capital para risco operacional. A diminuição foi compensada pelas nossas perdas esperadas orçamentadas para o risco operacional. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento, um componente de risco fiscal e um montante de capital para os ativos por impostos diferidos da IFRS relativo às diferenças temporárias. O risco de negócio diminuiu para 4,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, um valor 0,9 mil milhões de euros (16%) inferior aos 5,7 mil milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2017. A diminuição deve-se a uma utilização de capital económico mais baixa para a componente de risco estratégico de 1,1 mil milhões de euros, motivada por uma perspetiva de ganhos mais positiva no nosso plano para 2019, comparativamente à estimativa para 2018 no ano anterior, a qual foi parcialmente compensada por uma utilização de capital económico mais elevada decorrente de ativos por impostos diferidos da norma IFRS com diferenças temporárias de 0,1 mil milhões de euros.

O benefício de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 0,1 mil milhões de euros, sobretudo devido a uma utilização global de capital económico inferior para o componente de risco estratégico.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

31 dez 2018

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 340	3 537	52	681	10 610	41
Risco de mercado	4 760	1 124	370	4 088	10 341	40
Risco operacional	6 092	866	401	0	7 359	28
Risco de negócio	3 521	29	0	1 208	4 758	18
Vantagem de diversificação <sup>1</sup>	(5 371)	(933)	(231)	(424)	(6 960)	(27)
<b>Total de CE</b>	<b>15 341</b>	<b>4 623</b>	<b>592</b>	<b>5 552</b>	<b>26 108</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	59	18	2	21	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

31/12/2017<sup>1</sup>

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	6 519	3 596	62	591	10 769	40
Risco de mercado	4 679	1 386	310	4 054	10 428	38
Risco operacional	5 995	932	402	0	7 329	27
Risco de negócio	4 435	10	99	1 133	5 677	21
Vantagem de diversificação <sup>2</sup>	(5 450)	(950)	(264)	(410)	(7 074)	(26)
<b>Total de CE</b>	<b>16 178</b>	<b>4 974</b>	<b>609</b>	<b>5 368</b>	<b>27 129</b>	<b>100</b>
Total de CE em %	60	18	2	20	100	N/S

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco da Corporate & Investment Bank (CIB) é dominado pelas suas atividades de negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito é globalmente distribuído pelas unidades de negócio, mas principalmente pelo Global Credit Trading, Rates, Trade Finance e Leveraged Debt Capital Markets. A quota do risco operacional no perfil de risco da divisão CIB reflete um perfil de perda mais alto na indústria combinada com perdas internas e aumentou ligeiramente face ao exercício de 2017. O risco de mercado decorre principalmente das respetivas atividades de negociação e criação de mercado. O remanescente do perfil de risco da CIB deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para a CIB diminuiu, comparativamente ao final do exercício de 2017, principalmente devido a uma utilização de capital económico mais baixa para o componente de risco estratégico, principalmente devido a uma atualização do plano estratégico, a qual refletiu uma melhoria moderada nos rendimentos operacionais planeados.

O perfil de risco de Private & Commercial Bank (PCB) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a pequenas e médias empresas e das atividades de gestão de património, bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento e do risco da taxa de juro, incluindo o risco decorrente da modelação dos depósitos dos clientes e o risco de spread de crédito. Não foram registadas alterações significativas na utilização de capital económico relativa ao risco de crédito, operacional e estratégico comparativamente ao final do exercício de 2017 e à reduzida utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com as reduções na exposição ao risco de investimento e ao risco da taxa de juro.

O Asset Management (AM), enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, o risco é principalmente de natureza fiduciária e, conseqüentemente, motivado por questões operacionais. No entanto, o risco de mercado não relacionado com a negociação é mais elevado em produtos de garantia e coinvestimentos nos nossos fundos. Não foi registada qualquer alteração significativa na utilização de capital económico comparativamente ao final do exercício de 2017.

A Corporate & Other (C&O) abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. A utilização de capital económico para o risco de crédito e negócio aumentou comparativamente ao final do exercício de 2017, principalmente devido a uma maior utilização de capital económico para o risco de transferência e ativos por impostos diferidos do IFRS decorrentes de diferenças temporárias.

# Quadro de risco e de capital

## Princípios de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Temos em consideração os riscos ativamente em relação ao nosso negócio. Os princípios que se seguem sustentam o nosso quadro de gestão do risco:

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco que tem por base três linhas de defesa ("3LoD"), no qual são definidas as responsabilidades de risco, controlo e relato.
- A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm a propriedade dos riscos gerados nas respetivas organizações. A 1.ª linha de defesa gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida e assegura que a organização, a governação e as estruturas estão devidamente implementadas para identificar, monitorizar, avaliar e aceitar ou mitigar os riscos que geram ou aos quais estão expostas.
- A 2.ª linha de defesa ("2nd LoD") refere-se às funções de controlador do tipo de risco no Banco, que facilita a implementação de um sólido quadro de gestão do risco em toda a organização. A 2.ª linha de defesa define a apetência pelo risco e as normas de controlo e gestão do risco para o respetivo tipo de risco, e supervisiona e desafia de forma independente as atividades de gestão do risco e de tomada de risco da 1.ª linha de defesa.
- A 3.ª linha de defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de gestão do risco e controlo interno.
- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco" nos processos de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação e contingência estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.
- Aplicamos uma abordagem de gestão do risco integrada que tem por objetivo uma coerência para todo o grupo quanto às normas de gestão do risco, permitindo no entanto uma adaptação aos requisitos específicos da entidade jurídica ou local.



Promovemos uma forte cultura de risco onde os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento de riscos e são capacitados e encorajados a atuar como gestores do risco. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta. Para promover isso, as nossas políticas exigem que o comportamento relacionado com o risco seja tido em conta durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Foi também realizada uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização para o risco, propriedade do risco e gestão do risco dentro da apetência pelo risco. Os resultados da avaliação são incorporados no relato existente de riscos, reforçando a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

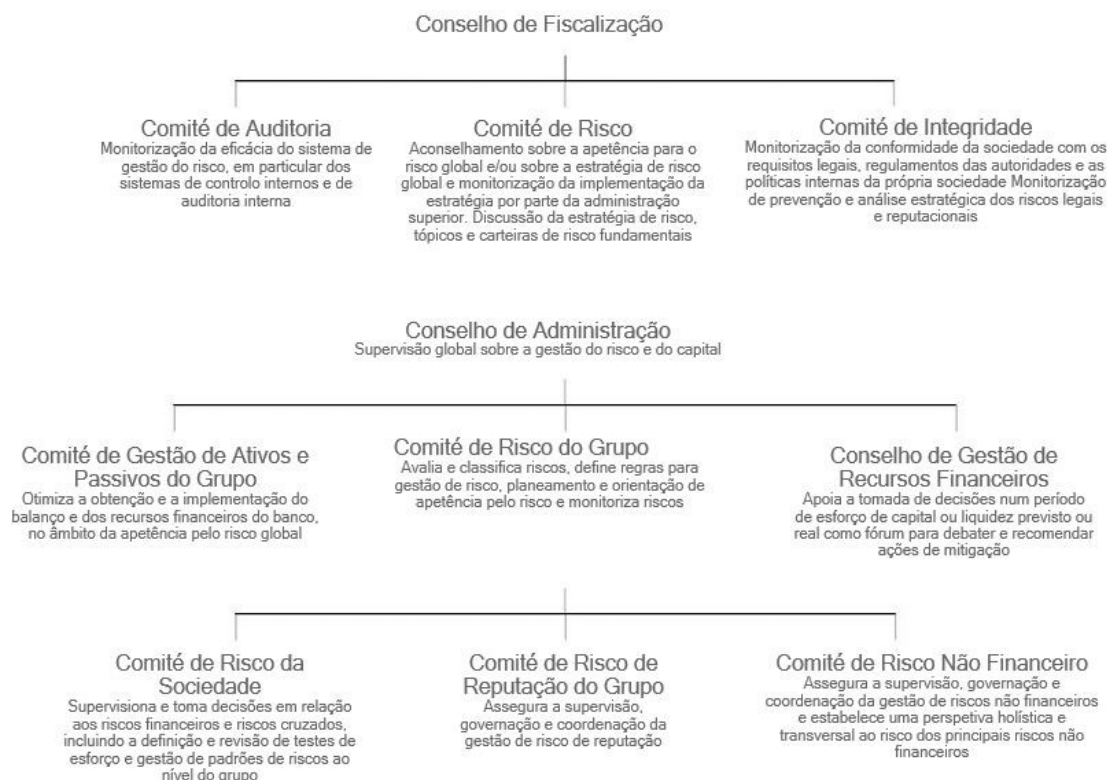
## Governança do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Formou várias comissões para tratar das tarefas específicas (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
- Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a apetência pelo risco geral, com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
- O Comité de Integridade monitoriza, entre outras responsabilidades, as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
- O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo ("GRC") como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

## Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comitê de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados, análise de carteiras de risco de alto nível, desenvolvimentos de exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo e monitorização da cultura de risco em todo o Grupo. O GRC define as metas de apetência pelo risco, por exemplo na forma de limites ou limiares. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
- O Comitê de Risco Não Financeiro (NFRF) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de crimes financeiros. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar a eficácia do modelo operacional de risco não financeiro (incluindo as interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo), bem como monitorizar a evolução de riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo.
- O Comitê de Risco de Reputação do Grupo (GRRF) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação ("RRRC") e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRF, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O Comitê de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte do seu mandato, o ERC aprova o inventário de risco, determinados aumentos do limiar do país e da indústria e diretrizes de conceção de cenários para testes de esforço mais rigorosos em todo o grupo, bem como testes de esforço inversos. Analisa os resultados dos testes de esforço em conformidade com a apetência pelo risco, analisa a perspetiva de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações em toda a empresa, como a cultura de risco.

- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor financeiro e pelo Gestor de risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco. O FRMC fornece um único fórum para supervisionar a execução do Plano de financiamento de contingência e do Plano de recuperação do grupo. O conselho recomenda a implementação de ações de redução em momentos de esforço de liquidez ou de capital antecipado ou real. Especificamente, o FRMC tem a tarefa de analisar a posição de capital e liquidez do banco, em antecipação de um cenário de esforço, recomendar propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e garantir a execução das decisões tomadas.
- O Comité de gestão de ativos e passivos do grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração em 2018. O seu mandato passa por otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração.

O nosso Gestor do Risco (CRO), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de liquidez e riscos operacionais, bem como pelo desenvolvimento contínuo e pela melhoria de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta da função de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- Realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além disso, a Gestão do Risco em Consonância com o Negócio (BRM) representa a função de Risco face a áreas de negócio específicas. Os CRO de cada divisão de negócio gerem a respetiva carteira de risco, assumindo uma perspetiva holística de cada divisão para desafiar e influenciar a estratégia e propriedade do risco da divisão e implementar apetência pelo risco.

As funções de gestão do risco especializadas são complementadas por uma função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM), que define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e avaliados quanto ao impacto material. Os riscos materiais são assumidos e controlados por equipas de risco funcionais (geralmente da 1.ª Linha de defesa) no âmbito da apetência pelo risco acordada e de acordo com os princípios de gestão do risco. A ERM é responsável por agregar e analisar informações de risco ao nível da empresa, incluindo a revisão dos perfis de risco/rentabilidade de carteiras para apoiar a tomada de decisões informada relativamente à aplicação eficaz dos recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

- Gerir a apetência pelo risco empresarial ao nível do Grupo, incluindo o quadro e a metodologia quanto à forma como a apetência pelo risco é aplicada a diferentes tipos de risco, negócios e entidades jurídicas;
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação e resolução do Grupo; e
- Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

## Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités.

## Plano de risco e de capital

### Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um banco europeu líder com alcance global, apoiado por uma forte base nacional na Alemanha e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) tal como expressos pelo nosso supervisor interno. O Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2019, em vigor a partir de 1 de março de 2019, na sequência dos resultados do SREP de 2018. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de pelo menos 11,82% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,07%) e o amortecedor G-SII de 2,00%. O novo requisito de capital CET 1 de 11,82% para 2019 é superior ao requisito de capital CET 1 de 10,69%, aplicável ao Deutsche Bank em 2018, refletindo a integração progressiva integral do amortecedor de conservação de capital e do amortecedor G-SII. Do mesmo modo, os requisitos de 2019 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,32 % e para o seu rácio de capital total em 15,32 %. Além disso, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por orientação de "Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

## Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em vários componentes bem estabelecidos que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade.
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Perfil de risco” e “Capital e rácio de alavancagem”.
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas. Pode encontrar mais detalhes na secção “Capital e rácio de alavancagem”.
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu limiares de apetência pelo risco do Grupo que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Apetência pelo risco e capacidade de risco” e “Indicadores de risco fundamentais”.
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção “Plano estratégico e de capital”.
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar vulnerabilidades sob esforço.
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se ao processo interno que visa o cumprimento de todos os requisitos legais relacionados com o capital e exigências regulamentares de forma contínua. A perspetiva interna económica refere-se a um processo interno que visa a adequação de capital utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da viabilidade do Deutsche Bank de forma contínua.

## Gestão do risco de crédito

### Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e na avaliação da importância, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração.

- Risco de incumprimento/migração é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- Risco de país é o risco de as contrapartes solventes e capazes não conseguirem cumprir as suas obrigações devido a políticas ou uma intervenção soberana direta.
- Risco de operação/liquidação (risco de exposição) é o risco resultante de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- Risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto.

Medimos, gerimos/mitigamos e reportamos/monitorizamos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor numa forma global em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.
- Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para comunicar exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.

## Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogêneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de modelos de risco de crédito regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, bem como pelo Diretor da gestão do risco do modelo ou um representante, através da delegação de poderes, sempre que adequado, antes de as metodologias serem utilizadas para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alteradas. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação da metodologia é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF) e ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação para as metodologias de notação é apresentado ao RCRMF no início do exercício.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), recorreremos ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank/DB PFK AG. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9 % perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR.



Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

## Gestão do risco de mercado

### Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes da divisão corporativa Corporate & Investment Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

### Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

### Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global

às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

## Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

### Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T*, *skew-T*, *Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades ao justo valor. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de

um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.

- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Desenvolvemos e melhoramos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV).

## Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVarR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do SVarR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, em seguida, validada através da comparação de resultados de SVarR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo.

## Requisitos de capital para riscos adicionais

Requisitos de capital para riscos adicionais: captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito ao longo de um horizonte de capital de um ano de 99,9 % de nível de confiança, utilizando uma abordagem de posição constante. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as notações de maturidade com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

## Medida de risco global

Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação empresarial, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno.

Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação empresarial elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os swaps de risco de n-ésimo incumprimento e os swaps de risco de incumprimento de índice e de título único frequentemente negociados utilizados para gerir o risco destes produtos de correlação empresarial.

As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão. Desde o primeiro trimestre de 2016, os cálculos de RWA de CRM incluem dois complementos determinados por regulamentação que comportam (a) o reforço da correlação implícita em cabazes de n-ésimo incumprimento e (b) quaisquer perdas em excesso de testes de esforço de valor à vista (*spot value*) do modelo interno.

A medição do risco abrangente do modelo interno foi descontinuada no quarto trimestre de 2018 após aprovação regulamentar. As pequenas exposições restantes captadas por este modelo são agora cobertas pelos requisitos de capital para riscos adicionais e pelo método padrão do risco de mercado.

## Método padrão do risco de mercado

A gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico ("MRSA"). Utilizamos o MRSA para determinar o capital regulamentar para risco de mercado específico ou para titularizações da carteira de negociação.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade. Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

## Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

## Gestão do risco operacional

### Quadro de gestão do risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos e inclui o risco jurídico. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional. Forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco, tal como o risco reputacional.

A governação dos nossos riscos operacionais segue a abordagem de três linhas de defesa (3LoD) do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. A abordagem 3LoD tem como objetivo proteger o banco, os seus clientes e acionistas contra perdas decorrentes do risco e resultantes danos reputacionais. Procura garantir que todos os riscos operacionais são identificados e cobertos, que as responsabilidades relativas à gestão de riscos operacionais são claramente atribuídas e que os riscos são assumidos e geridos nos melhores interesses a longo prazo do banco. A abordagem 3LoD e os seus princípios subjacentes, ou seja, a responsabilidade total da primeira linha de defesa (1.ª LoD) para gerir os seus próprios riscos e a existência de uma segunda linha de defesa (2.ª LoD) independente para supervisionar e desafiar a assunção de risco e a gestão do risco no âmbito da apetência pelo risco definida para o banco, aplica-se a todos os níveis da organização, incluindo ao nível do Grupo, das regiões, dos países e das entidades jurídicas.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de falhas de risco operacional (tais como graves violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutras casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas mais medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

A Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) é a função de risco para os tipos de risco não financeiro do banco, incluindo risco operacional, e detém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo (ORMF).

O ORMF consiste num conjunto de ferramentas e processos que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e reparar riscos operacionais. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do ORMF incluem o estabelecimento da 1.ª e 2.ª LoD, bem como funções e responsabilidades para o processo de gestão do risco operacional e uma contestação independente apropriada, a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas, governação independente e o modelo de capital de risco operacional do banco.

O banco estabeleceu e segue três normas de governação OR, incluindo funções nucleares e os seus respetivos mandados para a gestão do risco operacional:

**Norma de governação do risco operacional I:** A NFRM detém o ORMF e determina o nível suficiente de capital de risco operacional.

- Enquanto função de controlo da 2.ª LoD, a NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza o seu cumprimento, eventuais violações e as respetivas consequências. A NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª LoD. A NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo para garantir o regresso do risco operacional do banco à respetiva apetência pelo risco, quando necessário. Também estabelece e comunica regularmente o perfil de risco do banco e os principais riscos.
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco.
- A NFRM serve para garantir que é mantido capital suficiente para sustentar o risco operacional do banco. A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a atribuição da procura de capital de risco operacional e das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA).

**Norma de governação do risco operacional II:** Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco são as funções no banco que geram riscos, quer financeiros, quer não financeiros. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional das suas organizações, implementar padrões de controlo e gestão do risco na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais no âmbito da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos do risco.

**Norma de governação do risco operacional III:** Os controladores do tipo de risco (“RTCs”) atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para o risco operacional.

Os RTC estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco para o tipo de risco operacional específico que controlam. Monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e exercem um veto em violações da apetência pelo risco. Os RTC definem os padrões de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC estabelecem governação do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação de padrões e processos de gestão do risco na 1ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura. O aconselhamento não afeta a independência dos RTC.

## Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia AMA. O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Desde o quarto trimestre de 2017, o capital económico está também definido no percentil 99,9%. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação da procura de capital, a NFRM visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

## Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

### Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP) anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (GRC). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco que é aplicada ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez (LRM) como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta da apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com a gestão do risco de liquidez (LRM) e a empresa para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo opera no âmbito da liquidez global e da apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência pelo risco, através de um painel de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

### Rácio de cobertura de liquidez

Além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas.

Este requisito foi transposto para a legislação europeia através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

Em novembro de 2018, o Banco tornou a sua apetência pelo risco interno mais conservadora em 3%, a fim de manter um rácio de LCR de pelo menos 113%, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos explicitamente do LCR.

## Gestão do risco de financiamento

### Financiamento estrutural

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento a longo prazo é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume, divisa e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento global, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos).

## Gestão do risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer um défice de rendimento operacional devido a um desempenho mais baixo do que o esperado em receitas não compensadas por redução dos custos. O risco estratégico pode surgir de alterações ao ambiente competitivo ou quadro regulamentar ou de um posicionamento ineficaz na conjuntura macroeconómica. O risco estratégico poderá também surgir devido à não execução da estratégia e/ou à ausência da tomada de medidas eficazes para abordar um desempenho inferior.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

## Gestão do risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Fornecer uma avaliação do ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Temos vindo a implementar melhorias no nosso quadro de gestão do risco, e alcançámos um progresso significativo em 2018 nas três categorias de modelos subjacentes, incluindo:

- Progressos constantes na melhoria do ambiente de controlo para os modelos de preços ao longo de 2018, os quais se refletiram em reduções significativas nas exceções de utilização do modelo e no controlo de negociações em plataformas não estratégicas dentro da tolerância
- Identificação e inclusão de “Outros modelos” num inventário de modelos que completou uma linha de base transparente para todas as categorias de modelos, a partir da qual é possível medir, gerir e monitorizar o risco do modelo ao nível do grupo em 2019 e no futuro
- Os principais controlos continuam em vigor nos modelos de risco e capital, com a introdução do quadro de controlo de compensação para problemas de validação e um foco priorizado na remediação de determinados problemas.

A gestão optou por incutir um quadro do risco do modelo robusto e coerente, no sentido de garantir que o quadro identifica, monitoriza e mede o risco de forma efetiva. O esforço centra-se na supervisão do conselho de administração, na identificação e criação de um inventário de modelos, num quadro único e coerente de política e governação, em práticas de desenvolvimento de modelos e numa validação do modelo efetiva e rigorosa.

## Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O quadro de risco de reputação (o Quadro) existe para gerir o risco de reputação principal. Este abrange o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação ex-ante e, assim, prevenir danos na reputação do Deutsche Bank sempre que possível. Os riscos de reputação que podem surgir de uma falha com outro tipo de risco, controlo ou processo (risco de reputação secundário) são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado. O Quadro é estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as divisões do Deutsche Bank. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro. A gestão do risco de reputação concebeu e implementou um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados para avaliar e controlar a eficácia do Quadro, incluindo no que diz respeito à identificação e referência do risco de reputação.

Se for identificada uma questão que seja considerada como constituindo, no mínimo, um risco de reputação moderado, exige-se que seja encaminhada para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade (RRAP da unidade). Na eventualidade de uma questão ser considerada como constituindo um risco de reputação significativo, tem de ser comunicada a um dos quatro Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional. Além da avaliação da importância, existem também determinados critérios, conhecidos como critérios de referência obrigatória, que são considerados como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de reputação e, por conseguinte, exigem uma referência obrigatória para especialistas em matéria da metodologia (SME) definidos, por exemplo, risco de reputação do setor ou sustentabilidade do Grupo, e/ou uma referência para um RRAP ou RRRC de unidade.

Os RRRC são subcomitês do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.



# Desempenho de capital e risco

## Capital e rácio de alavancagem

### Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2018, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital *Tier 1* adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital *Tier 2* (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

### Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital *Tier 1* adicional e até 2,00 % de capital *Tier 2*.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2018.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital foram introduzidos progressivamente desde 2016 (para além do amortecedor de risco sistémico, se existente, que não está sujeito a nenhuma introdução progressiva) e estarão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2019, introduzido progressivamente como 0,5% em 2016, 1,00% em 2017 e 1,50% em 2018. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2018. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019, introduzido progressivamente como 0,625% em 2016, 1,25% em 2017 e 1,875% em 2018.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50 %. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2018, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,07%.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2018, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como outra instituição de importância sistémica global (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. Para o Deutsche Bank, o amortecedor O-SII foi introduzido em etapas de 0,66% em 2017, 1,32% em 2018 e 2,00% em 2019. A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico (não aplicável em 31 de dezembro de 2018), o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII. Por conseguinte, o amortecedor O-SII não é aplicável em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2). Em 19 de dezembro de 2017, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2018, na sequência dos resultados do SREP de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, a decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva, o qual é, em 31 de dezembro de 2018, de pelo menos 10,69% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,875 %, o amortecedor contracíclico de 0,07% (em 31 de dezembro de 2018) e o amortecedor G-SII de capital inicial de 1,50%. Correspondentemente, os requisitos do Deutsche Bank para rácio de capital Tier 1 eram de 12,19 % e para total de rácio de capital eram de 14,19 % em 31 de dezembro de 2018.

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Deutsche Bank tem de manter um rácio CET 1 de pelo menos 11,82% numa base consolidada, uma vez que o período de transição para o amortecedor de conservação de capital e os requisitos de amortecedor de capital G-SII terminaram e os níveis de amortecedor total de 2,50% e 2,00%, respetivamente, têm de ser cobertos por capital CET 1. Para resumir, o requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito inalterado de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50 %, o amortecedor contracíclico (0,07% no final do exercício de 2018) e o amortecedor G-SII de 2,00%. Do mesmo modo, os requisitos de 2019 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,32% e para o seu rácio de capital total em 15,32%. Em 8 de fevereiro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2019, na sequência dos resultados do SREP de 2018. A decisão deixou o requisito de Pilar 2 do Deutsche Bank e, conseqüentemente, os requisitos de capital CET 1 inalterados, como 2,75%, a partir de 1 de março de 2019. Além disso, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank nos anos 2018 e 2019 (delineados numa base de integração progressiva):

#### Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2018	2019
<b>Pilar 1</b>		
Requisito mínimo de CET 1	4,50 %	4,50 %
Requisito de amortecedor combinado	3,44 %	4,57 %
Amortecedor de conservação de capital	1,875 %	2,50 %
Amortecedor contracíclico	0,07 % <sup>1</sup>	0,07 % <sup>1</sup>
Máximo de:	1,50 %	2,00 %
Amortecedor G-SII	1,50 %	2,00 %
Amortecedor O-SII	1,32 %	2,00 %
Amortecedor de risco sistémico	0,00 %	0,00 % <sup>2</sup>
<b>Pilar 2</b>		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,75 %	2,75 %
<b>Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2<sup>3</sup></b>	<b>10,69 %</b>	<b>11,82 %</b>
<b>Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2</b>	<b>12,19 %</b>	<b>13,32 %</b>
<b>Requisito de capital total do Pilar 1 e 2</b>	<b>14,19 %</b>	<b>15,32 %</b>

<sup>1</sup> O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. A taxa do amortecedor contracíclico para 2018 é idêntica à registada em 31 de dezembro de 2018. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2019 seja de 0,07 % devido à indisponibilidade de dados de 2019.

<sup>2</sup> Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0 % para o exercício projetado de 2019, sujeito a alterações com base em novas diretivas.

<sup>3</sup> O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

## Evolução do capital regulamentar

A 31 de dezembro de 2018, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 55,1 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 47,5 mil milhões de euros e capital AT1 de 7,6 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 2,5 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2017, principalmente motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 3,3 mil milhões de euros desde o final de 2017, enquanto o capital AT1 aumentou 0,8 mil milhões de euros no mesmo período.

A diminuição de 3,3 mil milhões de euros do capital CET 1 CRR/CRD IV foi principalmente motivada pelo aumento dos ajustamentos regulamentares devido a uma introdução progressiva de 100% em 2018, comparativamente à taxa de introdução progressiva de 80% em 2017. Com base nas orientações do BCE e no seguimento das diretrizes da EBA relativamente a compromissos de pagamento, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, o Deutsche Bank trata os compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e o Sistema de Garantia de Depósitos como uma dedução de capital CET 1 adicional em vez de ativos ponderados pelo risco. Esta dedução de capital era, em 31 de dezembro de 2018, de 0,6 mil milhões de euros. A adoção da norma IFRS 9, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, fez diminuir o capital em 0,4 mil milhões de euros. Adicionalmente, o nosso capital CET 1 foi reduzido em 0,5 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2018 devido ao pagamento dos nossos dividendos de ações ordinárias para o exercício de 2017 (11 centavos/ação, na sequência da Assembleia-Geral Anual) e ao pagamento anual do cupão AT1, o qual foi acumulado em capital CET 1 como consequência do resultado líquido negativo para o exercício de 2017, na sequência do Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Em 31 de dezembro de 2018, o nosso resultado líquido positivo de 0,3 mil milhões de euros com totalmente compensado pelos nossos dividendos de ações ordinárias e pela acumulação do cupão AT1 de 0,3 mil milhões de euros para o exercício de 2018, o que está alinhado com a decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou no fim do exercício em capital CET 1, em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Os efeitos negativos no capital CET 1 foram parcialmente compensados por um impacto positivo de 0,9 mil milhões de euros da nossa oferta pública inicial (IPO) do DWS Group GmbH & Co. KGaA (DWS).

O aumento de 0,8 mil milhões de euros em capital AT1 CRR/CRD IV foi o resultado dos efeitos positivos da redução nos ajustamentos regulamentares 1,7 mil milhões de euros que foram descontinuados progressivamente do capital AT1 e dos efeitos contrários negativos da compra e reembolso de um instrumento AT1 híbrido com um valor nominal de mil milhões de euros no segundo trimestre de 2018. Os ajustamentos regulamentares do capital AT1 refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras fully loaded, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de introdução progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 100% em 2018 (80% em 2017) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 0% em 2018 (20% em 2017).

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded, em 31 de dezembro de 2018, era de 52,1 mil milhões de euros, em comparação com 52,9 mil milhões de euros no final do exercício de 2017. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 47,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 48,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017. O nosso capital Tier 1 adicional de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2018, inalterado, quando comparado com o final de 2017.

A diminuição do nosso capital CET 1 fully loaded em 0,8 mil milhões de euros, comparativamente ao exercício de 2017, deveu-se principalmente à dedução dos compromissos de pagamento irrevogáveis ao Fundo Único de Resolução e aos Sistemas de Garantia de Depósitos, no montante total de 0,6 mil milhões de euros, ao impacto da adoção da norma IFRS 9, no montante de 0,4 mil milhões de euros, ao pagamento dos dividendos de ações ordinárias, no valor de 11 cêntimos/ação, com um montante total de 0,2 mil milhões de euros e aos cupões AT1 de 0,3 mil milhões no segundo trimestre de 2018, bem como aos efeitos negativos dos ajustamentos regulamentares de filtros prudenciais, no valor de 0,3 mil milhões de euros (ajustamentos de avaliação adicionais). Estes efeitos negativos foram reduzidos por uma contribuição positiva do capital CET 1 de 0,9 mil milhões de euros da nossa IPO ao DWS.

#### Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2018		31 dez 2017	
	CRR/CRD IV fully-loaded	CRR/CRD IV <sup>1</sup>	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD IV
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas</b>				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas <sup>2</sup>	45 515	45 515	45 195	45 195
Retained earnings	16 297	16 297	17 977	17 977
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	382	382	696	660
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis <sup>3</sup>	0	0	(751)	(751)
Outros <sup>2</sup>	846	846	0	33
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>63 041</b>	<b>63 041</b>	<b>63 116</b>	<b>63 114</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares</b>				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 504)	(1 504)	(1 204)	(1 204)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(329)	(329)	(102)	(74)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 566)	(8 566)	(8 394)	(6 715)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2 758)	(2 758)	(3 004)	(2 403)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas <sup>4</sup>	(367)	(367)	(502)	(408)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(1 111)	(1 111)	(1 125)	(900)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(25)	(25)	(144)	(117)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10 % / 15 % e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10 % / 15 %) (montante negativo)	0	0	0	0
Outros ajustamentos regulamentares <sup>5</sup>	(895)	(895)	(341)	(485)
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>(15 555)</b>	<b>(15 555)</b>	<b>(14 816)</b>	<b>(12 306)</b>
<b>Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)</b>	<b>47 486</b>	<b>47 486</b>	<b>48 300</b>	<b>50 808</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos</b>				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	3 009	N/S	3 904
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares</b>	<b>4 676</b>	<b>7 685</b>	<b>4 676</b>	<b>8 579</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares</b>				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(80)	(80)	(55)	(26)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S	(1 730)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
<b>Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>(80)</b>	<b>(80)</b>	<b>(55)</b>	<b>(1 756)</b>
<b>Capital Tier 1 adicional (AT1)</b>	<b>4 595</b>	<b>7 604</b>	<b>4 621</b>	<b>6 823</b>
<b>Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)</b>	<b>52 082</b>	<b>55 091</b>	<b>52 921</b>	<b>57 631</b>
<b>Capital Tier 2 (T2)</b>	<b>9 211</b>	<b>6 202</b>	<b>10 329</b>	<b>6 384</b>
<b>Total do capital (TC = T1 + T2)</b>	<b>61 292</b>	<b>61 292</b>	<b>63 250</b>	<b>64 016</b>
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco</b>	<b>350 432</b>	<b>350 432</b>	<b>344 212</b>	<b>343 316</b>
<b>Rácios de capital</b>				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6	14,0	14,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	14,9	15,7	15,4	16,8
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,5	17,5	18,4	18,6

N/S – Não significativo

<sup>1</sup> Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as regras transitórias de CRR/CRD IV (ou "introdução progressiva") ao abrigo das quais os ajustamentos regulamentares de CET 1 foram integrados progressivamente alcançaram uma taxa de 100%, juntamente com a taxa de descontinuação progressiva de 100% das participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias.

<sup>2</sup> A nossa IPO ao DWS levou a um contributo de 0,9 mil milhões de euros de capital CET 1, o qual é refletido em "Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas" no montante de 0,1 mil milhões de euros e participações minoritárias em "Outros", no valor de 0,8 mil milhões de euros.

<sup>3</sup> Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

<sup>4</sup> Com base no Artigo 159 CRR e nas recentes orientações fornecidas pela EBA (Q&A 2017\_3426) publicadas a 18 de janeiro de 2019, apenas serão utilizados os ajustamentos de valor adicionais do spread de créditos não realizados como ajustamentos de risco de crédito.

<sup>5</sup> Inclui 0,6 mil milhões de euros de dedução de capital, com efeitos a partir de janeiro de 2018, com base nas orientações da ECB e na sequência das diretrizes da EBA sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução e o Sistema de Garantia de Depósitos. Inclui adicionalmente uma dedução de capital de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank, com efeitos a partir de outubro de 2016, com base numa notificação da ECB em conformidade com os Artigos 16(1)(c) e 16(2)(d) do Regulamento (UE) N.º 1024/2013.

## Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

### Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão de acordo com as regras de transição

	31 dez 2018				
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	115 035	76 592	5 236	15 964	212 827
Risco de liquidação	39	0	0	47	86
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	7 642	202	112	42	7 997
Risco de mercado	37 446	89	0	0	37 535
Risco operacional	76 145	10 827	5 017	0	91 989
<b>Total</b>	<b>236 307</b>	<b>87 709</b>	<b>10 365</b>	<b>16 053</b>	<b>350 432</b>

	31 dez 2017				
em milhões de euros	Corporate & Investment Bank	Private & Commercial Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	118 940	75 377	3 273	16 552	214 142
Risco de liquidação	142	0	0	5	147
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	6 189	171	84	7	6 451
Risco de mercado	30 896	70	0	0	30 966
Risco operacional	74 936	11 654	5 020	0	91 610
<b>Total</b>	<b>231 103</b>	<b>87 272</b>	<b>8 378</b>	<b>16 564</b>	<b>343 316</b>

Os RWA em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foram de 350,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face a 343,3 mil milhões de euros no final do exercício de 2017, os quais foram ainda sujeitos a regimes transitórios. O aumento em 7,1 mil milhões de euros foi principalmente motivado pelo Risco de mercado e pelos RWA de CVA. Estes últimos foram motivados por várias alterações de metodologia e política. O aumento dos RWA de risco de mercado de 6,6 mil milhões de euros foi motivado por uma negociação VaR sob esforço superior e por aumentos temporários no risco de concentração. Os RWA para risco de crédito diminuíram em 1,3 mil milhões de euros, motivados principalmente por recalibrações de parâmetros, bem como por alterações aos modelos e à metodologia, além de uma diminuição de RWA devido a melhorias na captação de liquidações pendentes para empréstimos em consórcio, que por sua vez foi compensado por RWA superiores devido ao crescimento do negócio nos nossos segmentos CIB e PCB.

A partir de 1 de janeiro de 2018, os RWA ao abrigo de regras transitórias é igual à medição fully loaded, uma vez que todos os regimes transitórios expiraram. Para 31 de dezembro de 2017, os RWA sob regras transitórias ainda reconheciam um subconjunto limitado de posições de capital de acordo com as regras de anterioridade, resultando em RWA transitórios de 343,3 mil milhões de euros, ligeiramente abaixo dos RWA fully loaded de 344,2 mil milhões de euros.

## Capital económico

### Adequação de capital interno

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital interno dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo.

#### Total de oferta e procura de capital

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2018	31 dez 2017
<b>Oferta de capital</b>		
Capital próprio dos acionistas	62 495	63 174
Participações minoritárias <sup>1</sup>	900	0
Acumulações de cupões AT1	(218)	(213)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(26)	(29)
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(304)	(73)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1 504)	(1 204)
Ativos intangíveis	(9 141)	(8 839)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(3 090)	(3 341)
Défice para perda esperada	(367)	(502)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida <sup>2</sup>	(1 111)	(1 125)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	(11)	(131)
Crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds zur baupartechnischen Absicherung")	0	(19)
Outros ajustamentos <sup>3</sup>	(1 122)	(322)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional	4 675	4 675
<b>Oferta de capital</b>	<b>51 176</b>	<b>52 051</b>
<b>Total de requisitos de capital económico</b>		
Risco de crédito	10 610	10 769
Risco de mercado	10 341	10 428
Risco operacional	7 359	7 329
Risco de negócio	4 758	5 677
Vantagem de diversificação	(6 960)	(7 074)
<b>Procura de capital</b>	<b>26 108</b>	<b>27 129</b>
<b>Rácio de adequação de capital interno</b>	<b>196 %</b>	<b>192 %</b>

<sup>1</sup> Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

<sup>2</sup> Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.

<sup>3</sup> Inclui uma dedução de capital de 0,6 mil milhões de euros relativa a compromissos de pagamento irrevogáveis associados ao Fundo Único de Resolução e ao Sistema de Garantia de Depósitos, a partir de 1 de janeiro de 2018.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 196% em 31 de dezembro de 2018, face a 192% em 31 de dezembro de 2017. A alteração no rácio deveu-se sobretudo a uma diminuição na procura de capital parcialmente compensada por uma diminuição na oferta de capital. A oferta de capital diminuiu em 0,9 mil milhões de euros, principalmente motivada pelos efeitos negativos da dedução de compromissos de pagamento irrevogáveis ao Fundo Único de Resolução e aos Sistemas de Garantia de Depósitos no valor de 0,6 mil milhões de euros, pela adoção da norma IFRS 9, com um impacto no valor de 0,4 mil milhões de euros, por perdas não realizadas 0,3 mil milhões de euros decorrentes de alterações à taxa de juro, pela dedução de ajustamentos de valor adicionais, no valor de 0,3 mil milhões de euros e pelo pagamento de dividendos de ações ordinárias, no montante de 0,2 mil milhões de euros. Estes efeitos negativos foram parcialmente reduzidos pelo contributo positivo de mil milhões de euros da nossa oferta pública inicial (IPO) ao DWS Group GmbH & Co. KgaA ("DWS"). A diminuição na procura de capital deveu-se a uma utilização de capital económico inferior, conforme explicado na secção "Perfil de risco".

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo Deutsche Bank consolidado e são parte integrante da nossa estrutura de gestão de risco e capital.

## Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

### Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório, as propostas legislativas integradas no Trilogo Europeu incluem um requisito mínimo de 3%, mas as datas de implementação propostas são diferentes. As regras finais de Basileia que foram publicadas em dezembro de 2017 também incluem um requisito de margem para o rácio de alavancagem adicional para bancos identificados como instituições de importância sistémica global (“G-SII”) de 50% do amortecedor do G-SII. Os detalhes da implementação e a calendarização da aplicação deste amortecedor do rácio de alavancagem adicional estão sujeitos a finalização do processo legislativo.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base fully loaded, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. Além disso, fornecemos o rácio de alavancagem numa base de integração progressiva, conforme apresentado abaixo nas tabelas.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela “Divulgação comum de rácio de alavancagem” abaixo. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base fully loaded, em conformidade com as tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016. Para informações adicionais, também incluem os números iniciais.

## Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2018	31 dez 2017
<b>Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas</b>	<b>1 348</b>	<b>1 475</b>
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	0	5
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(140)	(172)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	14	41
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	99	95
Outros ajustamentos	(49)	(50)
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 395</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 396</b>

## Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2018	31 dez 2017
Total de exposições a derivados	159	166
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	103	158
Total de exposições extrapatrimoniais	99	95
Outros ativos	925	990
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1 <sup>1</sup>	(13)	(14)
<b>Rácio de capital Tier 1 (fully loaded)</b>	<b>52,1</b>	<b>52,9</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (fully loaded)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 395</b>
<b>Rácio de alavancagem (fully loaded, em %)</b>	<b>4,1</b>	<b>3,8</b>
<b>Capital Tier 1 (inicial)</b>	<b>55,1</b>	<b>57,6</b>
<b>Medida da exposição total ao rácio de alavancagem (inicial)</b>	<b>1 273</b>	<b>1 396</b>
<b>Rácio de alavancagem (inicial, em %)</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>

<sup>1</sup> Utilizando uma definição *fully loaded* de capital Tier 1. O montante, utilizando uma definição transitória de capital Tier 1, é de (13) mil milhões de euros e (13) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

## Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2018

Em 31 de dezembro de 2018, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded era de 4,1%, em comparação com 3,8 % em 31 de dezembro de 2017, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2018, um capital Tier 1 fully loaded de 52,1 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1273 mil milhões de euros (52,9 mil milhões de euros e 1395 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV em conformidade com provisões transitórias era de 4,3% em 31 de dezembro de 2018 (4,1% em 31 de dezembro de 2017), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 55,1 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1273 mil milhões de euros (57,6 mil milhões de euros e 1396 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente). A partir de 1 de janeiro de 2018, a medida de exposição com regras transitórias é igual à medida de exposição fully loaded, ao passo que era de mil milhões de euros superior em 31 de dezembro de 2017, uma vez que os montantes de ativos deduzidos para determinar o capital Tier 1 eram inferiores, em conformidade com as regras transitórias.

Durante o ano de 2018, a nossa exposição a rácio de alavancagem diminuiu 122 mil milhões de euros, para 1273 mil milhões de euros. Isto é sobretudo motivado pela redução de 55 mil milhões de euros em exposições a SFT, refletindo uma diminuição do balanço em itens relativos a SFT (títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e valores a receber de corretagem prime), bem como complementos inferiores para risco de crédito da contraparte devido ao reconhecimento prolongado de garantias colaterais. A redução de 65 mil milhões de euros em Outros ativos reflete o desenvolvimento no nosso balanço, em particular no que diz respeito aos saldos de numerário do banco central/interbancários, os quais diminuíram em 37 mil milhões de euros, e aos ativos detidos para negociação não derivados, os quais diminuíram em 33 mil milhões de euros. Os derivados diminuíram em 7 mil milhões de euros a partir de complementos inferiores para a potencial exposição futura. As exposições extrapatrimoniais aumentaram ligeiramente em 4 mil milhões de euros, correspondentes a valores nocionais superiores por compromissos de crédito irrevogáveis.

A diminuição da exposição a rácio de alavancagem em 2018 inclui um impacto cambial positivo de 26 mil milhões de euros, sobretudo devido à desvalorização do euro em relação ao dólar americano.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 20 em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a 22 em 31 de dezembro de 2017.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção “Capital regulamentar” neste relatório.



## Exposição ao risco de crédito

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39 e são apresentados no formato antigo. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis.

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. O risco de incumprimento também decorre das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

### Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A tabela também apresenta as exposições sujeitas a imparidades com a norma IFRS 9. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31 dez 2018					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>1</sup>	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>2</sup>	Total de aumentos de crédito
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>						
Caixa e saldos do banco central	188 736	188 736	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8 885	8 885	-	4	0	4
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8 222	8 222	-	7 734	-	7 734
Títulos obtidos por empréstimo	3 396	3 396	-	0	-	0
Loans	404 537	404 537	-	224 353	16 582	240 934
Outros ativos sujeitos a risco de crédito <sup>4,5</sup>	71 899	65 010	29 073	3 199	79	32 352
Títulos detidos até à maturidade	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado<sup>3</sup></b>	<b>685 676</b>	<b>678 787</b>	<b>29 073</b>	<b>235 290</b>	<b>16 661</b>	<b>281 024</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados<sup>6</sup></b>						
Ativos detidos para negociação	96 966	-	-	677	155	831
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320 058	-	250 231	48 548	82	298 861
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	97 771	-	245	67 385	0	67 630
Of which:						
Títulos comprados com acordos de revenda	44 543	-	245	43 258	0	43 503
Títulos obtidos por empréstimo	24 210	-	-	24 003	0	24 003
Loans	12 741	-	-	125	0	125
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	104	-	-	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>514 899</b>	<b>-</b>	<b>250 476</b>	<b>116 610</b>	<b>237</b>	<b>367 323</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de OCI</b>	<b>51 182</b>	<b>51 182</b>	<b>0</b>	<b>1 488</b>	<b>520</b>	<b>2 008</b>
Of which:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1 097	1 097	-	621	0	621
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Loans	5 092	5 092	-	450	104	554
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de OCI</b>	<b>51 182</b>	<b>51 182</b>	<b>-</b>	<b>1 488</b>	<b>520</b>	<b>2 008</b>
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>7</sup>	51 605	51 605	-	3 375	5 291	8 666
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>7</sup>	212 049	211 055	-	16 418	4 734	21 152
<b>Total de extrapatrimoniais</b>	<b>263 654</b>	<b>262 659</b>	<b>-</b>	<b>19 793</b>	<b>10 025</b>	<b>29 818</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1 515 410</b>	<b>992 628</b>	<b>279 550</b>	<b>373 181</b>	<b>27 443</b>	<b>680 173</b>

<sup>1</sup> Não inclui crédito derivado nocional vendido (415 967 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.

<sup>2</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.

<sup>3</sup> Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.

<sup>4</sup> Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados.

<sup>5</sup> Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.

<sup>6</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>7</sup> Os números são refletidos nos valores nacionais.

	31 dez 2017				
	Aumentos de crédito				
em milhões de euros. <sup>1</sup>	Exposição máxima ao risco de crédito <sup>2</sup>	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito <sup>3</sup>	Total de aumentos de crédito
Caixa e saldos do banco central	225 655	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 265	-	0	7	7
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9 971	-	9 914	-	9 914
Títulos obtidos por empréstimo	16 732	-	15 755	-	15 755
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>4</sup>	550 313	286 149	136 650	265	423 065
Ativos detidos para negociação	98 730	-	2 635	146	2 781
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	361 032	285 421	52 797	119	338 338
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90 551	728	81 218	0	81 946
Of which:					
Títulos comprados com acordos de revenda	57 843	728	56 566	0	57 294
Títulos obtidos por empréstimo	20 254	-	20 034	0	20 034
Ativos financeiros disponíveis para venda <sup>4</sup>	47 766	-	559	0	559
Empréstimos <sup>5</sup>	405 621	-	211 578	20 063	231 641
Títulos detidos até à maturidade	3 170	-	-	-	-
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	66 900	29 854	1 514	56	31 424
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito <sup>6</sup>	48 212	-	4 024	6 579	10 604
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito <sup>6</sup>	158 253	-	7 544	1 759	9 303
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>1 541 858</b>	<b>316 003</b>	<b>387 538</b>	<b>28 730</b>	<b>732 271</b>

<sup>1</sup> Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

<sup>2</sup> Não inclui crédito derivado notional vendido (828 804 milhões de euros) e proteção de crédito derivado notional adquirido.

<sup>3</sup> A proteção de crédito comprada é refletida com o valor notional do subjacente.

<sup>4</sup> Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

<sup>5</sup> Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

<sup>6</sup> Os números são refletidos nos valores nominais. Os compromissos revogáveis não incluídos no ano foram de 45,1 mil milhões de euros.

A diminuição global da exposição máxima ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2018 é de 26,4 mil milhões de euros, sobretudo motivada por uma diminuição de 41 mil milhões de euros dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, e os saldos de numerário e do banco central diminuíram em 36,9 mil milhões de euros, compensados por um aumento devido à inclusão pela primeira vez dos compromissos de crédito revogáveis, no valor de 44,3 mil milhões de euros.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2018, obrigações negociadas no valor de 85,2 mil milhões de euros (87,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), mais de 79% das quais com notação investment-grade (mais de 82% em 31 de dezembro de 2017).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

## Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), títulos de dívida e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são créditos brutos, tal como reportado no nosso balanço ao custo amortizado e empréstimos ao justo valor através outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, além de incluírem empréstimos ao justo valor através dos resultados. Isto inclui os “empréstimos negociados” comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis” consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os “passivos contingentes” consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “títulos de dívida” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria ao justo valor através dos resultados. Isto inclui as “obrigações negociadas”, que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra” consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

### Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

em milhões de euros	31 dez 2018						Derivados do mercado de balcão
	Loans		Extrapatrimoniais		Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis <sup>3</sup>	Passivos contingentes	
	ao custo amortizado <sup>1</sup>	negociação - ao justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>2</sup>			
Corporate & Investment Bank	135 078	11 462	12 532	5 092	168 332	48 871	27 028
Private & Commercial Bank	269 175	0	209	0	43 331	2 638	353
Gestão dos Activos	68	0	0	0	117	14	0
Corporate & Other	216	0	0	0	269	81	37
<b>Total</b>	<b>404 537</b>	<b>11 462</b>	<b>12 741</b>	<b>5 092</b>	<b>212 049</b>	<b>51 605</b>	<b>27 417</b>

em milhões de euros	31 dez 2018						Total
	Títulos de dívida		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>7</sup>				
	ao custo amortizado <sup>5</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>6</sup>	ao custo amortizado <sup>8</sup>	ao justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI <sup>9</sup>	
Corporate & Investment Bank	579	88 451	1 032	11 348	64 684	0	574 488
Private & Commercial Bank	4 569	19	7 799	260	0	0	328 353
Gestão dos Activos	0	419	0	0	0	0	618
Corporate & Other	51	3 776	36 162	11	4 068	1 097	45 768
<b>Total</b>	<b>5 199</b>	<b>92 664</b>	<b>44 993</b>	<b>11 618</b>	<b>68 752</b>	<b>1 097</b>	<b>949 227</b>

<sup>1</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup> Inclui empréstimos e empréstimos POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>4</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>5</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>6</sup> Inclui títulos de dívida e títulos de dívida POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>7</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

<sup>8</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

<sup>9</sup> Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018

									31 dez 2017	
									Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>9</sup>	
									Total	
		Loans		Extrapatrimoniais		Derivados de OTC <sup>3</sup>	Debt securities			
		Empréstimos <sup>1</sup>	Empréstimos negociados	Compromissos de crédito irrevogáveis <sup>2</sup>	Passivos contingentes	Derivados de OTC <sup>3</sup>	Títulos de dívida <sup>4</sup>	Obrigações negociadas	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra <sup>9</sup>	Total
em milhões de euros										
Corporate & Investment Bank										
	137 954	10 875	141 892	45 342	30 993	2 667	83 067	99 335	552 125	
Private & Commercial Bank										
	267 554	1	16 201	2 802	422	14 421	0	835	302 235	
Gestão dos Activos										
	87	0	53	16	0	39	67	0	262	
Corporate & Other										
	26	0	107	52	15	31 124	4 130	4 630	40 084	
<b>Total</b>	<b>405 621</b>	<b>10 876</b>	<b>158 253</b>	<b>48 212</b>	<b>31 430</b>	<b>48 251</b>	<b>87 264</b>	<b>104 800</b>	<b>894 707</b>	

<sup>1</sup> Inclui empréstimos em imparidade no montante de 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

<sup>4</sup> Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

<sup>5</sup> Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

Para 2018, fornecemos informações no seguimento da norma de contabilidade IFRS 9, ao passo que os valores de 2017 são baseados nas regras de contabilidade IAS 39 e são apresentados no formato antigo. Uma vez que os requisitos de contabilidade mudaram de forma significativa, os números não são comparáveis.

A nossa principal exposição ao crédito aumentou 54,5 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, os aumentos na exposição observam-se em todas as divisões. Os detalhes relativos à exposição ao crédito do Corporate & Investment Bank e do Private & Commercial Bank são fornecidos nas secções que se seguem. A categoria “Corporate & Other” consiste principalmente em exposições de tesouraria.
- De uma perspetiva do produto, foram observados aumentos significativos na exposição devido à inclusão pela primeira vez dos compromissos de crédito revogáveis e à inclusão de todas as categorias de empréstimos, como parte da introdução da norma IFRS 9. Este aumento foi parcialmente compensado pela diminuição dos acordos de recompra devido à redução gerida.

## Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

### Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

#### Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial <sup>1</sup>		Risco de preço das matérias-primas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Médio	27,5	29,8	(25,5)	(28,1)	17,6	20,2	16,4	19,7	10,0	8,7	8,3	8,4	0,6	0,8
Máximo	40,9	38,4	(35,0)	(37,6)	32,6	26,0	24,0	25,1	14,5	12,5	13,0	16,5	1,3	3,0
Mínimo	19,8	20,1	(20,2)	(21,4)	12,4	13,5	13,0	13,5	6,9	4,4	3,8	4,2	0,2	0,1
Final do período	32,1	29,1	(26,9)	(22,5)	14,1	21,4	22,3	14,4	13,0	10,1	9,2	4,9	0,3	0,7

<sup>1</sup> Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

## Exposição ao risco operacional

### Risco operacional – perfil de risco

#### Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

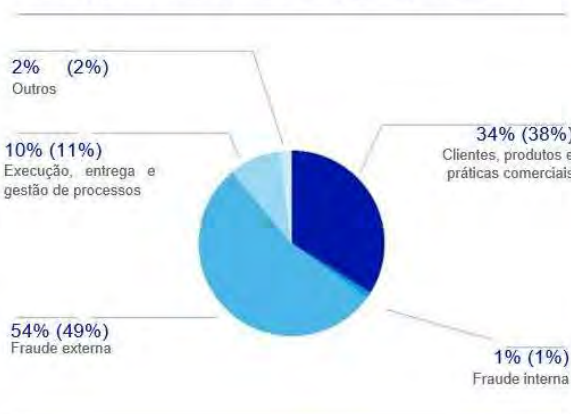
em milhões de euros	2018	2017 <sup>1</sup>
Cientes, produtos e práticas comerciais	156	513
Fraude interna	13	(48)
Fraude externa	50	19
Execução, entrega e gestão de processos	44	224
Outros	19	42
<b>Grupo</b>	<b>282</b>	<b>749</b>

<sup>1</sup> Números de 2017 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

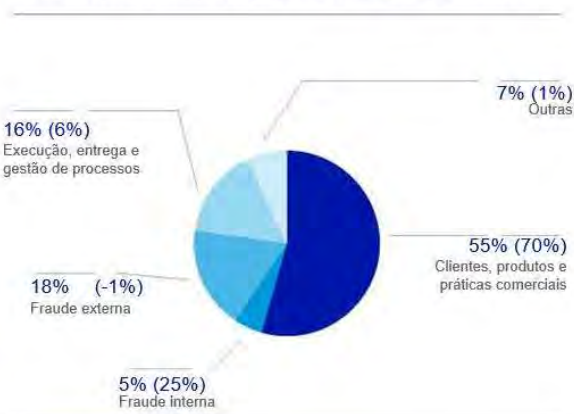
Em 31 de dezembro de 2018, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 467 mil milhões de euros, ou 62%, face a 2017. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” e “execução, entrega e gestão de processos” devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2017.

#### Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2018 (2013-2017)<sup>1</sup>

Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



<sup>1</sup> As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2013-2017. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda “Frequência de perdas operacionais” resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2018 comparativamente ao período de cinco anos de 2013 a 2017, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2010 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2018, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento “fraude externa” com uma frequência de 54 % e pelo tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” com 34% de todos os eventos de perda registados. A “execução, entrega e gestão de processos” contribui com 10%. Os “Outros” mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento “Fraude interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de menos de 1% dos eventos de perda em 2018.

O gráfico acima à direita “Distribuição de perdas operacionais” resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2018 em comparação com o período de cinco anos de 2013 a 2017. O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 55 %, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. A “fraude externa” tem a segunda quota mais elevada (18%), relacionada com um grande evento em 2018. Por fim, os tipos de eventos “execução, entrega e gestão de processos” (16%), “outros” (1%) e “fraude interna” (5%) são menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Embora procuremos garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10 000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

## Exposição ao risco de liquidez

### Rácio de cobertura de liquidez

O nosso LCR médio ponderado de 145 % (média de doze meses) foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 43.º do CRR.

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2018 mantém-se em 140,37% face a 139,70% em 31 de dezembro de 2017.

#### Componentes do LCR

	31 dez 2018	31 dez 2017
	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	<b>12</b>	12
<b>Suporte adicional de liquidez</b>	<b>250</b>	<b>247</b>
<b>Total de saídas de caixa líquidas</b>	<b>172</b>	<b>172</b>
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em % <sup>1</sup>	<b>145 %</b>	<b>144 %</b>

<sup>1</sup> O rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Deutsche Bank AG a 31 de dezembro de 2018 mantém-se em 121% em comparação com 117% a 31 de dezembro de 2017.

# Relatório de remunerações

O Relatório de Remuneração fornece informações sobre os princípios e o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Cumpre os requisitos do n.º 9 do artigo 285.º do Código Comercial alemão (HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Instituts-Vergütungsverordnung), bem como das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

## Introdução

O Relatório de Remuneração de 2018 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

## Relatório de remuneração do conselho de administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG (políticas de remuneração). Seguem-se informações sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

## Relatório de remuneração dos colaboradores

A segunda secção do Relatório de remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (incluindo o Grupo DWS e as unidades do Postbank). O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2018. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

## Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch– "HGB"), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.



# Relatório de remuneração do conselho de administração

## Governo da remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação e conceção do sistema de remuneração (políticas de remuneração) e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comitê de Controlo de Remunerações. O Comitê de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada das políticas de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comitê de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comitê de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente as políticas de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação das políticas remuneratórias, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista em § 120 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Isto ocorreu pela última vez em 2017 e o Conselho de Fiscalização irá continuar a utilizar esta possibilidade de acordo com a lei alemã que implementa a segunda diretiva relativa aos direitos dos acionistas que se encontra atualmente em processo legislativo.

## Princípios das políticas de remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar as políticas de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto nas políticas de remunerações como nas remunerações individuais e, por isso, foram tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

<b>Governo da sociedade</b>	A estruturação das políticas de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que esteja em consonância com as práticas de mercado habituais e seja competitivo com funções comparáveis.
<b>Group Strategy (estratégia do Grupo)</b>	Através da estrutura das políticas de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
<b>Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração</b>	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. Estes objetivos podem ser de natureza financeira ou não financeira.
<b>Limites de remuneração regulamentares ou outros</b>	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com maioria de 91%. As políticas de remuneração deliberadas pelo Conselho de Fiscalização também preveem limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2018, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.
<b>Aspetos de sustentabilidade</b>	Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como uma componente de remuneração não baseada em ações e a ser obtida em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos. A remuneração variável total poderá ser reclamada pelo banco num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração (clawback).
<b>Interesses dos acionistas</b>	Ao conceber a estrutura específica das políticas de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a aplicação e distribuição da remuneração, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.

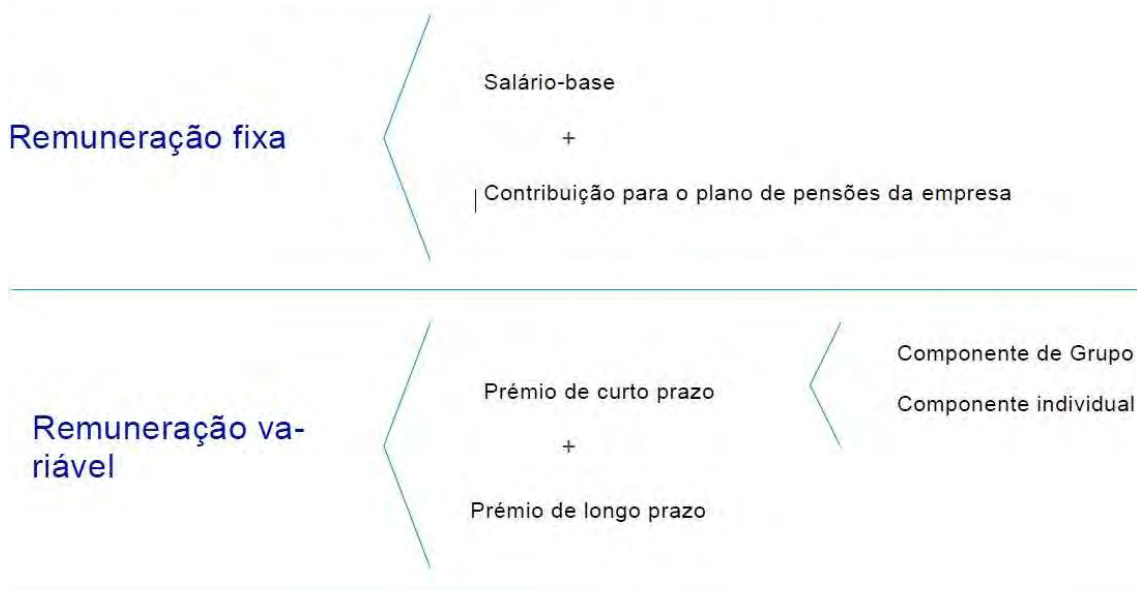
As políticas de remunerações e as estruturas de remuneração que estas abrangem encontram-se refletidas nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

## Estrutura de remuneração

- Estruturas de remuneração transparentes
- Ligações claras entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
- Forte ênfase nos interesses dos acionistas

Estrutura e elementos de remunerações das políticas de remunerações

Estrutura e elementos de remunerações do novo sistema de remunerações



As políticas de remuneração aplicáveis a partir de janeiro de 2017 consistem em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

### Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em subsídios, em contribuições para o plano de pensões corporativo e “outros benefícios”.

O salário-base anual ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. Os Presidentes recebem um salário-base anual de 3 milhões de euros. O salário-base anual para os membros ordinários do Conselho de Administração com responsabilidades na CIB é de 3 milhões de euros, e para os restantes membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em conjunto com a Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. Este limite regulamentar obrigatório foi implementado em 2014.

Ao abrigo das normas InstVV, o Conselho de Fiscalização pode atribuir provisões funcionais opcionais aos membros do Conselho de Administração a quem são atribuídas tarefas adicionais e uma responsabilidade específica além da área de responsabilidade normal atribuída no âmbito do Conselho de Administração. As provisões podem corresponder a um máximo de 100 % do salário-base anual e são pagas enquanto as tarefas adicionais e responsabilidades específicas forem atribuídas ao membro do Conselho de Administração. Ao abrigo das normas InstVV, as provisões funcionais são consideradas parte da remuneração fixa e, por isso, não estão sujeitas a condições de perda de direitos ou clawback.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

## Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

As políticas de remuneração atuais estabelecem que a remuneração tem de estar associada a critérios de desempenho transparentes. A estrutura permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. Inclui dois componentes:

- o Prémio de curto prazo e
- o Prémio de longo prazo.

A portaria InstVV de 2017 estipula, de um modo geral, um período de avaliação de três anos para a remuneração variável. Este requisito é tido em conta atribuindo um período de referência de três anos a cada um dos três objetivos do componente de longo prazo. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o desempenho será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro do Conselho de Administração. Além disso, o período de diferimento da remuneração variável será ampliado o número de anos em falta relativamente ao período de avaliação.

### Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto e médio prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir os objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- o Componente de Grupo e
- o Componente individual.

#### Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente as políticas de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho anuais subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA a partir de 2017.

Em conformidade com a estratégia, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custos ajustados	Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

#### Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que são utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. Regra geral, são estabelecidos três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração.

Pela primeira vez, em 2018, a **pontuação equilibrada** foi integrada nas políticas de remuneração do componente individual do Prémio de curto prazo a determinar pelo Conselho de Fiscalização. A pontuação equilibrada permite tornar operacionais os objetivos estratégicos transformando-os em medidas concretas, criando simultaneamente uma visão geral das prioridades do Grupo. A pontuação equilibrada dos membros do Conselho de Administração abrange dois componentes: (i) os indicadores-chave de desempenho (KPI) e (ii) as entregas-chave, cujo nível de consecução é determinado no final do exercício. A pontuação equilibrada contém números financeiros-chave, bem como indicadores-chave de desempenho (não financeiros) relativos a negócio de clientes, pessoal, ambiente de controlo e inovação. De forma a associar a pontuação equilibrada com a remuneração dos membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu que será contabilizado um rácio de 30% do componente individual do STA (ou seja, 6-9% da remuneração variável total) incluído no componente que abrange os KPI na avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, no exercício de 2018. O componente da pontuação equilibrada que abrange as entregas-chave também será contabilizado na avaliação de desempenho a partir do exercício de 2019.

A soma dos objetivos acordados individualmente e de cada divisão ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos individuais supramencionados e dos indicadores-chave de desempenho da pontuação equilibrada. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

### Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

em euros	2018		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Chairman			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual	0	1 400 000	2 800 000
<b>STA total<sup>1</sup></b>	<b>0</b>	<b>1 900 000</b>	<b>3 800 000</b>
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500 000	1 000 000
Componente individual (desde - até)	0	800 000	1 600 000
	0	até 1 400 000	até 2 800 000
<b>Total STA (desde - até)</b>	<b>0</b>	<b>1 300 000</b>	<b>2 600 000</b>
	<b>0</b>	<b>até 1 900 000</b>	<b>até 3 800 000</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

### Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco claro na consecução dos objetivos de longo prazo. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

**60%** da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA. Para 2018, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos comuns seguintes para todos os membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.

Em 2018, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover o crescimento e o fortalecimento do Banco, com base na noção de **crescimento orgânico do capital** real. O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

Tal como no ano transato, o terceiro objetivo é tirado da categoria "**Cultura e Clientes**". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes para o exercício de 2018. Um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é - novamente este ano - a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

## Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidas métricas financeiras para medir o nível de consecução dos objetivos de forma transparente. A decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
<b>Prémio de curto prazo (STA)</b>	Componente de grupo <sup>(1)</sup>	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar) <sup>(2)</sup>	
	Crescimento de receitas/ISIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30%
Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30%	
Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%	
<b>Prémio de longo prazo (LTA)<sup>(3)</sup></b>	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	"Fator de cultura e cliente"/Grupo de classificação do ambiente de controlo	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB

(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos

(3) Objecões ao nível do grupo a longo prazo



## Remuneração máxima

### Remuneração total/valores alvo e máximo

em euros					2018	2017
	Salário- -base	Componente de grupo	STA <sup>1</sup> Componente individual	LTA <sup>2</sup>	Remuneração total	Remuneração total
Chairman						
Alvo	3 400 000	500 000	1 400 000	3 400 000	8 700 000	8 700 000
Máximo	3 400 000	1 000 000	2 800 000	5 100 000	12 300 000	12 300 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)						
Alvo	3 000 000	500 000	1 400 000	2 800 000	7 700 000	7 700 000
Máximo	3 000 000	1 000 000	2 800 000	4 200 000	11 000 000	11 000 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (AM)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 300 000	2 800 000	7 000 000	7 000 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 600 000	4 200 000	10 200 000	10 200 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (PCB)						
Alvo	2 400 000	500 000	1 100 000	2 800 000	6 800 000	6 800 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	2 200 000	4 200 000	9 800 000	9 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2 400 000	500 000	800 000	2 800 000	6 500 000	6 500 000
Máximo	2 400 000	1 000 000	1 600 000	4 200 000	9 200 000	9 200 000

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2018. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

## Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida.

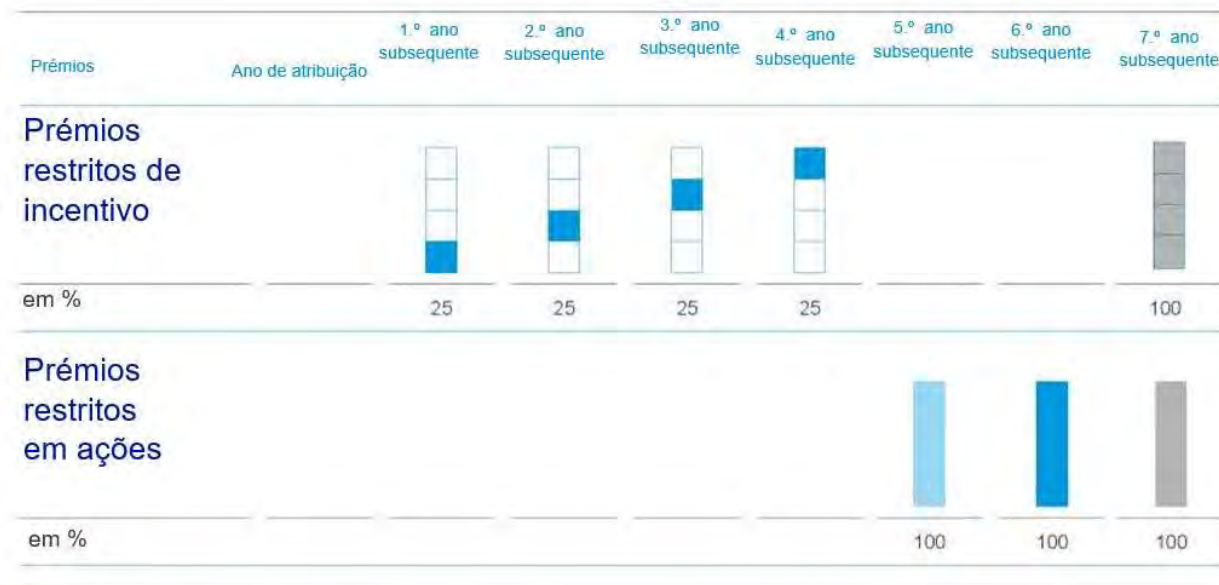
**75%** da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

#### Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração



- Aquisição e/ou não perda de direitos, alinhada com pagamento ou entrega.
- Aquisição seguida de um período de carência até à entrega; sujeita a condições de perda de direitos individuais durante o período de carência.
- Fim da possibilidade de solicitar remuneração ("Recuperação" ou clawback) de componentes de remuneração já pagos/entregues.

## Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

Para criar incentivos a longo prazo, os componentes de remuneração prémios restritos em ações e prémios restritos de incentivo são diferidos ou faseados ao longo de vários anos. Os prémios podem ser total ou parcialmente caducados, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, os prémios poderão ser totalmente perdidos se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A revisão do InstVV adotada em agosto de 2017 obriga a que as "disposições de recuperação" (clawback) deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento. A disposição de recuperação que já tinha sido acordada individualmente com os membros do Conselho de Administração, em 2017, é agora aplicável, pela primeira vez, aos elementos de remuneração concedidos no exercício de 2018.

## Limitações no caso de acontecimentos excepcionais

No caso de acontecimentos excepcionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

## Diretrizes de participações

- Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
- Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
- Ligação ao desempenho do banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter representa duas vezes o salário-base anual, ou seja, o equivalente a 6 800 000 euros. Para os outros membros do Conselho de Administração, o número de ações a deter corresponde a um salário-base anual, ou seja, o equivalente a 2 400 000 ou 3 000 000 euros, respetivamente.

As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a  $1 \frac{1}{3}$  das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

## Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2018

### Remuneração fixa

No exercício de 2018, o salário-base anual foi de 3 400 000 € para o Presidente do Conselho de Administração e de 2 400 000 ou 3 000 000 €, respetivamente, para os restantes membros do Conselho de Administração. Relativamente ao período de novembro de 2017 a agosto de 2018, foi concedida ao membro do Conselho de Administração, Stuart Lewis, uma provisão funcional de 150 000 euros por mês. O Conselho de Fiscalização conferiu a Stuart Lewis a responsabilidade adicional de melhorar a relação com as entidades reguladoras nos EUA, além das suas áreas de responsabilidade segundo o plano de afetação de negócios. Relativamente ao período de dezembro de 2017 a novembro de 2020, Garth Ritchie irá receber uma provisão funcional mensal de 250 000 euros. Foi confiada ao Sr. Ritchie uma responsabilidade adicional relacionada com as implicações do Brexit, além das suas áreas de responsabilidade segundo o plano de afetação de negócios.

### Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, atuando com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2018. O Conselho de Fiscalização calculou e determinou o montante do LTA e do STA com base no nível de consecução dos respetivos objetivos e/ou números dos indicadores-chave. O contributo individual para os resultados foi determinado com base na consecução dos objetivos acordados individualmente tendo em conta os resultados da pontuação equilibrada.

### Nível de consecução de objetivos

No exercício de 2017, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para o **Componente de grupo do STA** foi o seguinte: Relativamente ao rácio Common Equity Tier 1 (CET1), foi alcançado o nível alvo pretendido. O rácio de alavancagem pretendido não foi totalmente alcançado; melhorou em termos homólogos, ainda que o nível alvo de 2018 não tenha sido alcançado na sua totalidade (consulte a secção “Rácio de alavancagem” no Relatório de risco para obter detalhes adicionais). O nível alvo pretendido para 2018 relativamente aos gastos operacionais ajustados (excl. juros) foi alcançado na sua totalidade. O alvo de rentabilidade após impostos para 2018 não foi alcançado.

Em suma, o Conselho de Fiscalização determinou um nível de consecução de objetivos de 70 % para o componente de grupo.

---

70 %

foi o nível de consecução dos objetivos para  
o componente de grupo do STA

---

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2018, incluindo os da pontuação. Os objetivos dos atuais membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

#### *Christian Sewing*

Os objetivos do Sr. Sewing como membro do Conselho de Administração com responsabilidade na PCB incluíram a consecução dos objetivos do plano de gestão de recursos de 2018 relativamente a colaboradores, ativos ponderados pelo risco e custos. Outro objetivo incluía uma meta de IBIT relativa à divisão para o exercício de 2018. Os objetivos do Sr. Sewing como Presidente do Conselho de Administração incluíam o desenvolvimento e a implementação de um plano estratégico, o objetivo de custo comunicado de 23 mil milhões de euros, bem como a estabilização e/ou melhoria da satisfação do cliente e do compromisso dos colaboradores.

#### *Garth Ritchie*

Os objetivos do Sr. Ritchie incluíam a alteração do foco da CIB. A comunicação com os clientes e a cultura interna deveriam ser melhoradas. Outro objetivo acordado com o Sr. Ritchie como diretor-geral foi o de criar relações mais estreitas com as entidades reguladoras da Grã-Bretanha.

#### *Karl von Rohr*

Um dos objetivos do Sr. von Rohr era implementar a fusão do Postbank AG no Bank Privat- und Geschäftskunden AG relativamente a questões jurídicas e de RH. O Sr. von Rohr também tinha a entrega da IPO da DWS, bem como a criação das estruturas de governo da sociedade ao nível do conselho de fiscalização da DWS como objetivos. O número de litígios jurídicos pendentes – com especial atenção nas questões que colocam maior risco – deveria ser mais reduzido. Além disso, foram acordados objetivos de custos com o Sr. von Rohr para a sua área de responsabilidade.

#### *Stuart Lewis*

Um dos objetivos do Sr. Lewis era simplificar a organização de risco transferindo iniciativas sem risco para áreas mais adequadas. Outro objetivo era melhorar o foco e a cooperação com a área de Finanças. Por último, o Sr. Lewis teve como objetivo a remediação imediata das conclusões regulamentares.

#### *Sylvie Matherat*

Na sua responsabilidade para o Diretor regulamentar, a Sra. Matherat foi mandatada para continuar a fortalecer o ambiente de controlo do banco em 2018. Em termos de Conformidade, foi-lhe atribuída a tarefa de melhorar a supervisão, o que inclui uma análise de eficácia e o desenvolvimento de cenários de supervisão do negócio, expansão da supervisão das comunicações eletrónicas e automatização da supervisão de voz. Além disso, deveria transpor os requisitos da quarta diretiva antibrandeamento de capitais (4AMLD) nas nossas políticas de combate aos crimes financeiros (AFC) e implementar o quadro para a investigação de crimes financeiros. O terceiro objetivo acordado com a Sra. Matherat foi melhorar a monitorização das transações financeiras. Por fim, o fortalecimento e melhoria da gestão de custos foi um objetivo acordado com a Sra. Matherat.

#### *James von Moltke*

Os objetivos do Sr. von Moltke incluíam a conceção e implementação do programa estratégico “Catalisador de custos” que pretende identificar e eliminar ineficiências de custos estruturais, melhorar a nossa cultura de custos e contribuir para alcançar os objetivos de desempenho operacional a curto prazo do Deutsche Bank. Outros objetivos diziam respeito à melhoria das capacidades de relato de liquidez e gestão do Banco e à execução de melhorias organizacionais de acordo com as prioridades da organização de Finanças.

#### *Nicolas Moreau*

Os objetivos do Sr. Moreau incluíram a criação de entradas líquidas e alcançar um desempenho sólido em termos de investimento. Outros objetivos diziam respeito à implementação de reduções de custos e à melhoria da eficiência de custos. Os critérios de desempenho para o objetivo criar uma cultura de desempenho na DWS eram aumentar a percentagem de mulheres em cargos de gestão e melhorar o compromisso dos colaboradores.

#### *Werner Steinmüller*

Para o exercício de 2018, foram acordados com o Sr. Steinmüller um objetivo de proveitos relativamente à Ásia e Pacífico, a região pela qual o Sr. Steinmüller é responsável, e um objetivo de custos. Adicionalmente, foi acordado um objetivo de franquia para fortalecer e expandir o governo, o ambiente de controlo e a marca Deutsche Bank na região.

#### *Frank Strauß*

O Sr. Strauß tinha de alcançar um objetivo de IBIT e de proveitos para a divisão Private & Commercial Clients. A criação do “The Bank for Germany” era outro objetivo. O plano de gestão de recursos de 2018 relativamente a colaboradores, ativos ponderados pelo risco e custos constituía outro objetivo. Por fim, o Sr. Strauß deveria implementar uma plataforma de banca digital.

**80 % -154 %** foi o nível de consecução dos objetivos para o componente individual do STA

O nível individual de consecução dos membros do Conselho de Administração que desempenharam funções durante todo o ano de 2018 situa-se entre 80% e 154%.

No exercício de 2018, o desenvolvimento das três métricas de desempenho para o Componente de grupo do LTA foi o seguinte: Embora o RTSR tenha melhorado em termos homólogos, o desempenho médio no triénio relevante (2016 a 2018) foi de 73,6% e, por conseguinte, situou-se abaixo do desempenho do grupo de pares; isto resultou num nível de consecução de 42%. O crescimento orgânico do capital, conforme definido, teve uma evolução negativa de 2016 a 2018; o nível de consecução resultante foi de 0%. O reforço do ambiente de controlo foi avaliado com base no feedback da auditoria interna e das autoridades de fiscalização e melhorou novamente em 2018; o nível de consecução foi de 81%. Devido a estes fatores, o nível de consecução global deliberado pelo Conselho de Fiscalização foi de 41%.

**41 %** foi o nível de consecução dos objetivos do LTA

## Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2018 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 55 716 289 euros (2017: 29 750 000 €). 29 911 111 euros deste montante destinavam-se à remuneração fixa (2017: 29 750 000 €). 25 805 178 euros (2017: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2018 e 2017, como se segue:

em euros	Salário-base	Provisão funcional	2018		Remuneração total	2017	Remuneração total
			STA <sup>1</sup>				
			Componente de grupo	Componente individual			
Christian Sewing	3 291 111	0	350 000	2 035 931	1 327 037	7 004 079	2 900 000
Garth Ritchie	3 000 000	3 000 000	350 000	1 120 000	1 148 003	8 618 003	3 250 000
Karl von Rohr	2 836 667	0	350 000	1 200 000	1 148 003	5 534 670	2 400 000
Stuart Lewis	2 400 000	1 200 000	350 000	1 000 000	1 148 003	6 098 003	2 700 000
Sylvie Matherat	2 400 000	0	350 000	640 000	1 148 003	4 538 003	2 400 000
James von Moltke <sup>3</sup>	2 400 000	0	350 000	1 200 000	1 148 003	5 098 003	1 200 000
Nicolas Moreau <sup>4</sup>	1 200 000	0	175 000	520 000	574 001	2 469 001	2 400 000
Werner Steinmüller	2 400 000	0	350 000	880 000	1 148 003	4 778 003	2 400 000
Frank Strauß <sup>5</sup>	2 400 000	0	350 000	1 669 600	1 148 003	5 567 603	800 000
John Cryan <sup>6</sup>	1 133 333	0	116 667	175 000	464 668	1 889 668	3 400 000
Kimberly Hammonds <sup>7</sup>	1 000 000	0	145 833	200 000	478 335	1 824 168	2 400 000
Dr. Marcus Schenck <sup>8</sup>	1 250 000	0	145 833	422 917	478 335	2 297 085	2 900 000
Jeffrey Urwin <sup>9</sup>	0	0	0	0	0	0	600 000
<b>Total</b>	<b>25 711 111</b>	<b>4 200 000</b>	<b>3 383 333</b>	<b>11 063 448</b>	<b>11 358 397</b>	<b>55 716 289</b>	<b>29 750 000</b>

<sup>1</sup> STA: Prémio de curto prazo.

<sup>2</sup> LTA: Prémio de longo prazo.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total de 2 916 667 euros relativa a 2018.

<sup>5</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>6</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>7</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>8</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>9</sup> Membro até 31 de março de 2017.

A tabela acima não inclui quaisquer elementos de remuneração atribuídos a membros do Conselho de Administração como substituição de componentes de remuneração que tenham sido renunciados na entidade patronal anterior. Estes são apresentados nas tabelas, em conformidade com o código de governo das sociedades alemão e DRS 17.

## Prémios em ações

O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de prémios restritos em ações (REA), em 2019 relativamente ao exercício de 2018, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2019, ou a cotação de fecho Xetra no dia 1 de março de 2019 (8,173 euros). Não foram atribuídos prémios em ações no ano anterior devido à renúncia por parte dos membros do Conselho de Administração à determinação e à atribuição da remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Membros do Conselho de Administração

Unidades de Participação	Ano	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
Christian Sewing	2018	340 722
	2017	0
Garth Ritchie	2018	240 242
	2017	0
Karl von Rohr	2018	247 583
	2017	0
Stuart Lewis	2018	229 230
	2017	0
Sylvie Matherat	2018	196 195
	2017	0
James von Moltke <sup>1</sup>	2018	247 583
	2017	0
Nicolas Moreau <sup>2</sup>	2018	116 450
	2017	0
Werner Steinmüller	2018	218 218
	2017	0
Frank Strauß <sup>3</sup>	2018	290 676
	2017	0
John Cryan <sup>4</sup>	2018	69 405
	2017	0
Kimberly Hammonds <sup>5</sup>	2018	75 630
	2017	0
Dr. Marcus Schenck <sup>6</sup>	2018	96 086
	2017	0

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke, em 2017, em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior não são apresentados aqui.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

## Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional no montante de 4% por ano do montante atingido a 31 de dezembro do ano anterior.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

## Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

## Participação acionista do Conselho de Administração, diretrizes de participações

Em 15 de fevereiro de 2019 e em 16 de fevereiro de 2018, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração	Número de ações	
	2019	2018
Christian Sewing	73 237	54 356
Garth Ritchie	84 738	43 227
Karl von Rohr	5 601	5 601
Frank Kuhnke <sup>1</sup>	7 094	
Stuart Lewis	103 561	88 292
Sylvie Matherat	0	0
James von Moltke <sup>2</sup>	24 967	0
Werner Steinmüller	146 905	119 688
Frank Strauß <sup>3</sup>	10 772	7 172
<b>Total</b>	<b>456 875</b>	<b>318 336</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 456 875 ações do Deutsche Bank em 15 de fevereiro de 2019, correspondente a aproximadamente 0,02% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.



A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 16 de fevereiro de 2018 e 15 de fevereiro de 2019, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 16.2.2018	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 15 de fevereiro de 2019
Christian Sewing	96 821	684	35 824	0	61 681
Garth Ritchie	618 736	2 242	76 424	0	544 554
Karl von Rohr	49 206	551	0	0	49 757
Frank Kuhnke <sup>1</sup>	–	–	–	–	104 507
Stuart Lewis	160 498	1 474	28 916	0	133 056
Sylvie Matherat	12 181	137	0	0	12 318
James von Moltke <sup>2</sup>	194 142	0	47 535	0	146 607
Werner Steinmüller	220 821	1 894	51 836	0	170 878
Frank Strauß <sup>3</sup>	46 983	20 019	6 857	0	60 144

<sup>1</sup> Membro desde 1 de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

Um membro do Conselho de Administração não cumpriu a obrigação de retenção à data de 31 de dezembro ou foi incapaz de cumprir esta obrigação antes dessa data, devido a restrições de aquisição. No entanto, no momento de publicação do presente relatório, a obrigação tinha sido cumprida. Os restantes membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações em 2018 ou encontram-se atualmente no período de espera.

## Benefícios de pensão

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2018 e 2017, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2018 a partir de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Christian Sewing	1 007 500	1 046 500	0	0	3 831 500	2 824 000	879 750	899 307	3 366 182	2 450 830
Garth Ritchie	1 440 000	1 500 000	0	0	4 490 000	3 050 000	1 274 429	1 306 915	4 026 939	2 704 127
Karl von Rohr	845 000	871 000	0	0	2 368 001	1 523 001	796 009	807 465	2 249 165	1 434 564
Stuart Lewis	845 000	871 000	0	0	4 058 938	3 213 938	796 009	807 465	4 236 867	3 377 866
Sylvie Matherat	754 000	786 500	0	0	2 127 168	1 373 168	755 261	774 917	2 125 681	1 354 995
James von Moltke <sup>1</sup>	975 000	503 750	0	0	1 478 750	503 750	864 990	451 453	1 334 670	463 619
Nicolas Moreau <sup>2</sup>	0	1 340 000	0	0	0 <sup>7</sup>	1 687 500	607 093	1 232 878	0	1 591 229
Werner Steinmüller	650 000	650 000	32 934	6 667	1 506 268	823 334	688 942	701 617	1 542 860	907 793
Frank Strauß <sup>3</sup>	1 007 500	348 834	0	0	1 356 334	348 834	876 266	313 391	1 202 739	321 839
John Cryan <sup>4</sup>	0	728 000	0	0	0 <sup>8</sup>	1 875 250	733 807	748 829	0	1 916 940
Kimberly Hammonds <sup>5</sup>	0	936 000	0	0	0 <sup>9</sup>	1 186 001	825 100	842 110	0	1 091 041
Dr. Marcus Schenck <sup>6</sup>	541 668	1 105 000	0	0	2 731 169	2 189 501	504 568	1 018 267	2 553 842	2 051 090

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinado um montante de custos de serviço de 607 093 euros relativo a 2018.

<sup>3</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>4</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>7</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 084 667 euros e no montante de 579 694 euros para a DWS Management GmbH.

<sup>8</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 3 420 961 euros.

<sup>9</sup> O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 231 933 euros.

## Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Em 2018, os membros do Conselho de Administração John Cryan, Kimberly Hammonds, Marcus Schenck e Nicolas Moreau deixaram o Conselho de Administração. Os pagamentos de rescisão a que tinham direito com base no respetivo contrato de trabalho foram acordados com estes membros da seguinte forma:

John Cryan deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 8 de abril de 2018. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência já acordada no contrato de trabalho no valor de 2 210 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 8 674 000 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 1 071 800 euros, foi desembolsada em numerário em maio de 2018. A segunda prestação no montante de 1 071 800 euros foi concedida em ações e deverá ser desembolsada em 30 de abril de 2019. Foi concedida outra prestação no montante de 3 265 200 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 30 de abril de 2023. Foi concedida uma prestação final no montante de 3 265 200 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 30 de abril de 2024. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes.

Kimberly Hammonds deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 24 de maio de 2018. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência já acordada no contrato de trabalho no valor de 1 560 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 3 303 834 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 192 767 euros, foi desembolsada em numerário em maio de 2018. A segunda prestação no montante de 192 767 euros foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 31 de maio de 2019. Foi concedida outra prestação no montante de 1 459 150 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 31 de maio de 2023. Foi concedida uma prestação final no montante de 1 459 150 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 31 de maio de 2024. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes. O valor presente contratual, mas não legalmente realizado da conta de pensões no plano de pensões corporativo no momento da rescisão das funções da Sra. Hammond no Conselho de Administração foi-lhe desembolsado.

Marcus Schenck deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 24 de maio de 2018. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência no montante agregado de 1 950 000 euros, pagos em 12 prestações mensais. Marcus Schenck informou o banco que assumiu um novo cargo a partir de 1 de fevereiro de 2019. Desta forma, os pagamentos foram terminados a partir desta data. Não foi acordada qualquer outra indemnização por cessação de funções.

Nicolas Moreau deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de dezembro de 2018. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência acordada no contrato de trabalho no valor de 960 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 807 600 euros. Da indemnização por cessação de funções, foi concedida a primeira prestação no montante de 403 800 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Foi concedida uma segunda prestação no montante de 403 800 euros como remuneração com base em ações com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Todas as disposições acordadas contratualmente relativamente a elementos de remuneração variável aplicam-se em conformidade ao pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback). Além disso, foi acordada a rescisão da relação laboral entre a DWS Management GmbH e Nicolas Moreau como diretor executivo da GmbH. Na base deste contrato de indemnização, foi acordada uma indemnização por cessação de funções no valor de 7 000 000 euros. A primeira prestação no valor de 1 400 000 euros foi desembolsada em numerário, em dezembro de 2018. A segunda prestação no mesmo montante foi concedida em ações e deverá ser desembolsada em 1 de março de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 2 100 000 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 2 100 000 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 1 de março de 2025.

## Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
	2018	2017	2018	2017
em euros				
James von Moltke <sup>1</sup>	225 845	0	630 407	671 148
Stuart Lewis	(393 743) <sup>2</sup>	955 633	57 414	230 974

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

## Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2018 e 2017 de acordo com o GCGC:

em euros	2018				Christian Sewing	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 291 111	3 291 111	3 291 111	3 291 111	2 900 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	91 805	91 805	91 805	91 805	80 307	80 307
<b>Total</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>3 382 916</b>	<b>2 980 307</b>	<b>2 980 307</b>
Remuneração variável	3 712 968	5 055 000	0	8 491 667	0	4 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	928 242	1 818 333	0	3 636 666	0	1 600 000
Prémios restritos em ações	2 784 726	3 236 667	0	4 855 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3 712 968</b>	<b>5 055 000</b>	<b>0</b>	<b>8 491 667</b>	<b>0</b>	<b>4 400 000</b>
Custos do serviço de pensões	879 750	879 750	879 750	879 750	899 307	899 307
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>7 975 634</b>	<b>9 317 666</b>	<b>4 262 666</b>	<b>12 754 333</b>	<b>3 879 614</b>	<b>8 279 614</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>7 004 079</b>	<b>8 346 111</b>	<b>3 291 111</b>	<b>11 782 778</b>	<b>2 900 000</b>	<b>7 300 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Garth Ritchie	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2017	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
Provisão funcional	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	250 000	250 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	189 609	189 609	189 609	189 609	269 457	269 457
<b>Total</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>6 189 609</b>	<b>3 519 457</b>	<b>3 519 457</b>
Remuneração variável	2 618 003	4 700 000	0	8 000 000	0	4 700 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	654 500	1 900 000	0	3 800 000	0	1 900 000
Prémios restritos em ações	1 963 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 618 003</b>	<b>4 700 000</b>	<b>0</b>	<b>8 000 000</b>	<b>0</b>	<b>4 700 000</b>
Custos do serviço de pensões	1 274 429	1 274 429	1 274 429	1 274 429	1 306 915	1 306 915
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>10 082 041</b>	<b>12 164 038</b>	<b>7 464 038</b>	<b>15 464 038</b>	<b>4 826 372</b>	<b>9 526 372</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>8 618 003</b>	<b>10 700 000</b>	<b>6 000 000</b>	<b>14 000 000</b>	<b>3 250 000</b>	<b>7 950 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Karl von Rohr	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 836 667	2 836 667	2 836 667	2 836 667	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	49 853	49 853	49 853	49 853	23 642	23 642
<b>Total</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 423 642</b>	<b>2 423 642</b>
Remuneração variável	2 698 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	674 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	2 023 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 698 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	796 009	796 009	796 009	796 009	807 465	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 380 532</b>	<b>7 782 529</b>	<b>3 682 529</b>	<b>10 482 529</b>	<b>3 231 107</b>	<b>7 331 107</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>5 534 670</b>	<b>6 936 667</b>	<b>2 836 667</b>	<b>9 636 667</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Stuart Lewis	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	300 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	184 423	184 423	184 423	184 423	206 628	206 628
<b>Total</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>3 784 423</b>	<b>2 906 628</b>	<b>2 906 628</b>
Remuneração variável	2 498 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	624 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 873 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 498 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	796 009	796 009	796 009	796 009	807 465	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>7 078 435</b>	<b>8 680 432</b>	<b>4 580 432</b>	<b>11 380 432</b>	<b>3 714 093</b>	<b>7 814 093</b>
<b>Remuneração total</b>	<b>6 098 003</b>	<b>7 700 000</b>	<b>3 600 000</b>	<b>10 400 000</b>	<b>2 700 000</b>	<b>6 800 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Sylvie Matherat	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	6 392	6 392	6 392	6 392	16 338	16 338
<b>Total</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 416 338</b>	<b>2 416 338</b>
Remuneração variável	2 138 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	534 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 603 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 138 003</b>	<b>4 100 000</b>	<b>0</b>	<b>6 800 000</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	755 261	755 261	755 261	755 261	774 917	774 917
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5 299 656</b>	<b>7 261 653</b>	<b>3 161 653</b>	<b>9 961 653</b>	<b>3 191 255</b>	<b>7 291 255</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4 538 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				James von Moltke <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	86 975	86 975	86 975	86 975	35 261	35 261
<b>Total</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>2 486 975</b>	<b>1 235 261</b>	<b>1 235 261</b>
Remuneração variável	2 698 003	4 100 000	0	6 800 000	4 858 442 <sup>2</sup>	2 050 000
dos quais:						
Numerário	0	0	0	0	355 404	0
Prêmios restritos de incentivo	674 500	1 300 000	0	2 600 000	1 600 227	650 000
Prêmios iniciais em ações	0	0	0	0	355 404	1 400 000
Prêmios restritos em ações	2 023 503	2 800 000	0	4 200 000	2 547 407	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	615 516	615 516	615 516	615 516	438 038	438 038
<b>Total</b>	<b>3 313 519</b>	<b>4 715 516</b>	<b>615 516</b>	<b>7 415 516</b>	<b>5 296 480</b>	<b>2 488 038</b>
Custos do serviço de pensões	864 990	864 990	864 990	864 990	451 453	451 453
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 665 484</b>	<b>8 067 481</b>	<b>3 967 481</b>	<b>10 767 481</b>	<b>6 983 194</b>	<b>4 174 752</b>
<b>Remuneração total<sup>3</sup></b>	<b>5 098 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>6 058 442</b>	<b>3 250 000</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Os benefícios atribuídos ao Sr. von Moltke em substituição dos prêmios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".

<sup>3</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Nicolas Moreau <sup>1</sup>	
					2018	2017
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	129 407	129 407	129 407	129 407	59 383	59 383
<b>Total</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>1 329 407</b>	<b>2 459 383</b>	<b>2 459 383</b>
Remuneração variável	1 269 001	2 300 000	0	3 900 000	0	4 600 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	317 250	900 000	0	1 800 000	0	1 800 000
Prêmios restritos em ações	951 751	1 400 000	0	2 100 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 269 001</b>	<b>2 300 000</b>	<b>0</b>	<b>3 900 000</b>	<b>0</b>	<b>4 600 000</b>
Custos do serviço de pensões	607 093	607 093	607 093	607 093	1 232 878	1 232 878
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 205 501</b>	<b>4 236 500</b>	<b>1 936 500</b>	<b>5 836 500</b>	<b>3 692 261</b>	<b>8 292 261</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>2 469 001</b>	<b>3 500 000</b>	<b>1 200 000</b>	<b>5 100 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>7 000 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total (GCGC) de 3 523 792 euros relativa a 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Werner Steinmüller	
					2018	2017
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	76 993	76 993	76 993	76 993	82 934	82 934
<b>Total</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 482 934</b>	<b>2 482 934</b>
Remuneração variável	2 378 003	4 100 000	0	6 800 000	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	594 500	1 300 000	0	2 600 000	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	1 783 503	2 800 000	0	4 200 000	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	387 196	387 196	387 196	387 196	316 490	316 490
<b>Total</b>	<b>2 765 199</b>	<b>4 487 196</b>	<b>387 196</b>	<b>7 187 196</b>	<b>316 490</b>	<b>4 416 490</b>
Custos do serviço de pensões	688 942	688 942	688 942	688 942	701 617	701 617
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>5 931 134</b>	<b>7 653 131</b>	<b>3 553 131</b>	<b>10 353 131</b>	<b>3 501 041</b>	<b>7 601 041</b>
<b>Remuneração total<sup>1</sup></b>	<b>4 778 003</b>	<b>6 500 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 200 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Frank Strauß <sup>1</sup>	
					2018	2017
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	800 000	800 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	71 892	71 892	71 892	71 892	26 893	26 893
<b>Total</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>2 471 892</b>	<b>826 893</b>	<b>826 893</b>
Remuneração variável	3 167 603	4 400 000	0	7 400 000	0	1 466 667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	791 900	1 600 000	0	3 200 000	0	533 333
Prêmios restritos em ações	2 375 703	2 800 000	0	4 200 000	0	933 333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3 167 603</b>	<b>4 400 000</b>	<b>0</b>	<b>7 400 000</b>	<b>0</b>	<b>1 466 667</b>
Custos do serviço de pensões	876 266	876 266	876 266	876 266	313 391	313 391
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>6 515 761</b>	<b>7 748 158</b>	<b>3 348 158</b>	<b>10 748 158</b>	<b>1 140 284</b>	<b>2 606 951</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>5 567 603</b>	<b>6 800 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>9 800 000</b>	<b>800 000</b>	<b>2 266 667</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					John Cryan <sup>1</sup>	
					2018	2017
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 133 333	1 133 333	1 133 333	1 133 333	3 400 000	3 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	10 125	10 125	10 125	10 125	220 982	220 982
<b>Total</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>1 143 458</b>	<b>3 620 982</b>	<b>3 620 982</b>
Remuneração variável	756 335	1 766 666	0	2 966 666	0	5 300 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	189 083	633 333	0	1 266 666	0	1 900 000
Prêmios restritos em ações	567 252	1 133 333	0	1 700 000	0	3 400 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>756 335</b>	<b>1 766 666</b>	<b>0</b>	<b>2 966 666</b>	<b>0</b>	<b>5 300 000</b>
Custos do serviço de pensões	733 807	733 807	733 807	733 807	748 829	748 829
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 633 600</b>	<b>3 643 931</b>	<b>1 877 265</b>	<b>4 843 931</b>	<b>4 369 811</b>	<b>9 669 811</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>1 889 668</b>	<b>2 899 999</b>	<b>1 133 333</b>	<b>4 099 999</b>	<b>3 400 000</b>	<b>8 700 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Kimberly Hammonds <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	209 799	209 799	209 799	209 799	260 489	260 489
<b>Total</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>1 209 799</b>	<b>2 660 489</b>	<b>2 660 489</b>
Remuneração variável	824 168	1 708 334	0	2 833 335	0	4 100 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	206 042	541 667	0	1 083 334	0	1 300 000
Prêmios restritos em ações	618 126	1 166 667	0	1 750 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>824 168</b>	<b>1 708 334</b>	<b>0</b>	<b>2 833 335</b>	<b>0</b>	<b>4 100 000</b>
Custos do serviço de pensões	825 100	825 100	825 100	825 100	842 110	842 110
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 859 067</b>	<b>3 743 233</b>	<b>2 034 899</b>	<b>4 868 234</b>	<b>3 502 599</b>	<b>7 602 599</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>1 824 168</b>	<b>2 708 334</b>	<b>1 000 000</b>	<b>3 833 335</b>	<b>2 400 000</b>	<b>6 500 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Dr. Marcus Schenck <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	2 900 000	2 900 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	13 117	13 117	13 117	13 117	16 148	16 148
<b>Total</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>1 263 117</b>	<b>2 916 148</b>	<b>2 916 148</b>
Remuneração variável	1 047 085	1 958 334	0	3 333 335	0	4 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	261 771	791 667	0	1 583 334	0	1 600 000
Prêmios restritos em ações	785 314	1 166 667	0	1 750 001	0	2 800 000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 047 085</b>	<b>1 958 334</b>	<b>0</b>	<b>3 333 335</b>	<b>0</b>	<b>4 400 000</b>
Custos do serviço de pensões	504 568	504 568	504 568	504 568	1 018 267	1 018 267
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>2 814 770</b>	<b>3 726 019</b>	<b>1 767 685</b>	<b>5 101 020</b>	<b>3 934 415</b>	<b>8 334 415</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>2 297 085</b>	<b>3 208 334</b>	<b>1 250 000</b>	<b>4 583 335</b>	<b>2 900 000</b>	<b>7 300 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2018				Jeffrey Urwin <sup>1</sup>	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	600 000	600 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	530	530
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>	<b>600 530</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	557 370	557 370
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 157 900</b>	<b>1 157 900</b>
<b>Remuneração total<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>600 000</b>	<b>600 000</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

<sup>2</sup> Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração em/para os exercícios de 2018 e 2017 de acordo com o GCGC:

em euros	Christian Sewing		Garth Ritchie		Karl von Rohr		Stuart Lewis	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	3 291 111	2 900 000	3 000 000	3 000 000	2 836 667	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	3 000 000	250 000	0	0	1 200 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	91 805	80 307	1 89 609	269 457	49 853	23 642	184 423	206 628
<b>Total</b>	<b>3 382 916</b>	<b>2 980 307</b>	<b>6 189 609</b>	<b>3 519 457</b>	<b>2 886 520</b>	<b>2 423 642</b>	<b>3 784 423</b>	<b>2 906 628</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	431 973	999 285
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	377 871
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	126 935	357 391
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	105 340	200 965
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	27 560
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	35 498
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	199 698	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>431 973</b>	<b>999 285</b>
Custos do serviço de pensões	879 750	899 307	1 274 429	1 306 915	796 009	807 465	796 009	807 465
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>4 262 666</b>	<b>3 879 614</b>	<b>7 464 038</b>	<b>4 826 372</b>	<b>3 682 529</b>	<b>3 231 107</b>	<b>5 012 405</b>	<b>4 713 378</b>

em euros	Sylvie Matherat		James von Moltke <sup>1</sup>		Nicolas Moreau <sup>2</sup>		Werner Steinmüller	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	6 392	16 338	86 975	35 261	129 407	59 383	76 993	82 934
<b>Total</b>	<b>2 406 392</b>	<b>2 416 338</b>	<b>2 486 975</b>	<b>1 235 261</b>	<b>1 329 407</b>	<b>2 459 383</b>	<b>2 476 993</b>	<b>2 482 934</b>
Remuneração variável	0	0	1 166 703	355 404	0	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	560 758	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	605 945	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	615 516	438 038	0	0	387 196	316 490
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 782 219</b>	<b>793 442</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>387 196</b>	<b>316 490</b>
Custos do serviço de pensões	755 261	774 917	864 990	451 453	607 093	1 232 878	688 942	701 617
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 161 653</b>	<b>3 191 255</b>	<b>5 134 184</b>	<b>2 480 156</b>	<b>1 936 500</b>	<b>3 692 261</b>	<b>3 553 131</b>	<b>3 501 041</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017. Os benefícios desembolsados ao Sr. von Moltke, em 2017, em substituição dos prémios renunciados e a remuneração variável não atribuída procedente da sua entidade patronal anterior são apresentados em "Remuneração variável".

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi paga uma remuneração total de 2 323 792 euros, em 2018.

em euros	Frank Strauß <sup>1</sup>		John Cryan <sup>2</sup>		Kimberly Hammonds <sup>3</sup>		Dr. Marcus Schenck <sup>4</sup>	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	2 400 000	800 000	1 133 333	3 400 000	1 000 000	2 400 000	1 250 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	71 892	26 893	10 125	220 982	209 799	260 489	13 117	16 148
<b>Total</b>	<b>2 471 892</b>	<b>826 893</b>	<b>1 143 458</b>	<b>3 620 982</b>	<b>1 209 799</b>	<b>2 660 489</b>	<b>1 263 117</b>	<b>2 916 148</b>
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
da qual numerário:	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	876 266	313 391	733 807	748 829	825 100	842 110	504 568	1 018 267
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>3 348 158</b>	<b>1 140 284</b>	<b>1 877 265</b>	<b>4 369 811</b>	<b>2 034 899</b>	<b>3 502 599</b>	<b>1 767 685</b>	<b>3 934 415</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

em euros	Jeffrey Urwin <sup>1</sup>	
	2018	2017
Remuneração fixa	0	600 000
Provisão funcional	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	530
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>
Remuneração variável	0	0
da qual numerário:	0	0
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:		
2013 Prémio restrito de incentivo para 2012	0	0
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0
dos quais prémios em ações:		
2013 Prémio inicial em ações para 2012	0	0
2014 Prémio inicial em ações para 2013	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Custos do serviço de pensões	0	557 370
<b>Remuneração total (GCGC)</b>	<b>0</b>	<b>1 157 900</b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2018 foram cumpridas.



## Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2018, uma remuneração no total de 52 181 136 euros (2017: 37 665 535 €). Dos quais, 25 711 111 euros (2017: 29 200 000 euros) se destinavam à remuneração fixa, 4 200 000 euros (2017: 550 000 euros) para provisões funcionais, 2 123 102 euros (2017: 2 053 520 €) para benefícios marginais e 20 146 923 € (2017: 5 862 015 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2018 e 2017, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

### Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	Christian Sewing		Garth Ritchie		Karl von Rohr		Stuart Lewis	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	232 275	936 228
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 784 726	0	1 963 503	0	2 023 503	0	1 873 503	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 291 111	2 900 000	3 000 000	3 000 000	2 836 667	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	3 000 000	250 000	0	0	1 200 000	300 000
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	91 805	80 307	189 609	269 457	49 853	23 642	184 423	206 628
<b>Total</b>	<b>6 167 642</b>	<b>2 980 307</b>	<b>8 153 112</b>	<b>3 519 457</b>	<b>4 910 023</b>	<b>2 423 642</b>	<b>5 890 201</b>	<b>3 842 856</b>

em euros	Sylvie Matherat		James von Moltke <sup>1</sup>		Nicolas Moreau <sup>2</sup>		Werner Steinmüller	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	560 758	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	355 404	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	1 603 503	0	2 023 503	2 547 407	951 751	0	1 783 503	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	6 392	16 338	702 491	473 299	129 407	59 383	464 189	399 424
<b>Total</b>	<b>4 009 895</b>	<b>2 416 338</b>	<b>5 686 752</b>	<b>4 931 514</b>	<b>2 281 158</b>	<b>2 459 383</b>	<b>4 647 692</b>	<b>2 799 424</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH recebeu um total de 2 466 699 euros.

em euros	Frank Strauß <sup>1</sup>		John Cryan <sup>2</sup>		Kimberly Hammonds <sup>3</sup>		Dr. Marcus Schenck <sup>4</sup>	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de curto prazo								
Numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	2 375 703	0	567 252	0	618 126	0	785 314	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	800 000	1 133 333	3 400 000	1 000 000	2 400 000	1 250 000	2 900 000
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	71 892	26 893	10 125	220 982	209 799	260 489	13 117	16 148
<b>Total</b>	<b>4 847 595</b>	<b>826 893</b>	<b>1 710 710</b>	<b>3 620 982</b>	<b>1 827 925</b>	<b>2 660 489</b>	<b>2 048 431</b>	<b>2 916 148</b>

<sup>1</sup> Membro desde 1 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Membro até 8 de abril de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

em euros	Jeffrey Urwin <sup>1</sup>		Total	
	2018	2017	2018	2017
<b>Remuneração</b>				
Componentes relacionados com o desempenho				
Com incentivos de curto prazo				
Numerário	0	0	0	355 404
Com incentivos de longo prazo				
Baseados em numerário				
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	793 033	2 603 800 <sup>2</sup>
Com base em ações				
Prémios iniciais em ações	0	0	0	355 404
Prémios restritos em ações	0	0	19 353 890	2 547 407
Componentes não relacionados com o desempenho				
Salário-base	0	600 000	25 711 111	29 200 000
Provisão funcional	0	0	4 200 000	550 000
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	0	530	2 123 102	2 053 520
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>600 530</b>	<b>52 181 136</b>	<b>37 665 535<sup>2</sup></b>

<sup>1</sup> Membro até 31 de março de 2017.

<sup>2</sup> O montante de 1 667 572 euros relativo ao Sr. Fitschen inscrito no relatório anual do ano passado está incluído no total, mas já não é reportado separadamente, pois já tinha deixado o Conselho de Administração no exercício de 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2018 foram cumpridas.

## Relatório de remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2018 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – “InstVV”*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão consolidada e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2018, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG, Alemanha; BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; e Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália.

### Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (BCE), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito globalmente ao CRR e à diretiva relativa a requisitos de capital IV (CRD IV), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Adotamos as regras na sua versão atual para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e ao nível das instituições relevantes.

Tendo em conta legislação sectorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas transposições locais da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD) ou da diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS). Também identificamos os colaboradores que correm riscos materiais nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às provisões de remuneração descritas nas Orientações sobre políticas de remuneração sãs ao abrigo das diretivas AIFMD/UCITS publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

O Deutsche Bank também tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco (por exemplo, transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II). Estas provisões resultaram na implementação de uma política de remuneração específica, uma revisão dos planos de remuneração e a identificação de colaboradores considerados Pessoas relevantes para garantir que estes atuam no melhor interesse dos clientes.

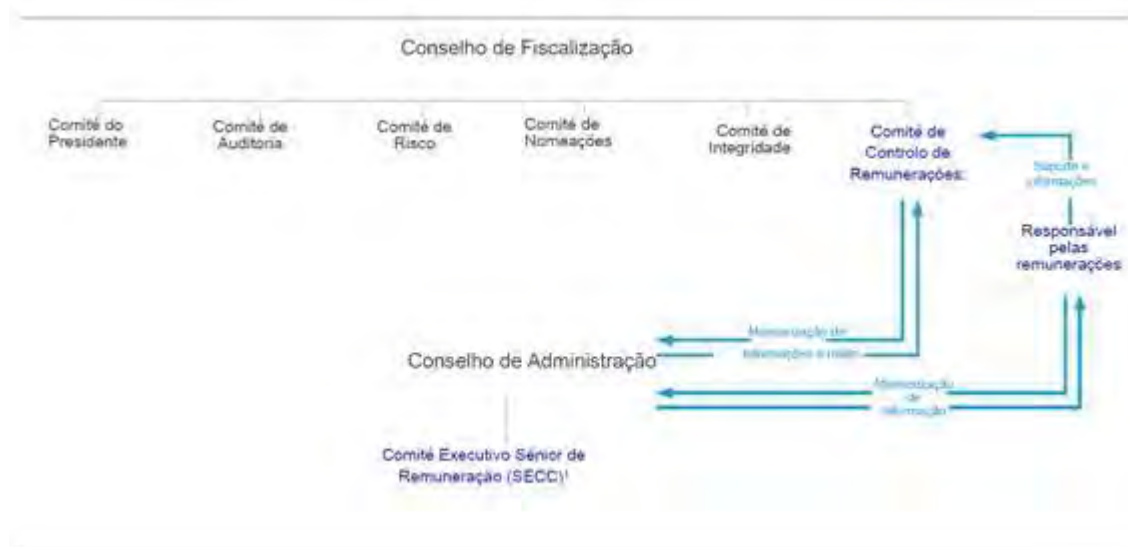
Sempre aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

## Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC), respetivamente.

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

### Estrutura de governo dos prémios



<sup>1</sup> Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

### Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Além disso, o CCC monitoriza a adequação do sistema de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três membros adicionais do Conselho de Fiscalização, dois dos quais são representantes dos colaboradores. O comité realizou cinco reuniões no ano civil de 2018. Em novembro, os membros do Comité de Risco participaram na reunião do Comité de Controlo de Remunerações como convidados.

### Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente. Ele apoia e aconselha regularmente o CCC.

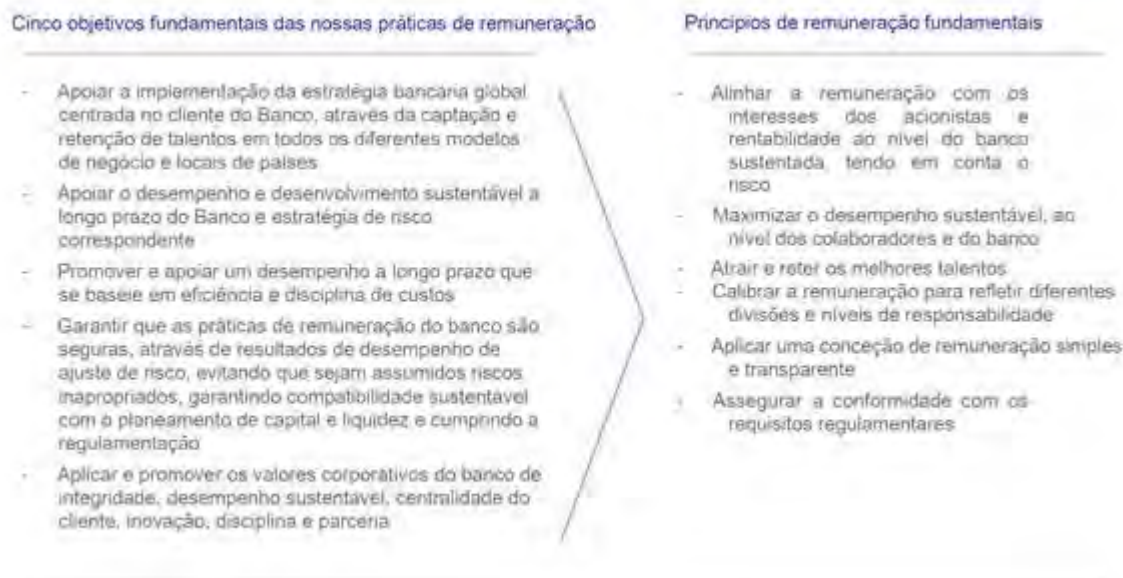
### Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2018, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos os membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de recompensas de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 21 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2018.

## Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos.



A política de remuneração do Grupo informa os colaboradores quanto à implementação da estratégia de remuneração, processos de governo, bem como quanto às estruturas e práticas remuneratórias. Todos os documentos relevantes estão disponíveis para os colaboradores através do nosso site de intranet.

## Quadro de remuneração do Grupo

O nosso quadro de remuneração enfatiza um equilíbrio adequado entre pagamentos fixos (PF) e remuneração variável (RV) – juntamente com a remuneração total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do nosso quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo ou sexo.

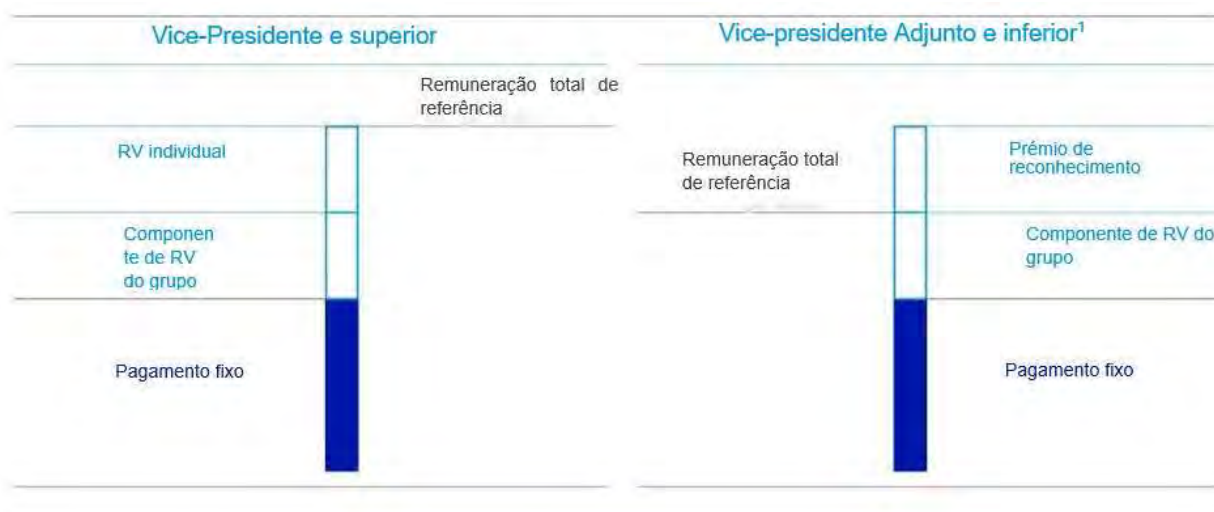
Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas devem continuar a estar sujeitos a um rácio de pelo menos 1:1, enquanto que as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio de 2:1 relativamente aos componentes de remuneração fixa e variável.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual real pode ser equiparada, superior ou inferior à Remuneração total de referência, com base na acessibilidade do grupo e na satisfação das expectativas de desempenho do grupo, nos níveis da divisão ou individuais, conforme determinado pelo Deutsche Bank, a exclusivo critério do mesmo.

A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa é o principal componente de compensação com uma quota superior a 50% da remuneração total.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual. O Componente de RV individual é obtido na forma de RV individual (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente (VP) e superior) ou como Prémio de reconhecimento (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente Adjunto (AVP) e superior). Nos casos de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Estes acordos são utilizados apenas numa base muito limitada para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

### Componentes chave do quadro de remuneração



<sup>1</sup> Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para o componente de RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

O componente de RV do grupo baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual na consecução dos nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2018 foram: Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do nosso banco e fornecem uma indicação do desempenho sustentável do Deutsche Bank.

O RV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como a comparação dos níveis de pagamento com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os Prémios de reconhecimento constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atualmente atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

Os Benefícios dos colaboradores complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

No contexto do InstVV, os pagamentos por cessação de funções são considerados RV. O banco atualizou o seu quadro de indemnizações para garantir o total alinhamento com os respetivos novos requisitos do InstVV.

Limitado a circunstâncias extraordinárias, o banco reserva-se o direito de conceder Prémios de fidelidade para ajudar a incentivar determinados colaboradores, que estão em risco de sair e que são críticos para o futuro do banco, a permanecerem no banco. Os Prémios de fidelidade estão geralmente ligados a determinados eventos críticos nos quais o banco tem um interesse legítimo na retenção do colaborador por um período de tempo definido. Estes prémios destinam-se a minimizar o risco operacional, financeiro ou de reputação. São considerados RV no sentido regulamentar e estão normalmente sujeitos aos mesmos requisitos que outros elementos de RV.

## Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O Deutsche Bank aplica uma metodologia ao determinar a RV que reflete o desempenho ajustado ao risco e é principalmente orientada por: (i) acessibilidade do grupo, ou seja, aquilo que o Deutsche Bank pode atribuir em termos do alinhamento com os requisitos regulamentares, e (ii) desempenho, ou seja, aquilo que deve ser atribuído para constituir uma remuneração adequada ao desempenho, ao mesmo tempo protegendo a sustentabilidade do franchising.

A acessibilidade do grupo é avaliada para determinar quais os parâmetros relevantes que cumprem os objetivos regulamentares e estratégicos atuais e projetados para o futuro. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o nosso Quadro de apetência pelo risco e garantem que o capital do banco, bem como a sua posição de liquidez e planeamento, a sua capacidade de assunção de risco, os requisitos combinados de amortecedor de capital e os resultados são adequadamente tidos em conta.

Ao avaliar o desempenho do Grupo e das divisões, referenciamos um conjunto de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e – com base nas pontuações equilibradas – não financeiras da divisão. As metas financeiras estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada principalmente na consecução de metas de custos e nas pontuações equilibradas. Embora a atribuição de remuneração variável a funções da infraestrutura dependa do desempenho global do Deutsche Bank, não está dependente do desempenho das divisões destas funções, especialmente no caso de funções de controlo independentes, como a supervisão.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns Princípios de orientação da remuneração variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho individual com base em aspetos quantitativos e qualitativos, a cultura e considerações comportamentais e sanções disciplinares. Os gestores de MRT têm de documentar especificamente os fatores e as métricas de risco tidos em conta ao tomar decisões sobre a RV individual, bem como demonstrar de que forma esses fatores influenciaram a sua decisão. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

## Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nosso colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo.

Ao mesmo tempo, acreditamos que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração variável diferida é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas. Ao utilizar ações do Deutsche Bank, o valor da RV individual é associado ao preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período de diferimento e carência.

Continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é diferido e aos períodos de diferimento mínimos do Deutsche Bank. Ao garantir que os colaboradores com remunerações mais baixas não são sujeitos a diferimentos, asseguramos um montante adequado de RV diferida para os colaboradores com remunerações mais altas. Iniciamos o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50 000 euros. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros. Além disso, os Diretores e Diretores executivos da divisão Corporate & Investment Bank (CIB) com pagamento fixo superior a 500 000 euros estão sujeitos a um diferimento de RV de 100%. Os colaboradores que assumem riscos materiais estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a direção), tal como requerido pelo InstVV.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

### Visão geral sobre os tipos de prémio em 2018 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/D	N/D	MRT InstVV: 50% de RV inicial  Não MRT: 100 % de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT InstVV com RV >= 50 000 €	N/D	Doze meses	50 % de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CIB: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos <sup>1</sup>	N/D	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CIB: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos <sup>1</sup>	Doze meses para MRT InstVV	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> Direção, para efeitos dos prémios anuais no exercício de 2018, é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas nem de gestão) – excluindo o Conselho Executivo do grupo DWS. Todos os colaboradores da Direção são também considerados MRT InstVV.

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade, apoiadas pelo responsável de remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.



## Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Acreditamos que a conduta e o desempenho futuros dos nossos colaboradores são elementos-chave da RV diferida. Como resultado, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável do Grupo Deutsche Bank

Provisão	Descrição	Perda
Rácio de capital Common Equity Tier 1 e Rácio de cobertura de liquidez do Grupo DB	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o Rácio de capital CET 1 e o Rácio de cobertura de liquidez do Grupo forem inferiores a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues) <sup>1</sup>
IBIT do Grupo	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	Próxima tranche do prémio diferido a entregar
IBIT de divisão	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	Próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões)
Perda de direitos <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo</li> <li>- Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão</li> <li>- Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo</li> <li>- Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor</li> </ul>	Até 100 % dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstiVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares, ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

<sup>1</sup> Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez seja inferior ao limiar. Para Prémios iniciais em ações, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez apenas serão avaliados no trimestre anterior à entrega.

<sup>2</sup> As provisões de renúncia aqui descritas não constituem uma lista exaustiva. São aplicadas outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

## Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do quadro de remuneração do Grupo anteriormente descrito.

### Unidades do Postbank

Com efeitos a partir de 25 de maio de 2018, o Deutsche Postbank AG fundiu-se com o Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG para formar o DB Privat- und Firmenkundenbank AG. Durante o período restante de 2018, as unidades do Postbank mantiveram as suas estruturas de remuneração com algumas emendas relativas a colaboradores que correm riscos materiais.

De acordo com a prática do Grupo Deutsche Bank, as unidades do Postbank utilizam um componente de RV do Grupo e um individual. No entanto, para não MRT, o componente de RV do Grupo é atualmente ainda baseado nos resultados da divisão Postbank. Para os colaboradores que correm riscos materiais, limitado ao desempenho no exercício de 2018, o componente de RV do Grupo reflete uma combinação da taxa de cumprimento dos objetivos das unidades do Postbank e do Grupo Deutsche Bank. Para a direção, colaboradores que correm riscos materiais e outro pessoal executivo das unidades do Postbank, aplicam-se as regras de diferimento ao nível do Grupo.

A remuneração do pessoal não executivo das unidades do Postbank baseia-se em quadros acordados com os sindicatos ou com as respetivas comissões de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo das unidades do Postbank recebem RV, mas a estrutura e a parcela de RV difere entre entidades jurídicas.

### DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS enquadram-se na AIFMD ou na UCITS, enquanto que um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas adaptados ao negócio de Asset Management.

A DWS implementou um rácio fixo e variável autoimposto de 1:2 para os colaboradores de funções de controlo AIFMD/UCITS e de 1:5 para outros colaboradores de forma a alinhar a remuneração com as normas da indústria. Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

### Funções de controlo

De acordo com o InstVV, o banco definiu funções de controlo que estão sujeitas a requisitos regulamentares específicos. Estas funções de controlo incluem Risco, Conformidade, Combate aos crimes financeiros, Auditoria do Grupo, partes dos Recursos humanos e o Responsável de remuneração e o seu adjunto. Para evitar conflitos de interesses, os parâmetros utilizados para determinar o componente de RV individual destas funções de controlo não seguem os mesmos parâmetros utilizados para o negócio que supervisionam. Com base no seu perfil de risco, estas funções estão sujeitas a um rácio de pagamento fixo e variável de 2:1.

Além disso, para algumas funções corporativas adicionais que desempenham funções de controlo (incluindo Departamento jurídico, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo, Regulamentação e outras partes dos Recursos humanos), o banco determinou uma aplicação voluntária de um rácio de pagamento fixo e variável de 1:1.

### Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem mais de 21 000 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). Estes colaboradores pautais são empregados principalmente pela Deutsche Bank AG, pelo DB Privat- und Firmenkundenbank AG e subsidiárias da unidade do Postbank. Estes estão sujeitos a um acordo coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), conforme negociado entre os sindicatos e as associações patronais. Além disso, as unidades do Postbank estão sujeitas a acordos conforme negociados diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste relatório.

## Decisões de remuneração para 2018

### Considerações de final de ano e decisões para 2018

Para a determinação do montante total de RV para 2018, o Conselho de Administração teve em conta muitos fatores, como a acessibilidade e o desempenho ao nível das divisões e do Grupo. A avaliação de desempenho foi complementada pela contemplação de outros aspetos importantes, incluindo o foco contínuo na consecução dos objetivos estratégicos do banco, os requisitos regulamentares, o impacto do posicionamento competitivo na retenção e motivação dos colaboradores e no saldo sustentável entre os interesses dos acionistas e dos colaboradores, tal como requerido pela Estratégia de remuneração do banco.

Para o exercício de 2018, os resultados antes de impostos do Deutsche Bank ascenderam a aproximadamente 1,3 mil milhões de euros. Pela primeira vez desde 2014, o banco reportou um lucro líquido.

O SECC monitorizou a acessibilidade do Grupo ao longo de 2018 e confirmou que as posições de capital e liquidez do banco se mantiveram confortavelmente acima dos requisitos regulamentares mínimos durante o ano. Desta forma, o Conselho de Administração confirmou que os parâmetros de acessibilidade do Grupo foram cumpridos e que o montante total de RV do exercício de 2018 deve ser atribuído.

No contexto destas considerações e tendo em conta o desempenho financeiro ajustado ao risco, o Conselho de Administração determinou um montante total da RV baseada no desempenho para 2018 de 1,9 mil milhões de euros (incluindo o componente de RV individual, o componente de RV do Grupo, os prémios de reconhecimento e a RV das unidades do Postbank). A determinação da RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG não fez parte desta decisão, pois foi efetuada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado (consulte o Relatório de remuneração do Conselho de Administração). No entanto, a RV do Conselho de Administração está incluída como parte da RV baseada no desempenho para 2018 nas tabelas e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2018 atribuídos em março de 2019, o componente de RV do Grupo foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo Quadro de remuneração do Grupo. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 70% para 2018.

### Divulgação da remuneração total para 2018

A RV para as unidades do Postbank será incluída como parte da RV baseada no desempenho a partir do período de relato de 2018.

De acordo com as novas definições de pagamento fixo e pagamento variável, segundo a Secção 2 atualizada do InstVV, é necessário incluir elementos de remuneração complementar nas divulgações quantitativas em comparação com os anos anteriores. Os montantes de pagamento fixo divulgados agora também incluem despesas com pensões como benefícios materiais. O pagamento variável divulgado inclui, agora, também os pagamentos por cessação de funções. Para facilitar a consulta, os valores dos anos anteriores na tabela seguinte foram ajustados para incluir estes dois elementos, bem como as RV para as unidades do Postbank para o período de relato de 2017.

Com base nas novas definições, em comparação com 2017, o pagamento fixo, de acordo com a Secção 2 do InstVV para 2018 (incluindo despesas com pensões, conforme exigido pelo InstVV) diminuíram aproximadamente 3%, de 8,6 mil milhões de euros para 8,3 mil milhões de euros, principalmente devido às reduções no número de colaboradores. Tal como estabelecido pelo nosso quadro de remuneração, os pagamentos fixos continuam a permanecer o principal componente de remuneração para a maioria dos colaboradores, especialmente nos níveis inferiores de senioridade.

O montante total de RV baseada no desempenho de fim de ano para 2018 – o montante de RV que o Grupo Deutsche Bank paga aos seus colaboradores pelo seu desempenho em 2018 – diminuiu aproximadamente 14%, de 2,3 mil milhões de euros para 1,9 mil milhões. Excluindo a RV do Conselho de Administração da Deutsche Bank AG, a RV baseada no desempenho diminuiu aproximadamente 15% em termos homólogos.

O pagamento variável, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui não só a RV baseada no desempenho, mas também outros compromissos de RV e pagamentos por cessação de funções. Em comparação com 2017, diminuiu aproximadamente 8%, principalmente devido à reduzida RV baseada no desempenho de 2018 – parcialmente compensada pelo aumento do custo de indemnizações à luz das prioridades estratégicas do banco.

Prémios de compensação para 2018 – todos os colaboradores

	2018						2017		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalizaçã o <sup>2</sup>	Conselho de Administraç ão <sup>3</sup>	CIB <sup>3</sup>	PCB <sup>3</sup>	DWS <sup>3</sup>	Funções de controlo independen tes <sup>3</sup>	Funções corporativa s <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	9	16 373	41 706	4 024	5 676	23 948	91 737	97 535
Remuneração total	6	95	3 736	3 449	704	741	1 908	10 633	11 121
Salário-base e subsídios	6	31	2 381	2 730	440	597	1 506	7 684	7 901
Despesas com pensões	0	10	173	263	41	54	116	657	726
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV <sup>4</sup>	6	42	2 555	2 992	480	651	1 622	8 341	8 628
RV baseada no desempenho de fim de ano <sup>5</sup>	0	27	1 033	381	175	86	243	1 945	2 256
Outra RV <sup>6</sup>	0	0	104	12	23	1	4	143	113
Pagamentos por cessação de funções	0	26	45	64	26	4	39	203	123
Pagamento variável segundo a Secção 2 do InstVV <sup>7</sup>	0	53	1 181	457	224	91	286	2 292	2 493
Programa de prémios de fidelidade (janeiro de 2017) <sup>8</sup>								0	961

N/A – Não aplicável

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho da Deutsche Bank AG no fim do ano. Não são contabilizados para o número de colaboradores Total - Grupo. Os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna da divisão relevante). A remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização da Deutsche Bank AG não está refletida no Total - Grupo.

<sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho da Deutsche Bank AG no fim do ano. A PCB inclui unidades do Postbank. A DWS inclui o Grupo DWS – independentemente de os colaboradores estarem no âmbito do InstVV ou das diretivas AIFMD/UCITS V. As funções de controlo independentes incluem Diretor de Risco, Auditoria do Grupo, Conformidade, Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão.

<sup>4</sup> O pagamento fixo, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui o salário-base, subsídios e despesas com pensões.

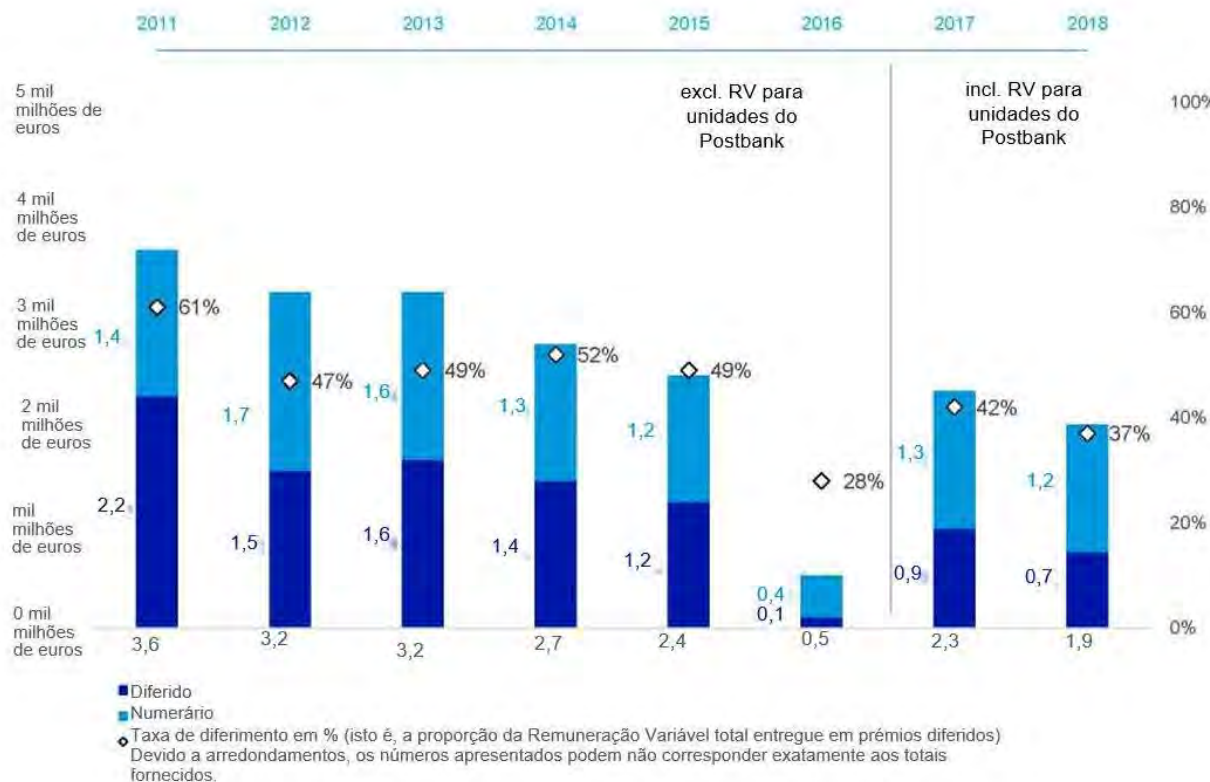
<sup>5</sup> A RV baseada no desempenho de fim de ano inclui componentes de RV individuais/do Grupo, Prémio de reconhecimento, RV para as unidades do Postbank (para 2017 e 2018), RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG.

<sup>6</sup> Outra RV inclui outros compromissos contratuais de remuneração variável no período relevante, como por exemplo pagamentos acordados e prémios de contratação.

<sup>7</sup> O pagamento variável, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui os prémios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2018 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os 26 milhões de euros em "buyouts" para novas contratações (prémios de substituição para direitos perdidos de entidades patronais anteriores) não estão incluídos. Os planos de incentivo de longo prazo não estão incluídos, pois serão considerados RV no ano em que os prémios são devidos.

<sup>8</sup> O montante do programa de prémios de fidelidade (jan 2017) inclui renúncias e foi ajustado aos efeitos do mercado cambial para 2017. Para mais informações, consulte o Relatório Anual 2017.

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano)



## Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2018, incluindo prêmios referentes ao exercício de 2018 atribuídos no início de março de 2019, os custos com remuneração variável diferida, não amortizada, eram de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros. A tabela seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2018 e a amortização futura projetada de remuneração variável diferida pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano (incluindo o programa de prêmios de fidelidade em 2017), reconhecida em 31 de dezembro de 2018 e amortização projetada de remuneração diferida atribuída

em mil milhões de euros	Reconhecidos no balanço em 31 dez. 2018	Ainda não reconhecidos no balanço em 31 dez. 2018	Amortização projetada (excluindo atribuições e perdas futuras)		
			2019	2020	2021 - 2024
Prêmios iniciais - 2018	1,2	0,1	0,1	0,0	-
Diferidos - 2018	0,1	0,6	0,3	0,2	0,1
Diferidos - 2017 e anteriores <sup>1</sup>	1,6	1,0	0,5	0,3	0,2
<b>Total</b>	<b>2,9</b>	<b>1,6</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>

Devido ao arredondamento, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais fornecidos. Incluindo remuneração variável para unidades do Postbank.  
<sup>1</sup> A remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2017 ou anterior, inclui a remuneração variável para unidades do Postbank para 2017 e o programa de prêmios de fidelidade de 2017 que não foi concebido para compensar o desempenho.

Da RV baseada no desempenho de fim de ano para 2018, 1,3 mil milhões de euros são registados na demonstração de resultados de 2018, incluindo os prêmios de RV iniciais em numerário para 2018 correspondendo a 1,2 mil milhões de euros, bem como 0,1 mil milhões de euros de prêmios diferidos para 2018 já reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 devido a requisitos regulamentares. 0,7 mil milhões de euros serão registados em anos futuros, incluindo 0,1 mil milhões de euros de prêmios iniciais em ações, que são concedidos inicialmente, mas amortizados ao longo de um período de retenção de doze meses, bem como 0,6 mil milhões de euros de prêmios restritos de incentivos e restritos em ações.

Além disso, a demonstração de resultados para 2018 foi registada com uma remuneração variável de 0,6 mil milhões de euros decorrentes de diferimentos dos anos anteriores, reconhecidos e amortizados como Outros passivos. 1,0 mil milhões de euros de diferimentos de anos anteriores foram reconhecidos em ações para 2018, já que ainda fazem parte das ações em tesouraria distribuíveis a partir de 31 de dezembro de 2018. Estes prêmios em ações em circulação serão obtidos e reconhecidos como despesa com remuneração durante 2019 ou em anos futuros. Em anos futuros, serão registados diferimentos de anos anteriores adicionais no valor de 1,0 mil milhões de euros.

## Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1913 colaboradores foram identificados como colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2018, comparativamente a 1907 colaboradores em 2017 (excluindo unidades do Postbank: 1795 MRT). Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais de acordo com o InstVV são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

								2018	2017
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) <sup>1</sup>	Conselho de Fiscalização <sup>2</sup>	Conselho de Administração <sup>3</sup>	CIB <sup>3</sup>	PCB <sup>3</sup>	DWS <sup>3</sup>	Funções de controlo independentes <sup>3</sup>	Funções corporativas <sup>3</sup>	Total Grupo	Total Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	49	45	1 109	334	17	180	179	1 913	1 795
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	48	39	1 013	322	15	174	170	1 781	1 772
dos quais: Direção <sup>4</sup>	0	25	35	119	7	29	37	252	
<b>Pagamento total</b>	<b>7</b>	<b>122</b>	<b>1 236</b>	<b>174</b>	<b>27</b>	<b>94</b>	<b>147</b>	<b>1 807</b>	<b>2 359</b>
<b>Remuneração fixa total</b>	<b>7</b>	<b>57</b>	<b>705</b>	<b>103</b>	<b>12</b>	<b>74</b>	<b>91</b>	<b>1 049</b>	981
dos quais:									
em numerário (incl. despesas com pensões) <sup>5</sup>	5	57	705	103	12	74	91	1 048	
em ações ou outros instrumentos <sup>6</sup>	1	0	0	0	0	0	0	1	
<b>Remuneração variável total para o período<sup>7</sup></b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>530</b>	<b>71</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>56</b>	<b>758</b>	1 379
dos quais:									
em numerário	0	34	273	38	12	11	30	398	685
em ações ou instrumentos baseados em ações	0	31	257	33	3	9	26	360	689
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	1	0	0	0	6
<b>Remuneração variável total para o período, diferida</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>447</b>	<b>39</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>29</b>	<b>569</b>	1 087
dos quais:									
em numerário	0	14	223	20	2	4	15	278	535
em ações ou instrumentos baseados em ações	0	27	223	19	2	4	15	291	545
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0	6
<b>Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício</b>									
que foi diferido nos anos anteriores	0	61	1 303	126	24	42	121	1 678	1 783
dos quais:									
adquiridos	0	10	54	14	3	5	9	95	704
realizado e pago/entregue	0	9	53	11	3	5	9	90	
não adquiridos	0	51	1 250	112	21	37	112	1 583	1 079
<b>Remuneração variável diferida atribuída,</b>									
<b>paga ou reduzida durante o período</b>									
atribuída durante o período	0	27	683	58	11	20	44	842	762
paga durante o período	0	16	315	52	7	17	40	447	639
reduzida através de ajustes explícitos ao risco <sup>8</sup>	0	0	7	0	0	0	0	7	3
Número de beneficiários de remuneração variável garantida (incl. pagamentos acordados)	0	0	4	0	0	0	0	4	27
Montante total de pagamento variável garantido (incl. pagamentos acordados)	0	0	2	0	0	0	0	2	21
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período <sup>9</sup>	0	29	15	3	8	0	2	58	21
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período	1	6	82	7	3	3	6	108	53
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo durante o período	0	11	1	1	4	0	2	11	5

<sup>1</sup> A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. Os colaboradores são atribuídos a colunas com base na sua função principal. Os valores de 2017 são baseados nos valores divulgados no relatório de 2017 e incluem o valor completo do programa do prémio de fidelidade atribuído a MRT em 2017.

<sup>2</sup> O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank no final do exercício. Os representantes dos colaboradores identificados exclusivamente devido às suas funções no Conselho de Fiscalização são considerados apenas com a sua remuneração para a função no Conselho de Fiscalização.

<sup>3</sup> O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank no final do exercício. A PCB inclui unidades do Postbank. Dado que a determinação da RV de alguns colaboradores das unidades do Postbank se prolonga para além da publicação deste relatório, a RV dos MRT em unidades do Postbank é considerada baseada em dados preliminares. Os valores finais serão divulgados nos relatórios de remuneração do DB Privat- und Firmenkundenbank AG, bem como do BHW Bausparkasse AG. DWS inclui apenas colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV no Grupo DWS. As funções de controlo independentes incluem Diretor de Risco, Auditoria do Grupo, Conformidade, Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes nem integrada em qualquer divisão.

<sup>4</sup> Direção é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas nem de gestão) – excluindo o Conselho Executivo do grupo DWS. Todos os colaboradores da Direção são também considerados MRT InstVV. Os membros do Conselho de Administração das instituições relevantes são apenas incluídos na coluna Conselho de Administração.

<sup>5</sup> O pagamento fixo em numerário inclui o salário-base, os subsídios e os benefícios materiais (despesas com pensões).

<sup>6</sup> O pagamento fixo em ações é apenas atribuído a membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, conforme descrito no capítulo Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização.

<sup>7</sup> O pagamento variável total para o período inclui os prêmios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2018 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os "buyouts" e os planos de incentivo de longo prazo não estão incluídos.

<sup>8</sup> Inclui penalizações (malus) e clawback.

<sup>9</sup> Os pagamentos por cessação de funções são geralmente pagos no ano em que foram concedidos.

### Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2018
	Número de colaboradores
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	356
1 500 000 a 1 999 999	125
2 000 000 a 2 499 999	61
2 500 000 a 2 999 999	31
3 000 000 a 3 499 999	15
3 500 000 a 3 999 999	22
4.000.000 a 4 499 999	5
4 500 000 a 4 999 999	3
5 000 000 a 5 999 999	14
6 000 000 a 6 999 999	8
7 000 000 a 7 999 999	1
8 000 000 a 8 999 999	0
9 000 000 to 9 999 999	2
10 000 000 to 10 999 999	0
<b>Total</b>	<b>643</b>

<sup>1</sup> Em comparação com 2017, os colaboradores com rendimentos elevados em unidades do Postbank e as despesas com pensões, bem como os pagamentos por cessação de funções são tidos em conta pela primeira vez. "Buyouts" e planos de incentivo de longo prazo não incluídos.

No total, 643 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2018, em comparação com 705 colaboradores em 2017 e 316 colaboradores em 2016. Com base nas mesmas definições utilizadas nos anos anteriores – excluindo despesas com pensões e indenizações por cessação de funções – o número de colaboradores com rendimentos elevados para 2018 seria de 607 colaboradores.

A tabela acima não inclui os quatro membros do Conselho de Administração do Grupo que saíram do Conselho de Administração em 2018. Para além da remuneração fixa e variável e dos custos de serviço (IFRS) relativos a benefícios de pensão, foram celebrados contratos de indemnização com os quatro membros do Conselho de Administração nos quais foram acordados benefícios por cessação do vínculo laboral (pagamentos por cessação de funções e remuneração por períodos de espera) a que os membros do Conselho de Administração têm direito com base nos seus contratos de serviços (num dos casos, dois contratos de serviços). Se todas as componentes de remuneração forem adicionadas, o montante total num caso será entre 4,5 e 5 milhões de euros, noutro caso entre 7 e 8 milhões de euros, outro caso entre 13 e 14 milhões de euros e noutro caso entre 15 e 16 milhões de euros. Os detalhes de todas as componentes são divulgados no Relatório de Remuneração.

## Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31.12.2018	
	Presidente	Member
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000
Comité de Estratégia	100 000	50 000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	100 000	50 000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Por fim, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.



## Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2018

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2018 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2018		Remuneração no exercício de 2017	
	Fixa	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2019	Fixa	Da qual pago no 1.º trimestre de 2018
Dr. Paul Achleitner <sup>1</sup>	858 333	643 750	800 000	683 333
Detlef Polaschek <sup>2</sup>	262 500	196 875	0	0
Stefan Rudschäfski <sup>3</sup>	125 000	125 000	300 000	225 000
Ludwig Blomeyer-Bartenstein <sup>2</sup>	175 000	131 250	0	0
Wolfgang Böhr <sup>3</sup>	83 333	83 333	200 000	150 000
Frank Bsirske <sup>4</sup>	279 167	235 417	250 000	187 500
Mayree Carroll Clark <sup>2</sup>	204 167	153 125	0	0
Dina Dublon <sup>5</sup>	175 000	175 000	300 000	225 000
Jan Duscheck <sup>4</sup>	187 500	151 042	100 000	75 000
Dr. Gerhard Eschelbeck <sup>6</sup>	129 167	96 875	58 333	43 750
Katherine Garrett-Cox	241 667	181 250	200 000	150 000
Timo Heider <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Sabine Irrgang <sup>3</sup>	83 333	83 333	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann <sup>3</sup>	104 167	104 167	250 000	187 500
Martina Klee <sup>4</sup>	170 833	148 958	200 000	150 000
Peter Löscher <sup>7</sup>	0	0	83 333	83 333
Henriette Mark <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Richard Meddings	429 167	321 875	400 000	300 000
Louise Parent <sup>3</sup>	125 000	125 000	400 000	300 000
Gabriele Platscher <sup>4</sup>	258 333	214 583	200 000	150 000
Bernd Rose <sup>4</sup>	229 167	192 708	200 000	150 000
Gerd Alexander Schütz <sup>8</sup>	129 167	107 292	58 333	43 750
Prof. Dr. Stefan Simon	487 500	365 625	216 667	162 500
Stephan Szukalski <sup>2</sup>	116 667	87 500	0	0
Dr. Johannes Teyssen <sup>3</sup>	104 167	104 167	250 000	187 500
John Alexander Thain <sup>2</sup>	116 667	87 500	0	0
Michele Trogni <sup>2</sup>	175 000	131 250	0	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler <sup>7</sup>	0	0	83 333	83 333
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann <sup>9</sup>	58 333	43 750	0	0
<b>Total</b>	<b>5 766 669</b>	<b>4 676 041</b>	<b>5 150 000</b>	<b>3 987 500</b>

<sup>1</sup> Membro reeleito a 18 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Membro desde 24 de maio de 2018.

<sup>3</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.

<sup>5</sup> Membro desde 31 de julho de 2018.

<sup>6</sup> Membro desde 18 de maio de 2017.

<sup>7</sup> Membro até 18 de maio de 2017.

<sup>8</sup> Membro desde 18 de maio de 2017. Reeleito a 24 de maio de 2018.

<sup>9</sup> Membro desde 1 de agosto de 2018.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2018 foi convertida em ações nocionais da empresa com base numa cotação da ação de 7,9747 euros (cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2019). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2018 receberam a totalidade da remuneração em numerário. Para membros cujo mandato terminou em 2018, a remuneração total para o período foi paga na totalidade em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2019 como parte da respetiva remuneração de 2018, bem como o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração de 2013 a 2017 acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes totais pagos em fevereiro de 2019 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

	Número de ações nacionais			
	Convertidas em fevereiro de 2019 como parte da remuneração de 2018	Montantes totais do ano anterior como parte da remuneração de 2013 a 2017	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2019 em euros <sup>1</sup>
Membros do Conselho de Fiscalização				
Dr. Paul Achleitner <sup>2</sup>	26 908,013	7 547,235	34 455,248	0
Detlef Polaschek <sup>3</sup>	8 229,150	0	8 229,150	0
Stefan Rudschäfski <sup>4</sup>	0	4 851,794	4 851,794	38 692
Ludwig Blomeyer-Bartenstein <sup>3</sup>	5 486,100	0	5 486,100	0
Wolfgang Böhr <sup>4</sup>	0	5 273,861	5 273,861	42 057
Frank Bsirske <sup>5</sup>	5 486,100	13 855,697	19 341,797	110 495
Mayree Carroll Clark <sup>3</sup>	6 400,450	0	6 400,450	0
Dina Dublon <sup>6</sup>	0	15 297,428	15 297,428	121 992
Jan Duscheck <sup>5</sup>	4 571,750	2 181,701	6 753,451	17 398
Dr. Gerhard Eschelbeck	4 049,264	943,404	4 992,668	0
Katherine Garrett-Cox	7 576,043	4 363,401	11 939,444	0
Timo Heider <sup>5</sup>	4 571,750	11 105,005	15 676,755	88 559
Sabine Irrgang <sup>4</sup>	0	11 105,005	11 105,005	88 559
Prof. Dr. Henning Kagermann <sup>4</sup>	0	14 560,688	14 560,688	116 117
Martina Klee <sup>5</sup>	2 743,050	11 387,001	14 130,051	90 808
Henriette Mark <sup>5</sup>	4 571,750	12 130,752	16 702,502	96 739
Richard Meddings	13 454,007	13 330,645	26 784,652	0
Louise Parent <sup>4</sup>	0	14 763,082	14 763,082	117 731
Gabriele Platscher <sup>5</sup>	5 486,100	11 848,755	17 334,855	94 490
Bernd Rose <sup>5</sup>	4 571,750	11 566,759	16 138,509	92 241
Gerd Alexander Schütz <sup>7</sup>	2 743,050	943,404	3 686,454	7 523
Prof. Dr. Stefan Simon	15 282,707	3 955,622	19 238,329	0
Stephan Szukalski <sup>3</sup>	3 657,400	0	3 657,400	0
Dr. Johannes Teysen <sup>4</sup>	0	11 015,673	11 015,673	87 847
John Alexander Thain <sup>3</sup>	3 657,400	0	3 657,400	0
Michele Trogni <sup>3</sup>	5 486,100	0	5 486,100	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann <sup>8</sup>	1 828,700	0	1 828,700	0
<b>Total</b>	<b>136 760,634</b>	<b>182 026,912</b>	<b>318 787,546</b>	<b>1 211 250</b>

<sup>1</sup> A um valor de 7,9747 euros com base na cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Membro reeleito a 18 de maio de 2017.

<sup>3</sup> Membro desde 24 de maio de 2018.

<sup>4</sup> Membro até 24 de maio de 2018.

<sup>5</sup> Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.

<sup>6</sup> Membro até 31 de julho de 2018.

<sup>7</sup> Membro desde 18 de maio de 2017. Reeleito a 24 de maio de 2018.

<sup>8</sup> Membro desde 1 de agosto de 2018.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Jan Duscheck e Stephan Szukalski e Jan Duscheck, são nossos colaboradores. No exercício de 2018, pagámos a esses membros um montante total de 1,11 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2018, reservámos 0,12 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 225 000 euros (2017: 248 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 218 672 euros (2017: 197 679 euros) foram pagos durante o exercício de 2018.

## Declaração de governo da sociedade de acordo com o artigo 289.º-F do HGB

A versão integral da Declaração de Governo da Sociedade está disponível no nosso sítio Web em [www.db.com/ir/en/reports.htm](http://www.db.com/ir/en/reports.htm) e não faz parte do relatório de gestão.

## Controlo interno sobre o relato financeiro

### Condições Gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

### Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- Direitos, obrigações e propriedade - os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- Apresentação e divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Em 1 de janeiro de 2018, adotámos a IFRS 9 para as nossas demonstrações financeiras consolidadas e atualizámos e modificámos determinados controlos internos em relação ao relato financeiro como resultado da nova norma de contabilidade.

## Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Os controlos acima referidos são efetuados para as IFRS e os GAAP principais e aplicam-se às nossas demonstrações financeiras ao abrigo do HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

**Eliminação intrassociedade.** A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB.

**Revisão analítica.** Revisão dos itens de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível da empresa-mãe e das agências.

## Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a direção tem de avaliar para determinar se o ICOFR estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2018 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

# Demonstração não financeira

A abordagem do Deutsche Bank AG à sustentabilidade está em sintonia com os princípios de todo o grupo. Como empresa-mãe, a nossa abordagem à sustentabilidade inclui as nossas entidades afiliadas. Assim, a nossa demonstração financeira inclui certas descrições de todo o grupo.

## Abordagem à sustentabilidade

Para suportar a nossa abordagem à sustentabilidade e os nossos relatos não financeiros identificamos assuntos considerados relevantes pelas nossas partes interessadas internas e externas. Para tal, tivemos como referência a norma internacional de sustentabilidade da Iniciativa “Global Reporting” (GRI). Temos em conta as opiniões das nossas partes interessadas e analisamos diferentes fontes - por exemplo, assuntos debatidos na nossa Assembleia-Geral Anual, os componentes temáticos nas classificações de sustentabilidade, relatórios de meios de comunicação internos e externos e informações decorrentes de análises de concorrência.

Em 2017, revimos a lista de assuntos significativos, reclassificamos determinados assuntos por forma a torná-los mais visíveis e compreensíveis e dar a devida consideração ao que é necessário de acordo com os novos requisitos do Código Comercial Alemão (Handelsgesetzbuch, HGB) no que diz respeito à divulgação de informações não financeiras.

De acordo com o artigo 289.º-C, n.º 1 do HGB, a demonstração não financeira faz parte do relatório de gestão. Para ter uma visão abrangente da nossa abordagem à sustentabilidade consulte o Relatório Não Financeiro do Grupo Deutsche Bank, publicado em separado.

De acordo com o artigo 289.º-C (3 n.º 3 e 4) do HGB, é necessário que o Deutsche Bank comunique todos os riscos significativos conhecidos relacionados com as suas próprias atividades e relações comerciais, bem como com os seus produtos e serviços que tenham uma elevada probabilidade e tenham ou venham a ter um impacto extremamente negativo em assuntos não financeiros significativos. Não foram identificados tais riscos.

A descrição do modelo de negócio do Deutsche Bank AG nos termos do artigo 289.º-C, n.º 1 do HGB pode ser consultada no relatório de gestão, a partir da página 4. A descrição do modelo de negócio faz parte da demonstração não financeira separada do Deutsche Bank.

Visto que as questões relacionadas com o ambiente e os direitos humanos no Deutsche Bank não cumprem os critérios de relevância do artigo 289.º-C do HGB, divulgamos informações relevantes tais como a nossa abordagem de gestão, bem como resultados de questões relacionadas com Relatório Não Financeiro do Grupo Deutsche Bank, fora da Demonstração Não Financeira.

Monitorizamos de perto todos os assuntos não financeiros e os seus impactos na situação e desenvolvimento do Deutsche Bank por forma a ser possível identificar alterações a nível da relevância e divulgá-las adequadamente em relatórios futuros.

## Identificação de assuntos significativos

Para avaliar a importância dos assuntos relevantes, seguimos os processos de avaliação do risco ao nível do banco e realizamos uma avaliação de relevância regular, na qual cumprimos o Código Comercial Alemão (Handelsgesetzbuch, HGB).

Todas as divulgações legalmente exigidas em conformidade com o § 289c do Código Comercial Alemão são refletidas nesta Demonstração Não Financeira do Deutsche Bank AG.

## Integridade do negócio

O Deutsche Bank esforça-se por colocar uma cultura comercial ética no centro da forma como opera, o que consideramos fundamental para alcançar o sucesso sustentável. A nossa cultura é orientada pelos nossos valores de Integridade, Desempenho Sustentável, Foco no Cliente, Inovação, Disciplina e Parceria. Estes valores informam o nosso comportamento e tomada de decisões, apoiando a forma como os colaboradores interagem entre si, mas também com os clientes, investidores e a sociedade em geral.

### Código de Conduta Revisto

Os valores consagrados no nosso Código de Conduta articulam aquilo que o banco defende, aquilo que pretendemos que seja a nossa cultura global e as normas de conduta que devemos cumprir. Em julho de 2018, foi publicado um Código de Conduta atualizado, de modo a fornecer aos colaboradores melhores orientações relativamente aos nossos valores e à forma como estes devem ser empregues no trabalho diário. Foi acompanhado por formações e-learning lançada em dezembro de 2018. O Código revisto foi muito bem recebido pelos colaboradores e pelas partes interessadas externas.

Através do nosso Código de Conduta, pretendemos fomentar um ambiente aberto e diversificado em que um clima de manifestação de opiniões e desafios não só é bem-vindo e respeitado, como também faz parte das nossas responsabilidades, especialmente nos casos em que as ações ou as omissões são inconsistentes com o Código. O nosso Código e outras políticas e procedimentos requerem que os colaboradores encaminhem potenciais condutas impróprias, comportamentos inadequados ou qualquer potencial risco de conduta para os respetivos supervisores, o Departamento de Conformidade, o Departamento Jurídico ou os RH. Os colaboradores também podem denunciar quaisquer preocupações ou suspeitas de acordo com as disposições previstas na Política de Denúncia de Irregularidades do banco.

Embora a conformidade com o Código de Conduta seja aplicada pelas funções proprietárias das políticas correspondentes das políticas subjacentes mencionadas no Código, também procuramos fomentar os comportamentos certos através de um conjunto de iniciativas chave.

### O programa Cultura, Integridade e Conduta

O Deutsche Bank fomenta uma cultura e conduta ética através do programa Cultura, Integridade e Conduta (CIC). O objetivo do programa e do plano CIC é reforçar os valores do banco, tal como articulados no Código de Conduta e nos resultados pretendidos, e proporcionar uma melhor conduta e integridade em todos os negócios, geografias e funções de infraestruturas no Grupo Deutsche Bank. O Conselho de Administração do banco tem a responsabilidade global por atingir os resultados culturais pretendidos. Embora o programa CIC seja patrocinado pelo diretor-geral, cada membro do Conselho de Administração é responsável pela cultura na respetiva divisão ou função e os Comitês Executivos são responsáveis por desenvolver e implementar iniciativas relacionadas com a cultura.

Em 2018, o banco tomou medidas para elevar a importância do CIC ao criar o Comité CIC. O mandato do Comité consiste em supervisionar a implementação e gestão do Quadro CIC, alinhando atividades relacionadas com cultura perseguidas em cada área das atividades do banco com a sua visão de cultura global. O Comité reúne pelo menos seis vezes por ano, estabelece iniciativas CIC ao nível do Grupo e fomenta temas e mensagens CIC que devem incorporados em planos de cultura divisionais, regionais e nacionais.

Este comité formal do Conselho de Administração é presidido pelo Diretor Regulamentar e pelo Diretor Administrativo e inclui representantes de cada divisão, função e região que são designados pelo respetivo membro do Conselho de Administração. A coordenação de iniciativas relacionadas com conduta e integridade ao nível do Grupo é apoiada pelo Fórum Operacional de Conduta e Integridade (C&I OpFo), que reporta regularmente ao Comité CIC.

O Quadro CIC é utilizado para implementar uma estratégia CIC coerente, consistente e sustentável ao nível do Grupo, utilizando a seguinte metodologia:

- Definir valores e resultados pretendidos através do Código de Conduta, normas orientadoras de cultura e quadros semelhantes;
- Comunicar através de campanhas, formação e envolvimento dos colaboradores;
- Reforçar valores e resultados pretendidos através da sua incorporação nos processos e quadros do banco;
- Implementar iniciativas CIC ao nível do Grupo, temas prioritários e planos CIC anuais ao nível das divisões ou das funções;
- Medir e identificar áreas de melhoria através de diagnósticos periódicos, monitorização contínua de métricas, grupos de foco e conclusões do Inquérito aos Recursos Humanos.

Para 2018/19, o Comité CIC reviu as prioridades estratégicas atuais do banco e os resultados do Inquérito aos Recursos Humanos e identificou três dos seis valores do banco como valores de foco para o próximo ano, juntamente com os resultados correspondentes. Nomeadamente:

- Integridade: melhorar a conduta positiva/reduzir a conduta imprópria, melhorar a tomada de decisões éticas e melhorar a cultura de manifestação de opiniões;
- Disciplina: responsabilidade individual, responsabilidade fiscal, e
- Foco no cliente: tratar os clientes de forma justa e criar produtos que proporcionem valor aos clientes.

Os valores de foco e os resultados ao nível do Grupo são incorporados no plano de cultura anual de cada negócio e função de infraestrutura, que é adaptado às suas necessidades específicas.

Embora estejamos plenamente cientes de que uma cultura de negócio é difícil de medir, captamos um conjunto de métricas existentes de várias fontes ao nível do banco para avaliar o progresso face aos nossos objetivos de cultura. Estas métricas abrangem dados qualitativos, como os resultados do Inquérito aos Recursos Humanos, bem como medidas quantitativas atualmente seguidas e regulamentadas como parte dos nossos processos de RH, Risco, Comunicações e Conformidade, entre outros. Os exemplos incluem índices sobre a perceção da marca e diversidade de género, bem como participação em reuniões gerais. O painel é produzido e comunicado ao Comité CIC trimestralmente.

## Principais iniciativas em 2018

Alguns exemplos das principais iniciativas que estão atualmente a ser implementadas ao nível do Grupo são:

- Foi lançada uma campanha integrada de consciencialização para a conduta e a manifestação de opiniões e programa de formação em julho de 2018 e que continua em 2019. Acreditamos que uma cultura em que os colaboradores se sentem livres para expressar as suas preocupações relacionadas com a conduta sem medo de represálias ou retaliação aumenta a probabilidade de os problemas serem identificados. O Código de Conduta do banco tem uma secção específica que incentiva “a manifestação de opinião, a apresentação de preocupações e a denúncia de condutas impróprias” e a Política de Denúncia de Irregularidades do banco foi concebida para proteger quaisquer colaboradores que apresentem as suas preocupações acerca de condutas impróprias potenciais ou efetivas e comportamentos ilegais ou antiéticos. A campanha de consciencialização é uma campanha de comunicações multicanal que visa todos os colaboradores através de um microsite dedicado, posters, ecrãs da marca e comunicações de gestão com o objetivo de criar uma ampla consciencialização para a boa conduta, os canais de escalada e a cultura de “manifestação de opinião”;
- Foi publicada em abril de 2018 uma política de denúncia de irregularidades global aperfeiçoada e o microsite dedicado foi atualizado em conformidade;
- Foi lançado um Quadro de Gestão de Consequências com um guia interativo em setembro de 2018, que foi acompanhado por chamadas WebEx. Tem o objetivo de promover um melhor entendimento da abordagem do banco à gestão de resultados positivos e consequências negativas. Torna claro o que significa estar à altura dos nossos padrões de desempenho (cumprimento, comportamento e conduta) e como isso afeta tanto as pessoas como o banco;
- A formação em sala de aula Conduta e Integridade de Mercado foi lançada em setembro de 2018 com sessões em sala de aula de 90 minutos ministradas por responsáveis de conformidade das linhas de negócio com a assistência de diretores das áreas de negócio. A formação consistia em dois cenários que foram concebidos para aprofundar ainda mais a compreensão dos nossos valores pretendidos e o que significa a boa conduta na prática, ao explorar e debater o julgamento e a tomada de decisões, possíveis armadilhas de áreas cinzentas e como manifestar opiniões. Os geradores de receitas<sup>1</sup> e as suas áreas de apoio imediatas, num total de 4000 colaboradores, receberam formação. A formação em sala de aula foi realizada em dezembro de 2018, tendo aqueles que não puderam participar nas sessões presenciais recebido uma gravação interativa.

## Gestão do risco de conduta

A Política-Quadro de Gestão do Risco de Conduta define o quadro para a gestão do risco de conduta em todo o banco. A política requer a identificação, denúncia, escalada e reparação oportunas de quaisquer problemas em que o risco de conduta seja definido como “o risco de que os colaboradores ou representantes ou as práticas comerciais da empresa possam afetar de forma inadequada e adversa os clientes do banco, o banco ou a integridade dos mercados financeiros”.

## Cultura de risco

Esforçamo-nos por fomentar um ambiente onde os colaboradores são capacitados e incentivados a agir como gestores de risco. Foi também realizada uma avaliação da cultura de risco baseada em princípios, com particular enfoque na sensibilização, propriedade e gestão do risco dentro da nossa apetência pelo risco. Os resultados da avaliação da nossa cultura de risco são incorporados no relato existente de riscos, para reforçar a mensagem de que a cultura do risco é uma parte integrante da gestão do risco diária e eficaz.

<sup>1</sup> Os geradores de receitas foram definidos como os pertencentes às Atividades de Mercado Designadas (“DMA”), que se estende às unidades de negócio Wealth Management, Global Transaction Banking, Corporate Finance, Treasury e Global Markets.

## Integridade do negócio nas relações com os clientes

O nosso Código de Conduta estabelece as orientações para um comportamento responsável e com integridade perante os clientes.

Uma vez que as nossas divisões são responsáveis por implementar o Código de Conduta, são, assim, responsáveis por tratar os clientes de forma justa em cada fase do desenvolvimento dos produtos para vender os nossos produtos e serviços. Funções de controlo específicas apoiam as divisões na assunção das respetivas responsabilidades. A legislação e os regulamentos, como, por exemplo, a MiFID II, ajudam-nos a reconhecer temas relevantes a tempo e definir áreas de ação, incluindo avaliações de mercado de produtos para identificar as que melhor se adequam às necessidades dos nossos clientes específicos. As orientações internas do banco dão resposta a estes temas e regulam aspetos importantes dos mesmos.

Tendo em vista os diferentes perfis dos nossos grupos de clientes, as nossas divisões usufruem de diferentes graus de liberdade na implementação destas orientações. A sua interpretação é determinada, por exemplo, por pontos de contacto de um grupo de clientes específico com o banco, pela necessidade de proteção do cliente ou pelo nível de conhecimento de um grupo de clientes acerca das operações financeiras. Para garantir que agimos com integridade de forma focada nos clientes, formamos regularmente todos os colaboradores envolvidos na relação com os clientes. Os temas a que prestamos especial atenção incluem uma atitude responsável perante novos produtos e como lidar com requisitos relacionados com novos produtos, aconselhando os clientes de forma responsável, ajudando os clientes a evitar ficarem endividados e sabendo como lidar com conflitos de interesses.

### Conceção e aprovação responsável de produtos

Um processo de aprovação de novos produtos (NPA) e avaliação sistemática de produtos (SPR) define a conceção e aprovação de novos produtos e serviços. Os conselhos de NPA regionais ou divisionais aprovam qualquer novo produto, bem como desenvolvimentos materiais que afetem os produtos existentes, tais como fatores de risco ou empresas. Também analisamos sistematicamente os nossos produtos ao longo dos respetivos ciclos de vida para garantir que continuam a ser adequados e consistentes com as necessidades, características e objetivos do(s) respetivo(s) mercado(s) alvo. Além disso, quaisquer características que suscitem preocupação, incluindo um potencial impacto na reputação do banco relativamente a questões ambientais ou sociais, por exemplo, são remetidas para os comités de aprovação de gestão relevantes, tais como os Comitês de Reputação Regionais ou, em última análise, o Comité de Risco de Reputação do Grupo.

As nossas atividades de investimento são baseadas num processo concebido para garantir que as decisões são tomadas no melhor interesse dos nossos clientes. Para garantir que fornecemos produtos e aconselhamento que correspondam às necessidades específicas dos nossos clientes num determinado ambiente de mercado, a nossa análise das condições de mercado é realizada separadamente relativamente ao planeamento das vendas. Este processo fornece transparência para os clientes atuais e potenciais no que respeita à visão do banco relativamente a temas de investimento, classes de ativos e eventos de mercado específicos. Nas nossas divisões Asset Management (AM) e Private and Commercial Business, por exemplo, este processo de investimento leva à formulação da Perspetiva do Diretor de Investimentos (CIO), que tira partido da experiência do pessoal sénior e é utilizada para informar tanto os nossos gestores de carteiras como os nossos consultores de clientes. A Perspetiva do CIO é ainda mais aperfeiçoada a um nível regional para otimizar as carteiras dos clientes para que tenham em conta os diferentes contextos profissionais, culturais e regionais dos clientes.

### Viver os princípios de produtos e consultoria

As normas mínimas para as nossas linhas de produtos obrigam-nos a oferecer produtos e serviços transparentes e eticamente justificáveis baseados em processos e princípios concebidos para garantir a conformidade com os requisitos legais e regulamentares. Por exemplo, as nossas orientações sobre governação de supervisão de produtos, que abrangem produtos no âmbito da governação de produtos da MiFID II, requerem a monitorização frequente relativamente ao facto de os produtos serem vendidos apenas ao grupo apropriado de clientes (mercado alvo). Além disso, esforçamo-nos sempre por oferecer aos clientes aconselhamento responsável e com visão de futuro que satisfaça as suas necessidades e revele claramente os respetivos benefícios e riscos. Para garantir a adequação dos nossos produtos, avaliamos uma variedade de parâmetros, incluindo a complexidade de um produto e o conhecimento e experiência do cliente com um produto, bem como a classificação regulamentar e os objetivos de investimento de um cliente, e selecionamos o produto que corresponde às exigências do cliente pretendido.

Os nossos princípios básicos requerem que não vendamos qualquer produto ou serviço se for evidente que o cliente não precisa do produto, não o pode comportar a médio prazo, não compreendeu o produto ou se o produto não cumprir o perfil de risco do cliente. Além disso, os nossos produtos têm de ser concebidos de forma a que as respetivas características também compensem largamente o custo de investimento no produto. Temos processos de due diligence implementados, que nos ajudam a implementar estes princípios.

Os princípios também especificam que os nossos produtos devem ser benéficos para a pessoa mas não ter efeitos colaterais prejudiciais para a sociedade em geral. Isto elimina produtos ou investimentos que, por exemplo, envolvam o fabrico ou a venda de armas nucleares, munições de fragmentação e minas terrestres, promovam o trabalho infantil, violem direitos humanos ou apoiem, de qualquer forma, o tráfico de drogas ou o branqueamento de capitais.



No nosso negócio de consultoria de investimento, aconselhamos e oferecemos produtos do Deutsche Bank e de terceiros, o que nos permite fornecer produtos que se adequam melhor às necessidades do cliente específico. As nossas Orientações relativas a Produtos para Produtos de Investimento e Seguros também definem produtos que não devem ser aconselhados a clientes, como, por exemplo, investimentos em produtos agrícolas de base ou Contratos Diferenciais (CFD). Além disso, não lançamos novos produtos com base em estratégias de dinâmica em produtos agrícolas de base.

## Satisfação do cliente

Uma vez que clientes leais e satisfeitos são a base do nosso sucesso contínuo, trabalhamos regularmente nos nossos processos de aconselhamento de clientes para garantir o foco no cliente e a conformidade com os requisitos legais desse aconselhamento. Para medir a satisfação do cliente, aplicamos diferentes métodos de divisão para divisão, consoante o tipo de contacto que temos com o cliente. Para nós, é importante que os clientes tenham a oportunidade de expressar a sua opinião sobre a forma como estamos a desempenhar o nosso trabalho. Para isso, utilizamos uma variedade de ferramentas especialmente desenvolvidas e recorreremos aos serviços de especialistas em pesquisa de mercado externos.

No nosso Corporate & Investment Bank (CIB), utilizamos Avaliações de Corretor para obter uma compreensão específica do cliente relativamente a onde existe potencial de melhoria. Contactamos os nossos clientes – normalmente uma ou duas vezes por ano – para obter uma avaliação detalhada do nosso desempenho relativo por equipa de cobertura e categoria de produtos. Este diálogo bem informado coloca-nos em posição de tomar decisões informadas sobre alterações propostas. Em 2018, as nossas equipas de Global Transaction Banking e Corporate Finance trabalharam em conjunto no nosso processo A Voz do Cliente, que abrange mais de 80 % das nossas atividades de clientes corporativos globalmente completas (entre cobertura e vendas/implementação e atividades de serviços). Utilizámos o feedback de cerca de 1850 decisores chave e destinatários de serviços para criar planos de ação específicos dos clientes e iniciar desenvolvimentos de produtos. Em 2018, 80% dos nossos clientes indicaram que estavam bastante ou totalmente satisfeitos com a forma como lidámos com o seu feedback (avaliação com 1 ou 2 numa escala de cinco pontos).

Durante 2018, a Wealth Management (WM) prosseguiu com os Net Promoter Scores (NPS) e o Inquérito de Satisfação do Cliente na Alemanha (fornecido a uma maioria de clientes elegíveis) e irá estender estas atividades às Américas e à Ásia-Pacífico (APAC) em 2019. Um inquérito da competitividade da WM realizado pela Scorpio Partnership em março de 2018 revelou que os clientes classificaram o desempenho global como ligeiramente melhor do que o dos concorrentes globais e regionais (desempenho global de 85,2% a 83,5% para os concorrentes globais). O NPS da análise da Scorpio indica que 52% dos clientes da WM recomendariam globalmente o Deutsche Bank a amigos, familiares ou colegas (em comparação com 58% para os concorrentes globais).

## Política e regulamentação públicas

O risco de alteração das regras e regulamentos é inerente aos nossos negócios diários. Para abordar esta questão de forma adequada, temos um quadro holístico implementado para identificar e implementar regulamentos novos e revistos. Utilizamos uma abordagem sistemática que dá prioridade a riscos regulamentares para o banco e atribui responsabilidade clara pela identificação, avaliação do impacto e implementação de alterações regulamentares.

## Governo da sociedade

O Deutsche Bank dispõe de um quadro claramente estruturado que rege o risco de alterações regulamentares e ajuda a criar o nosso perfil em debates de políticas regulamentares. Isto permite-nos interagir de forma construtiva com partes interessadas regulamentares. Do mesmo modo, assegura uma tomada de decisões estratégicas informada e fornece supervisão e controlo sobre a forma como as iniciativas essenciais são implementadas e proporciona à Direção perspectivas sobre as questões emergentes relativas a políticas públicas futuras. Este processo é apoiado pelo Conselho de Gestão Regulamentar (RMC), que se foca em problemas transversais ao banco em cada fase do ciclo de vida de cumprimento regulamentar. Como forma de contribuir também para o processo de elaboração de políticas, fornecemos às partes interessadas políticas e reguladoras (por exemplo, organizações governamentais, decisores políticos e autoridades de supervisão) informações e dados que definem a nossa estratégia de negócios e determinantes.

Em 2018, tomámos mais medidas para promover a simplificação e reduzir a complexidade. Para este efeito, reunimos as nossas funções de interação regulamentar e alterações regulamentares ao fundir o Grupo de Gestão Regulamentar e a Conformidade Regulamentar nos Assuntos Regulamentares. Esta medida alinhou todas as atividades de cumprimento regulamentar do Deutsche Bank. Toda a equipa é liderada pelo Diretor Global de Governo e Assuntos regulamentares, que reporta ao Diretor Regulamentar do Grupo. Através destas funções, gerimos as relações quotidianas do Deutsche Bank com as autoridades centrais, identificamos desenvolvimentos políticos e regulamentares relevantes numa fase inicial e coordenamos as posições políticas do Grupo em conformidade. O nosso objetivo é garantir a conformidade com os requisitos políticos e regulamentares relevantes (de entrada) e incluir tópicos relevantes do setor nas discussões públicas (de saída). Os nossos escritórios de Assuntos públicos e governamentais em Berlim, Bruxelas e Washington, D.C. gerem as nossas relações com os principais decisores políticos, comunicando-lhes informações e dados, ao mesmo tempo que definem a

estratégia de negócios do banco e as suas determinantes. Adicionalmente, mantemos contacto com os nossos colegas Diretores regulamentares no escritório de Pequim para cobrir a China.

## Principais tópicos de 2018

Definimos regularmente um conjunto de tópicos essenciais que consistirão numa fonte de informação para o nosso enfoque durante os doze meses seguintes. Em 2018, estes tópicos relacionados com a digitalização da banca e da sociedade, a renovação da área do euro, o Brexit e a agenda para as finanças ecológicas/sustentáveis. Participamos, no que se refere a cada uma das questões, em reuniões e seminários, painéis públicos e conversas individuais com os decisores políticos. Uma vez que as finanças ecológicas ou sustentáveis foram um tópico de especial interesse ao longo de 2018, é fornecida uma visão geral mais detalhada abaixo.

## Promoção das finanças sustentáveis

Um dos principais tópicos que nos acompanhou ao longo de 2018 foi o das finanças sustentáveis, juntamente com as oportunidades associadas e o impacto no Deutsche Bank. Em março de 2018, a Comissão Europeia publicou o seu Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, que se focava na reorientação de fluxos de capital para investimentos que têm em conta considerações ambientais, sociais e de governação. O Plano de Ação visa gerir o risco financeiro resultante das alterações climáticas e exigências relacionadas para fomentar a transparência de produtos e estratégias corporativas. Neste contexto, a Comissão divulgou as quatro primeiras propostas legislativas em maio de 2018:

- Taxonomia de Sustentabilidade ao nível da UE que visa desenvolver uma compreensão comum de investimentos “ecológicos” e “sustentáveis”;
- Regulação que exige que os gestores de ativos integrem fatores SAG nas decisões de investimento;
- Nova categoria de Regulação de Referências da UE para incluir referências de baixo impacto de carbono e impacto positivo de carbono;
- Atualização aos Mercados na Diretiva de Instrumentos Financeiros (MiFID II) para exigir que as sociedades de investimento considerem as preferências de sustentabilidade dos seus clientes ao fornecer aconselhamento de investimento.

Ao pertencer a uma rede de financiamento sustentável alargada, garantimos que o Deutsche Bank está em posição de identificar, avaliar e reagir a desenvolvimentos significativos a nível global. Em conjunto com associações comerciais como a Associação de Mercados Financeiros na Europa (AFME), a Federação Bancária Europeia (FBE) e a Bundesverband deutscher Banken (BdB), debatemos estes desenvolvimentos e respondemos a consultas e documentos de reflexão. Isto também nos confere a oportunidade de realçar que o Deutsche acolhe as atividades da Comissão Europeia como um marco importante para ajudar a UE a cumprir os seus objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e uma agenda de sustentabilidade mais alargada.

## Orientar a interação colaboradores-partes interessadas

Estabelecemos regras e procedimentos claros no que se refere às interações entre os nossos colaboradores e as partes interessadas políticas e reguladoras externas. Através da nossa política global relativa a Normas Mínimas de Gestão das Autoridades Supervisoras, garantimos comunicações consistentes com as autoridades supervisoras do Deutsche Bank. Todos os colaboradores devem cumprir a nossa “Política de presentes, entretenimento e eventos de negócios” global que regula a conduta e o registo de quaisquer presentes e participações em eventos oferecidos ou aceites pelos representantes do Deutsche Bank. No que se refere à interação com as instituições da UE, a nossa política obrigatória relativa a Pré-autorização de todas as comunicações com as instituições da UE para discutir questões políticas assegura uma comunicação consistente a nível da UE e a autorização centralizada de todos os contactos com os funcionários da UE. Nos EUA, agimos em conformidade com a nossa política interna no que respeita as Contribuições políticas nos EUA e as atividades de lobbying nos EUA.

## Garantir a transparência financeira

Somos signatários do Registo de Transparência da UE, que exige a divulgação de determinados dados financeiros e o cumprimento de um código de conduta. Nos EUA, estamos registados junto do Office of the Clerk of the Senate e do Clerk of the US House of Representatives, e apresentamos uma divulgação trimestral relativa a todas as questões legislativas relevantes junto do Office of the Clerk of the House of Representatives.

## Combate aos crimes financeiros

O Deutsche Bank acredita que é fundamental combater o crime financeiro para assegurar a estabilidade dos bancos e a integridade do sistema financeiro internacional. A não identificação e gestão dos riscos relacionados com o crime financeiro expõem o Deutsche Bank e os seus colaboradores a potencial responsabilidade penal e/ou regulamentar, processos cíveis e a perda de reputação. Como um dos maiores bancos da Europa, apoiamos vivamente os esforços internacionais no sentido de combater o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e outros atos criminosos. Consequentemente, temos uma abordagem de tolerância zero ao crime financeiro, em linha com o nosso Código de Conduta. Dado o cenário regulamentar e legal rígido em que operamos, investimos regularmente nos nossos controlos com vista à prevenção de todos os tipos de crime financeiro.

### Gestão dos riscos de crime financeiro

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável, em última análise, pela gestão e mitigação dos riscos de crime financeiro dentro do banco. O Conselho de Administração delega tarefas relacionadas com essas obrigações à função de Combate aos Crimes Financeiros (AFC). O Diretor Regulamentar é o membro do Conselho de Administração responsável pela AFC. A AFC é uma função de controlo de segunda linha de defesa, que gere e mitiga os riscos de crime financeiro que lhe são atribuídos na Taxonomia de Tipo de Risco Não Financeiro do banco. Tal está relacionado com a prevenção do branqueamento de capitais, do combate ao financiamento do terrorismo, o cumprimento de sanções e embargos e a prevenção da fraude, do suborno e da corrupção. A AFC desenvolve e implementa, ou supervisiona o desenvolvimento por outras áreas do banco de, políticas, procedimentos e processos que constituem o quadro de controlo do banco relativamente a esses riscos. A AFC também supervisiona o quadro de controlo mais alargado do banco na medida em que se relacione com o combate a outras atividades criminosas, incluindo controlos pelos quais outras funções ou divisões do banco são responsáveis.

Dentro da AFC, existem funções especializadas para lidar com áreas específicas de risco de crime financeiro. A função de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML), entre outras coisas, institui medidas para prevenir o branqueamento de capitais e combater o financiamento do terrorismo e da proliferação. A função de Combate à Fraude, ao Suborno e à Corrupção (AFBC) monitoriza e aconselha relativamente à conformidade com leis, regulamentos e normas internacionais relativas a fraude, suborno e corrupção; a conceção e o desenvolvimento contínuos de medidas apropriadas; e a administração de controlos e salvaguardas para mitigar o risco de fraude, suborno e corrupção. A função de Sanções e Embargos é responsável por executar medidas para cumprir as sanções e embargos financeiros e comerciais, especialmente na deteção, avaliação e, se necessário, garantia do cumprimento de sanções, publicações relacionadas com a lei e requisitos de vinculação relativamente a sanções financeiras e comerciais das autoridades competentes. Como primeira linha de defesa, os gestores e colaboradores das divisões de negócio do Deutsche Bank são responsáveis pela estruturação e execução adequadas das atividades comerciais e dos respetivos processos correspondentes em conformidade com a lei, as normas, os regulamentos e as políticas do Deutsche Bank aplicáveis. Em resposta aos requisitos regulamentares e de acordo com o objetivo de fortalecer ainda mais a divisão AFC em 2018, os números de pessoal subiram 20% durante o ano (Equivalente a Tempo Inteiro, FTE).

A Carta da AFC estabelece o mandato e as responsabilidades de AFC em todo o Deutsche Bank. As políticas de AFC globais definem as normas mínimas para a gestão de riscos de crime financeiro, que são complementadas por outros requisitos de políticas específicos dos países. Todos os documentos de política AFC são revistos pelo menos uma vez por ano para garantir que a legislação ou regulamentos novos ou revistos são adequadamente refletidos e para ter em conta quaisquer lições aprendidas.

Em 2018, aperfeiçoámos os nossos quadros de políticas (por exemplo, Carta de AFC, Política KYC, Política de Sanções, Política de Denúncia de Irregularidades e Política de Monitorização de Operações) para reforçar ainda mais a abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank nestas áreas. Também atualizámos as nossas ferramentas e sistemas em todas as áreas de AFC, incluindo melhor identificação de operações suspeitas e filtragem melhorada de operações na função de Sanções e Embargos; lançamento de um sistema de análise de clientes diária estratégica; controlos antifraude, suborno e corrupção melhorados; e processos melhorados para a identificação de nova legislação e regulamentação, bem como a sua reflexão nos documentos da política de AFC.

Para identificar e avaliar os riscos de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, desrespeito de sanções e embargos, fraude, suborno e corrupção resultantes dos nossos produtos, serviços, atividades de clientes e geografias operacionais, a equipa de avaliação do risco de AFC global avalia clientes, produtos e operações anualmente, bem como trimestralmente, através do processo de reporte de principais riscos ao nível do Grupo, que faz parte do nosso quadro de riscos não financeiros. As avaliações são continuamente melhoradas e revistas para que possam ser ajustadas a novos requisitos regulamentares e ter em conta quaisquer lições aprendidas.

A visão do nosso departamento de AFC consiste em proteger proativamente os nossos clientes, a sociedade e o banco do risco de crime financeiro. Para concretizar esta visão, os nossos principais objetivos para 2019 são:

- Melhorar a nossa conectividade com o negócio e outras funções de controlo para aumentar ainda mais a eficácia. Estamos a trabalhar numa estratégia de comunicações para a divisão AFC como elemento chave para conseguir isto;

- Reforçar as nossas capacidades de monitorização de operações com um forte enfoque numa melhor modelação, que irá reduzir a ocorrência de alertas não produtivos e melhorar a nossa capacidade de focar a competência de investigação em alertas relevantes.

## Formação e envolvimento de colaboradores

A consciência dos riscos relacionados com o crime financeiro e a nossa exposição aos mesmos são um pré-requisito para combater o crime financeiro e cumprir os nossos deveres de bom cidadão corporativo. Isto não só protege a reputação e a saúde financeira do Deutsche Bank, como também, ao aprofundar a consciencialização para o crime financeiro e ao reforçar os nossos controlos internos e governação, reforçamos a nossa capacidade de estar à altura do que se espera de todos e cada um de nós. Para isso, estabelecemos uma campanha de consciencialização global para prevenir o crime financeiro. Em 2018, a campanha entrou na sua terceira e última fase no apoio ao Programa de Transformação e Remediação de Combate aos Crimes Financeiros ao Nível do Grupo, uma iniciativa chave ao nível do banco para garantir que compreendemos melhor os riscos de crime financeiro que enfrentamos. Os colaboradores de todo o mundo viram posters, faixas e apresentações de ecrãs da marca “Stay Sharp” da Fase 3 para sensibilizar para a necessidade de estar continuamente alerta para os riscos de crime financeiro e de se manterem atualizados com as mais recentes competências essenciais para combater o crime financeiro.

Para garantir que os colaboradores têm os conhecimentos e competências técnicas necessárias, e para acompanhar o ritmo do cenário regulamentar em constante mudança, o Deutsche Bank oferece formação ou oportunidades de desenvolvimento adequados a uma determinada fase da carreira de um colaborador. O nosso currículo de AFC inclui cursos sobre combate ao branqueamento de capitais, fraude, suborno e corrupção e sobre sanções. A aceitação dos cursos é bastante elevada, com rácios de atraso mínimos para conclusão tardia ou não conclusão de formação obrigatória. A participação é monitorizada e a conclusão tardia é transmitida ao superior hierárquico de um colaborador; também pode resultar em sinais de alerta para os colaboradores ou os seus gestores, que são tidos em conta nas decisões anuais de promoção e remuneração. Através da parceria do Deutsche Bank com a Associação de Especialistas Certificados no Combate ao Branqueamento de Capitais, os colaboradores de AFC têm acesso a uma vasta gama de materiais, análises e formação especializados.

## Conhecer os nossos clientes

A política Conheça o Seu Cliente (KYC) do Deutsche Bank estabelece as regras que regem a nossa abordagem ao nível do Grupo. O KYC é um processo contínuo ao longo do ciclo de vida da relação com um cliente. Como tal, não só precisamos de conhecer o cliente (incluindo a sua estrutura de propriedade, o proprietário beneficiário final e a origem dos fundos, quando aplicável), mas também a natureza antecipada da relação com o cliente.

O processo de aceitação de novos clientes rege a integração de potenciais clientes. Não podem ser aceites ou transacionados fundos ou ativos, nem celebrado qualquer compromisso jurídico (por exemplo, a operação de uma conta, venda de um produto ou prestação de um serviço) até que este processo tenha sido concluído. Como parte da nossa due diligence regular relativa a clientes, analisamos as nossas relações face a critérios internos e externos, por exemplo, relacionados com Pessoas Politicamente Expostas (PPE), terrorismo ou sanções. Como consequência, algumas relações com os clientes podem ser recusadas ou ficar sujeitas a monitorização, ou podem ser impostas determinadas condições às contas e transações ou à utilização dos produtos. Em 2018, melhorámos ainda mais a eficácia e a eficiência do nosso programa de análise ao investir em novas tecnologias, melhorar a nossa metodologia e melhorar o nosso processo de investigação de alertas.

Por forma a avaliar periodicamente as relações com os clientes, a função de negócio relevante tem de assegurar que são iniciadas e devidamente executadas verificações regulares de todos os clientes existentes. Os ciclos de verificação dependem da categoria de risco de uma relação com o cliente e têm em consideração o risco de país, setor, produto e tipo de entidade. Em geral, os clientes de alto risco devem sofrer uma revisão anualmente, sendo a periodicidade de a cada dois anos para clientes de médio risco e de a cada cinco anos para clientes de baixo risco. Para clientes de médio e baixo risco, a marca Postbank realiza normalmente apenas revisões e ajustamentos relacionados com eventos. O objetivo principal da segmentação com base no risco da base de clientes é conduzir uma avaliação (due diligence) adequada e assegurar que está estabelecido um perfil de cliente detalhado para que os resultados da monitorização contínua possam ser comparados e quaisquer discrepâncias identificadas.

## Denúncia de irregularidades

A Política de Denúncia de Irregularidades estabelece o quadro para que os membros do pessoal denunciem quaisquer preocupações ou suspeitas relativamente a possíveis violações, incluindo a proibição de retaliação. O Deutsche Bank leva muito a sério denúncias de possíveis violações e investiga tais denúncias conforme apropriado. Um dos canais que os colaboradores podem utilizar para denunciar estes problemas é a linha de apoio de Integridade do Deutsche Bank, que pode ser utilizada anonimamente. O banco proíbe a retaliação sob qualquer forma contra colaboradores que fazem tais denúncias em conformidade com a Política de Denúncia de Irregularidades. Todas as pessoas envolvidas por ou em nome do Deutsche Bank são incentivadas a denunciar quaisquer preocupações ou suspeitas de possíveis violações de leis, normas ou regulamentos, ou possíveis violações de políticas ou procedimentos internos, incluindo o Código de Conduta do banco. Quaisquer denúncias recebidas são analisadas para estabelecer a sua natureza, conteúdo e urgência. Se necessário, será iniciada uma investigação interna do incidente, que pode, por exemplo, resultar em ações disciplinares contra os colaboradores ou alterações nos nossos processos.

## Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

A unidade de AML foi concebida de forma a, no mínimo, estar em conformidade com as normas alemãs, bem como com as leis e regulamentos locais em todos os países em que o Deutsche Bank opera. Tal inclui políticas, procedimentos, um Gestor de Combate ao Branqueamento de Capitais, controles independentes e formação regular dos colaboradores. O Deutsche Bank faz parte da Wolfsberg Group of Banks, adotou os princípios de combate ao branqueamento de capitais da Wolfsberg e assinou a Declaração de eliminação do financiamento do terrorismo da Wolfsberg.

A unidade AML toma medidas para cumprir com as regras e regulamentos relativos à identificação (autenticação), registo e arquivo; desenvolver, atualizar e executar políticas internas, procedimentos e controles; e detetar operações suspeitas e processar alertas de atividades suspeitas. Desta forma, fornecemos informações valiosas aos organismos regulamentares e governamentais de acordo com os requisitos legais e regulamentares, apoiando-os assim, no combate ao crime financeiro. Além disso, recebemos e utilizamos informações das autoridades e pedidos das autoridades de aplicação da lei para reforçar o nosso cenário de controlo e deteção. Também partilhamos informações com instituições pares, dentro dos limites da lei, com parte de redes relacionadas com o crime financeiro como a Joint Money Laundering Intelligence Taskforce (JMLIT) no Reino Unido, que é constituída por representantes das agências de aplicação da lei e instituições financeiras líderes. Em paralelo, independentemente do valor ou montante, caso haja suspeita razoável da existência de fundos com origens ilegais ou que possam ser utilizados no contexto de financiamento do terrorismo, uma operação terá sempre de ser negada.

Uma vez que a AML é considerada um risco principal ao abrigo do Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro do banco, esta unidade é estreitamente monitorizada. Foi estabelecido um Programa de Transformação e Remediação para melhorar processos chave, tais como o KYC e a monitorização de operações.

## Cumprimento de sanções e embargos

No Deutsche Bank, temos a responsabilidade de monitorizar, avaliar e cumprir a legislação e os requisitos vinculativos relacionados com sanções financeiras e comerciais estabelecidas pela UE, pelo Bundesbank, pela Agência Federal alemã de Economia e Controlo das Exportações e por outras autoridades, tais como o Serviço de Controlo dos Ativos Estrangeiros (OFAC) dos Estados Unidos da América e o Departamento do Tesouro do Reino Unido. A nossa Política de Sanções ao nível do Grupo e uma política específica relacionada com o OFAC dos EUA incluem procedimentos para nos ajudar a avaliar e reduzir o risco de clientes como parte dos nossos processos de integração e periodicamente a partir desse momento. Estas políticas também nos ajudam na gestão de riscos relacionados com transações, países e bens específicos. O banco celebrou acordos com determinadas agências reguladoras e de aplicação da lei dos EUA para resolver investigações relativas a assuntos relacionados com embargos dos EUA.

Uma vez que a violação de sanções e embargos é considerada um risco principal ao abrigo do Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro do banco, esta função e tópico são estreitamente monitorizados. Foi estabelecido um Programa de Transformação de Sanções e Embargos para proporcionar melhorias estratégicas ao cenário de controlo.

## Prevenção da fraude

A nossa Política Antifraude ao nível do Grupo define a fraude como uma ação ou omissão intencional, incluindo falsas declarações que enganem ou ocultem, ou tentem enganar ou ocultar, para obter uma vantagem pessoal ou comercial ou para evitar uma desvantagem pessoal ou comercial. A Política Antifraude aplica-se a todos os colaboradores e explica como transmitir imediatamente qualquer incidente fraudulento conhecido ou suspeito. Os colaboradores envolvidos em atos fraudulentos podem ser sujeitos a ação disciplinar, processos judiciais e/ou sanções regulamentares. O Deutsche Bank pode remeter esses colaboradores às agências de aplicação da lei e agências reguladoras e pode procurar reparação desses colaboradores. Espera-se que os colaboradores cumpram os requisitos locais relacionados com fraude.

Em áreas de negócio relevantes, o afastamento temporário (MTA) é um mecanismo de controlo antifraude importante para prevenir ou detetar atividades não autorizadas ou impróprias por parte de pessoal em cargos sensíveis. A aplicação de MTA funciona como dissuasor para que os colaboradores não realizem atividades não autorizadas ou impróprias que possam exigir a presença contínua no local e/ou acesso ao sistema.

## Combate ao suborno e à corrupção

Em conformidade com o nosso Código de Conduta e a lei internacional (por exemplo, a lei antissuborno do Reino Unido de 2010, a lei relativa a práticas de corrupção estrangeiras dos EUA de 1977, o Código Penal Alemão (StGB), a lei de prevenção da corrupção de Singapura (PCA) e a Convenção da OCDE sobre a luta contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais), o Deutsche Bank não aceita nem tolera qualquer envolvimento consciente ou grosseiramente negligente em ou em associação com suborno e corrupção de qualquer forma. Isto inclui uma proibição clara da dádiva ou autorização de pagamentos de facilitação.

A Política Antissuborno e Corrupção (ABC) estabelece as normas mínimas que regem a abordagem do Deutsche Bank à mitigação e deteção de risco de suborno e corrupção e o comportamento esperado de todos os colaboradores. Estes

requisitos também se aplicam a parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e terceiros, na medida em que prestem serviços ao Deutsche Bank e a contrapartes contratualmente vinculadas ao Deutsche Bank ou associadas ao negócio e aos interesses comerciais do Deutsche Bank. A equipa de ABC administra controlos e salvaguardas para mitigar os riscos de suborno e corrupção, por exemplo, no que respeita a joint ventures, a oferta e aceitação de presentes e entretenimento, as práticas de contratação, as relações com clientes de alto risco, as operações e os novos produtos.

Cada colaborador é responsável pela prevenção, deteção e comunicação de subornos ou outras formas de corrupção relacionados com o negócio do banco. O suborno e a corrupção têm consequências graves para os colaboradores do banco, uma vez que podem resultar em riscos legais, reputacionais e regulamentares. Tomamos medidas contra colaboradores que violem a Política de ABC e o Código de Conduta do banco ou leis e regulamentos aplicáveis. O Deutsche Bank cessa relações com qualquer terceiro caso este viole a Política de ABC, ofereça, receba ou aceite oferecer ou receber um suborno, cometa um crime e/ou contraordenação e exponha potencialmente o banco a responsabilidade penal e/ou regulamentar, bem como a processos cíveis, a nível local ou global. Para cumprir esta política, as equipas regionais são responsáveis por rever e analisar assuntos relacionados com ABC, desenvolver e administrar controlos, prestar aconselhamento sobre o cumprimento de obrigações de ABC, formação e consciencialização.

## Prevenção de outras atividades criminosas

O Diretor de AFC é também responsável por assegurar que as medidas para prevenir quaisquer outras atividades criminosas que possam por em risco os ativos institucionais (consulte a Secção 25 da lei bancária alemã) são adequadas. Os exemplos resultantes do Código Penal Alemão incluem danos à propriedade, roubo, cibercrimes, antitrust e delitos fiscais. O Diretor de AFC estabeleceu e preside a um Comité de Governação do Crime Financeiro Global para apoiar a governação e a supervisão dos riscos de crime financeiro, tal como definido na Secção 25h da lei bancária alemã. O Comité de Governação do Crime Financeiro Global é apoiado por Comités de Governação do Crime Financeiro Regionais, que são presididos pelos Diretores Regionais de AFC correspondentes.

## Denúncia relativa a eventos recentes

Apesar de todos os esforços para prevenir o branqueamento de capitais, existem situações em que o banco aceitou pagar sanções pecuniárias cíveis para resolver investigações à função de controlo de AML do banco.

A 21 de setembro de 2018, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha emitiu uma ordem a exigir que implementássemos medidas relativas a calendários especificados nos próximos meses e anos para melhorar a infraestrutura de controlo e conformidade relativa ao combate ao branqueamento de capitais e, em particular, aos processo "conheça o seu cliente" (KYC) na CIB. A autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha também designou a KPMG como representantes especial, que reporta à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, para monitorizar a implementação destas medidas. Em fevereiro de 2019, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha alargou o mandato do seu representante especial para abranger os nossos controlos internos no negócio bancário correspondente.

Em outubro e novembro de 2018, houve reportagens na imprensa acerca do envolvimento do Deutsche Bank em atividades realizadas pela agência Danske Bank AS Estonia (Danske Estonia). O Deutsche Bank agiu como um dos bancos correspondentes para o Danske Estonia. A nossa função foi processar operações bancárias correspondentes em nome de clientes do Danske Estonia antes da cessação da relação bancária correspondente com essa agência em 2015. Estamos ainda a realizar uma investigação interna destes assuntos, incluindo se ocorreu a violação de alguma lei, regulamento ou política e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado e a cooperar com as autoridades de investigação. Em separado, nos últimos dois a três anos, o Deutsche Bank realizou uma redução do risco na sua carteira de clientes de Banca Correspondente. Adicionalmente, o negócio de Banca Correspondente sofreu um programa de remedição exaustivo, reforçando significativamente o quadro de gestão do risco global, incluindo políticas e procedimentos, governação e supervisão, due diligence de clientes/KYC. Como resultado destas medidas, o Deutsche Bank reduziu substancialmente a sua carteira de clientes de Banca Correspondente desde 2016, incluindo clientes classificados como de alto risco.

A 29 de novembro de 2018, foram feitas buscas em vários escritórios do Deutsche Bank na Alemanha pelas autoridades de aplicação da lei alemãs em ligação com informações disponíveis através da chamada fuga dos Panama Papers. O Ministério Público de Frankfurt/Main acusa dois colaboradores do Deutsche Bank – e outras pessoas ainda não identificadas – de potencial assistência e cumplicidade em atividades de branqueamento de capitais e, especificamente, de não terem denunciado imediatamente um potencial branqueamento de capitais, mas apenas após a publicação dos Panama Papers nos meios de comunicação social. O Banco está a cooperar na investigação, tal como reconhecido pelo Ministério Público de Frankfurt. Independentemente desta situação, o Deutsche Bank já concluiu uma análise interna dos Panama Papers e, em janeiro de 2018, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha informou-nos de que iria encerrar a sua própria investigação e não solicitou qualquer outra ação da nossa parte.

## Segurança da informação

A digitalização abre a porta a um vasto conjunto de oportunidades para as instituições financeiras, permitindo aos bancos oferecer serviços personalizados e otimizar processos comerciais. Os clientes esperam aceder aos serviços do seu banco em qualquer altura e em qualquer lugar e através de variados canais. Paralelamente, os ataques cibernéticos às empresas são cada vez maiores em termos de escala, velocidade e sofisticação. Em 2018, a supervisão bancária do Banco Central Europeu (BCE) identificou e avaliou os riscos enfrentados pelos bancos da área do euro e definiu o cibercrime e as interrupções de TI como um dos principais fatores de risco. Consequentemente, está a ser prestada mais atenção aos requisitos de cibersegurança pelos reguladores globais. O impacto financeiros e reputacional de um incidente é evidente, tal como o risco de litígios resultantes de ataques e potenciais violações de cibersegurança. À medida que o cenário de ameaças externas evolui, a segurança da informação permanece um risco principal para o banco. Continuamos a realizar investimentos significativos nas nossas capacidades com vista a mitigar o risco do cenário de ameaças externas.

A Estratégia de Segurança da Informação do Grupo do Deutsche Bank fornece o enquadramento para as atividades do banco orientadas para a proteção da nossa capacidade de fornecer produtos e serviços adequados aos nossos clientes e, deste modo, proteger os proveitos. Preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados dos nossos clientes e parceiros, bem como os ativos de informação do banco é essencial para manter a confiança depositada no Deutsche Bank pelos nossos clientes, acionistas, colaboradores e partes interessadas sociais. O Deutsche Bank continua a reforçar as suas capacidades de segurança cibernética e física para acompanhar o ritmo das ameaças. A nossa direção estratégica é revista e confirmada regularmente e é sustentada pelo nosso modelo de governação de segurança da informação.

A Direção de Segurança (CSO) acolhe as oportunidades que a digitalização tem para oferecer ao apoiar os projetos digitais do banco e a nossa Fábrica Digital. Este modelo de cooperação garante que os controlos de segurança da informação necessários são realizados, ao mesmo tempo que os adapta a um modelo ágil. A CSO presta apoio a projetos em todos os níveis de trabalho, desde a ideia ao produto finalizado, por exemplo, através de horas de consultoria aberta ou sessões de consciencialização.

Desenvolvemos as nossas ofertas de serviços de prestação de tecnologia a clientes e processos ao criar parcerias com prestadores de serviços e com a integração de desenvolvimentos de FinTech. Em 2018, lançámos o projeto eSafe com o nosso parceiro DSwiss para permitir o arquivo em segurança de documentos, faturas e palavras-passe num cofre digital.

## Governo da sociedade

A CSO é responsável pelos assuntos de segurança do banco. Implementamos tecnologia e proteção de segurança física em conformidade com a Apetência pelo Risco do Grupo. A CSO desenvolve e fomenta a implementação e operacionalização global da nossa estratégia de segurança da informação ao nível do Grupo e garante que as pessoas e ativos do banco são protegidos de forma adequada. Um Comité de Segurança de TI com autoridade delegada do Representante do Conselho de Administração supervisiona todas as atividades de segurança de TI, incluindo potenciais escaladas.

Implementamos normas internacionais e melhores práticas para estruturar o cenário e a implementação de políticas de segurança da informação do Deutsche Bank. O nosso Sistema de Gestão da Segurança da Informação é certificado pela norma internacional ISO 27001 desde 2012, tendo sido certificado novamente com sucesso em 2018. O nosso quadro de governação e programa de cibersegurança são regularmente melhorados para garantir que as políticas e normas de segurança continuam a acompanhar o ritmo da evolução das exigências do negócio, das diretrizes regulamentares e das ameaças cibernéticas emergentes. As políticas de segurança da informação auxiliam o Deutsche Bank no cumprimento destes parâmetros e constituem uma base para a gestão e governação ativa de processos de implementação relacionados com a segurança da informação.

Designámos Diretores de Segurança da Informação ao nível das Divisões (CISO das Divisões) em 2018 para reforçar ainda mais a nossa gestão da segurança da informação nas nossas divisões de negócio. Como diretores responsáveis seniores para a segurança da informação, os CISO das Divisões asseguram o alinhamento das políticas e normas do Deutsche Bank.

## Risco de terceiros

A dependência de fornecedores, bem como todos os produtos e serviços subcontratados que apoiam operações críticas de TI, podem aumentar a postura de risco do banco. Como tal, novos vetores de ciberataque em evolução visam fornecedores e levam a requisitos adicionais para a supervisão e monitorização contínua da segurança de fornecedores. Isto também resulta num aumento da atividade regulamentar neste espaço. O Deutsche Bank gere o risco de terceiros através do seu programa de gestão de fornecedores que avalia as relações de subcontratação de risco existentes para o Deutsche Bank.

## Defesa contra ameaças cibernéticas

Para proteger a informação e os sistemas do banco, adotamos uma abordagem de defesa em profundidade em múltiplos níveis para construir controlos de segurança da informação em cada nível tecnológico, incluindo dados, dispositivos e aplicações. Isto origina uma proteção completa, fornecendo também múltiplas oportunidades de detetar, prevenir, responder a ameaças cibernéticas e recuperar das mesmas. Esta abordagem é um aspeto chave da nossa estratégia de segurança da informação do Grupo para aumentar a segurança e a estabilidade das plataformas tecnológicas.

Para além dos métodos de prevenção e de controlos como inteligência de ameaças, prevenção de fugas de dados, gestão de vulnerabilidades e programas contínuos de sensibilização dos colaboradores, damos também prioridade à deteção, apoiada por um sólido processo de resposta a incidentes. Os nossos centros de ciberinteligência e resposta em Singapura, na Alemanha, e nos Estados Unidos estão prontos a fornecer apoio permanente em qualquer fuso horário (modelo "Follow the Sun"), aumentando assim a capacidade do banco para detetar ameaças e responder a incidentes a nível mundial.

### “The target is you”

Em 2018, continuámos a implementar para todo o pessoal do Grupo Deutsche Bank a nossa campanha de sensibilização multicanal global que abrange um conjunto de informações e tópicos de segurança corporativa, incluindo o Mês da Segurança da Informação de 2018, com um mês de atividades em várias localizações do Deutsche Bank. O objetivo da campanha “Time to be aware – the target is you” é ajudar os colaboradores a compreender ameaças à segurança comuns mas significativas e a sua responsabilidade e contributo para ajudar a proteger o banco contra estas ameaças. A campanha também se foca em sugestões e práticas básicas relevantes para ajudar os colaboradores a proteger-se a si e ao banco no seu trabalho diário, no escritório e em movimento.

Para além de medidas de sensibilização, reconhecemos a importância da formação contínua num ambiente de ameaça cibernética extremamente dinâmico. Os colaboradores do Deutsche Bank recebem formação em sessões obrigatórias que são complementadas por formação específica para pessoas em funções especializadas e grupos alvo. Além disso, utilizamos material informativo, como, por exemplo, vídeos explicativos, e realizamos eventos para informar os nossos clientes sobre ciberameaças e como o banco protege os respetivos ativos.

## Envolver as partes interessadas

Trabalhamos de perto com os reguladores para compreender e colaborar nos seus requisitos. Além disso, trabalhamos com organizações de segurança nacionais e internacionais, autoridades governamentais e organizações pares, como o Financial Services Information Sharing and Analysis Centre (FS-ISAC), para partilhar melhores práticas e informações sobre ameaças. Uma vez que a partilha de indicadores de compromisso relevantes (isto é, dados forenses que identificam atividades maliciosas num sistema ou rede) e inteligência adicional reduz o risco para todas as partes envolvidas, o Deutsche Bank estabeleceu um a equipa dedicada para coordenar esta troca e desenvolver ainda mais estas relações. Envolver as partes interessadas ajuda a assegurar que aplicamos as abordagens e tecnologias mais atuais de segurança da informação.



## Proteção de dados

A proteção de dados nunca foi uma questão socialmente tão importante, especialmente desde que o Regulamento Geral da Proteção de Dados da UE (RGPD) entrou em vigor a 25 de maio de 2018. Uma vez que quase todo o negócio do Deutsche Bank envolve o tratamento de dados pessoais, a proteção destes dados é uma questão de especial importância para nós. Isto não se deve só ao facto de a não conformidade com o RGPD implicar multas substanciais; trata-se sobretudo de uma mudança na sensibilização societária. As expectativas dos clientes, colaboradores e reguladores aumentaram, e estamos a esforçar-nos por cumpri-las.

### Gestão da proteção de dados

O nosso departamento de Privacidade de Dados do Grupo (GDP) é uma função especializada e independente que controla a recolha, o tratamento e a utilização de dados pessoais e é complementada pela Unidade de Proteção de Dados da marca Postbank. A equipa GDP está sob a alçada do Conselho de Administração e é apoiada pelos Responsáveis pela Proteção de Dados locais dos países em que exercemos a nossa atividade. Esta configuração assegura linhas de reporte direto e indireto, bem como trocas regulares sobre tópicos de proteção de dados na nossa organização centralizada e descentralizada. Em resposta ao aumento dos controlos exigido para garantir a conformidade com as disposições do RGPD, o GDP está a ser expandido para assegurar que temos pessoal suficiente para monitorizar, testar e avaliar a configuração de privacidade e proteção de dados do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank também contribui para o desenvolvimento e interpretação de normas específicas do setor e prevaletentes relativas à privacidade e proteção de dados ao participar proativamente em comités e grupos de trabalho de proteção de dados, tais como a Associação Federada de Bancos Alemães, a IBM Guide Share Europe e a Bitkom. Os desenvolvimentos nos regulamentos de proteção de dados são regularmente analisados e os processos de controlo são revistos em conformidade. O mesmo se aplica a desenvolvimentos técnicos e novos modelos de negócio digitais.

O nosso programa do RGPD é uma das iniciativas de alteração essencial do banco para a implementação destes requisitos regulamentares em todo o Grupo (tendo sido realizadas atividades paralelas na marca Postbank). A nossa resposta envolveu a implementação de um novo quadro de controlo, a implementação de uma Política de Proteção e Privacidade dos Dados Global revista, a introdução de seis procedimentos de proteção de dados adicionais para cumprir os principais requisitos do RGPD e a alteração de novos processos operacionais nas divisões de negócio. Três membros do Conselho de Administração estão a monitorizar a implementação do programa do RGPD e a conformidade com o RGPD em todo o Grupo.

### Educação e formação acerca do RGPD

A formação do pessoal relativamente às implicações do RGPD para o nosso negócio diário é um fator essencial na garantia de uma proteção de dados eficaz em todos os processos operacionais. Cerca de 50 000 colaboradores na região da Europa, Médio Oriente e África (EMEA) foram formados. A natureza de sinal de alerta deste programa de e-learning significa que a não comparência é sancionada. Foram também implementados programas de e-learning com um enfoque ligeiramente diferente noutros países fora da UE. Procuramos atingir uma cobertura de 100% no decorrer de 2019 em todos os países em que realizamos negócios, mesmo nos países em que o RGPD não é aplicável. Também foram realizadas sessões de formação em sala de aula, se exigido por necessidades específicas do negócio. Além disso, uma campanha de sensibilização interna está a garantir que os colaboradores são informados do que significa o RGPD para si. Outras medidas informativas incluíram a distribuição de cerca de 20 milhões de avisos de privacidade sobre tópicos relacionados com dados específicos a, sobretudo, clientes (embora também a colaboradores) e a alteração de contratos de fornecedores para ter em conta os requisitos do RGPD.

### Não foram observadas violações de dados substanciais

Foram implementados vários processos de denúncia e escalada do negócio para o GDP para garantir que potenciais violações de dados podem ser avaliadas e tratadas de forma oportuna. Esta abordagem também foi realçada num procedimento de proteção de dados global que foi implementado como parte do programa do RGPD. Não foram observadas violações de dados de relevância sistémica em 2018.

## Estratégia de pessoas

O sucesso do Deutsche Bank depende largamente das ideias, competências, compromisso e saúde dos seus colaboradores. É por isso que o banco atribui grande importância à oferta aos seus colaboradores de um ambiente de trabalho atrativo, para que possam ajudar a empresa a ser mais inovadora. Os planos dos Recursos Humanos (RH) do Grupo procuram a criação de um ambiente em que os colaboradores possam trabalhar em parceria e possam ter um desempenho organizacional sustentável.

A nossa estratégia de RH está incorporada nos objetivos individuais do Conselho de Administração, que foram acordados com o Conselho de Fiscalização. Assim, aspetos individuais e áreas de focalização (por exemplo, atingir os rácios de diversidade acordados) ajudam-nos na medição do desempenho e do progresso individual. Tal refletiu-se nas nossas prioridades estratégicas de RH para 2018:

- Fortalecer os nossos objetivos relativamente a talento expandindo a cobertura do programa de liderança e aceleração de Diretores/Vice-Presidentes em todo o banco;
- Investir no futuro do trabalho;
- incorporar ainda mais a diversidade e a inclusão em todos os processos de recursos humanos;
- Dar prioridade à gestão da saúde dos colaboradores;
- Apoiar medidas de reestruturação e permitir a mobilidade interna;

Os detalhes das nossas prioridades e programas de RH, incluindo dados pessoais, podem ser encontrados no Relatório de Recursos Humanos (Ligação).

### Implementar políticas e normas de RH

O departamento de RH tem uma estrutura de governação clara. As nossas prioridades e normas globais são definidas e monitorizadas pelo Comité Executivo Global de RH. Esta inclui os diretores globais de RH, as divisões e entidades que partilham responsabilidade pela gestão de RH, bem como os diretores de RH responsáveis por processos e produtos nas regiões, e é responsável pela definição e controlo de normas e políticas de RH ao nível do Grupo. O Código de Conduta revisto do Deutsche Bank rege o comportamento dos colaboradores ao fornecer orientações sobre como agir de forma ética, responsável e sustentável e explicar como lidar com riscos relevantes, conflitos de interesses e informação confidencial.

As políticas são uma parte fundamental do cenário de controlo do banco e podem ser acedidas pelos nossos colaboradores através do Portal do Deutsche Bank. As nossas políticas de RH globais abrangem uma grande variedade de tópicos de RH, como, por exemplo, a contratação, gestão e desenvolvimento do desempenho e das carreiras, avaliação dos membros adequados dos órgãos de gestão e titulares de funções essenciais, atribuições internacionais, remoção, cessação e gestão de incidentes relacionados com colaboradores. Adicionalmente, existem, por exemplo, orientações e políticas para procedimentos de gestão de desempenho, procedimentos disciplinares e de despedimento, queixa e procedimentos antiassédio e bullying.

### Recrutamento e desenvolvimento de talentos

O recrutamento de talentos continua a ser uma prioridade fundamental para o Deutsche Bank. O preenchimento de vagas em front office e centros de operações foi novamente uma prioridade em 2018, tal como a contratação de talentos para satisfazer a procura crescente em funções regulamentares (por exemplo, Combate ao crime financeiro, Auditoria e Conformidade). Adicionalmente, a aquisição de talentos focou-se na contratação de 452 licenciados e estagiários profissionais (2017: 347).

### Licenciados e estagiários profissionais

Continuamos empenhados na prioridade estratégica de contratação de licenciados, uma vez que contribuem para a nossa agenda de mudança, desenvolvem a cultura, refletem os nossos futuros clientes e diversificam a organização. Em 2018, contratámos 382 licenciados (2017: 279). Este aumento deveu-se aos investimentos adicionais no Corporate & Investment Bank (CIB) e na nossa função de Tecnologia, onde a contratação de novos colaboradores duplicou em termos homólogos.

Pela primeira vez, o banco realizou dois programas de orientação e formação separados – um regional na Índia para o parceiro local de Tecnologia do banco e um em Londres, tal como nos anos anteriores.

A formação vocacional e os estudos duplos são uma componente importante da nossa estratégia de pessoal e oferecem uma oportunidade adicional, especialmente na Alemanha, para atrair jovens talentos para a empresa. Isto é especialmente importante no mercado de formação atual, que é caracterizado por condições de recrutamento difíceis e por um declínio no interesse do grupo alvo. Graças à nossa estratégia de #dbKarrierestart implementada em 2018 e à iniciativa DB-Insider, conseguimos atrair mais atenção para as nossas ofertas no decorrer do ano e o número de candidaturas recebidas aumentou em cerca de um quinto. Em 2018, contratámos 70 estagiários vocacionais (2017: 68).

## Mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital na retenção de colaboradores qualificados e talentosos e em manter a sua competência e experiência dentro do banco. Em 2018, continuamos a desenvolver e a integrar a nossa estratégia de mobilidade interna e a manter o nosso compromisso em preencher as vagas com candidatos internos adequados. Todas as vagas são anunciadas primeiro aos colaboradores internos durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco. Promovemos também a mobilidade entre divisões, para permitir aos colaboradores expandir as suas competências e experiência e estabelecer carreiras bem desenvolvidas em todos os aspetos. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

## Desenvolvimento de liderança

Lançada em setembro de 2018, a campanha de manifestação de opiniões ao nível do banco – Be on the right side - speak up – visa apoiar a introdução do Código de Conduta revisto, consolidar os valores do banco no nosso negócio diário e incentivar todos os colaboradores a promover uma cultura de discussão aberta e honesta no banco.

O Modelo de Capacidade de Liderança do Deutsche Bank e os nossos valores e crenças definem o que esperamos dos nossos líderes, para além de fornecer uma visão partilhada das capacidades vitais para conduzir os colaboradores e garantir o sucesso do negócio em linha com a nossa estratégia e cultura. Estes quadros representam a fundação da nossa abordagem ao desenvolvimento de líderes através de uma gama de programas de referência.

Realizamos dois programas de Princípios Básicos de Gestão obrigatórios para novos gestores. O programa principal destina-se a novos gestores, até ao nível de vice-presidente, que assumam responsabilidades de gestão de pessoal no Banco pela primeira vez. O programa executivo está adaptado às necessidades dos diretores executivos e dos diretores. Ambos os programas foram criados em torno de três áreas principais: gerir pessoas, impulsionar o sucesso do negócio e moldar a cultura. Até à data, mais de 1300 colaboradores participaram nestes programas entre divisões em todo o mundo. Também oferecemos módulos de prática de competências para gestores experientes, com enfoque em tópicos como o desenvolvimento de talentos e a liderança e tempos difíceis. No final de 2018, 209 participantes participaram em módulos de competências (2017: 232).

## Desenvolvimento da aceleração

Para ajudar os nossos colaboradores a desenvolverem-se profissionalmente e a progredir nas suas carreiras, os programas de aceleração de talentos no Deutsche Bank seguem uma abordagem entre divisões. Em junho de 2018, o quinto grupo do programa de aceleração Accomplished Top Leaders Advancement Strategy (ATLAS) para Diretoras Executivas foi iniciado com 14 executivas. Trata-se do maior grupo até à data, devido ao forte grupo de talentos identificado neste programa. O Programa de Aceleração de Diretores (DAP), que foi lançado em 2017 e recebeu feedback muito positivo após a primeira ronda, teve 94 participantes em 2018, com o seu percurso de desenvolvimento a estender-se por doze meses. O Programa de Aceleração de Vice-Presidentes concluiu o seu terceiro ano em 2018. 41% de participação feminina foi a maior proporção no programa até à data. A jornada de desenvolvimento de seis meses compreende dois módulos realizados na Europa (Londres, Frankfurt, Milão), nas Américas (Nova Iorque) e na Ásia (Singapura).

## Abraçar a diversidade e a inclusão

Como organização global, o Deutsche Bank está empenhado numa cultura inclusiva que respeite e aceite a diversidade dos nossos colaboradores, clientes e comunidades. Como a diversidade e inclusão são centrais para a cultura do banco, procuramos:

- Construir equipas talentosas e diversas para fomentar os resultados do negócio;
- Criar um ambiente respeitoso e inclusivo onde as pessoas possam prosperar;
- Fortalecer as nossas relações com clientes, parceiros, entidades reguladoras, comunidades e potenciais colaboradores.

Procuramos atrair, desenvolver e reter os melhores colaboradores de todas as culturas, países, raças, etnias, géneros, orientações sexuais, capacidades, crenças, proveniências e experiências. Para este fim, e para e para nos prepararmos para os desafios e oportunidades decorrentes da mudança demográfica e da digitalização, seguimos uma abordagem integrada e multidimensional à diversidade e inclusão.

Ao longo de 2018, o banco continuou a sua jornada para incorporar a diversidade e inclusão nos seus processos relacionados com as pessoas. As principais áreas de foco em 2018 foram as seguintes:

- Renovar o nosso compromisso para melhorar a diversidade de género: dado que a declaração voluntária atual de aumentar substancialmente a proporção de todas as gestoras globalmente chegou ao fim em 2018, o Conselho de Administração acordou definir objetivos voluntários de nível seguinte;
- Reforçar o papel e a visibilidade dos Grupos de Recursos de Colaboradores (ERG): Os ERG são fundamentais para os nossos esforços de envolvimento dos colaboradores e continuam a ser uma demonstração chave da nossa cultura de inclusão e diversidade, quer a nível interno, quer externo;
- Promover a inclusão LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer, Intersexo) em todo o mundo: A inclusão LGBTQI é amplamente vista como um dos principais indicadores de maturidade da diversidade e inclusão de uma organização.

### Continuar com o nosso enfoque na diversidade de género

O Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres no local de trabalho durante o ano de 2018. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização situou-se em 30 % no final do ano (2017: 35 %), o que cumpria o requisito estatutário de 30 % para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa ao abrigo da legislação de quotas de género introduzida em 2015.

O mais recente objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2017, estabelecendo que este deveria ter no mínimo 20 % de membros do sexo feminino até 30 de junho de 2022. Isto traduz-se em duas mulheres num Conselho de Administração constituído por oito a doze membros. Com uma mulher (Diretora regulamentar) atualmente no Conselho de Administração, esta meta ainda não foi cumprida. No âmbito dos Princípios de diversidade das orientações de adequação para a seleção de membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização está a trabalhar para a meta de 2022.

No fim do exercício de 2018, 20,8 % dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração eram detidos por executivas (2017: 18 %). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 20,9 % (2017: 19,6 %). De acordo com o requisito legal na Alemanha, o banco estabeleceu metas para 31 de dezembro de 2020 de 20 % e 25 %, respetivamente.

Em 2011, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2018, a percentagem de Diretoras Executivas e de Diretoras manteve-se em 23 % (2017: 22 %). A quota de mulheres em posições de chefia era de 32,9 % (2017: 32,2 %). No total, a quota de colaboradoras ascendia a 38,1% (2017: 37,5 %).

Embora a representação das mulheres no Deutsche Bank não esteja nos níveis de que gostaríamos, continuamos a monitorizar e comunicar o nosso progresso ao Conselho de Administração. Temos uma diversidade de medidas em vigor que incluem programas de desenvolvimento de talentos, formação de gestores, melhores práticas sobre decisões relacionadas com pessoas, monitorização interna e apoio significativo para iniciativas de base orientadas para os colaboradores.

O Conselho de Administração permanece empenhado em aumentar a representação das mulheres em posições de liderança. Em março de 2019, o Conselho de Administração decidiu reafirmar os nossos objetivos aspiracionais voluntários ao nível do grupo para a representação das mulheres. Uma vez que a transparência facilita a mudança, desagregámos os nossos objetivos para dezembro de 2021 para um enfoque nos nossos três principais cargos corporativos (em número de colaboradores): Diretor Executivo (21%), Diretor (28%) e Vice-Presidente (35%). Isto irá também reforçar o canal interno para os dois níveis abaixo do Conselho de Administração. Acreditamos que um melhor equilíbrio de género em funções de liderança irá contribuir de forma significativa para o sucesso futuro do Deutsche Bank.

## Criar um ambiente de trabalho inclusivo

Pela primeira vez em 2018, o Deutsche Bank entrou na lista das 100 empresas mais inclusivas no Índice de Diversidade e Inclusão da Thomson Reuters. Agora no terceiro ano, este índice de investibilidade é baseado em dados SAG e avalia as empresas quanto aos vários componentes de inclusão. O Deutsche Bank está classificado na 68.<sup>a</sup> posição entre as 2173 empresas avaliadas. Isto coloca-nos entre as 100 melhores, o que constitui o índice de investibilidade de referência. Na categoria de serviços bancários, ficámos classificados em quarto lugar entre 185 empresas e em sexto entre 84 empresas alemãs.

Com uma das muitas atividades para apoiar a inclusão LGBTQI e apoiar os colegas LGBTQI do banco, o Deutsche Bank tem um programa de Aliados duradouro. Estes Aliados visíveis, que não se identificam com um grupo LGBTQI particular, desempenham um papel essencial para fomentar uma cultura de inclusão em todo o banco. Como líderes e defensores da mudança e todos os níveis da organização, estão a ajudar os colaboradores LGBTQI a sentirem-se seguros no trabalho, a dar o seu melhor no trabalho e, posteriormente, a serem também mais produtivos.

Em quase 20 anos de experiência em diversidade e inclusão, foram construídas diversas parcerias externas fundamentais em todo o mundo. Estas parcerias não nos ajudam exclusivamente a impulsionar a nossa agenda interna. Também nos permitem partilhar boas práticas e ter um impacto positivo nas sociedades onde operamos. Estamos convencidos de que isto nos ajuda a fortalecer as relações com os clientes, os parceiros e as comunidades.

- Na Alemanha, o banco é membro fundador e atualmente membro do conselho de administração da *Charta der Vielfalt* (Carta da Diversidade), uma associação sob o patrocínio da Chanceler Angela Merkel que promove ativamente a diversidade no local de trabalho.
- Além disso, o Deutsche Bank é signatário fundador da Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, que promove um setor dos serviços financeiros mais equilibrado entre géneros, bem como da *Charte de la Diversité* no Luxemburgo, da *Charter Diversidad* em Espanha, do Manifesto para o Emprego das Mulheres em Itália e do i-Gen, o fórum de empresas portuguesas para a diversidade de género.

## Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e relatório explicativo

### Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 34, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

### Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2018 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

### Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3 %. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10 % ou mais dos direitos de voto.

### Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmem direitos de controlo especiais.

### Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

## Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comitê de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

## Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

## Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5 % do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 24 de maio de 2018 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2023, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10 % do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10 % do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10 % do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.



A Assembleia-Geral Anual de 24 de maio de 2018 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5 % do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2023.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10 % dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

## Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

## 2-

### Demonstrações financeiras anuais

- 130 **Balanço a 31 de dezembro de 2018**
- 132 **Demonstração de resultados para o período** entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018
- 133 Notas ao balanço e à demonstração de resultados
  - Informações gerais** – 133
  - Notas ao balanço** – 139
  - Notas às demonstrações financeiras** – 153
  - Participações** acionistas – 155
  - Outras informações** – 169
  - Órgãos de gestão** – 175
  - Lista de mandatos** – 180



## Balanço a 31 de dezembro de 2018

Ativos em milhões de euros			31.12.2018	31.12.2017
<b>Reserva em numerário</b>				
a) numerário em caixa			75	72
b) saldos em bancos centrais			135 157	168 791
dos quais: no Deutsche Bundesbank	69 318			103 736
			135 232	168 862
<b>Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais</b>				
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público			222	279
dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	0			0
b) letras			9	14
			231	293
<b>Valores a receber de bancos</b>				
a) Empréstimos hipotecários			878	604
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público			168	217
c) outros valores a receber			106 433	130 742
dos quais:			107 480	131 562
reembolsáveis à vista	44 281			46 604
valores a receber garantidos por títulos	1 135			2 757
<b>Valores a receber de clientes</b>				
a) Empréstimos hipotecários			11 967	11 901
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público			4 356	5 599
c) outros valores a receber			222 759	214 100
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	12 713		239 081	231 600
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>				
a) instrumentos do mercado monetário de emitentes do setor público		31		630
aa) das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
			1 153	630
b) obrigações de emitentes do setor público		30 431		33 378
ba) das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	7 079			12 471
bb) de outros emitentes		8 214		4 437
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	3 549			2 564
			38 644	37 815
c) instrumentos de dívida própria			0	29
valor nominal	0			30
			39 798	38 474
<b>Ações de capital e outros títulos de rendimento variável</b>			559	472
<b>Ativos detidos para negociação</b>			303 702	601 755
<b>Participações financeiras</b>			367	474
dos quais:				
em bancos	9			9
em instituições de serviços financeiros	195			178
<b>Investimentos em empresas afiliadas</b>			45 624	43 561
dos quais:				
em bancos	19 000			11 088
em instituições de serviços financeiros	193			200
<b>Ativos detidos em fideicomisso</b>			37	29
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	14			14
<b>Ativos intangíveis</b>				
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio			3 452	3 279
b) Ativos intangíveis adquiridos			635	749
c) Goodwill			9	19
d) Adiantamentos para ativos intangíveis			0	0
			4 097	4 046
<b>Activos tangíveis</b>			1 012	1 025
<b>Ativos diversos</b>			7 685	5 950
<b>Gastos pagos antecipadamente</b>				
a) da emissão e atividade de crédito			5	17
b) other			567	811
			572	828
<b>Ativos por impostos diferidos</b>			2 498	2 369
<b>Ativos do plano sobrefinanciados</b>			587	944
<b>Total assets</b>			<b>888 562</b>	<b>1 232 245</b>

Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros				31.12.2018	31.12.2017
<b>Dívidas a bancos</b>					
c)	outros passivos			172 463	216 541
	dos quais:				216 541
	reembolsáveis à vista	71 383			96 160
<b>Responsabilidades para com clientes</b>					
a)	obrigações hipotecárias ( <i>Pfandbriefe</i> ) registadas emitidas		1 126		965
c)	depósitos de poupança				2 419
ca)	com período de aviso prévio acordado de três meses	2 316			1 106
cb)	com período de aviso prévio acordado superior a três meses	935			3 524
			3 251		302 314
d)	outros passivos		287 631		306 803
	dos quais:				
	reembolsáveis à vista	183 284		292 008	200 953
<b>Passivo na forma de certificados</b>					
a)	emissão de obrigações				
aa)	Obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	6 408			6 581
ac)	outras obrigações	87 549			83 879
			93 957		90 460
b)	outros passivos na forma de certificados		4 919		10 149
	dos quais:			98 876	100 610
	instrumentos do mercado monetário	4 046			9 289
	aceitações próprias e notas promissórias em circulação	75			246
<b>Passivos detidos para negociação</b>				236 161	519 913
<b>Passivos detidos em fideicomisso</b>				37	29
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário		14			14
<b>Passivo diverso</b>				10 097	7 719
<b>Rendimento diferido</b>					
a)	da emissão e atividade de crédito		54		72
b)	other		730		886
				784	958
<b>Provisions</b>					
a)	provisões para pensões e obrigações semelhantes		48		46
b)	provisões para impostos		574		599
c)	outras provisões		3 811		5 116
				4 433	5 761
<b>Subordinated liabilities</b>				9 468	12 072
<b>Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional</b>				4 876	4 771
<b>Fundo para riscos bancários gerais</b>				4 726	2 726
dos quais: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		1 476			1 476
<b>Capital e reservas</b>					
a)	capital subscrito		5 291		5 291
	menos valor nominal nominal de ações próprias		0		1
				5 290	5 290
	capital condicional de 563 milhões de euros (31 de dezembro de 2017: 563 milhões de euros)				
b)	reserva de capital		42 085		42 081
c)	reservas de receitas				
ca)	reserva legal	13			13
cd)	outras reservas de receitas	6 760			6 560
			6 772		6 573
d)	lucros distribuíveis		486		399
				54 634	54 343
<b>Total do passivo e capital próprio dos acionistas</b>				<b>888 562</b>	<b>1 232 245</b>
<b>Passivos contingentes</b>					
b)	passivo de garantias e acordos de indemnização		49 111		47 513
c)	passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros		6		5
				49 118	47 518
<b>Outras obrigações</b>					
b)	colocação e subscrição de obrigações		0		0
c)	compromissos de crédito irrevogáveis		124 508		115 480
				124 508	115 480

## Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018

em milhões de euros		2018	2017
<b>Rendimento de juros de</b>			
a)	empresas de crédito e do mercado monetário	11 918	9 816
	do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	576	605
b)	títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	1 648	1 394
		13 566	11 210
		11 503	8 959
<b>Gastos de juros</b>			
do qual: gastos de juros negativos		491	359
		2 063	2 251
<b>Rendimento corrente de</b>			
a)	ações de capital e outros títulos de rendimento variável	1 859	2 641
b)	participações financeiras	9	13
c)	investimentos em empresas afiliadas	2 178	1 708
		4 047	4 362
<b>Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial</b>		2 915	1 298
<b>Rendimento de comissões</b>		7 411	7 678
<b>Gastos com comissões</b>		1 411	1 560
		6 001	6 118
<b>Resultado de negociação líquido</b>		1 629	2 164
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		0	0
<b>Outro rendimento operacional</b>		1 924	2 380
<b>Gastos administrativos</b>			
a)	gastos com pessoal		
aa)	salários e vencimentos	3 768	4 284
ab)	contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	860	819
		4 629	5 103
	das quais: para pensões de 241 milhões de euros (2017: 147 milhões de euros)		
b)	outros gastos administrativos	7 342	7 568
		11 971	12 671
<b>Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis</b>		1 235	1 110
<b>Outras despesas de exploração</b>		2 535	2 775
<b>Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito</b>		(91)	475
<b>Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos</b>		198	276
<b>Gastos derivados da assunção de perdas</b>		1	2
<b>Libertações de/acréscimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais</b>		(2 000)	(300)
<b>Resultado de atividades ordinárias</b>		732	962
<b>Receitas extraordinárias</b>		77	0
<b>Despesas extraordinárias</b>		288	64
<b>Resultado extraordinário</b>		(211)	(64)
<b>Impostos sobre o rendimento</b>		(75)	166
dos quais: impostos diferidos de 882 milhões de euros (2017: 38 milhões de euros negativos)			
<b>Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"</b>		81	88
		6	254
<b>Net income</b>		514	644
<b>Lucros transitados do ano anterior</b>		172	55
		686	699
<b>Alocações a reservas de receitas</b>			
– a outras reservas de receitas		200	300
		200	300
<b>Lucros distribuíveis</b>		486	399

## Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2018 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€).

## Base da apresentação

Políticas contabilísticas para:

### Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

### Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente provisionados de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

No ano passado, a abordagem de perdas esperadas ao risco de crédito de projetos foi harmonizada no Grupo Deutsche Bank. O cálculo de perdas esperadas é agora integralmente baseado nos parâmetros de probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição a incumprimento (EAD). Para o último parâmetro, todos os contratos de risco relevantes são incluídos. O risco de crédito para exposições extrapatrimoniais como garantias e compromissos de empréstimo é apresentado como provisões. A projeção do risco de crédito foi complementada por fatores macroeconómicos (por exemplo, taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego na Europa e nos EUA) para melhor refletir o risco da carteira.

O banco reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não foi aumentado para acionar uma imparidade. Para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito, o banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de Incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo.

## Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

## Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, a componente de derivado é designada por derivado embutido, enquanto a componente não de derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estejam estreitamente relacionados com aqueles do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado de acordo com os princípios gerais. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

## Credit derivatives

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preenchem os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

## Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.



A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco são reconhecidas como "Resultado de negociação líquido".

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui o valor contabilístico dos derivados e a garantia constituída.

Até 2017, o banco aplicou este princípio ao permitir apenas a compensação pra garantias pagas ou recebidas na data do balanço. Para o final do exercício de 2018, o banco começou a compensar também valores de mercado positivos e negativos para além das garantias em numerário constituídas, desde que o CSA relacionado tivesse estipulado um troca diária de garantia em numerário. Esta alteração levou a um aumento na compensação de 201 mil milhões de euros em dezembro de 2018. A expansão da compensação reflete melhor a natureza económica dos acordos-quadro de compensação e melhora a clareza do balanço.

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

## Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

## Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

## Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados até um máximo do custo amortizado caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

## Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos de acordo com o artigo 246.º, n.º 1, 2.ª frase do HGB continuam a ser reconhecidas no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

## Liabilities

Os passivos são reconhecidos aos respetivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações de cupão zero com desconto são relatadas ao respetivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

## Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respetivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores nos instrumentos.

## Provisions

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto. A avaliação da obrigação com benefícios definidos para os planos alemães em 31 de dezembro de 2018 baseiam-se pela primeira vez nas tabelas de mortalidade de Heubeck 2018G. As tabelas refletem os dados estatísticos mais recentes do sistema de pensões da segurança social alemã e do gabinete federal de estatística.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respectivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respetivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todas as posições geradoras de juros e remuneradas a juros que não sejam detidas para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação dos juros líquidos futuros esperados e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições relacionadas com os juros da carteira bancária é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada com uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

## Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

## Ações próprias

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respetivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são abertamente deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis numa coluna separada no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

## Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.º-A e 340.º-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.º-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). As diferenças resultantes da conversão de elementos do balanço no Banco – à exceção das perdas da taxa de câmbio na conversão do capital atribuído às agências fora da Alemanha (incluindo resultados transportados) – são relatadas como ativos diversos ou passivos diversos que não afetam o resultado líquido.

## Notas ao balanço

### Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista</b>	<b>63 198</b>	<b>84 958</b>
com um período residual de		
até três meses	17 777	23 262
mais de três meses e inferior a um ano	15 960	15 731
Mais do que um ano e até cinco anos	10 816	19 763
mais de cinco anos	18 646	26 203
<b>Valores a receber de clientes</b>	<b>239 081</b>	<b>231 600</b>
com um período residual de		
até três meses	124 716	126 124
mais de três meses e inferior a um ano	28 789	23 717
Mais do que um ano e até cinco anos	54 220	53 548
mais de cinco anos	27 798	26 305
com um período indefinido	3 557	1 906

### Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas		não cotadas	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	33 450	31 807	6 348	6 667
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	275	149	15	6
Participações financeiras	0	0	40	40
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	0	1 125

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de 39,8 mil milhões de euros, 9,3 mil milhões de euros vencem em 2019.

### Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação dos investimentos em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31.12.2018			Distribuição em 2018
	Valor contabilístico	Fair value	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	
Fundos de capitais próprios	259	259	0	0
Fundos de obrigações	213	213	0	0
Fundos mistos	1 008	1 008	0	0
<b>Total</b>	<b>1 479</b>	<b>1 479</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores. A maioria dos fundos consistiu em fundos negociados em bolsa estabelecidos pelo Deutsche Bank.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

## Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de 21,9 mil milhões de euros estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

## Ativos e passivos detidos para negociação

### Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2018 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	88 617	Instrumentos financeiros derivados	80 803
Líquidos	89 800	Liabilities	155 358
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	62 642		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	60 736		
Ativos diversos	2 192		
Ajuste ao risco	(286)		
<b>Total</b>	<b>303 702</b>	<b>Total</b>	<b>236 161</b>

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base da apresentação".

Os derivados detidos para fins de negociação negociados ao abrigo de contratos-tipo em conjunto com o anexo de apoio de crédito que permite a permuta diária de garantias foram liquidados para cada contraparte no balanço. A liquidação para cada contraparte engloba o valor escriturado dos derivados e a garantia fornecida. Isto implicou justos valores positivos de compensação de 235,6 mil milhões de euros (2017: 34,6 mil milhões de euros) com justos valores negativos de 222 mil milhões de euros (2017: 11,8 mil milhões de euros) em derivados detido para negociação com os valores a receber associados (20,9 mil milhões de euros, 2017: 11,8 mil milhões de euros) e passivo (34,5 mil milhões de euros, 2017: 34,6 mil milhões de euros) de garantias fornecidas. Consulte a base da apresentação relativamente à compensação.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31.12.2018 Valores nominais
<b>Produtos do mercado de balcão</b>	<b>35 934 548</b>
transações associadas a taxas de juro	28 873 393
transações associadas a taxas de câmbio	5 741 225
derivados de crédito	448 921
transações associadas a capitais próprios e índices	850 269
outras transações	20 740
<b>Produtos negociados em bolsa</b>	<b>8 053 234</b>
transações associadas a taxas de juro	7 418 906
transações associadas a capitais próprios e índices	18 963
transações associadas a taxas de câmbio	589 268
outras transações	26 097
<b>Total</b>	<b>43 987 782</b>

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juros, desde o desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

## Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados de modo mais pormenorizado em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajuste ao risco é de 286 milhões de euros.

## Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2018, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

## Ativos subordinados

A tabela a seguir apresenta uma descrição geral dos ativos subordinados incluídos nas posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Valores a receber de bancos	635	690
Valores a receber de clientes	0	126
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 228	1 261
Ativos detidos para negociação	4 875	4 131

## Instrumentos financeiros derivados

### Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de negócios:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices;
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos;
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices;
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN).

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e do preço de mercado nas atividades de negociação.

## Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	Notional amount	31.12.2018			
		Valor contabilístico		Fair value	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	619 348	541	619	2 657	1 977
transações relacionadas com taxas de câmbio	96 153	223	258	1 191	5 515
derivados de crédito	2 972	6	11	9	11
outras transações	43	0	0	0	13
<b>Total</b>	<b>718 515</b>	<b>771</b>	<b>889</b>	<b>3 858</b>	<b>7 516</b>

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

## Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados de bifurcação embutidos em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31.12.2018	
	Valor contabilístico	Montante de risco garantido
Ativos garantidos, total	31 944	33
Passivos garantidos, total	89 912	(1 475)
	Valores nominais	Montante de risco garantido
Transações pendentes	74 006	843

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O montante escriturado da posição líquida coberta através de macrocoberturas ascende a 30,2 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 645 milhões de euros positivos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.



Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

## Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Partes de capital em empresas associadas		Empresas associadas e relacionadas	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valores a receber de bancos	58 955	82 516	0	0
Valores a receber de clientes	97 978	57 427	11	20
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 199	2 291	3	3
Dívidas a bancos	67 334	95 030	1	1
Responsabilidades para com clientes	31 080	28 066	19	36
Passivo na forma de certificados	1 023	1 023	0	0
Subordinated liabilities	2 661	5 194	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

## Sociedade fiduciária

em milhões de euros	Ativos detidos em fideicomisso		em milhões de euros	Passivos detidos em fideicomisso	
	31.12.2018	31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017
Valores a receber de bancos	8	0	Dívidas a bancos	1	0
Valores a receber de clientes	14	14	Responsabilidades para com clientes	36	29
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3	7			
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	1	3			
Participações financeiras	5	4			
Ativos diversos	7	1			
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>29</b>	<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>29</b>

## Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

em milhões de euros	Custos de aquisição/fabrico			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2018	Additions	Disposals	Cumulativo	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Ativos intangíveis	7 328	1 446	1 029	3 648	1 008	582	4 097	4 046
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	5 513	1 410 <sup>1</sup>	1 017	2 454	851	570	3 452	3 279
Ativos intangíveis adquiridos	1 115	35	11	504	147	11	635	749
Goodwill	698	1	0	690	10	0	9	19
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos tangíveis	2 947	213	133	2 015	231	129	1 012	1 025
Terrenos e edifícios	78	0	3	21	5	(2)	54 <sup>2</sup>	56
Mobiliário e equipamento de escritório	2 856	213	130	1 985	222	131	954	961
Ativos de locação	13	0	0	9	4	0	4	8
			Moeda Base					
Participações financeiras			(107)				367	474
Investimentos em empresas afiliadas			2 063				45 624	43 561
Instrumentos do mercado monetário			(24)				0	24
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			(3 170)				0	3 170
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			51				51	0
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2018) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores.

<sup>1</sup> Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

<sup>2</sup> Os terrenos e edifícios com um valor contabilístico total de 54 milhões de euros foram utilizados como parte das nossas atividades próprias.

<sup>3</sup> Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 2,1 mil milhões de euros para 45,6 mil milhões de euros. Os acréscimos a investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 10,2 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 8,2 mil milhões de euros. O aumento foi sobretudo atribuível a aumentos de capital de 5 mil milhões de euros, à transferência de empresas afiliadas anteriormente detidas indiretamente, no valor de 4,6 mil milhões de euros, e a um impacto positivo da conversão cambial de 0,5 mil milhões de euros. Foi parcialmente compensado por diminuições de capital de 7,5 mil milhões de euros e depreciações líquidas de 0,3 mil milhões de euros.

## Ativos intangíveis

O *goodwill* relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspectivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

## Ativos diversos

Os ativos diversos de 7,7 mil milhões de euros consistem sobretudo em valores a receber de contratos de agregação de lucros de 2,9 mil milhões de euros, valores a pagar no período de reembolso (balloon) de swaps de 1,9 mil milhões de euros, créditos fiscais de 0,7 mil milhões de euros e valores a receber de dividendos de 0,6 mil milhões de euros.

## Gastos pagos antecipadamente

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para passivo de 22 milhões de euros.

## Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os montantes escriturados comerciais de ativos e passivo e acréscimos e as respetivas bases tributárias quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato a seguir. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. O Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque celebrou o acordo de atribuição de receitas fiscais, segundo o qual é reembolsado pelas respetivas diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que serão utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 35 %.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 2,5 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque e o Deutsche Bank AG – Agência de Londres. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

## Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
<b>Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>101 080</b>	<b>120 381</b>
com um período residual de		
até três meses	79 421	58 256
mais de três meses e inferior a um ano	9 628	38 706
Mais do que um ano e até cinco anos	7 557	13 980
mais de cinco anos	4 473	9 438
<b>Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses</b>	<b>935</b>	<b>1 106</b>
com um período residual de		
até três meses	425	507
mais de três meses e inferior a um ano	501	587
Mais do que um ano e até cinco anos	9	11
mais de cinco anos	0	0
<b>Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso</b>	<b>105 465</b>	<b>102 319</b>
com um período residual de		
até três meses	48 024	52 233
mais de três meses e inferior a um ano	31 602	29 772
Mais do que um ano e até cinco anos	16 772	11 199
mais de cinco anos	9 068	9 114
<b>Outros passivos na forma de certificados</b>	<b>4 919</b>	<b>10 149</b>
com um período residual de		
até três meses	1 912	4 697
mais de três meses e inferior a um ano	3 006	5 433
Mais do que um ano e até cinco anos	1	20
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas de 94 mil milhões de euros, 21,9 mil milhões de euros vencem em 2019.

## Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Para o seguinte passivo, foram penhorados os ativos como garantia no montante indicado na tabela.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Dívidas a bancos	8 707	11 522
Responsabilidades para com clientes	4 164	14 798
Passivos detidos para negociação	395	4 896
Other liabilities	0	957

## Passivo diverso

O passivo diverso de 10,1 mil milhões de euros inclui sobretudo a igualdade da avaliação, em particular no que diz respeito às posições do mercado cambial cobertas de acordo com o § 340.º-h do HGB que ascendem a 3,9 mil milhões de euros, o passivo devido a um desreconhecimento falhado que ascende a 2,7 mil milhões de euros, os efeitos de reavaliação do mercado cambial para capital de dotação e resultados transportados de 1,2 mil milhões de euros e os custos operacionais a serem pagos no valor de 0,8 mil milhões de euros.

## Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31.12.2018	31.12.2017
Discount rate	3,01 %	3,56 %
Taxa de inflação	1,70 %	1,80 %
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,20 %	2,30 %
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	1,60 %	1,70 %
Tabelas de mortalidade/invalidiz	Richttafeln Heubeck 2018 G	Richttafeln Heubeck 2005 G

Impulsionada pela adoção de tabelas de assunção de longevidade revistas (Heubeck 2018 G), a obrigação de pensões aumentou 36 milhões de euros, que foram reconhecidos como despesa.

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária incluem os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	31.12.2018	31.12.2017
<b>Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)</b>	<b>5 128</b>	<b>4 848</b>
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	5 711	5 371
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	583	524
<b>Fair value of plan assets</b>	<b>5 667</b>	<b>5 746</b>
dos quais:		
custo dos ativos do plano	5 368	5 356
total de resultados não realizados nos ativos do plano	299	390
<b>Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício</b>	<b>539</b>	<b>898</b>
<b>Ativos de pensões líquidos</b>	<b>539</b>	<b>898</b>
dos quais:		
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	587	944
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	48	46

Tal como a adoção, em 2016, dos princípios de avaliação revistos de acordo com o § 253.º (6) do HGB resulta numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença de 583 milhões de euros está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	2018	2017
<b>Rentabilidade dos ativos do plano</b>	<b>(96)</b>	<b>29</b>
<b>Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões</b>	<b>(480)</b>	<b>353</b>
<b>Rendimento de juros líquido (despesa)</b>	<b>(577)</b>	<b>(324)</b>
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	0	0
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	577	324

## Other provisions

em milhões de euros	31.12.2018
Provisões para perdas de crédito	354
Provisões para perdas iminentes	267
Outras provisões remanescentes	3 190
<b>Total de outras provisões</b>	<b>3 811</b>

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 1,7 mil milhões de euros.

As provisões de Execução Regulamentar surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 480 milhões de euros por ano no final de 2018.

As provisões para Processos Cíveis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 283 milhões de euros por ano no final de 2018.

As provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 194 milhões de euros por ano no final de 2018. O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão de risco, pois exclui o risco de perda resultante dos processos civis ou de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. A provisão para estas atividades é de 145 milhões de euros por ano no final de 2018.

As provisões diversas estão definidas para 354 milhões de euros por ano no final de 2018.

## Subordinated liabilities

Os passivos contratualmente subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 20 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

### Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Coupon	Data da próxima compra/maturidade
€	1 084 <sup>1</sup>	Obrigação ao portador	2010	5,000 %	24/6/2020
dólares dos Estados Unidos	1 500 <sup>1</sup>	Obrigação nominativa	2013	4,296 %	24/5/2023
dólares dos Estados Unidos	1 385 <sup>2</sup>	Obrigação nominativa	2008	8,050 %	31/3/2019
€	1 250 <sup>1</sup>	Obrigação ao portador	2015	2,750 %	17/2/2025
dólares dos Estados Unidos	1 500 <sup>1</sup>	Obrigação ao portador	2015	4,500 %	4/1/2025

<sup>1</sup> Data de maturidade das obrigações. As obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais.

<sup>2</sup> Data da próxima compra de obrigações.

As despesas para todos os passivos contratualmente subordinados de 9,5 mil milhões de euros totalizaram 365 milhões de euros, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos, porém, ainda não vencidos de 145 milhões de euros incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Adicionalmente, determinados passivos são subordinados por lei, de acordo com a secção 46f parágrafo 6 da lei bancária alemã, caso a sua maturidade original seja superior a um ano e o montante de resgate ou o montante de juros não esteja dependente de eventos incertos no momento da emissão. Este passivo não preferencial ascende a 69,8 mil milhões de euros em dezembro de 2018.

## Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 2014, o Deutsche Bank AG colocou Notas *Tier 1* adicionais (as "Notas AT1" ou "Notas"), no valor de 4,7 mil milhões de euros. Desde então, não foram emitidas Notas AT1 adicionais.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal a partir da data de emissão até à primeira data de compra à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva primeira data de compra e posteriormente a cada intervalo de cinco anos ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

Em 31 de dezembro de 2018, as notas ascenderam a 4,9 mil milhões de euros face aos 4,8 mil milhões de euros do exercício anterior. O aumento está relacionado com efeitos cambiais. O gasto de juros nas notas para 2018 totalizou 320 milhões de

euros e incluiu 218 milhões de euros de juros acumulados no fim do exercício de 2018, o qual foi registado em outros passivos.

#### Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2018

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Coupon	Primeira data de compra
€	1 750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,000 %	30/4/2022
dólares dos Estados Unidos	1 250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,250 %	30/4/2020
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125 %	30/4/2026
dólares dos Estados Unidos	1 500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500 %	30/4/2025

## Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a 639,1 mil milhões de euros na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a 563,3 mil milhões de euros.

## Capital e reservas

### Ações próprias

Ao longo de 2018, o Banco ou as respetivas empresas afiliadas compraram 354 094 715 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes e venderam 354 089 953 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes para negociação. A aquisição das respetivas ações próprias baseou-se na autorização dada na Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG, cujos limites foram cumpridos para cada compra de ações e transação de venda. O preço de compra médio foi de 11,04 euros e o preço de venda médio foi de 11,04 euros por ação. O resultado foi reconhecido na reserva de capital.

As ações próprias do Banco compradas e vendidas para negociação ao longo de 2018 representaram cerca de 17 % do respetivo capital social. A participação maior em qualquer dia individual foi de 0,02 % e a participação média diária foi de 0,01% do respetivo capital social.

Além disso, o Banco foi autorizado a comprar as ações próprias nas Assembleias-Gerais de 24 de maio de 2018 e 18 de maio de 2017 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG. Os respetivos limites foram cumpridos para cada transação de compra e venda. A autorização para o Banco comprar as respetivas ações próprias, dada na Assembleia-Geral de 18 de maio de 2017 e válida até 30 de abril de 2022, foi cancelada após a entrada em vigor da autorização de 24 de maio de 2018. A nova autorização foi aprovada até 30 de abril de 2023.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 24 de maio de 2018 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

No final de 2018, o Deutsche Bank AG detinha 179 132 ações próprias de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG. As respetivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam a 1 165 012 ações ou 0,06 % do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, 9 238 143 (final de 2017: 7 598 801) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,45 % (final de 2017: 0,37%) do nosso capital social, foram penhoradas ao Banco e respetivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

### Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2 066 773 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2018 era 2 065 428 987 (final de 2017: 2 066 490 672). O número médio de ações pendentes no período de relato era 2 063 902 675.

em euros	Capital subscrito	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5 290 939 215,36</b>	<b>2 560 000 000,00</b>	<b>563 200 000,00</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5 290 939 215,36</b>	<b>2 560 000 000,00</b>	<b>563 200 000,00</b>

<sup>1</sup> Inclui o valor nominal das ações em tesouraria.

Os pormenores em relação ao capital condicional autorizado e ainda a utilizar são apresentados na nota relativa à Informação de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão.

## Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>54 343</b>
Distribuição em 2018		(227)
Lucro transportado		(172)
Ações próprias		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	0	
– Alteração dos custos de aquisição	6	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	4	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	(6)	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	0	4
Distribuição dos lucros para outras reservas de receitas		200
Lucro distribuível para 2018		486
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>54 634</b>

Tendo em conta o lucro transportado do ano anterior de 172 milhões de euros e distribuição dos lucros para outras reservas de receitas de 200 milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 486 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. O Banco proporá na Assembleia-Geral Anual o pagamento de um dividendo de 0,11 euros por ação e o transporte do lucro distribuível remanescente.

## Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou ao utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados no balanço como provisões.



## Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a 124,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e incluíram compromissos de 123,8 mil milhões de euros para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o nosso envolvimento com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. A 31 de dezembro de 2018, a exposição do Deutsche Bank AG não teve um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

## Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Garantias	39 492	37 418
Cartas de crédito	3 725	4 044
Responsabilidades de crédito	5 894	6 051

## Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a 1,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a 2,9 mil milhões de euros (91 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 28 anos.

Em 31 de dezembro de 2018, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2019, os custos com remuneração variável diferida não amortizada ascendiam a aproximadamente 0,8 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a 24 milhões de euros no final de 2018, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária.

O passivo para possíveis compras de outras ações totalizava 0,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

De acordo com o artigo 3.º, n.º 1-a do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos para Associações de empréstimo e construção de bancos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se igualmente a indemnizar o Fachverband für Bank-Bausparkassen e.V. por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor do Deutsche Bank Bauspar AG, Frankfurt am Main.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção alemã de depósitos ascendiam a 441 milhões de euros.

Como parte da atividade comercial das nossas agências estrangeiras, foi exigida uma garantia de 1,7 mil milhões de euros pelos regulamentos legais.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Além disso, existem passivos contingentes num total de 68 milhões de euros.

## Notas às demonstrações financeiras

### Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2018	2017
Alemanha	8 297	9 475
Europa (excl. Alemanha)	10 846	10 122
Américas	5 691	4 904
África/Ásia/Austrália	3 744	3 292
<b>Total</b>	<b>28 579</b>	<b>27 793</b>

O aumento do rendimento nas Américas é sobretudo atribuível a proveitos de juros mais elevados de bancos. A diminuição do rendimento na Alemanha é sobretudo atribuível a uma diminuição do resultado de exploração.

### Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 576 milhões de euros de juros negativos, ou seja, gastos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os gastos de juros incluíram 491 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos. Os gastos de juros no montante de 373 milhões de euros estão relacionados com os anos anteriores, associados a operações de cobertura.

### Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

### Outros rendimentos e despesas operacionais

Outro rendimento operacional de 1,9 mil milhões de euros consiste sobretudo no resultado de derivados não de negociação de 1,2 mil milhões de euros e rendimentos da libertação de provisões de 203 milhões de euros. No resultado dos derivados não de negociação, um montante de 293 milhões de euros está relacionado com os anos anteriores, em ligação com operações de cobertura.

Outros gastos operacionais de 2,5 mil milhões de euros incluem o resultado de derivados não relacionados com a negociação de 960 milhões de euros, despesas relacionadas com planos de benefício definido de 577 milhões de euros, despesas relacionadas com atribuições para provisões de 224 milhões de euros, assim como despesas da conversão cambial relativa a ativos e passivo, que ascendiam a 153 milhões de euros.

## Resultado extraordinário

Receitas extraordinárias de 77,2 milhões de euros estão relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação (2017: receitas de 0,4 milhões de euros relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação). Despesas extraordinárias de 288,4 milhões de euros refletem atividades de reestruturação (2017: despesas de 64,4 milhões de euros).

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 211,2 milhões de euros negativos (2017: 64 milhões de euros negativos).

## Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. De acordo com a segunda regra, tem de ser calculada a diferença na avaliação das obrigações com pensões com base nas taxas médias, ao utilizar um período de dez anos ou de sete anos. Consulte as nossas notas ao balanço, pensões e obrigações semelhantes. No Deutsche Bank AG, o total de reservas distribuíveis após a distribuição de lucros acrescido do lucro distribuível é, no mínimo, igual aos montantes a serem considerados. As posições individuais incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	3 206	3 075
Ativos por impostos diferidos	2 945	2 743
Resultados não realizados de ativos do plano	280	384
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	401	360
<b>Total do montante não distribuível</b>	<b>6 832</b>	<b>6 562</b>

## Participações acionistas

- 156 Empresas em que a participação é superior a 20%
- 168 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

### Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2017; os números locais da GAAP para o exercício de 2018 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
4	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo		95,0		
5	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		100,0		
6	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
7	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
10	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
11	Adara S.A.	Luxemburgo		95,0		
12	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
13	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
14	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
15	Agena S.A.	Luxemburgo		95,0		
16	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
17	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
18	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	238,7	11,1
19	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
20	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlin		100,0		
21	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
22	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
23	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
24	Ambidexter GmbH	Frankfurt	1	100,0	43,0	0,0
25	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
26	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
27	Argantis GmbH i.L.	Colónia		50,0		
28	Asia Core Real Estate Fund SCA SICAV-RAIF	Luxemburgo		24,0		
29	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
30	Atena SPV S.r.l	Conegliano		60,0		
31	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
32	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49,8		
33	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
34	Baldur Mortgages Limited	Londres		100,0		
35	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
36	Bankers Trust Investments Limited	Londres		100,0		
37	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	5,6	3,3
38	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
39	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		100,0		
40	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	7 085,8	4,6
41	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
42	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0	179,5	(11,7)
43	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque		99,9	6,5	(2,1)
44	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	100,0	1 161,3	0,0
45	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		100,0	1 233,7	6,6
46	BHW Holding GmbH	Hameln	1	100,0	727,5	0,0
47	BHW Kreditservice GmbH	Hameln		100,0	11,0	2,6
48	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
49	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
50	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
51	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
52	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		32,0		
53	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
54	BrisConnections Holding Trust	Kedron		35,6		
55	BrisConnections Investment Trust	Kedron		35,6		
56	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
57	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0		
58	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0		
59	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6		
60	Cardales UK Limited	Londres		100,0	16,4	0,0
61	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0		
62	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0		
63	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		100,0		
64	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0		
65	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
66	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		100,0		
67	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		67,6	285,1	55,2
68	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
69	Centennial River 2 Inc.	Austin		100,0		
70	Centennial River Corporation	Wilmington		100,0		
71	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0	13,6	0,0
72	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		
73	City Leasing Limited	Londres		100,0		
74	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30,0		
75	Consumo S.p.A.	Milão		100,0		
76	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		49,9	34,2	10,1
77	D B Investments (GB) Limited	Londres	2	100,0	1 672,5	5,7
78	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
79	DAHOC (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
80	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
81	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
82	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
83	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
84	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
85	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		95,6	7 970,5	63,9
86	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
87	DB Apex Management Limited	George Town		100,0		
88	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	6 303,9	0,0
89	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo		100,0	(90,4)	(102,2)
90	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	1 175,1	0,0
91	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0		
92	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
93	DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0	47,9	15,1
94	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		100,0		
95	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
96	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
97	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
98	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		100,0		
99	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		
100	DB Energy Commodities Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0		
101	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		100,0	34,1	(0,1)
102	DB Equity Limited	Londres	2	100,0	27,1	0,0
103	DB Finance International GmbH	Eschborn		100,0		
104	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	25,2	3,9
105	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		
106	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0		
107	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt		74,0		
108	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
109	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
110	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1 653,8	4,4
111	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1 573,0	67,4
112	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	436,0	26,0
113	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
114	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0	5,3	3,4
115	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	46,0	0,0
116	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
117	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
118	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		100,0	19,4	10,3
119	DB Nexus American Investments (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
120	DB Nexus Investments (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
121	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
122	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
123	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Pozuelo de Alarcón		99,9		
124	DB Overseas Holdings Limited	Londres	2	100,0	49,9	11,2
125	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
126	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
127	DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Frankfurt	1	100,0	8 638,0	0,0
128	DB RC Investments II, LLC	Wilmington		99,9		
129	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0		
130	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		100,0		
131	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34,3		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
132	DB Safe Harbour Investment Projects Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
133	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	15,9	2,8
134	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0		
135	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
136	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
137	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
138	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
139	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
140	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
141	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
142	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin		100,0		
143	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
144	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
145	DB UK Bank Limited	Londres	2	100,0	635,7	(2,6)
146	DB UK Holdings Limited	Londres	2	100,0	547,9	61,0
147	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0	10,2	0,0
148	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	11 097,1	457,8
149	-ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
150	BS MB Ltd.	Lutherville-Timonium		100,0		
151	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
152	-Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
153	-Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
154	-Barkly Investments Ltd.	St. Helier		100,0		
155	-Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0		
156	-BTAS Cayman GP	George Town		100,0		
157	-Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		100,0		
158	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
159	-Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
160	-D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
161	-DB (Pacific) Limited	Wilmington		100,0		
162	-DB (Pacific) Limited, Nova Iorque	Nova Iorque		100,0		
163	-DB Abalone LLC	Wilmington		100,0		
164	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
165	-DB Alps Corporation	Wilmington		100,0		
166	-DB Asia Pacific Holdings Limited (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
167	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
168	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
169	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
170	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
171	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
172	-DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
173	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
174	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
175	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
176	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
177	-DB Ganymede 2006 L.P.	George Town		100,0		
178	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
179	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
180	-DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		100,0		
181	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
182	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
183	-DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
184	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
185	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
186	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
187	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
188	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
189	-DB Managers, LLC	West Trenton		100,0		
190	-DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
191	-DB Omega Holdings LLC	Wilmington		100,0		
192	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
193	-DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
194	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
195	-DB Portfolio Southwest, Inc.	Dallas		100,0		
196	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
197	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
198	-DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
199	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
200	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
201	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
202	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
203	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
204	-DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		100,0		
205	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
206	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
207	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
208	-DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0		
209	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
210	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
211	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
212	-Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		100,0		
213	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
214	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
215	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
216	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
217	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
218	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
219	-Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		100,0		
220	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
221	-Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0		
222	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
223	-Deutsche Securities SpA	Santiago		100,0		
224	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
225	-G918 Corp.	Wilmington		100,0		
226	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
227	-Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		100,0		
228	-German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		100,0		
229	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
230	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
231	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
232	-MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		100,0		
233	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
234	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
235	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
236	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
237	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
238	-Quantum 13 LLC	Wilmington		100,0		
239	-REO Properties Corporation	Wilmington		100,0		
240	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
241	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
242	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
243	-Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0		
244	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
245	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
246	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	567,9	71,0
247	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	39,9	(4,3)
248	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	1	100,0		
249	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0	23,3	1,1
250	DBCIBZ1	George Town		100,0		
251	DBCIBZ2	George Town		100,0		
252	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		25,9	27,0	(4,6)
253	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	2	100,0	12,6	6,8
254	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0	117,8	25,8
255	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	134,6	26,2
256	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		100,0		
257	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
258	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
259	DBRMS4	George Town		100,0	327,6	7,1
260	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	327,6	7,1
261	DBUK PCAM Limited	Londres		100,0	(-100,0)	(0,7)
262	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
263	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0	(5,1)	(10,0)
264	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0		
265	DBÖ Vermögensverwaltung GmbH	Viena		100,0	15,6	(1,1)
266	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
267	DeAM Infrastructure Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
268	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	172,6	71,5
269	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		100,0		
270	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
271	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0		
272	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	3,9	3,1
273	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
274	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
275	Deutsche (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0		
276	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania		95,6		
277	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
278	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		100,0		
279	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	43,7	(4,0)
280	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	278,0	19,1
281	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	10,6	0,0
282	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		100,0	38,6	1,0
283	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	2	100,0	15,9	2,1
284	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo		100,0	485,7	197,1
285	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
286	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	2, 3	100,0	226,7	46,2
287	-IBaincor Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
288	-Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
289	-BNA Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
290	-BTD Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
291	-Deutsche Access Investments Limited	Sydney		100,0		
292	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
293	-Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		100,0		
294	-Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		100,0		
295	-Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		100,0		
296	-Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		100,0		
297	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
298	-Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0		
299	-Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		100,0		
300	-DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
301	-DTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
302	-OPS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
303	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
304	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
305	-RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
306	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	64,2	6,7
307	Deutsche Bank (Chile)	Santiago		100,0	19,1	0,3
308	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1 193,7	95,8
309	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	396,1	42,5
310	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	621,2	3,8
311	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
312	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	97,1	20,2
313	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0	451,2	0,1
314	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0	300,0	0,0
315	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		100,0	698,9	0,0
316	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		100,0	1 210,0	0,0
317	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
318	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	42,1	(7,7)
319	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0	156,0	(14,3)
320	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
321	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	5 319,3	132,8
322	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	33,4	(5,8)
323	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0	80,2	(14,6)
324	Deutsche Bank Nominees (Guernsey) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Porto de S.Pedro		100,0		
325	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
326	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		100,0	590,7	(41,7)
327	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
328	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	358,8	(2,4)
329	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	90,1	0,7
330	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
331	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,9	1 599,1	(217,9)
332	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8	1 192,3	45,5
333	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
334	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	14,4	0,2
335	Deutsche Capital Management Limited	Dublin		100,0		
336	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0		
337	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0		
338	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	40,2	9,1
339	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
340	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		100,0		
341	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	44,0	12,0
342	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	2	100,0	25,6	(17,2)
343	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
344	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	78,7	(0,3)
345	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0	64,1	12,0
346	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0		
347	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
348	Deutsche Gulf Finance	Riade		29,1	129,3	9,1
349	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		100,0		
350	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	2 876,6	(4,4)
351	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Valetta		100,0	392,5	32,8
352	Deutsche Holdings Limited	Londres	2	100,0	1 470,6	4,7
353	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	2	100,0	158,5	0,0
354	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	2	100,0	330,8	120,9
355	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0	141,6	(29,2)
356	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	100,0	26,5	0,0
357	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	65,5	11,7
358	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0	13,8	(1,0)
359	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0	1,9	(3,3)
360	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
361	Deutsche Inversiones Dos S.A. (en Liquidación)	Santiago		100,0	20,9	0,2
362	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		100,0		
363	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	111,0	3,4
364	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
365	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	50,6	5,0
366	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0		
367	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	155,0	(0,1)
368	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	2	100,0	943,3	3,7
369	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
370	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		100,0		
371	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	1,7	0,3
372	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
373	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
374	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
375	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
376	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
377	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn	1	100,0		
378	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
379	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
380	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0		
381	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
382	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0		
383	Deutsche Regis Partners, Inc.	Makati		49,0	11,2	3,7
384	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôture	Luxemburgo		49,0		
385	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0	10,1	0,3
386	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	29,2	6,2
387	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	2,1	2,0
388	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	218,4	8,5
389	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0	1 150,3	36,3
390	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0	11,2	0,3
391	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	172,3	1,0
392	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène		100,0		
393	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0		
394	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		100,0		
395	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		100,0	101,0	(6,2)
396	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		100,0		
397	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	31,6	(0,2)
398	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
399	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
400	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
401	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Bangucoque		49,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
402	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		100,0		
403	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	22,7	6,2
404	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
405	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
406	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
407	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25,1		
408	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
409	DG China Clean Tech Partners	Tianjin		49,9		
410	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
411	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
412	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
413	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
414	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	100,0		
415	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlin		21,1		
416	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
417	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
418	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
419	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
420	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
421	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		100,0		
422	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		100,0		
423	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
424	dwins GmbH	Frankfurt		21,2		
425	DWS Alternatives Global Limited	Londres		100,0	176,7	(4,5)
426	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	100,0	16,5	0,0
427	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	99,1	336,4	0,0
428	DWS CH AG	Zurique		100,0	15,8	4,9
429	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		100,0	73,6	7,3
430	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		60,0		
431	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt		79,5	8 010,7	331,4
432	DWS Group Services UK Limited	Londres		100,0	54,0	8,7
433	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	99,9	21,7	0,0
434	DWS International GmbH	Frankfurt	1	100,0	82,3	0,0
435	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	193,6	0,0
436	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		100,0	1 791,7	58,1
437	DWS Investments Australia Limited	Sydney		100,0	127,4	(0,9)
438	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	16,0	(0,2)
439	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		100,0		
440	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		100,0	260,0	32,7
441	DWS Investments UK Limited	Londres		100,0	189,0	0,0
442	DWS Management GmbH	Frankfurt		100,0		
443	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	99,9	52,7	0,0
444	DWS Service Company	Wilmington		100,0	9,0	(9,3)
445	DWS Trust Company	Salem		100,0	26,1	0,9
446	DWS USA Corporation	Wilmington		100,0	1 301,7	23,1
447	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.L.	Hamburgo		65,2		
448	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
449	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres		33,3		
450	Elba Finance GmbH	Eschborn		100,0		
451	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
452	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
453	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
454	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
455	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
456	Elmo Funding GmbH	Eschborn	1	100,0	10,3	0,0
457	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn	1	100,0		
458	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
459	eolec	Issy-les-Moulineaux		33,3		
460	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		50,0		
461	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		100,0		
462	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		
463	EVROENERGIAKI S.A.	Atenas		40,0		
464	Exinor SA (opening faillissement)	Bastogne		100,0		
465	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0		
466	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		100,0		
467	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlin		100,0		
468	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
469	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
470	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
471	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
472	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
473	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
474	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
475	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
476	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
477	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
478	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		50,0		
479	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7	4,9	2,9
480	giropay GmbH	Frankfurt		33,3		
481	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Tegernsee		26,6		
482	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Tegernsee		21,3		
483	Gordian Knot Limited	Londres		24,7		
484	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9		
485	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		44,9		
486	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		36,1		
487	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Berlim		64,7	3,1	12,1
488	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald		100,0		
489	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		30,0	595,4	148,6
490	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.l.	Jork		24,3		
491	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
492	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	1 133,5	149,4
493	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
494	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolanderufer KG	Berlim		20,5		
495	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0		
496	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
497	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
498	IOG Denali Upton, LLC	Dover		23,0		
499	IOG NOD I, LLC	Dover		22,5		
500	IOS Finance EFC, S.A.	Madrid		55,3	43,4	2,8
501	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo		95,0		
502	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
503	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
504	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
505	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		21,1		
506	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		22,9		
507	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		100,0		
508	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		100,0	11,5	1,4
509	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
510	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
511	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	32,3	0,3
512	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
513	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
514	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf		96,1		
515	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf		97,0		
516	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
517	Kradavim UK Lease Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	100,0	0,0	2,1
518	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		30,1	346,3	33,4
519	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
520	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	20,7	0,8
521	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
522	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		70,0		
523	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
524	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
525	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		
526	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	74,1	7,7
527	Macondo Spain SL	Madrid		100,0		
528	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo		49,7		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
529	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	259,7	2,8
530	MCT Súdáfrika 3 GmbH & Co. KG i.l.	Hamburgo		38,4		
531	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		100,0		
532	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		40,0		
533	Midsel Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
534	Moon Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
535	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
536	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
537	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		32,2		
538	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		30,1		
539	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		30,1		
540	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		35,3		
541	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		34,5		
542	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
543	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
544	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
545	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
546	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
547	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
548	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
549	Nineco Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
550	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
551	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	100,0		
552	norisbank GmbH	Bona	1	100,0	433,9	0,0
553	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver		96,7		
554	Oder Properties S.à r.l., en failite	Luxemburgo		25,0		
555	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	13,5	1,0
556	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	201,7	12,3
557	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company (em dissolução)	Dublin		100,0		
558	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		100,0		
559	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
560	OPB-Holding GmbH	Colónia		100,0	14,3	0,0
561	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0		
562	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
563	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0		
564	OPB-Quinta GmbH	Colónia		100,0		
565	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0		
566	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
567	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
568	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
569	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0		
570	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
571	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	1	100,0		
572	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0		
573	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2		
574	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
575	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
576	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
577	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
578	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.l.	Düsseldorf		50,0		
579	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
580	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
581	PB Factoring GmbH	Bona	1	100,0	11,5	0,0
582	PB Firmenkunden AG	Bona	1	100,0		
583	PB International S.A.	Schuettringen		100,0	56,3	(1,0)
584	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		98,1	3 626,8	72,6
585	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	120,0	0,0
586	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0		
587	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
588	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
589	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
590	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
591	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
592	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
593	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
594	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
595	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
596	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
597	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0		
598	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
599	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
600	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		95,0	14,6	0,1
601	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
602	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
603	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel		100,0		
604	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	100,0	762,0	0,0
605	Postbank Direkt GmbH	Bona		100,0	20,2	4,3
606	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	100,0	31,1	0,0
607	Postbank Finanzberatung AG	Hamel		100,0	62,2	4,6
608	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
609	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	100,0	18,9	0,0
610	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		90,0	26,6	1,1
611	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	100,0		
612	Postbank Service GmbH	Essen		100,0	4,7	4,5
613	Postbank Systems AG	Bona	1	100,0	60,2	0,0
614	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
615	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
616	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
617	Prestipay S.p.A.	Udine		40,0		
618	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
619	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
620	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
621	Private Equity Solutions SCSp	Munzbach		99,1		
622	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		99,0	20,4	1,6
623	PT. Deutsche Verdhana Sekuritas Indonesia	Jakarta		40,0		
624	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
625	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
626	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
627	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
628	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
629	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
630	Reference Capital Investments Limited	Londres		100,0		
631	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
632	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
633	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
634	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
635	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
636	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0	255,6	39,7
637	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0	219,5	38,8
638	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0		
639	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		100,0		
640	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
641	RREEF Fund Holding Co.	George Town		100,0	20,3	3,3
642	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
643	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0	196,5	10,2
644	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel		100,0		
645	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
646	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
647	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia	1	100,0	33,3	0,0
648	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia	1	100,0	504,7	0,0
649	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0	40,5	0,7
650	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia	1	100,0		
651	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
652	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
653	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf		58,5		
654	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
655	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
656	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
657	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0	2,3	2,3
658	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
659	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
660	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
661	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
662	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		33,2		
663	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
664	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf		71,1	0,0	2,0
665	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
666	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
667	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
668	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
669	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
670	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
671	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
672	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
673	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
674	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf		94,7		
675	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
676	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
677	Service Company Four Limited	Hong Kong		100,0		
678	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
679	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
680	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
681	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
682	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
683	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
684	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf		83,8		
685	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
686	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
687	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
688	Sixco Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
689	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
690	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
691	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
692	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale		30,5		
693	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
694	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
695	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
696	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
697	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
698	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
699	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
700	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
701	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
702	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
703	Starpool Finanz GmbH	Berlin		49,9		
704	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
705	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
706	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
707	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
708	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
709	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
710	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
711	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
712	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		100,0		
713	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
714	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
715	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
716	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
717	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0	14,2	0,5
718	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
719	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
720	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
721	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		45,0	(139,7)	9,2
722	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
723	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
724	Tempurrite Leasing Limited	Londres		100,0		
725	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
726	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
727	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf		100,0	13,6	22,1
728	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf		100,0		



N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
729	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangueoque		100,0		
730	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin		100,0		
731	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
732	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf		25,0		
733	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
734	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
735	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
736	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0		
737	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
738	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
739	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
740	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
741	Triplereason Limited	Londres		100,0	330,3	0,1
742	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		33,1		
743	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
744	TRS Birch II LTD	George Town		100,0		
745	TRS Birch LLC	Wilmington		100,0		
746	TRS Cypress II LTD	George Town		100,0		
747	TRS Elm II LTD	George Town		100,0		
748	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
749	TRS Maple II LTD	George Town		100,0		
750	TRS Oak II LTD	George Town		100,0		
751	TRS Oak LLC	Wilmington		100,0		
752	TRS Poplar II LTD	George Town		100,0		
753	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
754	TRS Spruce II LTD	George Town		100,0		
755	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
756	TRS Sycamore II LTD	George Town		100,0		
757	TRS Tupelo II LTD	George Town		100,0		
758	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
759	TRS Walnut II LTD	George Town		100,0		
760	TRS Walnut LLC	Wilmington		100,0		
761	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
762	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
763	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
764	E.U.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
765	UKE, s.r.o.	Belá		100,0		
766	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
767	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
768	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
769	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
770	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
771	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
772	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
773	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
774	Volbroker.com Limited	Londres		22,5		
775	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		100,0	33,2	8,0
776	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan		100,0		
777	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	138,8	7,6
778	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
779	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
780	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf		50,0		
781	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH i.L.	Darmstadt		50,0		
782	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
783	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
784	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
785	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
786	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
787	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
788	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
789	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
790	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf		98,1		
791	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
792	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
793	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
794	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
795	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
796	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf		98,2		
797	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
798	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
799	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
800	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
801	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	160,1	15,1
802	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
803	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
804	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
805	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
806	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
807	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
808	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
809	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
810	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
811	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
812	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
813	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
814	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
815	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
816	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
817	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
818	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
819	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		20,4		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
820	ABRAAJ Holdings (em dissolução provisória)	George Town		8,8		
821	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		5,6		
822	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		8,5		
823	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
824	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
825	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
826	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
827	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
828	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
829	China Polymetallic Mining Limited	George Town		5,7		
830	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
831	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
832	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
833	PT Trikonsel OKE Tbk	Jakarta		12,0		
834	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
835	Silver Creek Low Vol Strategies, Ltd.	George Town		10,5		
836	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,1		

## Outras informações

### Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
DB Privat- und Firmenkundenbank AG, anteriormente Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia <sup>1</sup>	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	

<sup>1</sup> Com a transferência do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna para o Santander Bank Polska, do negócio Private & Commercial Bank polaco excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, a declaração de aval do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna foi revogada e cessada pelo Deutsche Bank AG relativamente ao negócio alienada com efeito à data de 10 de novembro de 2018. Em todos os outros aspetos, a declaração de aval emitida a favor do Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna continua a ser aplicável.

## Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

### Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31.12.2018				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	7 988,4	8 130,3	7 112,7	9 496,7	7 112,7
Cobertura de ativos	10 502,7	11 710,0	10 285,7	13 517,5	10 285,7
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	10 031,7	11 227,3	9 852,0	12 977,0	9 852,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3	471,0	482,6	433,8	540,5	433,8
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	5,9	5,9	6,1	5,7	6,1
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>2 514,3</b>	<b>3 579,7</b>	<b>3 173,0</b>	<b>4 020,8</b>	<b>3 173,0</b>
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	31,5	44,0	44,6	42,3	44,6

\* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

em milhões de euros	31.12.2017				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial
Obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	7 538,4	7 664,5	6 731,3	8 950,8	6 731,3
Cobertura de ativos	9 859,8	11 011,9	9 720,5	12 634,6	9 720,5
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	8 954,7	10 095,9	8 899,0	11 604,5	8 899,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3	905,1	916,0	821,5	1 030,1	821,5
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	12,0	12,0	12,2	11,5	12,2
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	0	0	0	0	0
<b>Sobrecolateralização</b>	<b>2 321,4</b>	<b>3 347,4</b>	<b>2 989,2</b>	<b>3 683,8</b>	<b>2 989,2</b>
como % da obrigação hipotecária ( <i>Pfandbriefe</i> )	30,8	43,7	44,4	41,2	44,4

\* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

<sup>1</sup> Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

<sup>2</sup> Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

## Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Perfil de maturidade em milhões de euros	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (Pfandbriefe) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Prazo até 6 meses	589,9	1 000,0	643,2	373,4
Prazo superior a 6 meses e inferior a 12 meses	170,0	0	380,7	365,8
Prazo superior a 12 meses e inferior a 18 meses	200,0	589,9	402,7	655,3
Prazo superior a 18 meses e inferior a 2 anos	750,0	170,0	335,9	451,0
Prazo superior a 2 anos e inferior a 3 anos	375,0	950,0	807,1	768,7
Prazo superior a 3 anos e inferior a 4 anos	700,0	375,0	680,2	847,3
Prazo superior a 4 anos e inferior a 5 anos	910,0	700,0	835,5	671,4
Prazo superior a 5 anos e inferior a 10 anos	3 280,0	2 365,0	4 004,4	3 816,3
Prazo superior a 10 anos	1 013,5	1 388,5	2 412,9	1 910,7
<b>Total</b>	<b>7 988,4</b>	<b>7 538,4</b>	<b>10 502,6</b>	<b>9 859,9</b>

## Porção de derivados incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não existiam quaisquer derivados na garantia total.

## Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 10 mil milhões de euros (2017: 9 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 7,5 mil milhões de euros (2017: 6,6 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 1,8 mil milhões de euros (2017: 1,6 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 730 milhões de euros (2017: 713 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2017: 0 milhões de euros).

## Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

31.12.2018	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	1 694,9	4 630,8	2 574,8	0	8 900,5	513,6	169,2	146,8	301,5	1 131,1	0	10 031,4
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belgium	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Netherlands	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 694,9</b>	<b>4 630,8</b>	<b>2 574,8</b>	<b>0</b>	<b>8 900,5</b>	<b>513,6</b>	<b>169,2</b>	<b>146,8</b>	<b>301,5</b>	<b>1 131,1</b>	<b>0</b>	<b>10 031,4</b>

31.12.2017	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	1 431,3	4 202,5	2 347,6	0	7 981,4	403,3	142,8	127,2	300,0	973,3	0	8 954,7
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belgium	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Netherlands	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 431,3</b>	<b>4 202,5</b>	<b>2 347,6</b>	<b>0</b>	<b>7 981,4</b>	<b>403,3</b>	<b>142,8</b>	<b>127,2</b>	<b>300,0</b>	<b>973,3</b>	<b>0</b>	<b>8 954,7</b>

## Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

## Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

No final de 2018 e 2017, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2018 e 2017, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

## Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal	
	31.12.2018	31.12.2017
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe) com juros fixos	7 529	7 079
Como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	94	94
Cobertura de ativos com juros fixos	10 384	9 735
Como % do total da cobertura de ativos	99	99

## Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

moeda em milhões de euros	Valor atual líquido	
	31.12.2018	31.12.2017
Euro	3 173	2 989

## Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário <sup>1</sup>	53	53
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário <sup>2</sup>	5	5
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) <sup>3</sup>	0	0

<sup>1</sup> De acordo com o § 28.º (2), n.º 3 da Lei relativa aos depósitos (Pfand).

<sup>2</sup> De acordo com o § 28.º (1), n.º 11 da Lei relativa aos depósitos (Pfand).

<sup>3</sup> De acordo com o § 28.º (1), n.º 7 da Lei relativa aos depósitos (Pfand).

## Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2018, tomámos conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz):

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou-nos que em 23 de dezembro de 2018 detinha 4,81 % das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2018.

Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) notificou-nos de que, a 31 de outubro de 2018, detinha 3,14% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) até 31 de dezembro de 2018.

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2018.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2018.

Stephen A. Feinberg, (Cerberus), notificou-nos de que, em 14 de novembro de 2017, detinha 3,001% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação de Stephen A. Feinberg, (Cerberus), até 31 de dezembro de 2018.

A C-QUADRAT Special Situations Dedicated Fund, Ilhas Caimão, notificou-nos de que em 13 de abril de 2018 detinha 1,01% das nossas ações (percentagem total de direitos de voto). 7,64 % (direitos de voto associados às ações: 1,01 %, direitos de voto através de instrumentos financeiros: 6,63 %)). Não recebemos qualquer outra notificação da C-QUADRAT Special Situations Dedicated Fund, Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2018.

## Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

A remuneração total paga ao Conselho de Administração está detalhada no Relatório de Remuneração que começa na página 62. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 22 943 159 euros e 27 694 325 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017 e entraram em vigor em 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2018 uma remuneração total de 5 776 669 euros (2017: 5 150 000 euros), dos quais 4 676 041 euros foram pagos no primeiro trimestre de 2019 (primeiro trimestre de 2018: 3 987 500 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 172 799 372 euros e 180 723 687 euros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 11 180 396 de euros e a 12 337 886 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 33 425 239 de euros e a 35 210 035 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2018

e 2017, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 4 662 819 euros em 2018.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 175 e 177.

## Funcionários

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 27 397 (2017: 29 259), 10 358 dos quais eram mulheres (2017: 10 962). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 16 042 (2017: 17 686) colaboradores trabalharam em agências fora da Alemanha.

## Governo da sociedade

O Banco emitiu a declaração exigida pelo artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A declaração de conformidade com data de 25 de outubro de 2018 e todas as versões anteriores da declaração de conformidade estão publicadas no sítio Web do Deutsche Bank em [www.db.com/ir/en/documents.htm](http://www.db.com/ir/en/documents.htm).

## Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, Alemanha.

Os serviços relacionados com auditoria incluem outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os serviços fiscais incluem serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Para informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG, consulte o Relatório Anual do Grupo.

## Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos nossos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos.



## Órgãos de gestão

### Conselho de administração

No ano de 2018, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

John Cryan  
Chairman  
(até 8 de abril de 2018)

Christian Sewing  
Presidente (desde 8 de abril de 2018)  
Presidente (até 8 de abril de 2018)

Dr. Marcus Schenck  
Presidente (até 8 de abril de 2018)  
(até 24 de maio de 2018)

Garth Ritchie  
Presidente (desde 8 de abril de 2018)

Karl von Rohr  
Presidente (desde 8 de abril de 2018)

Kimberly Hammonds  
(até 24 de maio de 2018)

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

James von Moltke

Nicolas Moreau  
(até 31 de dezembro de 2018)

Werner Steinmüller

Frank Strauß

## Conselho de fiscalização

No ano de 2018, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.  
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Dr. Paul Achleitner – Presidente Munique Alemanha	Katherine Garrett-Cox Brechtin, Angus Reino Unido
Detlef Polaschek* – Vice-presidente (desde 24 de maio de 2018) Essen Alemanha	Prof. Dr. Henning Kagermann (até 24 de maio de 2018) Königs Wusterhausen Alemanha
Stefan Rudschäfski* – Vice-presidente (até 24 de maio de 2018) Kaltenkirchen Alemanha	Timo Heider* Emmerthal Alemanha
Ludwig Blomeyer-Bartenstein* (desde 24 de maio de 2018) Bremen Alemanha	Sabine Irrgang* (até 24 de maio de 2018) Mannheim Alemanha
Wolfgang Böhr* (até 24 de maio de 2018) Düsseldorf Alemanha	Martina Klee* Frankfurt am Main Alemanha
Frank Bsirske* Berlim Alemanha	Henriette Mark* Munique Alemanha
Mayree Carroll Clark (desde 24 de maio de 2018) Nova Iorque EUA	Richard Meddings Cranbrook Reino Unido
Dina Dublon (até 31 de julho de 2018) Nova Iorque EUA	Louise M. Parent (até 24 de maio de 2018) Nova Iorque* EUA
Jan Duscheck* Berlim Alemanha	Gabriele Platscher* Braunschweig Alemanha
Dr. Gerhard Eschelbeck Cupertino EUA	Bernd Rose* Menden Alemanha

Gerd Alexander Schütz  
Viena  
Austria

John Alexander Thain  
(desde 24 de maio de 2018)  
Rye  
EUA

Prof. Dr. Stefan Simon  
Zurique  
Switzerland

Michele Trogni  
(desde 24 de maio de 2018)  
Riverside  
EUA

Stephan Szukalski\*  
(desde 24 de maio de 2018)  
Ober-Mörlen  
Alemanha

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann  
(desde 1 de agosto de 2018)  
Osnabrück  
Alemanha

Dr. Johannes Teysen  
(até 24 de maio de 2018)  
Düsseldorf  
Alemanha

\*Representantes dos colaboradores

## Comités

### Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske\*, Prof. Dr. Henning Kagermann (até 24 de maio de 2018), Detlef Polaschek\* (desde 24 de maio de 2018), Stefan Rudschäfski\* (até 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Stefan Simon (desde 24 de maio de 2018)

### Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske\*, Prof. Dr. Henning Kagermann (até maio de 2018), Detlef Polaschek\* (desde 24 de maio de 2018), Stefan Rudschäfski\* (até 24 de maio de 2018), Gerd Alexander Schütz (desde 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Stefan Simon (desde 24 de maio de 2018), Dr. Johannes Teysen (até 24 de maio de 2018)

### Comité de Auditoria

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente (desde 1 de janeiro de 2019, Membro desde 1 de novembro de 2018), Richard Meddings, Presidente (até 31 de dezembro de 2018)

Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox (até 31 de outubro de 2018 e 1 de janeiro de 2019), Henriette Mark\*, Gabriele Platscher\*, Detlef Polaschek\* (desde 24 de maio de 2018), Bernd Rose\*, Prof. Dr. Stefan Simon,

### Comité de Risco

Mayree Carroll Clark, Presidente (desde 24 de maio de 2018), Dina Dublon, Presidente (até 24 de maio de 2018, Membro até 31 de julho de 2018), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\* (desde 24 de maio de 2018), Wolfgang Böhr\* (até 24 de maio de 2018), Jan Duscheck\* (desde 24 de maio de 2018), Richard Meddings (até 31 de julho de 2018), Louise M. Parent (até 24 de maio de 2018), Stephan Szukalski\* (desde 24 de maio de 2018), Michele Trogni (desde 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (desde 1 de janeiro de 2019)

### Comité de Integridade

Prof. Dr. Stefan Simon, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein\* (desde 24 de maio de 2018), Kathrine Garrett-Cox (desde 24 de maio de 2018), Sabine Irrgang\* (até 24 de maio de 2018), Timo Heider\*, Martina Klee\* (até 24 de maio de 2018), Louise M. Parent (até 24 de maio de 2018), Gabriele Platscher\* (desde 24 de maio de 2018), Dr. Johannes Teysen (até 24 de maio de 2018)

### Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske\*, Prof. Dr. Henning Kagermann (até 24 de maio de 2018), Detlef Polaschek\* (desde 24 de maio de 2018), Stefan Rudschäfski\* (até 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Stefan Simon (desde 24 de maio de 2018)

### Comité de Estratégia (desde 24 de maio de 2018)

John Alexander Thain, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske\*, Mayree Carroll Clark, Timo Heider\*, Henriette Mark\*, Richard Meddings, Detlef Polaschek\*

### Comité de Tecnologia, Dados e Inovação (desde 24 de maio de 2018)

Michele Trogni, Presidente

Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck\*, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee\*, Bernd Rose\*

### Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente

Frank Bsirske\* (desde 24 de maio de 2018), Wolfgang Böhr\* (até 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Henning Kagermann (até 24 de maio de 2018), Detlef Polaschek\* (desde 24 de maio de 2018), Stefan Rudschäfski\* (até 24 de maio de 2018), Prof. Dr. Stefan Simon (desde 24 de maio de 2018)

\*Representantes dos colaboradores

## Conselhos consultivos regionais

De acordo com os Estatutos do Deutsche Bank, o Conselho de Administração poderá estabelecer os Conselhos Consultivos regionais e os Conselhos Consultivos. Encontram-se publicadas informações adicionais no sítio Web do Deutsche Bank em [www.db.com/company/en/advisory-boards.htm](http://www.db.com/company/en/advisory-boards.htm).

## Lista de mandatos

### Conselho de fiscalização

#### Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2019

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

#### Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b>	
		Bayer AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (desde maio de 2018)	Porta-voz da direção e Diretor de Mercado da região de Bremen, Deutsche Bank AG	Daimler AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos externos</b>	
		Frowein & Co. Beteiligungs AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Bürgschaftsbank Bremen GmbH	Membro do Conselho de Administração
Wolfgang Böhr (até maio de 2018)	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b>	
Frank Bsirske	Presidente, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
		<b>Mandatos externos</b>	
		innogy SE	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Kreditanstalt für Wiederaufbau	Membro do Conselho de Fiscalização (até dezembro de 2018)
		RWE AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos no Grupo</b>	
Deutsche Postbank AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018)		
Mayree Carroll Clark (desde maio de 2018)	Sócio-Gerente, Eachwin Capital LP	DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização (desde maio de 2018)
		<b>Mandatos externos</b>	
		Ally Financial, Inc. Regulatory Data Corp., Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Dina Dublon (até julho de 2018)		Taubmann Centers, Inc.	Membro do Conselho de Administração
		<b>Mandatos externos</b>	
Jan Duscheck	Diretor do grupo de trabalho nacional da banca, o sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	PepsiCo Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Dr. Gerhard Eschelbeck	Vice-presidente da Security & Privacy Engineering, Google Inc.	<b>Mandatos externos</b>	
		Onapsis Inc.	Membro do Conselho de Administração (desde janeiro de 2018)
Katherine Garrett-Cox	Diretor executivo e Diretor-geral, Gulf International Bank (UK) Ltd.	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	

**Membros do Conselho de Fiscalização**

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Timo Heider	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do BHW Bausparkasse AG/Postbank Finanzberatung AG, Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do BHW Kreditservice GmbH; Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank AG	<b>Mandatos no Grupo</b>	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018)
		Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Sabine Irrgang (até maio de 2018)	Diretora de Recursos Humanos do Deutsche Bank AG, em Baden-Württemberg	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Professor Dr. Henning Kagermann (até maio de 2018)	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia	<b>Mandatos externos</b>	
		Deutsche Post AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		KUKA AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Martina Klee	Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do PWCC Center Frankfurt, Deutsche Bank AG	<b>Mandatos externos</b>	
		Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Henriette Mark	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada do sul da Baviera; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral e membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Richard Meddings	Presidente Executivo do Conselho, TSB Bank PLC	<b>Mandatos externos</b>	
		HM Treasury	Diretor não executivo (até setembro de 2018)
		Jardine Lloyd Thompson Group PLC	Diretor não executivo
		TSB Bank PLC	Presidente Não Executivo do Conselho, (até setembro de 2018)
Louise M. Parent (até maio de 2018)	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP,	<b>Mandatos externos</b>	
		Fidelity National Information Services Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Zoetis Inc.	Membro do Conselho de Administração
Gabriele Platscher	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Niedersachsen Ost Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b>	
		BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG	
		BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	
Detlef Polaschek (desde maio de 2018)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização; membro da Comissão de Trabalhadores Geral; Presidente da Comissão de Trabalhadores Niederrhein und Ruhrgebiet Mitte/Ost, Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	

<b>Membros do Conselho de Fiscalização</b>			
<b>Titular do mandato</b>	<b>Cargo</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Mandato</b>
Bernd Rose	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo e membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b>	
		ver.di Vermögensverwaltungs-gesellschaft m.b.H.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		<b>Mandatos no Grupo</b>	
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018)
		Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização (desde dezembro de 2018)
Stefan Rudschäfski (até maio de 2018)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; membro dispensados da Comissão de Trabalhadores, Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Hamburgo; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank	<b>Mandatos externos</b>	
		Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
Gerd Alexander Schütz	Membro do Conselho de Administração de C-QUADRAT Investment AG	<b>Mandatos externos</b>	
		MyBucks S.A.	Presidente do Conselho de Administração Não Executivo (até fevereiro de 2018)
Professor Dr. Stefan Simon	Advogado com a sua própria sociedade de advogados, SIMON GmbH	<b>Mandatos externos</b>	
		Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Presidente do Conselho Consultivo
Stephan Szukalski (desde maio de 2018)	Presidente Federal da Associação Alemã de Trabalhadores Bancários (Deutscher Bankangestellten-Verband (DBV))	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Dr. Johannes Teyssen (até maio de 2018)	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE	<b>Mandatos externos</b>	
		Nord Stream AG	Membro do Comité de Acionistas
John Alexander Thain (desde maio de 2018)		<b>Mandatos externos</b>	
		Uber Technologies, Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Enjoy Technology Inc.	Membro do Conselho de Administração
Michele Trogni (desde maio de 2018)		<b>Mandatos externos</b>	
		Morneau Shepell Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Capital Markets Gateway Inc.	Presidente do Conselho de Administração (desde julho de 2018)
		Global Atlantic Financial Group Ltd.	Diretor não executivo (desde agosto de 2018)
Professor Dr. Norbert Winkeljohann (desde agosto de 2018)	Consultor corporativo com empresa própria, Norbert Winkeljohann Advisory & Investments	<b>Mandatos externos</b>	
		Bayer AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Heristo AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Georgsmarienhütte Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
		Sievert AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde janeiro de 2018)



## Conselho de administração

### Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com \*.

Em: Fevereiro de 2019

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

#### Membros do Conselho de Administração

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
John Cryan (até abril de 2018)	Presidente do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> MAN Group PLC	Diretor não executivo
Dr. Marcus Schenck (até maio de 2018)	Presidente	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Christian Sewing	Presidente do Conselho de Administração (desde abril de 2018)	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG* Deutsche Postbank AG* DB Privat- und Firmenkundenbank AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018) Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018) Presidente do Conselho de Fiscalização (desde maio de 2018)
Garth Ritchie	Presidente (desde abril de 2018)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Karl von Rohr	Presidente (desde abril de 2018)	<b>Mandatos externos</b> BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. <b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Postbank AG* DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização (até julho de 2018) Membro do Conselho de Fiscalização (até julho de 2018) Membro do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018) Presidente do Conselho de Fiscalização (desde março de 2018)
Kimberly Hammonds (até maio de 2018)	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> Cloudera Inc., EUA Red Hat Inc., USA	Diretor não executivo Membro do Conselho de Administração
Frank Kuhnke (desde janeiro de 2018)	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos no Grupo</b> Deutsche Bank Società per Azioni*	Membro do Conselho de Fiscalização
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos no Grupo</b> DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH Deutsche Bank Società per Azioni*	Presidente do Conselho Consultivo Presidente do Conselho de Fiscalização
Sylvie Matherat	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos no Grupo</b> DB USA Corporation* DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização (desde março de 2018)
James von Moltke	Membro do Conselho de Administração	<b>Mandatos externos</b> BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização (desde julho de 2018) Membro do Conselho de Fiscalização (desde julho de 2018)

**Membros do Conselho de Administração**

<u>Titular do mandato</u>	<u>Cargo</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Mandato</u>
Nicolas Moreau (até dezembro de 2018)	Membro do Conselho de Administração	<u>Mandatos no Grupo</u> DWS Management GmbH (na qualidade de sócia comanditada da DWS Group GmbH & Co. KGaA)	Presidente do Conselho
Werner Steinmüller	Membro do Conselho de Administração	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Postbank AG*  DB Privat- und Firmenkundenbank AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização (até maio de 2018) Membro do Conselho de Fiscalização (desde maio de 2018)
Frank Strauß	Membro do Conselho de Administração	<u>Mandatos no Grupo</u>  Deutsche Postbank AG*  DB Privat- und Firmenkundenbank AG*	Presidente do Conselho de Administração (até maio de 2018) Presidente do Conselho de Administração (desde maio de 2018)

## Colaboradores do Deutsche Bank AG

### Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras.  
 Em: 31 de dezembro de 2018

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Ashok Aram	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Michael Berendes	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Presidente do Conselho de Fiscalização
Brigitte Bomm	Mandatos no Grupo DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Jörg Bongartz	Mandatos no Grupo OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Oliver Bortz	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Ralf Brümmer	Mandatos externos Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Matthias Buck	Mandatos no Grupo PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Buschmann	Mandatos externos VSM Vereinigte Schmirgel- und Maschinen-Fabriken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Ulrich Christmann	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Andrea Corsi	Mandatos externos Lewisham Homes Ltd.	Diretor não executivo
Petra Crull	Mandatos no Grupo DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Karin Dohm	Mandatos externos Ceconomy AG Deutsche EuroShop AG	Membro do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Andreas Dörhöfer	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. Mandatos externos Düsseldorfer Hypothekenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Boudewijn Dornseiffen	Mandatos no Grupo OOO „Deutsche Bank“	Membro do Conselho de Fiscalização
David Gary	Mandatos externos CLS Group Holdings AG	Diretor não executivo
Verena Grohs	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Jürgen Harengel	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Sandra Heinrich	Mandatos no Grupo PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Natacha Hilger	Mandatos externos MTS S.p.A.	Diretor não executivo
Stefan Hoops	Mandatos externos Eurex Clearing AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kees Hoving	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Mihai Ionescu	Mandatos externos One United Properties S.A.	Diretor não executivo
Anna Issel	Mandatos no Grupo DB Privat- und Firmenkundenbank AG Sal. Oppenheim jr. & Cie AG & Co. KGaA	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Stephan Jugenheimer	Mandatos no Grupo DWS Alternatives GmbH (anteriormente, RREEF Spezial Invest GmbH)	Membro do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Daniel Kalczyński	<u>Mandatos no Grupo</u> Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Tobias Kampmann	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Rene-W Keller	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Thomas Keller	<u>Mandatos externos</u> GEZE GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	<u>Mandatos no Grupo</u> DWS Grundbesitz GmbH (anteriormente, RREEF Investment GmbH)	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Karen Kuder	<u>Mandatos no Grupo</u> DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Philip Laucks	<u>Mandatos no Grupo</u> DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Tiina Lee	<u>Mandatos externos</u> CAF Bank	Diretor não executivo
Andreas Lötscher	<u>Mandatos no Grupo</u> DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Sebastien Martineau	<u>Mandatos externos</u> OTCderivNet Limited	Diretor não executivo
Tiberio Massaro	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Securities Inc.	Membro do Conselho de Administração
Lothar Meenen	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Gianluca Minella	<u>Mandatos externos</u> IHS Markit Ltd	Diretor não executivo
Alain Moreau	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Investment GmbH (anteriormente, Deutsche Asset Management Investment GmbH)	Membro do Conselho de Fiscalização
Mario Muth	<u>Mandatos externos</u> TradeWeb Markets LLC	Diretor não executivo
Henning Oldenburg	<u>Mandatos externos</u> Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kai-David Ortmann	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
Jorge Otero	<u>Mandatos no Grupo</u> OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Jay Patel	<u>Mandatos externos</u> iSwap	Diretor não executivo
Thomas Pemsel	<u>Mandatos externos</u> BayBG Bayerische Beteiligungsgesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Christiana Riley	<u>Mandatos no Grupo</u> DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Rueckbrodt	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Luxembourg S.A. Deutsche Bank Società per Azioni Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Diretor não executivo
Dr. Anke Sahlén	<u>Mandatos no Grupo</u> Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española OOO „Deutsche Bank“	Diretor não executivo Membro do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	<u>Mandatos externos</u> AKA Ausfuhrkreditgesellschaft mbH	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Frank Schütz	<u>Mandatos externos</u> AKA Ausfuhrkreditgesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Rich Shannon	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Securities Inc.	Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Trust Company Americas Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Michael Spiegel	<u>Mandatos no Grupo</u> DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Till Staffeldt	<u>Mandatos no Grupo</u> Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Gülabatin Sun	Mandatos no Grupo	
	Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização
Andreas Torner	Mandatos no Grupo	
	norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Holger Wegmann	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Michael Welker	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Christian Westerhaus	Mandatos externos	
	S.W.I.F.T SCRL	Membro do Conselho de Administração
Peter Wharton-Hood	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Andreas Wienhues	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Yearley	Mandatos no Grupo	
	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Christoph Zschaetzsch	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização

Frankfurt am Main, 12 de março de 2019

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



Christian Sewing



Garth Ritchie



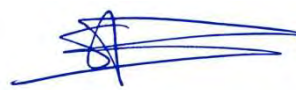
Karl von Rohr



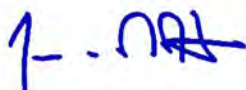
Frank Kuhnke



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



James von Moltke



Werner Steinmüller



Frank Strauß

### 3-

#### Confirmações

- 190 **Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração**
- 191 **Relatório do auditor independente**

## Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2019



Christian Sewing



Garth Ritchie



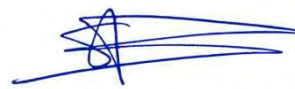
Karl von Rohr




Frank Kuhnke



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



James von Moltke



Werner Steinmüller



Frank Strauß



# Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

## Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

### Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreende o balanço em 31 de dezembro de 2018, e a demonstração dos resultados para o ano financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, e as notas para demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição apresentadas nas mesmas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo da demonstração não financeira que está incluída na secção “Demonstração não financeira” no relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã, conforme aplicável às instituições de crédito e conferem uma imagem fiel dos ativos líquidos, passivo e posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2018, e do respetivo desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Banco. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. A nossa opinião sobre o relatório de gestão não abrange o conteúdo da demonstração não financeira mencionado acima.

Nos termos do artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB [*Handelsgesetzbuch* – Código Comercial alemão], declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

### Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento n.º 537/2014 da UE relativo a auditorias (doravante referido como “Regulamento sobre auditoria da UE”) e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das Demonstrações financeiras anuais e do Relatório de gestão” do nosso relatório do auditor. Somos independentes do Banco em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

### Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

Questões de auditoria essenciais são as questões que, na nossa opinião profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

## Avaliação de investimentos em empresas afiliadas

No que se refere à contabilidade aplicada e princípios de avaliação, consultar as notas “Base da apresentação” e “Notas ao balanço”. Divulgações sobre o desenvolvimento de negócio podem ser encontradas na secção “Ambiente económico” no relatório de gestão.

### O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2018 do Deutsche Bank AG contêm investimentos em empresas afiliadas no valor de 45,6 mil milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor dos investimentos em empresas afiliadas é geralmente determinado recorrendo a métodos de avaliação reconhecidos, especialmente o método do fluxo de caixa descontado. Se o justo valor for inferior ao valor contabilístico, os critérios qualitativos e quantitativos são usados para determinar se a imparidade é considerada para ser permanente.

Os métodos de avaliação estão sujeitos a avaliações, especialmente no que diz respeito aos parâmetros de avaliação utilizados (pressupostos (do plano) e taxas de desconto). Com base em fatores qualitativos e quantitativos, a avaliação para saber se há uma perda por imparidade permanente é também crítica.

O risco da demonstração financeira resultante de uma imparidade permanente dos investimentos nas empresas afiliadas na data do balanço não foi apresentado adequadamente porque o seu respetivo justo valor foi determinado na base de modelos de avaliação inapropriados, pressupostos e parâmetros de avaliação ou foi feita uma estimativa incorreta da permanência da perda por imparidade.

### A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, efetuámos uma avaliação do risco no que diz respeito aos investimentos do Banco em empresas afiliadas relativamente aos modelos, pressupostos e parâmetros utilizados pelo Deutsche Bank na avaliação. Com base nesta avaliação de risco, desenvolvemos uma abordagem de auditoria, que inclui controlo e testes substantivos.

Como parte dos processos de auditoria relacionados com o sistema de controlo interno, obtivemos primeiro uma compreensão da conceção e a implementação do processo de avaliação. Adicionalmente, testámos a eficácia de funcionamento de controlos relevantes selecionados para a identificação das necessidades de imparidade e o desempenho das avaliações relacionadas para investimentos em empresas afiliadas.

Subsequentemente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos, em particular, para uma seleção baseada no risco das empresas afiliadas, incluindo os nossos especialistas de avaliação internos da KPMG, na adequação do modelo de avaliação para a avaliação levada a cabo pelo Banco ou por um especialista independente encomendado pelo Banco, assim como em parâmetros e pressupostos-chave de avaliação.

Ao fazer isso, nós:

- avaliámos a adequabilidade dos métodos utilizados,
- avaliámos os parâmetros utilizados nos modelos (pressupostos do plano e taxas de desconto) e, para este propósito, reconciliámos e verificámos os mesmos face a outras projeções disponíveis do Deutsche Bank AG (por ex., para efeitos fiscais) ou parâmetros disponíveis externamente para as taxas de desconto (taxas de juro sem risco, prémio de risco de mercado e fatores beta),
- verificámos a qualidade das previsões do Deutsche Bank AG até à data, ao testar *a posteriori* as previsões para o exercício anterior com os resultados reais e ao analisar os desvios,
- verificámos a exatidão aritmética do modelo de avaliação utilizado,
- reconstruímos o tratamento contabilístico dos ajustes de valor, e
- avaliámos as competências e objetividade do especialista independente, ganhámos uma compreensão destas atividades e avaliámos a adequação deste trabalho como prova da adequabilidade do trabalho do especialista para a avaliação dos investimentos.

### As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos adequados os modelos, pressupostos e parâmetros de avaliação subjacentes à avaliação de investimentos em empresas afiliadas. Consideramos razoável a avaliação do Banco para saber se há uma redução permanente no valor.

## Dados não observáveis utilizadas para a avaliação de instrumentos financeiros

A descrição da gestão do risco de mercado está incluída no relatório de gestão nas secções “Perfil de risco” e “Risco de mercado”. Princípios de avaliação e contabilísticos significativos são descritos na nota “Base da apresentação”.

### O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft contêm ativos detidos para negociação no valor de 303,7 mil milhões de euros e passivos detidos para negociação de 236,1 mil milhões de euros. Ambas as posições contêm também instrumentos financeiros dos quais os dados de avaliação são inobserváveis.

Por definição, os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Os justos valores devem, por isso, ser determinados com base nos métodos de avaliação aceites. Estes métodos de avaliação podem consistir em modelos complexos e podem incluir pressupostos e estimativas de dados não observáveis que requerem pareceres.

O risco de demonstração financeira decorre principalmente de modelos de avaliação complexos ou de parâmetros de avaliação inobserváveis que são utilizados inadequadamente para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros.

### A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, inicialmente avaliámos a adequabilidade geral e o potencial para declarações inexatas em modelos e parâmetros que incluem dados não observáveis e, quando aplicável, ajustamentos de avaliação associados utilizados para a avaliação dos instrumentos financeiros.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para avaliar a adequabilidade dos controlos internos do Banco relativamente à avaliação de instrumentos financeiros e determinação de dados não observáveis dos mesmos, avaliámos a conceção e a implementação e testámos a eficácia operacional de controlos-chave. Também recorremos a especialistas de avaliação internos da KPMG conforme necessário. Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, controlos sobre:

- procedimentos de verificação independente de preços mensal efetuados pelo Banco para assegurar a adequabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para estes instrumentos financeiros;
- validação de modelo de modelos de avaliação utilizados pelo Banco, incluindo a respetiva governação e
- cálculo e registo de ajustamentos de avaliação para risco de crédito e outros exigidos pelas normas de contabilidade para determinar o justo valor.

Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de compensação adicionais. Tivemos em conta os resultados da nossa auditoria ao conceber a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais.

Efetuámos procedimentos substantivos, entre outros, numa amostra baseada no risco de instrumentos financeiros com dados de avaliação inobserváveis. Estes incluem em particular:

- desempenho de verificação independente de preços, com recurso a especialistas de avaliação internos da KPMG em transações individuais selecionadas de instrumentos financeiros,
- recálculo independente de ajustamentos de avaliação selecionados, e
- desempenho de procedimentos para determinar a adequabilidade dos modelos utilizados, incluindo dados-chave e sua utilização nos respetivos modelos de preços.

### As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos apropriados os modelos e parâmetros relacionados utilizados para avaliar instrumentos financeiros com dados de avaliação inobserváveis.

## Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Para uma descrição das principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, bem como dos pressupostos subjacentes para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, consultar as notas “Base da apresentação” e “Notas ao balanço”.

### O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras anuais contêm ativos por impostos diferidos de 2,5 mil milhões de euros líquidos.

O reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos contém pareceres e além de fatores objetivos, também várias estimativas relativas ao lucro tributável futuro e à utilidade de perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente da utilidade futura dos ativos por impostos diferidos ser estimada de forma inadequada. A estimativa da utilização futura depende do potencial tributável futuro baseado no plano de negócios, o qual está sujeito a incertezas, e tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos. Estes incluem em particular pressupostos sobre o desenvolvimento de resultados antes de impostos, a influência de possíveis rubricas especiais e os efeitos permanentes que determinam o lucro tributável disponível no futuro. Estas estimativas consideram ainda os desenvolvimentos políticos e económicos atuais (como a implementação do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia) e considerações tributárias específicas de cada jurisdição.

### A nossa abordagem de auditoria

Realizámos uma avaliação de risco para compreender os regulamentos e a legislação fiscal aplicáveis ao Banco. Com base nisso, realizámos ambos os testes de controlos-chave internos e procedimentos de auditoria substantivos com o auxílio de especialistas fiscais internos da KPMG. Como parte da nossa auditoria, examinamos, entre outros, o teste da conceção, implementação e eficácia operacional de controlos internos relativamente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos no Banco.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos, entre outros, para uma amostra baseada no risco de ativos por impostos diferidos em diferentes países. Isto incluiu, entre outros:

- a avaliação da metodologia do Banco utilizada para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em conformidade com a Secção 274 da HGB,
- avaliação da adequação dos parâmetros aplicados aos planos de negócio, incluindo subplanos para países relevantes, quando apropriado. Ao fazê-lo, analisámos a adequação dos parâmetros de planeamento aplicados que são relevantes para as subdivisões significativas do Banco, considerando possíveis indicadores positivos e negativos no que respeita à recuperabilidade ou ocorrência de pressupostos e parâmetros de planeamento, e
- análise da reconciliação entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável planeado para determinados países.

### As nossas observações

A utilização dos ativos por impostos diferidos é avaliada como sendo adequada com base no potencial de rendimento tributável futuro com base no plano de negócios, tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos.

## Gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro

Para uma descrição dos controlos internos sobre o processo de relato financeiro, incluindo controlos de gestão de acesso de TI, consultar o relatório de gestão na secção “Controlo interno sobre o relato financeiro”.

### O risco de demonstração financeira

O processo de relato financeiro é extremamente dependente das tecnologias da informação e da disponibilidade de dados eletrónicos completos e exatos devido à dimensão e à complexidade do Banco. Por isso, a concessão inapropriada ou monitorização ineficaz de direitos de acesso a sistemas de TI representa um risco para a exatidão do relato financeiro. Este risco aplica-se principalmente a sistemas com direitos de acesso que não correspondem a um princípio “necessidade de saber” ou “necessidade de ter”, ou seja, o acesso é concedido apenas com base nos requisitos da função e não existe qualquer outro requisito de autorização, ou ao princípio de segregação de funções, ou seja entre os departamentos de especialistas e TI, bem como entre as operações de aplicação e desenvolvimento.

Direitos de acesso não autorizados ou extensivos e uma falta de segregação de funções resultam num risco de manipulação de dados intencional ou não intencional, que poderia ter uma incidência significativa na exaustividade e exatidão das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a conceção e a conformidade com as respetivas precauções são uma questão significativa para a nossa auditoria.

### A nossa abordagem de auditoria

Conseguimos compreender o ambiente de controlo relacionado com TI do negócio do Banco. Adicionalmente, realizámos uma avaliação do risco e identificámos aplicações de TI, bases de dados e sistemas operativos que são relevantes para a nossa auditoria.

Para controlos dependentes de TI relevantes no processo de relato financeiro (denominados por controlos de aplicação de TI) identificámos os controlos de TI gerais auxiliares e avaliamos a sua conceção, implementação e eficácia operacional. Testámos controlos-chave, principalmente na área da proteção de acesso e ligação desses controlos à exaustividade e exatidão do relato financeiro. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste dos controlos relativos ao acesso inicial concedido aos sistemas de TI para novos colaboradores ou colaboradores que estão a mudar de função, se esse acesso esteve sujeito a análise apropriada e se foi aprovado por uma pessoa autorizada em consonância com o conceito de autorização baseada na função.
- Teste dos controlos relativos à remoção do acesso de um colaborador ou de um antigo colaborador num período de tempo apropriado após estes terem mudado de função ou terem saído da empresa.
- Teste dos controlos relativos à adequabilidade dos direitos de acesso do sistema para autorizações privilegiadas ou administrativas (superutilizador) sujeitos a um procedimento de atribuição de autorização restritiva e à análise regular dos mesmos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de teste específicos na área da proteção de palavras-passe, definições de segurança relativas a modificações para aplicações, bases de dados e sistemas operativos, a segregação dos utilizadores de TI e do departamento de especialistas e a segregação dos colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de programas e dos responsáveis pelas operações do sistema. Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de remuneração complementar para outras provas de remuneração.

Considerando os resultados dos nossos testes de controlos, decidimos sobre a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais a efetuar. Nomeadamente, onde identificámos autorizações de utilizador que não estavam a ser retiradas atempadamente após sair do Banco, efetuámos uma inspeção do registo de atividade de utilizadores individuais para determinar se ocorreram atividades não autorizadas que afetariam substancialmente a exaustividade e exatidão da informação financeira processada.

Adicionalmente, através de testes de detalhe, avaliamos se os desenvolvedores de programas tinham direitos de aprovação no processo de modificação e se conseguiam efetuar quaisquer modificações nas versões produtivas das aplicações, bases de dados e sistemas operativos para avaliar se estas responsabilidades estavam segregadas funcionalmente. Também analisámos a segregação de funções em sistemas de negociação e de pagamento críticos a fim de avaliar se a segregação de funções entre a negociação e o processamento administrativo foi cumprida.

### As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos que a gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro respeita de uma forma geral os requisitos de exaustividade e exatidão dos dados relevantes do relato financeiro.

## Outras Informações

Os órgãos de gestão são responsáveis pela outra informação. As outras informações incluem

- a demonstração não financeira, e
- as restantes partes do relatório anual, exceto as demonstrações financeiras auditadas e o relatório de gestão, bem como o relatório do auditor,

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

## Responsabilidade do Conselho de Fiscalização e da Administração pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã, conforme aplicável às instituições de crédito, e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos líquidos, os passivos, a posição financeira e o desempenho financeiro do Banco, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, os órgãos de gestão são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Banco e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a preparação de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O conselho de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Banco para a preparação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

## Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Banco e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as Normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detete sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição aos controlos internos.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas do Banco.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos órgãos de gestão e a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos órgãos de gestão e divulgações relacionadas.
- Tirar conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos órgãos de gestão da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco para manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Banco deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos líquidos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Banco em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã, e com a perspetiva que proporciona da posição do Banco.
- Efetuar procedimentos de auditoria sobre a informação prospetiva apresentada pelos órgãos de gestão no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria.

Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

## Outros requisitos jurídicos e regulamentares

### Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos como auditor pela Assembleia-Geral Anual realizada em 24 de maio de 2018. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 24 de julho de 2018. Nós ou as nossas sociedades antecessoras somos revisores de contas da Deutsche Bank Aktiengesellschaft e respetivas empresas antecessoras desde 1952.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Os serviços não relacionados com auditoria fornecidos por nós adicionalmente à auditoria da demonstração financeira são divulgados na nota “Outras informações”.

### Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Burkhard Böth.

Frankfurt am Main, 15 de março de 2019

KPMG AG  
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski  
Wirtschaftsprüfer

Böth  
Wirtschaftsprüfer



Deutsche Bank Aktiengesellschaft  
Taunusanlage 12  
60262 Frankfurt am Main  
Alemanha  
Telefones: +49 69 9 10 00  
[deutsche.bank@db.com](mailto:deutsche.bank@db.com)

# 2019

Calendário Financeiro

26 de abril de 2019

Relatório de lucros a 31 de março de 2019

23 de maio de 2019

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

28 de maio de 2019

Pagamento de dividendos

24 de julho de 2019

Relatório intercalar de 30 de junho de 2019

30 de outubro de 2019

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2019

# 2020

Calendário Financeiro

30 de janeiro de 2020

Resultados preliminares referentes ao exercício de 2019

20 de março de 2020

Relatório Anual de 2019 e Formulário 20-F

29 de abril de 2020

Relatório de lucros a 31 de março de 2020

20 de maio de 2020

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

26 de maio de 2020

Pagamento de dividendos

(em caso de lucros distribuíveis e de decisão da Assembleia-Geral Anual de pagar dividendos)

29 de julho de 2020

Relatório intercalar a 30 de junho de 2020

28 de outubro de 2020

Relatório de lucros a 30 de setembro de 2020